

# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

ANAIS DO  
EVENTO

21, 22 e 23 de novembro



Organização

**GEPEB**  
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS  
EULÁLIA & BÁRBARA

Apoio



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

**PPGH**



**NEPHES**  
Núcleo de Estudos e Pesquisa  
em História Econômica e Social

**HEUS**

**POLIS**  
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA E ECONOMIA SOCIAL VFP



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## ORGANIZAÇÃO

A Jornada Discente de História Econômica é realizada sob organização do **Grupo de Estudos e Pesquisa Eulália e Bárbara (GEPEB)**.

### MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA

- Ana Beatriz Camarinha
- Artur Porto
- Bernardo Mayer
- Guilherme Giesta
- Matheus Sinder

### APOIO

- Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE)
- CAPES
- Grupo de Pesquisa História Econômica, Quantitativa e Social (HEQUS)
- Laboratório de História Econômica-Social (POLIS)
- Núcleo de Estudo e Pesquisa em História Econômica e Social (NEPHES)
- Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense

### ARTE GRÁFICA

- Ana Beatriz Camarinha



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Modelo de citação:

PORTO, Artur Pereira. O sentido da fiscalidade colonial e os dízimos na capitania de Minas Gerais. **Anais [Recurso eletrônico] da IV Jornada Discente de História Econômica**. Rio de Janeiro. GEPEB. Niterói. UFF. 2024.

ISBN: 978-65-01-02054-9



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## APRESENTAÇÃO

É com grande alegria que o GEPEB saúda a comunidade historiadora com a primeira publicação dos anais da Jornada Discente de História Econômica. Desde a primeira edição do evento, em 2018, a publicação dos textos da Jornada em anais é um sonho antigo que hoje se concretiza. Nesta quarta edição dispusemos esforços para entregar ao campo da história econômica as recentes pesquisas e reflexões produzidas pelo corpo discente.

Nossa Jornada, ao longo dos anos, consolidou identidade e aderência entre os estudantes. Sua principal característica é ser um evento organizado “por” e “para” os estudantes. Isso garante a mescla entre discentes de graduação, mestrado, doutorado e recém-doutores em um mesmo espaço aberto e profícuo ao debate.

Seguindo os anseios da fundação do grupo, disposto em nosso Manifesto Fundacional, nosso evento baseia-se na “convicção de que a História Econômica jamais deixou de ser um campo fundamental [...]” partindo do entendimento de que “[...] as relações econômicas envolvendo instituições e indivíduos – compreendendo as esferas da produção, das trocas, do financiamento e do consumo – atuam como condicionante no desenvolvimento das múltiplas experiências e significações próprias do espírito humano.” Sendo assim, mesmo sendo um evento voltado para a História Econômica stricto sensu, prezamos pela pluralidade de diálogos entre os campos historiográficos.

Esta pluralidade poderá ser vista no decorrer das páginas deste Anais. A outrora “crise da história”, hoje dá lugar a uma prática historiográfica renovada, capaz de aprofundar diálogos entre áreas que em determinados



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

momentos foram consideradas como “paradigmas rivais”. Aliás, este é um dos grandes trunfos que garante a aderência do evento com os estudantes: ensejar a necessidade de analisar as relações e a vida econômica em todas as pesquisas. Homens e mulheres convivem em um universo de experiência em que vivenciam dores, medos, festas, devoções, preconceitos, ao mesmo tempo em que trabalham, produzem, compartilham e transformam o mundo. Por isso, nas próximas páginas o leitor e leitora encontrarão textos frutos do debate do evento em esforços de reflexão na área de história econômica.

Prezando sempre pela prática de homenagear pesquisadores e pesquisadoras que tenham contribuído para a História Econômica e para a formação discente, a edição 2023 do evento homenageou Roberto Borges Martins e Maria do Carmo Salazar. Muito nos orgulhamos dos homenageados nas demais edições: Professor Geraldo Beauclair de Oliveira (2018); Professor Jobson de Andrade Arruda (2019); Professora Hildete Pereira de Melo (2022).

Os artigos aqui encontrados foram primeiramente enviados aos professores convidados para coordenar as mesas. Posteriormente, foram arduamente comentados por esses professores e submetidos ao debate nos dias do evento. Em seguida, retornaram para os seus respectivos autores para a modificação e alteração e por fim a publicação. Escolhemos apresentar os artigos não pela ordem das mesas temáticas, mas pelo nome dos autores, a fim de valorizar os discentes que brilhantemente se comprometeram com o evento. Também optamos por apresentar este anais em volume único, conjunto, para que possa ser apreciado pelos leitores e leitoras em sua inteireza.

Não poderíamos finalizar sem antes agradecer a todos os apoios que recebemos neste período. Agradecer especialmente aos laboratórios de história econômica da UFF: POLIS, NEPHES e HEQUUS. O evento e o



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

GEPEB são a construção de uma unidade científica pela História Econômica.

Um agradecimento especial para cada docente que participou das mesas temáticas: César Honorato, Carlos Gabriel Guimarães, Luiz Fernando Saraiva, Daniel Schneider, Clemente Penna, Vitória Schittini, Paulo Terra, Philippe Moreira, Thiago Mantuano, Marcos Marinho, Thiago Alvarenga e Rita Almico.

Um agradecimento particular à três pesquisadores que deram início nesta caminhada da JDHE e do GEPEB e hoje nos auxiliam como professores: Marcos Marinho, Thiago Alvarenga e Thiago Mantuano.

Por fim, deixamos o convite: Na próxima edição, 2024, temos um encontro marcado com o centenário de Eulália Lobo. Nossa edição de 2024 será para lá de especial e pretendemos realizar uma Jornada à altura da professora Eulália. Que venham mais edições da Jornada Discente de História Econômica!

**Vivas ao GEPEB!**

**Vivas à História Econômica**

Matheus Sinder



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## SUMÁRIO

### **Geografia da Escravidão no Vale do Rio Mississippi (1850-1860)**

Ana Luiza Guigues e Leonardo Vomaro

### **O *sentido* da fiscalidade colonial e os dízimos na capitania de Minas Gerais**

Artur Pereira Porto

### **Entre escândalos, inovações e neurose anti-trabalhista: uma perspectiva ampliada das estratégias patronais de expansão dos lucros**

Artur Silva Lins

### **Homens de Conduta Irreprovável? A entrada e/ou permanência de negociantes nas instituições da Ordem de Cristo e da familiatura do Santo Ofício após o cometimento do crime de contrabando (Século XVIII)**

Beatriz Weisheimer de Mendonça



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## SUMÁRIO

**A Economia Política da fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro: Um estudo a partir de Antonio Gramsci**

Bruno Farias Lobato

**“Para que fique isento de todo cativoiro”: senhores, escravos e as possibilidades da alforria nas senzalas de São João del-Rei (Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais - século XIX)**

Bruno Martins de Castro

**O Comércio Inglês no Brasil: A atuação da firma inglesa March Irmãos & co., 1808-1845**

Caio Cezar Machado

**Modos e práticas de produção no cinema da Boca do Lixo**

Camila da Paixão Mendes





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## SUMÁRIO

**Entre botequins, ofícios e vendedores ambulantes: Os usos do Livro de Impostos sobre Indústrias e Profissões na pesquisa de História Econômica e Social na Primeira República (1889-1930).**

Carla Aparecida Nunes e Júlia Ferreira Matos

**A economia da fome: o desenvolvimento da agricultura coreana sob o imperialismo japonês e a acumulação de capital 1910-1940**

Daniel Gonçalves de Oliveira Barreto

**A Legislação Geral e as Leis Econômicas do Rei e do Imperador do Brasil 1808-1831**

Demétrio Santos

**Trabalho abstrato e economia política: uma análise do conceito de trabalho abstrato na teoria clássica do valor**

Diego Eymard e Múcio Tosta Gonçalves



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## SUMÁRIO

**Ferro, Trabalho e Capitalismo: A Inserção da África Ocidental no Sistema Mundo Capitalista do Século XVIII**

Francisco Henriques

**Escavando na Lama e Construindo para o Mar: Formando um Entrepasto Comercial em Baltimore, Maryland**

Gabriel Masello Pequeno

**Lei Saraiva, uma exclusão de classe à moda Oitocentos (1873-1884)**

Henrique Santos da Silva

**Mães imigrantes no tribunal: um estudo quantitativo e qualitativo das vivências maternas no Rio de Janeiro (1880-1899)**

Ingrid Job

**Gênero e alimentação infantil: análises na imprensa e em teses médicas**

Isabelli Meirelles Zacaron Grossi



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## SUMÁRIO

**A Exportação de Zebu e a Importação de ditadores (1958-1954): um estudo de caso contra os mitos da economia política liberal**

João Pedro Passos de Barros Borges

**Império e contrabando: o comércio ilegal na fronteira das colônias ibéricas (1750-1777)**

João Vitor de A. Tavares

**José da Silva Lisboa e o lugar de Adam Smith na economia política**

Leonardo Amaral da Cruz Oliveira

**Panair do Brasil: Memória Empresarial e o Impacto Econômico da Ditadura Militar**

Letícia Martins da Cruz

**A Insegurança alimentar durante a Pandemia de COVID-19 e a importância das ações sociais: O caso do mercadinho solidário da OSC Mulheres da Parada**

Laura Barbosa Ferreira, Luanna Murici Brito, Maria Camiris Cardoso de Araujo, Perla de Oliveira Souza e Thais Rodrigues Lemos



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## SUMÁRIO

**Aspectos econômicos, sociais e um quadro da riqueza inventariada no Vale do Mamanguape na Zona da Mata Paraibana (1850-1877)**

Lucas Carlos Martiniano de Almeida

**Nas ondas do Rio Grande de São Pedro: Tráfico Transatlântico e Composição Demográfica, C. 1765-1810**

Luigi Bastos do Nascimento Pintaude

**Canudos em Perspectiva: análise marxista e possibilidades metodológicas na interpretação da formação e desenvolvimento do vilarejo**

Mariana Fresneda Andrade

**A cadeia mercantil do tabaco baiano no atlântico do século XVIII: Europa, África e Canadá**

Matheus Butrucci



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## SUMÁRIO

**A Indústria Fabril no Oitocentos: um mapeamento a partir da documentação do Tribunal da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação**

Matheus Sinder

**Senhores úteis do Brasil: as conquistas nos escritos de Duarte Ribeiro de Macedo**

Pedro Affonso Mattos de Azevedo Oliveira

**O antigo frente ao novo: a continuidade da pecuária após a expansão do Açúcar em Campos dos Goytacazes (1700-1800)**

Rayane Cinelli dos Santos

**Alimentação e economia na Província do Amazonas: o uso de dados econômicos para compreensão de aspectos culturais**

Robert Alves Pinho

**Ocupação e formação dos mercados no norte e noroeste fluminense**

Romulo Wesley Trancoso da Silva



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Geografia da Escravidão no Vale do Rio Mississippi (1850-1860)

Ana Luiza Guigues<sup>1</sup>

Leonardo Vomaro<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho é fruto de uma pesquisa interdisciplinar entre Geografia e História que busca aproximar o campo de estudos sobre escravidão com a perspectiva espacial geográfica. Seu objetivo geral é entender o impacto da escravidão na dinâmica fundiária no Vale do rio Mississippi nos Estados Unidos entre as décadas de 1850 e 1860, numa perspectiva comparada entre as regiões Norte e Sul. O ponto de partida é o trabalho de Gavin Wright *Slavery and American Economic Development* (2006), em sua obra, ao comparar Norte e Sul dos Estados Unidos, Wright argumenta que os escravos, enquanto direitos de propriedade dos senhores no Sul, possibilitaram a configuração de espaços fundiários totalmente divergentes entre as duas regiões. Considerando que em meados do século XIX o Vale do rio Mississippi era a fronteira mercantil dos Estados Unidos, o presente trabalho, através de programas e ferramentas de geoprocessamento e SIG (ArcGIS; QGIS, etc), buscou mapear e analisar estatisticamente as diferentes dinâmicas fundiárias dos condados à margem do rio para quatro estados. Através dos dados censitários norte-americanos para as décadas de 1850 e 1860, foram produzidos uma série de mapas temáticos identificando as principais diferenças entre o espaço agrário do Norte e o espaço agrário do Sul, considerando o fator escravidão como o principal dinamizador das diferenças entre as duas regiões.

**Palavras-Chave:** Geografia; Escravidão; Estados Unidos; Rio Mississippi

<sup>1</sup> Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF). Bacharel em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: [ana.guigues@id.uff.br](mailto:ana.guigues@id.uff.br).

<sup>2</sup> Pós-graduando em Geoprocessamento na Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG). Bacharel em Geografia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: [leovomaro@gmail.com](mailto:leovomaro@gmail.com).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Introdução

Este trabalho é fruto de uma pesquisa interdisciplinar entre Geografia e História que busca aproximar o campo de estudos sobre escravidão com a perspectiva espacial geográfica, cujo objetivo maior é desenvolver uma “geografia da escravidão<sup>3</sup>”, campo teórico ainda em construção. O trabalho nasceu a partir da pesquisa *Geografia locacional comparada: padrões de posse fundiária no Sul e no Norte dos Estados Unidos, 1850-1860* (Guigues, 2021), desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e continuado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Geografia. Em ambos, foi discutido e mapeado as diferentes dinâmicas fundiárias observadas entre Norte e Sul dos Estados Unidos para as décadas de 1850 e 1860, tomando o Vale do Mississippi como objeto de estudo e a escravidão nos estados sulistas como fator central para tais divergências. A interdisciplinaridade entre Geografia e História fez-se extremamente necessária, uma vez que o estudo sobre escravidão histórica ou negra é raro no campo da primeira, e observa-se poucos trabalhos no campo da segunda que realmente incorporam uma abordagem mais espacial da escravidão, pelo menos na literatura especializada norte-americana.

O pontapé da pesquisa partiu da obra de Gavin Wright *Slavery and American Economic Development* (2006), no qual o autor propõe o conceito de “geografia locacional da escravidão”. Em seu entendimento, os escravos seriam direitos de propriedade de seus senhores, tidos como bens *móveis* e podendo assim serem deslocados - transportados - para onde seu mestre julgasse interessante. Para Wright, essa questão implicou em configurações espaciais muito diferentes nas dinâmicas fundiárias da região Norte - livre - e da região Sul - escravista -, as quais este trabalho buscou mapear. Tomando o Vale do rio Mississippi como delimitação espacial e as décadas de 1850 e 1860 como recorte temporal, as pesquisas desenvolvidas no PIBIC, no TCC, e aqui apresentada buscaram mapear, através de geoprocessamento, a “geografia locacional da escravidão” de Wright

<sup>3</sup> Campo ainda em desenvolvimento que busca, em linhas gerais, teorizar as dinâmicas geográficas da escravidão nos diferentes espaço-tempos em que a instituição existiu. Apoiar-se fortemente na perspectiva do sistema-mundo, da Segunda Escravidão e da Geografia Histórica, com influência também da Geografia Crítica



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

no contexto da expansão da fronteira mercantil dos Estados Unidos em meados do século XIX. Nesse período, ainda que com diferenças socioeconômicas regionais explícitas, tanto Sul quanto Norte apresentavam desenvolvimento de suas economias agrícolas, expandindo-se territorialmente para o Oeste (Wright, 2006). O rio Mississippi era então o marco geográfico dessa fronteira e elemento chave para seu desenvolvimento e expansão (Turner, [1893] 2008).

Dentro desse recorte espaço-temporal, foram selecionados quatro estados; dois para o Norte - Illinois e Iowa - e dois para o Sul - Louisiana e Mississippi. De forma a representar, grosso modo, o Vale do Mississippi, o trabalho focou apenas nos condados à margem do rio para esses estados, desconsiderando aqueles mais ao “interior”. Para a produção dos mapas, foram coletados dos *United States Census Bureau* de 1850 e 1860 informações estatísticas pertinentes à dinâmica agrária de cada um dos condados escolhidos, tal como número de fazendas; população escrava; área; produção agrícola, preços da terra, etc. Através de *softwares* de geoprocessamento como o QGIS, os dados censitários das duas décadas foram combinados com dados vetoriais georreferenciados e uma série de mapas temáticos foram criados, além de um gráfico estatístico. Para além das diferenças regionais de ordem ecológico-geográfica, foram observadas, em ambas as regiões, inúmeras diferenças socioeconômicas significativas no decorrer dos dez anos analisados.

16

## A Fronteira Locacional da Escravidão

Na obra *Slavery and American Economic Development* (2006), Gavin Wright, professor emérito da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, apresentou o conceito de “geografia locacional da escravidão”, o qual diz respeito aos escravos serem *direitos de propriedade* de seus mestres. Para o autor, isso significa que a escravidão no Sul não foi apenas um regime de trabalho diferente do regime livre, mas sim uma instituição “peculiar” pautada no escravo enquanto *bem móvel* legalmente assegurado ao senhor. Isso significa que, diferentemente de terras e imóveis, um escravo poderia ser transportado.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Diferentemente de animais ou maquinário - para considerar outros bens móveis - um escravo transportava-se sozinho:

Escravos podiam ser comprados e levados para qualquer lugar onde a escravidão fosse legal; eles podiam ser incumbidos de qualquer tarefa - homem ou mulher, jovem ou idoso; podiam ser punidos por desobediência, sem qualquer recurso efetivo à lei; podiam ser acumulados como uma forma de riqueza; podiam ser deixados como herança; [...] escravos podiam ser usados como base para operações de crédito [...] (Wright, 2006, p. 7).<sup>4</sup>

Nesse sentido, um dos grandes argumentos do autor é que essa “qualidade” do escravo foi o que permitiu aos senhores no Sul uma vantagem econômica que o Norte não dispunha, uma vez que naquela região a escravidão não era permitida por lei. Se um escravo podia ser vendido, alugado, hipotecado ou usado como crédito, os senhores no Sul possuíam uma forma de acumulação de riquezas e capitais que os negociantes e empresários do Norte simplesmente não dispunham. Se o escravo era um bem tão valioso - e ele certamente o era - o acesso a outros bens e propriedades deveria ser mais fácil no Sul do que no Norte. Para Wright, este é o principal fator que explica as diferentes dinâmicas fundiárias entre as duas regiões nos Estados Unidos do século XIX, principalmente no que tange ao tamanho das propriedades rurais. Focando somente nas dinâmicas agrárias, o autor defende que, uma vez que a escravidão não era permitida no Norte, os proprietários de terra dessa região não dispunham de tantos recursos financeiros como os do Sul, e logo suas terras não eram assim tão extensas. Num contexto de expansão de fronteiras e ocupação de novas áreas, nota-se que possuir escravos poderia então ser essencial para a prosperidade dos negócios. E em meados do século XIX, o Vale do Mississippi era a fronteira mercantil dos Estados Unidos.

Após da Compra da Louisiana em 1803, o país incorporou ao seu território a quase totalidade da vasta bacia do rio Mississippi, a terceira maior do mundo. Quase 50 anos depois, o rio era o marco geográfico da fronteira norte-americana na segunda metade do século XIX (Turner,

<sup>4</sup> “Slaves could be purchased and carried to any location where slavery was legal; they could be assigned for any task - male or female, young or old; they could be punished for disobedience, with no effective recourse to the law; they could be accumulated as a form of wealth; they could be sold bequeathed; [...] slaves could be used as the basis for credit transactions [...]” (Wright, 2006, p. 7). Tradução dos autores.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

[1893] 2008). Assim como o próprio Vale do Mississippi, a expansão e ocupação dessa fronteira não foi homogênea. O rio percorre os Estados Unidos de norte a sul, banhando 10 estados (Minnesota, Wisconsin, Iowa, Illinois, Missouri, Kentucky, Arkansas, Tennessee, Mississippi e Louisiana) e é o segundo maior da América do Norte. Seus 3.781,9 km de extensão percorrem e ajudam a formar diversas paisagens e biomas diferentes que, da mesma forma, ajudaram a formar diferentes padrões fundiários entre Norte e Sul (ESTADOS UNIDOS, 2021).

Figura 1. Mapa de Localização do Rio Mississippi



Adaptado de Mississippi River Country

No Sul, a ocupação deu-se majoritariamente por senhores de escravos e *plantations*



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

algodoeiras. Num momento de alta demanda de matérias primas para a crescente industrialização europeia e norte-americana, os estados escravistas do chamado *Old South* não conseguiam mais acompanhar tal ritmo. Nesse contexto, Virginia, Maryland, Carolina do Norte e Carolina do Sul deixaram de importar escravos para vendê-los à Louisiana, Mississippi, Alabama, Geórgia, estados do chamado *Deep South*. Segundo Leonardo Marques,

Entre 1820 e 1860, mais de 875 mil escravos foram carregados por terra, rios e mar entre as regiões exportadoras de cativos do *Upper South* e as novas fronteiras escravistas do *Lower South*. Se incluirmos os movimentos das três décadas anteriores a 1820, como faz o historiador Michael Tadman, o número passa de 1 milhão (Tadman, 1989, p. 6-7, 11-43). A quantidade de indivíduos deslocados entre as duas regiões foi maior que o dobro — na verdade, quase três vezes — do número de africanos desembarcados diretamente da África no país durante todos os séculos anteriores (2017, p. 341).

O *Lower Mississippi* foi então marcado por grandes propriedades fundiárias, abastecidas de mão de obra escrava via tráfico interestadual e concentrada na mão de poucos, mas ricos senhores. Tendo nos escravos uma propriedade valiosa, as terras adquiridas na fronteira compreendiam os maiores e mais férteis lotes, e logo, os mais caros. Assim, durante o processo de ocupação do Baixo Vale, os pântanos e demais áreas alagadiças, predominantes na paisagem da região, foram sendo substituídos por, principalmente, plantações de algodão. Através do trabalho escravo, as *wetlands* foram transformadas, ao longo do século XIX, no *Cotton Kingdom*. Com cada vez mais drenagens, canais, diques e barragens, o Mississippi viu-se encher de balsas a vapor, carregadas de escravos, mercadorias e algodão, assim como as terras às suas margens (Morris, 2012; Johnson, 2013).

A fronteira no Norte, em contrapartida, foi ocupada por colonos mais pobres advindos principalmente de estados do Nordeste norte-americano e países europeus. Sem escravos, possuíam poucos recursos financeiros comparado aos senhores do Sul. Os assentamentos dos estados de Ohio, Indiana, Illinois e Iowa deram-se então em terras mais baratas, adquiridas através de *land grants* e vendas pelas linhas férreas em construção. Como os salários rurais eram baixos, a mão de obra característica da região era a própria



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

família do colono, que transformou as Grandes Pradarias do Meio-Oeste em searas de milho, trigo e criação de gado (Gates, 1934; Throne, 1949; Bogue, 1963). Diferentemente das propriedades de terra no Sul, os lotes fundiários na fronteira no Norte foram marcados por pequenas terras, mais baratas e cuja transformação em terra cultivável dependeu não de trabalho forçado, mas sim da própria família e de tração animal (Bogue, 1963). Para Gavin Wright, o que explica tamanha diferença foi a escravidão no Sul. Ao tomar os escravos como direitos de propriedade, o autor argumenta que eles geravam

[...] riquezas e créditos para seus senhores e, ao configurarem uma mão de obra disponível para ser alocada e trabalhar as novas terras, [...] implicavam uma valorização fundiária no Sul bem diferente daquela encontrada no Norte (Guigues, 2022, p. 23).

Assim, a ocupação da fronteira agrícola norte-americana no século XIX deu-se através de movimentos socioeconômicos e ambientais bem divergentes entre si. Ainda que desenvolvendo-se num mesmo período, o Vale do Mississippi “[...] experimentou [...] a aceleração do crescimento econômico [...] ‘metade escravo e metade livre’, sob dois sistemas de propriedade dramaticamente diferentes [...]” (Wright, 2006, p. 11-2)<sup>5</sup> e, não obstante, sob duas fronteiras numa só.

20

## Dinâmica Fundiária da Escravidão

Em seu livro, Gavin Wright (2006) apresenta alguns mapas temáticos e gráficos estatísticos acerca da dinâmica fundiária nos Estados Unidos do século XIX para ilustrar sua tese da geografia locacional da escravidão. Utilizando a escala territorial de condados, os mapas apresentados, assim como os gráficos, carecem de uma metodologia mais precisa. Como exemplo, tem-se os gráficos a respeito do tamanho das propriedades no

<sup>5</sup> “[...] the country experienced its acceleration of economic growth in the nineteenth century ‘half slave and half free’, under two dramatically different property systems [...]” (Wright, 2006, p. 11-2). Tradução nossa.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Sul que, em resumo, repetiram consensos pouco acurados da historiografia norte-americana sobre a áreas dessas terras. Em crítica ao trabalho do autor, Ana Luiza Guigues aponta que

Ao discorrer sobre a produção escravista na região, Wright aparentemente usa a quantidade de escravos como forma de medir as fazendas. Assim, classifica-as como grandes ou pequenas a partir do número de escravos que cada uma apresentava, distribuindo-as em classes de 0 escravos; 1-15 escravos; 16-50 escravos e mais de 50 escravos. Sem apresentar uma metodologia clara para essa medição e para a divisão de classes, o autor baseia-se no trabalho de Robert Fogel e Stanley Engerman *Explaining the Relative Efficiency of Slave Agriculture in the Antebellum South* (1977) para classificar o tamanho das propriedades fundiárias no Sul. Sem uma medição geométrica da área dessas fazendas, o argumento de que os escravos enquanto propriedade permitiam que seus senhores expandissem o tamanho de suas terras torna-se falho. Ao utilizar a quantidade de escravos para medir a área dessas propriedades, não é possível comparar de forma direta e precisa os tamanhos das fazendas entre o Norte e Sul, uma vez que o Norte não dispunha de escravos. Logo, o autor acaba por assumir, sem demais comprovações, que as propriedades no Sul eram maiores do que no Norte, “simplesmente” por possuírem escravos (2022, p. 25).

Diferentemente, foi priorizada uma metodologia mais clara para os mapas apresentados no PIBIC, no TCC e neste trabalho. Optou-se por trabalhar somente com o Vale do Mississippi, ao invés de considerar todo o Sul e todo o Norte. Neste recorte, como mencionado anteriormente, foram selecionados apenas 4 estados e seus condados à margem do rio, representando, simplificadamente, o Vale do Mississippi. Além disso, optou-se também por trabalhar apenas duas décadas - 1850 e 1860. A escolha por esse recorte espaço-temporal justifica-se pela região ser a fronteira agrícola norte-americana no período em questão, sendo possível observar a dinâmica de expansão territorial para o Oeste. Para a elaboração dos mapas, utilizou-se o software de geoprocessamento QGIS, com bases cartográficas retiradas do portal online da *Louisiana State University*. Para os dados vetoriais georreferenciados - *shapefiles* - foram criadas uma série de tabelas com dados estatísticos extraídos diretamente dos *United States Census Bureau* para 1850 e 1860. Neles, a menor escala utilizada para cada dado informado é a de condado, também adotada neste trabalho e nos anteriores. Assim, foram selecionados as categorias que mais se relacionam com a dinâmica fundiária, como (i) quantidade de fazendas; (ii) área do



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

condado, em acres; (iii) valor médio total das fazendas, em U\$; (iv) terra virgem e terra arada, em acres; (v) densidade populacional, em habitantes por milha quadrada; (vi) população urbana, considerada acima de 2.500 habitantes; (vii) população escrava; (viii) produção agrícola; (ix) tamanho médio das fazendas, em acres; (x) valor médio parcial das fazendas, em U\$; (xi) população escrava por fazenda. Algumas categorias são originais dos próprios censos, outras foram criadas a partir de combinações entre categorias para obtenção de dados inexistentes, mas de extrema importância. Como exemplo, a categoria (ix) tamanho médio das fazendas, não existe registrada. Para obtenção de seus dados, os valores de (ii) área do condado foram divididos entre (i) quantidade de fazendas, chegando a uma aproximação do tamanho médio das fazendas para cada condado selecionado. As categorias (x) valor médio parcial de fazendas e (xi) população escrava por fazenda seguem a mesma lógica, sendo (x) o quociente da divisão entre (iii) valor médio total de fazendas por (i) quantidade de fazendas e (xi) o quociente entre (vii) população escrava e (i) quantidade de fazendas. Neste trabalho, optou-se por mapear somente as categorias (i) quantidade de fazendas; (iii) valor médio total das fazendas e (ix) tamanho médio das fazendas. As demais categorias, além de já terem sido mapeadas e apresentadas em *O Espaço da Escravidão* (2022), de Guigues, tornaram-se ou relativamente desprezíveis ou de comparação mais complexa para o escopo deste trabalho.

A seguir, os resultados dos mapas:



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

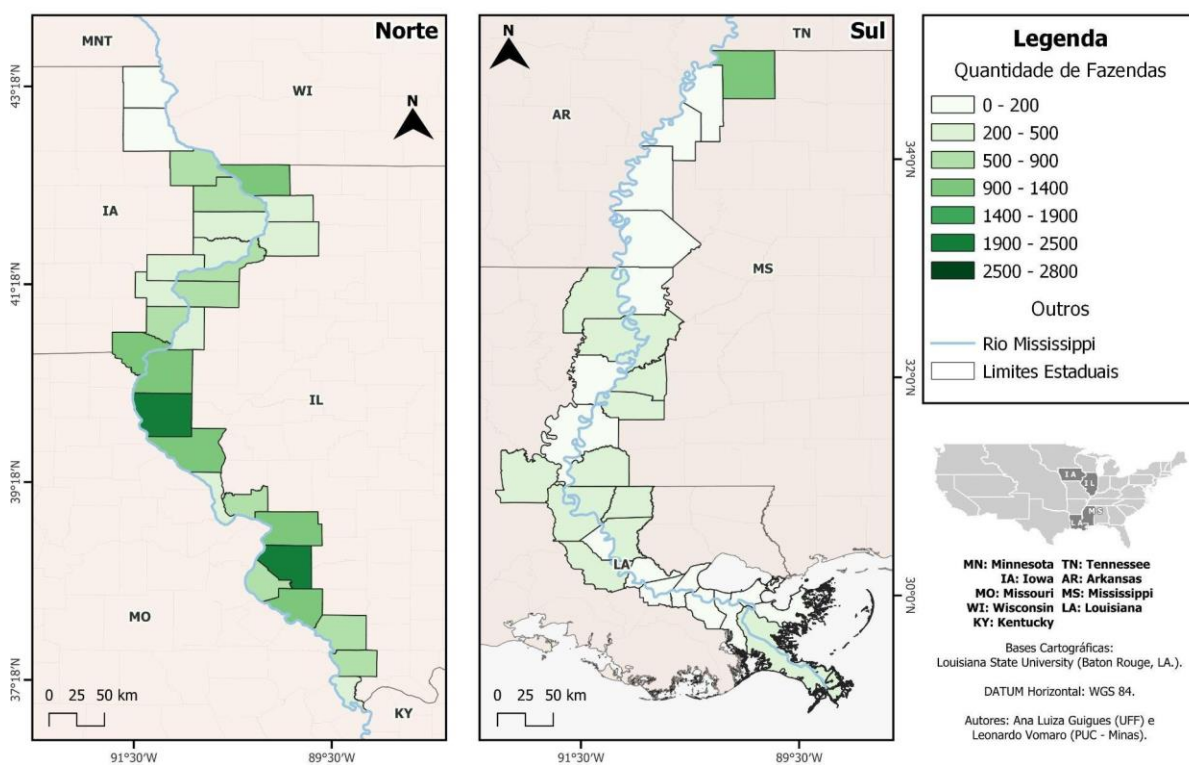
Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Mapa 1.1 – Quantidade de Fazendas (1850)<sup>6</sup>

## Quantidade de Fazendas por Condado - 1850

Vale do Rio Mississippi - Iowa, Illinois, Mississippi e Louisiana.

IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA



Fonte: *United States Census Bureau.*

Elaborado pelos autores.

<sup>6</sup> No mapa 1.1 e 1.2, o número de classes escolhidas foi 7, sugerido pelo próprio QGIS. A distribuição de frequência utilizada é de *natural breaks (jenks)*, com valores aproximados para tornar a legenda mais didática.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

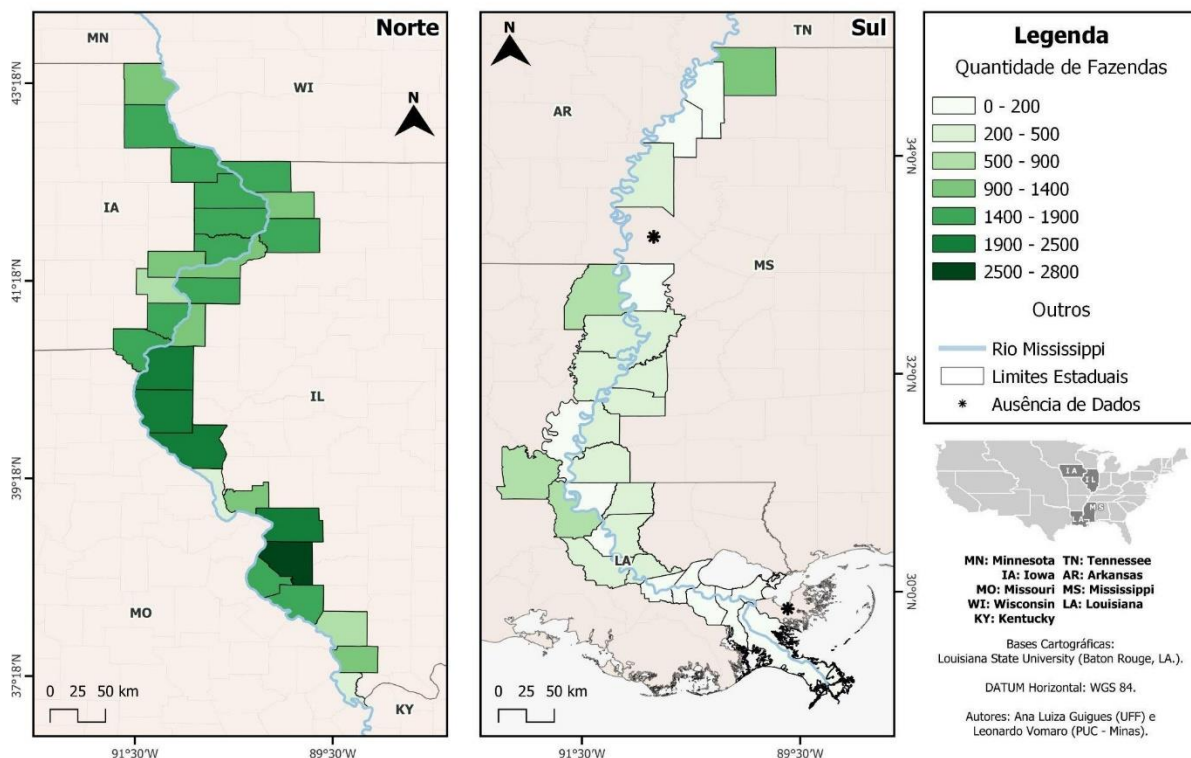
Roberto Borges Martins & Maria do Carmo Salazar

Mapa 1.2 – Quantidade de Fazendas (1860)

## Quantidade de Fazendas por Condado - 1860

Vale do Rio Mississippi - Iowa, Illinois, Mississippi e Louisiana.

IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA



Fonte: *United States Census Bureau.*

Elaborado pelos autores.

Nos dois mapas acima, os dados apresentados dizem respeito à quantidade de fazendas para os condados do Norte (Illinois e Iowa) e para os condados do Sul (Louisiana e Mississippi), à margem do rio Mississippi, para 1850 e 1860. Variando entre 0 a 2.800 fazendas, observa-se que, para ambas as décadas, os condados do Norte possuíam muito mais fazendas que os condados do Sul. Ainda, podemos observar que o número de fazendas para Iowa e Illinois aumentou no decorrer de uma década, ao passo que o número para Louisiana e Mississippi permaneceu mais estável.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

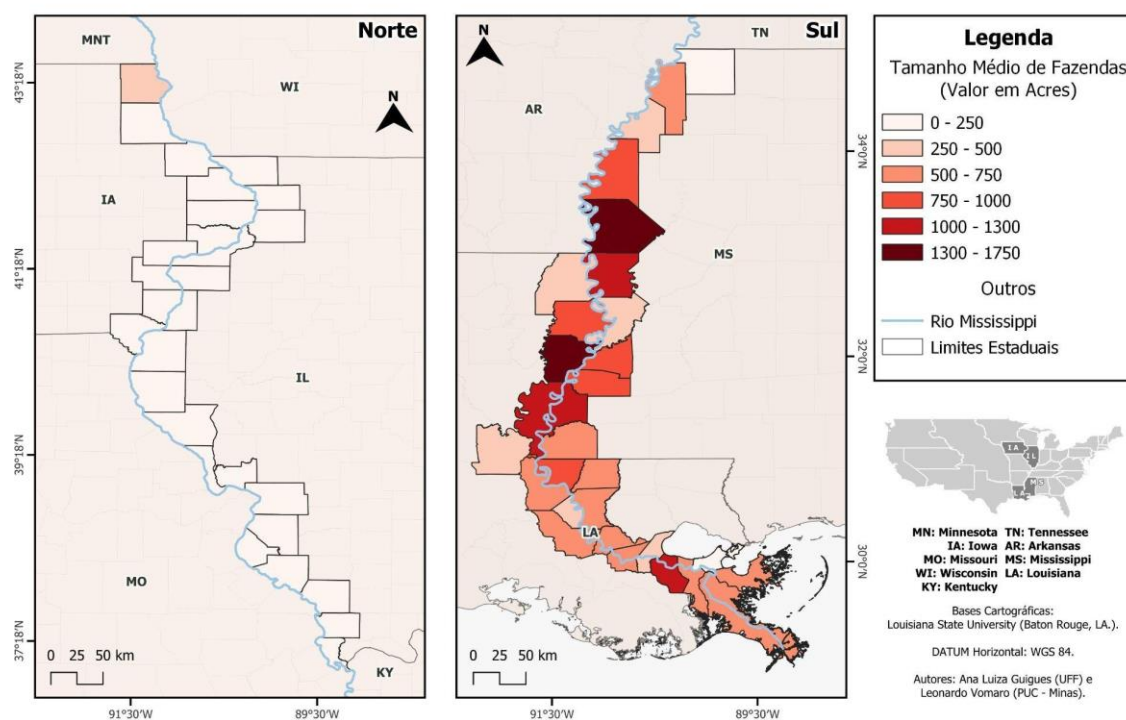
Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Mapa 2.1 – Tamanho Médio das Fazendas (1850)<sup>7</sup>

## Tamanho Médio de Fazendas por Condado - 1850

Vale do Rio Mississippi - Iowa, Illinois, Mississippi e Louisiana.

IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA



Fonte: United States Census Bureau.

Elaborado pelos autores.

Mapa 2.2 – Tamanho Médio das Fazendas (1860)

<sup>7</sup> No mapa 2.1 e 2.2, o número de classes escolhidas foi 6, sugerido pelo próprio QGIS. A distribuição de frequência utilizada é de *natural breaks (jenks)*, com valores aproximados para tornar a legenda mais didática.



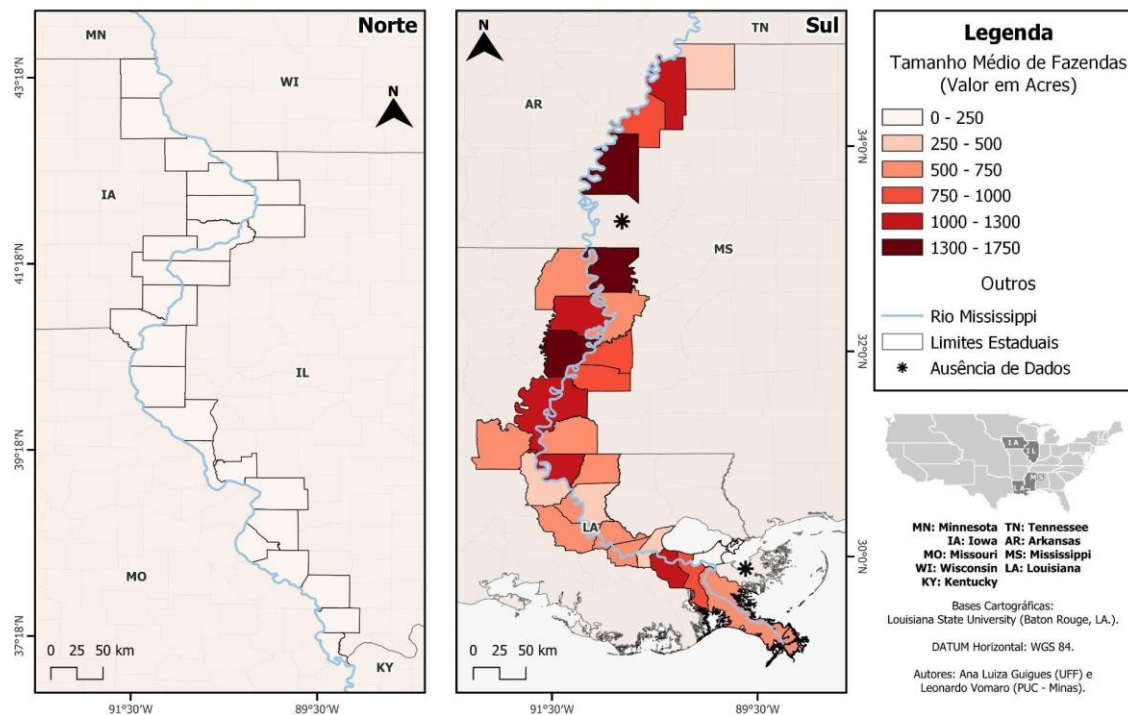
# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins & Maria do Carmo Salazar

## Tamanho Médio de Fazendas por Condado - 1860

Vale do Rio Mississippi - Iowa, Illinois, Mississippi e Louisiana.

IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA



Fonte: United States Census Bureau.

Elaborado pelos autores.

Nos mapas acima, observa-se que o tamanho médio das propriedades no Sul é muito maior que no Norte, em ambas as décadas. Nota-se também que, ao passo que o Sul aumentou o tamanho de suas fazendas ao longo dos dez anos em questão, com três condados atingindo valores entre 1300 - 1750 acres, o Norte experimentou uma diminuição da área de suas fazendas. Em 1850, pelo menos um condado apresentou valor entre 250 e 500 acres, ao passo que, já em 1860, nenhum condado ultrapassou os 250 acres.

### Mapa 3.1 – Valor Médio das Fazendas (1850)<sup>8</sup>

<sup>8</sup> No mapa 3.1 e 3.2, o número de classes escolhidas foi 7, sugerido pelo próprio QGIS. A distribuição de frequência utilizada é de *natural breaks (jenks)*, com valores aproximados para tornar a legenda mais didática.



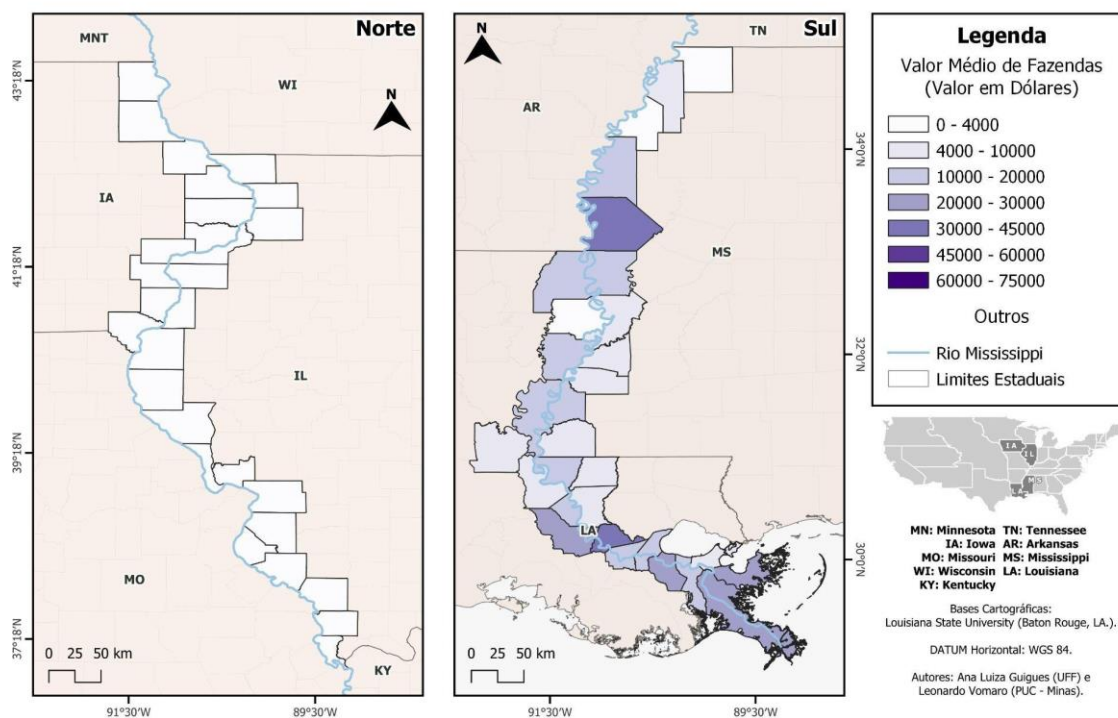
# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Valor Médio de Fazendas por Condado - 1850

Vale do Rio Mississippi - Iowa, Illinois, Mississippi e Louisiana.

IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA



Fonte: United States Census Bureau.

Elaborado pelos autores.

Mapa 3.2 – Valor Médio das Fazendas (1860)



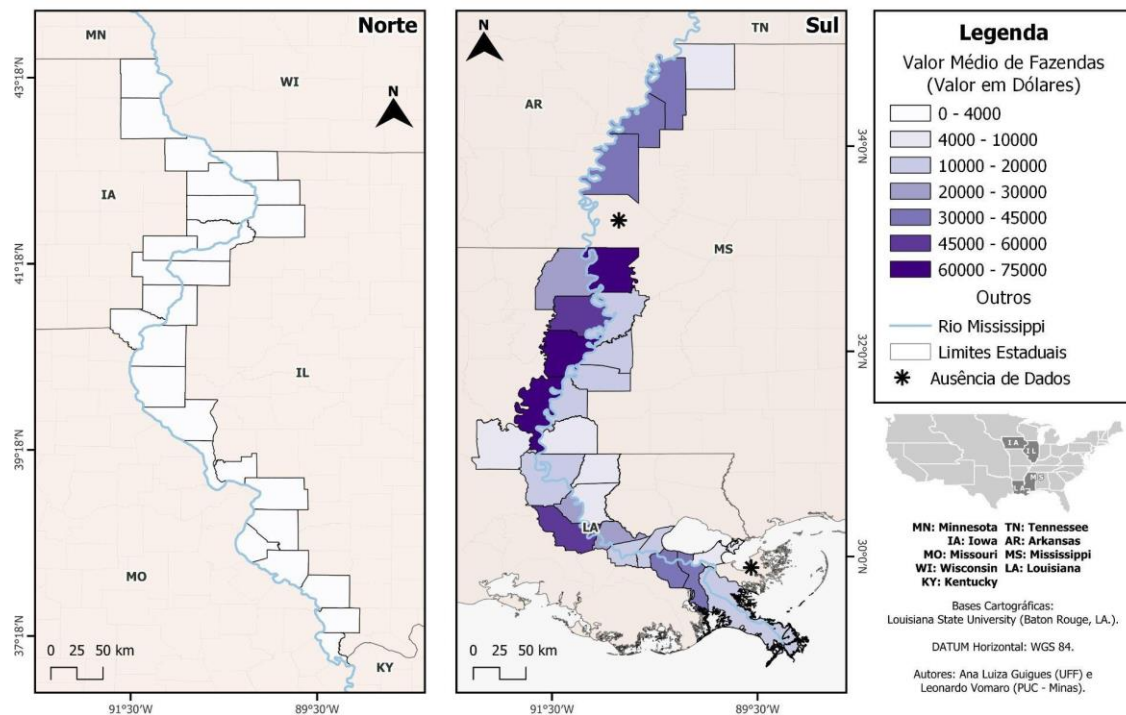
# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins & Maria do Carmo Salazar

## Valor Médio de Fazendas por Condado - 1860

Vale do Rio Mississippi - Iowa, Illinois, Mississippi e Louisiana.

## IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA



Fonte: United States Census Bureau.

Elaborado pelos autores.

Por fim, tem-se que, para as duas décadas consideradas, as fazendas nos condados sulistas eram muito mais caras que as dos condados nortistas. Em 1850, nenhum condado do Norte atingiu mais de U\$ 4.000,00, e o padrão permaneceu na década seguinte. O sul, por sua vez, viu o valor de suas fazendas em alguns condados mais que dobrar, com outros ultrapassando os U\$ 60.000,00. Comparando os três mapas em questão, nota-se que, entre 1850 e 1860, o número de fazendas no Norte cresceu ao mesmo passo em que a área delas diminuiu, e seus valores não sofreram grandes alterações. Assim, infere-se que o avanço da fronteira nos condados de Illinois e Iowa apresentou uma divisão dos lotes já ocupados, multiplicando as fazendas mas tornando-as menores, e conseqüentemente, não encarecendo-as, pelo menos em comparação com o Sul. Esta região, por sua vez, experimentou um processo bem diferente. A diferença no número de fazendas entre as duas



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

décadas é pouco expressiva, significando poucos novos lotes adquiridos. No entanto, para aqueles já existentes, o tamanho médio aumentou significativamente, elevando também, de forma bem expressiva, o valor dessas terras.

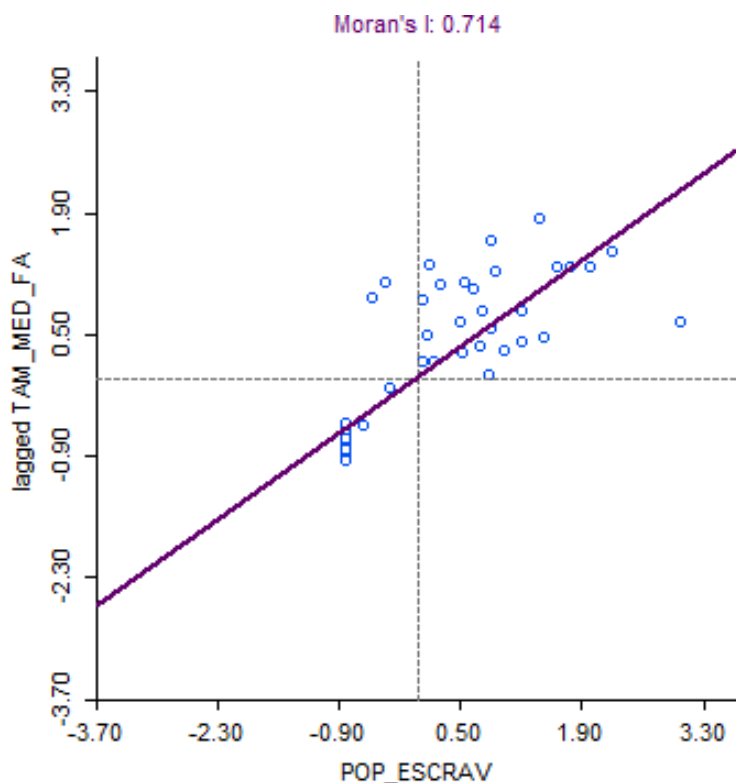
Para Gavin Wright, o que explica uma dinâmica fundiária tão diferente é a escravidão no Sul. Levando em consideração este fator, apresenta-se a seguir dois gráficos criados a partir do Índice de Moran, medida estatística de autocorrelação espacial. Comumente utilizado na análise de dados espaciais, ele ajuda a determinar se certos padrões estão distribuídos de forma aleatória no espaço ou se existe algum grau de agrupamento ou dispersão semelhantes. Ainda, o índice permite trabalhar com análises univariadas - o qual é atribuído uma única variável - ou bivariadas - o qual são empregadas duas diferentes variáveis. Neste trabalho, a análise exploratória de dados espaciais (AEDE) empregada foi a do Índice de Moran bivariada, utilizando as variáveis (vii) população escrava e (ix) tamanho médio das fazendas. O recorte espaço-temporal empregado foi o mesmo utilizado para os mapas acima apresentados. Para o cálculo da análise foi utilizado o software GeoDa, que se destina à análise espacial de dados estatísticos e à produção de gráficos mediante o processamento dos dados inseridos. Como resultado, tem-se os dois gráficos:

**Gráfico 1.1 – Tamanho Médio das Fazendas X População Escrava (1850)**



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar



Fonte: *United States Census Bureau.*

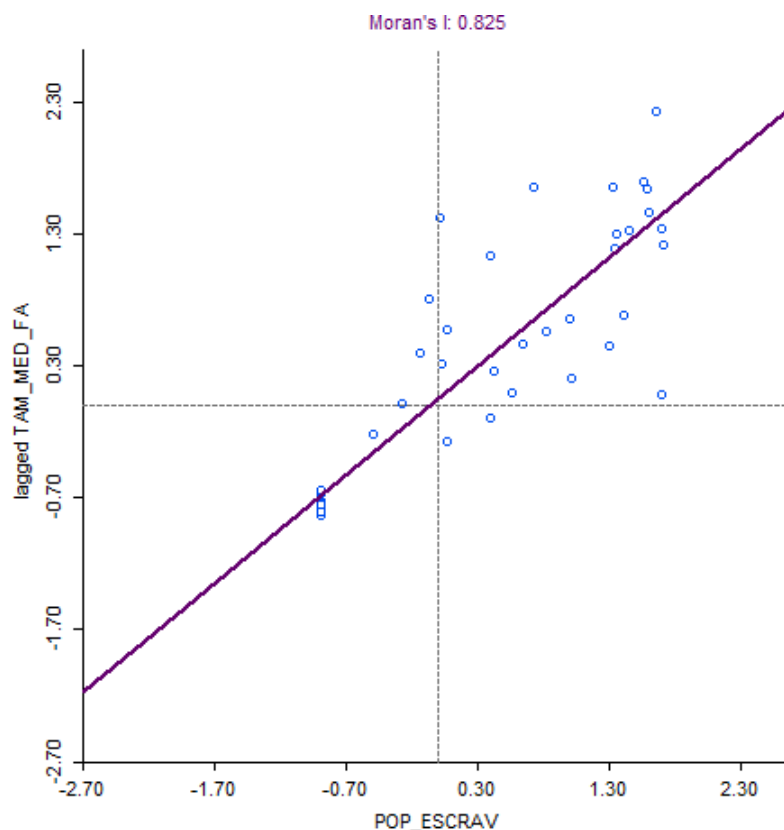
Elaborado pelos autores.

Gráfico 1.2 – tamanho Médio das Fazendas x População Escrava (1860)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar



Fonte: *United States Census Bureau.*

Elaborado pelos autores.

Neste índice, a autocorrelação espacial pode variar de -1 a 1, no qual os valores próximos de 1 (ou positivos) revelam que existe uma similaridade entre os valores das variáveis inseridas, e os valores próximos a -1 (ou negativos) indicam uma dissimilaridade. Os valores de 0 ou próximos indicam a ausência de autocorrelação espacial entre as variáveis. Nos gráficos acima, observa-se que, para 1850, o valor de autocorrelação espacial entre a área das fazendas e a população escrava era alto, no índice de 0,714. Dez anos depois, a autocorrelação é ainda maior entre as duas variáveis, com índice de 0,825. Assim, ambas apresentam autocorrelação positiva, com valores próximos de 1, para as duas décadas. Infere-se assim que, quanto maior a população escrava, maior era o tamanho das propriedades rurais.

No entanto, como o Índice de Moran apresenta a existência ou não de correlações

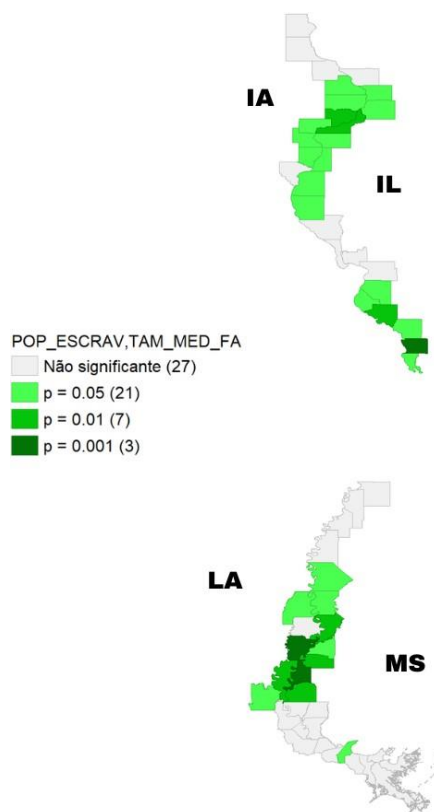


# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

espaciais entre uma ou duas variáveis, ele considera o grau de concentração ou dispersão dessas variáveis no espaço analisado, exprimido através de graus de significância. Este grau - ou probabilidade - serve para indicar se o dado analisado é significativo ou não, no qual, se  $p \leq$  (igual ou menor) a 0.05, o valor de autocorrelação espacial é devidamente significativo. Para os condados do Vale do Mississippi, o grau de significância das variáveis (vii) população escrava e (ix) tamanho médio das fazendas exprimiu os seguintes mapas:

Mapa 4.1 – Grau de Significância no Índice de Moran (1850)



Fonte: *United States Census Bureau.*

Elaborado pelos autores.

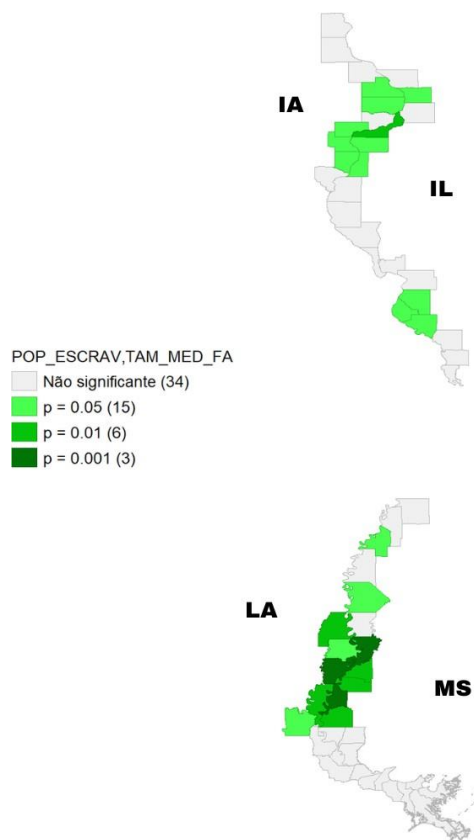




# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Mapa 4.2 – Grau de Significância no Índice de Moran (1860)



Fonte: *United States Census Bureau.*

Elaborado pelos autores.

Os mapas acima apresentam somente os condados selecionados do Vale do Mississippi. Os destacados em verde apresentam acurado índice de probabilidade (p), ou seja, uma maior chance do índice de autocorrelação de Moran ser estatisticamente significativo. Para os condados em cinza, o índice de probabilidade (p) não alcançou os 5%, o que infere uma menor significância do índice. Em resumo, no contexto do Vale do Mississippi, o grau de significância do I de Moran representou a correlação espacial das variáveis (vii) população escrava e (ix) tamanho médio das fazendas em seus dois extremos: os condados de Iowa e Illinois marcados em verde expressam zero escravos e pequenas fazendas, compreendendo uma ponta do índice. Já os condados da Louisiana e



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

do Mississippi marcados em verde expressam a ponta oposta; muitos escravos e grandes fazendas. Em termos estatísticos, verifica-se, novamente, a geografia locacional da escravidão de Wright em ação.

## Considerações Finais

Este trabalho buscou apresentar, de forma mais acurada, a tese da geografia locacional da escravidão, do historiador Gavin Wright. Em sua obra *Slavery and American Economic Development*, o autor argumenta que a escravidão no Sul não era apenas um regime de trabalho diferente do livre assalariado no Norte, mas sim uma instituição existente apenas naquela região. Nesse contexto, o escravo não era apenas uma mão de obra cativa, mas sim uma propriedade móvel do seu senhor. Com esta “qualidade”, ele podia ser vendido, hipotecado, usado como crédito, transportado para outros lugares e incumbido de qualquer tarefa que seu dono lhe designasse. No contexto da expansão territorial dos Estados Unidos para o Oeste em meados do século XIX, dispor dessa propriedade única configurava não somente uma vantagem econômica frente a outros colonos, mas também uma *vantagem territorial*.

Em seu trabalho, Wright tentou ilustrar seu argumento através de mapas e gráficos que, no entanto, mostram-se fracos em termos de método. Este texto, por sua vez, buscou corroborar a tese do autor através de uma metodologia que aproxime Geografia e História e se mostre mais confiável. Com uso de geoprocessamento e do índice estatístico de Moran, oito mapas e dois gráficos foram criados, representando, de forma simplificada, as dinâmicas fundiárias na fronteira do Vale do Mississippi entre 1850 e 1860. Com os resultados obtidos, observou-se que o processo de ocupação e organização do espaço agrário foi extremamente divergente entre os condados do Norte e os condados do Sul. Ao passo que o Norte evoluiu, no período dos dez anos analisados, para dividir os lotes de terra existentes em lotes menores e manteve seu preço relativamente baixo, o Sul experimentou uma provável concentração de terras, com propriedades cada vez maiores e concentrada na mão dos mais ricos, uma vez que suas fazendas pouco aumentaram em quantidade, mas sim



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

em área e em valor.

No que tange à escravidão, e desprezando demais variáveis como (viii) produção agrícola; (iv) terra virgem e terra arada; (v) densidade populacional; etc. a sua correlação coma quantidade de fazendas, o tamanho médio dessas propriedades e seus valores mostrou-se alta. A geografia locacional da escravidão de Wright, portanto, confirma-se como válida, pelo menos para as variáveis observadas neste trabalho. Mais do que isso, sua tese mostra-se também como um importante esforço teórico para refletir sobre as dinâmicas diferenciadas que a escravidão exprimiuiu nos espaços-tempos em que ocorreu e para pensar o - ainda em desenvolvimento - campo da Geografia da Escravidão.

## Bibliografia

BOGUE, Allan. Farming in the Prairie Peninsula - 1830-1890. *The Journal of Economic History*. Vol. XXIII, N° I, 1963, pp. 3-29.

ESTADOS UNIDOS. U.S Department Of The Interior. National Park Service. Mississippi River Facts. Washington: U.S Department Of The Interior, 2021. Disponível em: <https://www.nps.gov/miss/riverfacts.htm>. Acesso em: ago. 2021.

ESTADOS UNIDOS. U.S. Census Bureau. The Seventh Census of the United States: 1850. Washington: Robert Armstrong Public Printer, 1853.

ESTADOS UNIDOS. U.S. Census Bureau. The Eighth Census of the United States: 1860. Washington: Government Printing Office, 1864.

GATES, Paul. *The Illinois Central Railroad and Its Colonization Work*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1934.

GUIGUES, Ana Luiza. Geografia locacional comparada: padrões de posse fundiária no Sul e no Norte dos Estados Unidos, 1850-1860. 2021. Relatório de Iniciação Científica. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

GUIGUES, Ana Luiza. O Espaço da Escravidão: Dinâmica Fundiária no Vale do



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Mississippi (1850-1860). 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

JOHNSON, Walter. *River of Dark Dreams: Slavery and Empire in the Cotton Kingdom*. Cambridge, Mass: Belknap Press of Harvard University Press, 2013.

MARQUES, Leonardo. O tráfico interestadual de escravos nos Estados Unidos em suas dimensões globais, 1808-1860. *Revista Tempo*. Vol. 23 n. 2, Article 8. May/Aug. 2017.

MISSISSIPPI River Country. *What is Mississippi River Country?* 2022.

Disponívelem: <https://mississippirivercountry.com/what-is-the-mrc/>. Acesso em 1 Dez 2022.

MORRIS, Christopher. *The Big Muddy: An Environmental History of the Mississippi and Its Peoples from Hernando de Soto to Hurricane Katrina*. Nova York: Oxford University Press, 2012.

THRONE, Mildred. Southern Iowa Agriculture, 1833-1890: The Progress from Subsistence 86 to Commercial Corn Belt Farming. *Agricultural History*, Vol. 23, No. 2, 1949, pp. 124-130.

TURNER, Frederick Jackson. *The Significance of the Frontier in American History*. New York: Penguin Books, [1893] 2008.

WRIGHT, Gavin. *Slavery and American Economic Development*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## O *sentido* da fiscalidade colonial e os dízimos na capitania de Minas Gerais

Artur Pereira Porto<sup>9</sup>

**Resumo:** O presente trabalho realiza um debate historiográfico em torno da fiscalidade colonial em Minas Gerais, com o intuito de recuperar a importância da tributação do dízimo para compreensão da história fiscal e do abastecimento na capitania mineira. Parte-se do princípio de que sem a consideração desse aspecto da fiscalidade colonial em Minas Gerais, ficam ausentes questões centrais para a compreensão da realidade colonial.

**Palavras-chave:** Fiscalidade; Minas Gerais; Brasil Colonial; Abastecimento; Dízimos.

37

O tema da fiscalidade é assunto recorrente na historiografia que se debruçou sobre a região das Minas Gerais no século XVIII.<sup>10</sup> Chamou especial atenção dos historiadores o período colonial e as formas que o Império Português dispôs para controlar e escoar o ouro produzido pela capitania. De modo que é vasta, além de bastante precoce, a produção bibliográfica sobre o tema.

Ao contrário do que se deu na agricultura e em outras atividades da colônia (como na pecuária), a mineração foi submetida desde o início a um regime especial que minuciosa e rigorosamente a disciplina. [...] estabelecia-se a livre exploração, embora *submetida a uma fiscalização estreita, e a coroa reservava-se, como tributo, a quinta parte de todo ouro extraído*. Depois das descobertas feitas em Minas Gerais, a antiga lei é substituída pelo Regimento dos

<sup>9</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, bolsista CAPES e pesquisador membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em História Econômica e Social (NEPHES).

<sup>10</sup> Apesar da advertência de Angelo Carrara, a respeito de a “fiscalidade ser um termo noviço na historiografia”, fazemos menção à temática da fiscalidade, não necessariamente a estudos específicos do campo da história fiscal. Infere-se que, ainda que de forma tangencial, o tema da fiscalidade se tornou recorrente para Minas Gerais setecentista (CARRARA, 2022, p. 45).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

superintendentes, guardas-mores e oficiais deputados para as minas de ouro, datado de 1702. Este regimento, com algumas modificações posteriores que não lhe alteraram a feição essencial, manter-se-ia até o fim da era colonial.

Em resumo, o sistema estabelecido era o seguinte: para *dirigir a mineração, fiscalizá-la e cobrar tributo (o quinto, como ficou denominado), criava-se uma administração especial, a Intendência de Minas, sob a direção de um superintendente*; em cada capitania em que se descobrisse ouro, seria organizada uma destas intendências que independia inteiramente de governadores e quaisquer outras autoridades da colônia, e se *subordinava única e diretamente ao governo metropolitano de Lisboa* (PRADO JUNIOR, 1970, p. 57)

De modo geral, a historiografia brasileira tratou com distinção a mineração, que provocou um momento de recrudescimento da administração colonial, no século XVIII. Em meio às muitas dificuldades encontradas pela Coroa em administrar e fiscalizar a produção aurífera. A própria criação da capitania das Minas Gerais, por desmembramento da capitania de São Paulo, em dezembro de 1720, remonta à preocupação da metrópole com a arrecadação fiscal, sendo uma tentativa de aperfeiçoar a rentabilidade do quinto e combater os descaminhos do ouro (PINTO, 1979, p. 61). Teria sido “com a paz do século XVIII e o ouro das Minas Gerais” que “o imposto [colonial] financiou seja as despesas do luxo da Côrte, seja uma política construções grandiosas no Brasil ou na metrópole, acentuando a redistribuição da renda em detrimento do Brasil” (MAURO, 1969, p. 203).

Não por menos o assunto instigou demasiadamente historiadores. Vitorino Magalhães Godinho estimou que, em meados do século XVIII, a taxa sobre o ouro extraído no domínio colonial português na América chegava a incrível cifra de 20% de toda a receita fiscal do Estado português (GODINHO, p. 71-71 *apud* COSTA, 2020, p. 56). Luciano Figueiredo elucida esta questão, a partir do ponto de vista de que “a máquina burocrática a serviço da Fazenda assume, numa colônia, funções muito específicas, não apenas arrecadar impostos para suprir as despesas públicas e administrar recursos. Ela integra um dos mecanismos de extração e transferência da renda colonial” (FIGUEIREDO, 1993, p. 96).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Apoiando-se em outras fontes e estudos mais recentes, André Costa chega a números divergentes de Godinho, pontuando que este não “contava com uma descrição pormenorizada da relação entre o Quinto sobre o ouro do Brasil e a política da Corte” (COSTA, 2013, p. 23). Informa que a participação do Quinto extraído da capitania no total das receitas da Coroa atingiu em dois anos de auge, 1754 e 1766, respectivamente, os valores de 15,4 % e 10,4% (Idem, p. 213-214). Ainda números bastantes expressivos, que, apesar de menores que 20%, não parecem relativizar tanto a importância da mineração para o rendimento da Coroa portuguesa em meados do século XVIII, principalmente levando em consideração que a tributação do quinto não foi o único incremento na arrecadação proporcionada pela exploração aurífera. O próprio aumento das exportações portuguesas para seu domínio americano ao longo do setecentos pode ser tratado como uma consequência indireta da atividade mineradora. O mesmo, contudo, não procede para a primeira metade do século. O ano de 1730 aparece com míseros 2,6 % de participação do Quinto na receita da metrópole.

Além da preocupação sistêmica que dominou os estudos históricos,<sup>11</sup> o objeto da investigação de Luciano Figueiredo, as “revoltas fiscais”, nos dá mais indícios que ajudam a justificar maiores esforços investigativos destinados ao conhecimento da fiscalização em Minas Gerais, no século XVIII, do que para outros momentos e regiões. O conjunto de reações dos colonos às tentativas de imposição da administração colonial portuguesa conformaram outra linha de estudos, a qual também se mostrou como um centro de atração de pesquisas que se consolidou de maneira forte a partir da década de 1980.

Charles Boxer já havia delineado aspectos importantes dessas dinâmicas, especialmente acerca das tensões entre os administradores coloniais e a população de Minas Gerais provocadas pela instalação das casas de fundição na capitania, na década de 1720, e, em seguida, pela substituição desse sistema pelo da capitação, em 1735 (BOXER, 1969, p. 210-221). Mas é a

<sup>11</sup> Ou seja, a extração de excedentes fruto do exclusivo colonial português, que por sua vez alimentava a acumulação primitiva de capital britânica, no contexto das relações interestatais no Velho Continente. A este respeito, Figueiredo assimila a leitura de Fernando Novais, “Amparada pelos mecanismos do exclusivo comercial, a Colônia fornecia ouro e diamantes, que, diante da dependência econômica portuguesa, acabavam por alcançar os centros dinâmicos do capitalismo, notadamente a Inglaterra”, tendo em vista essa leitura “a organização do sistema fiscal operava como um dos elementos mais fundamentais na transferência para a metrópole da riqueza gerada na economia colonial”. (FIGUEIREDO, 1993, p. 97).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

perspectiva de Laura de Mello e Souza que surge como grande impulsionador de trabalhos dessa vertente. Retomamos este trabalho com o intuito de descortinar uma caracterização que por muito tempo esteve presente nas reconstruções históricas das Minas do Ouro.

Mello e Souza, em importante obra, fruto de sua pesquisa de mestrado, propõe uma nova leitura para a sociedade colonial que se consolida em Minas Gerais em torno da atividade lavradora. Realizando uma sociologia histórica, demonstrou o que chamou naquele contexto de desclassificação de indivíduos. Processo que acabou por formar uma camada social extensa e heterogênea de sujeitos, situados entre senhores e escravizados, que não se enquadravam em uma classificação específica. Era um legado de instabilidade social, marginalização e pauperização generalizada proporcionado em grande medida pelos rápidos fluxos migratórios decorrentes da procura pelo ouro e diamantes (SOUZA, 2015).

Essa leitura teve o papel de evidenciar marcas importantes daquela sociedade, que ficavam ocultas em caracterizações mais otimistas do processo, as quais viam ao redor da atividade produtiva da mineração a constituição de uma sociedade com maior mobilidade social do que a litorânea sociedade do açúcar. No ínterim de romper com esse senso, Souza construiu uma visão a respeito da capitania de Minas Gerais que, desde o início do século XVIII, convivia com dificuldades de abastecimento e era extremamente dependente da importação de gêneros básicos de centro produtores longínquos. Nesse ponto, corroborava em grande medida com alguns apontamentos de Wilson Cano, em texto de 1977, “Economia do Ouro em Minas Gerais”.<sup>12</sup>

Observa-se que esses dois eixos de estudos que abordaram constantemente questões acerca da fiscalidade na capitania – a saber, um focado na administração colonial e atividade de produção e circulação, e outro na recepção e reação à imposição da fiscalidade – aprofundaram-se nas questões relativas à atividade mineradora. De modo que a ação do fisco metropolitano que incidiu de maneira direta sobre a produção de minérios tenha sido o enfoque privilegiado por grande parte da historiografia, ou melhor, por um longo período historiográfico. Ou seja, o Quinto, e a

<sup>12</sup> “Em análise recente, Wilson Cano contestou com brilho a associação entre a capacidade dinamizadora da economia mineira e a sua alta produtividade. Diz o autor que, apesar de ter gerado efeitos produtivos na economia do sul e desenvolvido a urbanização, o aparelho burocrático e o militar, o ouro não engendrou segmentos produtivos in loco, pois importava-se a maior parte dos meios de subsistência e quase não havia produção interna ou retenção local do excedente produzido.” (SOUZA, 2015, p. 42).





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

capitação, que perdurou de 1735 a 1750, foram amplamente debatidos, vigorando como os aspectos centrais, que denotavam sentido à fiscalidade colonial em Minas. Em contrapartida, a taxaço sobre a produço agropastoril não teve o mesmo engajamento de pesquisadores, ou mesmo foi tópicu ausente, em leituras como a de Wilson Cano.

A ocorrência desse processo epistemológico tem longas raízes na historiografia brasileira, o que nos remonta as interpretaçoões clássicas sobre o nosso passado colonial,<sup>13</sup> dentre as quais ressaltu Caio Prado Jr., e a sua proposiçoão da existênci de um sentido da colonizaçoão. Apesar desse mesmo historiador apresentar vários importantes subsídios para se pensar o desenvolvimento de atividades ligadas a agricultura e pecuária na colônia, inclusive em Minas Gerais.<sup>14</sup> Sua teoria de colonizaçoão tendeu a valorizar sobremaneira as atividades exportadoras, ao passo que diminuiu o impacto de dinâmicas internas na composiçoão dos fenômenos coloniais. A concepçoão pradiana sobre o passado colonial influencia notadamente até hoje a historiografia, tendo sido reificada no modelo de Fernando Novais, o Antigo Sistema Colonial, no final da década de 1970. Chave conceitual imprescindível para as interpretaçoões históricas sobre o passado colonial brasileiro, que informou uma gama de historiadores, a exemplo de Wilson Cano e Laura de Mello e Souza, acima referidos.

41

Não resta dúvidas quanto à existênci de um sentido na fiscalidade colonial. Com uma finalidade lógica, que pode ser pensada como um pressuposto conceitual, de apropriaçoão de riquezas dos domínios por parte da metrópole. Contudo, a historiografia a partir de meados da década de 1970 começou demonstrar questões fundamentais que foram ofuscadas por essa perspectiva. Ciro Flamarion Cardoso, tendo criticado a ideia de um sentido na colonizaçoão, o que denominou ser fruto de uma “preocupação obsessiva com a extraçoão de excedentes”, advertiu quanto a um caráter teleológico nessa estrutura de pensamento. “Mas o ‘sentido’ da história é

<sup>13</sup> Além de Caio Prado Júnior, a ideia de ciclos econômicos de Roberto Simonsen, as interpretaçoões de Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré e Fernando Novais. Apesar das enormes diferenças entre elas, tem em comum a valorizaçoão sobremaneira dos aspectos agroexportadores da economia.

<sup>14</sup> Caio Prado Jr. atentou de maneira prematura para o “renascimento agrícola” e também para a produçoão de abastecimento que se estabelece no sul de Minas para abastecimento da Corte no Rio de Janeiro, perspectiva que seria aprofundada por Alcir Lenharo, em 1979. Cf. (PRADO JUNIOR, 1970, p. 79-93; PRADO JUNIOR, 1961, p. 72).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

sempre uma reconstrução a posteriori, feita a partir do conhecimento post facto de quais potencialidades e interesses de classe em disputa se impuseram” (CARDOSO, 1980, p. 121) <sup>15</sup>

Às críticas conceituais de Cardoso mais tarde somariam contribuições empíricas que questionavam o funcionamento perfeito do fluxo de riquezas das colônias para suas respectivas metrópoles. Observaram-se limites às políticas fiscais das administrações coloniais, como existência de domínios coloniais deficitários, que dependiam do envio constante de remessas para manutenção da administração, ou ainda a momentos em que a contribuição era diminuta e não rendia os esperados frutos à metrópole, com amplamente se supunha. <sup>16</sup>

Pensamos ter se passado justamente este “ocultamento” com a produção agrícola e pecuária na capitania de Minas Gerais, e, por conseguinte, com a tributação do dízimo naquela realidade, cuja receita derivava diretamente dessas atividades produtivas. <sup>17</sup> Convencionou-se vincular a ordem administrativa e tributária colonial aos “quadros da grande propriedade monocultora, assentada no trabalho escravo e estreitamente articulada, através de sua produção,

<sup>15</sup> O foco de Ciro Cardoso nesse texto é realizar uma crítica à três perspectivas historiográficas sobre o processo colonial: a interpretação sobre a colonização do México apresentada por Angel Palerm, o “Antigo Sistema Colonial”, de Fernando Novais, e o “Sistema Econômico Mundial Europeu”, de Immanuel Wallerstein. No trecho citado Cardoso está realizando uma crítica especificamente às ideias de Fernando Novais, as quais podem ser compreendidas como um novo esforço de leitura do paradigma de Caio Prado Jr., junto a influência de “Escravidão e Capitalismo”, de Eric Williams.

<sup>16</sup> Cf. (CARRARA, 2022, p. 71-78).

<sup>17</sup> O “dízimo” foi um tributo colonial de origem antiga, no Brasil sempre cobrado pela Coroa, apesar da origem eclesiástica. Incidia sobre toda a produção agropastoril em 10%, e 5% sobre gêneros transformados, como açúcar, rapadura, cachaça, farinha, etc. Em Minas Gerais, além dessa cobrança se estender até 1839, ocorria especialmente sobre produções que tinham como destino o abastecimento interno, característica que remete à interiorização promovida pela histórica mineração na região. Angelo Alves Carrara debita não a perspectiva historiográfica o ocultamento das atividades agropastoris na capitania mineira, mas sim à escassez das fontes para abordar tal problema. “No caso específico de Minas Gerais, não foi propriamente a mineração ou o ouro que ofuscou as análises sobre a agricultura e a pecuária, mas o volume da documentação produzida pelo Estado Português com o objetivo de fiscalizar a produção e a cobrança de direitos sobre o ouro ou sobre a entrada e a saída de mercadorias. Não é de se estranhar que a principal fonte fiscal para as atividades agrária – os livros dos dízimos – constituam uma parcela ínfima no conjunto da massa documental de caráter fiscal (CARRARA, 2007, p. 51). Contudo, acreditamos ser esta uma questão inerente às críticas aos modelos interpretativos na conjuntura da renovação dos estudos históricos sobre a economia colonial. Para localizar a produção e circulação interna de mercadorias, os historiadores sempre conviveram com fontes mais rarefeitas do que para acompanhar o fluxo de mercadorias que deixava a colônia. Além disso, foi fruto dessa renovação a busca por novas fontes que iluminassem novas questões, como o caso dos mercados internos coloniais. Foi o posicionamento historiográfico de Carrara que permitiu que ele observasse nos livros de cobranças dos dízimos um objeto histórico para alcançar o seu objetivo de pesquisa.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

aos mercados externos” (SALGADO, 1985, p. 47). O que não se enquadrava nessa normatividade era usualmente visto como “acessório”,<sup>18</sup> de menor importância.

Ou seja, faz-se imperativo notar que, não só a *estrutura agrária*<sup>19</sup> da capitania foi alvo desse turvamento, mas também o foi a potencialidade da arrecadação fiscal que a Coroa tinha sobre os produtos do cultivo e da criação. Bem como a capacidade de *acumulação endógena*<sup>20</sup> proporcionada pela atuação de comerciantes na circulação interna da produção, pelo próprio formato da arrematação de contratos que circunscrevia a arrecadação dos dízimos, favorecendo enriquecimento privado, além é claro pelos descaminhos e corrupção. Aspectos importantes sem os quais não compreenderíamos plenamente a lógica colonial, tanto quanto a percepção *a priori* do movimento essencial do empreendimento colonial, a extração de excedentes por parte da metrópole.

Manoel Cardozo, em breve texto de 1952, chamou atenção de maneira pioneira para a tributação dos dízimos na capitania de Minas Gerais, inferindo que a receita que produzia não era menos importante que a do quinto, ou a da Demarcação Diamantina. Ainda observa como quase nada do produto dessa tributação era destinado para a Igreja, “Instead of giving the Church a larger share of the income from the tithes [ dízimos ], as it was obliged to do, the Crown used a substantial part of the money collected from this source to take care of the general expenses of administration” (CARDOZO, 1952, p. 182).

A despeito desse trabalho descritivo da década de 1950 e de um estudo sistemático de Oscar de Oliveira, de 1940, que chamou atenção para as características eclesiásticas da tributação

<sup>18</sup> Sobre “atividades acessórias”, cf. (PRADO JUNIOR, 1970, p. 41-46). “Numa economia como a brasileira – particularmente em sua primeira fase – é preciso distinguir dois setores bem diferentes da produção. O primeiro é dos grandes produtos de exportação, como o açúcar e o tabaco ...; o outro é das atividades acessórias cujo fim é manter em funcionamento aquela economia de exportação. São sobretudo as que se destinam a fornecer os meios de subsistência à população empregada nesta última, e poderíamos, em oposição à outra, denominá-la economia de subsistência” (Idem, p. 41).

<sup>19</sup> Optou-se por utilizar a mesma categoria que Carrara faz uso, *estruturas agrárias*, entendida a partir da perspectiva marxiana. “A expressão estruturas agrárias corresponde, destarte, nos modos de produção pré-capitalistas, à quase totalidade das estruturas econômicas de uma dada sociedade, posto que a base econômica de todos eles é a agricultura e/ou a criação de gado. Assim, por estruturas agrárias entende-se aqui o conjunto formado pela *estruturas da produção agrária* às quais correspondem as *estruturas da circulação dos gêneros produzidos* e as *estruturas da distribuição da renda gerada por essa circulação*” (CARRARA, 2007, p. 51).

<sup>20</sup> “*acumulação endógena*: movimento que diz respeito a reiteração, no tempo, das produções ligadas ao abastecimento interno. Esse movimento, por ser realizado em todas as suas etapas no espaço colonial, implicaria a retenção do seu trabalho excedente no interior da economia colonial” (FRAGOSO, 1998, p. 26-27).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

decimal no Brasil colonial, pouco se soube acerca desse aspecto da fiscalidade colonial mineira, até pelo menos a década de 1990.<sup>21</sup> Quando se produziu um esforço sistemático de caracterização da atividade agropastoril na capitania ao longo do século XVIII, adotando como uma das bases o seriamento da arrecadação desse tributo, o doutorado de Angelo Alves Carrara.<sup>22</sup> Antes dessa tese, contudo, há importantes contribuições que ensejaram a busca pela caracterização da estrutura agrária da sociedade colonial em Minas, bem como o uso das fontes decimais como meio de alcançar tal objetivo.

Um ponto de inflexão à tendência apontada acima foi o livro de Kenneth Maxwell, de 1973. Investigou a conjuração mineira e, com o intuito de compreender as motivações para o movimento, o correlacionou ao período de crise da mineração, conjuntura amplamente discutida pela historiografia como “crise do sistema colonial” (NOVAIS, 1989). Destacando a política tributária colonial no âmbito do reformismo pombalino, Maxwell foi precursor em traçar uma caracterização da economia da capitania mineira na segunda metade do século XVIII, a partir da relação do movimento dos valores de arrecadação dos quintos, direitos de entrada e dos dízimos, considerando ainda o crescimento populacional no período.

A economia regional, com suas propriedades rurais horizontalmente integradas, era particularmente capaz de absorver o choque das transformações que vieram após a exaustão do ouro aluvial. Tanto tinha capacidade para corresponder ao estímulo recebido da economia interna quanto do amplo comércio exterior que fluía pela estrada do Rio de Janeiro e que minguou na proporção direta do declínio da produção aurífera. Depois do decênio de 1760, qualquer produto local suportava uma comparação favorável com os artigos importados, e a elasticidade da economia regional ante uma catastrófica contração do volume do comércio externo refletiu-se de diversos modos nos dízimos e nas estradas: pois enquanto a queda das últimas é agora notória, os primeiros mantiveram um nível de arrecadação que apresentava poucas mudanças substanciais desde a década de 1750 (MAXWELL, 2005, p. 112).

Maxwell observou a formação do que Douglas Cole Libby chamaria mais tarde, em 1988, de uma economia de acomodação, compreendendo que a capitania, com variações locais e

<sup>21</sup> Cf. (OLIVEIRA, 1964; CARDOZO, 1952).

<sup>22</sup> Cf. (CARRARA, 2007).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

regionais, teve a capacidade de se reestruturar economicamente em torno de novas atividades, a despeito da usual visão de crise inexorável propalada por algumas interpretações, dentre as quais se destaca Celso Furtado (LIBBY, 1988).<sup>23</sup>

Com base na “Relação dos Rendimentos desta Capitania de Minas Gerais desde os seus descobrimentos”, de 1800, realizada por Carlos José da Silva, que ocupava função de destaque na Junta da Fazenda de Minas Gerais como escrivão,<sup>24</sup> Maxwell construiu um gráfico contendo duas séries históricas de arrecadação, uma dos dízimos, e outra dos direitos de entrada (MAXWELL, 2005, p. 289). Analisando-as, juntamente à arrecadação do quinto, concluiu que a diminuição dos rendimentos do quinto não foi acompanhada significativamente por perda da capacidade da capitania tanto de importar produtos – *direitos de entrada* -, quanto de cultivar e criar – *dízimos*.<sup>25</sup>

Em 1979, Virgílio Noya Pinto produziu tabelas semelhantes, informando-se a partir do mesmo documento que Maxwell. Contudo, diferenciou-se ao utilizar os dados das rendas produzidas pelos dízimos e direitos de entrada com o intuito de mensurar de forma mais refinada a arrecadação do quinto do ouro, tendo identificado que nos anos fiscais iniciais de baixa da arrecadação aurífera refletem em menores arrecadações dos outros tributos. Essa obra entra no rol dos trabalhos que inicialmente abordamos, contribuiu para aprofundar o conhecimento administrativo fiscal e produtivo instalado na colônia a partir das descobertas das minas (PINTO, 1979).

Esse levantamento de dados lançou luzes sobre os rendimentos dos direitos de entrada e dos dízimos, provocando algum debate sobre essa temática. Segundo Rezende da Silva, baseando-se nos mesmos dados, em artigo fruto de apresentação no segundo seminário sobre a economia mineira de Diamantina, “a relação entre a receita dos impostos ‘gerais’ [dízimos e direitos de

<sup>23</sup> A crítica à perspectiva furtadiana sobre a economia de Minas Gerais após a decadência da mineração é realizada antes, de maneira pioneira, por Maria Yedda Linhares e Roberto Borges Martins. Cf. (LINHARES, 1979, p. 147-171, 1979; MARTINS, 2018).

<sup>24</sup> Sobre a atuação de Carlos José da Silva e sua função como escrivão na Junta da Fazenda de Minas Gerais, cf. (CUNHA, 2013).

<sup>25</sup> Essa separação da arrecadação dos direitos de entrada e dízimos em uma tabela, e a dos quintos em outra, justificase pela fonte distinta de administração desses rendimentos, enquanto os primeiros estavam a cargo da Junta da Fazenda, o quinto nunca deixou de ser administrado de forma direta pela Coroa.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

entrada] e a renda implícita da arrecadação do quinto é uma das formas de avaliar a evolução da carga tributária no período” (REZENDE, 1982, p. 122). Além da interação entre as diferentes fontes de renda, explorou-se também o fato de a arrecadação dos dízimos e direitos de entradas ocorrerem primordialmente por arrematação de contrato, isto é, a partir de arrecadadores privados que compravam o direito de fiscalizar a cobrança adiantando parte das somas esperadas pelo triênio cobrado,

Se ao final do período de vigência do acordo o contratador conseguisse cobrar dos contribuintes um valor superior ao acordado com a coroa, ele teria lucro. Se o valor arrecadado fosse inferior ou se parte importante da cobrança não pudesse ser feita, ele amargaria prejuízo. Para a Real Fazenda, a vantagem consistia na garantia de pagamento pelo contratador, que assumia a responsabilidade pelo valor total arrematado, além das despesas referentes à administração. Para muitos negociantes, por sua vez, a participação nesses contratos representou uma oportunidade de expansão de seus negócios (CARRARA, 2011, p. 33).

O trabalho pioneiro de Maxwell, de contribuições significativas para vários temas da pesquisa histórica no Brasil, serviu como base para toda abordagem conseguinte que a tributação dos dízimos viria a ter. Além disso, indicou que o estabelecimento da Junta da Fazenda de Minas Gerais, na década de 1760, fundava um novo regime de tributação, no qual ampliava a presença das elites locais coloniais nas instituições fiscais do governo, assunto que será retomado mais a frente neste capítulo (MAXWELL, 2005, p. 63-64).

Apesar de privilegiar em sua análise a segunda metade do século XVIII, para a qual atribui um processo de transformação na economia mineira, que deixava de importar os gêneros básicos para produzi-los internamente, num momento em que a mineração entrava em decadência, não deixou de indicar que logo nas décadas iniciais de condução da atividade mineradora houve formação de um importante núcleo agrícola abastecedor. De forma que, “Minas Gerais rural dos anos pioneiros apresentava feições que contrastavam gritantemente com a economia latifundiária de plantation do litoral, [...] Logo os próprios mineiros começaram a produzir localmente certos gêneros básicos, essenciais ao abastecimento [...]” (Idem, p. 110-111).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Tal visão rompia com uma perspectiva muito consolidada na historiografia, construída por algumas obras já consideradas clássicas. É o caso da tese de doutorado de Mafalda Zemella, de 1951, “O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII”. Trabalho precursor em iluminar a questão do abastecimento colonial, tema não recorrentemente conduzido à sua época, mas que retratou a capitania de maneira semelhante à Wilson Cano, no artigo que nos referenciamos anteriormente. “No início da mineração, a atividade orientada para a agricultura era uma exceção tímida e absolutamente insuficiente. Muitos anos decorreram antes que a zona das lavras adquirisse relativa auto-suficiência” (ZEMELLA, 1990).<sup>26</sup>

Mais tarde, em 1986, Carlos Guimarães e Liana Reis sintetizaram essa questão, em texto que buscou recuperar o significado da agricultura e pecuária para a primeira metade do século XVIII em Minas Gerais. Procuram demonstrar que essas atividades se estabeleciam pela oportunidade de render lucratividade atendendo ao mercado proporcionado pelas nascentes lavras, ao passo que também absorviam escravizados. Para tal fim, utilizaram informações qualitativas contidas em concessões de cartas de sesmarias, e resgataram alguns clássicos que denotaram, ainda que de forma embrionária, a relação existente entre mineração e agricultura na capitania, dentre os quais se destaca Sérgio Buarque de Holanda (GUIMARÃES e REIS, 1986). Segundo eles,

Com relação ao problema da agricultura nas Minas Gerais do século XVIII, particularmente na fase de ascensão da produção mineral, a bibliografia apresenta teses que vão de um extremo, constituído por autores que chegam a negar a existência de atividades agrícolas a outro extremo, constituído por aqueles que não só reconhecem a existência e a importância de tais atividades, como chegam a levantar questões a respeito.

A existência destas teses, que tentam negar ou reduzir a importância da agricultura, se deve em larga medida à visão mais antiga que se tem da Colônia: a visão da metrópole. A concepção mercantilista de colônia, que inspirou em - grande parte muitas das teses, que lentaram explicar o

<sup>26</sup> Apesar de não perceber a importância da agricultura e da pecuária, do mesmo modo da atividade de abastecimento interna da capitania para a primeira metade do século, esse trabalho é inovador em vários aspectos, e foi recuperado pela História Agrária na década de 1980. Demonstrou, por exemplo, o surgimento de núcleos produtores de gêneros de abastecimento, que suavizariam a crise observada no setor minerador.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

colonialismo. tem como pressuposto o princípio da atividade 'básica voltada para os interesses da metrópole (Idem, p. 8-9).

Guimarães e Reis, inseridos num outro momento epistemológico da historiografia nacional, incorporaram a atitude teórico-metodológica de um corpo extenso de intelectuais que procurou lançar novas evidências sobre o universo agrário colonial brasileiro. Encontramos as bases para esses questionamentos, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, com os avanços nos estudos na área da História Agrária no Brasil, cuja obra mais emblemática é “História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias”, de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva.

É no contexto dessa renovação teórico-metodológica, que, não só criticou os principais modelos de interpretação sobre o passado colonial vigentes, mas também promoveu uma expansão das fontes e métodos que os historiadores dispunham, é que a tributação do dízimo ganharia destaque. O que pode ser atribuído ao caráter distinto que essa tributação teve na região das Minas Gerais.

Em texto seminal para a compreensão da constituição das fontes decimais enquanto objeto historiográfico para o período colonial, Carrara e Ernest Sánchez Santiró, analisando comparativamente o desenvolvimento do tema para a Nova Espanha e para o Brasil, apontam que, diferentemente do caso hispânico, os “dízimos agrários” na América Portuguesa não receberam a mesma atenção da historiografia. Referem-se a algumas pesquisas que utilizaram as fontes decimais como um parâmetro de medida de desempenho econômico de algumas realidades na colônia,<sup>27</sup> mas destacaram o grande diferencial que essa mesma tributação desenvolveu na região de Minas Gerais. Nessa capitania os dízimos respondiam ao ritmo da produção e circulação de gêneros em seu interior, que serviam ao abastecimento dos centros mineradores, o que “permite estabelecer uma aproximação à produção total, desde que se conheçam os níveis de preços dos gêneros sobre os quais incidia este imposto”, enquanto que em Pernambuco, na Bahia e no Rio de

<sup>27</sup> Cf. (SCHWARTZ, 1988; CARRARA e SANTIRÓ, 2013, p. 187-188).





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Janeiro, ao longo do século XVIII, os valores dos contratos dos dízimos atendiam às demandas do mercado externo, isto é, a procura pelo açúcar (CARRARA e SANTIRÓ, 2013, p. 189). Isto é demonstrado por Angelo Alves Carrara em sua tese. A este respeito,

Não há nenhum mistério seja quanto à capacidade de reprodução, quanto a de acumulação do escravismo em Minas. Ora, como o volume de ouro produzido pelas áreas mineradoras funcionava como o limite estrutural da sustentação e da possibilidade de reprodução do escravismo em Minas Gerais, o modo de produção escravista nas áreas mineradoras dependeu desde o início das demandas geradas pela circulação monetária correspondente a produção de ouro. E exatamente nesta dependência da circulação de uma moeda produzida na própria colônia, e não originária de uma demanda externa, que reside a especificidade da economia de Minas: a determinação última da atividade (e não economia) mineradora era *absolutamente interna*. Seu tempo de duração era determinado pela *soma dos tempos de duração do conjunto das empresas*. Isto quer dizer que o setor minerador *não experimentou nenhuma dependência de oscilações de preços ou de demanda externa por seus produtos* – ouro e pedras preciosas (CARRARA, 2007, p. 47).

49

Como já se afirmou acima, este trabalho foi o maior esforço sistemático de utilização das fontes decimais para caracterizar economicamente Minas Gerais. Angelo Alves Carrara observou o lugar ocupado pelas atividades agrícola e pecuária na economia da capitania mineira, propondo um modelo que as dispusesse de modo dialético em relação às atividades mineradoras. Assimilando a teoria do *modo de produção escravista colonial*, formulou uma concepção sobre a economia colonial mineira em que, ao lado da consolidação da exploração aurífera, e mais tarde, diamantífera, se desenvolveram atividades agropastoris *pari passu*. A constituição desse modelo se deu a partir de três pressupostos teóricos: 1) existência de fonte interna de produção de moeda, que se dava a partir da mineração aurífera; 2) a moeda era limitada pelo tempo de funcionamento das lavras, e, em decorrência disso, “*era a produção mineral o que sustinha e permitia a reprodução das unidades de produção escravistas mineradoras*”; e 3) a coexistência de formas distintas de se produzir nas diferentes unidades produtivas. Um *modo de produção escravista colonial* - a mineração e as atividades agropastoris com grau elevado de mercantilização e utilização de escravizados -, e um *modo de produção camponês ou familiar*, ou ainda *parcelar* -



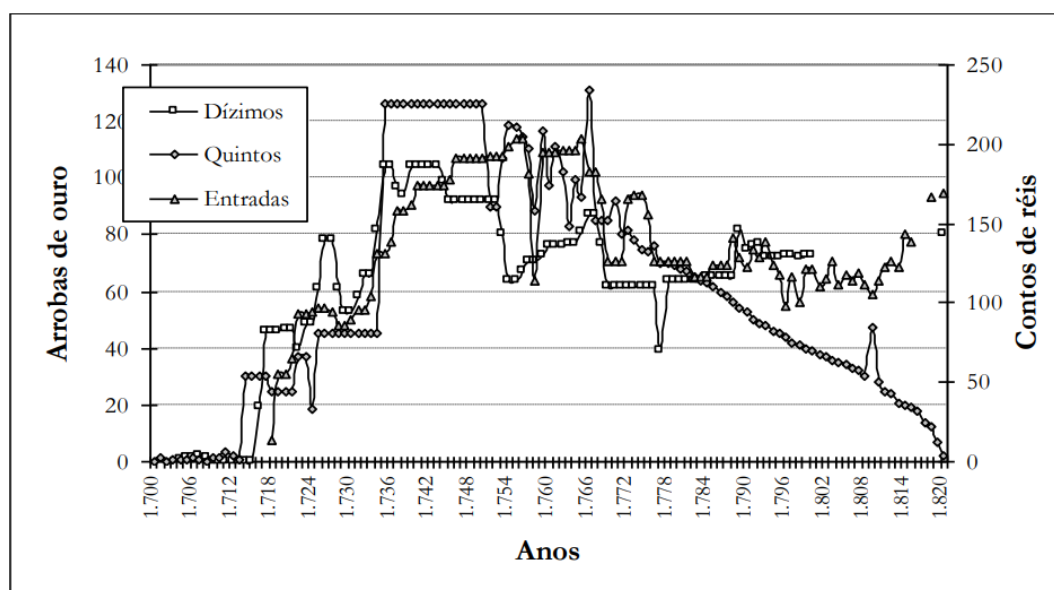
# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

com menores graus de mercantilização e utilização da mão de obra escravizada -, caracterizado em grande medida pelos ritmos da “subsistência” ou autoconsumo, inserindo-se sempre que possível no mercado. A produção camponesa ainda teria um homólogo no setor da mineração, os faiscadores (CARRARA, 2007, p. 46-47).

O modelo proposto pela tese de Carrara, portanto, ao passo que contemplou a coexistência entre as atividades mineradoras e agropastoris na capitania, apresentou um contraponto à ideia observada inicialmente em Maxwell, e propalada e teorizada por Libby, de que existiu uma transição lenta e gradual, a qual denominou *acomodação*, de uma economia caracterizada pela centralidade nas atividades mineradoras, para uma economia introvertida e fundamentada na produção agrícola mercantilizada.

Gráfico 1: Rendimentos da Capitania de Minas Gerais: quintos, dízimos e entradas de mercadorias – 1700-1820



Fonte: CARRARA, Angelo Alves. Minas e Currais. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807, 2007, p. 46, 47.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Carrara demonstrou em sua tese que não só havia uma estrutura agrária produtiva em Minas, mas também que esta era rentável, ainda que dependesse completamente da liquidez proporcionada pela extração do ouro, um fator interno àquela economia, o que determinava a sua especificidade e, como apontou no artigo em que colaborou com Santiró, a particularidade da tributação do dízimo em Minas. Na presente pesquisa procuramos contribuir para a demonstração de que no período final dessa forma tributária, entre os anos 1820 e 1840, houve a continuidade de algumas dessas características para a região no período provincial, dentre as quais a rentabilidade e dinâmica agropastoril, que acontecia numa conjuntura cambiante de modernização do aparato fiscal do Império brasileiro, no âmbito de todas as contradições que este movimento implicava.

A partir dessa contribuição, a historiografia nacional vem acompanhando a proliferação do objeto da fiscalidade agropastoril no universo colonial, de forma que tem sido um dos destaques a arrecadação do dízimo em Minas Gerais em pesquisas recentes.

## Referências Bibliográficas

BOXER, Charles R. A Idade de Ouro do Brasil (dores de crescimento de uma sociedade colonial). São Paulo: Nacional, 1969.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Perez. Os Métodos da História: introdução aos problemas métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. Rio de Janeiro: GRAAL, 1983.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Manoel. Tithes in Colonial Minas Gerais. *The Catholic Historical Review, Catholic University of America Press*. Catholic University of America, v. 38, n. 2, p. 175-182, 1952.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

CARRARA, Angelo Alves. *As Finanças do Estado Brasileiro, 1808-1898*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

CARRARA, Angelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais – séculos XVIII – XIX*. Mariana: UFOP, 1999.

CARRARA, Angelo Alves; SANTIRÓ, Ernest Sánchez. *Historiografia Econômica do Dízimo Agrário na Ibero-América: Os Casos do Brasil e Nova Espanha, Século XVIII*. *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 43, n. 1, p. 167-202, 2013.

COSTA, André. *Sistemas Fiscais no Império: o caso do ouro do Brasil, 1725-1777*. 405 p. Tese (Doutorado em História Económica e Social) - Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

COSTA, Wilma Peres. *Cidadãos e Contribuintes: Estudos de História Fiscal*. São Paulo: Alameda, 2020.

CUNHA, Alexandre Mendes. *A Junta da Real Fazenda em Minas Gerais e os projetos de abolição da circulação do ouro em pó (1770-1808): os limites às reformas econômicas na colônia dentro da administração fazendária portuguesa*. *História Econômica e História de Empresas*, v. 15, n. 2, p. 9-46, 2013.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A. *Tributação, sociedade e administração fazendária em Minas no século XVIII*. *Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto, v. 9, p. 96 -110, 1993.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e riqueza na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. *Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700/1750)*. *R. Deptº de História da UFMG*, UFMG, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 07-36, 1986.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-184*. São Paulo: Símbolo, 1993.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LINHARES, Maria Yedda. *O Brasil no século XVIII e a Idade do Ouro: a Propósito da Problemática da Decadência. Seminário sobre a Cultura Mineira no Período Colonial, Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais*, Belo Horizonte, p. 147-171, 1979.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da Agricultura Brasileira: combate e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARTINS, Roberto Borges. *Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: ICAM/ABPHE, 2018.

MAURO, Frédéric. *Nova História e Nôvo Mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1969.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

53

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

OLIVEIRA, Oscar de. *Os Dízimos Eclesiásticos do Brasil nos períodos da Colônia e do Império*. Belo Horizonte: UFMG, 1964.

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1979.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As Fronteiras da Província: Rotas de Comércio Interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884*. 334 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

RESTITUTTI, Cristiano Corte. Elementos da fiscalidade de Minas Gerais provincial. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 10, p. 115-129, 2009.

REZENDE, Fernando. A tributação em Minas Gerais no século XVIII. In: *II Seminário sobre a Economia Mineira*, CEDEPLAR/UFMG, Diamantina, p. 113-148, 1982.

SALGADO, Graça (Org.). *Fiscais e Meirinhos: a Administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2015.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1990.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Entre escândalos, inovações e neurose anti-trabalhista: uma perspectiva ampliada das estratégias patronais de expansão dos lucros

Artur Silva Lins<sup>28</sup>

**Resumo:** Apresento, neste artigo, uma perspectiva regional da industrialização brasileira ocorrida no século XX, porém centrada na trajetória da força comercial, política e cultural de importantes monopólios fabris do Rio de Janeiro entre 1945-64. Ao abordar múltiplos tipos de documentos dentro da grande e pequena imprensa, como anúncios publicitários, denúncias trabalhistas e suspeitas de corrupção e de irregularidades comerciais, proponho relativizar o declínio industrial carioca e realçar, por outro lado, as múltiplas estratégias adotadas pelo empresariado fabril em relação à luta pela expansão de seus negócios. Nesse sentido, creio que em combinação com os dados estritamente econômicos, dever-se-ia levar em conta o esforço extraeconômico que os capitalistas lançam mão para justamente ter o resultado positivo. Assim, penso que o gerenciamento despótico fabril da força de trabalho, tão trabalhado pela História Social; os laços políticos e de sociabilidade com o meio político-institucional; o reconhecimento dos produtos e serviços no imaginário social (fortalecido e moldado pela propaganda, obviamente); e até mesmo os crimes e práticas de ruptura com a economia moral dos consumidores precisam ser entendidos, junto à técnica produtiva, como também uma forma de investimento patronal em seus empreendimentos. Ainda se compartimenta esses temas, ao invés de serem discutidos também como parte integrante da própria história da economia brasileira.

**Palavras-chave:** Rio de Janeiro; Industrialização; Regionalização; Crime; Repressão.

<sup>28</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista da CNPQ



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Introdução: por uma história econômica e empresarial integrada à história social

Na pesquisa que venho desenvolvendo no doutorado acerca das greves ocorridas no Rio de Janeiro durante a IV República (1946-64), há a debilidade da abordagem estar concentrada nas ações dos trabalhadores. Não só minha pesquisa, quanto a própria História Social do Trabalho – mesmo aquela desenvolvida sobre a influência da crítica da abordagem culturalista inglesa ao estruturalismo –, as ações, percepções e a importância da classe empresarial são extremamente focadas nas condutas repressivas contra a organização dos trabalhadores e naquelas “despóticas” em relação à exploração do trabalho. Entretanto, como se percebe entre os trabalhadores que foram registrados como de maior tradição grevista no período (metalúrgicos, tecelões, operários do setor de alimentação, ferroviários e marítimos), eles se constituíam como a força de trabalho de setores econômicos que, embora em crise, eram tidos como um dos mais dinâmicos da cidade na época. A IV República foi um período marcado pelo declínio industrial do Rio e de endividamento e pressões para o desmonte da E. F. Leopoldina e de estatais da Marinha Mercante. No entanto, em relação aos monopólios fabris, que são a atenção deste artigo, continuaram lucrando e empregando muito. Inclusive, lançaram novas tendências comerciais, controlaram mercados em outros estados e se inseriram em outros países, especialmente dos da América do Sul. Portanto, tendo a industrialização carioca como base, gostaria de debater, num nível mais ampliado, a regionalização do processo industrial brasileiro e, numa dimensão mais específica, os principais produtos e serviços oferecidos e para quais centros de consumo social eram destinados. Nesse ponto, a imprensa oferece um subsídio importante para se construir tal cenário, pois, até o momento da entrega desse texto, dados das empresas ainda não foram acessados. Por outro lado, numa visão crítica a qualquer forma de descrição apologética ao poderio técnico e financeiro do parque industrial carioca, também trago para a discussão a recorrência de irregularidades comerciais e corruptoras, – além da própria ocorrência de greves estar concentrada nesses setores, o que diz muito sobre a exploração trabalhista em tais espaços produtivos –, como esse conjunto de ações e condutas também são parte da própria história econômica e urbana do Rio de Janeiro. Conforme ressalta Almir Pita Filho, a historiografia econômica possui um desafio constante em integrar a





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

abordagem localizada das empresas com o contexto socioeconômico, físico, político-institucional, etc., de uma determinada sociedade ou país, exigindo que se compreenda as explicações das estruturas econômicas para além dos limites do próprio objeto (FILHO, 1989). Portanto, compreende-se a disciplina rígida e opressiva de trabalho ou as irregularidades comerciais e corruptoras (normalmente vistas como casos isolados) como uma das múltiplas estratégias patronais de expansão dos negócios durante a história do capitalismo industrial carioca.

## **Uma indústria estagnada? Expectativas e idealizações de consumo em torno das inovações comerciais do parque fabril carioca**

O setor metalúrgico de material elétrico, concentrado em multinacionais dos EUA como General Electric, Standard Electric e Westinghouse (conhecida popularmente por Eletromar), produzia o básico para as pessoas viverem e para a infraestrutura da cidade e da economia se expandirem nos tempos modernos de ampliação das vantagens da eletricidade. A mercadoria mais produzida do ramo foi, não à toa, as lâmpadas e seus derivados. Em seguida, os anúncios publicitários apontam a predominância da produção de transformadores, geradores, chaves magnéticas, eletrodos e ventiladores. Mas, também não era desprezível a produção de empilhadeiras, relés, interruptores, chaves blindadas, válvulas eletrônicas, motores, sistemas telefônicos e de rádio. Como reflexo desse poder produtivo, registra-se como o setor que teria alcançado, frente às outras indústrias analisadas neste artigo, um mercado muito mais diverso. Tais produtos serviam, em larga medida, para residências, fábricas, lojas e à iluminação pública da cidade. No âmbito da expansão urbana, sobretudo nos anos 1960, distintas obras de reformas urbanísticas, sobretudo com vistas a aperfeiçoar as vias rodoviárias da cidade, tiveram contratos realizados com essas empresas. Nesse sentido, encontra-se o acordo assinado entre a GE e o governo Carlos Lacerda para terminar a iluminação, a ventilação, as comunicações e a proteção contra incêndio no Túnel Santa Bárbara, que liga o Catumbi, na região central, com Laranjeiras, na zona sul (Correio da Manhã, 1962, p. 5). No mesmo ano do acordo com a GE, a Eletromar



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

terminava de iluminar a Avenida Perimetral, via suplementar que ligava a zona norte à sul, no Centro (mas que foi demolida em 2014), além de ter contribuído para a instalação elétrica da Praça da Bandeira (Correio da Manhã, 1962, p. 15). Além da cidade, não seria desprezível a produção para os mais variados mercados no país, sobretudo para a expansão de atividades econômicas centrais, como as indústrias mineradora, naval, automobilística, de construção civil e ferroviária. No segmento de serviços, tanto de âmbito privado quanto público, escolas, bancos, escritórios, clínicas médicas e até as Forças Armadas possuíam contratos com essas multinacionais. Dessa maneira, se sobressai a Standard Electric com seus sistemas de telefonia. Na outra ponta do setor, de bens duráveis e de produção, aponta-se, pela recorrência de anúncios publicitários, a escala de produção concentrada em peças fundidas, guinchos, guindastes, prensas para telhas e tijolos, betoneiras e parafusos. Em menor medida, mas longe de possuir uma recorrência desprezível, segue-se a produção em escalas importantes de montadoras de máquinas, chassis, vagões, rodas ferroviárias, locomotivas, turbinas hidráulicas, escavadeiras, elevadores de pedreira e britadores. Por fim, encontra-se um mar de produtos relacionados a fios, máquinas e objetos de uso doméstico. Os mercados atingidos por essa indústria tradicional estavam, fundamentalmente, em outros setores produtivos, sobretudo na construção civil e na mineração. Numa escala mais reduzida, a pesquisa indica que obras públicas na cidade e no país, ferrovias e a indústria portuária também foram importantes mercados do setor. E assim como o de material elétrico, o mercado interno teria sido o principal alvo, embora não tenha sido desprezível o alcance nacional da indústria, especialmente em São Paulo e Minas Gerais. Numa escala ainda mais reduzida, mercados internacionais, sobretudo latino-americanos, também foram alcançados.

58

Em relação ao parque têxtil, outro setor bastante tradicional da cidade, durante a IV República foi uma indústria em profunda crise existencial. Conforme estudos apontam, seu dilema, já problemático nas primeiras décadas do século XX, só se agravou com o surgimento de novos polos concorrentes em diferentes partes do país. Isso abalou profundamente o modelo de negócios que, desde o século XIX, tinha como mola propulsora a exportação e o controle do mercado brasileiro (LEVY, 1994). Ao perder isso, especialmente para São Paulo, sua força se diminuiu, assim como a vontade dos industriais em prosseguir com o empreendimento têxtil no



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Rio, processo que envolveu fechamentos, transferências de plantas fabris e, obviamente, demissões sumárias. Contudo, tal indústria continuou lucrando e produzindo, demonstrando que a profunda crise do setor se deu de maneira lenta e não de uma hora para outra. Assim, indica-se que tecidos puros, vestuários e cortes de roupas liderariam as escalas de produção. Em menor medida, figurariam roupas de cama e de mesa, algodão fino e sacos de juta (usados, em geral, para embalagem dos produtos de unidades moageiras). Ainda em base aos anúncios, aponta-se que, a grosso modo, as fábricas têxteis do Rio serviam tecidos que se tornavam a matéria-prima dos cortes e das roupas feitas para revenda em lojas da própria cidade. Porém, também não seria desprezível a produção de vestimentas que saíam diretamente da fábrica para venda. Entretanto, tomando-se como parâmetro os monopólios Cia. Progresso Industrial, Cia. Nova América e os pertencentes à Cia. América Fabril, no que toca ao perfis e à geografia de consumo de suas mercadorias, percebe-se o peso das zonas central e sul. Portanto, o catalisador das vendas e da produção das maiores empresas do parque têxtil carioca estaria no núcleo de compradores oriundos das classes médias e altas.

Por sua vez, no que concerne à indústria de alimentação, as referências neste ensaio são os principais monopólios cervejeiros e de moagem de trigo. Diferentemente da diversidade produtiva vista nos ramos industriais anteriormente citados, nesses ela era mais reduzida, mas não menos lucrativa, muito pelo contrário. Empresas tradicionalíssimas como a Antártica Paulista e a Cervejaria Brahma, que produziam com destaque as cervejas (além de outras bebidas, porém, menos destacadas), teriam possuído durante toda a IV República maiores níveis de lucro e de valor do capital social do que muitos monopólios poderosíssimos juntos<sup>29</sup>. Entretanto, outros monopólios destacados foram fundados durante e no pós-guerra, como a Coca-Cola e a Cayrú, em 1942 e 1949, respectivamente. As unidades moageiras, por outro lado, não tiveram tal poder econômico que os maiores monopólios cervejeiros chegaram a alcançar. No entanto, nem de longe seu próprio controle do mercado interno e da produção pecuária

<sup>29</sup> Juntas, as empresas Cia. Progresso Industrial, América Fabril, Nova América, General Electric, Standard Electric e White Martins, possuiriam, em capital social, um valor estimado em Cr\$ 14,66 bilhões. Por outro lado sozinha, a Antártica Paulista possuiria um capital social estimado em Cr\$ 12 bi. A Brahma possuiria Cr\$ 18 bi, uma indicação de valorização maior do que toda a nata bilionária e que mais empregava dos setores metalúrgico e têxtil juntos. *Correio da Manhã*, 1964, p. 12.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

sudestina era desprezível. Para surpresa do pesquisador, foi detectado que o possível peso da produção da indústria teria sido as rações alimentares para pecuária, em especial de frango, boi e porco. Além de vender diretamente para a produção rural, essa dinâmica afetava também a vida urbana. Muitos dos ovos e dos próprios cortes de frangos (o grosso do que se produzia) vinham de criações avícolas de granjas fluminenses, mineiras e/ou espírito-santistas fornecidas pelo polo moageiro carioca, que de carioca só tinha a localização, pois, a maioria das unidades eram controladas por capitais estrangeiros. Numa escala que seria menor, mas nada desprezível, se encontra a farinha de trigo que, em termos de reconhecimento social urbano, era o produto mais conhecido da indústria moageira. Ao contrário das rações, a comercialização da farinha de trigo, matéria-prima do importante pãozinho das refeições matinais e vespertinas, estaria focalizada na economia doméstica, inclusive em camadas mais empobrecidas e simples da população.

No entanto, não vejo como entender a força dessas indústrias, sobretudo seu controle das redes de comercialização, sem também atentar para elementos como a idealização e as expectativas de consumo em torno de suas mercadorias, sobretudo daquelas que traziam inovações. Nesse âmbito, creio que alguns pilares do pensamento clássico, como de Schumpeter, por exemplo, ainda são válidos. Para o economista, criador de uma teoria equivocada por estar centrada na unilateralidade da iniciativa empresarial-produtiva como alteradora das transformações econômicas, um ponto de seu pensamento tem que ser levado em conta. No seu conceito de inovação, Schumpeter o coloca como central no processo econômico, pois, o “empreendedor”, ao inovar, introduz novas relações entre produção e consumo que afeta cadeias mais amplas na economia e causa, por sua vez, algumas das bases principais do crescimento econômico (SCHUMPETER, 1988). Portanto, creio que um olhar deve se encaminhar para os esforços dessas empresas em oferecer a inovação, especialmente quando portadora de melhorias de suas mercadorias e serviços. Pois, isso demonstra que, embora em crise, a indústria carioca, para além de lucrativa e empregadora de massas, também impactou o mercado com novas tendências produtivas e comerciais, distante de se configurar como uma indústria em geral estagnada. Nesse sentido, destaca-se a indústria metalúrgica de material elétrico, sobretudo a variedade de aparelhos de iluminação e de instalações elétricas. Dessa maneira, se sobressaem as seguidas inovações da General Electric. Numa propaganda de 1952,



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

a multinacional afirmava que sua lâmpada fluorescente para lojas e fábricas brilharia quatro vezes mais e consumiria menos energia do que a concorrência (*Última Hora*, 1952, p. 29). Dois anos depois, introduziu a produção de filamentos de tungstênio, “a primeira de seu gênero a ser instalada no Rio de Janeiro e no Brasil”, o que acelerou e aperfeiçoou a escala produtiva dos mais de “600 tipos diferentes” de lâmpadas e bulbos para fotografia, pois, antes da nova máquina, os lingotes eram em grande medida importados (*Última Hora*, 1954, p. 8). E, pelo que se vê em mais dados de inovações nas lâmpadas, verifica-se lançamentos contínuos da GE pela década de 1950 desse tipo de produto, como a “Alvaluz”, com revestimento de sílica que suavizaria a iluminação para dar conforto aos olhos e reduzir as sombras ao mínimo possível (*Correio*, 1956, p. 12). Por outro lado, também pesava as inovações da Eletromar, multinacional de menor vigor do que a GE, mas que não era uma concorrência com menos poder econômico. Com patentes autorizadas pela Westinghouse, também produziu e lançou importantes inovações em instalações de circuito elétrico de grandes edificações, sobretudo nas maiores capacidades de estabilização e velocidade das correntes de energia. Porém, é a partir da segunda metade dos anos 1950 que se vê inovações de peso muito destacadas de forma mais recorrente na imprensa, como em 1956, quando a multinacional lançou interruptor que prometia revolucionar o mercado dos “antiquados fusíveis” por “modernos disjuntores automáticos”, que seriam de manejo simples e de melhor isolamento da energia (*Correio da Manhã*, 1956, p. 7). Além de seguidos lançamentos voltados para aplicações industriais, cabe ressaltar o peso da Eletromar na produção e venda de aparelhos domésticos que começavam a se inserir nos principais centros urbanos do país, como tecnologias televisivas (mas não a televisão). Assim, produzia estabilizadores licenciados pela estadunidense Sola Electric Company, que prometia maior fixação da voltagem e redução das oscilações do som e da imagem das TVs. No outro eixo do setor de material elétrico, encontrava-se, em Vicente de Carvalho, na zona norte do Rio, o epicentro produtivo dos sistemas de telefonia do país, a Standard Electric. Embora o empreendimento da multinacional fosse bastante exitoso no Brasil desde os anos 1920, foi durante a Segunda Guerra que suas operações teriam dado um salto de qualidade e alcance. Nesse cenário, o marco produtivo foi a introdução de válvulas eletrônicas, o que significava a “alma” dos eletrônicos em geral e que, antes de 1946, para sua produção quase todos os insumos



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

eram importados (*Correio da Manhã*, 1946, p. 3). Contudo, pelo período a empresa produziu e lançou mercadorias que, continuamente, se apresentavam com inovações tecnológicas. Inclusive, há registros do lançamento de mercadorias que se caracterizariam por possuir tecnologias distintas e até então não usadas no continente latino-americano. Assim, em 1958, a companhia passou a instalar e fornecer o primeiro sistema de serviço telefônico interurbano através de micro-ondas. Tal técnica desenvolvida nos anos 1930 pela matriz londrina da multinacional foi obtida, em primeiro lugar, pelo Brasil e, mais especificamente, pelas populações de Rio, São Paulo e Campinas (*Correio da Manhã*, 1958, p. 11).

Em relação ao setor metalúrgico de bens duráveis e de produção, pelo que se pode apurar dos anúncios, constata-se uma escala reduzida de inovações quando em comparação com o de material elétrico. Creio que em certos ramos, como o de peças avulsas e de demais ferramentas, a exigência de tecnologia inovadora poderia ter sido menor. Porém, em setores com linhas produtivas de ferramentas e bens de produção mais complexos, a inovação se tratou de um imperativo. No campo tradicional da indústria, tendo na Cia. Federal de Fundição (CFF) a principal referência, desde os anos 1930, pelo menos, foi uma empresa importante no fornecimento de turbinas hidráulicas às classes proprietárias fabris e fundiárias (*Correio da Manhã*, 1953, p. 70). No entanto, há registros de inovações que, inclusive, parecem ter lhe impulsionado grandes posições no mercado por volta do final dos anos 1950. Nessa conjuntura, a empresa introduziu, em associação com a The Black Clawson Company, a produção de máquinas depuradoras de celulose e papel. Em função disso, a CFF expandiu sua filial no Rio e contratou dezenas de engenheiros e centenas de operários. No início dos anos 1960, registra-se exportações das depuradoras de celulose para países tão diversos como França, Inglaterra, Romênia, Tunísia, Vietnã e Bélgica (*Correio*, 1964, p. 84). Por outro lado, voltadas para o mercado em alta de mineração e para aqueles nem tão em alta, como os de transporte ferroviário e de carris urbanos, empresas estabelecidas no Rio possuíram destaque. A Máquinas Rodoviárias Brasileiras S.A. (MAROBRAS), fundada em 1945 na favela do Jacaré, já nesse ano buscava se destacar no mercado de locomotivas. Por sua vez, nos anos 1960, a empresa é registrada se destacando em relação ao setor minerador, em especial com seu lavador de manganês. Pesando 78.000 kg, a nova máquina tinha como especialidade maiores capacidades



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

de redução, secagem e silagem de “toda espécie de minérios e materiais” (*Correio da Manhã*, 1960, p. 89). Outro exemplo com trajetória semelhante é a Fábrica Nacional de Vagões (FNV), fundada em 1944 e que também servia ferrovias. Porém, a recorrência de registros acerca de inovações se concentram nas décadas de 1950 e 1960 na imprensa. Em 1952, a locomotiva elétrica da companhia, mas com motor fabricado nos EUA e encomendada pela E. F. Central do Brasil, era o primeiro do tipo a ser fabricado no país (*Correio da Manhã*, 1952, p. 6). A encomenda dessas locomotivas elétricas continuaram nos governos Café Filho (1954-55) e JK (1956-1961). Por fim, cabe ressaltar que a FNV, em colaboração com o governo JK, se esforçou por produzir chassis visando caminhões produzidos com 100% de insumos nacionais (*Correio da Manhã*, 1957, p. 6).

Por sua vez, os setores têxtil, cervejeiro e moageiro, quando colocados em comparação com o setor metalúrgico como um todo, indica-se que teriam inovado menos. Inclusive, em alguns desses setores, como os de alimentação, isso é relativo. A começar pelo parque têxtil, somente entre os maiores consórcios do ramo, as Cias. Progresso Industrial e América Fabril (consórcio proprietário de uma dezena de monopólios), foi possível perceber alguma tendência de inovações em suas mercadorias, porém sem uma constância periódica. De qualquer maneira, me parece que o centro do foco nas inovações estaria na aquisição e nas conexões internacionais com importantes nomes da moda europeia. Num período entre 1952-58, os nomes recorrentes são Jacques Fath e Humbert de Givenchy. Assim, percebe-se que a Cia. Progresso Industrial poderia ter sido uma importante empresa de lançamentos de tendências importadas da Europa, especialmente da França, para seu público em grande parte feminino, jovem e de classes altas e médias. Nesses exemplos, vemos precisamente a inovação na forma de se vestir. Porém, também há registros de anúncios acerca de produtos caracterizados por tecnologias de desenvolvimento do bem-estar do público consumidor, e não meramente de uma tendência de moda. Nesse sentido, destacam-se os tecidos da Bangu que seriam mais duráveis e firmemente coloridos, ou seja, não sairiam facilmente quando da lavagem das roupas. A Cia. América Fabril também segue tendência de sua principal concorrente, embora os anúncios não deixem claro quais companhias específicas do consórcio aparecem como os núcleos produtores e inovadores. Assim como as patentes francesas da Bangu, a América Fabril costumava pôr seus vestidos e



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

tecidos em desfiles e encontros da juventude da alta sociedade<sup>30</sup>. Por outro lado, empresas da América Fabril também venderam novas tecnologias voltadas ao aperfeiçoamento do bem-estar, como o tecido “sanforizado”, de provável patente estrangeira, que, de acordo com seguidos anúncios, tinha como marca central o não encolhimento depois da lavagem.

No que toca à relatividade das inovações comerciais, a indústria de alimentação é um setor a se refletir. Conforme a publicidade levantada, não teria havido muitas inovações na substância de cervejas e farinhas de trigo, por exemplo. Ou seja, me parece que se bebia e comia o de sempre, com poucas mudanças. Entretanto, o que mais se registra como inovação são os formatos das garrafas em que as cervejas eram oferecidas. Em relação à farinha de trigo, o que mais tem de inovador é a conservação do alimento. Isso é o que nos apresenta o anúncio da farinha de trigo “Três Coroas”, do Moinho da Luz, que nos anos 1940 dizia ser o “inimitável” por ter um pacote “inviolável” de celofane (*Correio da Manhã*, 1947, p. 10). Não se sabe se isso procedia mesmo, mas o interessante é perceber a provocação à concorrência, que, a meu ver, nos diz algo sobre o próprio mercado de conservas de farinha e de outros grãos e farináceos. Isto é, que seria costume comprar saco furado com esses tipos de mercadoria... Em realidade, o forte mesmo do setor moageiro teria sido a produção de rações alimentares para a agropecuária, mas, visando, especificamente, a engorda e resistência dos animais para abate. O Moinho Fluminense, um dos maiores do ramo, é recorrente nas fontes como empresa com muitas inovações realizadas nesse sentido. Porém, outros fortes monopólios, como o Moinho Inglês, possuem registros em que essas inovações voltadas para a pecuária também não escapariam da tendência estrutural de associação com capitais estrangeiros, especialmente dos EUA. Em 1958, sabe-se que suas marcas “Trigave” (para criação avícola), “Porcil” (para criação suína) e “Calvac” (para cavalos) tinham todas em comum um tipo de nova química elaborada pela Pfizer (*Correio da Manhã*, 1958, p. 41). Contudo, longe estava esse setor de investir somente em tecnologias alimentares para engorda. Em 1957, o Moinho Fluminense lançou a “Avevita Preventiva”, que seria essencial para a prevenção de doenças na criação avícola. Um dos

<sup>30</sup> De acordo com a coluna social, roupas feitas com o material produzido pela companhia seriam distribuídos entres “senhoras e senhoritas da nossa alta sociedade” em desfile organizado no Copacabana Palace. *Última Hora*, 1951, 18; Em relação aos tecidos da “América Fabril” e da “Corcovado”, anúncio destaca como alvo de suas novas roupas a “alta classe” do país e de “países sul-americanos”. Além disso, tais modelos eram os que estavam sendo usados pelas modelos do Miss Brasil e Miss Universo. *Última Hora*, 1955, p. 18.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

maiores problemas da época, pelo que se percebe no destaque do anúncio, era o aparecimento de coccidiose nas aves (*Correio da Manhã*, 1957, p. 118).

## Para além das inovações: crimes e corrupção como estratégias de acúmulo de riquezas

No entanto, o que parece ter sido um mundo de melhorias, de crescimento natural da produtividade e de melhores práticas comerciais, como vendidos pelos anúncios publicitários, pode encontrar seus limites na realidade. Se tratando de irregularidades nas inovações, precisaria de maior espaço para discutir tal questão, pois elas existem. Contudo, o que busco destacar nesse texto, fora das inovações e da técnica produtiva em si, é uma gama variada e compartilhada de ações ilegais que também se constituem como estratégias de acúmulo de riquezas. Nesse sentido, poucas foram as empresas de grande porte que escaparam de realizar condutas tidas como irregulares ou abertamente corruptoras (sobretudo para tomar recursos públicos e obter vantagens fiscais). A começar pelas multinacionais do material elétrico. Se as fontes não divulgam com recorrência as deficiências técnicas das mercadorias do setor, elas não podem deixar de refletir ou exacerbar algo que era bastante concreto na vida da população carioca e, porque não dizer, de todo o país: a profunda má-fama dos serviços públicos prestados por essas empresas estrangeiras. No caso da General Electric, isso se refletiu na reação parlamentar e do próprio governo federal, encabeçado por um conservador como Jânio Quadros, que, em fevereiro de 1961, discutia a implementação de barreiras à monopolização do setor e como pavimentar o caminho para a inauguração da Eletrobrás (*Última Hora*, 1961, p. 4). Era de conhecimento geral o histórico da GE de especulação e de fraudes nas tarifas cobradas, sem contar as constantes rapinagens do dinheiro público para que o Estado tomasse os riscos nos seus investimentos. Por isso que se visava, com a criação da Eletrobrás, acabar com a liberação exagerada de créditos para a manutenção e expansão dos monopólios estrangeiros, sem que, em contrapartida, o serviço melhorasse de fato (*Novos Rumos*, 1961, p. 8). Aliás, esse quadro de insuficiências e favoritismos não se constituíam como problemas unicamente brasileiros, mas globais. Nos EUA, a população, os municípios e empresas prestadoras de serviço público sofriam com as constantes violações dos bons costumes comerciais pela GE. O que mais



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

causava revolta nas inúmeras reclamações eram os preços artificiais produzidos pelos medidores da multinacional. Até mesmo o governo J. F. Kennedy teve que admitir a seriedade do problema, embora buscasse negociar indenizações mais “satisfatórias” para as empresas transgressoras (*Correio da Manhã*, 1962, p. 6). Medida, aliás, que teve fortes impactos no cenário político brasileiro, como se reflete nesse trecho de editorial do *Correio da Manhã*:

O Departamento de Justiça dos Estados Unidos condenou importante firma a multa e prisão para seus responsáveis, baseado no fornecimento inexato de preços e valores de máquinas e serviços utilizados por empresas de serviço público. Além da “General Electric Company”, outras 28 firmas foram igualmente condenadas pelos preços artificiais apresentados. Aqui no Brasil, a prática tem largo uso e sempre permaneceu impune. Ninguém paga multa, ninguém vai para a cadeia. E os balanços e relatórios podem apresentar lucros astronômicos (*Correio da Manhã*, 1962, p. 6).

No caso das unidades moageiras – e que se repete em outros setores da indústria de alimentação –, todo o período ficou marcado pelo reconhecimento social negativo em relação aos monopólios do setor, campeões de sonegação do seu produto mais popular para não respeitar a lei de tabelamento dos preços e/ou para obter privilégios fiscais e creditícios do Estado. Problema que, em menor medida, afetou também os pecuaristas. Em matérias levantadas entre 1946-1963, foi possível detectar dois problemas centrais no abastecimento da cidade: a insuficiência do trigo importado, especialmente da Argentina e dos EUA; e a prática de se aproveitar das crises crônicas de abastecimento para realizar semilocautes tendo como fim o desvio das mercadorias, com preços mais encarecidos, para o mercado paralelo. Em 1956, percebe-se, pelo relato de Inácio José, gerente da Padaria Bela, no bairro de São Cristóvão, que a maioria dos panificadores desconfiava da crise de abastecimento dessa conjuntura ter sido fabricada pelas unidades moageiras para inundar o mercado paralelo de trigo desviado e encarecido :

## ABARROTADO O MOINHO FLUMINENSE

Denúncia importante transmitiu-nos o gerente da Padaria Bela (rua Bela, 581), sr. Inácio José:

– Apenas um saco de farinha obtive ontem em longa peregrinação pelos moinhos. Lá nos diziam que não havia farinha. Contudo, posso afirmar que pelo menos o moinho Fluminense (do Bung & Born) estava abarrotado de trigo. Nas mesmas condições estão os moinhos Atlântico e Guanabara. Estes dois últimos, segundo palavras de seus colegas, fazem o “câmbio negro”.

Ainda conforme essa fonte, há relatos provenientes dos próprios panificadores de que a



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

“escassez de pão foi mais notada nos subúrbios e nos bairros da zona norte”, embora regiões com um núcleo importante de residentes na classe média, como a Tijuca e o Centro, também estivessem passando por um desabastecimento de trigo “alarmante” (*Imprensa Popular*, 1956, p. 6). Em 1962, quando a cidade estava novamente sem trigo e à espera de navios com os importados da Argentina, vê-se que o problema é persistente. No entanto, diante disso, o *Última Hora*, com paciência limitada, talvez refletindo um grau de desestabilização alimentar e comercial de proporções mais amplas, não mediu palavras em relatar que o abuso das vendas irregulares da farinha seria a característica geral nas trocas comerciais do polo moageiro da cidade com as padarias, docerias, confeitarias e demais unidades de alimentação que necessitassem do trigo como matéria-prima (*Última Hora*, 1962, p. 14). Interessante notar como tal movimento criminoso se acentua quando há esforços de controle dos lucros e da imposição monopolista dos preços por essas unidades empresariais. Mas, pelo que se vê em sucessivos registros, me parece que na maioria das vezes os monopólios saíram vitoriosos, seja por influenciar (ou “comprar”) os órgãos de controle ou por impor as suas formas de comércio, afrontando todo tipo de tentativa de fiscalização por parte do Estado, praticando crime contra a economia popular. Posto esse cenário, também cabe ressaltar que houve diligências recorrentes, mostrando que não se trata de uma situação forjada apenas pela percepção dos atores históricos. Registros nesse sentido se encontram, por exemplo, numa diligência ocorrida pela Delegacia de Economia Popular em armazéns do Moinho da Luz. Nelas, as autoridades descobriram uma quantidade significativa de produtos que estavam retidos nos armazéns para serem desviados, com toda a área de suspeita, para a venda inflacionada no mercado paralelo. O próprio jornal não só relatou como o Moinho da Luz estava fazendo isso, como todos os “magnatas” da comercialização de alimentos naquele momento (*Correio da Manhã*, 1945, p. 5).

Tal situação de completa impunidade, mesmo quando multas eram lançadas pelo poder público, pode ser explicada pela provável generalização de práticas corruptoras com o meio político-partidário, inclusive o mais ligado às direitas. Um exemplo disso foi o caso ocorrido em junho de 1963 envolvendo a compra de geradores elétricos novos da General Electric pelo governo de Carlos Lacerda, da direita União Democrática Nacional (UDN). No entanto, como demonstra um furo de reportagem do repórter José Mauro, do oposicionista *Última Hora*, e tendo como



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

parte das fontes alguns exemplares da própria imprensa apoiadora do governo, provou como o governador, antes mesmo de qualquer licitação e sem estudar as outras propostas de semelhantes monopólios, declarou em entrevista coletiva a compra de geradores de 45.000kw para injetar na rede da Rio- Light. O problema é que era de conhecimento do próprio governo, como demonstra os relatos do secretário de Serviços Públicos, general Salvador Mandim, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, que havia a proposta de um total de nove firmas que, inclusive, teriam apresentado geradores mais potentes, a exemplo de um da Westinghouse (*Última Hora*, 1963, p. 3). Na outra ponta do setor metalúrgico, também se encontra casos semelhantes de negociatas com agentes políticos e públicos para se obter maiores favorecimentos, como o acesso aos tão visados recursos estatais, especialmente os do Banco do Brasil. Em 1952, em meia a uma crise política surgida de um movimento que tinha por objetivo acertar o governo Vargas, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), como corruptor dos recursos do Banco do Brasil para o favorecimento de amigos e aliados, os primeiros relatórios a sair das comissões de inquérito da Câmara dos Deputados apontaram, pelo contrário, para uma farra generalizada dos recursos públicos pelas mais diversas frações das classes empresariais brasileiras. Nesse turbilhão de nomes jogados ao juízo da moralidade da opinião pública, os dos proprietários da Cia. Federal de Fundição também apareceram envolvidos. No caso, se tratava de uma ligação suspeita entre a empresa e Ovídio de Abreu, ex-presidente do Banco do Brasil que foi “envolto em numerosos casos” de provável tráfico de influência e favoritismo (*Imprensa Popular*, 1952, p. 14). Outro caso interessante e que reforça a generalização dos favoritismos em conluios suspeitos é o da FNV, que retoma tendência vista acerca da ilegalidade das licitações sem concorrência. Esta grande empresa ferroviária, campeã de licitações públicas para subsidiar as ferrovias brasileiras de vagões, locomotivas e ferramentas conexas, sobretudo quando foram unificadas sob a Rede Ferroviária Federal (RFF), teve sempre ao seu redor, desde o início da IV República (e, portanto, desde os primeiros momentos de sua fundação) a área de suspeita em tornos de seus negócios em função de seus contatos políticos. Em 1945, de acordo com reportagem do *Diário de Notícias*, o então ditador Getúlio Vargas havia autorizado uma encomenda de vagões com a empresa, mas sem nenhum tipo de concorrência. Para agravar, não só a FNV era a mais agraciada dos recursos provenientes do Ministério da Viação (Cr\$ 121 milhões de um total de



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Cr\$ 237 mi), quanto a forma de adiantamento dos recursos lhe foi muito benéfica. Inclusive, isso que teria causado mais ultraje para as outras frações burguesas que não viam nisso um bom negócio. Essa preocupação se reflete no destaque do próprio jornal à exagerada entrada de recursos da União no empreendimento ferroviário sem ter, como contrapartida, garantias suficientes para cobrir o investimento feito:

Assim, consoante a cláusula 6<sup>o</sup> (D.O. de 4-4-45), receberá a firma o adiantamento de 25 por cento do preço total, logo depois do registro do contrato pelo Tribunal de Contas. Mas não basta. Depois de 180 dias, será embolsada em mais 35 por cento do total convencionado. Assim, terá a União pago 60 por cento do total, ou 23 milhões de cruzeiros, sem ter recebido uma única automotriz. E se a firma falir, qual a garantia da União?<sup>31</sup> (*Correio da Manhã*, 1945, p. 3).

Assim, vemos um exemplo clássico de aumento dos lucros sem maiores riscos, sendo esses tomados pelo Estado. Aliás, dois casos emblemáticos dos setores têxtil e de cervejas nos instigam a pensar seriamente na utilização dessas ações corruptoras como fundamento central da expansão e conservação de monopólios aberrantes em questão de concentração de capital e controle do mercado. O primeiro caso é o de Guilherme da Silveira, herdeiro da Fábrica Bangu no período, que foi acusado de sabotar o parque têxtil e seus fornecedores paulistas no pós-guerra, tendo em vista benefícios próprios. Para começar, no advento da IV República, Guilherme da Silveira não era um novato da política. Antes de ter assumido como ministro da Fazenda do governo Eurico Gaspar Dutra, do direitista Partido Social Democrático (PSD), comandou o Banco do Brasil durante o Estado Novo. Porém, sua passagem pelo comando do Banco teria deixado um lastro de negociatas. De início, ainda nos anos 1940, já se desconfiava de que “Silveirinha”, como também era popularmente conhecido, estaria lucrando de maneira suspeita, além de prejudicar, com suas diretrizes, outros setores importantes da própria economia industrial e agrícola de São Paulo. Isso se expressou na oposição que o então senador Getúlio Vargas emplacou para atacar a política financeira do governo. Temendo a falta de assistência governamental à crise pela qual os fazendeiros de algodão e indústrias têxteis de São Paulo estavam passando, numa sessão do plenário da Casa, Vargas citou como exemplo

<sup>31</sup> O texto do *Diário de Notícias* foi republicado pelo *Correio*. A publicação original é de 29/4/1945.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

de tal política considerada errática a alta dos tributos sobre o consumo popular e o fortalecimento excessivo de empresas bastante concentradoras como a Fábrica Bangu, de Silveira. Para o antigo ditador, impostos mais altos deveriam recair sobre “lucros excessivos”, pois assim se corrigiria melhor as distorções sociais no país (*Correio da Manhã*, 1947, p. 10). Tal discurso se dava pela emergência de notícias na imprensa carioca denunciando suspeitas de facilidades que teriam sido concedidas pelo governo à exportação de tecidos de algodão pela Fábrica Bangu. Embora no discurso de Getúlio tenha muita demagogia, pois ele mesmo enquanto ditador aplicou um arrocho salarial brutal, revela-se, por sua vez, um círculo de forças sociais e políticas que se incomodava crescentemente com os privilégios que a companhia têxtil desfrutava. Quando Silveirinha assumiu o ministério, as associações industriais o apoiaram, provavelmente visando um melhor cenário para o setor, em especial o têxtil, manter o status obtido durante os anos da guerra, que foi exportar para a Europa. Contudo, essa lua de mel durou pouco tempo, pois, para muitas frações empresariais, ficou claro o quão Silveira estaria agindo de maneira suspeita para jogar toda a concorrência no buraco para ele se favorecer de políticas creditícias e cambiais do Banco do Brasil. Numa reportagem investigativa de Rodrigo Duque Estrada, de maneira exclusiva para o periódico *Panfletos*, mas que causou implicações em toda a grande imprensa, divulgou-se números oficiais daquilo que o então senador Getúlio Vargas havia denunciado anos antes. Com fontes exclusivas em torno de uma pesquisa da Divisão de Economia Rural, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Duque Estrada revelou a profunda redução da produção do fio de seda e do seu valor entre 1942-48, combinando isso com a “ascensão política do sr. Guilherme da Silveira, que se proclama “Nossa Senhora da Aparecida” da economia brasileira”. De maneira mais detalhada, a estratégia corruptora central de Silveira teria sido fazer o contrário do que propugnava os próprios industriais têxteis. Ao invés de botar em prática o projeto da classe em manter e expandir as exportações de tecidos ao mercado europeu, o industrial da Bangu se aproveitou do controle da Fazenda para aplicar uma política de deflação da moeda que auxiliou o “dumping” da produção do fio de seda, permitindo a inserção em massa de matérias-primas vindas dos EUA. Para agravar, Silveira teria se utilizado dos créditos de indenização de guerra, pagos por Itália e Japão, para repassar esse montante direto aos fazendeiros estadunidenses. Por outro lado, parte do esquema se centraria nos benefícios de



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

políticas econômicas do Banco do Brasil para aumentar os créditos à Cia. Progresso Industrial, fazendo da empresa uma das poucas, justamente pelo seu poder financeiro, em conseguir exportar tecidos para o mercado externo e assim conseguir resistir à política de deflação da própria Fazenda. Como consequência, a meu ver, tal diretriz pode nos ajudar a entender a aceleração da própria crise existencial do setor, pois, conforme a reportagem pontua, isso estava forçando o fechamento e as transferências de fábricas para outras regiões, situação que só se agravaria durante o período (*Correio*, 1950, p. 5). A situação ficou tão ruim para o grupo familiar controlador da companhia que, poucos meses depois, Silveira e seus parentes chegaram a comparecer em comissão investigativa da Câmara Federal para responder a questionamentos sobre o resgate dos títulos ingleses da dívida externa brasileira. Nesse evento, ainda há relatos desconcertantes do próprio Silveira sobre ter resgatado os títulos sem autorização do presidente Dutra e sem a ciência do Ministério das Relações Exteriores (*Correio da Manhã*, 1950, p. 10). Tal situação não terminou em punições severas para o industrial, porém ainda há mais registros dele se envolvendo em outras negociatas suspeitas. Como bom político tradicional, mudou de lado quando a correlação de forças girou para o trabalhismo de Vargas. Porém, me parece que as relações do governo não foram tão éticas quanto ao uso dos recursos estatais... Em 1953, o jornal áulico do trabalhismo publicou um inquérito do próprio Banco do Brasil com diversos nomes suspeitos de terem realizado transações igualmente suspeitas com o dinheiro da instituição. No caso de Guilherme da Silveira, foi registrado “assuntos políticos estranhos aos interesses do Banco” em relação a um montante pego pelo industrial para reproduzir “caricaturas do Senhor Getúlio Vargas” (*Última Hora*, 1953, p. 2).

Se, por um lado, as acusações contra Guilherme da Silveira diminuem a partir de meados dos anos 1950 na imprensa, pelo contrário, outro poderoso monopólio, a Antártica Paulista, é nesse período alvo de recorrentes acusações. Em realidade, o patrimônio obtido pela companhia desde muito tempo era alvo de tentativas de regulação por parte do Estado. Porém, na conjuntura citada, aumentaram os vazamentos acerca das pressões corruptoras do monopólio cervejeiro. Em 1956, se discutia na Câmara Federal um novo regime de taxas no sentido de disciplinar os altos lucros do setor de bebidas. Ainda de acordo com o *Última Hora*, que apoiava o projeto de taxaço, não só isso seria bem-vindo para as contas públicas por causa da maior arrecadação,



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

quanto abriria espaço para o verdadeiro problema da indústria: a sonegação e a fraude ao tabelamento dos preços, “feita em larga escala” e não só pela Antártica. É nesse contexto que sai no jornal a revelação de um diretor empresarial, chamado Gerson Augusto da Silva, das Rendas Internas, em que teria dito, em debate público com o presidente da Associação Comercial do Rio, que o “poderio econômico” da Antártica sobre o bolso de deputados (que ele não cita) estaria pesando mais do que a concorrência no “combate aos novos moldes da cobrança do tributo” (*Última Hora*, 1956, p. 6). Creio que disso não tenha saído muita coisa, mas, mesmo assim, ainda vejo que tem ligação com um processo de desgaste da imagem da empresa que afetou, inclusive, seus próprios negócios. No final de outubro de 1958, depois de diversas denúncias acerca dos empréstimos milionários que a companhia realizava com o banco, a Justiça resolveu agir. Assim, a 2º Vara de Família e Sucessões entrevistou na companhia e afastou o diretor principal, Walter Bellian, e os seus colaboradores na gerência das Fundações Antônio e Helena Zerrenner, por se suspeitar de que através desses órgãos formalmente voltados à assistência social, teria ocorrido um desvio de cerca de Cr\$ 100 milhões de dinheiro público. Não só a comissão investigadora relatou que havia “direção quase autocrática” das fundações, concentradas em Walter Belian, quanto todos os objetivos sociais aos quais se propôs teriam sido “desviados” (*Última Hora*, 1958, p. 6). As ligações com os altos círculos políticos blindava esses burgueses de ir para a cadeia, pelo menos naquilo que se sabe pelas fontes levantadas. Contudo, a meu ver, a importância desse caso é que veio à tona para a opinião pública algo que era de conhecimento generalizado interno e longe de estar restrito a um fenômeno isolado:

72

Durante muito tempo, todos os dirigentes sindicais sabem disso, o Sr. Walter Belian controlou o sindicato que enquadra todos os trabalhadores na indústria de bebidas do Estado de São Paulo. Gente dele transformava-se em diretor da entidade e, mercê de sua atividade ajuda a direção da empresa a atingir seus objetivos. Durante muitos anos, enfim, o Sr. Walter Bellian distribuiu propinas, subornou, violentou, mandou e desmandou, a ponto de a “Companhia Antarctica Paulista” possuir em sua grande sede uma poderosa polícia particular. A influência da “Antarctica” ia mais longe, atingindo os mais diversos setores que controlam opinião pública, direitos, deveres... Era, enfim, um homem de ação o Sr. Walter Bellian, embora acusado por seus adversários como pessoa incapaz de certos escrúpulos (*Última Hora*, 1958, p. 7).





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## **O outro lado da corrupção e dos crimes industriais: a compra de policiais como garantias da neurose e das irregularidades anti-trabalhistas**

Por fim, entre tendências inovadoras de mercado e negociatas, gostaria de discutir um terceiro foco da estratégia ampliada de expansão dos lucros que se relaciona ao controle da força de trabalho, embora isso seja o ponto menos analisado até a entrega desse texto. Ao focar nas limitações da cidadania na história republicana do país, historiadores sociais acabaram por realçar e refletir como as práticas açabarcadas no rótulo do “despotismo fabril” também se integram ao próprio entendimento da expansão capitalista no Brasil. Se tratando de Rio, aliado à crescente profissionalização da espionagem policial, o despotismo patronal é lido como uma estrutura de acúmulo de riquezas baseada na combinação de arrocho salarial, descumprimento da lei trabalhista ou até mesmo de acordos homologados pela Justiça do Trabalho (MATTOS, 2003). Contudo, embora também compartilhe dessa perspectiva, creio que tal fenômeno tivesse motivações mais amplas e ocorresse de forma peculiar em determinados ramos da indústria carioca. Em complementaridade a isso, gostaria de explorar o fenômeno da colaboração policial também de uma maneira mais ampla e menos focada nos desenvolvimentos institucionais do órgão (o que é importante), mas sim no seu envolvimento financeiro e material com os industriais. Posto isso, levantei um conjunto de dados fornecidos por greves, denúncias e impasses trabalhistas (a grosso modo, nos jornais do PCB) que nos oferecem um quadro interessante das mais variadas explorações fabris.

Tendo como parâmetro os monopólios dos setores de material elétrico e têxtil, para além do caso individual da Antártica Paulista, prevaleceu, enquanto características globais dos espaços de trabalho fabril, a imundície e a total negligência à segurança e à saúde dos operários. Combinado ao ambiente insalubre, perigoso e infeccioso das fábricas, inclusive se relacionando a isso, se seguia uma infinidade de descumprimentos criminosos da lei que protegia um justo contrato de trabalho. Nesse sentido, o que é mais recorrente entre esses setores foram: os roubos de parte dos salários e dos próprios benefícios dos trabalhadores (sobretudo os relacionados ao descumprimento das férias e do repouso remunerado e à aplicação de multas provenientes de atrasos e advertências banais); o péssimo estado da alimentação ou a vedação de qualquer



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

garantia de saúde alimentar aos operários; e o ataque crônico a segurança dos trabalhadores, a exemplo das sucessivas tentativas de sabotar o direito de estabilidade depois de 10 anos de serviço. Porém, em setores como os de material elétrico e têxtil, que empregavam em larga escala menores de idade, em geral moças, um tipo de exploração muito comum é a imposição de tarefas pesadas exercidas por adultos para as crianças e adolescentes, porém sem a mesma contrapartida salarial e com nenhuma preocupação médica e de segurança com a integridade dos pequenos. Por sua vez, outra forte peculiaridade não tão registrada entre as multinacionais de material elétrico, mas recorrentes entre os setores têxtil e o de bebidas é o ataque a jornada de oito horas, registrando-se imposições em torno de 11 a 15 horas de trabalho cotidiano em alguns dos maiores monopólios desses setores. De imediato, me parece claro que tais condutas se constituem, em termos estritamente econômicos, como esforços de desvalorização dos custos de produção em cima do capital variável força de trabalho. Isto é, de forma seguidamente criminosa, buscava-se diminuir o valor de compra dos operários, favorecendo, portanto, o acúmulo patronal. Não à toa, um dos maiores investimentos dos industriais, conscientes das bases criminosas e atentatórias de suas ações contra o direito do trabalho, era o aperfeiçoamento – prioritário – da sua rede de policiais (que, aliás, também eram compostos por membros de outros órgãos como a Polícia Especial e a Rádio-Patrolha) e de funcionários privados, geralmente da chefia, com vistas a reprimir qualquer movimento de contestação.

No entanto, quando se vê os objetivos policialescos, revela-se um mundo empresarial mais do que autocrático com as formas clássicas de organização político- sindical, mas, fundamentalmente, neurótico com as formas de sociabilidade dos operários. Nesse sentido, muito me impressionou detectar, para além das redes de espionagem, tortura e abuso policial contra militantes e sindicalistas, a recorrência de esforços contínuos de desmanche de associações informais no interior e nas imediações das fábricas, em geral rodinhas de conversa. Na Fábrica Bangu, em 1946, registra-se, através de um militante do PCB, que os operários tinham que discutir seus problemas salariais “na surdina”. Em 1951, neuróticos com o recrudescimento de campanhas salariais sendo tomadas, a chefia da Antártica Paulista dificultava idas e vindas dos operários aos banheiros. Para evitar a formação de conversas, muitas pessoas não poderiam estar ao mesmo tempo nos vestuários (*Imprensa Popular*, 1951,



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

p. 5). Mesma regra predominaria na Standard Electric, onde, conforme registro em meados dos anos 1950, apenas uma “moça” poderia se utilizar dos banheiros de cada seção (*Imprensa Popular*, 1955, p. 6). Vejo esse quadro fragmentário como uma grande possibilidade de se realçar aspectos do cotidiano da luta de classes que podem, a meu ver, ser essenciais para compreender articulações operárias clássicas e a amplitude da estrutura fabril de exploração. Pois, como bem ressalta José Martins, ao debater a importância do cotidiano, tudo o que é tradicionalmente visto como marginal, anômalo e periférico pode se constituir não somente numa poderosa ferramenta de compreensão sociológica das estruturas (econômicas, inclusive). Para além disso, o cotidiano e as sociabilidades também trazem à luz ações históricas que são feitas à margem dos paradigmas associativos e políticos dominantes (MARTINS, 2008). Contudo, ainda resta a evidência de que tal rede de abusos policiais e ameaças neuróticas faziam parte de uma estratégia ampliada de expansão dos negócios. Porém, há alguns apontamentos nesse sentido. Retomando a reportagem especial da *Tribuna Popular* sobre as condições precárias de trabalho na Fábrica Bangu em 1946, um entrevistado, muito jovem e provavelmente morador da vila operária da empresa, colaborou com algumas informações ao jornal, mas declinou de dar o seu nome. O motivo a reportagem destacou: o temor em ser reconhecido pela rede de espionagem que havia não só nos espaços de produção, mas também nos de convivência. Ainda conforme o mesmo jovem, o chefe da Polícia Política na época, Serafim Braga, tinha uma ótima relação com os industriais, sobretudo privilégios materiais:

## UM GRANDE FEUDO

Durante o Estado Novo a fábrica pagava gordas gratificações uma turma de “tiras” da ordem política e social, e Serafim Braga recebeu um (inelegível) de presente, como prêmio dos serviços que prestava à empresa.

– Meu pai é quem saberia contar tudo ao senhor. Ele já sofreu muito dentro dessa fábrica. Terminou com os pulmões avariados e hoje vive do meu salário... Mas ele sabe de tudo o que se passa aqui dentro. Eu também sei... (*Tribuna Popular*, 1946, p. 4, grifos meus)

Por sua vez, na Antártica Paulista temos o exemplo mais emblemático de tal investimento patronal no aparato de repressão. Em 1958, o diretor da companhia, mais conhecido como Pupo Nogueira, também era chefe da Polícia de Choque de São Paulo e treinava sua guarda, tanto na sede paulista quanto no seu feudo carioca, como fazia com seus



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

subordinados na polícia (*Última Hora*, 1958, p. 2). Por mais que sejam relatos ainda bem fragmentários, não deixo de lhes dar crédito no sentido de que seja tomada uma pesquisa mais robusta em torno da cooptação material e financeira – feita também de maneira extraoficial – dos órgãos policiais para as redes privadas de repressão industrial contra os trabalhadores.

## Considerações Finais

Embora haja debilidades provenientes da falta de documentos empresariais ou de outras instituições que possam ajudar nesse aspecto, com o que se pôde desenvolver a partir da imprensa, atenta-se, em primeiro lugar, para a relativa dinamicidade da indústria carioca, sobretudo de seu setor metalúrgico. Não é porque São Paulo passou por uma experiência industrial atípica e peculiar, concentrando a maior parte do estabelecimento das modernas fábricas do setor automobilístico, que na cidade do Rio – e depois no Estado da Guanabara – seu parque industrial tenha parado no tempo durante o século XX. Em função da relevância inovadora, monopólios centrais ainda se constituíram, durante o período de crise, como bastiões fabris que empregavam centenas de milhares de operários, que abasteciam mercados para além do interno e que inovavam suas mercadorias periodicamente afim de dar vantagens relativas à produtividade de outros setores econômicos e ao bem-estar da vida social e urbana. Contudo, como também buscou-se demonstrar, tal quadro de inovações, comercialização e produção não foi resultado de dinâmicas apenas circunscritas às leis de mercado. Pelo contrário, o que se vê é uma suspeita enorme sobre a quase totalidade do grande capital ter lucrado e investido (inclusive, na produção das inovações) em base a um quadro variado de condutas irregulares, criminosas e corruptoras. Portanto, longe de enquadrar tais práticas apenas no campo cultural dos comportamentos classistas ou como algo ocasional, penso que se possa desenvolver a hipótese de que a expansão do grande capital, pelo menos na cidade do Rio de Janeiro durante meados do século XX, se fundamentou na combinação de uma estratégia ampliada de ações legais e ilegais.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Bibliografia

FILHO, Almir P. F. “História Econômica e História de Empresa: algumas reflexões metodológicas”. In: Ensaios FEE. Porto Alegre, 10(1), pp. 168-177, 1989.

LEVY, Maria B. Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboços de história empresarial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

MARTINS, José de S. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2008, 2º edição.

MATTOS, Marcelo B. (et. al.). Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964). Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003.

SCHUMPETER, Joseph. A. A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1988.

## Jornais<sup>32</sup>

- Correio da Manhã. 10 de abril de 1945, p. 3.  
Correio da Manhã. 17 de outubro de 1945, p. 5.  
Correio da Manhã. 31 de março de 1946, p. 3.  
Correio da Manhã. 10 de maio de 1947, p. 10.  
Correio da Manhã. 18 de junho de 1947, p. 10.  
Correio da Manhã. 16 de março de 1950, p. 5.  
Correio da Manhã. 24 de maio de 1950, p. 10.  
Correio da Manhã. 1 de janeiro de 1953, p. 70.  
Correio da Manhã. 26 de junho de 1956, p. 12.  
Correio da Manhã, 23 de setembro de 1956, p. 7.  
Correio da Manhã. 11 de janeiro de 1957, p. 6.  
Correio da Manhã. 15 de dezembro de 1957, p. 118.  
Correio da Manhã. 16 de fevereiro de 1958, p. 41.

<sup>32</sup> Todos os jornais se encontram na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

- Correio da Manhã. 6 de março de 1958, p. 11.  
Correio da Manhã. 24 de julho de 1960, p. 89.  
Correio da Manhã. 22 de abril de 1962, p. 15.  
Correio da Manhã. 28 de julho de 1962, p. 6.  
Correio da Manhã. Editorial. 29/7/1962, p. 6.  
Correio da Manhã. 21 de outubro de 1962, p. 5.  
Correio da Manhã. 3 de maio de 1964, p. 84.  
Correio da Manhã. 3 de outubro de 1964, p. 12.  
Imprensa Popular. 19 de julho de 1951, p. 5.  
Imprensa Popular. 10 de agosto de 1952, p. 14.  
Imprensa Popular. 16 de julho de 1955, p. 6.  
Imprensa Popular. 11 de julho de 1956, p. 6.  
Novos Rumos. 6 de abril de 1961, p. 8.  
Tribuna Popular. 27 de dezembro de 1946, p. 4.  
Última Hora. 3 de outubro de 1951, p. 18.  
Última Hora. 24 de março de 1952, p. 5.  
Última Hora. 16 de abril de 1952, p. 6.  
Última Hora. 11 de novembro de 1954, p. 8.  
Última Hora. 18 de julho de 1955, p. 18.  
Última Hora. 25 de outubro de 1956, p. 6.  
Última Hora. 21 de janeiro de 1958, p. 2.  
Última Hora. 20 de outubro de 1958, p. 6.  
Última Hora. 16 de dezembro de 1958, p. 7.  
Última Hora. 23 de fevereiro de 1961, p. 4.  
Última Hora. 22 de março de 1962, p. 14.  
Última Hora. 13 de junho de 1963, p. 3.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Homens de Conduta Irreprovável? A entrada e/ou permanência de negociantes nas instituições da Ordem de Cristo e da familiatura do Santo Ofício após o cometimento do crime de contrabando (Século XVIII)

Beatriz Weisheimer de Mendonça<sup>33</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa busca construir uma relação entre as decisões tomadas pela justiça civil portuguesa, do Antigo Regime e os procedimentos adotados pelas instituições que concediam status social, prestígio e privilégios para os súditos do Império português. As instituições abordadas, nesse trabalho, são a Ordem Militar de Cristo, a qual concedia estatuto de nobre para os indivíduos e a familiatura do Santo Ofício, a qual não concedia nobreza, mas significava um símbolo de prestígio social. Cabia à justiça julgar seus súditos, pautando-se no uso de uma justiça distributiva, que buscava legitimar o poder do rei e levava em conta a posição social dos réus: no caso, homens de negócio atuantes na principal praça mercantil do Império português, Rio de Janeiro. Assim, a pesquisa desdobra-se no desenrolar do caso de contrabando de ouro, diamantes e direitos reais cometidos pelos negociantes Manoel Barbosa dos Santos e Pedro Telmo Lima, focando, sobretudo, na posição tomada pela justiça e pelas instituições honoríficas em relação a tal conduta reprovável. Espera-se contribuir no estudo das instituições tradicionais do Antigo Regime português, as quais buscavam não somente se moldarem aos novos tempos, mas também credibilizarem a ordem vigente.

**Palavras-chave:** instituições honoríficas, contrabando, homens de negócio, justiça distributiva, conduta reprovável.

<sup>33</sup> Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Ao longo da primeira metade do setecentos, a capitania do Rio de Janeiro passa a desempenhar um papel estratégico após a descoberta do ouro na virada do século XVII para o XVIII (Sampaio, 2001). Se transformando em um ponto de articulação da economia do Atlântico Sul e do comércio colonial português, apresentou o papel de centro abastecedor de produtos agrícolas da região mineira, com o objetivo de desenvolver sua expansão e manteve um comércio exterior volumoso, através do seu porto, para Portugal, costa da África e Rio da Prata (da Silva Ribeiro, 2014).

O Rio de Janeiro ganha destaque por fatores não só ligados à produção aurífera, mas também à produção agrícola com sua enorme diversidade já presente antes da descoberta do ouro. A exploração mineral combinava com a criação de animais, produção de aguardente e alimentos, o que levava ao estabelecimento de mercados regionais e ao impulso do crescimento do sistema do Atlântico Sul luso.

Toda essa produção social, no século XVIII, passa a ser financiada pelos donos do capital mercantil, leia-se, os homens de negócio que atuavam no comércio ultramarino e, por isso, tinham, sob seu domínio, o abastecimento interno e, assim, repassavam os produtos em adiantamento a terceiros, os quais poderiam ser o comerciante responsável pelo comércio direto no interior da colônia ou o senhor de engenho que precisava garantir o bom funcionamento de sua propriedade (Fragoso; Florentino, 2001).

Percebemos, como salienta Sampaio (2002), a criação de uma esfera tipicamente mercantil de atuação, ou seja, a formação da elite mercantil como um grupo social autônomo em face da elite agrária, o qual se destaca na hierarquia social, pois o mercado de crédito era estimulado pelo caráter agrário da economia colonial e exigia um vínculo de confiança entre credor e devedor, ficando esse em uma posição subordinada.

Esse crescimento do comércio proporcionado pela extração de ouro e diamantes em um ambiente de fronteira completamente aberta permitiu a intensificação das transações ilícitas no seio das transações oficiais por toda a América Portuguesa. Segundo Oliveira Junior (2002), os descaminhos, os quais se constituíam por desviar os direitos reais do caminho da Fazenda Real, se intensificaram com a cobrança dos quintos sobre os metais e pedras preciosas achados.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Como define o conceito de “Monarquia Pluricontinental”, o rei não exercia poderes absolutos, mas na realidade buscava manter seus interesses pelos poderes periféricos, assim como esses dependiam do reconhecimento e do aval institucional da Coroa para manterem suas posições sociais perante às sociedades em que viviam (Fragoso; Gouvea, 2010). Essa relação vista na prática do contrabando é percebida pelo envolvimento de indivíduos responsáveis pela administração da entrada e saída de produtos, como os réus Tomás Gonçalves e João Teixeira de Barros:

Ponho nas mãos de Vossa Excelência a cópia da Certidão da Alfândega do Rio de Janeiro; que veio junto aos autos dos réus Tomas Gonçalves e João Teixeira de Barros; dela se vê escandalosa prostituição com que naquela Alfândega sem reparo algum admitem o despacho, fazendas proibidas pôs entrada neste Reino, e outras, que ainda que são permitidas, não levam selo, que onde se conhece que foram introduzidas por alto nesta corte sem pagarem direitos e como nestes fatos se há uma clara ideia de que naquela alfândega se não observam as leis de sua Majestade, é bem natural que pratiquem os mesmos despachos em semelhantes qualidades de fazendas com os mais comerciantes, de que se seguem enormes prejuízos ao Estado, às fábricas e à fazenda do dito João a que sou obrigado a representar a Vossa Excelência para o pôr na presença do mesmo João e lhe dar as providências que he parecerem mais acertadas para se coibirem semelhantes despachos [...] <sup>34</sup>

81

Isso porque existiam dois tipos de comércio ilícitos: o não tolerado e o tolerado, o qual poderia somente ser praticado por quem deveria ter o papel de erradicar o contrabando (Pijning, 1997 apud De Jesus, 2017). Diz Oliveira Junior (2002, p.126-127),

Eis o fio da navalha pelo qual passavam a ordem e a desordem, o lícito e o ilícito, o caminho e o descaminho. O mesmo oficial responsável pela ordem propiciava desordens, o mesmo oficial empenhado em dar cabo de “execrandos delitos” com eles precisava conviver para melhor extingui-los, o mesmo oficial que cunhava as moedas dentro da Casa da Moeda as falsificava fora dela, o mesmo homem de negócio que arrematava os contratos e fazia os pagamentos prometidos à fazenda real, dependendo do contrato, ou sonegava o gênero — no caso do sal — ou dava livre trânsito ao ouro em pó — no caso do contrato das passagens.

<sup>34</sup> AHU, avulsos RJ, cx.95, doc.8209.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Isso possibilitava que a Coroa Portuguesa tivesse, em algum grau, o controle dessa prática em mãos. Além de que, o contrabando poderia ser benéfico para Portugal, quando atendia os seus interesses econômicos e políticos, como por exemplo, o acesso à prata espanhola pelo contrabando do ouro brasileiro (Sampaio, 2017). A Coroa teve o papel decisivo na manipulação do comércio ilegal. Por meio do estabelecimento dos parâmetros da jurisdição para que o indivíduo fosse administrador, eram colocados obstáculos para que certos grupos não conseguissem ter acesso a esses cargos (Pijning, 1997).

Leia-se, grupos sem distinção social e nem riqueza. Circunstâncias essas que promoveram a ascensão dos comerciantes a esses cargos, principalmente na segunda metade do século XVIII, quando Pombal incentiva a mobilidade social ao conceder direitos de nobreza e facilita a entrada de negociantes em ofícios ligados à atividade mercantil, como nas câmaras do porto do Rio de Janeiro, o principal destino ou fonte irradiadora dos caminhos e descaminhos:

A sugestão do procurador da Coroa e Fazenda Real, Alexandre Nunes Leal, de um novo regulamento para administração da mesma Alfândega, ressaltando que o seu administrador não deveria ser negociante, para evitar irregularidades, tais como evasão de mercadorias e remessa de ouro e diamantes nos maços de cartas particulares, como aconteceu com os comerciantes Manoel Barbosa dos Santos e João Caetano Sacomano, punidos exemplarmente<sup>35</sup>.

82

Alguns anos após essa sugestão do procurador da Coroa e Fazenda Real, Marquês de Lavradio desembarcava no Paço como vice-rei. Segundo Pesavento e Guimarães (2013), Lavradio reclamava não só da prática de contrabando e do descaso na arrecadação dos navios que arribavam na alfândega do Rio de Janeiro. Também afirmava que os que deveriam aplicar a lei eram culpados por não ensinarem o caminho correto.

Isso porque, mesmo que o contrabando fosse um crime prescrito no Livro V das Ordenações Filipinas em diferentes títulos<sup>36</sup>, o privilégio da posição social reproduzido nas

<sup>35</sup> Resumo da documentação: AHU, avulsos RJ, cx.79, doc.7110.

<sup>36</sup> Disponível em: < <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/15ind.htm> >.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

relações comerciais definia a absolvição ou condenação nos processos legais que envolviam o contrabando.

A “justiça distributiva” guiava esta sociedade, a qual sustentava a monarquia e a ordem estabelecida, buscando confirmar e assegurar os privilégios que definiam as diferentes funções sociais (Olival, 2001). Quando o comércio ilegal fugia do controle régio, leia-se, quando seus praticantes ultrapassavam a tolerância com o contrabando devido à sua desqualificada posição social ou ao prejuízo causado nos rendimentos da Coroa Portuguesa, eram mais suscetíveis a serem condenados.

Oliveira Junior (2002) nos traz um exemplo muito claro da aplicação dessa justiça distributiva: mineiros, mercadores, clérigos e oficiais colocavam os escravizados na prática do contrabando do ouro e diamantes, já que esses corriam grandes riscos na posição social desqualificada em que estavam inseridos. Não é à toa que, na maioria dos casos, a sentença recaía apenas sobre esses negros faiscadores, sendo adotados os meios necessários pela justiça para que os donos de escravizados não fossem punidos.

Administradores, comerciantes, clérigos e militares eram menos suscetíveis a serem punidos em toda a extensão da lei porque desenvolviam-se nas relações sociais mais amplas e nas relações com o rei por meio dos seus serviços, o que os dignificava não só com status, mas também com o privilégio em todas as instituições de Antigo Regime. Como aborda Pijning (1997, p.11), nos processos penais, ter posses e boas conexões possibilitava uma prisão mais confortável, atestado médico declarando prisão insalubre, liberdade temporária, ou até mesmo, em última instância, a intervenção da Coroa ordenando a libertação do criminoso.

Como define António Manuel Hespanha (2001) por meio do conceito de “Monarquia Corporativa”, os deveres políticos e jurídicos cediam perante os deveres afetivos, que eram institucionalizados por essas relações simbólicas. O próprio caso de Manoel Barbosa dos Santos citado anteriormente nos demonstra esse peso das relações simbólicas:

Tendo recebido as reais ordens de Vossa Majestade para soltar Manoel Barbosa dos Santos, me pareceu o não devia fazer enquanto não pusesse na Real Presença



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

do mesmo Senhor uma relação substanciada dos reais delitos que este mercante tem cometido, de que El Rei nosso senhor, me persuado não tem notícia, os quais a esta ajunto. Chegados, que estes sejam à sua Real presença, espero que Vossa Excelência me diga o que o mesmo senhor e manda para o fazer praticar, sem a mínima demora, tudo quando me ordenar. Porém, devo dizer a Vossa Excelência, que se estes grandes delitos forem dissimulados ou perdoados como se praticou na era de 1756, perderá Vossa Majestade inteiramente importante renda desta alfândega e não poderá ter no Rio de Janeiro com que pagar os soldos de suas tropas, nem as mais despesas que o provedor tem a seu cargo. 25 de setembro de 1766<sup>37</sup>.

O ofício do vice-rei ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar confessa que havia um maior interesse do rei em libertar o comerciante do que ter o conhecimento sobre suas práticas de contrabando. Ainda deixando claro que, no ano de 1756, as práticas de contrabando não foram punidas como deveriam, já que foram perdoadas ou dissimuladas. Podendo esta última, como salienta Faria (2013), ser utilizada como um instrumento estratégico para a manutenção da ordem e um instrumento essencial para o bom governo das conquistas.

Essa posição da Coroa permanece, pelo menos no seu envolvimento com o contrabando de ouro, diamantes e direitos reais. Crime que poderia causar 10 anos de degredo para a Índia, como ordenava a lei de 11 de fevereiro de 1719, promulgada por Dom João V<sup>38</sup>. A lei tinha o objetivo de intimidar para que a prática fosse evitada, no entanto, o que ocorria era um possível sucesso no descaminho do ouro ou após passarem pela devassa, quando enviados à Portugal, diante de Sua Majestade, alcançavam o perdão real (Faria, 2013, p.142). Como Hespanha (2012, p.151) afirma, a eficácia do sistema penal de Antigo Regime se dava na inconsequência de se fazer temer ameaçando e de se fazer amar não cumprindo.

Em novembro de 1765, o comerciante Manoel Barbosa dos Santos aparece sendo citado em outro ofício do vice-rei, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, o qual informava o recebimento de fazendas sem despachos em sua casa, assim como do seu envio de barras de ouro ao seu sócio, Manoel Antônio Pereira, que se encontrava em Lisboa. Além disso, foram informados os nomes dos presos envolvidos nas práticas ilegais, sendo todos arguidos para

<sup>37</sup> AHU, avulsos RJ, cx.79, doc.7100.

<sup>38</sup> Lei pela qual D. João V proibia que se levasse o ouro, extraído das minas, sem ser fundido nas fundições reais. Lisboa, 1719, fevereiro 11. p. 559. 382. II, 4-58 apud FARIA, Luana de Souza, 2013.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

posterior remessa à Lisboa. No entanto, um ofício, de agosto de 1768, do vice-rei, Conde de Azambuja, informou ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar o cumprimento da ordem de indulto ao negociante Pedro Telmo Lima, deixando claro que a soltura também foi concedida aos demais presos:

Por aviso de Vossa Excelência de vinte e dois de outubro de 1767, é Vossa Majestade servido ordenar, que sendo certo, o que se relata no requerimento de Pedro Telmo Lima e não havendo outro motivo que tenha dado ocasião, para haver de ser privado do indulto concedido aos mais presos, que o estavam por semelhantes descaminhos, o mandasse eu soltar e entregar-lhe todos os papéis e fazendas em que se lhe fez apreensão com exclusiva e unicamente no caso de haver algumas, que lhe fossem tomadas, ou por contrabando, ou descaminho dos direitos. Em execução desta ordem remeto a Vossa Excelência a informação por cópia junta do Desembargador Intendente Geral, por donde consta haver tido o seu devido cumprimento, o que Vossa Excelência porá na presença de Vossa Magestade. Deus guarde a Vossa Excelência Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1768. Conde de Azambuja<sup>39</sup>.

A concessão de Perdão Real nos demonstra como a disciplina penal não tinha o objetivo de se resumir a um sistema impositivo e rígido, mas sim de legitimar e manter o poder do rei enquanto titular supremo de uma justiça que ora agraciava ora punia (Hespanha, 2012). Pedro Telmo Lima recebeu ouro em pó do transportador de cargas, Pedro da Roza, o qual passou o ouro de Minas para o Rio de Janeiro, o escondendo na capa de sua carga<sup>40</sup>. Com a descoberta do crime, o negociante foi remetido para a cadeia de Limoeiro e, após a formalização da diligência de extravio assim como de sua confissão, Pedro Telmo Lima suplica por perdão ao rei, já que, segundo Faria (2013, p.158), “ao réu cabia a prerrogativa de recorrer à sentença imposta em primeira instância e ao rei cabia a prerrogativa de concedê-lo ou não”.

O suplicante afirma na sua argumentação ser um “sujeito de ajustado procedimento, muito temente a Deus e às justiças de Vossa Majestade”<sup>41</sup> e que esperava ser digno da real piedade por ser “(...) homem de negócio há muitos anos, e dos mais avultados da praça do Rio de Janeiro com várias sociedades que se tem interessado”<sup>42</sup>. Se colocando como pertencente aos negociantes de

<sup>39</sup> AHU, avulsos RJ, cx.86, doc.7574.

<sup>40</sup> AHU, avulsos RJ, cx.83, doc.7367.

<sup>41</sup> AHU, avulsos RJ, cx.86, doc.7574.

<sup>42</sup> Ibidem.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Lisboa e Porto que geravam grandes rendimentos para a Real Fazenda. Salientando também que sua prisão lhe causou um irreparável prejuízo, “ficando por isto inabilitado a não poder dar conta de si aos seus sócios”<sup>43</sup>.

Percebemos uma continuação da atuação dos negociantes nas atividades econômicas, mesmo após o cometimento dos crimes de contrabando. É o que ocorre também com Manoel Barbosa dos Santos, o qual, em 1770, participa da arrematação de contrato do dízimo reais com os principais contratadores do período de 1760 à 1770 (Pesavento e Guimarães, 2013). Os já citados Tomás Gonçalves e João Teixeira de Barros cometem um crime de elevada gravidade, visto que a falsificação do selo real definia como sentença a pena de morte<sup>44</sup>.

No entanto, alguns anos após a acusação, o primeiro negociante aparece sendo citado no ofício do vice-rei do Estado do Brasil, Conde de Resende, sendo reconhecido por sua valorosa atitude de oferecer, gratuitamente, no ano de 1798, a doação de gêneros para a Esquadra<sup>45</sup>. Já o segundo negociante, em 1794, aparece como arrematante de contrato dos dízimos reais do Rio de Janeiro<sup>46</sup>.

Percebe-se, por esses casos, que é pelo expediente da graça que se reafirmam constantemente a hierarquização social e as relações entre rei e vassalos, principalmente, fortalecidas pelos serviços, sempre sendo levado em conta a ponderação dos efeitos de uma punição efetiva. Isso nos faz refletir se a atuação desses homens de negócio nas relações comerciais do Rio de Janeiro, principal entreposto do Império Português e sede do Vice-Reinado, assim como o prestígio social que conquistam, era mais importante do que a punição de seus crimes.

<sup>43</sup> Ibidem.

<sup>44</sup> Ver: Ordenações Filipinas, Livro V, Título LII - Dos que falsificam sinal, ou selo do Rei, ou outros sinais autênticos, ou selos. Disponível em: < <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/15ind.htm> >.

<sup>45</sup> AHU, avulsos RJ, cx.186, doc.13.504.

<sup>46</sup> AHU, avulsos RJ, cx.179, doc.13.142.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Negociantes da praça do Rio de Janeiro: dignos de nobilitação e prestígio

Inicialmente, as Ordens Militares ibéricas vivenciaram muito de sua significação militar e religiosa (Silva, 2014). Durante o processo de Reconquista, elas tomavam a forma de milícias compostas pela nobreza cavaleiresca, defendiam a Cristandade e prestavam vassalagem ao Papa. Lentamente, os cavaleiros perdiam essa aura religiosa e vinculavam-se aos interesses da monarquia (Raminelli, 2018).

De acordo com Olival (2001), o Estado Moderno Português era legitimado pela ideologia do serviço/recompensa, na qual, dar tornava-se uma obrigação imperativa da realeza quando fosse servido pelo súdito, denominada “Economia de Mercê”. As Ordens Militares, que colocavam em prática essa ideologia, definiam assim as relações entre o rei e seus súditos e o colocavam como protagonista notório.

O valor da habilitação das Ordens Militares não era apenas honorífico, mas também econômico, principalmente na exploração das dispensas como um mecanismo disciplinador e financeiro. Foi fomentado pela Coroa um aumento do número de Cavaleiros, com poucas reprovações e elevado número de dispensados, o que possibilitava uma aproximação com os novos corpos que sustentavam o centro político na segunda metade do século XVIII (Olival, 2001). De fato, a riqueza mercantil modificava a “lógica tradicional do serviço”: o próprio comércio passou a ser visto como um serviço, já que geraria rendimentos para a Fazenda Real (Sampaio, 2010).

Na linguagem política, os corpos que sustentavam o centro não eram mais expressos pelo Clero e Nobreza (Olival, 2001). Essa lógica de mercês e serviço era uma forma de controle social pela Coroa, assim, ela reconfigura as hierarquias sociais, permitindo que os homens de negócio se consolidassem no topo, principalmente na América Portuguesa.

A região sul, com as suas transformações econômicas, demanda a remuneração dos serviços militares para sua proteção e expansão, tirando o foco na região nordeste. Mas é o impulso à real fazenda e ao comércio que faz a nobreza se distribuir por Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo (Silva, 2005). A nobreza e a riqueza não eram sinônimas na sociedade colonial, mas a



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

riqueza se tornou um potente promotor de ascensão social (Raminelli, 2018). Para se ter acesso aos ofícios, cargos e nobilitação, a riqueza tinha um grande peso e possibilitava ao negociante ser visto pela Coroa como aliado (Sampaio, 2010).

Nas habilitações dos já citados João Teixeira de Barros, Manoel Barbosa dos Santos e Pedro Telmo Lima seus serviços econômicos prestados no Rio de Janeiro tiveram grande papel para que recebessem a insígnia da Ordem de Cristo, inclusive estando presente nas respostas das testemunhas como uma atividade de estima social. Na habilitação de Manoel Barbosa dos Santos, a testemunha Antônio Carvalho de Oliveira, cirurgião da fragata, diz sobre o habilitando:

É solteiro, sem defeito pessoal, de idade competente, e que na cidade do Rio de Janeiro tem casa de negócios das melhores, em maior graduação, e se trata com muita nobreza e tratou desde os seus princípios em casa de seu tio Manoel Rodrigues Pontes, que o criou no mesmo negócio em que ocupava [...].<sup>47</sup>

Segundo Aldair Rodrigues (2007), a trajetória de vida dos indivíduos que se habilitaram na Ordem de Cristo e também no Santo Ofício é muito parecida com aquela dos que se habilitaram somente nesta última. Muito raramente esses comerciantes de grosso trato eram coloniais. No Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, na maioria dos casos, tais homens tinham origem do norte de Portugal, eram filhos de lavradores e/ou oficiais mecânicos, eram solteiros e vinham para a colônia apoiados em redes de parentesco.

Manoel Barbosa dos Santos, natural de São João de Ovil, comarca de Sobretâmega, Bispado do Porto, aparece sendo citado pelas testemunhas como homem de negócio de grosso trato no Rio de Janeiro, solteiro, que foi para a casa de seu tio, Manoel Rodrigues Pontes, nesta cidade, que o criou e o ensinou e que, posteriormente, transferiu sua casa de negócio para o sobrinho quando voltou para o reino<sup>48</sup>.

<sup>47</sup> Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 6, n.o 1 - Manuel Barbosa dos Santos.

<sup>48</sup> Ibidem.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

João Teixeira de Barros, natural da freguesia de Santa Maria, Veade, Arcebispado de Braga, tinha aproximadamente 40 anos de idade, era casado, saiu de Portugal em direção à Minas Gerais aos 12 anos, embarcando, posteriormente, para o Rio de Janeiro e se tornando caixeiro de Domingos Rebello Leite, com o qual fez sociedades<sup>49</sup>. Mesma trajetória de Brás Carneiro Leão, um dos negociantes de “maior conceito” da última década do século XVIII (Silva, 2005).

Pedro Telmo Lima, filho de pais lavradores ricos, natural da freguesia de São Miguel de Fontela, Bispado de Tuy, naturalizado português e morador da cidade do Rio de Janeiro, na Rua dos Quartéis, onde teve grandes casas de negócio. Foi levado para Portugal muito novo, com 14 anos, por seu parente que era homem de negócio, José da Silva Pereira, o qual o ensinou a fazer carregações de fazendas atacadas ao Rio de Janeiro para seu parente e negociante Custodio Pereira da Silva, com quem entrou em sociedade<sup>50</sup>.

Assim como no pedido de perdão real, Pedro Telmo Lima utiliza a sua atuação econômica para conseguir privilégios no seu processo de habilitação da Ordem de Cristo. Já que ele e seus ascendentes eram do Reino de Galiza, o suplicante exalta a magnitude do poder régio e o enorme esforço de seus serviços, quando pede ao rei que, “por sua real grandeza”, lhe concedesse a licença para que os interrogatórios fossem realizados em Lisboa, denominado de “pátria comum”. Ainda afirma que o rei já havia concedido tal graça a outros, finalizando com o pedido para que não desmerecesse tal suplicação pelas grandes utilidades que dava à Real Fazenda. O que demonstra não só uma expectativa de receber tal graça, mas também a ênfase na obrigação régia em recompensar o desempenho dos seus vassalos (Olival, 2001).

Nas trajetórias dos negociantes Manoel Barbosa dos Santos, João Teixeira de Barros e Pedro Telmo Lima, acompanhamos a entrada no cargo de Familiar do Santo Ofício anteriormente a entrada na Ordem de Cristo. A familiatura não representava a nobilitação do indivíduo, mas como um símbolo de prestígio social, era imprescindível para a conquista dessa. Como afirma Rodrigues (2007), muitos Familiares, ao darem entrada nos processos de habilitação da Ordem de Cristo enfatizavam sua aprovação no Tribunal Inquisitorial, o que pode ser visto na própria

<sup>49</sup> Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra I e J, mç. 33, n.o 6 – João Teixeira de Barros.

<sup>50</sup> Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra P, mç. 7, n.o 2 – Pedro Telmo Lima.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

declaração de João Teixeira de Barros, o qual se torna Familiar em 1750<sup>51</sup>. Além disso, as próprias testemunhas enfatizam a familiatura nos interrogatórios.

O cargo se consolidava como uma estratégia para aqueles que aspiravam cargos municipais e às Ordens Militares, principalmente a de Cristo, não só para aumentar as chances de ingresso, principalmente por já descartar o rumor de sangue, como também para que suas grandes fortunas fossem acolhidas pelos Inquisidores (Silva, 2005). Pela importância que o cargo tinha para a sociedade colonial, por vezes, se contentavam com ele e não pediam a Ordem de Cristo, pois a familiatura era mais do que suficiente para alcançar o prestígio social na praça.

Esse parece ter sido o caso do negociante Antônio Antunes Ferreira, já que não achamos seu processo de habilitação para entrada na Ordem de Cristo. Negociante com loja de fazendas, natural de Portugal, Antônio Antunes se habilita no Santo Ofício como Familiar, em 1753, quando já se encontrava no Rio de Janeiro (Calainho, 2006). A sua trajetória também foi marcada pela prática de contrabando no Rio de Janeiro, como consta nas documentações de 1765<sup>52</sup>.

O privilegiamento de negociantes no cargo foi possível por conta dos critérios da instituição. No Regimento do Santo Ofício de 1640 incluiu-se um título para os Familiares: o cargo pertencia aos oficiais leigos, ou seja, o indivíduo estava dispensado do estado eclesiástico, desde que fosse fiel à Igreja Católica. Também eram vistos como uma tropa auxiliar não só do Tribunal, mas também da própria Monarquia, quando em 1641, foi criada a Companhia dos Familiares pelo Santo Ofício, em demonstração do seu “zelo em serviço ao rei” (Calainho, 2006).

A Inquisição pouco se preocupava com os antecedentes “mecânicos” daqueles que solicitavam a familiatura, demonstrando um afrouxamento do rigor na legislação do ingresso aos cargos públicos e religiosos, mas analisava cuidadosamente a riqueza do postulante, já que, uma vez aprovados, se viam obrigados a oferecer generosos donativos à Inquisição (Novinsky, 1984). Além de que, ter fazendas e viver abastadamente significava que o candidato poderia custear as próprias provanças, apresentava uma maior disponibilidade de tempo para exercer as funções do

<sup>51</sup> Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra I e J, mç. 33, n.o 6 – João Teixeira de Barros.

<sup>52</sup> AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 74\Doc. 6698.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

cargo e, ainda, eram vistos pelos Inquisidores como indivíduos menos propensos à corrupção (Silva, 2005).

Também eram exigidos saber ler e escrever, ser capaz de se encarregar das averiguações em segredo e, principalmente, a limpeza de sangue, a qual era um dos critérios mais rigorosos do Santo Ofício, apesar de, algumas vezes, oficiais entrarem por conta do afrouxamento da avidez do sangue limpo (Rodrigues, 2014). Vemos esses critérios na habilitação de Manoel Barbosa dos Santos, por exemplo:

Tomamos informação com os comissários Pedro do Paço, José da Costa Brandão e com o notável Manoel Teixeira da Cunha sobre a pureza de sangue, capacidade e mais requisitos de Manoel Barbosa dos Santos, homem de negócio, que pretende ser familiar do Santo Ofício, conteúdo na petição inclusa de Vossa Eminência nos manda informar e nos dizem que ele por si e seus pais e avós paternos e maternos, é legítimo e inteiro, limpo de toda a raça de infecta nação, sem fama, nem rumor em contrário; é de bom procedimento de vida e costumes, capaz de ser encarregado de negócios de importância e segredo, vive limpo e abundantemente e terá de seu cabedal mais de seis mil cruzados, sabe ler e escrever, tem mais de vinte anos de idade, nunca foi casado e não consta ter filhos ilegítimos, nem que ele ou alguns de seus ascendentes fossem presos ou penitenciados pelo Santo Ofício, nem que incorre em infâmia alguma, pública ou pena vil: pelo que nos parece está em termo de Vossa Eminência lhe deferir. Vossa Eminência mandará o que for servido. Lisboa em mesa 20 de junho de 1749.<sup>53</sup>

91

Pela habilitação do negociante, notamos que a ausência de infâmia do indivíduo era um critério relevante para o Santo Ofício. Os Familiares gozavam de privilégios em consequência das funções que exerciam, mas sua conduta deveria ser irreprovável. Ser uma pessoa de bom procedimento e costumes era um critério fundamental, caso contrário, sua habilitação poderia ser impedida.

A má fama pública, queixas ou escândalos que envolvessem o candidato atingiam a sua imagem social e, por sua vez, atingiam a “imagem externa” da instituição, já que o Familiar era o intermediário entre o Tribunal e a população. Por isso, segundo Calainho (2006, p.127) “o Reto Ministério do Santo Ofício” impunha ordens, disciplina e, sobretudo, dedicação” a quem ocupava

<sup>53</sup> Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mc. 143, doc. 2429- Manuel Barbosa dos Santos.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

o cargo. Da mesma forma que o aceite do indivíduo na familiatura representava a valorização de sua imagem social, seu indeferimento era uma declaração oficial de inferioridade pelo Santo Ofício (Dos Santos, 2021).

O Tribunal da Inquisição não foi estabelecido na América Portuguesa, assim, a atuação desses homens como Familiares foi imprescindível para reafirmar a Cristandade no Ultramar. O Familiar poderia ser considerado um espião do Santo Ofício entre a população, já que analisava se as normas religiosas estavam sendo seguidos no cotidiano (Calainho, 2006).

Executavam prisões, eram responsáveis pelo sequestro de bens dos criminosos em casos cabíveis ou denunciavam ao Santo Ofício crimes que atingiam à Santa Fé, como a bigamia, a feitiçaria e a sodomia, por exemplo (Calainho, 2006). Também zelavam pelo cumprimento das penas dos réus e acompanhavam os penitenciados nos Autos de Fé. Para além do Regimento, as ações dos Familiares estavam presentes na disseminação cotidiana do pavor e da repressão inquisitorial, mas isso só era possível porque ocorria uma vigilância permanente que a população impunha sobre si mesma (Calainho, 2006).

O Tribunal se manteve mesmo com a redução do poder da Inquisição e da perseguição e expulsão da Ordem Jesuíta em 1759, a qual dominava a educação. Percebemos que a instituição e a religião estavam enraizadas na sociedade e no imaginário popular, mesmo com as críticas da Ilustração proporcionadas pela Reforma Pombalina (Calainho, 2006). O exemplo máximo desse cenário é do próprio Marquês de Pombal, que apesar de ter enfraquecido o Santo Ofício, ostentava o título de Familiar (Vainfas, 2001 apud Dos Santos, 2021).

92

## O contrabando e a infâmia pública: um estudo de caso

Um dos muitos privilégios que fomentavam o interesse dos negociantes pelos cargos honoríficos, além das isenções fiscais, era a justiça especial. Os Familiares, no reinado de D. Henrique, em 1580, adquiriram foro privativo nas causas-crime que fossem autores ou réus. Seus



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

juízes seriam os inquisidores, exceto, “nos crimes de lesa-majestade, do nefando contra-natura, revoltas, de violação da correspondência real, de desobediência às ordens do monarca, de roubos, de arrombamentos de casas, igrejas e mosteiros e de incêndios dolosos” (Calainho, 2006, p.43-p.44). E, se delinquissem nos ofícios e cargos do Santo Ofício, assim como nos cargos da república, passariam pelas justiças seculares.

Segundo as regras do Santo Ofício, o contrabando era um crime julgado pela justiça secular, afinal, além de ser um roubo, era considerado uma venda contra a ordem do rei, como define o padre Raphael Bluteau na primeira versão de seu dicionário<sup>54</sup>. No dicionário da Língua Portuguesa de 1789, uma versão "reformada" e "acrescentada" do Vocabulário Portuguez e Latino de 1712 de Bluteau, vemos que o descaminho é definido como uma “má conduta moral”, o descaminhado significa “o que foi extraviado por contrabando” e o descaminhador é definido como “a pessoa que extravai sem manifestar ou lealdar o que se deve manifestar”<sup>55</sup>. Apesar de todos os significados pejorativos em relação ao contrabando circularem nessa sociedade, o que reflete a rigorosidade seu código penal, já sabemos que essa não era colocada em prática na justiça.

Os crimes relacionados às atividades ilícitas tinham as penas mais duras, como a pena de morte para o uso de moeda falsa, furtos, utilização e estabelecimento de pesos e medidas falsos, tais quais, os crimes de lesa-majestade e os crimes que atingiam os princípios religiosos, como feitiçaria, sodomia, adultério fortemente condenados pela Inquisição. Com tanta facilidade, as Ordenações Filipinas estabeleceram a pena de morte, que até Luís XIV abordou o embaixador de Portugal e ironicamente perguntou se alguém havia escapado com vida (Fregadolli, 1997).

Em relação aos Cavaleiros, esses só poderiam ser julgados no Juízo dos Cavaleiros, “se os juízes seculares tivessem provas da culpabilidade de algum Cavaleiro, ou comendador, deveriam entregar o resultado de suas devassas ao juiz dos Cavaleiros” (Silva, 2005, p.250). Estes tinham direito de apelação em três instâncias: do juiz geral das Ordens podiam apelar para a Mesa da Consciência e Ordens, e desta, por fim, para o monarca como chefe supremo delas. Não poderiam

<sup>54</sup> Bluteau, Rafael. Vocabulário portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico... : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus : Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v; 2 Suplementos.

<sup>55</sup> SILVA, Antônio de Moraes et al. Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume e 2). 1789.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

ser presos na cadeia das câmaras e estavam, em princípio, isentos do pagamento dos dízimos (Raminelli, 2018).

O indivíduo seria impedido de entrar na Ordem de Cristo se fosse filho, ou neto de herege, ou de quem cometeu crime de lesa-majestade ou se tivesse algum crime por que estivesse obrigado à Justiça, como consta nas perguntas às testemunhas<sup>56</sup>. Caso cometessem crimes graves, perdiam sua qualidade de Cavaleiros antes de receberem o castigo<sup>57</sup>. Assim, o crime de contrabando, sob o viés do código penal, era gravíssimo e, por isso, traria consequências para o Cavaleiro que o cometesse ou para quem se candidatava à Ordem. No entanto, Raminelli (2018) salienta que, assim como nem sempre os impedimentos causavam a inabilitação, os privilégios se efetivavam.

Isso é o que ocorre com Manoel Barbosa dos Santos, que já era Cavaleiro da Ordem de Cristo quando aparece nas documentações relacionadas ao crime de contrabando. Vemos que o negociante é preso e julgado sob as mesmas circunstâncias que os outros envolvidos sem títulos<sup>58</sup>. Retomando o documento citado, Manoel Barbosa dos Santos e Pedro Telmo Lima, dois grandes negociantes, recebem o perdão real, assim como o mercador Joze Nunes de Aguiar, o tropeiro Francisco de Sousa Braga, o tanoeiro Bernardo José Ferreira o comissário Joze Joaquim Pedroso de Oliveira, e um ourives extremamente famoso na época, o qual era considerado o chefe do extravio de ouro em pó, Francisco Xavier Telles<sup>59</sup>.

E, pelo que as documentações indicam, os títulos de Manoel Barbosa dos Santos e Pedro Telmo Lima não são questionados por essas instituições tradicionais de Antigo Regime. Na habilitação do Santo Ofício do padre Francisco Barbosa Cabral<sup>60</sup>, o qual pretendia ser comissário, vemos que, no ano de 1766, seu irmão, Manoel Barbosa dos Santos, é citado como “Familiar do Santo Ofício de boa vida e costumes”, o qual já se encontrava preso desde 1765 por seus crimes de contrabando, sendo conhecimento das autoridades e do rei.

<sup>56</sup> Os Estatutos da Ordem de Cristo, título XIX apud SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Ser nobre na colônia, op. cit., p.111.

<sup>57</sup> Ibidem.

<sup>58</sup> AHU, avulsos RJ, cx.76, doc.6910.

<sup>59</sup> AHU, avulsos RJ, Cx. 86, doc. 7574.

<sup>60</sup> Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Francisco, mç. 101, doc. 1631.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Pedro Telmo Lima entra na Ordem de Cristo, no ano de 1773, após o cometimento do crime de contrabando e do perdão concedido pelo rei em 1768. Sendo, inclusive, citado como Familiar e certificado, pelo secretário do Conselho Geral do Santo Ofício, Manoel Ferreira de Mesquita, sobre seu cargo em tal instituição<sup>61</sup>.

Apesar de nem todos apresentarem títulos ou estarem no topo da hierarquia mercantil, acreditamos que a presença de grandes negociantes no crime fez um grande peso para que a decisão do rei fosse a favor dos réus, além disso, devemos nos atentar para a própria atividade comercial, a qual ganha importância em seu aspecto geral e a qual engloba a participação dos pequenos comerciantes que eram essenciais nas grandes redes de comércio, inclusive no desenvolvimento do mercado interno, como já visto.

Esse caso nos indica para o que Calainho (2006, p.157) aponta: percebemos a criação de uma fronteira tênue entre o Familiar habilidoso e zeloso e o Familiar corrupto e abusado. O Santo Ofício, o qual era a principal instituição religiosa que controlava as condutas da população, ultrapassando o âmbito religioso, apresenta um silenciamento, não só no seu Regimento, mas também na sua conduta, quanto ao cometimento de crimes julgados pela justiça civil. Segundo o Regimento de 1640,

Os ministros e oficiais do Santo Ofício serão naturais do reino, cristãos velhos de sangue puro, sem a raça de Mouro, Judeu ou gente convertida novamente a nossa santa fé e sem fama em contrário; que não tenham incorrido em alguma infâmia pública de feito ou de direito, nem forem presos ou penitenciados pela Inquisição, nem sejam descendentes de pessoas que tiveram alguns dos defeitos sobreditos, serão de boa vida e costumes, capazes para se lhe encarregar qualquer negócio de importância e de segredo [...]<sup>62</sup>.

Percebe-se que só são abordadas as proibições aos crimes julgados pela Inquisição e a questão da infâmia, de forma que, o indivíduo não poderia ter incorrido em alguma infâmia pública

<sup>61</sup> Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra P, mç. 7, n.o 2.

<sup>62</sup> REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Os Regimentos da Inquisição. Rio de Janeiro, a 157, n.392, p. 495-1020, jul./set. 1996.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

de feito ou de direito. No entanto, vemos que o Regimento não especifica se os crimes penais julgados pela justiça secular seriam reconhecidos como infâmia ou se seus oficiais perderiam o cargo pelo cometimento do crime. No título dirigido aos Familiares da instituição, somente o bom procedimento e a confiança são reforçados. Essa vagueza presente no Regimento possibilitava que a justiça fosse praticada com base na interpretação do Santo Ofício. Afinal, como aborda Giovanni Levi (2002), os países em que apresentam a origem teológica do princípio da justiça deixa aos juízes uma ampla gama de interpretações.

Segundo Calainho (2006), as atividades ilícitas denunciadas para a Inquisição só ocorreram nos casos de abuso de poder, ou seja, furtos dos bens do herege no ato da prisão pelo Familiar, o que inclusive parece ter sido uma prática comum. Pelo visto, a Inquisição se preocupava apenas com furtos no momento da atuação como Familiar, ou seja, momento no qual o indivíduo deveria ter o máximo de boa procedência para que fosse reconhecido pela população. E, mesmo assim, quando tal crime era praticado nessas circunstâncias, nem sempre sua punição era aplicada pela Inquisição.

Aldair Rodrigues (2007, p.75) analisa que, em relação à Minas, foram encontradas diversas denúncias e, “apesar dos relatos desses episódios terem chegado à Inquisição, apenas um caso se tornou processo”. Tal fato demonstra que o número de pessoas que fez usos e abusos da autoridade inquisitorial era maior do que a quantidade de pessoas que foram processadas. Isso representava a perda de controle da Inquisição sobre o que ela própria criou: quando a Inquisição julgava seus próprios agentes, acabava julgando a si mesma (Calainho, 2006).

Apesar da Inquisição ser vista, principalmente, como uma instituição que se voltava para a condenação dos delitos que ofendiam a santa fé, se consolidava, antes de tudo, como uma instituição integrante do exercício da justiça (Almeida apud Mello, 2013). Assim, segundo Isabele Mello (2013), principalmente por sua jurisdição mista, os Familiares representavam, formalmente, os olhos da justiça régia e da justiça eclesiástica.

Os Familiares eram bem-vistos pela justiça régia. Inclusive, pelo fato da organização jurídica de Antigo Regime apresentar um pluralismo de foros e a multiplicidade de privilégios, a atração pelo cargo pode ter se dado, em muitos casos, pelo interesse em maiores vantagens na





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

justiça inquisitorial para julgar crimes que não pertenciam ao seu foro, como em processos cíveis e crimes que tal privilégio não contemplava (Nardini, 2022).

Vemos pelas Ordenações Filipinas que no senso de justiça do Antigo Regime português, o direito civil e o direito de origem religiosa não se separam efetivamente, ou seja, como aborda Levi (2002), não vemos uma clara separação e hierarquização a favor das instituições do Estado, o que implicaria na sua fragilidade. Olhando para a justiça civil através dessa abordagem, sabemos que por meio do perdão, o rei se colocava como uma figura paterna que representava a união do poder temporal e espiritual (Faria, 2013). O fato da justiça de Portugal atuar por vias do temor e não por vias da punição efetiva marcava sua fragilidade, mas, ao mesmo tempo, a sua legitimação. Religião e Estado, no caso, justiça civil e justiça eclesiástica atuavam juntas.

Em relação à diligência da habilitação da Ordem de Cristo de Pedro Telmo Lima inicia em 1773, momento no qual o Santo Ofício já se encontrava no processo de secularização. A necessidade era emancipar o poder real do eclesiástico e, por isso, à Inquisição só pertenceriam o conhecimento e o castigo aos crimes religiosos, tendo o apoio do uso das penas civis. Assim, os Inquisidores não teriam conhecimento e não atuariam nos crimes morais e civis, como definia o projeto do Regimento de 1774 (Siqueira, 1996).

O processo da habilitação da Ordem de Cristo de Pedro Telmo Lima se torna uma documentação crucial para que saibamos se o contrabando teve algum impacto no processo de seu aceite como Cavaleiro. Vemos que o caso do contrabando não é citado por nenhuma testemunha, inclusive, Pedro Telmo Lima é citado pela maioria das respostas como sendo uma pessoa que não havia cometido crime de infâmia<sup>63</sup>.

Pensamos que a pátria comum suplicada por ele ao rei e a qual foi concedida, pode ter sido, além da tentativa de baratear as provanças que seriam a sua custa, uma estratégia para que suas práticas ilícitas não aparecessem nos interrogatórios, visto que os interrogados estavam em

<sup>63</sup> Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra P, mç. 7, n.o 2 -Pedro Telmo Lima.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Portugal. As testemunhas ligadas ao Rio de Janeiro eram naturais de lá ou haviam viajado para a cidade, inclusive negociantes envolvidos em atividades comerciais.

Ainda que possa ter sido uma estratégia, dificilmente essas testemunhas desconheciam suas práticas, ainda mais vindas de alguém com um título reconhecido como a familiatura, o qual, como afirma Calainho (2006), era comumente mostrado nas diversas relações sociais e, principalmente, na vizinhança, no entanto, aparentemente o crime não abalou a sua imagem social.

Acreditamos que o perdão real teve papel na manutenção de sua boa imagem social. Quando o contrabandista é condenado pelo seu crime, uma imagem social pejorativa sobre ele é consolidada. No entanto, como já sabemos, o sistema dobrava-se aos poderosos: quando o processo não chega ao fim ou é revertido pela concessão do perdão pelo rei, o juiz supremo, essa imagem social pejorativa é apagada ou não chega a se constituir. O próprio fato de que, uma vez que o título foi conquistado, a boa fama pública do indivíduo foi confirmada e deveria ser mantida, ao menos aparentemente, já que o poder dessas instituições se constituía também na manutenção de sua imagem social.

Desse modo, já que condenar o contrabando era menos importante do que fazer o comércio funcionar para a Coroa portuguesa, retirar o título de um negociante por ter cometido contrabando era menos importante do que manter a boa imagem social do Santo Ofício e da Ordem de Cristo. Dessa forma, se tornava mais acomodador negligenciarem seus princípios.

Isso nos faz pensar como o agir do Estado demonstra o seu interesse em controlar as questões morais, as quais eram, até então, controladas pelo agir da Igreja, e como o perdão real, o qual vinha do juiz supremo, poderia ter um grande efeito positivo para as instituições honoríficas, já que iria legitimar a entrada ou permanência dos negociantes nestas instituições sem que essas agissem.

Pelo que nos parece, seria prejudicial para a Inquisição questionar as familiaturas de Manoel Barbosa dos Santos e Pedro Telmo Lima, devido ao contexto de prestígio da atividade



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

mercantil em todo o sistema de Antigo Regime; por pertencerem ao grupo que dominava o cargo; pela instituição já estar sentindo os primeiros impactos de uma crise, a qual atingia seu prestígio; pois as habilitações desses homens davam acesso aos grandes recursos econômicos e, possivelmente, pelos negociantes estarem mais suscetíveis a prática de atividades ilícitas.

Na Ordem de Cristo, seria contraditório manter ou conceder o título de “bom servidor do rei” para quem ofendia a Fazenda Real com a prática de contrabando, afinal, a usurpação com a Fazenda Real era considerada um crime contra o rei, como estabeleciam as Ordenações Filipinas<sup>64</sup>. Assim, como o monarca era mestre das Ordens Militares, se legitimava como figura central, a qual tinha poder de escolher quem seria digno de sua graça, assim como de seu perdão, tomando suas ações com base na principal característica do Antigo Regime: o privilégio.

## Conclusão

Percebemos que o perdão real se tornou um mecanismo primordial para a Inquisição que não atuava na justiça de todos os crimes. No entanto, vemos que a Inquisição era uma agente da justiça do Antigo Regime, inclusive junto da Coroa, para além dos delitos contra o catolicismo, apesar de seu interesse estar concentrado nestes. Na sua atuação eram levados em conta os prós e contras, afinal, essas instituições viviam de sua imagem social.

Vimos que não seria benéfico para a Inquisição questionar as familiaturas de Manoel Barbosa dos Santos e Pedro Telmo Lima, principalmente em um momento que o Tribunal já estava sob o controle do rei, o qual não se opõe aos títulos dos negociantes. Os crimes contra a economia pública não implicavam na fama pública dos negociantes, porque o sistema dobrava-se a favor

<sup>64</sup> Ver “Título XII: Dos que fazem moeda falsa, ou a despendem, e dos que cerceiam a verdadeira, ou a desfazem.” Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/15p1188.htm>.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

desses, já que o mais importante era a influência econômica e política que conquistaram no Império Português.

Isso é confirmado quando Pedro Telmo Lima entra na Ordem de Cristo, após suas atividades ilícitas, as quais foram “apagadas” de sua trajetória pelo perdão real. Para a Ordem de Cristo, a legitimação se concentrava, principalmente, na figura do rei, visto que ele era o juiz supremo, mas também mestre das Ordens Militares, assim, esses homens se consolidavam como bons servidores por meio da escolha do rei, o qual era o único avaliador essencial, justo e capaz de julgar os serviços e as culpas. Assim, como o rei decidia que esses eram dignos de prestígio social, eram também dignos de perdão.

Notamos então que, assim como a justiça distributiva privilegiava esses homens na condenação de seus crimes, essas instituições honoríficas também privilegiavam quando não retiraram seus títulos ou impediram sua entrada na Ordem de Cristo por não estarem atingindo os critérios do bom procedimento exigidos por elas.

Talvez o próprio fato da justiça civil não condenar amplamente o contrabando, o que permitiu que tal prática social se tornasse integrante daquela sociedade colonial, fez com que as imagens sociais dos negociantes não fossem nem um pouco atingidas, como visto nas respostas das testemunhas da habilitação da Ordem de Cristo de Pedro Telmo Lima. Não afirmamos que a justiça civil, a Ordem de Cristo e o Santo Ofício planejaram tomar tal conduta, mas agiam consensualmente quando o principal interesse era a manutenção do Antigo Regime em um período de grandes mudanças, incluindo nestas a importância que a elite mercantil ganha.

100

## Bibliografia

### Fontes

Bluteau, Rafael. Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ... : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu : Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v; 2 Suplementos.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Os Estatutos da Ordem de Cristo, título XIX apud SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Ser nobre na colônia, São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Ordenações Filipinas, Livro V. Disponível em:

<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/15p1188.htm>

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Os Regimentos da Inquisição. Rio de Janeiro, a 157, n.392, p. 495-1020, jul./set. 1996.

SILVA, Antônio de Moraes et al. Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 2: L-Z). 1789.

## Arquivo Histórico Ultramarino

AHU, avulsos RJ, cx.79, doc.7110.

AHU, avulsos RJ, cx.79, doc.7100.

AHU, avulsos RJ, cx.86, doc.7574.

AHU, avulsos RJ, cx.83, doc.7367.

AHU, avulsos RJ, cx.86, doc.7574.

AHU, avulsos RJ, cx.186, doc.13.504.

AHU, avulsos RJ, cx.179, doc.13.142.

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 74\Doc. 6698.

AHU, avulsos RJ, cx.76, doc.6910.

AHU, avulsos RJ, Cx. 86, doc. 7574.

AHU, avulsos RJ, cx.95, doc.8209.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Arquivo da Torre do Tombo

- Registro Geral de Mercês

Registo Geral de Mercês, Mercês de D. José I, liv. 28, f. 323v.

- Habilitações do Santo Ofício

Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Francisco, mç. 101, doc. 1631.

Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, João, mç. 110, doc. 1795.

Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 143, doc. 2429.

Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Pedro, mç. 30, doc. 547.

- Habilitação da Ordem de Cristo

Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra I e J, mç. 33, n. 6.

Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 6, n. 1.

Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra P, mç. 7, n. 2.

102

## Referências bibliográficas

CALAINHO, Daniela Buono. Agentes da Fé: Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial. Bauru: EDUSC, 2006.

DA SILVA RIBEIRO, Mônica. O Rio de Janeiro como cabeça do centro-sul da América portuguesa, século XVIII: estratégias políticas e transformações socioeconômicas. *Locus: Revista de História*, v. 20, n. 1, 2014.

DE JESUS, Nauk Maria. O contrabando na fronteira oeste da América portuguesa no século XVIII. *Historia Revista*, v. 22, n. 3, p. 70-86, 2017.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

DOS SANTOS, Felipe. Rejeitados pela impureza: habilitações indeferidas aos cargos do Tribunal do Santo Ofício Português (Bahia, 1683-1737). Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP, v. 5, n. 10, p. 200-225, 2021.

FARIA, LUANA DE SOUZA. OS DESCAMINHOS DO OURO: questões acerca do modo de administrar e fazer justiça no Antigo Regime—Minas Gerais (1709-1750). 2013. Tese de mestrado, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima, et al (org.). O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII). 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_, João e GOUVEA, Maria de Fátima (orgs.). Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_, João; FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, 2001.

\_\_\_\_\_, João; GOUVÊA, Maria de F. (Orgs.). O Brasil colonial (c. 1720 - c.1821). Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FREGADOLLI, Luciana. Antecedentes históricos do código criminal de 1830. Akrópolis, Paraná, v. 5, n. 20, p. 17-22, 1997.

HESPANHA, António Manuel. Caleidoscópio do Antigo Regime. São Paulo: Alameda, 2012.

\_\_\_\_\_, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima, et al (org.). O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII). 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LEVI, Giovanni. “Reciprocidad mediterránea”. Tiempos Modernos: Revista Electrónica de Historia Moderna, Madri, v. 3, n. 7, 2002.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

MELLO, Isabele de Matos Pereira de. Magistrados a serviço do rei: a administração da justiça e os ouvidores gerais na comarca do Rio de Janeiro (1710-1790). 2013. 360 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013.

NARDINI, Giovanna. O privilégio de foro no Santo Ofício português: “Índice dos processos cíveis e crime” julgados pela Inquisição (1583-1703). *Revista de fontes*, v. 9, n. 16, p. 1-80, 2022.

OLIVAL, Fernanda. As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar, 2001.

OLIVEIRA JÚNIOR, Paulo Cavalcante de. Negócios da trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa (1700-1750). Tese (Doutorado). USP/FFLCH/PPGH. São Paulo, 2002.

PESAVENTO, Fábio; GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Contratos e Contratadores do Atlântico Sul na segunda metade do setecentos. *História, histórias*. Brasília, v. 1, n. 1, p. 72-87, 2013.

PIJNING, Ernst, "Controlling Contraband: Mentality, Economy and Society in Eighteenth-Century Rio de Janeiro", Ph. D. dissertation, Baltimore, Johns Hopkins University, 1997.

RAMINELLI, Ronald. Nobreza e principais da terra-América Portuguesa, séculos XVII e XVIII. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 19, p. 217-240, 2018.

RODRIGUES, Aldair Carlos. Sociedade e Inquisição em Minas colonial: os familiares do Santo Ofício (1711-1808). 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SAMPAIO, António Carlos Jucá. A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no século XVIII. *O Brasil colonial*, v. 3, 1720-1821, 2017.

\_\_\_\_\_, Antonio Carlos Jucá de. Os homens de negócio e a Coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII” in: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na Trama das Redes*.

\_\_\_\_\_, Antônio Carlos Jucá de. “O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil (1650-1750)”, in: *Estudos Históricos*, n.29. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2002, p. 29-50.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

SILVA, Kalina Vanderlei. “De senhores de engenho a cortesãos: conexões entre a América açucareira portuguesa e a Monarquia Católica no século XVII.” MEGGIANI; SANTOS PÉREZ; SILVA. (orgs.) O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668). São Paulo: Humanitas, 2014. p. 91-112.

SIQUEIRA, Sônia Aparecida. A disciplina da vida colonial: os Regimentos da Inquisição. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 157, 1996.

TORRES, José Veiga. Da Repressão Religiosa para a Promoção Social. A Inquisição como instância legitimadora da promoção social da burguesia mercantil. 1994.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## A Economia Política da fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro: Um estudo a partir de Antonio Gramsci

Bruno Farias Lobato<sup>65</sup>

**Resumo:** A configuração político-administrativa do atual estado do Rio de Janeiro é consequência da fusão que extinguiu os estados da Guanabara e o antigo Rio de Janeiro (no qual a capital era Niterói) e teve sua implementação a partir de 15 de março de 1975 pelo almirante Floriano Peixoto Faria Lima<sup>66</sup>. Assim, a fusão está inserida no contexto da ditadura iniciada em 1964 e pode-se dizer que é, em certo sentido, seu fruto. Como tema de análises e investigações a fusão já dispõe de um material que aborda diversos aspectos que explicam os agentes sociais envolvidos e as justificativas acerca de sua realização. O texto ora apresentado é resultado de uma pesquisa em andamento que tem como hipóteses que orientam a investigação categorias da reflexão gramsciana, quais sejam: intelectuais orgânicos, aparelho privado de hegemonia e sociedade civil e sociedade política em sua interconexão contraditória.

**Palavras-chave:** Empresariado; Rio de Janeiro; Cirj; Fusão; Ditadura.

106

<sup>65</sup> Discente do curso de Ciências Econômicas da UFF

<sup>66</sup> O general Ernesto Geisel assinou a Lei Complementar que sancionou a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara cuja execução começaria em 15/03/1975. BRASIL. Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974. Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios. Publicação Original [Diário Oficial da União de 01/07/1974] (p. 7253, col. 1) Republicação Integral [Boletim do Ministério do Exército de 19/07/1974] (p. 9, col. 4), Brasília, 01 jul. 1974. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/540725/publicacao/15713860>. Acesso em 27/10/2023.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Historiografia

Há vasto número publicações que abordam diretamente a fusão. Pode-se dizer, com base no limitado material que se teve oportunidade de estudar, que parte significativa dos estudos até 1974 incluem análises que abarcam a economia, a estrutura industrial, a demografia, a política, a segurança pública dentre outros elementos da realidade dos estados sendo característico suas conclusões indicarem manifestação favorável à fusão. A outra parte dos estudos foi publicada após a fusão ter-se tornado realidade e, no dialogo com aqueles estudos pré-fusão, os incorporaram no dialogo crítico e ampliaram os elementos que explicam as causas ou justificativas da fusão, especialmente sua efetividade ter se dado sob o governo do general Ernesto Geisel.

Embora os estudos entre 1959 e 1970 sejam indispensáveis para analisar as controvérsias e as posições manifestadas pelos diversos sujeitos sociais envolvidos no debate da fusão, até agora a pesquisa ora apresentada se ocupou prioritariamente dos analistas que trataram da fusão a partir de sua execução, isto é, o trabalho de Ana Maria Brasileiro publicado em 1979. Nesse sentido, a dificuldade de acesso mais volumoso aos estudos pré-fusão é a principal razão que sua incorporação ocorrer em menor grau, por vezes de modo indireto e por intermédio das pesquisas posteriores. Passemos às abordagens acima indicadas.

107

## O Tema da fusão nas análises de 1959 e 1970

Entre 1959 e 1970 alguns estudos publicados analisaram diversos temas da realidade dos então estados da Guanabara e antigo estado do Rio de Janeiro que nas suas considerações finais fundamentavam a fusão. Dentre os quais, pode-se mencionar o elaborado por Paulo Assis Ribeiro (1959) *Efeitos econômicos da integração do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro*, Francisco Mello (1959) *Estudos políticos sobre a unificação da Guanabara e do Rio de Janeiro*, Clóvis Ramalhete (1969) *A Fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro – projeto de Lei Complementar*, Alair Pitta (1969) *Aspectos da Segurança na Fusão dos estados da*



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

*Guanabara e do Rio de Janeiro*, Jorge Schonnor (1969) *Fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro: aspectos da expansão urbana* e José Carlos Figueiredo (1970) *A Perda do Dinamismo Econômico da Guanabara e Preposições para uma Política de Desenvolvimento*. Estes estudos expressam alguns pontos importantes na discussão da fusão.

Em linhas gerais eles indicam a tendência do que ficou nomeado no debate historiográfico como esvaziamento econômico da Guanabara. Entre os elementos que o constituem, estava à perda da condição de Capital do país que passou para Brasília em 1950, a pequena extensão territorial da Guanabara que inibia a expansão das indústrias, a ascensão do estado de São Paulo como principal centro industrial do país. Ou seja,

Por outro lado, indicava a suposta complementariedade entre os ramos da economia da Guanabara e do Rio e Janeiro. Nesse sentido, compreendeu-se a Guanabara com seu parque industrial mais desenvolvido como componente dirigente e o estado do Rio de Janeiro com desenvolvimento prioritariamente agrícola como corpo a seguir o elemento dirigente. Articulado num ente político-administrado uno dariam vigor e impulso a nova economia enquanto, por outro lado, se criticou a ausência de projeto de desenvolvimento local para a Guanabara por parte do governo federal. Por fim, mas não menos importante, mobilizaram-se argumentos da suposta identidade histórica e cultural comum presente na então Guanabara e no estado do Rio de Janeiro ea circulação de pessoas e mercadorias entre os estados que teriam sua as economias articuladas.

Os estudos supracitados são fontes básicas de diálogo e das análises dos autores que serão apresentados na sequência. Em seu conjunto estes trabalhos condicionaram o debate historiográfico<sup>67</sup> ulterior. Para a presente pesquisa é central assinalar que eles foram elaborados por encomenda do empresariado associado ao Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ) e Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEGA) ou mediante o Instituto de Desenvolvimento Econômico da Guanabara (IDEG) entidade financiada pelo Cirj e Fiega. Portanto, há de se considerar e analisarem pormenor as aspirações empresariais que podem estar

<sup>67</sup> Utilizamos o termo historiografia num sentido amplo que inclui trabalhos de outros especialistas e não apenas historiadores.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

contidas nas análises ao passo que deve-se tomar também como expressão das condições objetivas pelas quais passava o então estado da Guanabara e o antigo estado do Rio de Janeiro.

## Os estudos posteriores ao primeiro governo da fusão

Ana Maria Brasileiro (1979) fez seu estudo no decorrer do governo interventor do almirante Faria Lima que foi designado pelo general Ernesto Geisel. Ana Brasileiro (1979) tem o ponto central de seu argumento que a fusão foi uma política pública do poder executivo federal na área do desenvolvimento urbano. Ela dialogou com estudos<sup>68</sup> que argumentaram que a economia da cidade do Rio de Janeiro encontrava-se em declínio e num processo de retração industrial desde o começo do século XX, tendo entre outras implicações a perda da posição de principal centro industrial para São Paulo.

A partir disto ela compara o crescimento dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. A economia da antiga Capital tinha nos segmentos industrial e comercial os pontos mais dinâmicos enquanto o antigo estado do Rio de Janeiro era a agricultura. Ana Brasileiro debate acerca da tese do esvaziamento econômico. Baseada nos dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Desenvolvimento do Estado da Guanabara (IDEG) rechaça a referida tese sustentando que a Guanabara, no início da década de 1970, contexto anterior à fusão tinha indicadores de recuperação da sua economia. Pode-se dizer que na perspectiva de Ana Brasileiro (1979) a perda da condição de principal centro econômico e industrial da antiga capital para o estado de São Paulo que ascende à condição de força hegemônica foi o quadro geral a partir do qual a política pública foi executada.

A comparação do desenvolvimento dos estados feita por Brasileiro (1979) teve no debate como diretor do IDEG, José de Figueiredo o ponto de sua crítica. Os argumentos de Figueiredo que defendeu o esvaziamento da economia carioca foram apresentados por Ana Brasileiro como: empecilho à integração da região econômica carioca e fluminense; carência de política de Estado

---

<sup>68</sup> Doravante sempre que se mencionar os estudos se faz referência aos elaborados entre 1959 a 1970 indicados no item anterior.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

para o desenvolvimento econômico; ausência de incentivos financeiros para a indústria; precariedade na infraestrutura e preço elevado dos serviços prestados por empresas públicas; inexistência de política de zonas especiais para comportar alocação das indústrias que tivessem o intuito de instaurar-se na cidade do Rio de Janeiro. Embora Ana Brasileiro questione e se oponha a tese de esvaziamento da economia da antiga capital, ela incorporou os pontos de debilidade administrativa e de infraestrutura apontados por José de Figueiredo, diretor do IDEG.

A análise comparativa feita por Brasileiro (1979) entre as formas de desenvolvimento econômico, industrial e urbano dos estados extintos a fez concluir que as regiões passaram por um processo de estreitamento das relações mercantis e de circulação de pessoas. O desenvolvimento das relações supracitadas foi compreendido pela autora como integração dos territórios que fazem parte do atual estado do Rio de Janeiro ultrapassando as divisões jurídicas e administrativas existentes.

Brasileiro mostra os atores regionais envolvidos na discussão, quais sejam os políticos partidários da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MB); jornais e circulação diária; as entidades de representação do patronato carioca como FIEGA, a seção carioca do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro (CE) e o Clube dos Diretores Lojistas da Guanabara (CDL). No caso das entidades empresariais, mostravam-se favoráveis à fusão em suas manifestações.

Um ponto a se ressaltar do estudo de Ana Brasileiro que a própria autora indicou é que o arcabouço teórico e metodológico utilizado tende a não apreender e considerar as divergências entre os grupos sociais enquanto classes sociais, na pauta da fusão. Conforme a análise de Ana Brasileiro a fusão teve por objetivo, enquanto política do executivo federal, no âmbito da economia corrigir os problemas administrativos, impulsionar a indústria e melhorar a condição de vida da população. Nesse sentido, Motta (2001) se diferencia de Ana Brasileiro diametralmente uma vez que na sua visão a fusão teve como objetivo exatamente integrar as regiões substancialmente distintas dos dois estados e impulsionar de modo externo essa articulação.

Tal como Brasileiro (1979), Motta (2001) se refere aos argumentos acerca da fusão ter por



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

objetivo modificar a organização federativa do país, criar um polo de desenvolvimento poderoso. No entanto, Motta (2001) introduziu dois problemas novos acerca do tema, quais sejam: 1) por um lado, os objetivos do governo Ernesto Geisel de esvaziar a antiga capital de seus signos de capitalidade e, por consequência, reforçar desses signos e atributos a novacap, Brasília e 2) a fusão como parte do projeto de distensão, liberalização e transição política. Este elemento de transitoriedade da forma política do regime e reforço do papel de Brasília são as mais marcantes indicações de Motta.

Marieta Ferreira e Mario Grynszpan (1994) enfatizaram o caráter de não novidade sobre o debate da fusão e expuseram como a discussão se modificou conforme vinha à tona, pelos seus defensores e detratores. Na década de 1950 quando Brasília passou a ser capital, a representação política carioca - membros do PTB, UDN e PSB - inicialmente se mostraram favoráveis à fusão, porém, houve dissenso. E a resolução foi, com base na Constituição vigente e na manifestação contrária da população carioca, opôs-se aos defensores da fusão - representação política federal e os setores empresariais - decidiu-se pela criação do estado da Guanabara. O esvaziamento econômico se manteve como papel importante para os defensores da fusão, destaque para os setores empresariais. Soma-se a esse argumento, o da limitação do território carioca para a expansão industrial e a falta de políticas públicas coordenadas que tivessem como objetivo melhorar as condições da infraestrutura urbana e amparar com melhores condições administrativas e fiscais a vinda de capitais na forma de parque industrial para a cidade do Rio de Janeiro.

Ferreira e Grynszpan (1994) apontam para a participação do que eles designam por elite política e elite econômica carioca foi simpática ao processo fusão e, em menor proporção, as elites políticas e econômicas fluminenses; neste quesito se distanciam de Ana Brasileiro (1979) que argumentou que os setores fluminenses, em especial os empresários de Campos dos Goytacazes, eram contra a fusão. Marly Motta na mesma perspectiva de Ferreira e Grynszpan se orientou pelo âmbito local da vida política carioca e fluminense e de seus protagonistas. Em contraste com Ana Brasileiro, Motta (2001) argumenta que a Guanabara e o antigo estado do Rio de Janeiro se constituíam com distinções e assimetrias flagrantes em seus históricos econômicos, político e culturais.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

A cidade do Rio de Janeiro destoou das demais por ter sido o centro da administração desde a vinda da família Real. Com a chegada da Corte ao município o destino político e cultural foi profundamente modificado e uma característica é que frente a outros países o Rio de Janeiro (cidade) se mostra como espaço síntese da nação e da identidade nacional. A diferença interpretativa entre Motta e Brasileiro se aprofunda dado que a primeira trata da relação da fusão no que se refere à econômica, como um mecanismo para impulsionar a integração entre as unidades federais tão diferentes entre si. As autoras se aproximam, contudo, acerca do argumento da parte do governo federal da fusão como tentativa de reequilibrar a federação.

As políticas econômicas visaram criar o polo de desenvolvimento no novo Estado. Motta vai além da característica industrial do polo e alonga este para a dimensão de polo militar e de produção científica com a concentração de centros de pesquisas e universidades no seu interior. Tal como os estudos supracitados de Brasileiro (1979) e Ferreira e Grynszpan (1994), Motta indica que, o que ela designa como elite econômica, ou seja, os grupos empresariais, principalmente a FIEGA, participaram da discussão publicando estudos e pareceres favoráveis; contudo, ela também é contrário, tal como Brasileiro (1979), a tese do esvaziamento econômico.

Ferreira (2006) e Motta (2001) abordaram ainda o objetivo de esvaziamento cultural da cidade do Rio de Janeiro (estado da Guanabara) e sua identidade como síntese da nacionalidade brasileira por parte dos militares no governo. Esse objetivo do regime militar recebeu o apoio da elite empresarial carioca, de acordo com Ferreira (2006). Em 2001 publicou-se um livro que reuniu vários estudos sobre o novo estado do Rio de Janeiro. Fruto, por um lado, da comemoração dos vinte e cinco anos da fusão e, por outro lado, de parceria entre o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) que firmou o Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense com objetivo de “construir um centro intelectual e de referência documental sobre a história política contemporânea da cidade e do estado do Rio de Janeiro” (FREIRE, SARMENTO e MOTTA, 2001, p. 9).

Este núcleo tem uma produção significativa e abrangem problemas que Ana Brasileiro, por exemplo, não teve condições e nem fontes para analisar em pormenores embora, vale dizer, a pesquisa dela seja de envergadura e resultados importantes. Os estudos ora abordados de





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Motta (2001) e Ferreira (2006) integram os produzidos pelos membros do Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense. Sem desconsiderar as várias pautas da economia como o interesse do governo federal preservar a importância industrial da região no contexto nacional, diversificar os nichos da indústria ampliando os investimentos no novo Estado, por exemplo, nos estaleiros de Niterói e com as usinas nucleares em Angra dos Reis e, assim, fomentar seu desenvolvimento econômico e industrial, as autoras priorizam o caráter político da fusão.

Motta (2001) indicou dois grandes desafios da fusão. O primeiro era tornar mesma unidade federativa dois estados com diferença social, econômica e política. O segundo tratou se da influência que o “projeto ‘Brasil Grande’ do presidente Geisel teria sobre a Constituição e o futuro do novo estado” (Motta, 2001, p. 20). Na visão de Motta o histórico da cidade de ter acolhido a Corte, a sede administrativa do Império, capital da República e primeiro centro industrial e financeiro do país se condensaram para atribuir a cidade a expressão da nacionalidade. O caso do antigo estado Rio de Janeiro era diferente, sem ter recebido os vultosos investimentos desde o período colonial e nem acolher os bancos que lhe dotassem de centro financeiro e as tradições políticas de engajamento como a antiga capital. No que diz respeito ao projeto Brasil Grande as verbas que financiaram obras foram uma das suas manifestações. No âmbito político o “projeto do regime militar de retirar os signos da capitalidade do Rio de Janeiro” (Motta, 2001, p 30) esteve ligado às mudanças no país objetivadas pelo executivo federal.

Dessa maneira, houve um esforço para construir uma nova identidade acerca do novo estado desvinculada do até então forte componente nacionalizar da cultura e política carioca. Ferreira (2006, p. 178) disse que “setores empresariais cariocas também se engajaram nesse projeto de reelaboração de identidade regional”. No âmbito partidário predominou desde 1966 a existência da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Nos trabalhos de Marly Motta (2001) e Marieta Ferreira (2006) os filiados à ARENA não se opunham à fusão, defendiam a linha do executivo no contexto do governo Ernesto Geisel.

Ana Brasileiro (1979, p. 55-57) trouxe uma série de controvérsias envolvendo personalidades de cargos importantes na Guanabara e no antigo estado do Rio de Janeiro durante 1966 e o dissenso era significativo, uns referindo à fusão como processo inevitável e outros que era inviável. Para Motta (2001) houve convergência entre os interesses do governo Geisel e a



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

importância liderança política carioca, Chagas Freitas. Segundo a autora, [...] “projeto de transformar a Guanabara em ‘uma unidade madura’ respondia às expectativas de gregos e troianos: do regime militar, interessado em retirar da Belacap os atributos de capital e em transferi-los para a Novacap [Brasília]; e do governador Chagas Freitas, voltado para a tarefa de estadualizar a Guanabara” (MOTTA, 2001, p. 23). Segundo a perspectiva de Marly Motta pode-se notar que o contexto da década de 1970 era diferente de 1966 sendo este indicado por Ana Brasileiro (1979) como inviável a saída pela fusão no debate político. Marieta Ferreira e Mário Grynszpan (1994, p.92) assinalaram, se diferenciando, portanto, de Brasileiro (1979), que: é interessante observar que, em suas declarações, os emedebistas procuravam em geral enfatizar sua abertura ao debate e mesmo sua disposição a aceitar a ideia da fusão. Eram o governo e seus aliados no Congresso, segundo eles, que fechavam a questão, mostrando-se avessos a qualquer discussão ou a qualquer alteração que pudesse pôr em xeque o seu objetivo mais profundo: a desarticulação da oposição. (Ferreira e Grynszpan, 1994, p.92).

Anos após, Marieta Ferreira (2006) disse que a oposição feita pelo MDB da Guanabara, consciente da irreversibilidade do processo de fusão, em vez de lamentar a perda do controle do governo estadual, tratou de se estruturar rapidamente, visando à disputa de cadeiras na Assembleia Legislativa do estado que resultaria da fusão. Seu objetivo era obter uma representação legislativa suficientemente forte para exercer um efetivo controle sobre os atos do futuro governo (Ferreira, 2006, p. 171). Um ponto consensual entre os estudos pós-fusão foi o caráter arbitrário, autoritário de sua concepção e execução, com ênfase ao caráter militar do regime pelos autores ora referidos.

É importante dizer que os autores igualmente criticam as formulações que reduzem a fusão a um mero tertido sua razão de ser o enfraquecimento da oposição feita pelo MDB. A apresentação historiográfica breve feita aqui não dá conta da complexidade da extensa argumentação dos autores. Ao fazê-la objetivou-se apresentar parcialmente o debate que acolhemos como elementos informativos e como pontos de interlocução de algumas de nossas hipóteses da pesquisa em andamento.

**Os elementos metodológicos gramscianos que fundamentam a abordagem do material**



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## empírico e historiográfico

Nos Cadernos do Cárcere 12 e 13, *Breves notas sobre a política de Maquiavel* (2022) e *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais* (2022), respectivamente, Gramsci construiu uma série de reflexões que indicam o caráter histórico e conjuntural de seus apontamentos ao mesmo passo que alicerça vários elementos de caráter metodológico para a reflexão e crítica histórica. Nesse sentido, tem-se analisado suas elaborações sobre a conformação das funções de intelectuais orgânicos e tradicionais que emergem das relações sociais fundadas na esfera da produção da vida material, ou, de acordo com os seus termos, como grupos sociais fundamentais (2022); o papel do intelectual orgânico como aglutinador, organizador dirigente no interior da sua classe, na interação com suas camadas e as classes contraditórias e antagonistas; os graus de consciência e postura política no contexto das correlações de força e equilíbrio entre os grupos sociais; suas organizações mediante seus aparelhos hegemônicos ou aparelhos privados de hegemonia e subjacente a estes, a compreensão da interconexão contraditória entre sociedade civil e sociedade política (Estado stricto sensu); o Estado ou a sociedade política como relação social permeado e resultante de contradições e disputas classistas; a relação entre classes como mediadas pelo exercício do consenso e/ou da força alternadamente conforme os graus de intensificação das contradições e a incorporação pelo grupos/classes dirigentes de pautas de lutas dos subalternos.

115

## A tendência da historiografia fundamenta em Gramsci que apreende o componente classista da ditadura

Nas últimas décadas muitos pesquisadores dos mais variados matizes teóricos ocupam-se de investigar os múltiplos determinantes da ditadura de 1964. Nesse sentido, entre os autores que permitem compreender a ditadura e deixou uma contribuição metodológica para os estudos contemporâneos está à obra de René Dreifuss (1981, 1987 e 1989) em que analisou e expos formas de organização e atuação de frações das classes dominantes por ele conceituadas como



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

elites orgânicas do capital multinacional e associado no Brasil. Ele apresenta condicionamentos históricos que viabilizaram a ascensão econômica do capital multinacional e associado, sua estruturapolítica de poder, os elementos que implicaram a crise do populismo, as mudanças qualitativas da atuação da elite orgânica por intermédio do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e sua relação com militares das Forças Armadas (FA), especialmente os membros da Escola Superior de Guerra (ESG) desde a conspiração, durante o golpe e tomada do Estado na constituição do regime ditatorial de 1964.

Num período mais recente tem florescido diversas pesquisas que se ocupam de aprofundar o conhecimento a partir das pistas e indicações presentes nos estudos de Dreifuss (1981, 1987, 1989). Dentre eles pode-se mencionar Elaine Bortone (2013) que analisou a participação do IPES na reforma administrativa entre 1964 e 1968, Pedro Campos (2014) que se ocupou da atuação do segmento da construção civil entre 1964 e 1988, Renato Lemos (2018) que apresentou a relação do grupo de mobilização industrial com o aparato de repressão do regime e Martina Spohr (2020) no qual analisa a interação entre setores empresariais estadunidenses e brasileiros ao longo da década de 1960, no programa do Estado norte americano Aliança para o Progresso e sua influência na política brasileira. Além dos temas e modos de atuação das classes dominantes que os estudos expuseram, há importância particular para o estudo em andamento, a saber: a participação ativa de associados ao CIRJ/FIEGA, especialmente de diretores e presidentes das entidades.

Há membros do CIRJ e da FIEGA que desempenharam papéis importantes no IPES, foram membros da ESG além de outras entidades organizativas. Portanto, atuaram no sentido de direção e organizador, isto é, intelectual (Gramsci, 2022) de sua classe segundo a linha ipesiana. Alguns integrantes do IPES e CIRJ/FIEGA em comum foram (Dreifuss, 1981, p. 176; 182; 521): José Ignácio Caldeira Versiani, Zulfo de Freitas Mallmann, Bento Ribeiro Dantas, Mario Leão Ludolf e Jorge Bhering de Mattos – dentre os citados o único que não foi presidente do CIRJ (Carone, 1978, p.173-178). Em livro redigido por encomenda dos diretores para comemoração do aniversário do sesquicentenário da entidade, Edgar Carone (1978) apresenta algumas discussões internas, mudanças da entidade patronal, sua participação no debate público nos diversos contextos sócio- políticos do país.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

O recorte do presente estudo é de 1960 a 1975 justifica-se por duas razões que articulam elementos de cunho nacional e regional. Dessa maneira, inicialmente foi em 1960 que a cidade do Rio de Janeiro perdeu a condição de capital e constituiu-se como estado da Guanabara (Brasileiro, 1979) o que colocou a fusão novamente em pauta e, em segundo lugar, as tensões sociais no país escalonaram-se o que impeliu à organização das frações das entidades patronais em diversos estados. Assim, se alçaram com papel destacado para os cariocas do CIRJ/FIEGA/IPES, paulistas e demais segmentos do capital de outros estados do país para o momento político de sua campanha contra o governo nacional-reformista de João Goulart e subsequente tomada do Estado (Dreifuss, 1981).

A atuação oficial do IPES data de 29 de novembro de 1961 (Dreifuss, 1981, p. 163). Dreifuss aponta dois modos de atuação do IPES, o de fachada e o encoberto. Conforme Dreifuss (1981, p. 164), “a direção do IPES conta com a colaboração de professores universitários, técnicos e peritos, que, de acordo com seus postulados, estejam dispostos a trabalhar no estudo e na equação dos problemas nacional” de modo que os objetivos manifestos da direção eram de:

promover a educação cultural, moral e cívica dos indivíduos, desenvolver e coordenar estudos e atividades de caráter social e, por meio de pesquisas objetivas e discussões livre, tirar conclusões e fazer recomendações que irão contribuir para o progresso econômico, o bem-estar social e fortificar o regime democrático do Brasil (Dreifuss, 1981, p. 164).

117

Enquanto o lado velado “coordenava uma sofisticada e multifacetada campanha política, ideológica e militar” (Dreifuss, 1981, p. 164). No desenvolvimento dos acontecimentos antecedentes ao golpe tornaram-se maduros na sua organização e capacidade de intervenção de forma que:

[...] a elite orgânica também estabeleceu o que pode ser considerado como efetivo controle da mídia audiovisual e da imprensa de todo o país. No curso de sua oposição às estruturas populistas, ao Executivo nacional-reformista e às forças sociais populares, o complexo IPES/IBAD se tornava o verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar (Dreifuss, 1981, p. 164).

As passagens citadas acima ilustram pontos organizativos do IPES que se assemelham aos do CIRJ/FIEGA. Desse modo, ao se considerar a fundação do IPES em 1961, cerca de dezessete meses antes do importante complemento ao Estatuto do CIRJ de 1963 que permite comparar



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

alguns dos elementos presentes em ambos que indicam o caráter político ideológico e articulado de suas intervenções nas diversas pautas de interesse empresarial. Segundo Edgar Carone

[...] em 29 de abril de 1963, no momento da crise política e da crítica ao Governo Jango Goulart, o Centro [CIRJ] reforma novamente parte de seus Estatutos e soma ao art. 2º um novo item: ‘estimular, com prioridade absoluta, a defesa da democracia, das liberdades humanas e da livre empresa, coordenando e estimulando, com outras entidades, medidas para esse fim’ (Carone, 1978, p. 135; grifo nosso).

É possível notar pontos convergentes nas pautas do IPES e do CIRJ/FIEGA a respeito da inserção das entidades patronais nos embates políticos-ideológicos e a exasperação das contradições socioeconômicas do período, além das diretrizes para a atuação de seus associados. A análise de Dreifuss (1985) e a presença por ele demonstrada de membros e presidentes do CIRJ/FIEGA no IPES corroboram as hipóteses adiante apresentadas que se tem analisado com o presente estudo.

As hipóteses investigadas que orientam a pesquisa é a de que os diretores atuaram como intelectuais orgânicos de sua classe na construção da vontade coletiva interna no debate da fusão (Gramsci, 2022), o CIRJ constitui-se como um aparelho privado de hegemonia (APH) (Hoeveler, 2019) uma vez que fundamentada de acordo com os parâmetros de atuação convergentes nos Estatutos, conforme indicou Dreifuss (1985) no caso do IPES e Carone (1978) em relação ao CIRJ/FIEGA, encomendou os estudos<sup>69</sup>, cooptou estudiosos, políticos no sentido estrito do termo e militares para participar das reuniões, além de financiar o Instituto de Desenvolvimento da Guanabara (IDEG) instituição que se manifestou como opinião técnica em suas publicações e pareceres favoráveis à fusão, além de condicionar parte significativa dos debates e estudos sobre. Alinhado as hipóteses dos diretores como intelectuais orgânicos e do CIRJ como APH, tem-se, numa perspectiva maior, também as hipóteses do CIRJ/FIEGA como sociedade civil organizada que visa o poder de Estado (Fontes, 2009, 2018), ou seja, uma perspectiva relacional e contraditória entre sociedade civil e Estado Ampliado, alicerçadas pelos antagonismos das classes sociais (Mendonça, 2014).

<sup>69</sup> Refere-se aqui aos estudos indicados na parte “O tema da fusão nas análises de 1959 e 1970” do presente texto.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Importante dizer que além de hipóteses que têm orientado as leituras dos materiais, elas são aporte da análise das Atas das reuniões, das publicações dos trabalhos encomendados pelo CIRJ/FIEGA, as categorias de intelectual orgânico, APH, sociedade civil e Estado Ampliado. Este recursos metodológicos mediam o cortejo das fontes e articulação da crítica das fontes com reflexãohistoriográfica e teórica.

Com base no exposto, o tem como problemática da pesquisa a mobilização dos empresários associados ao CIRJ e a FIEGA entre 1960 e 1975 que aspiravam à fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro. Trata-se de se aproximar dos matérias para analisar: 1) como, ao longo dos quinzeanos, foi pautada a discussão entre os associados, 2) em que contexto o grupo ligado a Jorge Bhering de Mattos – que fomentou a fusão pelo menos desde 19691 – construiu o consenso (Gramsci, 1987) interno, 3) os mediações entre as instituições como meios utilizados na campanha para difundir seu projeto econômico-político, persuadir e tornar o mais amplo possível junto aoutros grupos sociais senão favoráveis ativamente, ao menos receptíveis a fusão e 4) a relação estabelecida entre os associados ao CIRJ/FIEGA com militares integrantes da ESG e IPES.

119

## **Pistas da historiografia da fusão par a agenda de pesquisa com base na reflexão de Gramsci e René Dreifuss**

No decorrer do item um foi indicado que os estudos do pós-fusão perceberam a simpatia e manifestação favorável empresarial pelo tema. Como exemplificação indicamos Ana Brasileiro (1979) apresenta diversas entidades patronais como a ACRJ, o CIRJ e a FIEGA, dentre outras com interesse pela fusão. Motta (2001) e Ferreira (2006) igualmente indicam não apenas as manifestações empresariais como utilizam seus dados quantitativos. Embora ao longo de suas abordagens apresentem essa simpatia empresarial pela fusão, compreendem como secundárias paraa compreensão do processo. Além disso, limitam-se a constatar a dicotomia aparente entre civis e militares. Isso fica explicito na forma que caracterizam o regime e a seleção do governo interventor. Vejamos um exemplo de Motta sobre o consenso a respeito (2001, p. 19-20):

[...] o caráter autoritário que teria marcado a concepção e a implementação inicial da fusão. Somente um ‘poder político centralizador e tecnocrático’, como o do



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

general Ernesto Geisel, teria conseguido até aqui o que até então fora impedido pelo jogo das forças políticas: a junção de duas unidades federativas que, apesar de próximas geograficamente, guardavam - e ainda guardam - profundas diferenças entre [...] (Motta, 2001, p. 19-20).

Nota-se que Geisel representa a personificação do poder político, poder pessoal, vontade e agência do indivíduo. Não se trata de desconsiderar a participação do individual. Na verdade, com base nas formulações gramscianas e nos estudos de Dreifuss (1981) e demais autores que aprofundam as indicações deixadas por ele, se trata de analisar a atitude e a vontade da personalidade inserida no conjunto das relações sociais que é portador, transforma e simultaneamente, é fruto.

Prossegue-se com mais uma ilustração acerca da fusão por Marly Motta. Para a autora

A percepção dos idealizadores e implementadores da fusão era, portanto, de que a política seria um empecilho para a execução de um ‘bom governo’ e, por consequência, colocaria em risco o sucesso de uma importante iniciativa do início do governo Geisel. A fusão deveria ser encarada, bem ao gosto dos militares, como uma ‘missão’, cujo sucesso dependeria da ação do “comandante”, que não poderia ser político, uma vez que não deveria ter amarras no passado, compromissos no presente e nem expectativas para o futuro (Motta, 2001 p. 34).

120

Por fim, endossando a declaração de Faria Lima, Marly Motta qualifica que a designação delepara ser o interventor teria sido em função de ser “um militar de corte técnico, avesso à política” (Motta, 2001, p. 32). A exposição dos trabalhos que tem-se desenvolvido a análise e que aqui foi apresentado é uma imagem muito redutora destes. Na verdade, tais estudos contribuem de modo significativo para o entendimento do processo que resultou na fusão. Entretanto, considera-se pertinente seguir suas indicações e os pontos por eles abstraídos (as relações de classes) como elemento a colaborar com a explicação da fusão.

## Conexões empresariado e militares: apontamentos sobre relações orgânicas

A oposição ao regime ou a aproximação com ele por parte de civis é implicitamente compreendida como circunstanciais, pontuais. Embora os grupos do empresariado e os militares





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

apareçam nas pesquisas não são apreendidos como integrantes de classes sociais. A relação de civis em relação aos militares é percebida como dicotômica de tal modo que as manifestações positivas do empresariado sobre a fusão não foram percebidas como interesse e posição de classe do patronato carioca.

Ernesto Geisel declarou que não teve intenção de abrir uma discussão com a representação partidária uma vez que estava convencido de executar a fusão (Castro e D'Araujo, 1997). Motta (2001) interpretou essa declaração num sentido que a fusão teve caráter de vontade pessoal. Embora a vontade dele seja fundamental, considera-se pertinente compreender a relação de Ernesto Geisel, dos militares partícipes do seu governo e da fusão com os associados do CIRJ/FIEGA uma vez que, conforme indicamos acima ao mencionar o trabalho de Dreifuss (1981) e o de Carone (1978) que deram indícios fecundos sobre a relação e a forma de atuação desses personagens com unidade por terem integrado o IPES e a ESG e partilhar e agir de acordo com aqueles valores e projeto de reformas sociais, econômicas e políticas (Bortone, 2013).

Menciona-se que entre os entrevistados por Marly Motta e Carlos Sarmiento (2001) sobre a fusão, três fizeram os cursos da ESG e um foi um importante intelectual orgânico do Ipes-Rio (Dreifuss, 1981, p.161-208). Eles são o governador interventor almirante Faria Lima, o chefe da Secretaria do Governo capitão-de-mar-e-guerra Carlos Bathazar da Silveira, o secretário de segurança pública da fusão o general Oswaldo Domingues e, por fim, Israel Klabin, respectivamente. Conforme indica Dreifuss (1981, p. 161-208), os generais Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel também foram membros de destaque da ESG e do Ipes. Assim, temos indícios importantes sobre as teias de relações que se constituíram muito antes da fusão.

Dispõe-se das Atas das reuniões dos diretores do Cirj e da Fiega as quais pouco foram abordadas em pesquisas. Reproduzimos na sequência o relato de uma delas como ilustração da nossa hipótese com base nas categorias e indicações metodológicas de Gramsci sobre os intelectuais orgânicos, aparelhos privados de hegemonia e da articulação indissociável e contraditória da sociedade civil com a sociedade política/Estado e esta relação como resultante de correlações de forças e conflitos de classes. Conforme o relato:

[...] AUDIENCIA EM BRASILIA: o Sr. presidente Mario Leão Ludolf comunica, acompanhado de José Carlos Vieira de Figueiredo, diretor do IDEG, e Saulo Diniz Swertz, diretor do DR-SENAI da Guanabara, que esteve em



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Brasília, oportunidade em que se entrevistou com os ministros Golbery do Couto e Silva, João Paulo dos Reis Velloso, Arnaldo Pietro e, também, com os assessores do ministro do trabalho. Informa sobre os entendimentos que teve com o ministro Golbery, com que falou a respeito da fusão dos Estados do Rio e da Guanabara, lembrando a S. Exa. A necessidade de serem ouvidas as classes empresariais no estabelecimento das diretrizes a serem observadas com relação ao assunto. Como ministro de planejamento foi tratada a questão do IDEG junto ao CEBRAE, porquanto, quando da sua visita a entidade, o presidente daquele Centro declarou pretender organizar setores de assistência a pequena e média empresa, no novo estado, os quais funcionariam como agentes do CEBRAE, fato esse que não tornaria possível a prorrogação do convenio atual mantido com o IDEG, para este fim. O ministro Velloso prometeu estudar o assunto e entender-se com o presidente do CEBRAE, no sentido de permanecer a orientação inicial, continuando, assim, o IDEG a executar os planos daquele Centro, relativamente a assistência a pequena e média empresa. (Rio de Janeiro. FIRJAN. Ata s/n de 16 de janeiro de 1975).

As relações entre empresários e militares e sua unidade de ação por intermédio de entidades representativas são, de acordo com a hipótese que se tem desenvolvido, um elemento importante na contribuição das explicações dos motivos e dos agentes envolvidos nas controvérsias que resultaram na fusão.

122

## Considerações Finais

O presente texto teve por objetivo apresentar de modo sucinto alguns aspectos de um estudo que se encontra em elaboração. Com fundamento na revisão de trabalhos historiográficos que ocuparam-se de explicar a fusão, nas indicações metodológicas de Gramsci e alguns de seus intérpretes como Dreifuss para estudar a fusão que deu origem ao atual estado do Rio de Janeiro como resultante de um projeto sócio-político de longo prazo do empresariado do Cirj/Fiega conjuntamente com os oficiais militares.

## Bibliografia

### Referências Bibliográficas Impressas

BRASIL. Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974. Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios. Publicação Original [Diário Oficial da União de 01/07/1974] (p. 7253, col.1) Republicação Integral [Boletim do Ministério do Exército de 19/07/1974] (p. 9, col. 4), Brasília,



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

01 jul. 1974.

BRASILEIRO, Ana Maria. **A Fusão: análise de uma política pública**. Brasília: IPEA/IPLAN, 1979.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina. **Ernesto Geisel**. 2ª ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 1997.

CARONE, Edgar. **O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)**. Rio de Janeiro: CIRJ/Cátedra, 1978.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Niterói: Eduff, 2014.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **A Internacional Capitalista: Estratégias e Táticas d Empresariado Transnacional (1918-1986)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

\_\_\_\_\_. **O Jogo da Direita Na Nova República**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

ESCRITÓRIO TÉCNICO PAULO DE ASSIS RIBERIO. **Efeitos Econômicos da Integração do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Federação das Indústrias do Distrito Federal, 1959.

123

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA GUANABRA. **Efeitos da Unificação. Guanabara – estado do Rio: sobre alguns complexos industriais (1969)**. In: Federação das indústrias do estado da Guanabara. A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FIEGA/CIRJ, 1969, 3 vols.

FERREIRA, Marieta de Moraes; GRZYNSZPAN, Mário. **A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.14, no 28, p.74-100, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Fusão do Rio de Janeiro, ditadura militar e a transição política. IN: ABREU, A. A. A Democratização no Brasil. Atores e contextos. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Cap. 6. p. 163-203.

FIGUEIREDO, José Carlos Vieira de. **A Perda do Dinamismo Econômico da Guanabara e Preposições para uma Política de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IDEG, 1970.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Os intelectuais. O princípio Educativo. Jornalismo. Volume 2**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

**Volume 3.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DA GUANABARA. **Tendências do Crescimento da Guanabara.** Rio de Janeiro: IDEG, 1974.

LE MOS, Renato Luís do Couto Neto e. **O Grupo de Mobilização Industrial (GPMI) e o regime ditatorial no Brasil pós-1964.** In: MARTINS, CAMPOS e BRANDÃO. *Política Econômica nos Anos de Chumbo.* Rio de Janeiro: Consequência, 2018. 320 p.

MAGALHÃES, Paulo Reis de Almeida. **Integração das Atividades Econômicas do Novo Estado. Tese apresentada à I Plenária da Indústria e do Comércio do Estado do Rio de Janeiro.** Nova Friburgo-RJ, setembro de 1975; mimeografado.

MAIA, Clovis Ramalhete. **Fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro: projeto de lei complementar.** Rio de Janeiro: FIEGA, 1969. 20 p.

MELLO, Francisco das Chagas. **Estudos políticos sobre a unificação da Guanabara e do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: [s.n], 1959. 16 p.

PITTA, Alair de Almeida. **Aspectos da Segurança na Fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: FIEGA/CIRJ, 1969. In: A Fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Volume I: análise orçamentária; turismo; segurança; agricultura e abastecimento. Rio de Janeiro: FIEGA/CIRJ, 1969.

RAMALHETE, Clóvis Maia. **A Fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro – projeto de Lei Complementar.** Rio de Janeiro: FIEGA, 1969. 20 f.

RIBEIRO, Paulo Assis. **Efeitos econômicos da integração do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: [s.n], 1959. 195 p.

SARMENTO, Carlos Eduardo; MOTTA, Marly Silva da. **A Construção de um Estado: a fusão em debate.** Rio de Janeiro: editora FGV, 2001.

SARMENTO, Carlos Eduardo; MOTTA, Marly Silva da; FREIRE, Américo. **Um Estado em Questão: os 25 anos do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: editora FGV, 2001.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

SCHNOOR, Jorge Ernesto de Miranda. **Fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro: aspectos da expansão urbana.** Rio de Janeiro: [s.n], 1969. 21 p. In: *A Fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro*. Volume III: administração pública; educação; urbanismo. Rio de Janeiro: FIEGA/CIRJ, 1969.

SCHNOOR, Jorge Ernesto de Miranda. **A Fusão da Cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: [s.n], 1969. 21 p. p, 21.

SPOHR, Martina. **American Way of Business.** Curitiba: Appris, 2020.

## Referências Bibliográficas Digitadas

FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos. **Sociedade Civil. Verbetes.** Disponível em: [http://www.grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia\\_Fontes/verbetes/Sociedade-Civil.pdf](http://www.grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia_Fontes/verbetes/Sociedade-Civil.pdf). Acesso: 23/09/2023.

FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos. **Gramsci, Estado e sociedade civil: anjos, demônios ou lutas de classes?** Disponível em: [http://www.grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia\\_Fontes/verbetes/Sociedade-Civil.pdf](http://www.grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia_Fontes/verbetes/Sociedade-Civil.pdf). Acesso: 23/09/2023.

HOVELER, R. C. O CONCEITO DE APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA E SEUS USOS PARA A PESQUISA HISTÓRICA. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, [S. l.], v.4, n. 5, p. 145–159, 2020. DOI: 10.36311/2526-1843. 2019. v 4 n 5. 10792. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10792>. Acesso em: 23/10/2023.

MENDONAÇA, Sonia Regina de. **O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica.** Niterói: Marx e o Marxismo v.2, n.2, jan/jul 2014. 27-43, p.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## “Para que fique isento de todo cativoiro”: senhores, escravos e as possibilidades da alforria nas senzalas de São João del-Rei (Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais - século XIX)

Bruno Martins de Castro<sup>70</sup>

**Resumo:** O presente texto tem por intuito analisar e discutir o perfil socioeconômico dos senhores escravistas do termo de São João del-Rei, sede administrativa da comarca do Rio das Mortes, entre as décadas de 1830 e 1860, dando especial destaque ao padrão de posse cativa desses proprietários e às possibilidades da liberdade para seus escravos. Por meio da identificação desses senhores, enquanto manumissores nos livros cartoriais do 1º e 2º ofício de notas, e do cruzamento com seus testamentos e inventários post mortem, buscou-se verificar a modalidade das alforrias mais praticadas e a periodicidade com que esses proprietários alforriavam seus escravos, seja durante a vida, seja como disposição de suas últimas vontades. Ainda que uma conjunção de fatores, por exemplo, de ordem econômica, demográfica, política, familiar e religiosa tenha influenciado na decisão dos proprietários em alforriar seus escravos, por meio do estabelecimento de uma tipologia no padrão de posse (pequenas, médias e grandes escravarias), pudemos identificar, em termos absolutos e proporcionais, em quais senzalas as alforrias sanjoanenses eram mais frequentes. A hipótese levantada para justificar a ocorrência de um maior ou menor número de liberdades nos diferentes tamanhos de posse reside, principalmente, na interpretação das alforrias enquanto um poderoso dispositivo senhorial no governo dos escravos e na natureza relacional cotidiana estabelecida entre estes e seus proprietários.

126

**Palavras-chave:** Escravidão; Alforrias; Padrão de posse; São João del-Rei.

<sup>70</sup> Doutorando em História Social pelo PPGHIS-UFRJ e professor efetivo da SEE/MG. E-mail: [brunomartinsdecastro@gmail.com](mailto:brunomartinsdecastro@gmail.com)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## “Senhoras e senhores!”: à guisa da introdução

Findava o ano de 1832, quando dona Custódia Maria Nogueira, viúva do capitão-mor Teodoro Gomes Nogueira, decidiu libertar alguns de seus escravos. De dezembro até fevereiro de 1833, a proprietária concedeu nada menos do que 12 cartas de alforrias, todas registradas alguns meses depois nos cartórios do 1º e 2º Ofícios de Notas de São João del-Rei. Como motivação, declarou os bons serviços que recebeu de seus cativos e o amor que havia devotado na criação de alguns deles. Tão generoso benefício, como se pode imaginar, não veio sem nenhuma contrapartida. Todos os agraciados com a liberdade, conforme estabeleceu dona Custódia, deveriam continuar servindo-a enquanto ela fosse viva<sup>71</sup>. Tratavam-se, portanto, de alforrias condicionais, modalidade que situava os escravos que as recebiam em uma zona fluida – nem inteiramente cativos, nem inteiramente libertos –, visto que a liberdade concedida só se concretizaria de fato mediante o cumprimento da determinação senhorial<sup>72</sup>. Nesse caso específico, sem saber quando dona Custódia seria defunta, seus escravos teriam de lidar com a incerteza de quando ingressariam no mundo da liberdade.

Não encontramos nem o testamento nem o inventário *post mortem* de dona Custódia Maria Nogueira e de seu marido, mas podemos imaginar, pelo elevado número de alforrias consignadas, que se tratava de uma senhora abastada, possuidora de larga escravaria. Pode-se também supor que alguns desses alforriados tenham deixado ainda parentes na escravidão. Talvez tenha sido esse o caso de Juliana parda, de 50 anos de idade, casada com Pedro Antônio, que não fora designado como liberto nem aparece entre os demais alforriados<sup>4</sup>. Além do fator econômico, como um elemento explicativo para esse grande número de concessões, não se pode perder de vista que as alforrias constituíram um recurso essencial da política de domínio

<sup>71</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei (doravante AHET-II – IPHAN/SJDR). Livro de Notas do 1º Ofício de São João del-Rei. Cx. 9. Liv. 27, fls. 172 f. v., 173 f. v., 174 f. v., 175 f. v., 176 f. v., 177 f. Livro de Notas do 2º Ofício de São João del-Rei. Cx. 2. Liv. 9, fls. 92 f. v., 93 f. v., 94 f. v., 95 f. v., 96 f. v.

<sup>72</sup> Para uma discussão mais detalhada a respeito das modalidades das alforrias praticadas no universo escravista de Minas Gerais oitocentista, especialmente sobre as alforrias condicionais, ver CASTRO, 2021.<sup>4</sup> AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º Ofício de São João del-Rei. Cx. 9. Liv. 27, fls. 174 v., 175 f. v.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

senhorial. Ao concedê-las a unse negá-las a outros, proprietários como dona Custódia não só garantiriam a submissão e a gratidão de seus alforriados como a lealdade, os bons serviços e a obediência dos que continuavam ainda na escravidão, que, por certo, esperavam o dia em que cairiam nas graças de seus senhores.

Considerando que os estudos que se debruçam sobre a análise dos proprietários escravistas e de suas relações cotidianas com seus cativos ainda é um assunto insuficientemente explorado pela historiografia da escravidão e da liberdade, especialmente no caso de Minas Gerais, maior província escravista do Império, neste texto buscamos examinar, a partir de São João del-Rei, sede administrativa da populosa e abastada Comarca do Rio das Mortes, como os senhores praticavam a alforria e como, com bastante regularidade, recorriam a essa alternativa como uma forma de exercer o seu controle cotidiano sobre seus escravos.

Por meio de um exaustivo levantamento das alforrias registradas, entre as décadas de 1830 e 1860, nos livros cartoriais do 1º e 2º Ofícios de Notas do termo de São João del-Rei, pudemos identificar e analisar o perfil dos proprietários manumissores, atentando para a regularidade com que libertavam seus cativos, a modalidade e a motivação das concessões, além de buscar conhecer quem eram os escravos que estavam sendo alforriados. O cruzamento dos dados das liberdades cartoriais com os testamentos e inventários *post mortem* dos senhores alforriantes permitiu-nos averiguar as manumissões que também foram outorgadas como disposições de suas últimas vontades. Além de preciosas informações sobre a natureza socioeconômica desses senhores, os inventários possibilitaram analisar a dimensão de suas senzalas e, uma vez contrastada com as alforrias praticadas, as possibilidades das liberdades nesses diferentes padrões de posse.

O que segue é, portanto, uma tentativa de aproximação de uma realidade escravista marcada pela desigualdade, pela dominação e pelas relações hierárquicas de poder. Diz muito dos senhores que alforriaram em São João del-Rei, mas diz muito também das persistentes negociações travadas pelos escravos no intento de concretizarem seus projetos de liberdade.

**“Quem és tu, senhor?”: o perfil dos proprietários manumissores nas cartas de alforria**





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

A prática de alforriar mais de um escravo em uma mesma carta ou, então, de voltara manumitir novos cativos em títulos individuais foi, relativamente, comum entre alguns proprietários de São João del-Rei, ao longo da primeira metade do século XIX. Ao libertarcom mais frequência do que outros, esses senhores constituíram um grupo de destaque no conjunto dos manumissores identificados nos títulos notariais. Uma vez tendo alforriado um escravo, era possível que certos senhores pudessem considerar a possibilidade de repetir o benefício para um outro. Parece ter sido esse o caso de dona Floriana Eufrásia da Silva que, em 1835, alforriou seu escravo Luís pardo e, algum tempodepois, em 1838, resolveu também deixar livre Maria conga<sup>73</sup>. Mas, observamos que a maioria dos senhores que libertaram, no mínimo, dois escravos buscaram fazê-lo em umaúnica carta conjunta ou em títulos separados passados na mesma data ou em ocasiões muito próximas. Enquanto Antônio Gonçalves de Moraes e sua mulher, Ângela Maria deSanto Antônio, alforriaram três escravos, em 1832, outorgando-lhes três cartas diferentes<sup>74</sup>, o tenente João Batista Martins, em 1842, libertou também três em um único documento<sup>75</sup>. Não havia muita regularidade na forma da elaboração dessas cartas, podendouma única servir para libertar escravos de uma mesma família ou, simplesmente, indivíduos não aparentados pertencentes a um mesmo proprietário.

No universo das 278 cartas de alforrias registradas no tabelionato de notas de SãoJoão del-Rei, entre 1830 e 1860, verificamos que 31 (11,2%) delas tiveram mais de umaconcessão, totalizando 108 manumitidos ou 30,4% de todos os 355 escravos alforriados. Isso nos aponta que, em termos proporcionais, esses registros libertaram muito mais escravos que aqueles que continham uma única alforria. Em relação ao número de cativosalforriados por proprietário, seja em apenas uma única carta, seja em títulos diversos, a situação não foi diferente. Pelos dados apresentados na tabela 1, podemos constatar que os senhores que manumitiram dois escravos ou mais, ainda que perfazendo menos de 1/4dos alforriantes, foram responsáveis por libertar mais da metade (51,8%) de todos os cativos. A reincidência com que esses senhores alforriavam nas cartas leva-nos a considerar que o ato de manumitir, em São João del Rei,

<sup>73</sup> AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º Ofício de São João del-Rei. Cx. 9/10. Liv. 29/31, fls. 5v./10 f. v.

<sup>74</sup> AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 2º Ofício de São João del-Rei. Cx. 2. Liv. 11, fls. 36 v., 37f. v., 38 f.

<sup>75</sup> AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º Ofício de São João del-Rei. Cx. 10. Liv. 33, fls. 48 v., 49f.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

estava concentrado nas mãos de um pequeno grupo de proprietários.

**Tabela 1 – Número de escravos alforriados por senhor – São João del-Rei (1830-1860)**

Nº Alforriados	Nº Senhores	%	Total Alforriados	%
1	171	75,3	171	48,2
2	34	15,0	68	19,2
3	9	4,0	27	7,6
4	5	2,2	20	5,6
5	1	0,4	5	1,4
6	1	0,4	6	1,7
7	2	0,9	14	3,9
10	1	0,4	10	2,8
11	2	0,9	22	6,2
12	1	0,4	12	3,4
<b>Total Geral</b>	<b>227</b>	<b>100,0</b>	<b>355</b>	<b>100,0</b>

Fonte: AHET-II – IPHAN/SJDR. Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios de São João del-Rei (1830-1860).

Padrão muito similar foi observado por Carlo Monti (2016), ao longo da segunda metade do século XVIII, para a cidade de Mariana. Segundo o autor, os senhores que alforriaram mais de um escravo representaram 27% de todos os manumissores, cabendo-lhes metade dos cativos libertados nas cartas durante o período. Para a mesma localidade, entre os anos de 1840 e 1888, Heloísa Teixeira (2012) encontrou, tal como nós, uma significativa concentração de escravos nos títulos que realizaram mais de uma concessão. Entre as 424 cartas que pesquisou, 364 (85,9%) libertaram um único cativo, enquanto as que manumitiram dois ou mais totalizaram 60 registros (14,1%). Nestes, foram libertados 204 indivíduos, o que corresponde a quase 36% de todos os escravos alforriados. Embora em menor número, as cartas que realizaram mais de uma concessão, proporcionalmente, libertaram muito mais escravos do que aquelas que constavam apenas uma única alforria. Os estudos que abordam as liberdades cartoriais (EISENBERG, 1989; KARASCH, 2000; MATTOSO, 2004; SILVA, 2017) praticamente não apresentam quantificações sobre os escravos manumitidos por carta nem sobre reincidência com que os senhores alforriavam nessa documentação, o que nos dificulta a comparação. Mas, podemos



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

suspeitar que a tendência observada para São João del-Rei, semelhante à apontada pelos estudos sobre Mariana, tenha se repetido em outras regiões brasileiras.

No intuito de tentarmos conhecer um pouco melhor quem eram os proprietários que alforriaram com mais regularidade nos livros cartoriais e quais teriam sido os fatores que os levaram a realizar essas concessões, selecionamos aqueles que libertaram quatro escravos ou mais. À medida que avançamos para o topo da hierarquia dos manumissoressanjoanenses, constatamos uma forte tendência de concentração dessas alforrias. Conforme nos revelam as informações da tabela 2, apenas 13 senhores (5,7% do total), libertaram 89 escravos, o que representa 25,1% de todos os alforriados. Esses sete senhores e seis senhoras formalizaram seus atos em cartas individuais e/ou coletivas, totalizando 38 documentos ou 13,7% dos títulos conferidos. Além disso, cumpre dizer que entre os homens, quase todos possuíam patentes militares – dois eram sargentos- mores, dois capitães e um alferes –, e entre as mulheres, três possuíam o título de donas.

**Tabela 2 – Senhores e senhoras que alforriaram com mais frequência nos livros de notas – São João del-Rei (1830-1860)**

131

Senhores/Senhoras	Patente/Título	Nº Cartas	%	Total Alforriados	%
Custódia Maria Nogueira	Dona	12	4,3	12	3,4
Feliciano Rosa Gomes	Dona	3	1,1	11	3,1
Rita Alves Maria Machado		2	0,7	11	3,1
Antônio José de Barros	Sgt.-Mor	2	0,7	10	2,8
Antônio Barroso Pereira	Stg.-Mor	1	0,4	7	2,0
José dos Santos de Carvalho		1	0,4	7	2,0
Pedro Alves de Andrade	Capitão	1	0,4	6	1,7
Maria Francisca de Jesus		3	1,1	5	1,4
Genovefa Antônia de Moura		1	0,4	4	1,1
José Manoel de Carvalho	Capitão	1	0,4	4	1,1
Miguel Garcia Duarte	Alferes	3	1,1	4	1,1
Francisca M. Esperança Mendonça	Dona	4	1,4	4	1,1
José Francisco de Oliveira		4	1,4	4	1,1
<b>Subtotal</b>		<b>38</b>	<b>13,7</b>	<b>89</b>	<b>25,1</b>



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Outros		240	86,3	266	74,9
<b>Total Geral</b>		<b>278</b>	<b>100,0</b>	<b>355</b>	<b>100,0</b>

Fonte: AHET-II – IPHAN/SJDR. Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios de São João del-Rei (1830- 1860).

Caso exemplar de um grande número de concessões, para além daquele de dona Custódia Maria Nogueira, apresentado na introdução, fora protagonizado pelo sargento- mor Antônio José de Barros. Em 2 de março de 1830, ele passou alforria coletiva a nove escravos, estipulando como condição que estes o servissem até a sua morte<sup>76</sup>. Alguns anos antes, em 25 de novembro de 1822, esse mesmo proprietário já havia libertado, gratuitamente, a escrava Margarida parda, cuja carta só foi registrada nas notas do tabelião em 1835<sup>77</sup>. Em seu testamento, redigido em setembro de 1837, o sargento-mor Antônio José de Barros, além de ratificar a liberdade outorgada àqueles nove escravos, alegou também ter alforriado em cartório, de forma condicional ao seu falecimento, outros cincocativos. Entre eles, Justino pardo, que teve sua liberdade revogada. Assim, o testador justificou a sua decisão:

Declaro que apesar do meu escravo Justino pardo ter sido contemplado na liberdade que conferi a todos estes com cartas lançadas em notas, contudo, como o mesmo passou a ser muito ingrato, praticando imensos atos de desobediência, chegando a ponto de tentar contra a minha existência com uma faca empunhada, que de certo parecia nas mãos deste malvado se não resisto com toda a força com outra que trazia, portal motivo pois, usando da faculdade que a lei me dá, desde já me retratoo reclamo a liberdade de que lhe tinha conferido gratuitamente para ele Justino continuar na escravidão de meus herdeiros, que sustentarão esta minha vontade por todos os meios que a lei lhe permitir<sup>78</sup>.

Exemplos como esse são extremamente raros na documentação, mas não deixam dúvidas quanto à possibilidade real de senhores, diante da ingratidão de alguns de sus libertos, chamá-los de volta à escravidão. Justino pardo foi contra tudo o que se esperava de um alforriado. Ao

<sup>76</sup> AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 2º Ofício de São João del-Rei. Cx. 2. Liv. 8, fls. 4 f. v., 5 f.v., 6 f.

<sup>77</sup> AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 2º Ofício de São João del-Rei. Cx. 2. Liv. 10, fls. 61 v., 62 f.

<sup>78</sup> AHET-II – IPHAN/SJDR. Inventário *post mortem* e testamento anexo do sargento-mor Antônio José de Barros. 1844. Cx. 323. Embora Justino pardo tenha sido manumitido de forma condicional ao falecimento do sargento-mor, este se refere, provavelmente para dar mais realce à justificativa de revogação da alforria, a uma liberdade gratuitamente conferida. Podemos interpretar esse “gratuitamente” como a ausência de pagamento monetário pela alforria.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

invés de gratidão, lealdade e respeito, ofereceu a seu senhor insubmissão, desobediência e até uma tentativa de assassinato. Diante de um comportamento dessa natureza, parece não ter restado alternativas ao sargento-mor Antônio senão retirar a liberdade condicional que lhe havia conferido. Mas é bastante provável que seu ato tenha vindo a calhar, pois serviria de exemplo para seus outros libertos e cativos, mostrando-lhes quem é que, de fato, mandava. Márcio Soares (2009) comenta que, entre os pouquíssimos casos de revogação de liberdade que encontrou para a região de Campos dos Goitacases, a maioria deles se tratava de alforrias outorgadas sob condição. Para os senhores era tarefa muito mais fácil anular uma liberdade condicional, como fez o sargento-mor, do que, na verdade, reduzir novamente ao cativo, pela via legal, um forro que se encontrava já no pleno gozo de sua liberdade.

Em outra passagem de seu testamento, o sargento-mor Antônio José de Barros declarou ainda que “ficam sujeitos à escravidão as partes que tenho em Vicente, José Custódio e José Pedro, que se acham fugidos desde o tempo da feitura do inventário de minha falecida mulher”<sup>79</sup>. Conseguimos localizar o inventário *post mortem* de dona Rita Maria de Jesus e vimos que ele foi aberto em 1824<sup>80</sup>, ano em que teria ocorrido, então, a fuga dos três escravos. Esse episódio, muito provavelmente, acabou levando o sargento-mor a tomar a decisão de outorgar alforria condicional a uma parte de sua escravaria como uma forma de melhor governá-la. Tudo nos leva a crer que essa não foi uma empreitada simples, pois além das fugas, o sargento-mor ainda teve de lidar com a insolência de Justino pardo, que quase lhe tirou a vida. Mas, seja como for, a alforria coletiva concedida àqueles nove cativos, em 1830, e as outras mais que passou ao longo de sua vida, seguramente, fizeram com que Antônio José de Barros pudesse aperfeiçoar a dominação sobre seus escravos, buscando fazê-los mais disciplinados e submissos.

Muitos detalhes sobre as alforrias cartoriais, como se vê, podem ser conhecidos por meio do cruzamento com outros fundos documentais, como os inventários e testamentos. Porém, antes de avançarmos no exame dessas outras fontes, é importante tecer algumas considerações sobre o perfil de gênero dos proprietários que alforriaram nas cartas. De modo geral, os

<sup>79</sup> AHET-II – IPHAN/SJDR. Inventário *post mortem* e testamento anexo do sargento-mor Antônio José de Barros. 1844. Cx. 323.

<sup>80</sup> AHET-II – IPHAN/SJDR. Inventário *post mortem* de dona Rita Maria de Jesus. 1824. Cx. 383.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

trabalhos dedicados às manumissões cartoriais (ALADRÉN, 2009; ALMEIDA, 2012; LACERDA, 2006; ) estiveram muito mais preocupados com as características dos libertos e com os meandros de produção da liberdade do que propriamente em investigar quem eram os senhores manumissores. É certo que as cartas de liberdade possuem informações limitadas sobre esses proprietários, mas podemos ainda perceber em que proporções os senhores, as senhoras e os casais facultaram a alforria a seus escravos. Sendo a manumissão uma prerrogativa senhorial (FARIA, 2004; GUEDES, 2008; SOARES, 2009), é fundamental que possamos conhecer esses agentes para melhor interpretar o processo das alforrias e a função que elas desempenharam no contexto da sociedade escravista do século XIX.

As 278 cartas de alforrias lançadas nos cartórios de São João del-Rei, entre 1830 e 1860, contendo 355 liberdades, foram concedidas por 227 proprietários. Como podemos constatar pela tabela 3, foram as senhoras as que alforriaram com mais frequência, representando 51,1% de todos os manumissores. Já os senhores corresponderam a 41,9% desses concedentes, enquanto os casais a apenas 7,0%. A maior proporção de senhoras, entre os alforriantes sanjoanenses, com certeza, estava ligada ao fato de serem viúvas ou solteiras, chefes de domicílio, ou mulheres casadas que controlavam, de forma direta, parte dos escravos domésticos. Não obstante, algumas dessas senhoras estivessem inseridas em relações patriarcais, é provável que elas tenham exercido com grande destreza e autonomia a administração sobre seus cativos<sup>81</sup>. Quanto à pequena representatividade dos casais, podemos sugerir que a decisão de alforriar era, de forma predominante, um ato individual, exercido, como afirmamos, mais pelas senhoras do que pelos senhores.

---

<sup>81</sup> Hipótese semelhante é aventada também por MATHEUS, 2018.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

**Tabela 3 – Gênero dos senhores pelo gênero dos escravos que alforriaram nos livros denotas – São João del-Rei (1830-1860)**

Gênero do Senhor	Nº Senhores	% Senhores	Gênero do Alforriado					
			Feminino	%	Masculino	%	Total	%
Feminino	116	51,1	120	64,5	66	35,5	186	52,4
Masculino	95	41,9	67	45,3	81	54,7	148	41,7
Casal	16	7,0	13	61,9	8	38,1	21	5,9
<b>Total Geral</b>	<b>227</b>	<b>100,0</b>	<b>200</b>	<b>56,3</b>	<b>155</b>	<b>43,7</b>	<b>355</b>	<b>100,0</b>

Fonte: AHET-II – IPHAN/SJDR. Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios de São João del-Rei (1830-1860).

Outro aspecto a ser observado é que as senhoras foram responsáveis pela alforriade 186 cativos, entre os quais 64,5% eram mulheres e 35,5% homens. No caso dos senhores, a preferência se inverteu, já que dos seus 148 alforriados, 54,7% eram do gênero masculino e 45,3% do feminino. Em relação aos casais, dos 21 escravos que libertaram, 61,9% eram mulheres e 38,1% homens. Pode ser que a opção das senhoras e dos senhores, por libertar mais cativos de seu mesmo gênero, pudesse estar ligada ao formato das relações que mantiveram com eles. A proximidade das senhoras com suas cativas, no contexto doméstico, e dos proprietários com os escravos, geralmente, nas lides agropastoris, talvez tenha contribuído para essa tendência. Mas, de qualquer forma, não temos como comprovar tal hipótese com segurança, até mesmo, porque, como se sabe, uma miríade de fatores incidiu sobre a decisão desses senhores em libertar suas posses.

As observações feitas por outras pesquisas, que trataram sobre a questão do gênero dos proprietários que alforriaram nos livros de notas, convergem para os dados que apresentamos. Mary Karasch (2000) constatou que, no Rio de Janeiro, entre 1807 e 1831, dos 853 senhores manumissores, 58% eram do gênero masculino e 42% do feminino. Mas, levando-se em conta que as mulheres eram minoria na população daquela cidade, pelos dados do censo de 1834, e que a menor parte delas possuía cativos, pode-se considerar que, proporcionalmente, as senhoras alforriaram muito mais do que os senhores. Para São José del-Rei, Afonso Graça Filho



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

e Douglas Libby (2003), perceberam que, de 1751 a 1847, os homens representaram 57,0% dos alforriantes, as mulheres 26,3% e os casais 16,7%. Na virada do século, contudo, as senhoras apareceram dando alforrias com muito mais frequência, atingindo, durante a primeira metade do século XIX, 44% dos concessores, percentual idêntico ao dos senhores. Conforme advertem estes autores, a amostra de seus dados para esse período é bem escassa, provavelmente, em função da perda da documentação. Não fosse isso, é bem possível que a representatividade das mulheres fosse muito mais significativa. Marcelo Matheus (2018), por sua vez, observa que, em Bagé, no Rio Grande do Sul, entre 1847 e 1870, as senhoras representaram 31% dos proprietários que alforriaram, embora sua participação no cômputo total das liberdades conferidas tenha sido um pouco superior, alcançando 34%. De acordo com o autor, considerando o percentual das mulheres adido à sua presença entre os casais, pode-se constatar que as senhoras, foram, de modo geral, responsáveis por cerca da metade de todas as manumissões.

No que se refere à relação entre o gênero dos proprietários sanjoanenses e os tipos das alforrias concedidas, conforme revela a tabela 4, vemos que as mulheres foram as quemais concederam liberdades gratuitas e condicionais. Entre as alforrias pagas, sua participação se igualou a dos homens. Observa-se ainda que as senhoras tiveram um expressivo destaque na concessão de alforrias condicionais, sendo responsáveis por 57,3% dessa modalidade, enquanto os senhores por apenas 37,3%. Tendo em vista que as pequenas escravarias predominaram, entre os proprietários mineiros, tal como demonstrado pela historiografia (LIBBY, 1988; PAIVA, 1996), pode-se suspeitar que muitas dessas senhoras, em especial as viúvas e as solteiras, tivessem em seus poucos escravos sua única fonte de sobrevivência, o que explicaria o grande número de manumissões condicionais que outorgaram. Quem sabe tenha sido esse o caso de Maria Teodora da Silva que, em 6 de maio de 1834, libertou Francisco crioulo, sob a exigência de continuar servindo-a até o seu falecimento e de lhe dar todos “os jornais que costuma”. Caso Francisco descumprisse a condição imposta, ficaria a sua





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

liberdade sem nenhum vigor<sup>82</sup>. Os serviços do escravo deveriam ser bem necessários à Maria Teodora e libertá-lo, de imediato, poderia não ser nada vantajoso.

Tabela 4 – Tipos da alforrias cartoriais segundo o gênero dos senhores – São João del-Rei (1830-1860)

Tipos da alforria	Gênero do Senhor							
	Feminino	%	Masculino	%	Casal	%	Total	%
Gratuita	90	52,0	74	42,8	9	5,2	173	100,0
Condicional	63	57,3	41	37,3	6	5,5	110	100,0
Paga*	33	45,8	33	45,8	6	8,3	72	100,0
<b>Total</b>	<b>186</b>	<b>52,4</b>	<b>148</b>	<b>41,7</b>	<b>21</b>	<b>5,9</b>	<b>355</b>	<b>100,0</b>

\* Incluídas as alforrias que tiveram algum pagamento monetário e um único caso de substituição. Fonte: AHET-II – IPHAN/SJDR. Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios de São João del-Rei (1830-1860).

Os dados apresentados por Enidelce Bertin (2004) sobre o perfil dos proprietários que registraram cartas de alforria, em São Paulo, no século XIX, indicam uma tendência bem próxima a que encontramos para São João del-Rei. Entre os senhores manumissores identificados pela autora, 52,7% eram mulheres e 47,3% homens. As senhoras foram também as que mais levaram vantagem na concessão das alforrias, sendo responsáveis por 56% de todos os registros, ao passo que os homens ficaram com 44%. A predominância dessas proprietárias se repetiu ainda, entre os anos de 1800 e 1871, em quase todos os tipos das manumissões. Isso pode ser explicado pelo notável peso feminino no conjunto da população paulistana, visto que 40% dos domicílios eram chefiados por mulheres sós, grande parte delas, detentoras de poucos recursos e escravos. Considerando que essas senhoras dependiam, com frequência, do trabalho de seus cativos, como meio de sustento, Bertin (2004) afirma que a condição de pobreza de muitas delas acabou refletindo no próprio tipo da alforria conferida. Daí o grande número de liberdade pagas e condicionais consignado por essas mulheres, que

<sup>82</sup> AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 2º ofício de São João del-Rei. Cx. 2. Liv. 10, fls. 31 v., 32f.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

viram a possibilidade de continuar usufruindo dos serviços de seus libertos ou, quando a situação apertava, de alforriá-los, definitivamente, mediante uma contrapartida monetária.

As experiências dos senhores e das senhoras sanjoanenses em outorgar cartas de alforria a seus escravos foram bastante diversas. Embora a maioria dos proprietários tenha se restringido a conferir alforria a único cativo, um pequeno grupo de senhores se destacou pela quantidade de escravos que libertaram. O ato de alforriar foi também quase sempre individual, evidenciando a hegemonia das mulheres, tanto entre os proprietários manumissores quanto no conjunto das liberdades concedidas. Perpassadas pela lógica da dominação senhorial (GUEDES, 2008; SOARES, 2009), a prática da alforria, como sabemos, não se restringiu apenas às concessões feitas nas cartas. Muitos desses proprietários declararam, pelas suas últimas vontades, expressas nos testamentos que deixaram, a intenção de libertar outros escravos.

## As Chances da liberdade nas senzalas de São João del-Rei

138

Em uma sociedade como a que estamos analisando, calcada em processos de diferenciação e hierarquização social, a posse de escravos era um óbvio elemento de distinção. O investimento na aquisição de cativos, para além da força de trabalho que representavam, conferia prestígio e reputação social aos que os possuíam. Mas, como se sabe, nem todos tiveram a sorte ou a condição de se converter em senhor de outros homens. Consoante os estudos demográficos sobre Minas Gerais no século XIX vem apontando (LIBBY, 1988; PAIVA, 1996), a maioria dos domicílios mineiros não possuía escravos, enquanto aqueles que os possuíam eram compostos, em sua maior parte, por pequenos proprietários, que não apresentavam mais do que cinco cativos. Com base nessas formulações, acreditamos ser válido empreender uma breve análise sobre a relação entre o tamanho das escravarias sanjoanenses e a possibilidade da alforria nessas posses. Quem libertava mais, pequenos, médios ou grandes proprietários? De que forma o tamanho da propriedade poderia influenciar na decisão dos senhores em alforriar seus escravos? Buscando responder a esses questionamentos, acreditamos poder entender um pouco mais e melhor os processos das alforrias em São João



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

del-Rei.

Antes, contudo, de passarmos ao exame de nossos dados, vejamos alguns apontamentos, feitos pela historiografia sobre a questão. De modo geral, os estudos sobre o tamanho das posses e a quantidade de alforrias têm demonstrado uma correlação inversa entre essas duas variáveis, isto é, quanto menor o padrão de posse, maior as chances de os cativos receberem sua liberdade. De acordo com Mary Karasch (2000), as cartas de alforria registradas nos cartórios do Rio de Janeiro, entre 1807 e 1831, revelam que o perfil típico dos proprietários concessionários não era o do grande fazendeiro ou o dos que possuíam títulos de nobreza, mas de homens que possuíam uma posição social média, geralmente, detentores de pequenas escravarias. A autora indica que dos 258 proprietários que alforriaram escravos e que tiveram a sua ocupação conhecida, 124 (48,1%) estavam vinculados a setores médios urbanos, 41 (15,9%) eram negociantes, 86 (33,6%) agricultores e apenas sete (2,7%) fazendeiros. Tal amostra sugere que a elite fundiária era pouco participativa na prática da alforria e que os cativos que pertenciam a modestos donos urbanos tinham bem mais chance de ganhar a sua liberdade.

Os achados de Eduardo Paiva (2001) para as Comarcas do Rio das Mortes e do Rio das Velhas, no século XVIII, apontam para uma tendência similar. Conforme verificou o autor, os pequenos senhores, possuidores de 1 a 10 cativos, foram os que mais alforriaram, cabendo-lhes 58,4% das 932 alforrias testamentárias levantadas. Já os senhores de médias posses, com 11 a 20 escravos, foram responsáveis por libertar 28,8%, enquanto os grandes proprietários, detentores de 21 cativos ou mais, não manumitiram mais do que 17,8%. Portanto, quanto mais escravo um proprietário possuía, menos ele praticava a alforria. Nas pequenas posses, típicas de áreas mais urbanizadas, o contato cotidiano entre senhores e seus escravos se fez de forma mais intensa, o que teria contribuído para que esses cativos pudessem alcançar maior sucesso nas negociações que travaram por sua liberdade.

Pesquisando as alforrias testamentárias concedidas pelos membros de três importantes famílias rurais da região de Juiz de Fora, no século XIX, Jonis Freire (2011) verificou que, em números absolutos, os grandes senhores, possuidores de 41 escravos ou mais, foram os que mais alforriaram. Porém, levando-se em consideração a proporção de alforrias em relação ao número de escravos possuídos, o quadro se altera, mostrando que foram os pequenos proprietários, com



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

até 20 cativos, os que concederam o maior número de alforrias (71,4%). Uma explicação possível para esse comportamento, conforme dissemos acima, está ligada ao fato de, nas pequenas posses, os senhores terem mantido um relacionamento cotidiano de maior proximidade com os seus escravos. Outra hipótese, proposta por Robert Slenes (2008) e endossada pelo autor, é que, por estarem os pequenos proprietários mais vulneráveis do que os grandes, em razão de dispor de menos recursos para lidar com fugas e outros atos de insubordinação, esses senhores tiveram que ceder mais nas negociações com os seus cativos, sinalizando para estes maiores possibilidades de acesso à alforria (FREIRE, 2011).

A fim de verificar se a tendência observada por esses trabalhos se repetiu também para São João del-Rei, buscamos cruzar a número das cartas de alforria com o dos escravos arrolados nos inventários *post mortem* dos senhores manumissores. Ao estabelecermos a relação entre essas duas variáveis, podemos ser advertidos de que a concessão da liberdade poderia ter ocorrido bem antes do falecimento do senhor e, nesse ínterim, o perfil da riqueza e da escravaria do proprietário ter sofrido transformações. Pode até ser que, em alguns casos, isso tivesse acontecido, mas nosso propósito aqui não vai além de estabelecer um quadro aproximado sobre as possibilidades da alforria nessas posses.

Conseguimos localizar o inventário de 93 senhores que libertaram seus escravos nos livros de notas, o que corresponde a 41,0% de todos os concessores identificados. Como sabemos, os inventários *post mortem* eram documentos produzidos logo após o falecimento de uma pessoa e neles eram arrolados e avaliados todos os bens de seu patrimônio, incluindo os escravos, as dívidas ativas e as passivas. Não obstante, as riquíssimas informações que podem ser compulsadas a partir dessa fonte, que, quase sempre, possibilita a reconstituição de aspectos fundamentais da vida material do indivíduo, ativemo-nos, principalmente, aos dados relativos aos escravos e às atividades principais a que os proprietários inventariados estavam ligados.

Tabela 5 – Atividade principal dos senhores segundo o número de escravos e alforrias cartoriais – São João del-Rei (1813-1886)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Atividade Senhorial	Nº Senhores	% Senhores	Nº Escravos	% Escravos	Nº Alforrias	% Alforrias	% Alforrias/escravos
Agropecuária	45	48,4	732	81,3	71	49,0	9,7
Comércio*	11	11,8	71	7,9	20	13,8	28,2
Indefinida	37	39,8	97	10,8	54	37,2	55,7
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>100,0</b>	<b>900</b>	<b>100,0</b>	<b>145</b>	<b>100,0</b>	<b>16,1</b>

\*Incluídos os proprietários prestamistas, que apresentaram um grande número de dívidas ativas.

Fontes: AHET-II – IPHAN/SJDR. Inventários *post mortem* (1813-1886); Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios de São João del-Rei (1830-1860).

Pelas informações apresentadas, na tabela 5, observamos que os proprietários agropecuaristas foram os mais numerosos, representando 48,8% dos senhores inventariados. Foram eles também os que apresentaram o maior número de escravos e de alforrias, correspondendo, respectivamente, a 81,3% e 49,0%. Os senhores cuja atividade principal não pôde ser conhecida superaram, tanto em seu próprio número quanto no de cativos e alforrias, àqueles vinculados às atividades comerciais e rentistas. Todavia, se observarmos a proporção das alforrias em relação à quantidade de escravos possuídos, veremos que os senhores agropecuaristas foram os que menos alforriaram, correspondendo essa proporção a apenas 9,7%. Os proprietários rentistas libertaram um pouco mais, 28,2%, mas primazia coube aos senhores com atividades indefinidas, que manumitiram 55,7% em relação ao tamanho total da escravaria que possuíam. Temos quase certeza de que a grande maioria desses proprietários com ocupação indeterminada eram, na verdade, integrantes das camadas médias urbanas, comumente, detentoras de poucos escravos, visto não possuírem arrolados em seus inventários *post mortem* terras, animais, dívidas ativas expressivas ou estabelecimentos de comércio. Seja como for, ficapatente que, embora tenham possuído o menor número de escravos – uma média de 2,6 – foram os que, proporcionalmente, mais concederam alforrias.

Outro aspecto que merece esclarecimento é o de que, embora a posse de escravos possa ser tomada como um bom indicativo da riqueza de um senhor, alguns deles, sobretudo os grandes homens de negócio, não tinham parte considerável de sua riqueza investida em escravos, mas em dívidas ativas (GRAÇA FILHO, 2002). À guisa de comparação, vejamos dois casos. Dona



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Ana Joaquina dos Santos, viúva do comendador João Batista Machado, rico comerciante de São João del-Rei, teve seu inventário aberto, em 13 de janeiro de 1852, no qual constava um monte-mor de 35:311\$295. Os 12 escravos que possuía, integraram 7:000\$000 (19,8%) dessa fortuna, enquanto suas 251 dívidas ativas atingiram a incrível cifra de 25:288\$801 (71,6%)<sup>83</sup>. Já o capitão Antônio Carlos Vieira Ferraz, proeminente fazendeiro sanjoanense, cujos bens foram inventariados, em 25 de janeiro de 1844, apresentava uma fortuna avaliada em 85:554\$700. Desse montante, as únicas três dívidas ativas que tinha não passaram de 1:695\$000 (2,1%), ao passo que seus 73 escravos somaram 29:520\$000 (36,2%)<sup>84</sup>. Como se vê, uma vultosa parcela dos bens de dona Ana Joaquina era composta por créditos ativos, enquanto mais de 1/3 da fortuna do capitão e fazendeiro Antônio Carlos estava concentrada em escravos. Quanto ao número de cartas de alforrias concedidas por esses senhores, observamos que dona Ana manumitiu apenas um escravo<sup>85</sup> e o capitão Antônio, dois<sup>86</sup>. Apesar da diminuta frequência com que libertaram nas escrituras públicas, não podemos deixar de notar que, em relação ao tamanho da posse, dona Ana teve uma atuação mais expressiva. Com base nos dados apresentados na tabela 5 e, nesses dois casos, parece não haver dúvidas de que, proporcionalmente, os comerciantes tenderam a conceder bem mais cartas de liberdade do que os senhores ligados às lides agropastoris.

No que se refere à distribuição das alforrias cartoriais nas faixas de posse dos proprietários sanjoanenses, conforme demonstrado na tabela 6, podemos perceber que, 20,4% dos senhores inventariados não possuíam, no momento do seu falecimento, nenhum escravo. Tendo em vista que eles concederam 22,8% das alforrias cartoriais, fica claro que esses senhores libertaram, seja nas escrituras públicas ou por outros meios, todos os escravos que possuíam em vida. Os pequenos proprietários, detentores de 1 a 10 escravos, ainda que maioria entre os senhores, foram os que apresentaram o menor número de escravos e, em números absolutos, os que concederam a maior quantidade de alforrias. Já os senhores de posses médias, com 11 até 20 escravos, foram os que tiveram a segunda maior participação entre os inventariados, cabendo-lhes pouco mais de 1/3 dos escravos e 22,1% das alforrias. Por sua vez, os grandes senhores,

<sup>83</sup> AHET-II – IPHAN/SJDR. Inventário *post mortem* de dona Ana Joaquina dos Santos. 1852. Cx. 302.

<sup>84</sup> AHET-II – IPHAN/SJDR. Inventário *post mortem* do capitão Antônio Carlos Vieira Ferraz. 1844. Cx. 86.

<sup>85</sup> AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 2º ofício de São João del-Rei. Cx. 2. Liv. 11, fls. 39 v., 40 f.

<sup>86</sup> AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 9. Liv. 27, fls. 29 v., 30 f./ 162 f. v



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

possuidores de 21 escravos ou mais, somaram apenas 12 inventariados, cabendo-lhes a maior concentração de escravos e o menor número de alforrias. Tanto em números absolutos quanto proporcionais, os pequenos senhores sanjoanenses foram os que mais concederam cartas de alforria, enquanto os grandes, os que menos o fizeram.

**Tabela 6 – Distribuição das alforrias cartoriais segundo a faixa de posse – São João del-Rei (1830-1860)**

Faixa de Posse	Nº Senhores	% Senhores	Nº Escravos	% Escravos	Nº Alforrias	% Alforrias	% Alforrias na Faixa
S/Escravos	19	20,4	0	0,0	33	22,8	0,0
1 – 10	41	44,1	165	18,3	63	43,4	38,2
11 – 20	21	22,6	307	34,1	32	22,1	10,4
≥ 21	12	12,9	428	47,6	17	11,7	4,0
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>100,0</b>	<b>900</b>	<b>100,0</b>	<b>145</b>	<b>100,0</b>	<b>16,1</b>

Fontes: AHET-II – IPHAN/SJDR. Inventários *post mortem* (1813-1886); Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios de São João del-Rei (1830-1860).

O cruzamento do número de escravos com o das alforrias testamentárias nos permite completar nossa análise. Como as liberdades concedidas pelas últimas vontades dos senhores aconteciam, em geral, perto da abertura de seus inventários, conseguimos construir um quadro um pouco mais fidedigno sobre a possibilidade das alforrias nas escravarias sanjoanenses. É importante ressaltar que dos 33 senhores que concederam alforrias em seus testamentos, só dois não possuíam inventários. Por essa razão, optamos por construir nossa análise levando em consideração os 31 proprietários que deixaram tanto inventários quanto testamentos. Apesar da reduzida amostra de que dispomos, acreditamos que nossos dados não deixam de indicar algumas importantes tendências acerca da relação entre o tamanho das posses e as chances de liberdade nessas escravarias

Pelas informações da tabela 7, observamos que, os senhores de 1 a 10 escravos representaram a maioria dos proprietários e dos alforriantes, embora fossem os que menos possuíam escravos. Os testadores situados na faixa de 11 a 20 cativos foram os que apresentaram o maior número de escravos e sua participação na concessão de alforrias, praticamente, igualou-se a dos pequenos senhores. Mas, se considerarmos a pequena



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

representatividade dos testadores da maior faixa de posse, notaremos que, proporcionalmente, eles foram os que mais concentraram cativos. A atuação desses senhores na concessão de alforrias testamentárias, como era de se esperar, foi mínima, não passando de 3,3% do total das manumissões. Chama a atenção a expressiva proporção de alforrias concedida na menor faixa de posse, o que nos sugere que, os escravos desses pequenos proprietários testadores eram, de longe, os que possuíam as maiores possibilidades de serem alforriados. Essas chances eram bem mais reduzidas nas escravarias de médio porte e, ainda mais estreitas, nas grandes posses.

**Tabela 7 – Distribuição das alforrias testamentárias segundo a faixa de posse – São João del-Rei (1810-1869)**

Faixa de Posse	Nº Senhores	% Senhores	Nº Escravos	% Escravos	Nº Alforrias	% Alforrias	% Alforrias na Faixa
S/Escravos	7	22,6	0	0,0	34	27,9	0,0
1 – 10	12	38,7	48	18,3	43	35,2	89,6
11 – 20	8	25,8	120	45,6	41	33,6	34,2
≥ 21	4	12,9	95	36,1	4	3,3	4,2
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>100,0</b>	<b>263</b>	<b>100,0</b>	<b>122</b>	<b>100,0</b>	<b>46,4</b>

Fontes: AHET-II – IPHAN/SJDR. Inventários *post mortem* (1813-1869); Testamentos (1810-1869).

Pelo conjunto dos dados apresentados, verifica-se que, em São João del-Rei, a tendência foi a mesma observada para outras regiões: quanto menos escravos um senhor possuía, mais ele os libertava. E isso foi ainda mais significativo no caso dos testamentos. Em consonância com as hipóteses levantadas pela historiografia para explicar esse padrão, acreditamos que as relações de maior proximidade mantidas entre esses senhores e seus poucos escravos foi um elemento decisivo para alargar as chances da liberdade. Em escravarias maiores, onde essas relações não eram tão estreitas, os cativos, ao que parece, precisavam se esforçar bem mais para negociar a alforria com seus senhores. O espaço urbano, onde, em geral, havia uma predominância das pequenas escravarias, seguramente, deve ter também aberto maiores possibilidades para que esses escravos pudessem angariar os recursos necessários para negociar a sua alforria. Ainda que uma conjunção de fatores tenha pesado sobre a decisão





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

desses pequenos senhores em alforriar, acreditamos que se o faziam, de forma mais frequente, era também para melhor controlar seus escravos, buscando garantir e estimular sua fidelidade, gratidão e submissão. O reconhecimento da autoridade senhorial foi, sem dúvida alguma, o primeiro grande e importante passo para que esses escravos pudessem trilhar sua senda rumo à liberdade.

## Considerações Finais

A investigação sobre a prática da alforria em São João del-Rei, no curso do século XIX, revela-nos como as dinâmicas de produção da liberdade eram processos diversos, eivados de complexidade, resultantes da combinação de uma miríade de fatores. Ainda que o ato de manumitir estivesse relativamente disseminado entre os proprietários escravistas sanjoanenses, constatou-se que um seleto grupo de senhores fora responsável, seja em um mesmo título de liberdade seja em cartas de alforrias individuais, por uma parcela substancial no número de alforrias. No que se refere ao gênero dos alforriantes, foram as senhoras as que mais concederam liberdades. Além disso, houve uma tendência geral dos senhores alforriarem, cada qual, escravos de seu mesmo gênero, o que se explica pela natureza relacional estabelecida no desempenho das tarefas cotidianas.

O escrutínio dos inventários *post mortem* dos senhores alforriantes nos levaram a conhecer o seu padrão de posse e verificar a representação proporcional das alforrias em suas escravarias. Pudemos constatar que os senhores ligados às atividades agropecuaristas foram os que concentraram o maior número de escravos e os que, proporcionalmente, menos alforriaram, cabendo aos comerciantes e aos outros senhores urbanos uma participação de maior destaque nas concessões. Assim, pudemos verificar uma correlação inversa entre o tamanho da escravaria e a quantidade de alforrias praticadas pelos senhores. Isso significou que quanto menos escravos um senhor possuía, maior eram as chances de alforriá-los. A proximidade mantida entre os pequenos senhores e seus poucos escravos foi a hipótese aventada para explicar essa tendência.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Para além dos dados quantitativos apresentados, a análise qualitativa das cartas nos permitiu mergulhar em fragmentos de histórias, conhecer interesses, estratégias e aspectos essenciais das relações entre senhores e escravos. Relações essas que foram marcadas pela dominação, é bem verdade, mas também por contínuas e reelaboradas formas de negociação.

## Fontes

Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – São João del-Rei, MG:

Livros dos Cartórios do 1º e 2º Ofícios de Notas (1830-1860)

Inventários *post mortem* (1813-1886).

Testamentos (1810-1869).

## Referências Bibliográficas

ALADÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do Sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ALMEIDA, Kátia. *Alforrias em Rio das Contas – Bahia, século XIX*. Salvador:EDUFBA, 2012.

BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

CASTRO, Bruno Martins de. *Forjando Liberdades na Encruzilhada da Escravidão: as alforrias cartoriais do termo de São João del-Rei (c.1830-c.1860)*. Curitiba: Editora CRV,2021.

EISENBERG, Peter. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. In:EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese (Titular) – Departamento de História



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

da UFF, 2004.

FREIRE, Jonis. Alforrias e tamanho de posses: possibilidades de liberdade em pequena, médias e grandes propriedades do sudeste escravista (século XIX). *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 27, n° 45: p. 211-232, jan./jun. 2011.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; LIBBY, Douglas Cole. Reconstruindo a liberdade: alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. In: *Varia História*, n° 30, Belo Horizonte, julho/2003.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social*(Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2008.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão*: Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-1888. São Paulo: FAPEB/Annablume, 2006.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MATHEUS, Marcelo Santos. A produção da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *Revista de História (UNESP)*. v. 37, pp. 1-32, 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/327702639\\_A\\_producao\\_da\\_liberdade\\_no\\_Brasil\\_escravista\\_Seculo\\_XIX](https://www.researchgate.net/publication/327702639_A_producao_da_liberdade_no_Brasil_escravista_Seculo_XIX). Acesso em: 05 set. 2023.

MATTOSO, Kátia de Queirós. A carta de alforria como fonte complementar para o estudo da rentabilidade da mão de obra escrava urbana (1819-1888). In: MATTOSO, Kátia de Queirós.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

*Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora.* Salvador: Corrupio, 2004. MONTI, Carlo G. *Por amor a Deus: o processo de alforria de escravos em Mariana (1750-1779).* São Paulo: Annablume, 2016.

PAIVA, Clotilde. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX.* Tese (Doutorado em História) – Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789.* 1. reimpr. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

SILVA, Cristiano Lima da. *Entre batismos, testamentos e cartas: as alforrias e as dinâmicas de mestiçagem em São João del-Rei (c. 1750-c.1850).* Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SLENES, Robert. A “Great Arch” descending: Reflections on manumission rates, slave identities and black social mobility in southeastern Brazil, 1791-1888. Campinas, novembro de 2008. (Texto apresentado para discussão nas linhas de pesquisa em História Social da Cultura e História Social do Trabalho – CECULT/Unicamp).

SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c.1750-c. 1830.* Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. O papel da liberdade: alforrias em Mariana no século XIX (1840-1888). *Anais do XV Seminário sobre a Economia Mineira.* Diamantina, 29 ago-1º set., 2012.

Disponível em:

[https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina2012/o\\_papel\\_da\\_liberdade.pdf](https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina2012/o_papel_da_liberdade.pdf).

Acesso em: 05 set. 2023.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## O Comércio Inglês no Brasil: A atuação da firma inglesa March Irmãos & co., 1808-1845

Caio Cezar Machado<sup>87</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo a análise da atuação e forma de organização da firma inglesa March Irmãos & Co. na praça do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Ademais, será parte importante deste trabalho a análise das demais atividades desenvolvidas pela firma, como o comércio de leilões e consignações, a extração de ouro no interior do país, e principalmente a produção agropecuária que se desenrolara na Fazenda Sant'Anna do Paquequer, também conhecida como Fazenda da Serra dos Órgãos, localizada em Nossa Senhora D'Ajuda de Guapimirim, na Vila de Magé, a qual foi feita a partir da utilização de trabalho escravo, algo que deu origem a uma grande contenda internacional, amplamente conhecida como Questão March. Portanto, pretendemos rediscutir o impacto da presença inglesa na conjuntura de consolidação do Estado Imperial brasileiro de meados do século XIX.

**Palavras chaves:** comércio, capital mercantil, Estado Imperial, mercado, escravidão.

149

<sup>87</sup> Formado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2023. O trabalho em questão é resultado de mais de dois anos de pesquisa, desenvolvida com financiamento do CNPq e aprovada pelo PIBIC, orientada pelo professor Doutor Carlos Gabriel Guimarães, professor titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Introdução

O historiador inglês Leslie Bethell em *A presença britânica no Império nos Trópicos* (2009), definiria o século XIX como o “século inglês”<sup>88</sup>. Neste período, a Grã-Bretanha se consolidou como a primeira nação industrial do mundo e ficou notoriamente conhecida como *the workshop of the world*, além de se tratar do maior exportador de produtos manufaturados, a qual também possuía mais da metade de toda a frota mercante do planeta e a *City of London* era a principal fonte de capital. Segundo Bethell, a grande maioria das periferias do mundo haviam sido incorporadas na expansão da economia global que era liderada pela Inglaterra.

Nesse sentido, seria improvável que o Brasil ficasse de fora desta enorme rede de influência. Apesar da preeminência britânica no Brasil ser tratada praticamente como um consenso, há uma série de dissonâncias historiográficas acerca de temas como o grau de influência e o período pelo qual a mesma se estendeu. Bethell afirmaria que a preeminência britânica em território brasileiro teria sido possível tendo em vista que os ingleses estariam presentes desde o “momento da criação”<sup>89</sup>. Ou seja, desde o fechamento da última brecha nobloqueio continental, determinada por Napoleão em 1807, a Inglaterra assume o protagonismo na escolta e transferência da Coroa portuguesa para o Brasil, além de desempenhar importante papel no período de independência, delimitado pelo autor entre os anos de 1808 e 1825<sup>90</sup>. Como consequência, Portugal e Grã-Bretanha estreitaram seus laços políticos, econômicos e sociais, por meio do estabelecimento de uma espécie de troca de favores entre os dois impérios que viria a facilitar a permeação de ingleses nas mais variadas áreas de atuação em território brasileiro.

No entanto, a presença inglesa no Brasil na primeira metade do século XIX, particularmente a dos comerciantes britânicos, vem sendo tratada de forma muito generalizada. A historiografia brasileira que se dedica ao tema, notadamente os trabalhos de Gilberto Freyre, *Ingleses no Brasil* (1948), Richard Graham, *Grã-Bretanha e a modernização no Brasil* (1972), Olga Pantaleão, *A presença inglesa* (1976), Riva Gorestein, *Comércio e política: o enraizamento dos interesses*

<sup>88</sup> BETHELL, Leslie. A presença britânica no Império nos Trópicos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.22, n°1, p.53-66. jan-jun 2009.

<sup>89</sup> BETHELL. 2009

<sup>90</sup> Ibidem.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

*mercantis portuguesas no Rio de Janeiro (1808-1831)* (1978), acabam por corroborar com a obra clássica de Alan K. Manchester, *Preeminência Inglesa no Brasil* (1933). Esses trabalhos enfatizavam majoritariamente a modernidade e preeminência inglesa em detrimento do comércio e comerciante arcaico português.

Tendo estudos mais específicos acerca da atuação e forma de organização das firmas comerciais inglesas, a visão mais geral passa a ser revista. Ana Célia Castro, *As Empresas Estrangeiras no Brasil 1860-1913* (1979), e Maria Bárbara Levy e Flávio Saes, *Dívida Externa brasileira 1850-1913: empréstimos públicos e privados* (1990), chamaram a atenção para um novo tipo de investimento direto inglês após 1850, predominantemente em ferrovias e bancos.

Contudo, os trabalhos acima citados priorizam o período após o marco de 1850, ano em que foram promulgadas a Lei de Terras, o Código Comercial e a abolição do Tráfico de Escravos. Enquanto isso, o período anterior, correspondente ao lapso temporal entre a abertura dos portos de 1808 e 1850, continua com poucos trabalhos e pesquisas acerca da atuação das firmas comerciais inglesas no comércio importador e exportador brasileiro.

Sendo assim, apesar de uma historiografia mais recente ir de encontro a perspectiva dos pontos de partida ou melhor, dos pontos de virada, no desenvolvimento histórico, esta que fora muito bem retratada por Renato de Mattos em seu artigo, *Versões e Interpretações: Revisitando a historiografia sobre a abertura dos portos brasileiros (1808)* (2017)<sup>91</sup>, é fato, que houve alguns marcos em um processo histórico um tanto complexo que não será o foco de análise neste trabalho.

Os dois marcos aos quais foram feitas referência no parágrafo anterior são respectivamente, a assinatura da Carta Régia em 28/01/1808, pelo príncipe regente D. João ainda na Bahia, a qual decretava a abertura dos portos portugueses às nações amigas, e o Tratado de Comércio e Navegação do ano de 1810. Pode-se dizer que a abertura dos portos do Império português em 1808 tenha sido o início da derrocada do Pacto Colonial, ou seja, o fim do exclusivismo colonial entre Portugal e Brasil. Deve-se ressaltar o papel fundamental da

<sup>91</sup> MATTOS. 2017.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Grã-Bretanha nesse processo, a qual assumiu o protagonismo na transferência da Corte de Bragança para o Rio de Janeiro e a integridade territorial do reino de Portugal frente a iminente ameaçada França napoleônica. Portanto, pode-se afirmar que a Grã-Bretanha, a qual de acordo com vários estudiosos, entre eles, Olga Pantaleão e Leslie Bethell, já possuía vasta entrada no mercado brasileiro desde fins do século XVIII, foi a principal beneficiada pela assinatura de ambos os documentos por parte da coroa portuguesa, como forma de compensação pelo auxílio dos britânicos nesta primeira metade do século XIX<sup>92</sup>.

De acordo com José Jobson de Arruda, o rompimento do Pacto Colonial e a assinatura dos documentos abordados nos parágrafos anteriores, denotariam talvez a maior contradição ou dualidade do império português, um reino muito pequeno para um império tão vasto, o qual já encontrava seu centro econômico no Brasil e distante de Lisboa muito antes da transferência da Corte de Bragança para o Rio de Janeiro em 1808<sup>793</sup>.

A abertura dos portos portugueses veio em ótimo momento para os ingleses, uma vez que o bloqueio continental imposto pela França de Napoleão bloqueava os produtos manufaturados britânicos para boa parte de seu mercado consumidor. Nesse sentido, o Brasil se mostraria um importante entreposto comercial para o escoamento de seus produtos confeccionados em escala industrial<sup>94</sup>. Ademais, após a efetivação do Tratado de 1810, os comerciantes ingleses receberam amplas vantagens fiscais e políticas, como tarifas alfandegárias mais baixas, direito de estabelecer tribunais especiais para o julgamento de súditos da coroa britânica, estabelecimento de cemitérios próprios etc; o que acabou por incentivar o estabelecimento de diversas firmas comerciais britânicas, das mais tradicionais até os aventureiros, nas praças comerciais brasileiras. O historiador D.C.M. Platt<sup>95</sup> estima que em 1820 haveria cerca de 60 firmas inglesas estabelecidas no Rio de Janeiro, enquanto Olga Pantaleão<sup>96</sup>, estabelece em 100 o número de firmas que teriam se estabelecido na nova capital do império lusitano.

<sup>92</sup> BETHELL, 2009.

<sup>93</sup> ARRUDA. 1986.

<sup>94</sup> PANTALEÃO. 1976.

<sup>95</sup> PLATT. 1972

<sup>96</sup> PANTALEÃO, op.cit.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Foi nesse contexto de efervescência do mercado brasileiro, agora aberto ao mercado internacional, de elevação do Brasil a Reino Unido junto a Portugal e Algarves, transferênciada Corte e conseqüentemente do centro do império português para o Rio de Janeiro e, crescente influência tanto material e econômica quanto cultural inglesa, que a March Irmãos & Co. inicia suas atividades na praça comercial carioca no ano de 1813.

## A March Irmãos & Comp. na praça do Rio de Janeiro

Os primeiros registros em periódicos da presença dos irmãos March no Brasil datam do ano de 1808, em novembro, já meses após a abertura dos portos. Segundo dados levantados por Olga Pantaleão, só no segundo semestre deste ano, mais precisamente entre 1 de agosto e 31 de dezembro, as exportações chegaram ao valor de de 788.000 libras, sendo 114.000 libras correspondentes a mercadorias trazidas a fim de serem reexportadas para Buenos Aires<sup>97</sup>. Ademais, dezenas de navios ingleses teriam recebido a licença do *Privy Council* para vir ao Brasil, 44 navios apenas entre 15 de janeiro e 24 de maio de 1808, portanto, é provável que os March tenham chegado ao Rio de Janeiro junto com diversos outros comerciantes ingleses que buscavam expandir seus negócios ou ascender socioeconomicamente.

Apesar de se tratar de dois irmãos relativamente jovens, uma vez que George March teria nascido no ano de 1788 e teria iniciado suas atividades na firma March Irmãos & Co. ainda com 25 anos de idade, não pode-se dizer que se tratava de jovens aventureiros que tentavam a sorte em terras brasileiras, tendo em vista que estabeleceram suas atividades e firma na praça do Rio de Janeiro com sucesso com relativa rapidez.<sup>98</sup> Antes do estabelecimento da firma em sociedade com seu irmão George, Thomaz March chegou a estabelecer uma firmacomercial, denominada Baker & March, a qual teve pouca atividade na praça do Rio de Janeiro no comércio de importação e exportação, com apenas algumas referências sobre azeitonas, tintas, panos e fazendas de lã.<sup>99</sup> Deve-se acrescentar que boa parte da atuação da

<sup>97</sup> Ibidem.

<sup>98</sup> Gazeta do Rio de Janeiro. 1808 – 1821. Biblioteca Nacional.

<sup>99</sup> Idem.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

firma Baker & March, assim como a March Irmãos & Co., estava no comércio de leilões e consignações, o qual as firmas britânicas foram amplamente presentes na primeira metade do oitocentos.

De acordo com Max Weber, os leilões seriam amplamente utilizados pelos importadores atacadistas para que pudessem vender sua mercadoria o mais rápido possível e, portanto, efetuar o pagamento ao exterior. Enquanto as consignações, forma de comércio também praticada pela firma March Irmãos & Co., Weber define como tradicional formato comercial de exportação que viria a substituir o comércio pelas feiras, consistindo na remessa de produtos, com objetivo de venda, a um terceiro, sendo este o consignatário, que deve escoá-lo conforme as instruções do consignante.<sup>100</sup> Apesar de proibida a cabotagem no litoral brasileiro, havia brechas, como comprovam duas consignações protagonizadas pela firma em questão para os portos da Bahia e Pernambuco no ano de 1826.<sup>101</sup> Deve-se ressaltar que o comércio de leilões e consignações não era de exclusividade de sociedades comerciais britânicas, os portugueses também participavam ativamente desta atividade comercial, utilizando práticas e métodos de efetivação dos mesmos muito parecidas senão iguais às praticadas pelas firmas inglesas.

154

Em 7 de abril de 1813, no periódico Gazeta do Rio de Janeiro na seção de “Avisos”, foi anunciado que no dia 31 de março de 1813<sup>102</sup>, a firma Baker & March havia encerrado sua sociedade e esta continuaria pelo nome de March Irmãos & Co, agora com sociedade estabelecida entre os irmãos George e Thomas March, e a partir de agora, finalmente entramos no centro temático deste trabalho. Entre 1813 e meados da década de 1830, a firma manteve uma intensa atividade no porto carioca, principalmente no que diz respeito às importações, já que não há muitos relatos nos periódicos cariocas acerca das exportações e os produtos que foram exportados.

Em relação às importações, a partir da pesquisa diária em periódicos como o Diário

<sup>100</sup> WEBER, 2006.

<sup>101</sup> Notícias Marítimas. Data: Quinta feira, 5 de janeiro de 1826. Edição nº 4 do mês de janeiro, página 3, coluna 2; Notícias Marítimas. Data: Segunda feira 23 de janeiro de 1826. Edição nº 17 do mês de janeiro, página 3, coluna 2.

<sup>102</sup> Avisos. Data: Quarta feira, 7 de abril de 1813. Edição nº 28 do ano de 1813. página 4.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

do Rio de Janeiro, Gazeta do Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, Diário Fluminense, entre outros, pode-se observar que a March Irmãos & Co. importou uma grande variedade de produtos para portos diversos. Os principais portos de origem dos produtos importados pela firma e seus respectivos números de viagens foram, Gibraltar com 13 viagens, Estocolmo com 11, Londres com 8 e Liverpool com 7. As mercadorias que mais foram importadas pela firma inglesa foram fazendas, madeira, alcatrão, ferro, seda e outras lãs secas, trigo entre outros produtos extremamente diversificados. Acerca das exportações, as informações são extremamente limitadas, temos apenas relatos de que viagens foram feitas, mas não temos citações acerca de produtos e quantidade dos mesmos enviados. Nesse contexto, a firma exportou mercadorias para o porto de Gibraltar em 4 viagens, Bahia e Pernambuco ambos foram os portos de destino das mercadorias exportadas pelos March, enquanto Hamburgo, Liverpool e Estocolmo receberam apenas uma vez as mercadorias exportadas pela March Irmãos & Co..

Não obstante, para que seja possível uma melhor compreensão da atuação e forma de organização não só da March Irmãos & Co. mas, das firmas britânicas que se desenvolveram no Brasil na primeira metade do oitocentos, devemos analisar o que os números nos dizem, o que está por trás dos mesmos. Nesse sentido, começaremos a análise pela parte mais óbvia, a March Irmãos & Comp. trata-se de uma firma comercial familiar, uma vez que é estruturada a partir da sociedade entre os irmãos George e Thomas. É importante ressaltar que a confiança e o bom nome eram fatores fundamentais para o estabelecimento de negócios e sociedades, tendo em vista que o período em questão antecede a criação do Código Comercial de 1850<sup>103</sup>. Seguindo adiante, a partir da análise dos portos de origem, ou de destino, dos produtos importados e exportados pela firma e os próprios produtos comercializados, pode-se concluir que a March Irmãos & Co. não era uma firma comercial especializada e de organização moderna que se opunha ao suposto comércio “arcaico” português.

<sup>103</sup> WEBER, 2006.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Pelo contrário, tendo a análise da forma de organização e atuação da firma dos irmãos March, faz-se razoável supor que as firmas comerciais britânicas, também conhecidas como *american houses*, que se instalaram no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, não possuíam práticas comerciais tão distintas das estabelecidas pelos comerciantes portugueses e brasileiros. Ambos organizavam-se em firmas com parentes ou pessoas próximas, em sua maioria, não possuíam alto grau de especialização, importando e exportando uma grande diversidade de produtos para variados portos, sem estabelecer um padrão. Além de, majoritariamente, não limitarem suas áreas de atuação aos portos cariocas, participavam ativamente do comércio de leilões e consignações, compravam propriedades rurais, investiam em indústrias ou manufaturas, exploravam minérios etc.

Mesmo com grandes nomes da historiografia brasileira dedicados ao tema, vários deles já citados anteriormente neste trabalho, como Olga Pantaleão, Gilberto Freyre, Richard Graham e Riva Gorestein, grande parte destes autores dedicaram grande parte de suas reflexões ao período a partir de 1850, marcado pelos grandes investimentos diretos ingleses em bancos e ferrovias. Logo, é possível que estes primeiros estudos tenham transferido a modernidade e especialização inglesa dos últimos 50 anos do século XIX brasileiro para os primeiros 50 anos do mesmo século, sem uma pesquisa mais aprofundada nas fontes documentais acerca da atuação e organização das firmas. Como fora bem colocado pelo professor da Universidade Federal Fluminense, Carlos Gabriel Guimarães, com a abertura dos portos de 1808, os agentes comerciais britânicos adentravam, ou melhor, expandiam sua influência, em um mercado já estabelecido, com seus costumes e práticas próprios, sendo assim, assumir que os recém chegados negociantes de trato ingleses conseguiriam impor seus costumes e valores comerciais de imediato nas praças comerciais brasileiras é muito pouco provável. Desse modo, muitas firmas comerciais e seus representantes assumiram posturas similares às praticadas pelos comerciantes luso-brasileiros que já estavam presentes nas praças nacionais, como forma de conseguirem obter melhor penetração comercial, política e social em território brasileiro.<sup>104</sup>

A historiografia britânica, em particular a *Business History*, trabalhando com a forma de

<sup>104</sup> GUIMARÃES, 2007.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

organização e atuação da firma, além dos negócios que desenvolviam, vem questionando uma visão generalista sobre as firmas comerciais inglesas. Historiadores como Charles Jones<sup>105</sup> e J. P. Cain<sup>106</sup>, analisando a organização e a forma de atuação das firmas inglesas até meados do século XIX, denominaram essas firmas de empresas comerciais, ou seja, uma empresa comercial descentralizada e não subordinada administrativa e financeiramente a *City of London*. De acordo com Charles Jones, a empresa inglesa da época era uma típica empresa de uma “burguesia comercial cosmopolita”. Já para Cain, tratava-se de uma empresa do “gentlemanly capitalism”, e o ideal aristocrático estava presente nos negócios e práticas mercantis.

Outros estudiosos, analisando a atuação das firmas em um contexto da História Global, como Giovanni Arrighi, Keneth Barr e Shuji Hisaeda, trabalhando com a concepção do sistema mundo, associaram a atuação e a organização das firmas inglesas ao modelo organizacional do capitalismo inglês, denominado de sistema de empresas comerciais familiares.<sup>107</sup> Tendo em vista tudo que fora exposto até aqui, penso que a definição dada pela História Global foi a mais precisa acerca da atuação e organização das firmas comerciais inglesas nas praças comerciais brasileiras.

No entanto, retomando o que fora dito anteriormente, a March Irmãos & Co. não limitou-se ao comércio de importação e exportação no porto do Rio de Janeiro e os leilões e consignações, que com o tempo foram tomando maiores proporções e tornando-se cada vez mais luxuosos, o que mostrava a confiança e bom nome da família March perante a sociedade carioca. Ademais, segundo Riva Gorenstein, mesmo com o crescimento industrial brasileiro no século XIX e o aquecimento comercial a partir da quebra do Pacto Colonial e a abertura dos portos, a economia brasileira continuava sendo predominantemente agroexportadora.<sup>108</sup> Nesse contexto, pode-se dizer que apesar de todo o sucesso experimentado pela March Irmãos & Comp. nos portos da então capital do império, a partir da década de 1830, é possível observar uma transição nas atividades da firma em direção a

<sup>105</sup> JONES, 1987.

<sup>106</sup> CAIN e HOPKINS, 1986.

<sup>107</sup> ARRIGHI, BARR E HISAEDA, 2001.

<sup>108</sup> GORENSTEIN, 1993.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

produção agropecuária da Fazenda da Serra dos Órgãos.

## A Fazenda Sant'Anna do Paquequer, escravidão e outros negócios da família March

Antes de entrar nos negócios que envolveram a família March por mais tempo e com maior constância, devemos colocar algumas ações, mesmo que pontuais, que foram protagonizadas pela firma ou por membros da família dentro do período compreendido para este trabalho. Entre as atividades estabelecidas pode-se destacar a importação de gêneros da Inglaterra para suprimento da Armada Nacional e Imperial, a firma inglesa também teria levado patações de prata para a Casa da Torre D'Ávila na Bahia, algo que pode ter algo haver com a Guerra de Independência na Bahia, mas nada comprovado ou recorrente. Além disso, a firma participaria da intermediação da venda de apólices da dívida pública, informação só encontrada uma vez em todo o período de pesquisa, tratando-se assim, de uma atividade, muito provavelmente, pontual.

Outro envolvimento pontual da firma, que carecerá maiores estudos mas que vale a pena ser citado foi no ano de 1829, data em que a March e Irmãos receberia a concessão do imperador D. Pedro I para organizar uma companhia por ações, com capitais nacionais e estrangeiros, para a extração de ouro e outros metais, com exceção de diamantes, nas províncias de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. O envolvimento da firma March Irmãos & Co. com outros negócios que extrapolam os limites da atividade comercial da praça do Rio de Janeiro, revelam um provável sucesso financeiro da firma e um considerável prestígio social da família March perante a alta sociedade carioca.<sup>109</sup>

Após a exposição de negócios pontuais ou pouco frequentes desenvolvidos pela firma, chegamos agora a atividade comercial que junto ao comércio de importação e exportação da firma mais gerou lucro para os irmãos March, tendo em vista a frequência de citações e periódicos e o relato de viajantes, a produção na fazenda Sant'Anna do Paquequer. A

<sup>109</sup> As informações a respeito da diversidade comercial exercida pela firma March Irmãos & Co. foram retiradas de diversos periódicos do Rio de Janeiro, com particular destaque para: Diário do Rio de Janeiro, Gazeta do Rio de Janeiro e Jornal do Commercio.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

fazenda foi arrendada por George March no ano de 1818, a propriedade pertencia a D. Luiz Clemente da Silva, contudo, a fazenda ganha notoriedade na região a partir da produção estabelecida por George, passando a ser amplamente conhecida como Fazenda March ou Fazenda da Serra dos Órgãos.

Originalmente, a fazenda possuía quatro sesmarias, mas de acordo com registros, March aumentaria a sua propriedade por meio da tomada de terras públicas. No ano de 1843, a fazenda é posta à venda, sendo comprada em definitivo, incluindo as casas e as benfeitorias<sup>110</sup>, pelo próprio George March, o qual, já residia na propriedade há anos<sup>111</sup>. É possível, a partir da notícia da venda da fazenda dos Órgãos no Diário do Rio de Janeiro, estabelecer comparações acerca do crescimento da propriedade entre 1818 e 1843:

VENDE-SE a fazenda na Serra dos Órgãos, denominada Santa Anna de Paquequer, aonde actualmente reside o Sr. Jorge March, a qual tem 4 leguas em quadro, conforme os títulos, com grandes mattos virgens e boas madeiras, grandes vargeiras para pastose proprias para criações e produções de animaes de todas as raças, boas aguas, grandecasa de pedra e sal, e outras menores, produzindo todas as fructas da Europa, e finalmente offerecendo grandes vantagens ao comprador para na mesma fazer grandes estabelecimentos; trata-se na rua da Glória n.60, em frente ao mar.<sup>112</sup>

159

Além disso, no decorrer da primeira metade do século XIX, o Brasil foi visitado por diversos pesquisadores, estudiosos e artistas, os quais possuíam interesses diversos no país, e alguns desses acabaram por visitar a fazenda Sant'Anna do Paquequer. Portanto, de acordo com relatos de viajantes que passaram pela propriedade, como Robert Walsh e o botânico inglês, George Gardner, a fazenda destacava-se principalmente pela imensa área de pastagens para acriação de 150 cavalos e mulas, 100 cabeças de gado preto, além de outros carneiros e porcos<sup>113</sup>. É razoável supor que cavalos, e sobretudo, mulas seriam um ótimo negócio para o oitocentos brasileiro, uma vez que estas poderiam ser utilizadas para o transporte dos produtos da fazenda March que tinham o Rio de Janeiro como destino, nesse sentido, a força e resistência desses animais seriam de grande utilidade para o transporte nos

<sup>110</sup> FERRAZ, 1970.

<sup>111</sup> PEREIRA, 2016.

<sup>112</sup> Vendas. Data: 13 de maio de 1843. Diário do Rio de Janeiro. Edição n° 108 do ano de 1843, página 3, coluna 4.

<sup>113</sup> WALSH, 1985.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

caminhos tortuosos e lamacentos que conectavam a região serrana com a capital, além de existir a possibilidade de serem vendidos para outros comerciantes e produtores rurais com o mesmo objetivo.<sup>114</sup>

Cerca de uma década após a passagem de Robert Walsh, o botânico britânico, George Gardner, no ano de 1836, em visita à fazenda dos Órgãos, acrescenta à primeira descrição, uma extensa plantação de hortaliças que supriam regularmente o mercado da capital brasileira com vegetais de origem européia.<sup>115</sup> A produção estabelecida na propriedade dos March experimenta amplo reconhecimento social e do próprio mercado, uma vez que George March recebeu concessão do Imperador para a isenção dos “direitos de entrada” de gado importado de outras localidades, com destaque para a criação de gado cavalariço, também conhecidos como equinos, em sua fazenda.<sup>116</sup>

Nesse contexto, é necessário enfatizar a diversidade de animais criados na fazenda da Serra dos Órgãos, que iam desde equinos da raça Andaluzia e de Buenos Aires a carneiros da raça inglesa Leicester, entre outros. Algumas citações do periódico *Diário do Rio de Janeiro* evidenciam a alta atividade comercial gerada pela venda de produtos da propriedade do George March:

VENDE-SE um boi muito manso, de carro, de raça de toiro inglês, uma vaca do paiz, cria da fazenda de Jorge March, outro mestiço de raça da Índia, muito manço, e bonito, que ainda não tem 3 annos, uma mulla boa para montaria por ser muito mança, ou para carroça, vende-se tudo na cidade de Nichterohy: para se mostrar e tratar na Rua da Cadea n. 52, loja.<sup>117</sup>

Ademais, até a morte de George March, os leilões que envolviam animais da fazenda de Sant’Anna do Paquequer continuaram a se destacar, assim como o padrão de qualidade e a procedência dos animais, como os cavalos de raças inglesas e da Andaluzia:

SAMUEL SOUTHAM e comp. fazem leilão hoje terça feira, defronte da praçada commercio, ao meio dia em ponto, de alguns cavallos de raça ingleza, criados na fazenda do Sr. George March, na Serra dos Orgãos; a excellenteraça d’estes animaes é bem conhecida, assim como o desvello com que forão ensinados, o que faz unir a força e animo natural do cavallo a mais perfeita manciidão: elles são todos mui novos e suas elegantes figuras os tornão dignos de

<sup>114</sup> BARREIRO, 2017.

<sup>115</sup> GARDNER, 1846.

<sup>116</sup> *Diário Fluminense*. Data: 05/09/1825. Página 17, coluna 1.

<sup>117</sup> Vendas. Data: Terça Feira 23 de outubro de 1838. *Diário do Rio de Janeiro*. Edição nº 23 do mês de outubro, página 3, coluna 3.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

merecerem toda a atenção dos curiosos. Também duas excelentes vacas holandesas, de uma pessoa que se retira.<sup>118</sup>

Mesmo se tratando de uma propriedade de um súdito da coroa britânica a qual, desde princípios do século XIX movia uma intensa política abolicionista em relação ao tráfico no Atlântico e à utilização de mão-de-obra escravizada, não se pode dizer que a fazenda de Sant'Anna do Paquequer fugia ao padrão das demais propriedades rurais brasileiras na primeira metade do século XIX. Ou seja, apesar da aversão política manifestada pelo governo britânico ao sistema escravista no período, britânicos proprietários de terras em solo brasileiro não possuíam o mesmo posicionamento, muitos deles utilizavam a mão-de-obra escravizada em suas produções, e, além disso, muitas firmas inglesas, apesar de não atuarem diretamente com o tráfico de escravizados, foram importantes financiadoras do mesmo.<sup>119</sup>

Segundo relatos dos viajantes britânicos Walsh e Gardner, que visitaram a fazenda em meados do século XIX, a fazenda March contaria com 100 a 150 escravizados, os quais, conforme relatado pelo botânico e médico inglês George Gardner, recebiam tratamento particularmente violento e rígido por parte do proprietário, George March<sup>120</sup>. Robert Walsh indica que estes eram distribuídos em senzalas espalhadas por diversos lugares da propriedade, a que ele teve acesso, era formada por 50 casas de pau a pique e cobertas de sapê.<sup>121</sup> As casas eram tão baixas que apenas um homem conseguia ficar de pé no centro da construção, ademais, eram formadas por dois compartimentos, em um, ficava o girau de paus traçados e a cama, no outro, o fogo que independente do clima ficava aceso durante o dia inteiro.<sup>122</sup>

161

<sup>118</sup> Leilões. Data: Terça feira 14 de junho de 1842. Diário do Rio de Janeiro. Edição nº 128 do ano de 1842, página 3, coluna 3.

<sup>119</sup> Apesar de tal colaboração ser conhecida pela historiografia, coube aos trabalhos de Antonia F. P. Wright e Luís Henrique Dias Tavares, a participação direta dos comerciantes ingleses e de outras nacionalidades no comércio negreiro brasileiro. Conferir TAVARES, Luís Henrique Dias. **O comércio Proibido de Escravos**. São Paulo: Ática, 1988; WRIGHT, Antonia F. P. de Almeida. **Desafio Americano à preponderância Britânica no Brasil (1808-1850)**. São Paulo: Cia Editora Nacional- MEC, 1978; MARQUES, Leonardo. **The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776- 1867**. New Haven and London: Yale University Press, 2016.

<sup>120</sup> GARDNER, op. cit.

<sup>121</sup> WALSH, op. cit.

<sup>122</sup> Idem.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

É importante ressaltar que com o crescimento das atividades comerciais e produções relacionadas à Fazenda da Serra dos Órgãos a partir da década de 1830, em sua grande maioria após a Lei Feijó Barbacena de 07/11/1831, muitos dos escravizados comprados por George March, a maioria deles, segundo a análise de Joseph Mulhern, foram adquiridos de forma ilegal, fazendo uso do tráfico ilegal.<sup>123</sup> Assim, é razoável afirmar que mesmo com a política britânica notoriamente antiescravista que rodeava as Américas, os cidadãos britânicos radicados no Brasil continuaram com o mesmo ethos escravista. Apesar da ampla participação inglesa nas engrenagens de funcionamento do sistema escravista, ela não era amplamente divulgada pelos mesmos, tendo em vista que, devido a política abolicionista da coroa britânica, declarar apoio ou participação no comércio de escravizados ou na aquisição de cativos, poderia colocar os súditos ingleses em maus lençóis com a coroa. Contudo, ocorrências na Gazeta do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio, expõem a participação da firma March Irmãos & Co. e, por consequência da família March na venda e utilização de escravizados desde a década de 1820:

162

Manuel Moreira, Lirio, Jorge March, João Fielding, e Jorge Naylor, Administrador da caza de Lourenço Westin, e Comp., annunção, que no dia 18 do corrente, pelas 10 horas da manhã se hão de vender em leilão público, nas cazas nº 38, na rua Direita, os moveis, prata, e alguns escravos dos ditos Westin, e Comp., e que também disporda Ilha de Pombeba com a Fábrica de distillação, e 22 cativos empregados na mesma. Qualquer pessoa, que intentar a compra da dita Ilha, deve dirigir-se aos Administradores acima mencionados, assim como todos que tiverem dependencias com aquella caza.<sup>124</sup>

Ademais, a posse de cativos por parte de George March é relatada no Novo Jornal do Commercio devido a ocorrência da fuga de um de seus cativos no ano de 1831, fora esta citação, são raras as aparições de quaisquer menções a utilização ou compra de mão-de-obra escrava da família ou da firma dos March:

Haverá trez ou quatro mezes que fugirão da fazenda do Sr. Jorge March na Serra dos Órgãos, dous moleques meio buças com os signaes seguintes: hum chama-se Hilario, alto, magro, nação Angola, o outro chama-se Firmo, baixo e groço, da mesma nação, a este ultimo costumão

<sup>123</sup> MULHERN, 2018.

<sup>124</sup> Avisos. Data: Quarta-feira 13 de dezembro de 1820. Gazeta do Rio de Janeiro. Edição nº 100, página 4.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

dar-lhe quasi todos os dias huma espécie de convulções; quem souber onde se achão queira dar parte na rua dos Pescadores n.32, ou levá-losahi que receberá boas alviçasas.<sup>125</sup>

Indo ao encontro dos dados apontados pelos periódicos da capital carioca, Joseph Mulhern indica que durante os anos 1830, era usual que britânicos residentes no Brasil utilizassem trabalho escravo tanto em suas residências quanto em seus estabelecimentos comerciais e fazendas, como era o caso da família March.<sup>126</sup> Nesse sentido, Mulhern analisa que na legislação antiescravista britânica, mais precisamente no *Emancipation Act* de 1833 e no *Slave Trade Consolidation Act* de 1824, havia uma diferenciação entre tráfico e posse de escravizados fora dos limites do império britânico, que possibilitaria tal postura dos súditos britânicos em território brasileiro.<sup>127</sup> Inclusive, o historiador britânico afirma que oficiais e célebres políticos do império britânico financiavam ou apoiavam a compra de cativos efetivada por súditos ingleses, algo que se confirma com as citações dos periódicos cariocas do século XIX, que apontam a participação inglesa tanto na venda quanto no uso de cativos em suas fábricas e casas comerciais:

Jorge March, João Fielding, Manoel Moreira Lirio, e Jorge Naylor, Administradores da casa de Lourenço Westin, e Comp. , pertendem vender o Penque Bom fim, em leilão público, na porta da Alfandega, no dia 26 de fevereiro. A dita embarcação está fundeada defronte da Ilha de Pombeba, e o seu inventario se acha em casa de Jorge Naylor, N° 8, na rua dos Pescadores: os Administradores dezejam tambem tratar comqualquer pessoa, que intentar á compra da sobre dita Ilha com a sua fabrica e escravos.<sup>128</sup>

Em diversos casos, como fora o de George March, a posse de escravizados não era vista apenas como um “mal necessário”, como fora colocado por Robert Hesketh e Frederick Grigg<sup>129</sup>. Pelo contrário, os britânicos donos de escravos eram acolhidos e até mesmo recompensados pelos seus compatriotas, cujas ações relacionadas ao desenvolvimento do sistema escravista iam muito além do que era estipulado como “necessidade doméstica”

<sup>125</sup> Escravos Fugidos. Data: Sábado 2 de abril de 1831. Novo Jornal do Commercio (RJ). Edição n° 3 do mês de abril, página 6, coluna 1.

<sup>126</sup> MULHERN, 2018.

<sup>127</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>128</sup> Avisos. Data: Sábado 17 de fevereiro de 1821. Gazeta do Rio de Janeiro. Edição n° 14 do mês de fevereiro, página 4.

<sup>129</sup> Mr. Grigg to Viscount Palmerston, 31 October 1840, in Correspondence on Slave Trade: 1841 (ClassA), P.P. 402, pp. 287-288.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

pelo comissário e cônsul britânico. Além disso, vários proprietários de terras e comerciantes britânicos que aliavam o trabalho escravo à sua grande produção, eram respeitados e vistos com bons olhos pelos representantes do governo britânico no Brasil, respeito este, experimentado em grande medida pela família March<sup>130</sup>.

Desse modo, os oficiais ingleses em solo brasileiro tinham um papel que era exercido de maneira dualista ou antitética, na medida em que, ao mesmo tempo que deveriam prezar pelo sucesso dos súditos britânicos no Brasil, deveriam repreendê-los, caso houvesse qualquer tipo de envolvimento com o tráfico de escravizados. Não obstante, em grande parte das ocasiões, o posicionamento diplomático do governo britânico foi caracterizado pela omissão ou o silêncio, tendo em vista que, como aponta Mulhern, levar a frente tais julgamentos, normalmente levariam a condenações por cumplicidade de diversos oficiais britânicos.<sup>131</sup>

Um caso que mostra a ambivalência diplomática britânica no Brasil, teve como foco central a família que está sendo colocada em estudo ao longo deste trabalho e sua propriedade, o caso fica amplamente conhecido como “A Questão March”. Esta contenda internacional, segundo o historiador Alan K. Manchester, se tornaria primordial para discussões mais amplas acerca da renovação dos tratados anglo-brasileiros<sup>132</sup>, uma vez que a Questão March envolveu uma série de correspondências entre representantes de alta hierarquia tanto do governo britânico quanto brasileiro.<sup>133</sup>

Após a morte de George March, em 25 de março de 1845, aos 60 anos de idade, o proprietário da fazenda Sant’Anna do Paquequer deixou um testamento, no qual, deixa três executores britânicos, John Fielding, seu parceiro de negócios e amigo pessoal, Richard Heath John Prince James. Ademais, deixa como herdeiros de seus bens seus dois filhos, Jorge e Guilherme Taylor March. Contudo, os conflitos têm início quando, seis meses após o início do processo de liquidação, protagonizado pelos três executores, com autorização do cônsul britânico, Robert Hesketh, as autoridades brasileiras determinam que os executores em

<sup>130</sup> MULHERN, op. cit., p. 62.

<sup>131</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>132</sup> MANCHESTER, op. cit, p. 299 n.56.

<sup>133</sup> Relatório dos negócios estrangeiros, 1846, Annex, Nos. 90-97.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

questão não teriam autoridade para seguir tal processo, tendo como base o fim dos tratados anglo-brasileiros em 1844, e agora estaria sob a jurisdição do Juiz de Órfãos em Nova Friburgo<sup>134</sup>, uma vez que os dois herdeiros ainda seriam menores de idade.

Portanto, o posicionamento das autoridades brasileiras veio a causar grande preocupação por parte dos representantes britânicos no Brasil e na capital britânica, além da *Brazilian Association of Liverpool*, que viam na aplicação da lei nº 160 de 9 de maio de 1842<sup>135</sup>, uma possível ameaça aos direitos de propriedade britânicos em terras brasileiras, podendo gerar o cancelamento de grandes quantidades de capitais britânicos no país. Não obstante, a excepcionalidade do caso está no fato de que entre os bens que eram disputados por ambas as nações, além de uma grande propriedade rural, havia um significativo número de escravizados. Assim, para que pudessem advogar acerca da garantia do direito à prosperidade dos cidadãos britânicos no Brasil, os representantes da coroa inglesa deveriam ao mesmo tempo, defender o direito da posse de escravizados por súditos ingleses, algo que não possuía bases legais firmes.<sup>136</sup>

É fundamental adicionar que entre os escravizados listados no testamento de George March, muitos deles indicavam ser fruto do tráfico ilegal de escravizados, alguns de origem africana e outros sem informações referentes às suas respectivas origens, algo que segundo Sidney Chaloub seria um mecanismo utilizado por donos de escravos para mascarar seu envolvimento com o comércio ilegal de cativos.<sup>137</sup> Dessa forma, pode-se afirmar que, a partir da análise de dados presentes no *Jornal do Commercio*, há uma

165

<sup>134</sup> MULHERN, op. cit., p. 95-96.

<sup>135</sup> Antonio Paulino Limpo de Abreu to Mr. Hamilton, 26 November 1845. In: Brazil, Relatório dos negócios estrangeiros, 1846, Annex, Nos. 90-97. Antonio Paulino Limpo de Abreu, o Visconde de Abaeté, nasceu “em Lisboa e falecido no Rio de Janeiro, veio para o Brasil ainda criança, em 1809. Formou-se em Leis na Universidade de Coimbra, Portugal (1820). Foi desembargador da Relação da Bahia (1826-1828) e do Rio de Janeiro (1833- 1846). Nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros em 1836, 1837, 1845, 1848 e 1853. Disfrutava de excelente prestígio na Secretaria de Negócios Estrangeiros. Integrou o Supremo Tribunal de Justiça (1846) e exerceu quatro mandatos como deputado geral pela província de Minas Gerais (1826, 41, 42e 45), sendo também presidente da mesma província (1833). Elegeu-se senador (1847) e foi enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial ao Rio da Prata (1847). <https://antigo.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado/378-antonio-paulino-limpo-de-abreu>

<sup>136</sup> MULHERN, op. cit., p. 96.

<sup>137</sup> CHALHOUB, 2010.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

predominância de escravizados adquiridos por George March por meio do tráfico ilegal, sendo que 22 cativos africanos foram comprovadamente adquiridos após a lei Feijó Barbacena de 1831, vários deles vendidos para pagar credores em Macaé após sua morte.<sup>138</sup>

Sendo assim, a “Questão March” enfatiza alguns pontos interessantes tanto acerca da postura de comerciantes e proprietários de terras britânicos radicados no Brasil quanto sobre a postura dos oficiais da coroa inglesa acerca da posse e da participação destes britânicos no tráfico de escravizados. Um dos mais importantes, já colocado anteriormente neste artigo, é a atuação ambivalente dos oficiais britânicos no Brasil, sendo que, em diversas ocasiões, os mesmos oficiais que protagonizavam as principais investidas para o fim do tráfico de escravizados, eram os mesmos que tinham papel ativo na venda de cativos, muitas vezes, em situação ilegal. Ademais, expõe falhas na aplicação do Ato de 1843, o qual não era aplicado retroativamente, o que de alguma forma, legitimava a posse ilegal de escravos pelos britânicos, como fora o caso de March e de muitos outros cidadãos ingleses radicados no Império brasileiro. Assim, torna-se possível a reflexão acerca da real efetividade e aceitação, por partidos próprios representantes da coroa britânica, das políticas abolicionistas nas Américas, uma vez que os mesmos eram incentivadores e patrocinadores do sistema escravocrata. A “Questão March”, no entanto, é vista como um marco no interesse oficial na posse de escravos por cidadãos britânicos, que viria a ser mais regulamentada e suprimida na segunda metade do século XIX.<sup>139</sup>

166

## Considerações Finais

Tendo em consideração tudo o que fora exposto até aqui, podemos concluir que, sendo uma firma familiar e com pouca especificidade em relação aos produtos importados, e provavelmente no que diz respeito aos exportados também, pode-se afirmar que a firma March Irmãos & Co. era muito mais próxima de uma concepção portuguesa de comércio do que

<sup>138</sup> **Jornal do commercio.** 1826-1845.

<sup>139</sup> MULHERN, op. cit., p. 98-99.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

se poderia pensar em uma análise menos aprofundada acerca do período. Nesse sentido, tendo em vista o sucesso da firma dos irmãos March na praça do Rio de Janeiro, é razoável supor que outras firmas britânicas no território brasileiro tenham assumido comportamentos parecidos, como forma de se inserirem com maior facilidade no mercado brasileiro.

Ademais, é possível afirmar que os March eram bastante abrangentes em seus negócios, não se limitaram apenas ao comércio na praça do Rio de Janeiro, expandiram-se para a mineração no interior do país, para a criação de diferentes tipos de gados e plantio na fazenda Sant'Anna do Paquequer, além dos leilões, consignações e cabotagem no litoral brasileiro. Portanto, é extremamente provável que outras famílias inglesas que se estabeleceram no Brasil na primeira metade do oitocentos também tenham expandido suas áreas de atuação na medida em que sua influência e prestígio perante a sociedade brasileira cresciam.

Além disso, a relação desta família britânica com a escravidão não pode ser colocada de lado e torna-se possível evidenciar que os súditos ingleses no Brasil, em sua maioria, não seguiam os ideais e políticas defendidas pelo Império Britânico em meados do século XIX. Essa dualidade é amplamente desenvolvida pelo trabalho do historiador João Daniel Carvalho em *INGLESES X INGLESES: Poder e conflito entre a diplomacia londrina e os comerciantes britânicos no comércio proibido de escravos (Rio de Janeiro, 1826-1850)*, evidenciando que há um claro paradoxo entre as posturas e ideologia da coroa britânica e as ações dos expatriados ingleses nas Américas, os quais continuavam se aproveitando e lucrando tanto do tráfico quanto do uso da mão-de-obra escravizada em seus empreendimentos comerciais.<sup>140</sup>

## Bibliografia

Fontes Primárias

---

<sup>140</sup> CARVALHO, 2020.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Biblioteca Nacional Periódicos:

Gazeta do Rio de Janeiro, 1809-1821;

Jornal do Commercio, 1828-1845;

Diário do Rio de Janeiro, 1822-1845;

## Referências

ARRIGHI, Giovanni, BARR, Kenneth e HISAEDA, Shuji.. **A transformação da empresa capitalista**. In: ARRIGHI, Giovanni e Silver, Beverly J. (org.). *Caos e Governabilidade no moderno sistema mundial*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. UFRJ, 2001, pp. 107-159

ARRUDA, José Jobson de A. **A circulação, as finanças e as flutuações econômicas**. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *O Império Luso-Brasileiro 1750-1822*. Vol. VIII. Lisboa: Ed. Estampa, 1986.

BARREIRO, José Carlos. **O botânico George Gardner e suas impressões sobre acultura escrava no Brasil: Rio de Janeiro, 1810-1850**. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, n.3, jul.-set. 2017, p.567-584.

BETHELL, Leslie. **A presença britânica no Império nos Trópicos**. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.22, nº1, p.53-66. jan-jun 2009.

CAIN, J.P. and HOPKINS, A.G. **Gentlemanly Capitalism and British Expansion Overseas I. the Old Colonial System, 1688-1850**. *The Economic History Review*, 2nd ser. XXXIX, 4 (1986), p. 501-525.

CARVALHO, João Daniel Antunes Cardoso do Lago. **INGLESES X INGLESES: Poder e conflito entre a diplomacia londrina e os comerciantes britânicos no comércio proibido de escravos (Rio de Janeiro, 1826-1850)**. Tese (Doutorado em História). Niterói: PPGH/UFF, 2020.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

CHALHOUB, S., 'Illegal Enslavement and the Precariousness of Freedom in Nineteenth-century Brazil' in C. Morris, J.D. Garrigus (eds.) **Assumed Identities: The Meanings of Race in the Atlantic World** Arlington: Texas A&M University Press, 2010, pp. 88-115.

FERREZ, Gilberto. **Colonização de Teresópolis à sombra do Dedo de Deus: da Fazenda March a Teresópolis**. Rio de Janeiro: Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n.24. 1970.

GARDNER, George. **Travels in the interior of Brazil, principally through the northern provinces and the gold and diamond districts, during the years 1836-1841**. London: Reeve, Brothers. 1846.

GORESTEIN, Riva e MARTINHO, Lenira M. **Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Secretaria Mun. de Educação do R.J/Divisão Cultural, 1993. (Coleção Biblioteca Carioca vol.24).

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. "O comércio inglês no Império brasileiro: a atuação da firma inglesa Carruthers & Co. 1824-1854". In: CARVALHO, José Murilo de (org). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro:

169

JONES, Charles A . **International Business in the nineteenth century: the rise and fall of a cosmopolitan Bourgeoisie**. Great Britain: Wheatsheaf Books Ltd., 1987.

MANCHESTER, Alan K. **Preeminência inglesa no Brasil**. Tradução de Janaína Amado. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MATTOS, Renato de. **Versões e Interpretações: Revisitando a historiografia sobre a abertura dos portos brasileiros (1808)**. *Historelo*, Revista de História Regional y Local ISSN: 2145-132X [vol.9, n° 17] Janeiro - Junho de 2017.

MULHERN, Joseph. **After 1833: British Entanglement with Brazilian Slavery**. Thesis of Doctorate. Durhan: University of Duhan, 2018.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

PANTALEÃO, Olga. **A presença inglesa:** In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo II, 1º vol., 4ªed., São Paulo: DIFEL, 1976.

PEREIRA, Tainá Cristina. **A fazenda March: um patrimônio fantasma no mito de fundação de Teresópolis. Entre o Local e o Global.** Anais do XVII Encontro de História da ANPUH-Rio. Instituto Multidisciplinar, UFRRJ, Campus Nova Iguaçu. 8 a 11 de agosto de 2016.

PLATT, D. C. M. **Latin American and British Trade, 1806-1914.** London, 1972

WALSH, Robert. **Notícias do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1985.

WEBER, Max. **A Gênese do Capitalismo Moderno.** Org., apresentação e comentários Jesse Souza, tradução de Rainer Domschke. São Paulo: Ática, 2006.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Modos e práticas de produção no cinema da Boca do Lixo

Camila da Paixão Mendes<sup>141</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo buscar compreender o modo de produção cinematográfica da Boca do Lixo, região no bairro da Luz em São Paulo, que se transforma em um pólo de produção da indústria cinematográfica durante a década de 1970. A Boca se destaca na quantidade de filmes produzidos e no sucesso de público que os filmes angariavam, com um modelo de produção visando a produção rápida e barata, buscando sucesso comercial e, portanto, o lucro, que possibilitaria a continuidade da produção. Tais práticas diferem do outro grande agente presente no mercado cinematográfico brasileiro nesse momento, a Embrafilme, vista de maneira pejorativa pelos frequentadores da Boca do Lixo. Dessa forma, utilizando do capital privado e um modelo de negócios, tal polo produtivo angariou novos agentes econômicos e conquistou parte significativa do competitivo mercado exibidor brasileiro.

171

**Palavras-chave:** História e Cinema; Cinema Brasileiro; Boca do Lixo.

<sup>141</sup> Camila Paixão Mendes, graduada em História pela Universidade Federal Fluminense.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Introdução

Janet Steiger (1985) em *The Classical Hollywood Cinema* apresenta uma abordagem para compreender o cinema hollywoodiano, a partir de uma reflexão sócio-histórica. Dessa forma, a autora defende que para compreender esse fenômeno deve-se levar em consideração as condições históricas que possibilitaram seu desenvolvimento, assim como as práticas de produção que os sujeitos, atuando como um grupo, desenvolvem com objetivo de perpetuar a produção de forma unificada e coerente. Ambos os aspectos formam o modo de produção do cinema hollywoodiano, um sistema com normas estéticas e práticas econômicas. A autora entende que as características individuais de cada filme dependem diretamente da estruturação de tais práticas de produção.

Utilizando-se dessa compreensão geral, esse artigo pretende pensar o Cinema da Boca do Lixo através de suas práticas de produção e como essas o significam. Pensando as redes econômicas e institucionais que levam a ascensão de uma indústria precária, mas efetiva, em uma região marginalizada da cidade de São Paulo. Esse ciclo de produção cinematográfica, mais profícuo na década de 1970, se desenvolve totalmente voltado às necessidades do mercado, procurando realizar um cinema que agradasse ao público popular e, conseqüentemente, tivesse sucesso nas bilheterias. Nesse sentido, os produtores e empresas da Boca utilizam-se da fórmula “produção rápida + custo baixo + erotismo” (ABREU, 2006). Será essa preocupação primordial com o mercado que consolida um sistema com práticas unificadas e compartilhadas na Boca do Lixo.

Com esse objetivo em mente, esse trabalho contém quatro momentos diferentes, inicialmente localizamos a Boca do Lixo como uma região do centro da cidade de São Paulo com suas características históricas e geográficas. Em seguida, se trata das políticas públicas desenvolvidas no campo cinematográfico brasileiro, aspecto fundamental para a compreensão da viabilidade da ascensão do polo cinematográfico na Boca do Lixo. Por último, examina-se a emergência da produção com o erotismo como principal impulso de sucesso, e em seqüência as práticas econômicas que possibilitam uma forma de produção com características industriais.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## A Boca na cidade

Geograficamente e historicamente, a Boca do Lixo paulistana é uma designação atribuída ao conjunto de bairros de Santa Ifigênia, Campos Elíseos, Luz e Bom Retiro, localizados no centro da cidade de São Paulo. Tal etiqueta, com tom pejorativo, é utilizada primeiramente pela crônica policial, e se refere a ocupação dessa região pela prostituição e marginalidade. A presença desses grupos na região, principalmente nas ruas próximas à estação da Luz decorre da contínua intervenção do governo estadual e municipal em relação às zonas de meretrício desde a década de 1930. (TELES, 2009)

A lógica que imperava naquela década era a necessidade de restringir a população que fugia da “normalidade”, como loucos, marginais e prostitutas, do restante da população. (GOMES, 2017) Dessa forma, como tentativa de confinar a atividade da prostituição, Ademar de Barros – o então interventor de São Paulo – escolhe duas ruas do bairro do Bom Retiro (Ruas Aimorés e Itaboca) como zona onde meretrício poderia funcionar legalmente. Já em 1953, o governador Lucas Nogueira Garcez extingui a zona de meretrício, causando uma dispersão da prostituição para os arredores, principalmente perto da Estação da Luz. A região em questão era próxima das estações de trem da cidade (Luz e Júlio Prestes) e mais tarde, seria construída ali a estação rodoviária. A localização era proveitosa para aquele tipo de negócio, a grande circulação de viajantes era favorável a criação de uma clientela. Dessa forma, a região acaba por receber grupos marginalizados na sociedade e ganha o apelido pejorativo.

A proximidade das vias rodoviárias e ferroviárias também era estratégica para as distribuidoras de cinema. Desde a década de 1920 as grandes empresas estrangeiras como a Paramount, Fox e Metro se instalam nos arredores das estações, possibilitando um fácil escoamento dos rolos de filmes. Paulatinamente, escritórios relacionados com a indústria cinematográfica se voltava àquela região. Na década de 1950, com um grande número de distribuidoras nos arredores da Rua do Triunfo se forma um polo, tanto na concentração de



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

empresas como em comércio especializados, fabricas de equipamentos e serviços de manutenção técnica. A Boca acaba por se caracterizar então pela coexistência de um certo tipo de “submundo” da marginalidade e prostituição junto a forte presença da indústria cinematográfica.

Nuno César de Abreu utiliza-se do termo “magnetismo” para descrever a região em relação àqueles que se interessavam por cinema. A Rua do Triunfo se tornava destino para profissionais e técnicos do audiovisual, assim como para estudantes e cinéfilos. Todos conviviam naquele espaço, criando um certo tipo de sociabilidade específica. (ABREU, 2006) Como um local importante para essa vivência deve-se mencionar o bar Soberano, localizado na Rua do Triunfo – nos andares acima do bar localizava-se, desde 1956, a Cinedistri, uma das mais importantes e tradicionais produtoras da Boca. O Soberano recebe produtores, diretores, técnicos, estudantes e cinéfilos, e acaba se tornando uma espécie de escritório informal, onde roteiros eram planejados, atores recrutados e um filme surgia em uma mesa de bar.

Dessa forma, a partir da década de 1960 e principalmente durante 1970, a Boca do Lixo se torna um polo da produção cinematográfica paulista. Os filmes lá realizados por vezes são agrupados na terminologia Cinema da Boca, como diz Ozualdo Candeias:

“Cinema da Boca não existe. O que existe é um cinema paulista que se estruturou dentro de uma realidade e dentro de uma necessidade de mercado, que tem uma característica perfeitamente diferente da do Rio. [...] A chamada Boca, a rua do Triunfo, nada tem a ver com o nível das produções. A rua, esse local, esse quarteirão, têm uma função que pode ser profissional e social, e cada um faz a fita que quer. A fita do Massaini não tem muito a ver com a fita, por exemplo, de um Custódio Gomes ou de um Wilson Rodrigues. E, no entanto, se diz que tudo é Boca. O Galante fazendo uma fita, se ele faz com o Khouri é uma coisa, se ele vai fazer com um tal de Agenor é outra. [...] Aqui há uma produção ligada às necessidades de mercado e mais ou menos assim dentro de uma linha industrial, que não depende do dinheiro do Governo” (ABREU, 2006, p.41)

Entretanto, tal realidade compartilhada acaba por caracterizar essa produção, que partilham de objetivos em comum e modos e práticas de realizar cinema.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## A expansão do mercado cinematográfico na década de 1970

O desenvolvimento desse polo cinematográfico em São Paulo na década de 1970 está relacionado a um contexto maior que abarca toda a indústria cultural brasileira. Com o golpe de 1964, e a instauração do governo militar, o país passa por mudanças estruturais tanto no campo da política como no da econômica. Para a indústria cinematográfica, o período será marcado pela intervenção do Estado no campo, com medidas protecionistas que abrem a possibilidade de competição do filme nacional em um mercado que se demonstrava ocupado pela concorrência estrangeira (HADIJA, 2010). Nesse sentido, como explana Ortiz

“64 é um momento de reorganização da economia brasileira, que cada vez mais se insere no processo de internacionalização do capital; o Estado autoritário permite consolidar no Brasil o “capitalismo tardio”. Em termos culturais essa reorientação econômica traz consequências imediatas, pois, paralelamente ao crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, fortalece-se o parque industrial de produção de cultura e o mercado de bens culturais.” (ORTIZ, 2001, 113)

Ortiz identifica as décadas de 1960 e 1970 como o momento em que se consolida no país um mercado de bens culturais, e, portanto, uma indústria cultural. O autor pensa as transformações que ocorrem na sociedade brasileira durante o Estado militar pela perspectiva política, mas também econômica, identificando como a reorientação econômica promovida pelos militares possibilitaram um aprofundamento da mercantilização da cultura. Nessas décadas, a produção cultural – além do mercado cinematográfico estão incluídos nesse processo o mercado fonográfico, a televisão, o rádio e a publicidade - apresentará um crescimento quantitativo, um maior rendimento econômico, mas também maior circularidade e distribuição dentre a população. Como parte desse fenômeno também se identifica o hábito de ir ao cinema que apresenta significativo crescimento – é possível perceber tal processo na mudança do números de espectadores durante a década de 1970, que cresce de 203 milhões em 1971 para 250 milhões em 1976 (KADONO apud ORTIZ, 2001).

Dessa forma, o campo cultural recebe atenção de uma política “nacional-desenvolvimentista” empregada pelo Estado militar (IANNI, 1991). É nesse sentido, que o Instituto Nacional de Cinema (INC) é criado em 1966, como uma primeira medida que caracteriza



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

uma intervenção direta do Estado na indústria cinematográfica. O órgão teria funções legisladoras, fiscalizadoras, de fomento e incentivo as atividades do mercado interno e externo. Nesse momento, o INC cria mecanismos de intervenção no mercado que serão consolidados posteriormente pela Embrafilme, tais como a obrigatoriedade do registro dos profissionais da área e da copiagem do filme estrangeiro em laboratório nacional (levando a um aumento da infraestrutura), e a legislação sobre a obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais (AMANCIO, 2007).

Em conjunto a tais medidas que auxiliariam a estruturação do setor cinematográfico, o INC também adotou as premiações de filmes como medida a incentivar a produção. O adicional de bilheteria, um percentual pago em cima da renda faturada de todos os filmes exibidos de acordo com a lei de exibição compulsória. Assim como, o prêmio de qualidade atribuído a filmes eleitos por uma comissão de especialistas. Além disso, torna obrigatória a aplicação de recursos obtidos com os depósitos compulsórios de distribuidoras estrangeiras em filmes brasileiros, que até então era optativa na Lei de Remessa de Lucros de 1962.

Esse conjunto de medidas e a forma de organização burocrática (uma autarquia federal, ou seja, com relativa autonomia em relação ao governo) será o embrião das políticas seguidas pela Embrafilme, empresa de economia mista criada em 1969. Inicialmente, a Empresa Brasileira de Filmes S.A. (Embrafilme) surge vinculada ao INC e com objetivo de impulsionar o filme brasileiro no exterior, tanto economicamente – operando como distribuidora e divulgadora – como na difusão cultural – realizando mostras e levando o filme brasileiro a festivais internacionais, aumentando seu prestígio. Tal direcionamento é criticado severamente pela classe cinematográfica do país por focar os esforços na divulgação do produto nacional no exterior, porém sem uma atenção maior ao mercado interno e uma devida interação com os setores da indústria cinematográfica (AMANCIO, 2007).

Entretanto, a partir de 1970 a Embrafilme iniciaria o financiamento de filmes, através do “modelo de empréstimo bancário”. Nesse primeiro momento, o critério utilizado para escolher as produções beneficiárias era a experiência profissional e a estrutura produtiva já adquirida de cada agente. Em outras palavras, as produtoras que já estavam bem estabelecidas no mercado eram





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

preteridas na concessão, deixando de lado, inicialmente, uma preocupação temática ou ideológica. O valor concedido a cada agente variava de acordo com sua posição no mercado (sendo até 60% do orçamento para empresas mais tradicionais, até 10% para um produtor estreante), dificultando o acesso a novos atores (HADIJA, 2010). Esse aspecto será alvo de críticas dos integrantes da Boca do Lixo, que acusavam a Embrafilme de ser uma “panela”, um círculo fechado de beneficiários, principalmente ligados àqueles egressos do Cinema Novo (AMANCIO, 2007).

A partir de 1973, a empresa passará por uma reestruturação, com a criação do Conselho Nacional de Cinema (CONCINE) e a fusão do INC, aumentando seu poderio financeiro e áreas de atuação. Marco desse novo momento é a indicação do diretor e produtor Roberto Farias como diretor-geral da empresa, que recebe amplo apoio da classe cinematográfica. Segundo Ismail Xavier (2006), coexiste nesse momento o projeto dos cineastas de esquerda e o desenvolvimentismo dos militares, permitindo uma convergência de ambos os grupos. Já em 1975 esse processo é aprofundado, com a extinção do INC (e por conseguinte, a transferência de suas responsabilidades para a Embrafilme), o plano da Política Nacional de Cultural (PNC), e a atuação da empresa como coprodutora, tendo participação patrimonial na receita gerado por cada filme (RAMOS, 1987) Nesse momento, os filmes que recebem recursos passam por um crivo maior no que tange a linha temática, que tende a um ufanismo, mas procurando um equilíbrio entre o apelo popular e produções que teriam certo “prestígio”. Como exemplo, vemos uma explosão dos filmes com temáticas históricas e com adaptações literárias de autores nacionais, carregando o tema da identidade nacional.<sup>142</sup>

177

De forma geral, a intervenção direta do Estado no mercado cinematográfico possibilita um desenvolvimento da produção como um todo, não apenas as financiadas pela Embrafilme. Os prêmios de bilheteria e a maior demanda dos exibidores por filmes brasileiros dado ao aumento da cota de tela são medidas que beneficiavam o produtor privado, aumentando a possibilidade de conseguir lucros com o investimento no produto cinematográfico. Além disso, a atuação da

<sup>142</sup> Independência ou Morte (Carlos Coimbra, 1972); Batalha dos Guararapes (Paulo Thiago, 1978); Anchieta José do Brasil (Paulo César Saraceni, 1978); Os Inconfidentes (direção de Joaquim Pedro de Andrade, 1972); São Bernardo (Leon Hirzman, 1972); Xica da Silva (Caca Diegues, 1976); entre outros.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Embrafilme como distribuidora também permite a chegada de mais filmes brasileiros aos circuitos, e uma fidelização do público ao cinema nacional.

A partir de 1982, a Embrafilme começa a perder forças ao atravessar a crise econômica do país e o processo de redemocratização da sociedade. Nesse momento, a empresa passa por uma crise administrativa, o diretor geral indicado não era envolvido com a classe cinematográfica, quebrando uma certa continuidade e o apoio do setor. Devido a alta da inflação, a estratégia da empresa foi de reduzir a quantidade de filmes lançados para alcançar produtos de maior qualidade, medida que prejudicou produtores independentes. De forma geral, as medidas da empresa não foram frutíferas e atividade cinematográfica tornou-se uma preocupação periférica dos governos que se seguiram. Em 1990, com a eleição de Fernando Collor de Mello, e sua política neoliberal privatista, a Embrafilme é dissolvida assim como os demais órgãos relacionados a regulação do cinema no país.

A produção da Boca do Lixo não será diretamente financiada ou coproduzida pelos órgãos estatais de fomento, como veremos adiante. Mesmo dependendo do capital privado de seus realizadores, essa produção é possível devido as medidas protecionistas do Estado que permitem criar um ambiente onde a atividade cinematográfica pode ser frutífera economicamente. Dessa forma, mesmo mantendo certa distância – e até despreço – pela produção estatal, as medidas governamentais são elementos essenciais para a compreensão da existência de um polo cinematográfico na Rua do Triunfo.

178

## Momentos iniciais e o erotismo

Como já mencionado antes, a região da Boca do Lixo já concentrava os “negócios” do setor cinematográfica desde a década de 1920. Entretanto, a instalação de empresas brasileiras de destaque no mercado é inaugurada pela Cinedistri, fundada por Oswaldo Massaini em 1949 que começa atuando apenas como distribuidora. Já em 1956, os escritórios da Cinedistri se mudam para o Rua do Triunfo (STERNHEIM, 2005) – no andar de cima do Bar do Soberano – e Oswaldo



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Massaini começa timidamente a trabalhar como produtor (em 1954 produz o filme carioca *Rua sem Sol*, dirigido por Alex Viány). Já na década de 1960, a produção apresenta uma quantidade significativa com diversificação para diferentes gêneros. É nesse contexto que Massaini produzirá *O pagador de promessas*, dirigido por Anselmo Duarte. A recepção desse filme, sucesso de crítica e ganhador da Palma de Ouro no Festival de Cannes em 1962, garante uma posição de destaque e prestígio a Cinedistri.

Com o aumento da obrigatoriedade de dias de exibição do filme nacional, e as políticas de reserva de mercado iniciadas pelo INC, gradativamente a Boca recebe mais produtores e empresas interessadas na possibilidade de produzir cinema, visto a crescente demanda de produções nacionais que preencheriam a cota de tela. De forma geral, os produtores emergentes chegam carregando a experiência de atuação nos grandes estúdios paulistas da década de 1950, como a Vera Cruz, a Maristela e a Multifilmes (ABREU, 2006). Dessa forma, diversos dos profissionais que atuavam dentro desse sistema de produção acabam por migrar para a Boca do Lixo, um dos exemplos mais notáveis é Alfredo Palácios e seu eventual sócio Antônio Polo Galante, que juntos criam a Servicine. Palácios inicia sua carreira em 1950 na Cinematográfica Maristela, inicialmente como relações públicas e material publicitário, passando por administrador-geral do estúdio, roteirista, diretor, mas principalmente atuando como produtor. Já Galante, inicia como eletricitista na Jota Filmes, passa por assistente de câmera (ocupou essa posição em um filme de Walter Hugo Khoury, *A ilha*), fotográfico e finalmente produtor. (STERNHEIM, 2005)

179

A trajetória no campo cinematográfico de ambos é representativa dos sujeitos que vão compor a Boca do Lixo no final da década de 1960, geralmente tendo se desenvolvido em diversas áreas da prática cinematográfica e chegando a Rua do Triunfo com a disposição de investir em cinema, mas com a necessidade de um retorno financeiro com a atividade, já que utilizam-se do capital privado.

Além dos profissionais de cinema que circulavam pela área, jovens intelectuais e estudantes de cinema também começam a frequentar a Boca do Lixo. Para Carlos Reinchbach, diretor de cinema, o contato entre a Boca e a Escola Superior de Cinema São Luiz é primordial



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

para o desenvolvimento daquela cultura cinematográfica, em entrevista para Nuno César de Abreu relata:

“Tenho a sensação de que, de certa forma, em São Paulo, o Cinema Marginal, de invenção, pós-Novo, ou mesmo Boca do Lixo, nasceu nos arredores da escola de cinema da Faculdade São Luís, uma experiência do Padre Lopes. A São Luís começa a juntar pessoas - na Avenida Paulista - por causa do Luís Sérgio Person, Paulo Emílio Salles Gomes, Roberto Santos. A inteligência cinematográfica de São Paulo estava lá. Alguns cineastas que estavam começando sua carreira freqüentavam a São Luís.

A Boca já existia. Houve um contato entre a São Luís e a Boca. O pessoal trouxe para a Escola o Mojica Marins, o Candeias, e aquelas pessoas que freqüentavam a São Luís, mas não freqüentavam a rua do Triunfo começaram a ter contato, a ter admiração por esses cineastas "feitos pela vida, feitos pela técnica". Eu fui levado à Boca do Lixo por Luís Sérgio Person, quando ele resolveu fazer um filme com os alunos.” (ABREU, 2006, p.37)

Ao lado de produtores voltados para um cinema comercial, também emerge na Boca um grupo de diretores interessados em uma independência criativa e um cinema subversivo esteticamente, que viriam integrar o movimento do Cinema Marginal. Nesse sentido, atores que já circulavam pela Boca, como Ozualdo Candeias, e um grupo de jovens recém-saídos de suas formações, como Rogério Sganzerla, Joao Callegaro, Antonio Lima e Carlos Reichenbach, passam a realizar filmes marcados pelo deboche e ironia, com um tratamento de temas políticos por uma ótica confrontadora e provocante, o que se reflete na linguagem cinematográfica desses filmes, os quais dialogam com o cinema experimental mas ainda buscam um contato com o público. De certa forma, o Cinema Marginal também é uma forma de resposta ao Cinema Novo, e o tratamento intelectual de temas populares considerados inteligíveis ao público, criando barreiras entre o cinema brasileiro e seu espectador.

*Bandido da Luz Vermelha* (1968) dirigido por Rogério Sganzerla, considerado como filme-manifesto do movimento, teve bom resultado nas bilheterias. Além disso, outros dois filmes - *As Libertinas* (1969) filme de três episódios dirigidos por Antônio Lima, Carlos Reichenbach e Joao Callegaro, e *O pornógrafo* (1970), dirigido por João Callegaro. – tiveram sucesso ao atrair o público utilizando-se do apelo ao erotismo e do humor “cafajeste”, como define Callegaro. (ABREU, 2006)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

O ciclo do Cinema Marginal tem, entretanto, uma curta duração e esmaece na década de 1970, mas ainda apresenta uma contribuição importante para o terreno cultural da Boca, deixando sementes no uso do conteúdo erótico como um apelo, e a busca por um contato mais direto com o público, além disso, muitos de seus integrantes continuam a ser membros ativos da Boca do Lixo.

É nesse momento, a partir de 1970, que o fator comercial das produções da Rua do Triunfo se acirrará, formando um modelo de produção mais coeso e compartilhado. Segundo Nuno César de Abreu, de forma geral, a fórmula “baixo custo + realização rápida + erotismo” reflete os pilares das práticas de produção que se desenvolverá. O forte direcionamento a um cinema com características eróticas foi influenciado pelo sucesso de produções cariocas como: *Os paqueras* (1969), *Memórias de um gigolô* (1970) e *Adultério a brasileira* (1969). Tais filmes se estruturam como comédias de costumes, com pequenas doses de malícias, muito influenciados pela grande presença da comédia erótica italiana (NASCIMENTO, 2005), gênero de grande sucesso popular durante a década de 1960.

A exploração - a exaustão - desse tema acaba por criar um gênero cinematográfico, a “porno-chanchada”. Inicialmente uma etiqueta pejorativa criada pela imprensa para caracterizar filmes considerados mal-feitos e obscenos, mas com o tempo, adotada pela sociedade em geral para se referir a uma gama de filmes calcados no erotismo, principalmente as comédias (REIS, 2018). A porno-chanchada, como gênero cinematográfico, se consolida e expande na Boca do Lixo. O aspecto central dessa produção é a utilização do corpo da mulher como objeto de prazer do espectador. Dessa forma, na linguagem cinematográfica isso se traduz na utilização de planos que privilegiem a exposição do corpo da mulher ou cenas que mostrem situações de voyeurismo (MULVEY, 2013). Sequências onde personagens masculinos assistem mulheres se despindo por entre uma fechadura, ou fresta da porta são comuns nesse tipo de filme. Existe uma relação de identificação entre o espectador masculino que assiste o filme no cinema e o personagem masculino em cena. No modelo comercial da Boca, isso também se demonstra através da



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

publicidade, com cartazes que procuravam exibir as atrizes femininas, com frases apelativas e título sempre voltados para o aspecto sexual<sup>143</sup>.

A importância da figura feminina nessa produção acaba por desenvolver uma espécie de *star system*, embora não totalmente igual ao modelo hollywoodiano. As atrizes femininas adentram então, o que Edgar Morin (1989) chama de “máquina de fabricar, manter e promover as estrelas”, uma forma de transformar essas figuras em produtos a serem consumidos (NASCIMENTO, 2005). Dessa forma, as principais atrizes desse cinema, como Vera Fischer, Aldine Müller, Adele Fátima e Helena Ramos, viram verdadeiras marcas, capazes de atrair o público ao cinema apenas com a presença de seus nomes em cartazes. Era comum que elas fossem capas de revistas, posassem em revistas sensuais, e dessem entrevistas para a imprensa na época. A construção dessas figuras como ícones de beleza, e objeto de desejo do público masculino também é parte das práticas significativas da Boca do Lixo.

Cabe, nesse aspecto, um esclarecimento: a Boca foi um terreno fértil para as pornochanchadas, entretanto esse não foi o único tipo de cinema produzido naquele espaço. Entender Cinema da Boca do Lixo como sinônimo de pornochanchada, como as vezes acontece, é errôneo. O erotismo como elemento cinematográfico e comercial é muito presente em outros gêneros ali produzidos como filmes policiais, de drama, de ação, os chamados western feijoadada e o terror. De forma geral, o componente erótico esteve presente no cinema brasileiro na década de 1970 como um todo, o sucesso e dominação do mercado pelas pornochanchadas acabam por influenciar até o cinema “mais sério”, com temas nacionalistas e produzidos pela Embrafilme como *A dama do loteação* (Neville D’Almeida, 1975), *Xica da Silva* (Cacá Diegues, 1975-6), *Dona Flor e seus dois maridos* (Bruno Barreto, 1976), *Iracema, a virgem dos lábios de mel* (Carlos Coimbra, 1977) e *O Cortiço* (Francisco Ramalho Jr., 1978).

182

## Consolidação e a indústria artesanal

<sup>143</sup> Como exemplo de títulos é possível citar: *O Doce Esporte do Sexo* (1971), *Com as Calças na Mão* (1975), *Eu Faço... Elas Sentem* (1976), *Como Consolar Viúvas* (1976), *Pintando o Sexo* (1977), *As Safadas* (1982), *Sexo às Avestas* (1982)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

A partir do contexto apresentado até aqui, é possível perceber que o polo produtivo localizado na Boca do Lixo se estrutura à medida que o mercado exibidor apresenta uma maior demanda de filmes brasileiros, resultado das iniciativas protecionistas do governo militar, e com a chegada de profissionais egressos dos grandes estúdios paulistas da década de 1950 em conjunto com jovens estudantes e cinéfilos, ávidos por realizar cinema. Com o sucesso dos filmes, voltados ao gosto popular, o cinema como atividade comercial e forma de investimento ganha força.

Na historiografia sobre a Boca do Lixo, é comum a caracterização desse processo como industrial, em oposição a outros ciclos de desenvolvimento do cinema brasileiro. Em Nuno César de Abreu,

“A Boca do Lixo passa a se desenvolver, efetivamente, com uma produção ligada às necessidades de mercado e dentro de uma linha que vamos convencionar chamar de industrial [...] Obtendo retorno financeiro dentro dessa faixa, garantiu uma base empresarial que, embora pulverizada entre muitas firmas produtoras (e produtores), foi a que mais perto chegou, em seu conjunto, do que se pode chamar de uma indústria cinematográfica no Brasil.” (ABREU, 2006, p.219)

183

A noção de industrialização no setor cinematográfico está relacionada a uma produção autossustentável financeiramente, em outras palavras, a realização contínua de filmes que são capazes de se custear ao adentrar o mercado, estruturando uma cadeia de produção baseada no lucro. Esse modelo também é em partes influenciado pela hegemonia do sistema de estúdios hollywoodiano, entendido como a realização da indústria cinematográfica. Essa percepção também é comumente adotada pelos frequentadores da Boca. A partir dessa noção, em oposição a esse modelo, estaria a produção dependente do financiamento estatal, que não tem penetração no circuito comercial e necessita do subsídio para ser economicamente viável. Para os realizadores da Rua do Triunfo, a Embrafilme privilegiaria um grupo de cineastas específicos, egressos do cinema novo ou diretores envolvidos com um cinema de veia cultural, com maior prestígio, e majoritariamente do Rio de Janeiro. Mesmo alcançando um bom resultado artístico, tais cineastas não teriam um compromisso com o resultado financeiro do filme, dessa forma, acabando por reforçar um cinema desconectado do público e baseado apenas no apoio estatal. Alfredo Sternheim, diretor e roteirista:



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

“O fato é que lá [na Boca do Lixo] o cinema nacional crescia por méritos próprios. E quase todos os que se lançavam à realização tinham os pés no chão, faziam filmes capazes de amortizar seus custos e ainda dar lucros apenas no mercado exibidor. Ainda não existia o vício do mecenato oficial que gerou tanto acomodamento criativo entre inúmeros cineastas do nosso país. Ainda não tinha surgido a Embrafilme.” (STERNHEIM, 2005, 23)

É importante notar que o valor orçamentário médio de um filme produzido pela Boca do Lixo em relação as produções da Embrafilme apresentam uma significativa diferença. A lucratividade do cinema da rua do Triunfo dependia do baixo custo, enquanto a Embrafilme podia contar com orçamentos muito acima da média do mercado – *Dona flor e seus dois maridos* (1976, Bruno Barreto) teve orçamento de 5,5 milhões de cruzeiros, quase dez vezes o orçamento médio da época (Cr\$ 600 mil) (GOMES, 2018). A partir da atuação da empresa como distribuidora em meados da década de 1970, se instala uma forma de competição com empresas e distribuidoras privadas, em um momento em que a inflação já se fazia presente. Aos olhos do empresário privado, a atuação da Embrafilme acaba se tornando prejudicial, e desestruturando empresas que não conseguiam competir no mesmo patamar. Aprofundando mais ainda esse cenário, em 1975 o prêmio adicional de bilheteria foi revogado, considerada uma das mais seguras formas de entrada de capital. Esse conjunto de fatores alimenta um forte ressentimento dos realizadores paulistas para com a Embrafilme.

Contudo, a Boca do Lixo e a Embrafilme são as duas forças predominantes na década de 1970, para melhor compreensão da divisão do mercado é utilizada a tabela abaixo referente a quantidade de filmes produzidos por ano no Brasil. A produção da Boca do Lixo oscila entre 26% e 45% da totalidade de filmes lançados anualmente, permanecendo relativamente perto dos números da Embrafilme. Entretanto, no que tange a parcela da arrecadação, a diferença é significativa. Entre 1970 e 1980, a produção independente do incentivo estatal – dentre a qual, a Boca do Lixo é a força mais predominante – arrecadou entre 62,1% (sendo essa a menor porcentagem, em 1978) até 89,1% (em 1973) ao equivalente do total da renda anual (RAMOS, 1989).

## Quadro 1 - Filmes produzidos (1966-1983)





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Ano	Filmes nacionais lançados	Embrafilme	Boca do Lixo
1996*	30	n.d.	n.d
1967	41	n.d	n.d
1968	47	n.d	n.d
1969**	46	n.d	12
1970	83	17	21
1971	94	12	22
1972	70	30	25
1973***	54	25	20
1974	80	38	21
1975	89	25	24
1976	84	29	37
1977	73	12	21
1978	100	22	40
1979	96	19	44



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

1980	103	13	39
1981	80	21	55
1982	85	23	51
1983	84	17	n.d.

Fonte: Abreu, 2006

\* Criação do INC.

\*\* Criação da Embrafilme

\*\*\* Embrafilme passa a atuar como distribuidora

Como já mencionado, a viabilidade da produção da Boca do Lixo dependia de valor de custo baixo, levando os realizadores a diversas práticas de econômicas durante as produções, que inferiam diretamente no resultado final do filme. Como reflexo dessa preocupação, uma das políticas mais significativas das empresas da Rua do Triunfo era a economia extrema de negativo (filme virgem). Visto como um dos componentes mais dispendiosos de um orçamento, os filmes eram rodados com uma quantidade mínima de material virgem disponível, o que afetará quantas vezes uma cena pode ser filmada, ou a quantidade de erros permitida. Em conjunto, o tempo estipulado - geralmente pelos produtores - para as filmagens e pós-produção também eram curtos, o objetivo era colocar os filmes no cinema o mais rápido possível. Essas práticas de extremo controle parecem ter sido primeiro instituídas pela Servicine de Antonio Polo Galante e Alfredo Palácios, mas logo incorporadas pelas demais empresas: “Para se ter uma idéia, um dos filmes foi rodado com 18 latas grandes (300 m) de negativo, em apenas três semanas. A edição final precisava ter, no mínimo, 8 latas. Ou seja, na média, uma cena só podia ser repetida duas vezes e meia.” (STERNHEIM, 2005, 27)

Galante e Palácios foram figuras centrais do modelo “produção barata + erotismo + título apelativo”, acrescentando uma prática importante para o desenvolvido da indústria da Boca, a aliança com os exibidores e distribuidores. Assim, os produtores vendiam parte dos direitos de



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

exibição e distribuição de seu filme e utilizavam desse dinheiro para pagar a realização, e o filme já tinha lançamento garantido. Historicamente, esses setores foram estabelecidos de forma a servir o cinema estrangeiro e eram resistentes as políticas de cota de tela. Porém, com o produto nacional se colocando uma alternativa viável no rendimento de bilheterias, esses setores passam a se associar com as produções.

Os produtores ainda buscavam outras formas de captação de recursos para a realização de seus filmes como a inserção de publicidades, visto de forma negativa pela comunidade artística na época. Outra estratégia presente é o apoio de prefeituras do interior, que em geral ofereciam cobrir alguns custos das filmagens em troca de cenas em paisagens locais ou a menção da cidade nos créditos finais. Outras colaborações do tipo incluem um tipo de “publicidade” para comércios, hotéis ou atrações turísticas que apareciam em alguma cena.

Essas práticas de negociações e busca de alternativas para a economia de recursos também acontecia no que consta a mão-de-obra. Por vezes, anúncios ou publicidades anunciavam a busca por atores e atrizes voluntários para participar de filmes na Boca do Lixo. Além disso, como já mencionado, muitas vezes os profissionais e técnicos do audiovisual eram formados durante a realização do filme, “aprendiam fazendo”. Existia uma rotatividade de funções: técnicos em fotografia que eram recrutados a dirigir, uma eletricista realizando a fotografia e assim por diante. As produções se caracterizavam por essa flexibilidade criativa e um semi-amadorismo que era permitida a medida que se considerava necessário para a viabilidade de projetos. O importante era fazer cinema.

Entretanto, é necessário apontar que o conjunto de produções realizadas na Boca do Lixo também apresentam desigualdades, principalmente no que consta as empresas com maior recursos e prestígio – como a Cinedistri, de Oswaldo Massaini – que possuíam o próprio estúdio, ou optavam por contratar os melhores técnicos para realizar o roteiro, a fotografia e a montagem dos filmes, resultando em filmes com um maior acabamento artístico. De outro lado, empresas menores, que não contavam com os melhores profissionais, ou diretores de prestígio, e realizavam os filmes com o pouco que tinham.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Outro elemento importante para o desenvolvimento da produção cinematográfica brasileira durante a década de 1970 foi a convivência com a censura. Nuno César de Abreu (2006) considera a censura como uma espécie de co-produtora, no sentido que influencia diretamente na escolha do que mostrar ou não, e nas técnicas que são empregadas para tentar contornar as proibições. No que consta os filmes produzidos pela Boca do Lixo a preocupação maior era com “a moral e os bons costumes”, tendo em vista o conteúdo erótico das produções. Entretanto, a forma que se estrutura a atuação dos censores dava espaço para negociações e brechas para que produtos que “fossem contra” a ideia de moral e bons costumes dos militares ainda fossem lançados. De forma geral, os produtores enviavam seus filmes a Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP) para aprovação, e os censores voltavam com relatórios pedindo o corte de cenas (geralmente o conteúdo considerado improprio envolvia nudez, piadas consideradas de mau gosto ou palavrões). Ao receber o relatório, era possível apelar e solicitar uma nova avaliação, com um censor diferente. Mesmo com uma linha a se seguir, o parecer poderia variar muito. O estudo das relações da censura com a produção da década de 1970 em geral é um campo que ainda merece maior atenção e pesquisas.

188

## Conclusão: A indústria artesanal da Boca do Lixo

A partir da exploração das práticas produtivas da Boca do Lixo percebemos uma dualidade entre uma preocupação extrema da lucratividade e continuação da linha de produção, e a falta de um “padrão de qualidade”, a predileção pela rapidez em troca de um apreço estético ou da especialização das funções. Nesse sentido, se por um lado, a Boca apresenta características “industriais” – principalmente se utilizarmos a noção comum da industrialização no setor cinematográfico como sinônimo do sistema de estúdios hollywoodiano – também traz um fazer “amador” no que tange a realizações dos filmes.

Com o mote do “cinema possível” a Boca trazer para o fazer cinematográfico um conjunto de novos atores, e cria a oportunidade de produção e direção para técnicos e profissionais. A



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

presença das “classes populares” como apresenta Nuno César de Abreu parece ter sido essencial para o caráter do cinema desenvolvido com adesão do público ao cinema nacional, longe das preocupações de alcançar o apreço da crítica, o importante era o número nas bilheterias. Ao mesmo tempo, é inegável o impacto que a Rua do Triunfo exerce na produção “oficial” e mais “séria”. Dessa forma, se cria uma produção que mesmo sem o rigor estético, concilia o público brasileiro com o cinema nacional, e garante sua produção de maneira orgânica e eficiente.

## Bibliografia

AMANCIO, Tunico. *Pacto cinema-Estado: os anos Embrafilme*. Revista Alceu, v. 8, n. 15, p. 173-184, 2007.

BORDWELL, David; STAIGER, Janet; THOMPSON, Kristin. *The classical Hollywood cinema: Film style & mode of production to 1960*. Columbia University Press, 1985.

DA SILVA, Hadija Chalupe. *O filme nas telas: a distribuição do cinema nacional*. Editora Terceiro Nome, 2010.

DE ABREU, Nuno César Pereira. *Boca do Lixo: cinema e classes populares*. São Paulo: Editora Unicamp, 2006.

GOMES, Regina. *Dona Flor e seus dois maridos e a recepção histórica da crítica*. Significação: revista de cultura audiovisual, v. 45, n. 49, p. 231-246, 2018.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991

MORIN, Edgar. *As estrelas – mito e sedução no cinema*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989

MULVEY, Laura. *Visual pleasure and narrative cinema*. In: *Feminism and film theory*. Routledge, 2013. p. 57-68.

NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. *Erotismo e relações raciais no cinema brasileiro: a pornochanchada em perspectiva histórica*. Tese de doutorado. 2017. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

RAMOS, José Mário Ortiz. *O cinema brasileiro contemporâneo (1970-1987)*. História do cinema brasileiro. São Paulo: Art Editora, p. 129-187, 1987.

REIS, Gabbiana Clamer Fonseca Falavigna dos. "*A pornochanchada deve ser hedionda*": o estudo desse gênero cinematográfico por meio das críticas especializadas. 2018. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porte Alegre

TELES, Angela Aparecida. *Cinema, cidade e memória: a rua do Triunfo*. Aurora (PUCSP. Online), v. 5, 2009.

XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Entre botequins, ofícios e vendedores ambulantes: Os usos do Livro de Impostos sobre Indústrias e Profissões na pesquisa de História Econômica e Social na Primeira República (1889-1930).

Carla Aparecida Nunes<sup>144</sup>

Júlia Ferreira Matos<sup>145</sup>

**Resumo:** Ao longo da da Primeira República (1889 - 1930), em meio aos desejos de modernização e de introdução de novos hábitos de consumo, o comércio ocupava uma posição central nas assimilações de novos empreendimentos para o desenvolvimento em algumas regiões. Esse artigo tem por objetivo apontar um caminho de pesquisa para as investigações na área da História Econômica e Social, elencando os Livros de Impostos sobre Indústrias e Profissões como fontes potenciais para entender a dinâmica do comércio local e as alterações acometidas no período. Utiliza-se a documentação para formular uma breve compreensão das singularidades e do desenvolvimento nos contextos municipais, de modo a contribuir para outras pesquisas, ao passo que privilegia esse manuscrito ainda pouco explorado. As reflexões sobre a referida fonte apresentadas neste artigo são parte de uma pesquisa de mestrado, ainda em desenvolvimento, sobre as atividades de comércio na cidade de Mariana em Minas Gerais, no primeiro quartel da República. Os sete Livros de Impostos analisados no presente trabalho compõem parte do acervo do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana e percorrem os anos de 1884 até 1930.

**Palavra chave:** Primeira República; Pesquisa documental; História econômica: Mariana; Livro de Imposto sobre Indústrias e Profissões.

<sup>144</sup> Mestranda em História, com bolsa de financiamento CAPES, pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Ouro Preto. Contato: [carla.nunes@aluno.ufop.edu.br](mailto:carla.nunes@aluno.ufop.edu.br).

<sup>145</sup> Mestranda em História, com bolsa de financiamento CAPES, pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Ouro Preto. Contato: [julia.matos@aluno.ufop.edu.br](mailto:julia.matos@aluno.ufop.edu.br).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

No despontar da República, em novembro de 1889, as Câmaras Municipais desempenharam diversas funções na gestão local que resultaram em uma rica produção de registros institucionais que abarcam as primeiras décadas do novo regime político. O poder legislativo articula-se com os aspectos da vida política e do cotidiano das regiões onde estavam situadas. Em meio aos muitos estímulos e alterações experimentadas no início do século XX, os municípios foram afetados de modos diferentes, a fim de se alinharem ao desenvolvimento econômico almejado pelos grupos políticos regionais (Leal; 1949).

A experiência na república é atravessada por crises e processos múltiplos de transformação no âmbito social nacional. Marcada sobretudo pelas consequências do declínio do Império, o processo de abolição e a incursão da Primeira Grande Guerra, entre outros diversos acontecimentos, os recém republicanos vivenciaram significativas rupturas sociais. (SCHWARTZ, L. M.2012). De acordo com Margarida de Souza Neves (2018) nesse período há diversos estímulos modernizadores e tecnológicos que visavam romper com os modos de vida tradicionais. Em seu artigo a autora traz um apanhado histórico do rico e vibrante processo de instauração da República e as formas com que reverberam nas ideias políticas no geral.

Em vista das mudanças estruturais assinaladas acima, o período empreendido do final do século XIX e início do XX é acometido por diferentes estímulos internos e externos. Sem desconsiderar por completo as particularidades das cidades, ainda que cada lugar ao seu modo, o anseio pelo desenvolvimento industrial e pela modernização respigava e era aspirados por grupos políticos. De acordo com Costa:

Nos primeiros anos do período republicano também culminou a *belle époque* brasileira. Nesta fase, houve no país a introdução de novos padrões de consumo. As invenções técnicas e os novos materiais introduziram mudanças nos hábitos das populações. Há de se considerar o desenvolvimento de um novo comportamento urbano, que ganhou certo grau de sofisticação nos hábitos de consumo, especialmente nos finais do século XIX. (COSTA, 2012:3)





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Diante desse cenário, este artigo busca destacar os Livros de Impostos sobre Indústrias e Profissões como uma valiosa fonte investigativa para melhor compreender o panorama comercial e econômico durante a Primeira República (1889-1930). O propósito aqui é conduzir uma reflexão breve, embasada nas metodologias aplicadas, sobre os possíveis usos e as limitações inerentes a essa fonte específica. A partir dessa abordagem, são identificados elementos que oferecem caminhos para entender as mudanças graduais na adoção de novos hábitos, modelos de negócios, matérias-primas e bens de consumo no referido período.

As informações agrupadas no corpo documental, indicam o nome da pessoa ou do estabelecimento, junto de outras informações que possibilitam rastrear o sujeito e sua ocupação. A identificação passa pelo cruzamento de quem está sendo taxado, a natureza do seu trabalho e, no caso dos negócios, apresenta-se, em alguns casos, o nome do comércio. Pela facilidade de identificar esse panorama estrutural, a formulação de um banco de dados permite direcionar a pesquisa para cortejar outras fontes e com a bibliografia sobre o município.

A direção adotada é, a partir do panorama institucional da produção da fonte e de noções básicas sobre a sua estrutura, demonstrar parte da pesquisa em desenvolvimento sobre a cidade de Mariana-MG<sup>146</sup>. As possibilidades de pesquisa sobre os comerciantes e o comércio marianense na primeira etapa da república a partir do conjunto documental supracitado busca elucidar a utilização do manuscrito para a pesquisa histórica de cunho econômico e social da sede do município e do distrito de Passagem - como será trabalhado na última sessão do artigo. O intuito é de explanar as particularidades e os sentidos gerais presentes na república que podem ser encontrados na consulta, sistematização e análise das informações coletadas no documento.

Ainda que no presente trabalho haja um objetivo delimitado, a reflexão proposta destaca usos para outras finalidades. O processo executado, permitiu a construção de um banco de dados quantitativo e a análise dos efeitos conjunturais no desenvolvimento

---

<sup>146</sup> A pesquisa referida é desenvolvida no programa de pós-graduação de História, na Universidade Federal de Ouro Preto, sob a orientação do professor Dr. Paulo Roberto de Oliveira. Esse trabalho conta com apoio financeiro da CAPES.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

comercial local. A partir da listagem dos agentes mencionados na fonte e os diversos ramos de atuação comercial é possível traçar outros percursos de pesquisa que ainda não foram especificamente elaborados.

## **A fonte e a Câmara: Produção dos ‘Livros de Impostos sobre Indústrias e Profissões’ no contexto da Primeira República**

Para avançar na proposta do artigo, é importante ter em panorama a posição específica da Câmara Municipal durante a Primeira República. A instituição instalada na América portuguesa no período colonial, carrega uma longa tradição administrativa que durante os séculos foi alterada, alinhando-se aos objetivos de cada transição sociopolítica. No que tange a formulação camarária durante o primeiro quartel republicano, sem entrar em um extenso debate historiográfico sobre a função da Câmara em cada regime, cabe contemplar parte do processo histórico da instituição.

Com a proclamação da República, houve a suspensão da ordenação Imperial, presente na constituição de 1824 e da Lei Regulamentar promulgada em 1º de outubro de 1828 que, entre outros mecanismos legislativos, revogou o poder deliberativo das Câmaras Municipais. O conjunto legal dos anos de reinado limitava a atuação dos poderes municipais, já que distribuía o controle entre os Conselhos Gerais, os Presidentes de cada Província e o Governo Geral. Nesse processo, as decisões camarárias dependiam de todo um arranjo constitucional. Com essas repartições, a redução da autonomia “propendia impedir que os municípios se tornassem centros de atividade política mais intensa, capazes de estimular os núcleos de interesses e aspirações dos segmentos sociais inferiores” (Pires; Magalhães, 17: 2012)

Esse temor surge diante do receio com relação ao poder das elites locais adquiridas dentro dessa instituição no período colonial. Neste recorte a instituição regulava-se ativamente, atuando no mais profundo da gestão municipal. Para o Império a presença camarária significa a materialidade do controle português, principalmente onde havia tráfico de ouro e metais preciosos. Cabia aos homens bons garantir que as leis e determinações fossem cumpridas zelando pela ordem local. Com o decorrer dos anos a força administrativa



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

foi tornando-se mais robusta e autônoma.

A fragmentação proposta pela Coroa, tornava as atividades da Câmara em grande medida administrativas, agrupando diversas funções do funcionamento político e da gestão local, ainda que ficasse reduzido o controle sobre as tomadas de decisões. Entre os encargos da instituição, destaca-se a atuação na regulamentação do espaço, nas questões sanitárias e na educação<sup>147</sup>. Houve uma sequência de marcos regulatórios para inibir e tutelar o poder camarário que foram mantidos e amplificados ao longo do período de regência e o segundo reinado.

De acordo com Orlando (2021) foi justamente a necessidade de reivindicar a autonomia do poder local um dos fatores que estimularam a articulação para o fim do Império. No estabelecer do novo momento político, a República, os agentes camarários dispuseram de maior autonomia, de acordo com Orlando,

"Percebeu-se que, mesmo o texto constitucional federal republicano não sendo totalmente claro quanto à autonomia destinada aos municípios, a instituição das novas leis promoveu mudanças na realidade do cotidiano dos agentes políticos locais. Por terem acesso a administração dos recursos monetários e a não interferência de outras esferas em determinados assuntos, podiam planejar ações para o atendimento de demandas e geração do desenvolvimento nos diversos setores que compunham a cidade" (ORLANDO. A.C. 2021;12)

195

O processo relatado pelo autor evidencia que a carta magna republicana de 1891 era pouco explícita quanto às limitações da atividade das Câmaras e encerrava as repartições que delimitaram o controle da instituição no Império. Esse processo fez com que a estrutura legislativa tomasse um novo contorno operacional e adquirisse liberdade para gerir os municípios. O texto constitucional assinalava, no artigo 68, que “os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse” (BRASIL, 1990). No seguimento dos anos, os estados articularam-se para

<sup>147</sup> As Câmaras possuíam funções amplas — cabia-lhes cuidar do centro urbano, estradas, pontes, prisões, matadouros, abastecimento, iluminação, água, esgotos, saneamento, proteção contra loucos, ébrios e animais ferozes, defesa sanitária animal e vegetal, inspeção de escolas primárias, assistência a menores, hospitais, cemitérios, sossego público, polícia de costumes etc., — sintetizadas, na promoção e manutenção da tranquilidade, segurança, saúde e comodidade dos habitantes, asseio, segurança, elegância e regularidade externa dos edifícios e das ruas das povoações. (Pires; Magalhães, 17: 2012)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

organizar o poder local, havendo algumas intervenções federais nos anos que seguiram.

Ao longo de todo recorte temporal da Primeira República, a produção de documentos oficiais pela estrutura de poder municipal fornece um rico acesso ao período e aos interesses locais. É comum que as pesquisas relacionadas às Câmaras Municipais se baseiem nas leituras das atas de reuniões, já que possuem um amplo escopo de informações acerca do debate político. Junto desse conjunto, outras fontes articulam-se na atividade de captar o cotidiano e as dinâmicas de vida experimentadas em diversos municípios.

Esse é o caso do Livro de Impostos sobre Indústrias e Profissões do final do século XIX até meados do XX, dado que tratam dos diferentes ofícios e atividades profissionais da época. As informações dispostas no manuscrito são bem sucintas e esquematizadas na forma de tabela. No corpo do documento, encontra-se uma descrição breve de quem, o que e onde atua os diferentes profissionais do período, com certo grau de regularidade, uma vez que a cobrança de impostos é periódica.

O marco legal com relação à cobrança é de 1888, quando a Princesa Isabel, por meio do Decreto nº 9.870/1888, estabelece a regulamentação do imposto de indústrias e profissões. A elaboração deste decreto visa romper com certo grau de isenção que os comerciantes desfrutavam no período Imperial, enquanto as riquezas territoriais eram largamente cobradas a indústria e os negócios se esquivavam da obrigação tributária (CASTRO, 1901. p 343).

O imposto municipal era arrecadado a partir da taxação das atividades de trabalho desenvolvidas no município e representava para as cidades um importante valor a ser captado ano a ano. A taxa era direcionada para todos os ramos exercidos na região e, por óbvio, o crescimento das cidades ocasiona o surgimento de diferentes agentes que movimentam o setor econômico local e portanto servia ao enriquecimento dos cofres públicos. Nesse sentido, a análise dos Livros de Indústria e Profissões podem ser fontes centrais para a compreensão da dinâmica de desenvolvimento urbano municipal.

Fixavam-se valores fixos e proporcionais. Os valores fixos tinham por base a natureza e classe das indústrias e profissões, a importância comercial do local onde fossem exercidas tais atividades. No que se refere aos estabelecimentos industriais deveria se ter em conta o número de empregados, de máquinas, utensílios e demais meios de produção. Os valores proporcionais levavam em



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

conta o preço de locação de onde se exercia a atividade tributável ou o local no qual se praticava a indústria ou profissão [10]. (GODOY, 2007:s/p)

O Imposto cobrado sobre as indústrias e profissões representava a principal fonte de captação de receita em termos de tributos municipais, juntamente com o imposto predial, que correspondia ao segundo maior meio de arrecadação. Com a instauração da República, o poder municipal passa a administrar com maior controle os valores arrecadados, já que no Império:

A administração dos recursos monetários era outro ponto que possuía bastantes restrições. Tanto o que seria previsto para a receita municipal do ano subsequente – renda oriunda à venda, aforamento, troca dos bens dos concelhos e asmultas por violação de posturas impostas –, quando da criação de meios para o aumento delas, deveriam ter o aval do Conselho Geral da Província. A pouca liberdade financeira, fazia com que o arrecadado mal desse para o estipêndio dos empregados das edilidades

Diante do apresentado sobre a fonte, as inquietações levantadas diante do conjunto de Livros reúne indagações como: Quais negócios existem no município? Surgem novos negócios ao longo do período? Quem eram as pessoas listadas e com o que atuavam? Esse conjunto de questões, em compasso com as particularidades locais, avançam para o levantamento sobre os processos de crescimento comercial no município. O próximo segmento apresenta o desenvolvimento da pesquisa aqui tratada e a construção do banco de dados das informações colhidas.

197

## O arquivo e a cidade: A busca pelos comerciantes da cidade de Mariana

porque estamos num lugar imaginário, em um cômodo do arquivo onde há documentos, que muitas vezes não encontramos significado. [...] em um determinado momento, os documentos começam a ter algum significado. Como uma iluminação, Deus um anjo diz o que ela significa (Levi, G. 2014:2).

A investigação pelos arquivos da cidade de Mariana em busca de registros para compreensão da dinâmica do comércio e dos comerciantes locais levou a investigação para diversas fontes oficiais. Entre as pistas para elucidar o objetivo, dos mais de 817 códices do



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM), os Livros de Impostos sobre Indústrias e Profissões despontaram como um caminho para compreender as graduais alterações na economia local, a partir das informações contidas. Retomando as palavras de Giovanni Levi, como uma iluminação divina, essa fonte desencadeou um caminho de pesquisa sob um novo olhar (Levi, G. 2014:2).

No processo de levantamento foram consultados sete códices que percorrem os anos de 1884 até 1930. No texto de apresentação do Livro, disposto na primeira página, o Secretário e o Presidente da Câmara, que (pelo menos simbolicamente) deveriam acompanhar todo o processo de registro e cobrança do Imposto, validam a produção do documento. Em termos gerais, a disposição das informações é simples e organizada.<sup>148</sup> O escrito “Lançamento das Indústrias e profissões da Câmara Municipal de Mariana. De conformidade com o Artigo 155 da Resolução Provincial número 3:291 de 30 de Outubro de 1884. 3:661 do 1º de Setembro de 1888 para o exercício de 1889. Exercício de 1889”, preenche o cabeçalho inicial da fonte. Seguindo o padrão estipulado no decreto da princesa Isabel para o registro do referido imposto. Em formato de tabela, estão os dados: número de ordem<sup>149</sup>, residência, número dos contribuintes, que por vezes é nomeado como “classe”, indústrias e profissões, o valor do imposto, que poderia ser dividido em dois, data do pagamento, total do pagamento, número dos talões, número dos cadernos e um campo para observações.

Ainda que exista esse modelo mais ou menos geral de ordenação das informações, o corpo documental analisado é repleto de variações. Se em determinados momentos alguns campos deixam de ser preenchidos, em outros, recebem informações mais detalhadas e precisas, como os Livros produzidos em 1928, que registram dia, mês e ano de pagamento do imposto. Nos primeiros anos investigados era assinalado a rua em que o contribuinte residia, ao passo de fornecer uma noção demográfica da distribuição desses sujeitos pela sede da cidade analisada. Infelizmente, em boa parte da documentação essa descrição é substituída apenas pela indicação da cidade e distritos.

Esse registro de localidade permite acessar a concentração dos negócios e as

<sup>148</sup> Ver a imagem disposta no anexo 1 é um exemplar digitalizado pela instituição.

<sup>149</sup> Parece não haver uma padronização absoluta dos critérios de “ordem”, que oscilam entre seguir a ordem alfabética dos nomes dos contribuintes e a ocupação exercida.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

diferenças entre cada região, junto da rede comercial local. Mesmo que não seja interesse deste trabalho, a relação entre sede e arredores pode ser captada nesse conjunto documental. Nas primeiras páginas do livro, estão catalogados todos os distritos em que os comerciantes residem e, na sequência, há uma lista com os nomes dos contribuintes e as demais informações.

No que se refere ao caminho da investigação aqui apresentada, a organização das informações dispostas permitiu a criação de um banco de dados comparativo entre os anos descritos (1884-1930). Cabe destacar que a apreciação dos números resultantes da produção e análise dos dados expostos neste texto é apenas uma amostragem do percentual de pessoas que foram registradas como negociantes ou profissionais em Mariana e no distrito de Passagem. No registro, a catalogação dessas são feitas juntas. Nesse sentido, para a pesquisa, torna-se interessante seguir esse percurso pela proximidade espacial de 4 km entre a sede e o distrito. A escolha de privilegiar as duas localidades justifica-se pela relevância de investigar as relações traçadas com a empresa de mineração *The Anglo Gold Brazil* situada em Passagem - aqui será chamada como Mina de Passagem como era registrada no documento em diversos momentos. Isso porque a mineradora, por si só, significava um catalisador comercial pela circulação monetária e a presença dos estrangeiros (Souza, R. 2009: 41-89). É particularidade do município a íntima relação com a mineração, em vista que o crescimento da indústria cafeeira e outros setores em Minas Gerais “ofusca” esse setor da economia. Nesse segmento, Fonseca (1995) assinala que:

nos primeiros anos da República a mina de passagem, então explorada pela companhia estrangeira, se tornou a mais importante do Brasil, e o dinamismo apresentado por esse distrito trouxe à Mariana, na primeira década do século XX, um pequeno alento desenvolvimentista. (Fonseca, D. 1995; 145)

De modo a acessar um lampejo da dinâmica econômica presenciada no período com suporte da fonte. Em linhas gerais, foi notável o aumento do número de pessoas taxadas no decorrer do tempo. No primeiro gráfico anexado<sup>150</sup> é possível observar os dados recolhidos e

<sup>150</sup> Ver gráfico 1.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

o sentido de crescimento fornecido pelos números de registros. A periodização adotada segue a disponível no corpo documental, que apresenta lacunas temporais variadas<sup>151</sup>. Para produção do gráfico, a fim de facilitar a apreensão das informações, a orientação escolhida é de década em década. Considera-se que essa apresentação ainda é muito rudimentar, sendo aqui utilizada para evidenciar a linha de crescimento no número de contribuintes.

Esse primeiro levantamento refere-se a mais de 650 pessoas que se concentravam em aproximadamente 120 indústrias e profissões - vale lembrar que esses dados ainda são preliminares. O tratamento dos dados recolhidos foi realizado a partir da plataforma *Google Sheets*. A sistematização permitiu reconhecer permanências, ou seja, as pessoas que continuavam na rede comercial dispondo do mesmo negócio. Além disso, graças às observações que constavam quando algum comércio fechava ou mudava de proprietário, é possível acompanhar fragmentos das trajetórias de sujeitos e comércios.

Para elucidar, em um breve contraste, as amostras de 1888 e 1889 junto das que correspondem aos anos de 1926 e 1929. No primeiro momento foram registrados 88 contribuintes que atuavam em 25 áreas. Quarenta anos depois, 294 pessoas se distribuem entre 43 especialidades. Esse crescimento afeta a disposição de bens e serviços na sede do município e no distrito. Os gráficos anexados<sup>152</sup> apresentam um comparativo visual acerca das indústrias e profissões, ainda que não seja possível ver todas as suas nomenclaturas devido a quantidade de fracionamento do material. Com relação à distribuição, o gráfico marca, em legenda, os exercícios com maior porcentagem.

A princípio, existe um grande número de ofícios, botequins, gêneros do país, profissionais da câmara e autônomos. Com o passar do tempo, essas áreas e muitos desses sujeitos permanecem e a diversificação é marcada pelas cobranças do fornecimento de iluminação elétrica, livrarias e de novas fábricas. Aqui, trata-se de uma mudança pelo crescimento da cultura letrada, junto de novos equipamentos para as ruas e as casas, bem

<sup>151</sup> Os anos dispostos nas fontes analisadas são: 1884, 1888 - 1890, 1894, 1908 - 1910, 1914, 1920, 1925, 1926, 1928 - 1930. As oscilações dizem respeito a motivos de diferentes ordens, sejam práticos de acesso a fonte em vista de que alguns livros podem ter se perdido ou não estarem disponíveis para acesso ou a própria conjuntura. Para compreender as alterações diante das lacunas possíveis, a pesquisa volta-se para as áreas assinaladas no corpo do documento, observando o surgimento de novos profissionais e de empreendimentos a partir das especificações. Portanto, as observações buscam parâmetros conjugando os dois números principais: o de contribuintes e o de áreas de trabalho.

<sup>152</sup> Consultar gráficos 2 e 3 página 17 e 18.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

como o surgimento de novas empresas (Fonseca, D. 1995) (COSTA.2012).

Esse movimento na cidade de Mariana no despontar do século XX forma parte da conjuntura municipal e revela como a dinâmica local é profundamente alterada pelo esforço de modernização observado no recorte. Em 1914, a sede recebeu a iluminação elétrica nas principais vias públicas e a inauguração do Ramal Ferroviário. A junção desses dois marcos altera as expectativas públicas para o presente/futuro da cidade; o que se coloca em perspectiva é um novo modo de viver. A presença da luz elétrica tornava as vias mais seguras e abria novas possibilidades tecnológicas. Com relação aos trilhos:

a linha férrea que foi alcançada com uma luta verdadeiramente homérica dos grupos políticos regionais e federais. (...) O ramal Mariana foi fruto da extensão da linha férrea de Ouro Preto, vindo a ser executado pela autarquia Estrada de Ferro Central do Brasil e que cortava o distrito de Passagem, de maneira a beneficiar a companhia inglesa de mineração. (...) Pelas linhas férreas transitavam produtos (...) permitindo o crescimento econômico e o dinamismo do setor de serviços e comércio da cidade. Evocava por todo país, as possibilidades de diversidade econômica e mobilidade através dos trilhos, resultando do vislumbre com as experiências europeia e estadunidense em relação a essa tecnologia (Fidelis, F. Nunes, C. 2021:86 - 87).

201

Bem como a citação aponta, a promessa desencadeada pelo Ramal elencou os desejos dos grupos políticos e a possibilidade de expansão econômica. Sem entrar no mérito da efetividade do projeto e seus usos pelos estratos sociais, o trabalho referenciado por meio da utilização das atas das reuniões da Câmara Municipal, aponta como um importante marco de desenvolvimento econômico da cidade. A construção dos ramais pelo território mineirosignificava um marco de modernidade e a possibilidade de maior trânsito de mercadorias. Ainda que no campo da expectativa, para a cidade de Mariana sinalizava a dinamicidade em relação ao restante do estado (Finger, A. 2013). A experiência contida através da fonte assinala um avanço para compreender o anseio pelo crescimento local (Oliveira, P. Fonseca, A. Araújo. A. 2021) (Fidelis, F. Nunes, C. 2021) (Costa, M. 2012).

No que tange o comércio, a expectativa era de crescimento em vista da dinamização do tráfego de mercadorias. Para os agentes locais, centrados na venda de gêneros do país, pode-se supor que sua dinâmica de vida poderia ser impactada pela inserção de novos bens



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

navida privada. Com relação aos que já faziam o comércio de itens importados, a linha férrea representa um facilitador para tais produtos. Foi observado no trabalho de Manuela A. Costa, por meio da consulta de um conjunto de jornais locais que:

O comércio local tratou de se abastecer com as mais diversas mercadorias importadas da Europa e, dentre elas, podemos citar: vinhos, manteigas, vidros, móveis, ferramentas, talheres, louças, tecidos, calçados e instrumentos musicais. (COSTA.2012:3).

Esse processo de implementação de novos equipamentos afetou significativamente a vida pública e privada das pessoas residentes na cidade. Nos Livros, nota-se a incursão de empreendimentos naturezas diversas, com relação a itens de consumo diário, entretenimento e áreas de atuação. O levantamento conduz para caminhos e pistas para entender os anseios dos grupos políticos junto dos agentes econômicos envolvidos.

Regredindo para o início do recorte, o artigo executado com Fidelis trouxe o registro de uma reunião da Câmara com a fala de João Baptista Bambi, vereador identificado também como engenheiro. Em 1892, Bambi apresentou um plano de reestruturação da cidade a partir da incorporação de um conjunto de espaços para o engrandecimento do município. A ambiciosa proposta elenca a construção de um jardim, a implementação de um bonde a vapor até Ouro Preto, entre outros projetos.

202

todos os empreendimentos propostos pelo engenheiro revelam símbolos da modernidade do final do século XIX e início do XX e mais, o fato da proposta não ter sido executada aponta que de um lado estavam questões de cunho econômico e de outro as aspirações(...) O teatro era considerado como um lazer burguês, sofisticado, já o jardim enquanto um espaço público de passeio das famílias era convenientemente usado para a ostentação dos pecúlios e o mercado municipal simbolizava a modernização do comércio, apontando que até mesmo os interiores da República Brasileira seriam lócus do desenvolvimento capitalista e concorreram nas “vias do progresso”. (Fidelis, F. Nunes, C. 2021:86 - 87)

O engenheiro não estava sozinho em imaginar uma nova configuração para a cidade e, mesmo que onerosa, sua proposta foi aprovada e conjugava com outras já apresentadas para a Câmara Municipal. No decorrer do registro, é assinalado que as obras não foram executadas conforme acordado na apresentação do Vereador Bambi no final do ano. Dentro



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

do conjunto de Atas, diversos agentes surgem com pautas para modernização que estimulam a economia local. Nesse sentido, o artigo de Paulo R. de Oliveira, Alan H. D. F. Fonseca e Ana L. G. Araújo, apresenta uma seleção de discussões que colaboram com a apreciação acima e acrescenta um debate sobre a economia local marianense. De acordo com esse estudo, os sentidos de discussão que ocorrem dentro do legislativo, convergem para formação de um espaço atravessado pelo período republicano no qual a transformação do centro mariense permitia assimilar as mudanças assinaladas pelo vereador citado (Oliveira, P. Fonseca, A. Araújo. A. 2021: 433).

A cidade acolheu parte do proposto. No que tange ao comércio, nos Livros assinala-se que alguns comerciantes estavam localizados no “mercado”. Uma das pessoas que ocupam esse espaço é a Viuva Novaes e Filhos, que aparece durante algumas reuniões do legislativo. Na ata da reunião de 31 de janeiro de 1893, sua participação junto a outras pessoas é para representar a companhia de mineração da Companhia da Passagem. Esse cruzamento inicial já destaca as atividades vinculadas à referida empresa e ao comércio na cidade. No Livro, a Viúva é taxada pela venda de gêneros do país, indicando que o seu comércio estava centrado na venda de itens locais diversos, como os demais negociantes localizados no mercado.

No que diz respeito ao distrito, esse caso permite pontuar um dado obtido através da análise sobre a concentração dos comércios. Já na primeira apreciação da fonte, nas décadas iniciais do recorte, havia uma concentração de pessoas listadas pelo tráfego de produtos do país e de fora. Essa associação com itens importados em Passagem é relacionada com a presença dos imigrantes, sobretudo ingleses, que encontravam-se nessa região. Como no caso da Viúva Novaes, era comum que as pessoas vinculadas às atividades de mineração participassem de forma efetiva e assídua na vida política local.

A modernização foi experienciada de outra maneira por esses sujeitos, já que receberam a iluminação elétrica antes do centro urbano marianense e tiveram seu cotidiano atravessado pelo funcionamento da linha de trem. Esses acontecimentos, juntamente com a demanda existente por produtos do exterior, firmam as particularidades e privilégios frutos da relação entre a Mina e a política local. Mas esse movimento não é exclusivo do período



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

republicano. A região já era acometida pelas influências externas, dada a circulação de pessoas de diferentes extratos sociais - comerciantes, trabalhadores, executivos estrangeiros, escravizados, libertos e outros. Em texto de tese de doutoramento, Rafael de S. Freitas (2009) se debruçou sobre as relações de trabalho da Mina de Passagem no recorte de 1863-1927, e em seus escritos é possível perceber as influências da cultura européia, com ênfase na inglesa nos modos de vida da população do distrito. No decorrer da obra, o autor traz reflexões sobre a vida e o consumo desses sujeitos, de acordo com Freitas:

Neste ponto é preciso estar atento para três fenômenos característicos da segunda metade do século XIX. Primeiro: o aumento da produção de bens não perecíveis (louças, objetos de cozinha, vestuário, talheres, móveis) e perecíveis de caráter supérfluo ou complementar (doces, conservas, bebidas finas); segundo, o fetichismo da mercadoria que induz ao consumo destes produtos além do necessário; por último, como dos anteriores, a tentativa dos mais pobres de absorverem os padrões de consumo das classes situadas imediatamente acima na pirâmide social. Neste circuito, a imprensa colocava à disposição ilustrações de centenas de novos produtos, contribuindo para o aumento do desejo de consumo e favorecendo o incremento das vendas. As sedutoras representações dos novos objetos de luxo e medianos veiculados pelos jornais de Ouro Preto e Mariana induziram à compra aqueles que podiam gastar parte de seu orçamento nestas novidades, contribuindo para a definição concreta e simbólica das camadas sociais. A posse de casas mobiliadas pode, por exemplo, ser usada como um índice de delimitação do tamanho das classes e do padrão de vida. Os trabalhadores estrangeiros sentiram esta mesma falta e os comerciantes locais buscaram prover a todas estas demandas. Para amainar a saudade da terra natal, os italianos residentes em Passagem tinham a alternativa de importar gêneros “tanto do solo como da indústria” (Souza, R. 286;1009)

204

Essa citação capta importantes elementos para compreender o papel social das pessoas que habitavam o distrito e sua necessidade de consumo. A presença da Mina atraía investimentos e comerciantes durante os séculos, como assinalado acima, essas pessoas circulavam na vida política local. Em meio às pretensões camarárias para o crescimento econômico da cidade, a relação com a mineração parece diretamente associada ao jogo político de interesse.

A sede de Mariana nesse período acompanhava um pequeno centro urbano. De acordo com Cláudia D. Fonseca (1995), na virada do século a feição da cidade mantinha-se com traços similares aos do início do século XIX. O movimento de assimilação de um espaço para o comércio em alguma medida é influenciado pelas tendências de organização das cidades no período republicano:



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

O sentido da cidade-vitrine é o de uma cidade na qual os espaços também são objetos de consumo, daí a importância de zonas rigidamente segregadas, uma vez que também configuram formas de afirmação social dos diferentes grupos. A segregação de espaços, a modernização das cidades, transformando-as em espaços-vitrine, e o higienismo foram os elementos que deram a tônica das reformas urbanas nas metrópoles brasileiras da Primeira República, tanto no Rio de Janeiro e em São Paulo, quanto em Manaus e Fortaleza. Salvador, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre. (Oliveira, M. 2020; 158)

Nesse sentido, Milena F. Oliveira (2021) evidencia que o processo de urbanização e organização do espaço urbano através das lentes republicanas visava criar espaços segmentados para valorização de determinadas áreas e ofícios, os mesmos sentidos de produção de cidade indicado na análise da fala do Vereador Bambi. De modo que a localização do estabelecimento indica uma posição de destaque nesse modelo de cidade. Em vista que:

Até a metade da segunda década republicana, foi possível observar e compreender as mudanças pelas quais o centro urbano passou, principalmente no que diz respeito à reforma do espaço urbano dentro da lógica da *Belle Époque*, a qual, em Mariana, ao mesmo tempo em que levava a cidade à modernização, segmentava espaços e criava grupos favorecidos (Oliveira, P. Fonseca, A. Araújo. A. 2021: 433).

205

A formação do espaço do mercado em alguma medida cria um contraste com a tradicional Rua Direita. Via que, secularmente, já na constituição da cidade colonial concentrava parte da circulação no centro. Na cidade de Mariana, essa rua é ocupada por sujeitos de destaque, formada por casas assobradadas que recebiam parte do comércio local.

Dentro do Livro há um exemplo de outra Viúva com comércio na Rua Direita, que por sua vez chama atenção pelo número de empreendimentos. A Viúva Queiroz foi taxada em diversos momentos, as atividades comerciais listadas são: tipografia, livraria, arma de fogo, fazenda e molhados e fazenda e armazém<sup>153</sup>. No fio da investigação, para entender mais sobre os produtos comercializados, foi consultado o conjunto de jornais locais produzidos na época. Na primeira edição analisada do Jornal “O Germinal”<sup>154</sup> datado de 3 de Janeiro de 1914,

<sup>153</sup> colocar a data de cada cobrança para situar a expansão de cada cobrança

<sup>154</sup> Para contextualizar: O Germinal, por sua vez, que foi fundado em 1905, de acordo com a narrativa de suas próprias edições, é um jornal que se posiciona como Órgão dos interesses do município de Mariana, sendo, por isso, um jornal de cunho político, que se ocupa em preservar valores inerentes à noção de mineiridade, representando o que é ser mineiro sempre positivamente. É também um jornal que circulou por várias décadas



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

nº372, há o anúncio do estabelecimento “A Casa Modelo” de propriedade da comerciante. No texto,<sup>155</sup> é lido que precisam vender o “colossal stock” para balanço e entrada de novas mercadorias”.

Nas edições seguintes, ainda é preservado o anúncio com leves alterações, em determinados momentos que assinalam os vários produtos e os baixos preços. No processo inicial de pesquisa não é possível afirmar se todos os empreendimentos estão no mesmo endereço. Os anúncios eram sempre direcionados a “A Casa Modelo” na Rua Direita da cidade e possivelmente as taxas eram em torno dos muitos serviços e bens que eram ofertados nesse espaço comercial. Viúva Queiroz é uma imensa exceção quando comparada com os outros proprietários, em vista das ramificações do seu estabelecimento. O seu caso evidencia o processo de diversificação e agrupamento de produtos no comércio local.

A articulação desses dois exemplos é resultado da organização do Livro em forma de banco de dados e, ainda que breves, esses casos se relacionam com outras fontes para compreender a subjetividade das viúvas. O cruzamento com as Atas no caso da explanação da relação da Viúva de Novaes, permitiu levantar hipóteses em torno da sua posição no comércio local. Na sequência, Queiroz. Por meio dos Jornais, são acessados os anúncios em torno do negócio e a localização precisa do estabelecimento, que permitem captar a incursão de novos empreendimentos, acoplando-se ao comércio existente.

O processo de pesquisa fez uso da visão panorâmica por meio da reunião das informações e do destaque de casos singulares. Como a proposta antecipa, o intuito da consulta dos Livros é evidenciar seu uso para compreensão do comércio, articulando o contexto local com os resultados obtidos. No caso da cidade de Mariana esse conjunto documental apresentou os comércios emergentes pelo processo sócio econômico vivenciado na Primeira República.

Ao passo que o cruzamento com a bibliografia e outro conjunto de fontes forneceu o fio da meada para apreender parte da dinâmica municipal. O percurso entre manuscritos e referências assinalou os Livros, ainda que pouco acessados, como indicativo para a pesquisa

---

na cidade de Mariana, podendo ser encontradas edições do início do século XX até meados do mesmo. (Landim, A. 2018:255)

<sup>155</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana - Jornais - O Germinall vl. 378



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

histórica, atravessando os nomes, as localidades, os ofícios e as indústrias que ali estão registrados. Exemplos como os citados encaminham para formulação da rede local e, ainda que não se possa falar das inúmeras vozes catalogadas, a partir dos entrelaçamentos é possível gerar uma leitura sobre esse rico período.

## Considerações Finais

Esse artigo visa contribuir para a formulação de outras pesquisas com interesses diversos que atravessem a compreensão sobre o comércio local ou regional, por meio dos Livros de Impostos sobre Indústria e Profissões produzidos ao longo da Primeira República. Assim, o proposto neste texto extrapola um estudo sobre a composição e estrutura do objeto principal - os Livros de Imposto sobre Indústrias e Profissões - com o intuito de pincelar discussões possíveis a partir de sua análise. O exercício reflexivo realizado nessa produção é fruto da identificação de certa ausência no uso dessa fonte, mesmo que diante da sua versatilidade para pensar a contingência da economia municipal.

Aqui, cabe reforçar que esse andamento inicial será amadurecido junto de reflexões conjunturais ainda em maturação. O caso das duas Viúvas surge como ponto de partida para pensar a estrutura social, familiar, econômica e espacial da cidade. A escolha por trazê-las reforça as camadas que podem ser acessadas com o conjunto documental específico.

Nesse sentido, a junção com as produções bibliográficas permite aprofundar a análise e entender parte da dinâmica experimentada por essas pessoas. Enquanto a análise qualitativa da fonte abre um leque de cruzamentos, as leituras incorporadas para a construção do artigo assinalam caminhos para entender a teia social que os sujeitos estão atrelados. Ainda há espaço para se pensar questões sobre a relação estrutural do comércio e da sociedade marianense, neste trabalho especificamente a sede e o distrito de Passagem.

## Anexos

No modelo apresentado abaixo, é possível notar todas essas informações, na parte superior se lê: “Lançamento das Indústrias e profissões da Câmara Municipal de Mariana. De



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins & Maria do Carmo Salazar

conformidade com o Artigo 155 da Resolução Provincial número 3:291 de 30 de Outubro de 1884. 3:661 do 1º de Setembro de 1888 para o exercício de 1889. Exercício de 1889<sup>156</sup> Em mérito do AHCMM a fonte está digitalizada e disponível para recolha:

*Lançamento das indústrias e profissões da Câmara Municipal de Vila Rica*  
*De conformidade com o Art. 155 da Resol. Prov. nº 3291 de 30 de Outubro de 1884 e 3661 de 1º de Setembro de 1888 para o exercício de 1889.*

Residências	Nomes dos Contribuintes	Indústrias e profissões	Valor	Data de pagamento	Valor total	Observações
1	Freguesia da Cidade João Ribeiro Pereira	Molhada	10,000	1889	10,000	
2	Antônio Augusto de Oliveira		10,000			
3	João de Castro Pereira		10,000			
4	João José de Oliveira Almeida		10,000	1889	10,000	
5	Antônio Estanislau Coelho		10,000	1889	10,000	
6	Castanho Duarte Correia		10,000	1889	10,000	
7	Justino de Moraes Pereira		10,000	1889	10,000	
8	Antônio Pereira Damasceno	Ferreiros	10,000	1889	10,000	
9	Manoel Augusto da Silva	Molhada	10,000	1889	10,000	
10	Apollonius Soares de Almeida		10,000			
11	Candido Joaquim de Jesus	Botão	10,000	1889	10,000	
12	David da Silva de Castro	Molhada	20,000	1889	20,000	
13	Antônio Baptista Américo	Botão	10,000	1889	10,000	
14	Antônio Baptista Américo	Ferreiros	10,000	1889	10,000	
15	Olympio Duarte Correia	Molhada	10,000	1889	10,000	
16	João Francisco Pereira		10,000			
17	Antônio Cyrilliano Leão		10,000			
18	Antônio Augusto Pereira		10,000	1889	10,000	
19	João Antônio Martins		10,000	1889	10,000	
20	Antônio Francisco Pereira		10,000	1889	10,000	
21	Antônio Francisco Pereira de Almeida	Molhada	20,000	1889	20,000	
22	Benjamin Gomes de Carvalho		10,000	1889	10,000	
23	João de Paula Loyola		10,000	1889	10,000	

Imagem 1: Livro de Imposto sobre Indústria e Profissões: Fundo Coletoria Estadual: Códice 013: AHCMM

<sup>156</sup> Para execução do empreendimento a aplicação das técnicas e noções paleográficas foi de extrema importância para a compreensão da fonte. Todo o conjunto documental é manuscrito por múltiplos sujeitos para entender a grafia utilizada e outras dimensões práticas da escrita constitui uma das metodologias centrais dessa pesquisa. No caso desse trecho utiliza-se a categoria de transcrição livre, na qual manteve-se as palavras como escritas e se desdobrou as abreviaturas.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Número de indústrias e profissões de 1884 a 1930

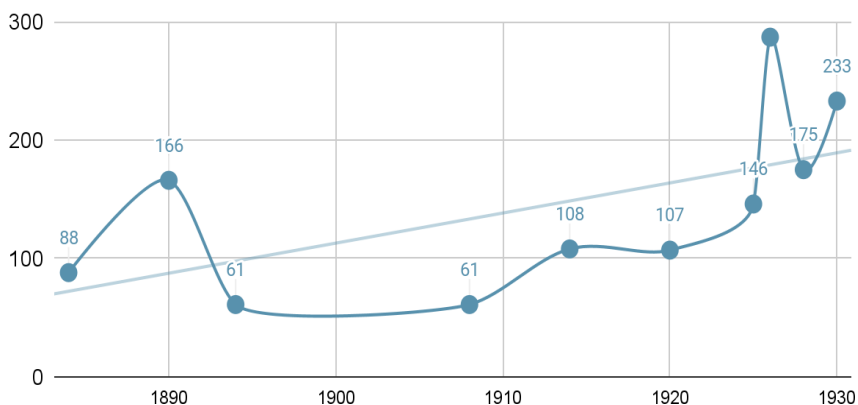


Gráfico 1: Lançamento do Imposto presente nos Livros de Indústria e Profissões no recorte de 1888 até 1930.

## Lançamentos 1888 à 1889 consta 88 contribuintes

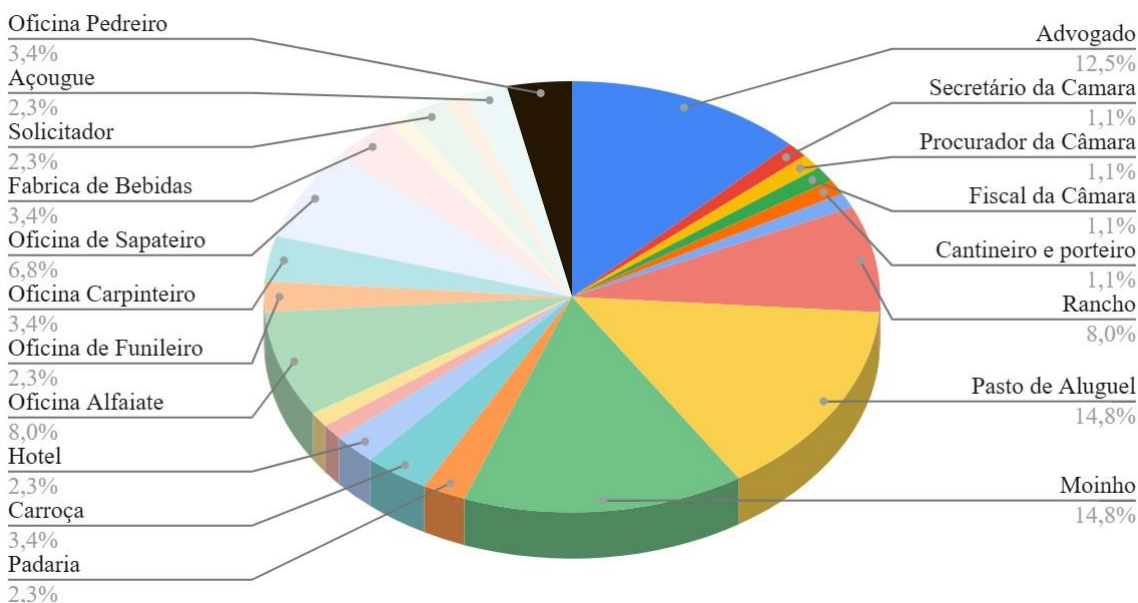


Gráfico 2: Distribuição do número de contribuintes a partir do lançamento de 1888 à 1889



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Lançamentos 1926 a 1929 consta 294 contribuintes

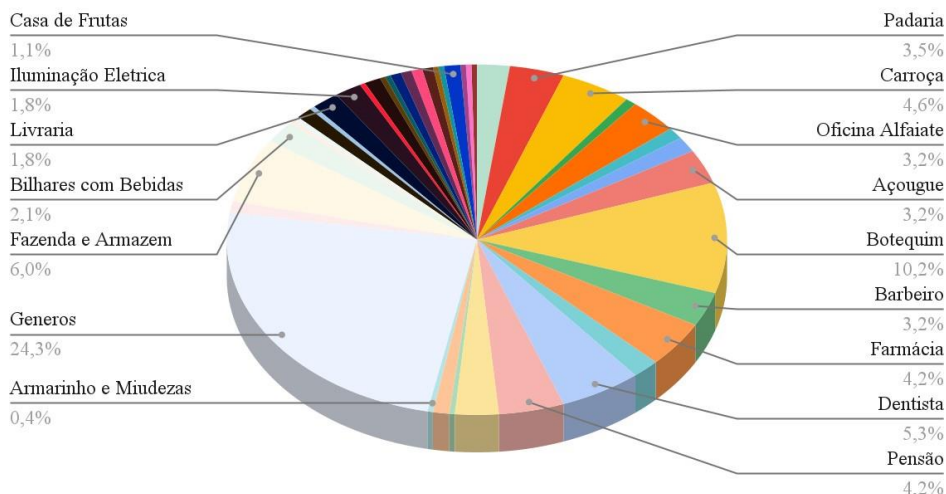


Gráfico 3: Distribuição do número de contribuintes a partir do lançamento de 1926 a 1929.

## Bibliografia

### Fontes Primárias

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM) - Fundo do Agente Executivo - Códices

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – Jornais

### Referências

ARIÈS, P. DUBY, G. História da vida privada, 5: Da Primeira Guerra a nossos dias organização Antoine Prost, Gérard Vincent; tradução Denise Bottmann; Dorothee de Bruchard, posfácio. — São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BATISTA, F. A. O mito da modernização pelos trilhos: a “era ferroviária” em Minas Gerais, 1850-1940. Belo Horizonte: FACE/UFMG, 2010.

BRASIL. Constituição Federal de 1824. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D.Pedro I, em 25.03.1824. Brasília.

BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828. Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juízes de Paz.

BRASIL. Lei nº 16 de 12 de Agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília.

BRASIL. Lei n.99 – de 31 de Outubro de 1835. Orçando a receita e fixando a despesa para o ano de 1836 a 1837. Secretaria – Geral da Mesa.

BRASIL. Decreto nº 1, de 15 de Novembro de 1889. Proclama provisoriamente e decreta como forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa, e estabelece as normas pelas quais se devem reger os Estados Federais. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília.

BRASIL. Constituição Federal de 1891. Brasília.

CARVALHO, J. M. A formação das Almas: imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASSOLI, M. A. Construção da liberdade - vivências da escravidão e do pós-abolição. Mariana 1871-1920. FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

CHAVES, C. M. G. PIRES, M. C. MAGALHÃES, S. M. (Orgs.). Casa de vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal. Ouro Preto: Editora UFOP, 2012.

COSTA, M. A. A primeira República na cidade dos bispos - Mariana 1889-1930. Dossiê História e Cidade, v.9, n.13, 2012.

\_\_\_\_\_. Mariana no limiar da República: Entre o “tradicional” e o “moderno”. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.2, n.7, 2012.

COTA, L. G. S. O sagrado direito à liberdade: escravidão liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

FRANCO, G. H. B.; LAGO, L. A. C. do. O processo econômico / A economia da Primeira República. In: SCHWARCZ, L. M. (Coord). A abertura para o mundo 1889 – 1930. São Paulo: Objetiva, 2015. FINGER, A. E. Um Século de Estradas de Ferro – Arquiteturas das ferrovias no Brasil entre 1852 e 1957 [Brasília] 2013.

FONSECA, C. D. Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural. Dissertação



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

de Mestrado em Geografia - Instituto de Geociências (IGC), Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

\_\_\_\_\_. “O espaço urbano de Mariana: sua formação e sua representação” . In: Termo de Mariana História e Documentação. v1. Editora da UFOP. 1998.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 9. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

GODOY, Arnaldo Sampaio Moraes. História do Direito Tributário: o Decreto nº 9.870/1888 e a regulamentação do imposto de indústrias e profissões.: Notas a propósito de uma arqueologia normativa do Imposto de Renda. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 12, n. 1634, 22 dez. 2007. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/10784>. Acesso em: 29 out. 2023.

LEAL, Vitor N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 1949.

LEVI, G. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. Revista Tempo. 2014 v20

LIBBY. D. C. Trilhos arrancados: história da estrada de ferro Bahia e Minas (1878-1966). Tese. Universidade Federal de Minas Gerais. 2006.

NEVES, M. S. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. N. “O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930”. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 .

NUNES, C. A. CRUZ, F. C. F. Os elementos de modernização e urbanização de Mariana na Primeira República (1889-1930): uma análise por meio das Atas da Câmara Municipal de Mariana - Minas Gerais. 7o Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. 2021

OLIVEIRA, F. M. Consumo, cultura material e poder na Primeira República (1890-1937) in: ROSA RIBEIRO, M. A. História Econômica do Brasil: Primeira República e era Vargas. História Econômica & História de Empresas, v. 24, n. 3, p. 883-892, 11 nov. 2021.

OLIVEIRA, P. R. de; GOMES, A. L. ; DELFINO, A. H. ; SERPA, F. H. S. . A economia da cidade de Mariana - MG na Primeira República: uma pesquisa por meio das Atas da Câmara Municipal. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

OLIVEIRA, Kelly Eleuterio Machado. No Laboratório da Nação: Poder Camarário e Vereança nos anos iniciais da formação do Estado Nacional Brasileiro em fins do Primeiro Reinado e nas Regências, Mariana, 1828-1836. 2013.

ORLANDO, Arthur da Costa. O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA. PESQUISA & EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, n. 8, 2021.

RESENDE, M. E. L. “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. N. “O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930”. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHWARTZ, L. M. População e sociedade. In: “A abertura para o mundo: 1889-1930”. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SEVCENKO, N. Introdução. In: SEVCENKO, N (Org). História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, R. F. Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais: A Mina da Passagem de Mariana. Tese de Doutorado em História Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Termo de Mariana História e Documentação. Volume 1. Editora da UFOP. 1998.

VILLELA, A.; SUZIGAN, W. Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## A economia da fome: o desenvolvimento da agricultura coreana sob o imperialismo japonês e a acumulação de capital 1910-1940

Daniel Gonçalves de Oliveira Barreto<sup>157</sup>

**Resumo:** O presente artigo propõe analisar os dados quantitativos, sob um recorte temporal de 1910 a 1940, acerca do desenvolvimento da agricultura na Coreia colonial. O objetivo principal é demonstrar como a teoria do imperialismo de Lenin, em consonância com os trabalhos de Rosa Luxemburgo, acerca da acumulação de capital, e o Capítulo XXIV do *Capital* se relacionam à realidade da ocupação japonesa na península. A linha argumentativa principal irá focar em demonstrar como a ocupação japonesa da Coreia e a subsequente ocupação das áreas cultiváveis levou a um aumento da pauperização da população nativa sob um quadro de desenvolvimento econômico das forças imperialistas do Pacífico.<sup>158</sup>

**Palavras-Chave:** Coreia, Japão, Imperialismo, Colonialismo, Expropriação

214

### Introdução

A história da Coreia no período colonial japonês, que abrange os anos de 1910 a 1945, é marcada por uma série de complexas contradições e transformações sociais. Embora careçam de textos na historiografia lusófona sobre o caso, a historiografia anglófona é bastante rica em interpretações acerca do colonialismo e imperialismo na península.

Entre essas, destacamos a de Mitsuhiro Kimura, no artigo *Standards of Living in Colonial Korea: Did the Masses Become Worse Off or Better Off Under Japanese Rule?*<sup>159</sup>. O autor chega a conclusão de que a qualidade de vida na Coreia ocupada cresceu, utilizando para

<sup>157</sup> Graduação em História em andamento pela Universidade Federal Fluminense, vinculado ao Grupo de Estudos Asiáticos da Universidade Federal Fluminense (GEA-UFF) e ao e ao Centro de Estudos Asiáticos da Universidade Federal Fluminense (CEA-UFF).

<sup>158</sup> Todas as traduções presentes no artigo foram realizadas pelo autor.

<sup>159</sup> KIMURA, Mitsuhiro. Standards of living in colonial Korea: Did the masses become worse off or better off under Japanese rule?. *The Journal of Economic History*, v. 53, n. 3, p. 629-652, 1993.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

tanto, por exemplo, o aumento da taxa de alfabetização durante a ocupação. Entretanto, já adiantando o conteúdo do presente artigo, partimos de um outro referencial para determinara qualidade de vida da massa coreana. Essa refere-se a quantidade de alimentos e a expropriação de terras realizada pela expansão colonialista japonesa. Dessa forma, articulamos os trabalhos de Sang-Chul Suh<sup>160</sup>, Gi-Wook Shin<sup>161</sup>, James B. Palais<sup>162</sup>, Karl Moskowitz<sup>163</sup> e Bruce F. Johnston<sup>164</sup> com as teorias de reprodução do capital ampliado de Karl Marx e as teorias sobre o imperialismo de Vladimir Lenin e Rosa Luxemburgo para demonstrar os motivos e as consequências das ações realizadas por capitalistas japoneses na península coreana.

Essas serão apoiadas por dados quantitativos retirados da historiografia especializada, em especial dos trabalhos de Suh (1978).

Ao longo deste texto, exploraremos como o Japão buscou transformar a Coreia em um celeiro para seu próprio benefício econômico, as implicações disso na qualidade de vida dos camponeses e como essa transformação moldou a história e as contradições da sociedade colonial coreana.

Em outras palavras, a intenção deste artigo é justamente relacionar as políticas coloniais nas regiões rurais da península coreana com a escalada da miséria e da fome da população nativa dessas áreas. O argumento chave para a decorrente análise é a de que o emprego do capital japonês na península aprofundou contradições pré existentes na sociedade coreana o que contribuiu com a pauperização local. Ademais, as expropriações causadas pela concentração fundiária construiu as condições necessárias para que a exploração do trabalho na península, nos moldes capitalistas, fosse possível.

Para entender as contradições presentes na sociedade colonial coreana, é necessário tratarmos de questões relacionadas ao caso a partir de um recorte histórico mais amplo. Portanto, defendo que deve-se começar a análise do caso partindo do Sistema de Posse de Terra,

<sup>160</sup> SUH, Sang-Chul. **Growth and structural changes in the Korean economy, 1910–1940**. Harvard University Asia Center Publications Program, 1978.

<sup>161</sup> SHIN, Gi-Wook. **Peasant protest & social change in colonial Korea**. University of Washington Press, 1996.

<sup>162</sup> PALAIS, James B. **Politics and policy in traditional Korea**. Harvard Univ Asia Center, 1991.

<sup>163</sup> MOSKOWITZ, Karl. The creation of the Oriental Development Company: Japanese illusions meet Korean reality. **Occasional papers on Korea**, p. 73-121, 1974.

<sup>164</sup> JOHNSTON, Bruce F.; HOSODA, Mosaburo; KUSUMI, Yoshio. Japanese food management in World War II. (No Title), 1953.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

presente na península coreana desde a dinastia Chosŏn (1392–1910).

Primeiramente, é necessário levar em consideração que a sociedade na dinastia Chosŏn possuía como estrato social mais abastado os *yangban*, categoria hereditária<sup>165</sup>, entretanto, segundo Palais (1975), a tomada de critérios para categorizar esse grupo é algo que gera debate na historiografia especializada dado o fato de que havia a possibilidade de mobilidade, tanto para cima quanto para baixo, no estrato social e, segundo o autor:

“Com o passar do tempo, houve um aumento na falta de rigor no registro da filiação de status nos registros oficiais, e há evidências de mobilidade tanto para baixo quanto para cima, particularmente nos últimos séculos da dinastia.” (Palais, 1975. p. 7)

Em diálogo com Kim Yong-sop, Palais estabelece a divisão do grupo *yangban* em dois:

“(…) um nível superior de aristocratas hereditários ou *yangban*, composto por funcionários públicos, graduados, aqueles elegíveis para participação em exames de serviço civil de nível superior, bem como seus parentes próximos e descendentes, que também eram grandes proprietários de terras; e um nível inferior composto por *gentry* locais, grandes proprietários de terras e senhorios, e indivíduos com títulos de posição e status comprados.” (Palais, 1975. p. 8)

Entende-se, portanto, que o grupo possui, na dinastia Chosŏn a maior concentração de terras na península. Segundo Shin (2014):

“10% dos proprietários de terras detinham de 40% a 50% das terras registradas, enquanto camponeses de classe média ou pobres, representando cerca de 60% da população rural, controlavam apenas cerca de 10% a 20%. Em outro estudo de caso, em um distrito, 5,4% da população, os grandes proprietários de terras, possuíam 62,3% das terras (Kim Yongsŏp, 1960). Além disso, o status social e a posse de terras apresentavam alta correspondência; a maioria, senão todos, dos maiores proprietários de terras eram *yangban*.” (Shin, 2014. p. 29)

---

<sup>165</sup> CUMINGS, Bruce. *Korea's place in the sun: A modern history (updated edition)*. WW Norton & Company, 2005. p. 55





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

É importante ter em mente que a península coreana, no final do século XIX, durante toda a metade do século XX, foi um espaço majoritariamente agrário, com uma estratificação social complexa entre proprietários de terras e camponeses, essas categorias possuíam diferenciações internas já que, com exemplo, como mostrado previamente, os *yangban* eram os maiores proprietários de terras, entretanto, não eram um grupo homogêneo. O mesmo vale para os camponeses, que poderiam até possuir alguma propriedade fundiária mas, dado a extensão dessa se viam obrigados a trabalhar em outras para garantir sua subsistência.

A relação entre proprietários de terras e camponeses durante a dinastia Chosŏn era realizada através de um sistema de arrendamento de terras, onde esse arrendamento era definido, segundo Sang-Chul de diferentes formas, essas variam por região mas também temporalmente. Entretanto, segundo o autor, mas também de acordo com Hong e Kim (2020), o valor do arrendamento era determinado anualmente com base na produção, onde, do total produzido, na maior parte das localidades, metade deveria ser entregue ao proprietário da terra. Entretanto, não é surpreendente inferir que havia uma desvantagem de negociação entre o proprietário de terra e o camponês arrendatário. Segundo Hoon K. Lee:

217

O valor máximo do aluguel chega a até quatro quintos e até nove décimos da colheita, e o valor mínimo chega a apenas um terço e até um quinto. A quantia mais comum é cerca da metade da produção. No entanto, em certas localidades, como no país de Namwon, na província de North Chulla, cerca de quatro quintos da produção são pagos como aluguel. Na província de North Choonchung, a quantia predominante de aluguel é cerca de sete décimos. (Lee, p. 163).<sup>166</sup>

Portanto, pode-se observar que as relações materiais de produção da península em Chosŏn já estava marcada por uma desigualdade clara dado o fato de que havia claramente um grupo desprovido de meios próprios para a reprodução material das suas condições de vida. Segundo Shin (2014), indo de acordo com o que este artigo defende, quando a Coreia foi anexada ao império japonês, em 1910, esses não alteraram radicalmente a organização social da península, ao contrário, se aproveitaram dessa e, na decorrente concentração de terras devido

<sup>166</sup> Lee, Hoon K. Land Utilization and Rural Economy in Korea. Hong Kong, Kelly and Walsh, Ltd., 1936.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

a exportação de capital para as regiões agrárias da península, aprofundaram contradições já existentes nesses espaços. Para entender como se decorreu esse processo de exportação de capitais e de decorrente concentração fundiária, devemos olhar para o levantamento realizado pelo Império japonês sobre as terras da península entre 1910 - 1918.

Segundo Shin (2014), através de dados retirados da *National Federation of Economic Research Organizations*, o total de japoneses com posses de terras cultiváveis na península em 1909, era de apenas 3.400 pessoas, com uma extensão de posses de aproximadamente 19,8 hectares, ou 2% do total de área cultivável. Isso se deve a uma série de fatores, incluindo a) o fato de que a abertura dos portos para o comércio externo ter se iniciado apenas após o ano de 1876, com a assinatura de um tratado entre o império japonês e a Coreia, em 26 de fevereiro, que levou a abertura do porto de Busan, após uma ameaça de bombardeio por parte de navios da marinha japonesa.<sup>167</sup> <sup>168</sup> Após a abertura forçada do porto de Busan e o decorrente estabelecimento de uma câmara do comércio em sua proximidade, outras foram abertas em Wonsan, em 1881, In'chon em 1885, Seoul (1887) e Mokp'o em 1900<sup>169</sup>. Essas inicialmente eram controladas por grandes conglomerados ligados ao capital japonês, como a Nihon Yusen (日本郵船株式会社), mas também Dai-Ichi Bank (第一勸銀).

Sobre o conglomerado Nihon Yusen é interessante observar como este possui uma estreita relação com a Mitsubishi, que originalmente, até 1946 foi um *Zaibatsu* fundado pelo clã Tosa, que durante o período Edo controlou a região onde atualmente se encontra a prefeitura de Kōchi, ao sul do arquipélago. O grupo Mitsubishi originou-se como uma empresa de transportes aquaviários, entretanto, tornou-se um conglomerado através da compra das minas de Yoshioka, em Okayama, rica majoritariamente em cobre. Em 1881, expandiu-se no ramo da mineração com a compra da mina de Takashima, em Nagasaki, passou não apenas a transportar cargas através de navios, mas também a construir motores, embarcações, etc. Também passou a atuar no setor financeiro, com um banco próprio<sup>170</sup>. Já o Dai-Ichi Bank, se destaca pelo fato de ser o primeiro banco e a primeira sociedade anônima decapital do país e, entre 1884 a 1904

<sup>167</sup> Shin, 2014. p. 3.

<sup>168</sup> UCHIDA, Jun. **Brokers of empire: Japanese settler colonialism in Korea, 1876–1945**. Harvard University Asia Center Publications Program, 2014. p. 32.

<sup>169</sup> Uchida, 2014. p. 57.

<sup>170</sup> <https://www.mitsubishi.com/en/profile/history/outline/>



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

foi a instituição encarregada por emitir as notas utilizadas para trocas comerciais na península coreana. Observamos, portanto, como o capital financeiro se expandiu, do Império Japonês para a península coreana, desde a abertura dos portos.

Essa explanação é importante já que essas são as instituições presentes na península na medida em que o projeto colonial japonês entra em curso. É fundamental termos em mente que esse projeto se valeu, para além do uso do aparato institucional-militar do Império, do poder econômico dos grandes conglomerados financeiros japoneses, que, dada a forma como foram construídos, possuem relações muito estreitas com o aparelho estatal.

Após a anexação, em 1912 foi adotado o código legal japonês para a península, o que institucionalizou a compra e venda de terras no território, tanto para japoneses quanto coreanos. Essa mercantilização da terra foi construída em conjunto com um extensivo levantamento de terras da região entre 1910 a 1918, o que facilitou a compra de grandes áreas de terras por parte de empresas japonesas com o objetivo de desenvolver o setor agrícola.

Para além disso, o código legal adotado pelo Império a partir de 1912 garantia o monopólio japonês da comercialização de produtos manufaturados na Coreia e restringiu os investimentos em outros setores que não o agrário, com o propósito de tornar o mercado coreano dependente da troca de produtos agrícolas por manufaturas japonesas. Logo, a partir das políticas do Império na península, podemos entender que a metrópole possuía dois objetivos, o primeiro era garantir um mercado consolidado para a venda de bens industrializados e o segundo o de construir um celeiro capaz de fornecer os gêneros agrícolas os quais o arquipélago e sua região expandida necessitavam para a manutenção e desenvolvimento do seu projeto colonial. Dessa forma, a exportação de capitais para a península, realizou o papel fundamental de institucionalização do mercado coreano, com a unificação das formas de trocas comerciais, a partir da monetarização da economia, tarefa realizada pelo Dai-Ichi Bank e, após a anexação, pelo banco central japonês, mas também de construção dos elementos de infraestrutura necessários para a exportação dos gêneros produzidos na península, como portos e ferrovias, linhas telefônicas e de telégrafo. Ainda segundo Shin (2014): “A participação percentual dos japoneses no capital integral de empresas comerciais aumentou de 31,8 por cento em 1911 para 79,6 por cento em 1917 e para 90,3 por cento em 1921.” (Shin, 2014. p. 10)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Foquemos neste momento em entender como o investimento japonês levou a concentração fundiária e ao aumento da produção de arroz na península. A Tabela 1 mostra o número total de proprietários de terras por área e nacionalidade:

TABELA 1: NÚMERO TOTAL DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS POR ÁREA E NACIONALIDADE (1921-1935)						
Ano	100 - 200 HECTARES			ACIMA DE 200 HECTARES		
	Coreanos		Japoneses	Coreanos		Japoneses
1921	360		321	65		169
1925	344		360	45		170
1930	304		361	50		187
1935	315		363	45		192

Fonte: Calculado a partir dos dados oficiais sobre pagadores de imposto sobre a terra por tamanho de terra por nacionalidade. Kobayakawa. Chosen nogyo hattatsu-shi, Tabela A-4. Retirado de: SUH, Sang-Chul. Growth and structural changes in the Korean economy, 1910-1940. Harvard University Asia Center Publications Program, 1978.

Uma breve análise é o suficiente para observarmos como, desde 1921, o número de grandes proprietários de terras de origem japonesa na Coreia é 160% maior que o de origem coreana. Em 1935, essa disparidade cresceu para 326,6%. Ou seja, entre 1921 e 1935 há um aumento de 166,6% da concentração fundiária nas mãos de proprietários japoneses.

Agora, se observarmos a Tabela 2, conferimos que, entre os anos de 1913 a 1939 houve um aumento de aproximadamente 40% no número de famílias camponesas na península, com a redução tanto no número de semi-camponeses, ou seja, pequenos proprietários que dependiam do trabalho em outras localidades para sua subsistência, quanto de demais proprietários de terras.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Média Anual	Proprietários	Proprietários e Camponeses	Apenas Camponeses
1913-1917	21.7	38.9	39.4
1918-1922	20.4	39.0	40.6
1923-1927	20.2	35.1	44.7
1928-1932	18.4	31.4	50.2
1933-1937	19.2	25.6	55.2
1939	19.0	25.3	55.7

Fonte: TAKEO, Suzuki. *Chosen no keizai* (Tokyo, 1942), p. 246. Retirado de: SUH, Sang-Chul. *Growth and structural changes in the Korean economy, 1910-1940*. Harvard University Asia Center Publications Program, 1978.

221

Se levarmos esses dados em consideração podemos constatar como estava sendo promulgado um regime de expropriação em terras camponesas na península coreana através do influxo de capitais japoneses. Esse que era patrocinado pelo Império, mas possuía administração privada, através da venda de terras adquiridas pelo Império para terceiros. Essa compra e venda poderia ser realizada através de empréstimos bancários e havia um esforço por parte do Império japonês na imigração de mão de obra especializada japonesa para o campo, com o objetivo de modernizar a produção agrícola a fim de sustentar o império, entretanto, como observaremos mais adiante, esse esforço não ganhou lastro. Segundo Yasunori (1974)<sup>171</sup>, mas também Suh (2020) e Shin (2014), novas formas de emprego da agricultura, como, por exemplo, melhores sistemas de irrigação e sementes mais resistentes passaram a ser utilizadas,

<sup>171</sup> 安秉. 東洋拓殖株式会社の土地経営方式と在来朝鮮人地主の経営方式について. 経営史学, v. 11, n. 1, p. 75-107, 1976. p. 74.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

o que levou a um impacto direto na produtividade da terra entre os anos de 1910 e 1940. O programa para desenvolvimento da produtividade de arroz na península foi chamado de 三米増食計画<sup>172</sup>(*Sanmai zoshoki keikaku*), ou, literalmente, Programa para Aumento da Produção de Arroz e, segundo Shin:

“(...) o Programa de Aumento da Produção de Arroz (*Sanmai zoshoki keikaku*) foi lançado. Uma grande campanha para aumentar a produção agrícola na Coreia. Ele incentivou o uso de fertilizantes químicos e sementes melhoradas, o cultivo de novas terras e a melhoria da irrigação. Além disso, o governo colonial exigia a inspeção de arroz e feijão para melhorar a qualidade e a comercialização.” (Shin, 2014. p. 45)

Os resultados desse programa podem ser observados na Tabela 3:

ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE DE TERRA E TRABALHO NA PRODUÇÃO DE ARROZ (1910-1940) (em porcentagem)					
Ano	Volume de produção de arroz	Campos de arroz	Trabalho no campo (equivalente masculino)	Produtividade da terra (1)/(2)	Produtividade e do trabalho (1)/(3)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
1910-1914	87	93	-	94	-
1915-1919	100	100	100	100	100
1920-1924	108	102	101	106	107

<sup>172</sup> Shin, 2014. p. 45



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

1925-1929	119	104	106	115	112
1925-1929	148	110	101	135	147
1935-1940	165	107	97	154	168

Fontes por coluna: (1) Retirado dos anuários estatísticos do Governo-Geral, exceto os dados de 1924-1935, que foram retirados de SUH, Sang-Chul (1978); (2) Retirado dos anuários estatísticos do Governo-Geral; (3) SUH, Sang-Chul. Crescimento e mudanças estruturais na economia coreana, 1910-1940. Programa de Publicações do Centro de Ásia da Universidade de Harvard, 1978, p. 77.

Observa-se, portanto, um incremento considerável da produtividade da terra entre os anos de 1910 a 1940, entretanto, o maior salto é verificado a partir dos anos 20, justamente quando se deu início o programa de desenvolvimento realizado pelo governo imperial.

Acerca da implementação do programa, bem como aquisição de terras, empréstimos bancários e auxílio para assentamentos, não podemos deixar de lado o papel da companhia 東洋拓殖株式會社 (*Tōyō Takushoku Kabushiki Kaisha*), ou Companhia de Desenvolvimento do Oriente, fundada em 1908, que possuía como objetivos modernizar a agricultura coreana em todos os aspectos possíveis e assentar um grande número de agricultores japoneses na península. Mais especificamente, a companhia tinha como tarefas dentro de seu campo de atuação 1. Agricultura, 2. Compra, venda ou arrendamento de terras, 3. Empreendimentos relacionados com terras e o controle necessário para a sua exploração, 4. Construção, venda, compra e aluguel de edifícios necessários para o propósito de exploração Construção, venda, compra e aluguel de edifícios necessários para o propósito de exploração, 5. A reunião e distribuição de colonos japoneses e coreanos necessários para a exploração, 6. Fornecimento de artigos necessários para a exploração aos colonos e agricultores na Coreia, bem como a distribuição de artigos produzidos ou adquiridos por eles, 7. Fornecimento de fundos necessários para a exploração.<sup>173</sup>

A empresa possuía financiamento estatal, e, segundo Moscovitz:

<sup>173</sup> Moscovitz, 1974. p. 74



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

“O *Tōyō Takushoku* deveria ser capitalizado em 10.000.000 de ienes, com um subsídio garantido do governo de 300.000 ienes por oito anos e uma garantia governamental dos juros dos primeiros 20.000.000 em debêntures.” (Moscowitz, 1974. p 74)

É necessário ter em mente que para que esse projeto virasse realidade seria necessário tanto capital político quanto capital financeiro. Políticos como Inoue Kaoru e Katsura Taro defendiam o projeto de criação de uma empresa para colonizar o campo coreano e essa era apoiado por conglomerados *Zaibatsus* como a Mitsui e a Mitsubishi, bem como pelo *Dai-Ichi Bank*, inclusive, Shibusawa Eiichi, o fundador do *Dai-Ichi*, era o representante dos acionistas para a Companhia.<sup>174</sup> Ainda segundo Moscowitz:

"(...) a inclusão de um grande número de banqueiros no comitê fundador deram frutos generosos quando as ações da *Tōyō Takushoku* (a 50 ienes por ação) receberam mais de trinta e cinco inscrições para cada ação oferecida. Além disso, as 60.000 ações reservadas para o governo coreano seriam pagas com 5.651,4 hectares de terras secas e a mesma área de terras alagadas." (Moscowitz, 1974. p. 93)

Após a anexação da península ao Império e ao decorrente levantamento de terras realizado pelo governo imperial, a *Tōyō Takushoku* passou a adquirir extensivas áreas de terras para sua empreitada colonial, algo que pode ser observado pela Tabela 4:

TERRAS ADQUIRIDAS PELA TŌYŌ TAKUSHOKU KABUSHIKI KAISHA			
POR ÁREA E PREÇO ANUAIS			
Ano	Área (hectare)	Preço (por mil yen)	Preço por hectare
1910 (Meiji 42)	1.299,2	275	211,6
1911	2.488,0	873	350,9
1912	5.790,0	2.625	453,3

<sup>174</sup> Idem p. 93





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

1913 (Taisho 1)	4.950,4	3.656	738,5
1914	4.239,2	3.337	787,2
Total	18.766,8	10.765	508,3

Fonte: 安乘. 東洋拓殖株式会社の土地経営方式と在来朝鮮人地主の経営方式について. 経営史学, v. 11, n. 1, p. 75-107, 1976. p. 74.

Segundo Moscovitz (1974), a área pertencente à companhia em 1912 era equivalente a aproximadamente 47.627,7 hectares e, em 1913, 64.309,4 hectares, um aumento de 35% em apenas um ano. Entretanto, embora a compra de terras fosse uma das principais atividades da *Tōyō Takushoku*, essa não realizava o seu objetivo de favorecer o assentamento de colonos japoneses em terras coreanas. Isso se deve, entre outros motivos, ao fato de que as terras adquiridas pela companhia já estarem sendo ocupadas por agricultores nativos. em 1912, menos de 5% das terras expropriadas foram destinadas a colonos.

Como a exploração se dava então? (porque ela existia e era extensiva) Através da exploração dos sistemas de arrendamento de terra para camponeses pré existentes na dinastia Chosŏn e que agora eram utilizados por grandes proprietários de terra para ganho próprio às custas da exploração do trabalho camponês.

É importante destacar que isso não significa que não havia imigração de japoneses para a península, entretanto, como demonstra Suh (1978), a ocupação desses colonos está distribuída por toda a organização social do trabalho na península, com um foco nas crescentes áreas urbanas, especialmente ao sul da Coreia, e, quando se trata de colonos para as regiões rurais, esses tendem a ser proprietários de terras e não camponeses.

A *Tōyō Takushoku*, portanto, se consolidou como a maior proprietária de terras na península e a relação entre proprietários de terras e camponeses na península transformou-se em uma relação entre colonizador e colonizados. Segundo Johnson (1953):

“Uma grande parte das terras de arroz na Coreia era de propriedade de proprietários comerciais em grande escala, principalmente japoneses, que cobravam pesados aluguéis de terras pagos em espécie. A maioria do arroz coletado como aluguel era direcionado para o comércio de exportação, e cerca de



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

60% das exportações da Coreia vinham desses agricultores em grande escala.”  
(Johnston, 1953. p. 55.)

É de interesse deste artigo expor a relação entre dominação colonial, afluxo de capitais, expropriação e pauperização. Nesse sentido, é importante observarmos a teoria leninista sobre o imperialismo, bem como a teoria sobre reprodução ampliada do capital de Rosa Luxemburgo a fim de obtermos um resultado satisfatório nesta análise.

Primeiramente, devemos observar o fato de que a concentração fundiária ocorrida na península coreana teve como um de seus principais fatores justamente o interesse do capital financeiro na região. Destarte, é interessante observarmos como a teoria leninista se aplica aos grandes conglomerados *Zaibatsus* em um contexto de monopolização capitalista e de esquadramento do mundo pelas potências econômicas.

Como já evidenciado anteriormente, na exposição do grupo Mitsubishi, os *Zaibatsus* possuem uma relação bastante íntima com o desenvolvimento econômico japonês após a restauração Meiji. É impossível se enxergar esse tipo de conglomerado sem a relação desse com o Estado, bem como a tentativa, tanto da Mitsui, quanto da Mitsubishi e de outras companhias com o mesmo modelo de dominar toda a cadeia produtiva necessária para a produção e reprodução de seus meios de negócio. Em *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, Lênin observa como a fusão do capital industrial com o bancário, ou seja, seguindo o modelo de Hilferding, o surgimento do capital financeiro e a socialização de capital, que distancia os proprietários dessas somas financeiras das formas diretas de exploração.

Desenvolvendo esse raciocínio mais profundamente, deve-se entender o seguinte, quando um banco empresta um volume monetário para uma empresa ele espera que esse valor retorne para ele acrescido de juros. Dessa forma, o capitalista que tomou esse valor emprestado toma-o com a promessa de devolvê-lo futuramente. Entretanto, o dinheiro é o equivalente universal do processo produtivo, ou seja, ele não se multiplica do nada, ele deve ser integrado ao processo produtivo de forma a gerar mais valor e desse mais valor uma parte retorna ao banco na forma de juros. Portanto, se seguirmos a fórmula da reprodução ampliada de capital, D-M-D' observamos que, da perspectiva do capital portador de juros há a percepção de que essa reprodução se resume a D-D'. Entretanto, isso não passa de uma ilusão, dado o fato de que



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

qualquer montante monetário possui capacidade de se tornar riqueza se ela se tornar capital, ou seja, apenas será capaz de se transformar em riqueza aquele montante de equivalente universal que se tornar mercadoria, que se integrar ao processo produtivo, ou seja, que participar do processo de exploração do trabalho alheio.

Esses proprietários de capitais portadores de juros detêm uma quantidade tão grande de dinheiro que precisa se tornar capital que eles ao mesmo tempo expropriam esses burgueses e subordinam-os a condição de capitais funcionantes, cujo papel é extrair maisvalor para um proprietário que está acima dele. E é nessa lógica que se inserem os *Zaibatsus* e a concentração de todo aparelho produtivo em um gigantesco conglomerado.

Esse esquema de reprodução ampliada de capital em Marx é entendido como algo que, em tese, funciona continuamente, ou seja, o processo de acumulação de capital, em teoria ocorre indefinidamente enquanto houver espaço para que isso ocorra. O que queremos dizer é que, em teoria, essa massa monetária, para permanecer sendo valor, e, portanto, continuar a ser acumulada, precisa se inserir no processo produtivo indefinidamente, já que dinheiro não produz dinheiro sem a exploração do trabalho. Entretanto, essa reprodução não ocorre sem a devida expropriação da massa na periferia do capitalismo, já que, as relações materiais de produção são exatamente isso, relações que dependem do meio material para existir, ou seja, a exploração do trabalho depende da materialidade, não é possível se valorizar equivalente universal do nada.

E é nesse sentido que a exportação de capitais para a periferia do capitalismo se torna um imperativo após o aprofundamento das contradições da reprodução ampliada do capital em um determinado espaço. Para continuar se expandindo de forma ampliada é necessário que exista sempre um espaço novo e maior para que o trabalho possa ser explorado. Logo, tanto Marx, em seu primeiro, mas também terceiro livro, quanto Lênin e Rosa Luxemburgo chegam a um ponto em comum. Nas palavras de Rosa:

“O capital não pode desenvolver-se sem os meios de produção e forças de trabalho existentes no mundo inteiro. Para estender, sem obstáculos, o



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

movimento da acumulação, necessita dos tesouros naturais e das forças de trabalho existentes na superfície terrestre. Mas como estas se encontram, de fato, em sua grande maioria, acorrentadas a formas de produção pré-capitalistas - este é o meio histórico da acumulação de capital - surge, então, o impulso irresistível do capital de apoderar-se daqueles territórios e sociedades.

(...)

“O fato de que dominem organizações sociais não-capitalistas nos países onde existem aqueles ramos de produção faz que o capital se veja obrigado a subjugar aqueles países e sociedades, nos quais, por outro lado, o primitivismo das condições permite que a acumulação se desenvolva com uma violência e rapidez extraordinárias, que não seriam possíveis em sociedades de tipo capitalista” (Luxemburgo, 2021. p. 315)<sup>175</sup>

Se observarmos os dados apresentados até o momento, chegamos a conclusão de que o que ocorreu na Coreia entre os anos de 1910 a 1940 foi justamente esse processo de expropriação necessário para a manutenção da acumulação capitalista. E ele começa da mesma forma que expõe Marx em seu capítulo XXIV<sup>176</sup>, através da expulsão dos camponeses de suas terras e da exploração de seu trabalho para a acumulação.

Está claro nesse momento o fato de que o objetivo dos capitalistas japoneses era o de transformar o campo coreano em um grande celeiro de alimentos para o Império, entretanto, devemos nos questionar se o desenvolvimento em infraestrutura e capacidade agrícola da península significou um incremento da qualidade de vida dos camponeses coreanos.

Com os dados apresentados até o momento já somos capazes de ao menos inferir que a qualidade de vida dos camponeses expropriados não melhorou e sim o contrário, entretanto, é necessário dar mais atenção ao caso, preenchê-lo de materialidade.

Já temos em mente que o sistema de arrendamento de terras foi institucionalizado pelo governo imperial e que, através desse, a permanência do camponês na terra em que se encontrava dependia do fornecimento de uma parcela de sua produção ao proprietário de terras. Qual o impacto disso na qualidade de vida dessas pessoas?

Segundo Suh (1978):

<sup>175</sup> LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Editora José Olympio, 2021.

<sup>176</sup> MARX, Karl. CAPÍTULO XXIV - A Assim Chamada Acumulação Primitiva. Karl Marx, **O Capital: crítica à economia política**, v. 2



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

“Estimou-se que mais de 62% das famílias de camponeses não tinham sequer a quantidade mínima de alimentos necessária para uma dieta adequada, e a média da dívida das famílias rurais era de 137 ienes (cerca de 30% da renda anual) em 1930. Essa deterioração das condições rurais ocorreu ao mesmo tempo em que o crescimento geral da produção agrícola foi substancial.” (Suh, 1978. p. 84)

Logo, houve um crescimento sem desenvolvimento da qualidade de vida na península, muito pelo contrário. A Tabela 5 e 6 são bastante ilustrativas no que diz respeito a citação anterior:

DISPONIBILIDADE DIÁRIA DE ALIMENTOS <i>PER CAPITA</i> EM CALORIAS				
Média Anual	Calorias por arroz	Calorias por cevada	Calorias por painço	Total de Calorias <i>per capita</i> <sup>177</sup>
1912-1915	877	490	274	2,133
1916-1920	842	526	329	2,206
1921-1925	731	468	365	2,033
1926-1930	650	449	381	1,924
1931-1935	630	468	296	1,812
1936-1940	741	549	274	2,033

<sup>177</sup> Assume-se que as calorias dos três principais cultivos representam 70 por cento do total de alimentos consumidos.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Fonte: Tabela 40. Para converter alimentos de quantidades físicas em calorias, são utilizadas as taxas de conversão sugeridas pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, *Composição de Alimentos Usados em Países do Extremo Oriente, Manual Agrícola N° 34. (1952)*

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS IMPORTAÇÕES DE ARROZ DO JAPÃO POR ORIGEM NACIONAL			
Período	Coréia	Taiwan	Demais localidades
1911-1915	24	20	56
1916-1920	37	18	45
1921-1925	47	17	36
1926-1930	57	21	22
1931-1935	65	30	5
1936-1938	63	35	2

230

Fonte: Bruce F. Johnston, *Japanese Food Management in World War II (Stanford, 1953). p.51.*

Observa-se como a percentagem de importação de arroz do japão proveniente da Coréia cresceu ao longo da primeira metade do século XX, o que dá a entender que o Império atingiu seu objetivo de transformar a península em um celeiro para a autonomia da região em relação ao fornecimento de gêneros alimentícios. Entretanto, como mostra a tabela 5, há uma queda considerável no total de calorias ingeridas por camponeses coreanos, que, desde o princípio, já era baixa se considerarmos que o mínimo de ingestão de calorias diário para um ser humano saudável costuma estar próximo às 2000 calorias. Ainda segundo Suh:

“Apesar do crescimento substancial na produção agrícola, no entanto, os dados relevantes indicam que o crescimento dos gêneros alimentícios ficou aquém do crescimento potencial da demanda doméstica, sem mencionar a



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

demanda estrangeira. Por exemplo, as taxas médias de crescimento anual da população e do produto de consumo *per capita* durante o período de 1910 a 1940 foram de 1,6% e 1,5%, respectivamente. Assim, se assumirmos uma elasticidade de renda para alimentos de 0,7%, a demanda potencial por cereais alimentícios teria aumentado a uma taxa anual de 2,2%, enquanto o volume de cultivos durante o mesmo período aumentou a uma taxa anual de 1,9%.” (Suh, 1978. p.85)

Já segundo Johnson:

“O pesado fardo dos aluguéis em espécie tendia a aumentar a escassez de dinheiro dos pequenos agricultores, o que, por sua vez, tinha o efeito de aumentar a porcentagem da colheita que era comercializada. A magnitude das exportações da Coreia (de arroz) após 1930 pode ser explicada em grande parte pelo baixo padrão de vida prevalecente entre os agricultores coreanos e a pressão para vender arroz por dinheiro às custas do seu próprio nível de consumo de alimentos. Johnston, *Japanese Food Management*.” (Johnston, 1953. p. 55)

Podemos entender, portanto, que o grande volume de exportações que observamos nos anos 30 na península coreana significaram a fome para boa parte da população camponesa. Para tanto o historiador B.F. Johnson utiliza o termo “*Starvation exports*”.

Segundo Suh:

“Se a pobreza dos agricultores no Japão e na Coreia no início dos anos 1930 for comparada, podem ser apontadas diferenças fundamentais na natureza: a pobreza dos agricultores japoneses significava uma redução na renda monetária a ponto de sofrer um déficit no orçamento familiar, enquanto a pobreza dos agricultores coreanos envolvia a perspectiva de fome e uma ameaça à sobrevivência.” (Suh, 1978. p. 89)

Para concluir, devemos ter em mente que, a partir de 1931, esforços foram feitos pelo governo imperial para a industrialização da península, algo que foi realizado em conjunto ao início dos esforços de guerra japoneses após o incidente da Manchúria. Se observarmos a Tabela 7, veremos a proporção de imigração por coreanos:



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

POPULAÇÃO E SEUS FLUXOS EXTERNOS						
Média Anual	População <sup>1</sup> (1/1000)		Fluxo (1/1000)		Porcentagem (3)/(1)	Porcentagem (4)/(2)
	Coreanos	Japoneses	Emigração Coreana <sup>2</sup>	Imigração Japonesa <sup>3</sup>		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
1920-1925	18.142	395	31	89	0,2	22,5
1925-1930	19.729	485	56	68	0,3	14
1930-1935	21.323	573	81	69	0,9	12
1935-1940	22.878	664	205	56	8,9	8,4

a. A média dos anos inicial e final, dados do censo; b. De Kin Tetsu, "Kankoku no jinko to keizai" (Tóquio, 1965), p. 36; c. Chosen Kosei Kyokai, "Chosen ni okeru jinko ni kansuru sho tokei" (Seul, 1943).

232

Observamos que a partir dos anos 30, há um incremento considerável na emigração coreana, especialmente a partir de 1935. Podemos inferir que esses valores se devem justamente às expropriações de terras realizadas pelos capitalistas japoneses nos anos anteriores.

Para além disso, à medida que essas expropriações ocorriam, ia-se formando um contingente livre de amarras com a terra cuja única posse é a própria força produtiva, logo, capazes de serem apropriados pela onda de industrialização que viria a partir dos anos 30.

Em resumo, a colonização japonesa na península coreana é um capítulo complexo e triste da história do Leste Asiático. Durante esse período, observamos como o capital japonês compôs a tarefa de esquadrinhamento do mundo e de expropriação das massas camponesas na Coreia.

Este estudo nos oferece uma visão valiosa das dinâmicas históricas e das





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

consequências da colonização. Demonstramos, através de dados quantitativos presentes na historiografia especializada como essa tarefa foi realizada pelos capitalistas japoneses e as consequências diretas na qualidade de vida das pessoas afetadas.

Por fim, a colonização japonesa na Coreia deixou cicatrizes profundas na história do Leste Asiático como um todo, mas também possui uma demonstração impressionante da resiliência e determinação do povo coreano, que resistiu aos esforços colonialistas da forma que puderam. Infelizmente, esses esforços não puderam ser retratados nesse artigo, entretanto, esperamos que o avanço no estudo desses eventos pela historiografia brasileira possa expor esses casos.

## Bibliografia

安秉. 東洋拓殖株式会社の土地経営方式と在来朝鮮人地主の経営方式について. 経営史学, v. 11, n. 1, p. 75-107, 1976.

CUMINGS, Bruce. Korea's place in the sun: A modern history (updated edition). WW Norton & Company, 2005.

JOHNSTON, Bruce F.; HOSODA, Mosaburo; KUSUMI, Yoshio. Japanese food management in World War II. (No Title), 1953.

KIMURA, Mitsuhiro. Standards of living in colonial Korea: Did the masses become worse off or better off under Japanese rule?. The Journal of Economic History, v. 53, n. 3, p. 629-652, 1993.

LEE, Hoon K. Land Utilization and Rural Economy in Korea. Hong Kong, Kelly and Walsh, Ltd., 1936.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Imperialismo, estágio superior do capitalismo. Boitempo Editorial, 2021.

LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital. Editora José Olympio, 2021.

MOSKOWITZ, Karl. The creation of the Oriental Development Company: Japanese illusions meet Korean reality. Occasional papers on Korea, p. 73-121, 1974.

PALAIS, James B. Politics and policy in traditional Korea. Harvard Univ Asia Center, 1991. SHIN, Gi-Wook. Peasant protest & social change in colonial Korea. University of



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Washington Press, 1996.

SUH, Sang-Chul. Growth and structural changes in the Korean economy, 1910–1940.

Harvard University Asia Center Publications Program, 1978.

UCHIDA, Jun. Brokers of empire: Japanese settler colonialism in Korea, 1876–1945.

Harvard University Asia Center Publications Program, 2014.

UNITED NATIONS. STATISTICAL OFFICE. World Weights and Measures:  
Handbook for Statisticians. UN, 1955.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## A Legislação Geral e as Leis Econômicas do Rei e do Imperador do Brasil 1808-1831

Demétrio Santos<sup>178</sup>

**Resumo:** Quando pensamos na construção do Império do Brasil relacionamos os debates políticos as questões da ruptura e as questões dos cidadãos brasileiros. O que propomos nesse artigo é perceber a construção do período da chegada da Corte até a abdicação do Imperador através da legislação qual a sua importância e a partir da economia refletir quais as atividades afetadas por essas diferentes legislações.

**Palavras-Chave:** Leis, Império do Brasil, Economia, Estado, Fiscalidade.

### Introdução

235

O desenvolvimento do Estado Nacional brasileiro é um objeto de estudo frequente pelos historiadores a partir da junção de fatores desde o final da colonização do século XVIII, passando pela construção do poder econômico/político da colônia mais importante do Império português, a realocação do poder central do continente europeu para as américas e a ruptura definitiva com a antiga pátria mãe<sup>179</sup>.

A transformação do sistema político brasileiro foi muito enraizada na transição da sociedade do século XVIII para o século XIX, ao analisarmos as mudanças ocorridas desde a chegada da família real até a consolidação do Império brasileiro, percebemos muitas

<sup>178</sup>Demétrio Matheus dos Santos, mestrando em história pelo PPGH-UFF e membro do NEPHES-UFF.

<sup>179</sup>ARRUDA, José Jobson. Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808. Bauru, SP. EDUSC,2008.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

semelhanças com as elites dominantes do final do século anterior até os anos da formação do Império do Brasil.

A tomada pela “modernização” parte da administração real propostas pelo Reformismo Ilustrado, tendo como objetivo utilizar conhecimento adquirido nas Universidades europeias, os magistrados formados tinham o objetivo de integrarem os quadros do funcionalismo público colonial para aumentar as capacidades produtivas e por consequência os lucros metropolitanos.

Estamos tratando de um momento em as novas ideias no campo jurídico o rompimento com as instituições como o Antigo Regime, as relações absolutas/feudais, das desigualdades, privilégios e honrarias das aristocracias modernas estão transitando para a consolidação do capitalismo no século seguinte.

Laura de Mello e Souza faz um balanço conceitual da expressão Antigo Regime, que nasceu específico – referente à França pré-Revolução Francesa – e que se tornou geral – em relação à Europa. O referido conceito nesse contexto englobaria o absolutismo, relações feudais, desigualdades derivadas dos privilégios e honrarias à aristocracia.<sup>180</sup>

O movimento da chegada das cortes portuguesas frente as invasões napoleônicas, transmite a alteração do status quo vigente em uma Europa fragilizada por guerras para o controle de um Império longe do velho continente. Após a Família Real portuguesa se fixar em terras sul-americanas e controlarem todo o Império português durante doze anos de 1808-1820, desta data em diante os movimentos de insatisfação com o monarca eclodem pela antiga metrópole e desaguam através da Revolução do Porto e o movimento de “recolonizar” o Brasil.

---

<sup>180</sup> SOUZA, Laura de Mello. O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Cia das Letras 2006.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

O presente trabalho tem como tema as leis criadas no Brasil de 1808 com a chegada das cortes portuguesas fugindo dos ataques napoleônicos até a abdicação de D. Pedro I do Brasil em 1831, nesse período as diferentes conjunturas demonstram a evolução tanto política quanto econômica presente nos estudos. A partir do recorte em questão buscaremos compreender dois fatores: Tanto a legislação completa e seu caráter e os esforços econômicos presentes nas diversas leis pesquisadas no período.

Entendemos as leis do período como fundamentais para a organização do Estado Nacional gestado pelas questões internas e externas ao continente americano e a Europa. Lembramos que a colônia Brasil ao se tornar “capital” do Império português recebe diversas instituições vindas de Portugal e em pouco tempo se torna Reino Unido (1815), não obstante movimentos separatistas influenciam a política interna dentro do Brasil com a Revolução Pernambucana ocorrida em 1817.

Com as ideias liberais tomando os debates dentro do continente europeu, os portugueses logo trataram de questionarem acerca do distanciamento do monarca já que as guerras napoleônicas haviam cessado em 1815. A revolução do Porto (1820) explode e suas reivindicações são atendidas com o regresso do monarca a sua pátria de origem, porém o movimento de independência começa a se desenhar com a regência do reino do Brasil ter sido deixada com o então Príncipe Regente Pedro I e as insatisfações com as medidas portuguesas começam a eclodir no final de 1821 culminando na independência definitiva no ano seguinte de 1822.

Esses conjuntos de Leis provenientes do período joanino, da independência até a abdicação do Imperador D. Pedro I estão registrados e disponibilizados de maneira online e podem ser acessados por período de 1808-1820, 1821-1830, 1831-1840. O primeiro recorte cronológico representa o período joanino, no segundo a legislação começa com as últimas leis de D. João VI, devido ao regresso para Portugal, o processo de independência e o período que compreende o primeiro reinado. O último recorte representa as leis finais do primeiro reinado do governo de D. Pedro I, devido sua abdicação.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Os corpos documentais podem ser divididos em cinco grandes grupos dentro das cronologias fragmentadas. Adotaremos critérios metodológicos balizados a partir das mudanças da legislação assim como constam na documentação mediante ao tempo histórico definido.

Durante o período joanino 1808-1821 temos as leis do Rei e as decisões dos seus ministros, caracterizando as Legislação em dois corpos documentais de influência direta tanto na colônia até 1815 e a partir no então Reino Unido do Brasil.

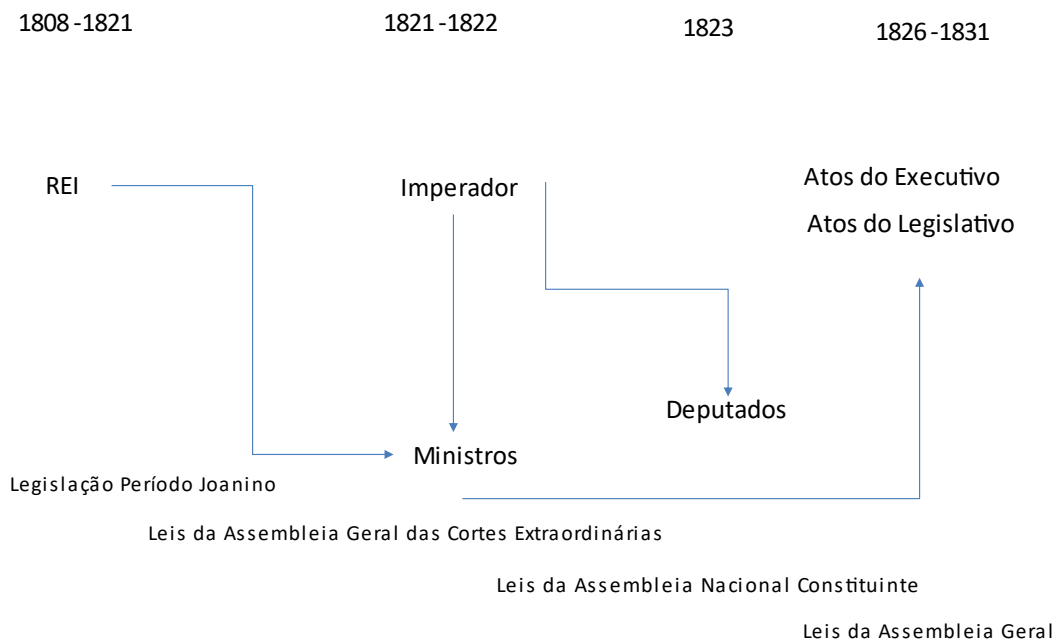
Durante os anos de 1821-1822 temos as Leis citadas anteriormente em vigor, somando-se as Leis das Cortes Geraes Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, devido ao processo de regresso do Rei pelas Cortes de Lisboa em 1820, instaura-se uma legislação específica a esse tempo.

A partir de 1826 as leis de caráter monárquico passam a ser chamadas de Atos do Poder Executivo, a Assembleia Legislativa passa a legislar de fato e suas leis são nomeadas nos Atos do Poder Legislativo e as decisões ministeriais permanecem com o mesmo nome e formam uma continuidade estrutural até o final do Império. Para melhor compreensão deixamos uma pequena imagem ilustrativa.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar



Fonte: Elaboração Própria

O trabalho que inicia toda a discussão sobre a legislação do Império do Brasil, numa perspectiva serial e que organiza de forma linear os dados legislativos foi discutido e apresentado por Lilian França e Luiz Fernando Saraiva sobre Os Atos do Poder Legislativo no Império brasileiro (1826-1889)<sup>181</sup>.

Os autores discutem a legislação proposta pela câmara dos deputados do Império brasileiro como a base para entender a administração do Estado recém-criado, tendo dentro de seus debates os principais acontecimentos e temas ocorridos nos setores político, econômico-social e cultural do Império, ilustrando por exemplo temáticas essenciais dentro do Estado como a questão do trabalho escravo, a autonomia dos poderes, a regulação do sistema eleitoral, questões ligadas a educação, instituições públicas, etc.

<sup>181</sup> FRANÇA DA SILVA, Lilian; SARAIVA, Luiz Fernando OS ATOS DO PODER LEGISLATIVO NO IMPÉRIO BRASILEIRO (1826-1889) Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, vol. 3, núm. 1, janeiro-abril, 2011, pp. 5-32



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Concordamos como os autores sobre as leis criadas no império promoveram características peculiares e contraditórias seguindo os padrões praticados pela tradição política portuguesa. No Brasil percebe-se com a chegada das cortes alguns costumes criados pelas legislações portuguesas, grande parte das leis refletem criações de órgãos, instituições e costumes presente no dia a dia das tradições lusas.

“Nos interessa particularmente a materialização das leis por entender que elas podem ajudar a entender certos limites da atuação deste Estado. Não iremos trabalhar, assim, com os agentes políticos que propuseram as leis (deputados, senadores, ministérios, petições de cidadãos etc.), nem com os debates que se seguiram às proposições das mesmas, entendendo que esse é um esforço necessário a uma pesquisa posterior.”

Buscamos compreender a partir da chegada da Corte no Brasil todo o movimento político/econômico por uma modernização nas estruturas de poder e nas redes econômicas geradas pelos homens e mulheres que ajudaram a constituir o então Império do Brasil.

Não temos problemas com os discursos criados pelos parlamentares brasileiros, existem trabalhos competentes que analisam diversas questões referentes sobre essas temáticas como cidadania no império do Brasil através do historiador Vantuil Pereira<sup>182</sup>, porém deixamos de maneira concreta que tanto os dois autores quanto nosso trabalho desejam entender a partir do que foi produzido de concreto na legislação final assinada e publicada para a análise do Estado brasileiro.

Tanto França e Saraiva analisaram a legislação da câmara dos deputados desde 1826-1899, seu objetivo central era entender como a criação do Império do Brasil de fato ocorreu, as leis de fato apresentavam certos padrões ou temáticas específicas se os poderes conversavam ou não entre si e seu alcance?

<sup>182</sup> PEREIRA, Vantuil. “Ao Soberano Congresso”: Petições, Requerimentos, Representações e Queixas à Câmara dos Deputados e ao Senado – Os direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831). Tese, História UFF. Niterói, p.360. 2008





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Nosso trabalho nesse momento se assemelha ao dos autores no que diz respeito a compreender a formação do Império brasileiro, porém compreender o Império já formado com a legislação “aparentemente” padronizada de 1826 até a decadência do Império estando dividida em três vertentes documentais: Os Atos do Poder Executivo, Os Atos do Poder Legislativo e as Decisões Ministeriais e não contemplando na análise as questões do Imperador e de seus ministros, somente sendo analisada as leis provenientes da Câmara dos Deputados nos parece incompleta a análise, do ponto de vista que compreende apenas a visão de uma das três visões acerca da a área legislativa.

Por isso desde o início dos estudos buscamos compreender toda a legislação não somente a partir de um corpo documental, percebemos que as especificidades existentes nas Leis das Cortes Geraes Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa demonstram uma legislação ocorrendo na Europa em paralelo com as américas e com grau de importância tão grande quanto as leis do próprio Brasil, somadas as leis da Assembleia Geral Constituinte ocorrida dois anos após as extraordinárias, ainda que tenham sido dissolvidas pelo Imperador, demonstram a importância no conjunto da formação do Estado recém criado.

241

O Brasil apresenta um total de 4917 leis criadas desde a transmigração da Corte portuguesa em 1808 até o ato de abdicação do Imperador D. Pedro I do Brasil. Separamos Leis, Decretos e Alvarás, Decisões Ministeriais, leis das Cortes Gerais Extraordinárias da Nação Portuguesa, Assembleia Nacional Constituinte, os Atos do Poder Legislativo e os Atos do Poder Executivo. Respectivamente os conjuntos apresentam 1620, 2741, 34, 6, 225 e 291 leis. Nada mais justo definir as tipologias que aparecem nos respectivos conjuntos.

O primeiro contato com a legislação joanina no somatório dos estudos é extremamente necessário para compreender o final do período colonial. A documentação de Leis, Decretos e Alvarás somadas as Decisões ministeriais de D. João VI, ilustraram de maneira primaria o que de fato o monarca buscava no Brasil e como guiava a criação e aprovação de leis.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

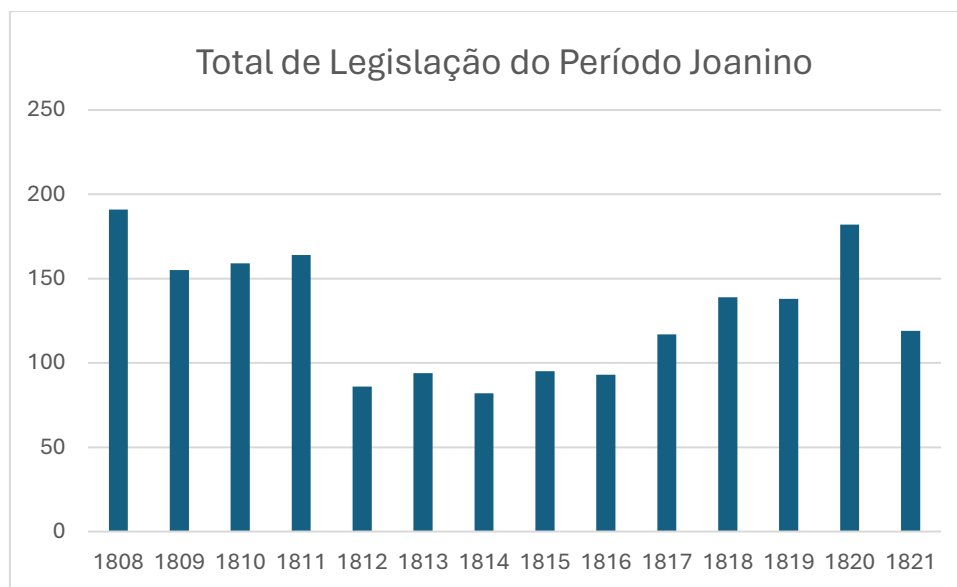


Gráfico 1. Total de Legislação do Período Joanino. Fonte: Autoria Própria, dados extraídos da Câmara Federal. Disponível em: [Coleção de leis anuais do Brasil — Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://camara.leg.br)

Para facilitar a ilustração das leis joaninas somadas, criamos esse gráfico com o somatório das leis durante o período de treze anos do reinado de D. João VI na colônia e a partir de 1815 no Reino Unido, percebemos que os primeiros quatro anos da série são muito importantes pelas questões já mencionadas anteriormente da consolidação e transmigração do aparato burocrático português, seguindo por uma estabilidade nos anos médios até um crescente número de legislação a partir do ano da Revolução Pernambucana, Revolução Liberal do Porto e Pedido de Regresso em 1821 para sua origem.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

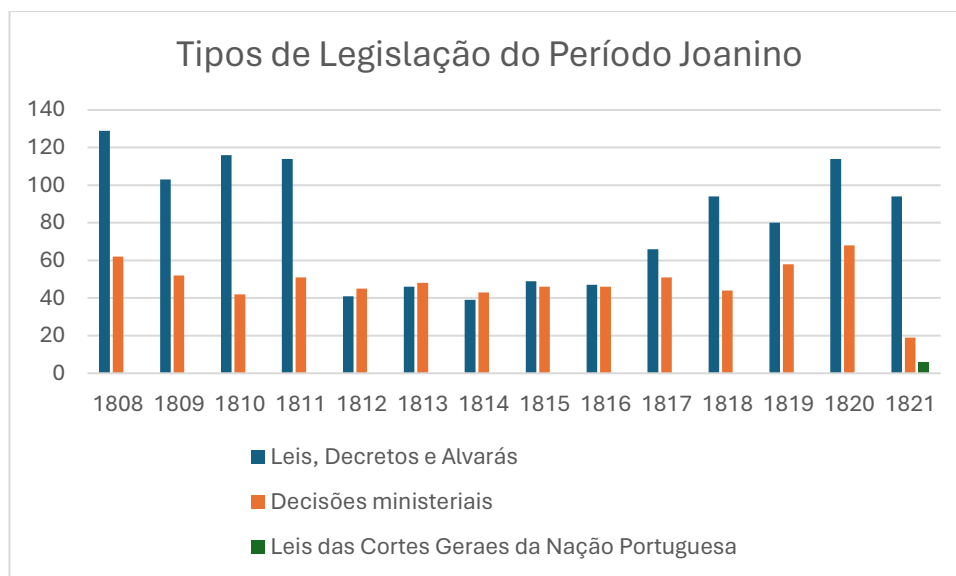


Gráfico 2. Tipos de Legislação do Período Joanino. Fonte: Autoria Própria, dados extraídos da Câmara Federal. Disponível em: [Coleção de leis anuais do Brasil — Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://camara.leg.br)

Nesse gráfico tivemos a separação da legislação pelos tipos de leis existentes durante o período joanino e notamos uma importância maior nas decisões monárquicas nos primeiros anos da administração do Rei e o aumento significativo das decisões ministeriais, gerando em certos momentos a ultrapassagem perante as leis do então Príncipe D. João e depois ganhando mais força a partir de sua coroação como Rei de Portugal e mantendo forte administração até sua partida para sua origem no primeiro semestre de 1821.

É necessário apresentar esses dois Conjuntos como a Legislação direta do Monarca, e a legislação dos “ministros”, no primeiro observamos nos documentos tipologias como **Alvarás, as Cartas de Lei, as Cartas Patentes, os Decretos, os Manifestos e os Plenos Poderes**. No segundo observamos uma separação da legislação não por nomenclaturas jurídicas e sim por assuntos que podemos chamar “pastas” as categorias criadas são “Brasil”, “Fazenda”, “Guerra”, “Estrangeiros”, “Guerra/Estrangeiros”, “Marinha” e “Reino”.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

A partir do período compreendido entre 1821-1830<sup>183</sup>, a legislatura do Brasil antes dividida entre duas categorias – Cartas de Lei, Alvarás, Decretos, Cartas Régias e as – Decisões, se multiplicam em sete categorias: Cronologicamente apresentam-se os Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás permanecendo de 1821-1825, as Decisões ministeriais de 1821-1830, as Leis das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituinte da Nação Portuguesa durante os anos de 1821-1822, as Leis da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa em 1823, a Constituição Política do Império do Brasil em 1825, os Atos do Poder Executivo de 1826-1830, os Atos do Poder Legislativo de 1826-1830.

Dentro da categoria dos Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás, encontramos mais tipologias distintas, são elas “Acta”, “Acto Diplomático”, “Alvará”, “Carta”, “Carta de Lei”, “Carta Imperial”, “Carta Régia”, “Constituição Política do Império do Brasil”, “Decreto”, “Edital”, “Falla”, “Juramento”, “Manifesto”, “Proclamação”, “Requerimento”, “Resposta” e “Vereação”.

Já no que se refere aos “ministros” observamos mais uma vez a separação não por nomenclaturas e sim pelas “pastas”, algumas categorias são excluídas enquanto outras tem sua manutenção. Nesse período, visualizamos as categorias “Empréstimo”, “Estrangeiros”, “Fazenda”, “Guerra”, “Guerra/Estrangeiros”, “Império”, “Justiça”, “Marinha”, “Ministro Especial”, “Proclamação”, “Reino” e “Reino/Estrangeiros”.

<sup>183</sup> [1821-1830 — Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://1821-1830 — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br))



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

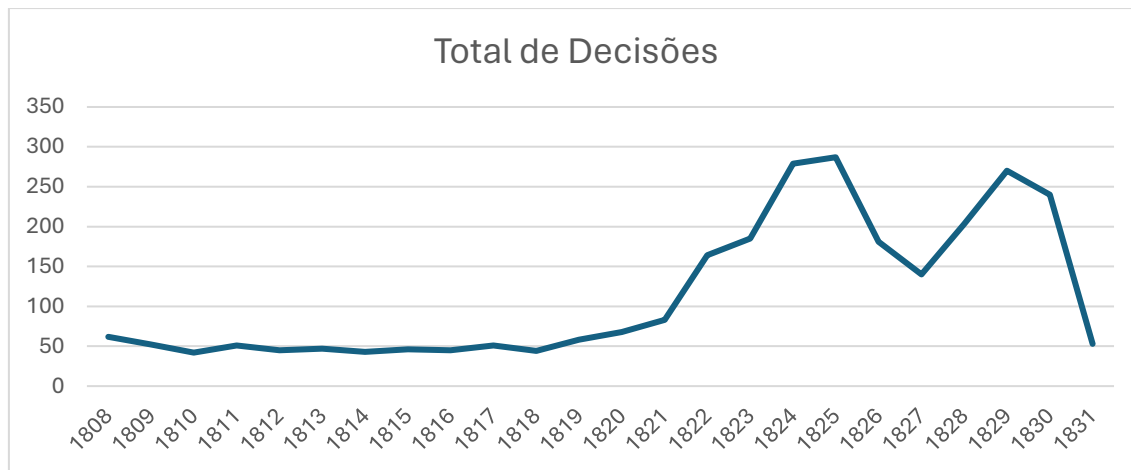


Gráfico 3. Total de Decisões. Fonte: Elaboração Própria, dados extraídos da Câmara Federal. Disponível em: [Coleção de leis anuais do Brasil — Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://Coleção de leis anuais do Brasil — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br))

Nas Leis Ministeriais as categorias são divididas através de “pastas” os assuntos separados em 13 categorias são: Brasil, Emprestimo, Estrangeiros, Fazenda, Guerra, Guerra/Estrangeiros, Império, Justiça, Marinha, Ministro Especial, Proclamação, Reino e Reino/Estrangeiros.

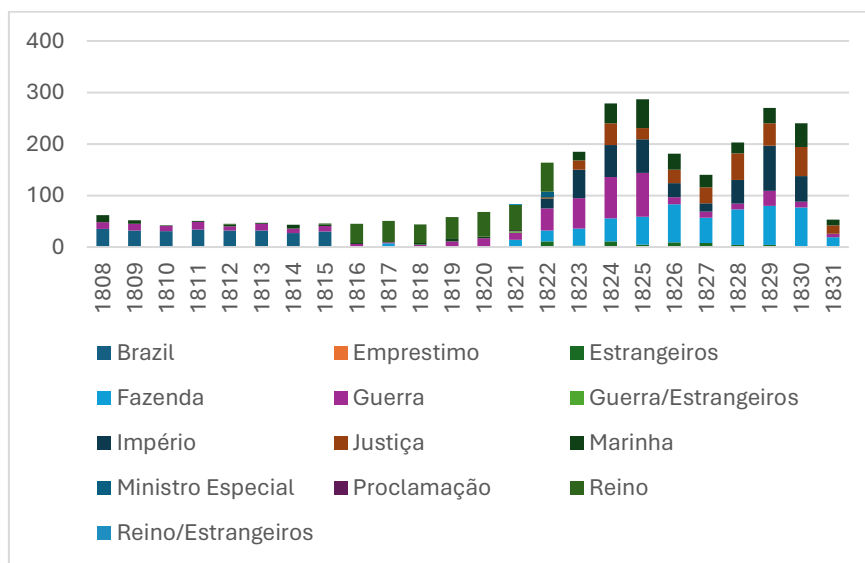


Gráfico 4: Decisões Ministeriais do Príncipe Regente D. João até a Abdicação do Imperador. Fonte: Autoria Própria, Leis da Câmara Federal. Disponível em: [Coleção de leis anuais do Brasil — Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://Coleção de leis anuais do Brasil — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br))



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

As decisões ministeriais do governo de D. João VI permanecem muito padronizadas ao longo dos anos em que o monarca governa o Império Português, percebemos o aumento no gráfico de decisões tomadas por seus ministros no ano de 1820 frente as pressões exercidas pelas cortes instauradas na Revolução Liberal do Porto, nas insatisfações do posicionamento do monarca com relação ao Reino do Brasil.

Durante o ano de 1821 as decisões iniciais são tomadas pelo Rei e ao tornar o Príncipe Regente o soberano do Brasil as decisões passam a tomar a vontade do futuro Imperador e com essa mudança o caráter de governança do Brasil não mais se dará aos olhos de Portugal e sim aos brasileiros.

Nós temos a confirmação que as decisões tomadas pelos ministros durante o primeiro Império são muito mais assertivas e em quantidade se compararmos com o período Joanino, ou seja durante o império as questões pensadas nos parecem ter muito mais importância e folego permitido pelo Imperador do que o Rei de Portugal, essas afirmações de fato precisam ser mais aprofundadas com o avanço nos estudos.

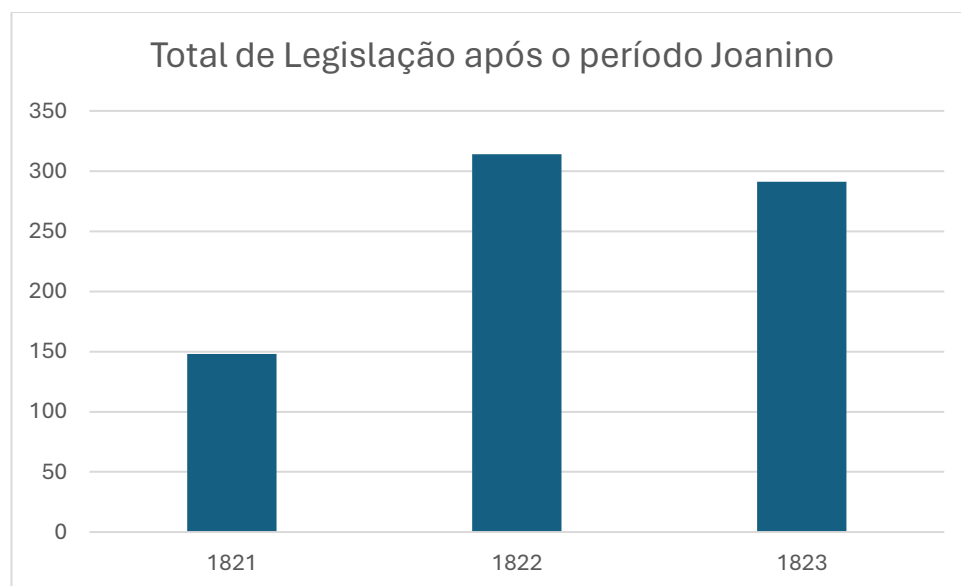


Gráfico 5. Total de Legislação após o período Joanino. Fonte: Autoria Própria, dados extraídos da Câmara Federal. Disponível em: [Coleção de leis anuais do Brasil — Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://colegiao.deleis.anuais.do.brasil)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Esse gráfico foi de fato importante para demonstrar que a legislação após abril de 1821 com o regresso do Rei D. João VI e a administração do Reino Unido do Brasil pelo Príncipe Regente Pedro I em nove meses no primeiro ano de governança são criadas 148 leis tanto de sua responsabilidade quanto dos ministros, e percebemos o salto para mais que o dobro em 1822 de 314 leis haja vista o processo de independência do Brasil que ocorre durante esse ano.

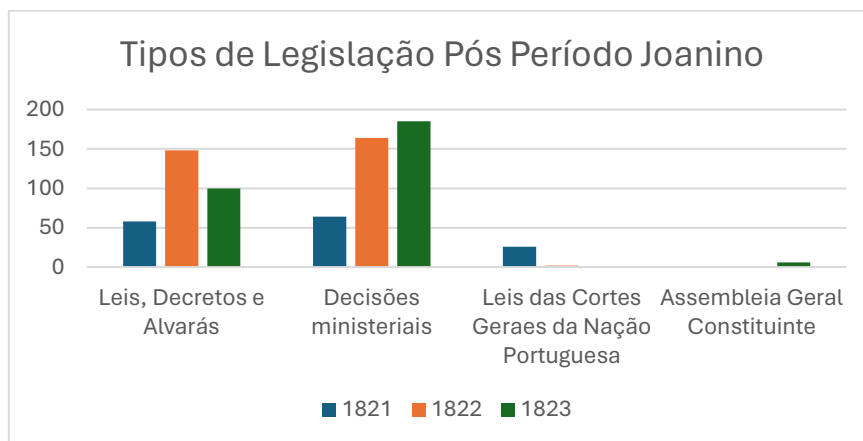


Gráfico 6. *Tipos de Legislação Pós-período Joanino*. Fonte: *Autoria Própria*, dados extraídos da Câmara Federal. Disponível em: [Coleção de leis anuais do Brasil — Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://camara.leg.br)

Nessa última análise a demonstração das diferentes legislações que ocorrem primeiro no ano de transição de governo do Rei para o Príncipe Regente, no ano seguinte já no momento da ruptura para a criação do Império do Brasil e por último no primeiro ano de governo consolidado do Império, percebe-se no que diz respeito às leis um crescimento com queda no decorrer dos três anos, diferentemente das decisões tomadas pelos ministros do Imperador, as tomadas de decisões aumentam com o passar dos anos e de fato demonstram o poder dos ministros nesse período de transição do Reino para o Império.

No ano de 1821 a legislação ocorrida no Brasil tem a adição de 33 leis tomadas por Portugal para a tentativa de controle efetivo e retomada do Brasil, porém no gráfico temos 26 devido as leis contabilizadas estarem depois da administração de D. João VI. E por último o ano de 1823 apresentam-se as leis definidas durante a Assembleia Geral Constituinte que foi dissolvida pelo Imperador Pedro I.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

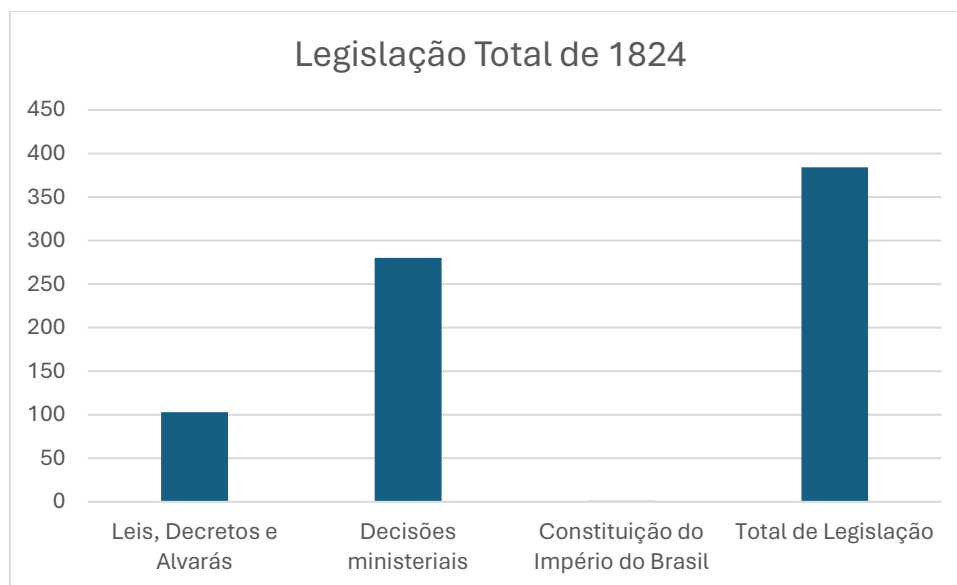


Gráfico 7. Legislação Total de 1824. Fonte: Autoria Própria, dados extraídos da Câmara Federal. Disponível em: [Coleção de leis anuais do Brasil — Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://Coleção de leis anuais do Brasil — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br))

O ano de 1824 é de extrema importância para o Império do Brasil, por ter tido no ano anterior conturbados embates políticos acerca da condução do futuro do Império com os deputados da Assembleia Constituinte e o Imperador em contrapartida em não ter um controle dos poderes e suas atribuições, temos então 103 leis criadas por Sua Alteza Real, 280 decisões atribuídas aos ministros e a constituição outorgada pelo imperador.

No ano de 1831<sup>184</sup> até o final do Império do Brasil em 1889, notamos em toda a documentação disponível que a Legislação passa a ser dividida em três categorias. Permanecem os Atos do Poder Executivo, os Atos do Poder Legislativo e as Decisões ministeriais. Dentro desta perspectiva nota-se a consolidação do poder do Monarca/Regentes, dos ministros do Conselho de Estado e dos Deputados e Senadores do Império.

No período analisado em 1831 até a abdicação do Imperador, as decisões ministeriais se pautam nas questões de Fazenda, Guerra, Império, Justiça e Marinha, os Atos do Poder

<sup>184</sup> [1831-1840 — Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://1831-1840 — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br))





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Legislativo não apresentam leis promulgadas e os Atos do Poder Executivo se limitam a Decretos, Proclamações e ao Ato de Abdicação.

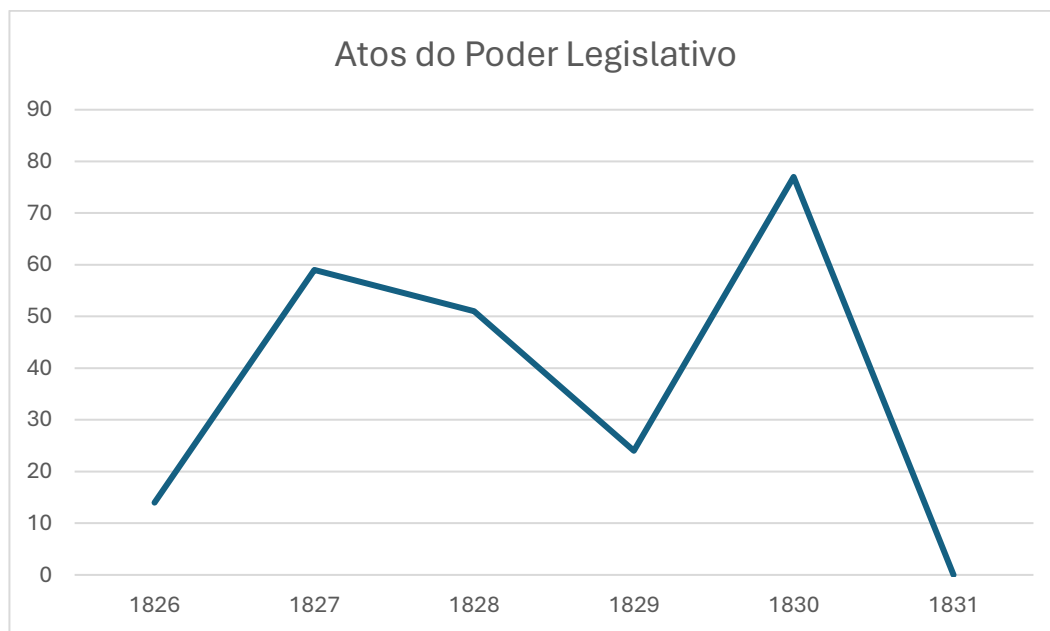


Gráfico 8. Atos do Poder Legislativo. Fonte: Autoria Própria, dados extraídos da Câmara Federal. Disponível em: [Coleção de leis anuais do Brasil — Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.camara.gov.br/legisla/legislacao/atos-do-poder-legislativo)

A Nova Legislação proposta a partir de 1826 com a eleição dos deputados do Brasil e a instauração da Assembleia Geral (Câmara e Senado) possibilita a criação de uma nova institucionalização nas leis apresentadas, para um novo período em que os deputados votados e selecionados para legislar sobre as questões do Brasil e conviverem com o Imperador se mostra no primeiro reinado um aprendizado se compararmos ao volume da legislação proposta tanto pelos ministros quanto pelos dois Monarcas. Para ilustrar durante os anos de 1826 são criadas 14 leis, em 1827 temos 59, em 1828 mais 51, no ano de 1829 apenas 24, no ano de 1830 o maior da série 77 e o ano de 1831 como foi analisado até abril, não apresentou nenhuma lei para compor o estudo.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

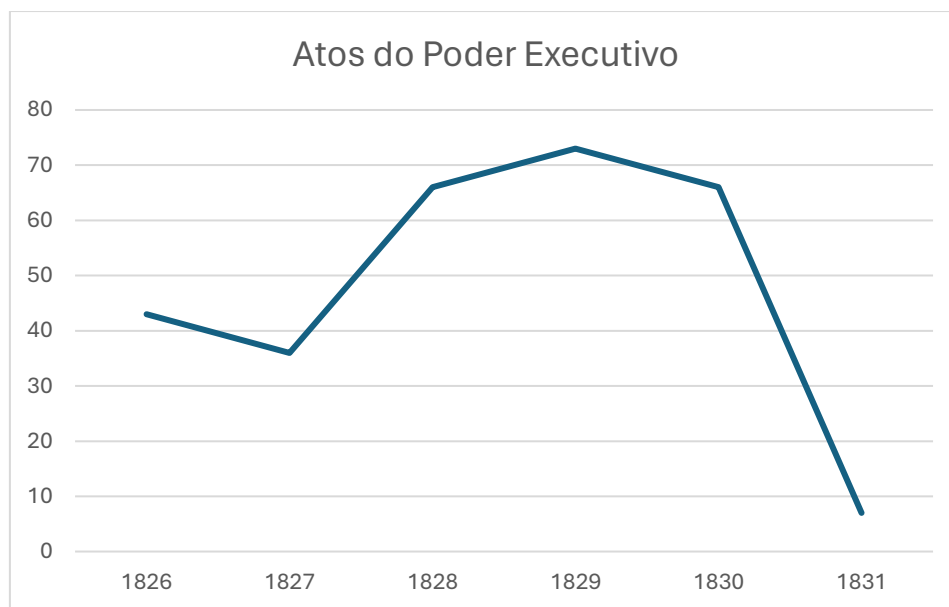


Gráfico 9. Atos do Poder Executivo. Fonte: Autoria Própria, dados extraídos da Câmara Federal. Disponível em: [Coleção de leis anuais do Brasil — Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://Coleção de leis anuais do Brasil — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br))

Como já foi mencionado anteriormente todo o tipo de legislação criado pelo Imperador do Império do Brasil que estava agrupada na série até 1825 passa a ser nomeada de 1826 em diante de Atos do Poder Executivo, percebe-se o poder de fato da execução das leis vindas diretamente de Sua Alteza Real como o Imperador desejava ser chamado nos anos finais de seu governo, antes da sua abdicação. Mais uma vez para ilustrar o período durante os anos de 1826 são criadas 43 leis, em 1827 somam 36, em 1828 o salto para 66, no ano de 1829 o maior da série 73, no ano de 1830 uma queda de 66 e o ano de 1831 como foi analisado até abril, temos apenas 7 leis sendo então criadas pelo Imperador que deixa o controle do Brasil para a regência até que se complete a maioria do seu filho D. Pedro de Alcântara.

Nesse momento estamos preocupados em manter uma análise quantitativa sobre a legislação do momento pré independência, governo do primeiro império até seu declínio, do que delimitar se a legislação é política, econômica ou cultural, essa análise feita anteriormente servia nos estudos que foram guiados pelo trabalho de França e Saraiva, a



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

partir de agora entendemos que o guia industrial ou não baseado nos estudos fluminenses não contemplara na formação do Estado em si.

O somatório em volume de legislação é tão importante para compreender a formação do Estado Imperial brasileiro que analisamos todo esse conjunto em um nível horizontal propondo quatro delimitações. A legislação total desde o período joanino somada a abdicação de D. Pedro I soma um total de 4923 leis, essas leis foram divididas em quatro grandes grupos.

A Primeira delas são as Leis Constitutivas, ao ler os títulos das leis sabemos de fato que a importância nas questões fundamentalmente econômicas/políticas da formação do Império que se consolida em suas escritas. Porque desenham a estrutura da nação por exemplo: “Recommenda aos Governos Provisorios que promovam a união de todas as Províncias com sujeição á Regencia de S.A. Real em 30/01/1822”.

A Segunda são as leis formativas, observando os seus assuntos sabemos que são leis muito mais de apoio aos acontecimentos políticos/econômicos, ao contrário, apenas regulamentam as decisões anteriores “Regula a cobrança dos direitos de 2% sobre as mercadorias que se exportarem dos portos do Brazil, e crêa nas Alfandegas da Bahia e Pernambuco mais um Officio de Escrivão da Mesa Grande em 22/09/1818”.

A Terceira as Leis Ordinárias são leis que irão tratar de assuntos muito específicos, essas especificidades podem ser questões muito pequenas e que não terão profundo impacto no conjunto da formação da nação, mas tratam de questões cotidianas e as regulamentam, sem alterar o princípio das anteriores, exemplo: “Crêa o logar de Piloto Pratico da Barra do Rio de Janeiro e dá-lhe regimento em 12/06/1808”.

Por último a Quarta são as leis de menor importância, muitas vezes essas leis são assuntos corriqueiros que definem questões de menor alcance do império do Brasil no que se refere a vilas, igrejas, criação de escolas, assuntos que de fato não tem o mesmo peso no que diz respeito as tomadas de decisões impactantes na formação econômica de uma



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

província ou que esbarre na diplomacia brasileira, por exemplo “Determina sobre as bandas de Músicas dos Regimentos do Rio de Janeiro em 27/03/1810.”

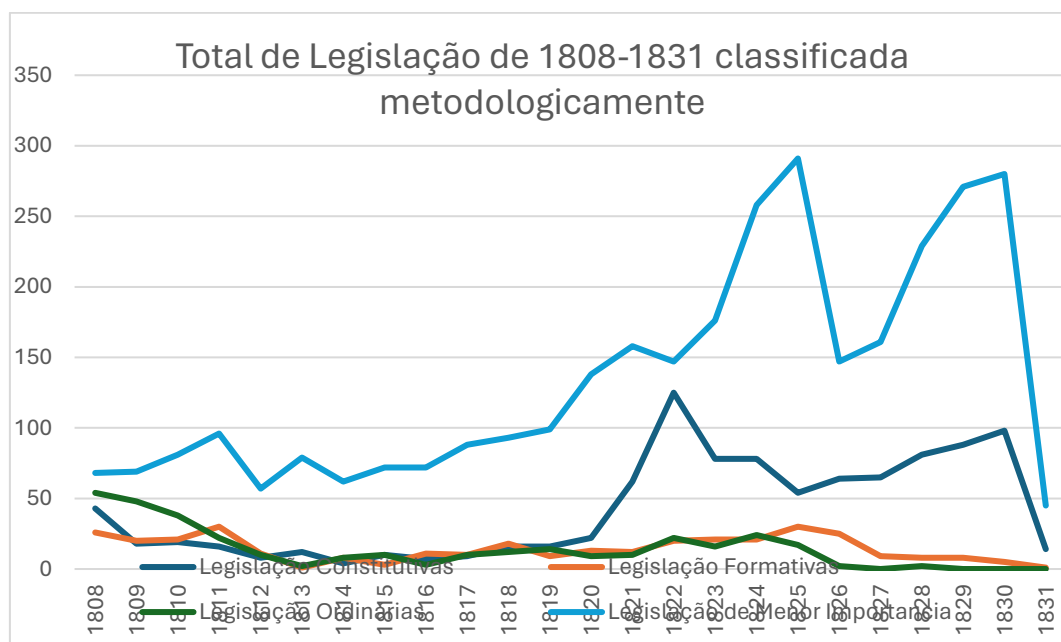


Gráfico 10. Total de Legislação de 1808-1831 classificada metodologicamente. Fonte: Autoria Própria, dados extraídos da Câmara Federal. Disponível em: [Coleção de leis anuais do Brasil — Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://Coleção de leis anuais do Brasil — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br))

O gráfico acima representa as leis divididas nos quatro grupos citados anteriormente e percebemos grande importância no ano de 1808 no período joanino com volume maior de leis gerais frente aos outros treze anos, muito por influência da transmigração das instituições portuguesas, da abertura dos portos para a Inglaterra, da criação dos principais órgãos para o funcionamento econômico como o Banco do Brasil.

O Biênio 1821-1822 não poderia ser um período pouco requisitado para as leis brasileiras, nesse momento da história do Brasil, verificam-se as movimentações pela independência e as tomadas de decisões do “príncipe regente e perpetuo defensor do Brazil” e os últimos anos do império como forma de ajudar o controle da economia do Estado devido as crises econômicas pelas dívidas contraídas da formação do Império refletem uma tentativa de racionalizar a legislação, além do que nesse período tivemos duas assembleias



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

constituintes que “tentaram” estabelecer e modificar aspectos formais de nossa estrutura política.

Nosso trabalho a partir da análise dos dados qualitativos das leis, no que diz respeito à discussão que permeia a formação do Estado Imperial Brasileiro, pode elucidar ainda que o número de leis sejam menores quando analisadas em conjunto da totalidade das mesmas, a reflexão de uma preocupação, de fato em se ater ao projeto de estabelecer uma organização e racionalização da legislação principalmente no movimento de independência de 1822 em diante, percebendo o aumento de legislação extraordinária conseguimos demonstrar no próximo gráfico. O Total de Leis são expressas pelas 4918, desse total temos 1007 Leis Constitutivas, 341 Leis Formativas, 333 Leis Ordinárias e 3237 Leis de Menor Importância.

Dessas Legislações analisadas, buscamos entender um sentido geral, ou os vários sentidos em todas essas leis constitutivas do período analisado. Das leis em termos internacionais no que se referem as questões diplomáticas e guerras por exemplo, das questões administrativas no que diz respeito a criação de instituições que regulam ou o a colônia/reino unido ou o Império, passando por questões econômicas quando se trata de fiscalidade ou incentivo econômico de determinados gêneros, as questões cívico-penais quando abordam o direito das pessoas, os direitos políticos sobre censura, liberdade de imprensa.

A partir da análise do somatório das Leis Constitutivas e Leis Formativas de todo o período definimos quais foram os registros de fato mais importantes para as questões econômicas dos nossos estudos. O movimento econômico no que diz respeito a legislatura tanto do Rei quanto do Imperador sinalizam para categorias específicas que iremos apresentar.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

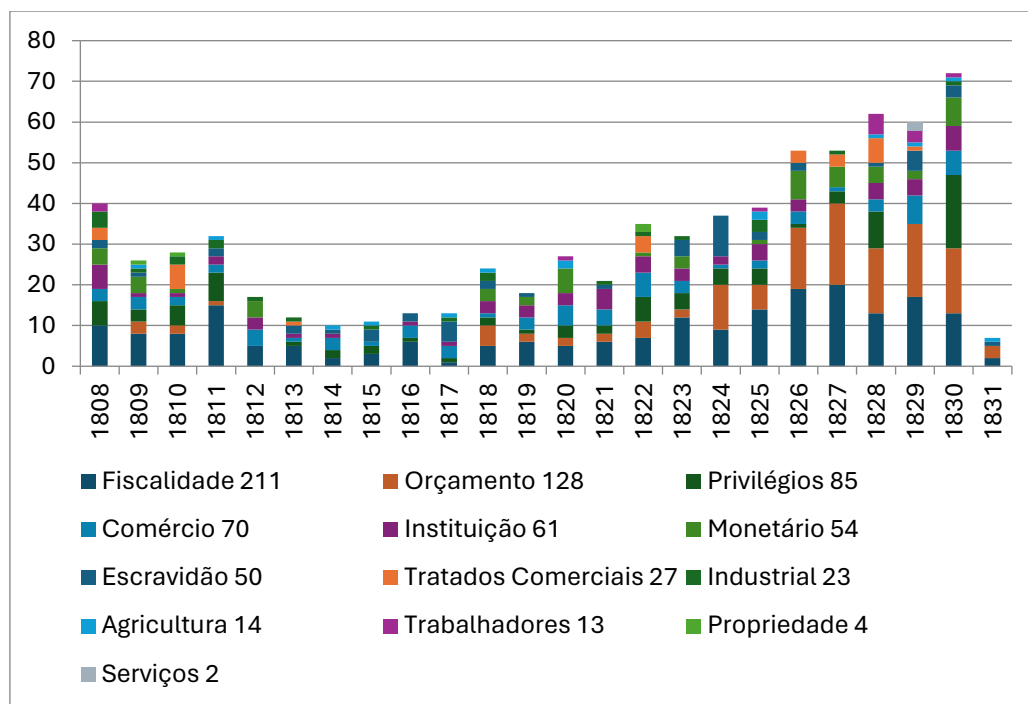


Gráfico 11. Análise Econômica das Leis Constitutivas e Formativas. Fonte: Autoria Própria, dados extraídos da Câmara Federal. Disponível em: [Coleção de leis anuais do Brasil — Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://Coleção de leis anuais do Brasil — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br))

O volume de legislação foi analisado e separado metodologicamente por áreas de interesse dos nossos estudos. Criamos as categorias de Agricultura, Comércio, Escravidão, Fiscalidade, Industrial, Instituição, Monetário, Orçamento, Privilégios, Propriedade, Serviços, Trabalhadores e por fim Tratados Comerciais.

Dessas temáticas o que se refere a Agricultura, normalmente aparecem questões da lavoura, do gado, ou de alguma commodity como o algodão, das questões comerciais percebe-se relativas vantagens, cobranças, melhoramentos nas questões da classe dos comerciantes. Na pauta da escravidão as leis desse período se preocupam com o tráfico, da proibição da atividade, das imposições da Inglaterra, dos impostos pagos por escravos.

Na Fiscalidade abarcamos diversos tipos de legislação, arrecadação, taxaço, regulamentação de cobranças, direitos, dízimos, autorização de descontos, alteração de impostos, isenções fiscais sendo essa categoria a maior de todas as apresentadas.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Industriais apresentam questões referentes às indústrias, incentivos industriais, e promoção a essa atividade pelo período estudado.

Instituição é uma categoria que reflete qualquer tipo de legislação criada para promover uma instituição, ou que se refira a uma específica. Aqui de maneira destacada preferimos não destacar em outra categoria as leis referentes ao Banco do Brasil, haja vista que durante essa análise inicial apenas esse Banco foi citado. Futuramente pensamos em desmembrar em uma nova categoria, a fim de abarcar não somente o primeiro reinado como a regência e o segundo reinado.

A categoria Monetário se refere a todas as leis referentes a mudanças de moeda ou uso da matéria prima metal para confecção, regulamentação, aumento, proibição, criação de moeda brasileira ou estrangeira.

No que se refere ao Orçamento é evidente a importância de se pensar os gastos públicos ou privados da coroa com relação ao bem comum, as leis criadas podem refletir não somente gastos como recebíveis para complementar o orçamento, aqui encontramos doações por exemplo.

Privilégios em sua grande maioria são de fato benefícios dados a pessoas com maior prestígio na sociedade, percebemos doações de sesmarias, doações de pensões, aprovação para estabelecimentos, de invenções, aprova mercês.

As leis de Propriedade esbarram na propriedade de alguém, normalmente dando benefícios ou esclarecendo o que é ou não algo privado, como o volume é pequeno estudamos destrinchar essas leis em outras categorias que podem absorver porque se assemelham muito aos privilégios.

Apenas duas leis sobre serviços aparecem no período inicial, sobre o pagamento de passagens e comedorias em paquetes nacionais e cobrança de impostos sobre tavernas e botequins, atividades de socialização para o povo.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Na questão dos trabalhadores a maioria das leis é referente a regulamentação de salários de militares, professores e alguns funcionários do Estado, como ficam específicos aos trabalhadores essa categoria não ficou junto a fiscalidade.

Por fim os Tratados Comerciais são leis referentes a parte diplomática do período estudado, tanto tratados criados com Inglaterra, Portugal, França entre outros como também o reconhecimento da Independência por Portugal, por exemplo.

## Considerações Finais

Esses assuntos nos fazem refletir os objetivos crescentes no decorrer da segunda década do século XIX pela modernização do Estado Imperial frente as demandas “arcaicas” provenientes do antigo regime. Nota-se a partir das leituras iluministas, liberais o esforço modernizante racional por uma centralização nas questões econômicas visando a prosperidade e o bem comum dos cidadãos do Império.

256

A partir da organização do que chamamos de Fiscalidade e Orçamento é concreto afirmar que esses esforços de fiscalidade no que diz respeito a cobrar tributos, de reorganizar o Estado que estamos presenciando é demonstrado pelo volume de legislação crescente a partir da administração de D. Pedro I.

Qualitativamente temos as mudanças no orçamento, podemos afirmar que o Estado está se organizando e destruindo os antigos tipos de impostos, as velhas formas de cobrança para dar espaço a atualização em uma economia cada vez mais transformada no capitalismo e racionalmente mais preparada, buscando nos anos finais do primeiro reinado uma organização inspirada nos modelos dos países tanto europeus quanto americanos com suas legislações mais modernas.

## Bibliografia





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

ARRUDA, José Jobson. Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808. Bauru, SP. EDUSC, 2008.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva (Aspectos da ilustração no Brasil. Revista do Instituto Historico Geográfico Brasileiro, 1968.

DIAS, Maria Odila. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo: Falameda, 2009.

EGAS, Eugenio. Cartas de D. Pedro príncipe regente do Brasil a seu pae D. João VI Rei de Portugal (1821-1822). São Paulo, Typographia Brasil, de Rothschild & Cia. 1916.

FRANÇA DA SILVA, Lílian; SARAIVA, Luiz Fernando OS ATOS DO PODER LEGISLATIVO NO IMPÉRIO BRASILEIRO (1826-1889) Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, vol. 3, núm. 1, janeiro-abril, 2011, pp. 5-32.

HESPANHA, António Manuel. Guiando a Mão invisível direitos, estado e lei no liberalismo monárquico português. Coimbra: Almedina 2004

KIRSCHNER, Tereza Cristina. José da Silva Lisboa. *Visconde de Cairu: Itinerários de um luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte, MG: PUC-Minas, 2009

LOBO, Maria Eulália L. História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Vol. 1, Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MAXWELL, Keneth. Pombal e a nacionalização da economia luso-brasileira. In: \_\_\_\_\_. Chocolate, Piratas e outros Malandros. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999, p. 89.

NEDER, Gizlene. A Recepção do constitucionalismo moderno em Portugal e a escrita da História do Direito. Passagens. Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, pp. 510-533, 2012.

NEVES, Guilherme Pereira das. Do império luso-brasileiro ao império do Brasil (1789-1822). Ler História, Lisboa, vol. 27/28, 1995.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Liberalismo político no Brasil: idéias, representações e práticas (1820-1823)”. In: Guimarães, Lucia Maria P. e Prado Maria Emília



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

(orgs.). O liberalismo no Brasil Imperial. Origens, Conceitos e Práticas. Rio de Janeiro: Revan/UERJ, 2001.

NOVAIS, Fernando Antonio; ARRUDA, José Jobson de Andrade. Introdução: Prometeus e Atlantes na forja da nação. In: CAIRU, Visconde de. José da Silva Lisboa. *Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 14.

PEREIRA, Vantuil. “Ao Soberano Congresso”: Petições, Requerimentos, Representações e Queixas à Câmara dos Deputados e ao Senado – Os direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831). Tese, História UFF. Niterói, p.360. 2008.

PINTO, Luiz Maria da Silva, Dicionario da lingua brasileira, Ouro Preto , Typographia de Silva , 1832

RUSSEL-WOOD, A.J.R.. **Dossiê 2: Do Império de Portugal ao Império do Brasil** • Rev. Bras. Hist. 18 (36) • 1998

SILVA, Antônio de Moraes, 1755-1824; Bluteau, Rafael, 1638-1734 Dicionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro, Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira. 1789

SOUZA, Laura de Mello. O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Cia das Letras

VILLALTA, Luiz Carlos. *O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016. p. 26-27.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Trabalho abstrato e economia política: uma análise do conceito de trabalho abstrato na teoria clássica do valor

Diego Eymard<sup>185</sup>

Múcio Tosta Gonçalves<sup>186</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo discutir a teoria do valor, especificamente o conceito de trabalho abstrato e sua relação com a economia política. Para isso, explora-se a evolução do conceito de trabalho abstrato desde Petty, passando por Quesnay e Turgot e alcançando a crítica de Ricardo a Adam Smith, destacando as contribuições e críticas presentes em cada autor. O tema é desenvolvido de modo a evidenciar que, num primeiro momento, o trabalho criador de valor é tomado pela economia política clássica por suas características particulares, portanto confundido com o trabalho concreto; e, num segundo momento, as qualidades específicas do trabalho que cria valor começam a ser abstraídas na análise do valor. Ao final, os autores concluem que o conceito de trabalho abstrato foi uma construção gradual, cujo pontapé inicial foi dado por Petty e que culminou em Ricardo. Por esse motivo, uma correta leitura da teoria do valor de Marx não pode perder de vista as contribuições desses economistas.

**Palavras-chave:** Trabalho abstrato; Teoria do valor; Fisiocracia; Adam Smith; David Ricardo.

259

<sup>185</sup> Graduado em Ciências Econômicas pela UFSJ. E-mail: [diegoeymardcp@gmail.com](mailto:diegoeymardcp@gmail.com)

<sup>186</sup> Doutor em Desenvolvimento e Agricultura pelo CPDA-UFRRJ. Professor do Curso Superior de Ciências Econômicas da UFSJ. E-mail: [mucio@ufsj.edu.br](mailto:mucio@ufsj.edu.br)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Introdução

O primeiro capítulo de *O capital* de Marx é revelador quanto à exposição feita sobre a teoria do valor. Isto porque Marx nos coloca diante de uma teoria do valor que abrange, gradualmente, a totalidade da categoria “valor”: após diferenciar o valor de troca do valor de uso, Marx estabelece que é através do valor que se deve entender a mercadoria e daí coloca em discussão a substância, a grandeza e a forma do valor.

Ao fazer isso, Marx traz inovações à construção da teoria do valor-trabalho, mas de forma alguma tal conquista pode desconsiderar as contribuições dos economistas políticos que o precederam. Por esse motivo, este trabalho possui como principal objetivo discutir estas contribuições acerca de um dos aspectos da teoria do valor: o trabalho abstrato.

Para isso, o conceito de trabalho abstrato será definido de antemão com a ajuda de Marx e de autores marxistas para que, depois, ele seja pensado como uma construção gradual que data desde as elaborações de Petty e culmina na crítica de Ricardo a Adam Smith. Com efeito, a metodologia adotada compreende leituras investigativas e sistemáticas dos textos destes autores e de comentadores que tratam do assunto, visando à interpretação literal dos textos e a estabelecer suas conexões internas.

260

## Notas sobre o conceito de trabalho abstrato

Em agosto de 1867, Marx, em carta a Engels, após finalmente terminar o primeiro volume de *O capital*, escreve:

Eis o que há de melhor em meu livro: 1. o destaque (e sobre isto se funda toda a inteligência dos fatos), desde o primeiro capítulo, do duplo caráter do trabalho, que se exprime como valor de uso ou como valor de troca; 2. a análise da mais-valia, independentemente das suas formas particulares: lucro, juro, renda da terra etc (MARX, 2020, p. 216).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Não é à toa que estas sejam as duas análises que Marx mais exaltou de sua obra: ao fazer crítica da economia política, era necessário diferenciar-se dos economistas políticos que ele chamava de “burgueses”, tanto nos princípios quanto nas consequências de sua teoria.

Nas primeiras páginas de *O capital*, Marx encontra uma contradição imanente à mercadoria: ela se apresenta como valor de uso e como valor de troca. Mas ao se apresentar nesta segunda forma, seu valor de uso tem de ser negado para servir de substrato material ao valor de troca. Eis que, na análise dialética traçada por Marx, surge o valor como um universal concreto que nega o valor de troca e o coloca apenas como sua forma de expressão (ANTUNES, 2012, p. 196). Aqui, o valor de troca é revelado como a aparência do valor, seu modo de expressão, abrindo caminho para que a forma de valor possa ser desvendada. No entanto, o processo dialético utilizado nesta superação de uma categoria por outra só pode ser entendido à luz dos diferentes caracteres dos trabalhos que estão por trás das relações às quais elas se referem.

Discutindo o duplo caráter do trabalho, Marx põe o leitor diante de dois conceitos não só distintos, mas que se opõem: o trabalho concreto e o trabalho abstrato.

Na subsunção<sup>187</sup> dos valores de uso pelo valor de troca, está escondida a subsunção dos trabalhos concretos pelo trabalho abstrato. Vê-se isso com nitidez ao perceber que, abstraindo-se os valores de uso, restam às mercadorias uma única propriedade em comum: a de serem produtos do trabalho. Isto é, com o desaparecimento do caráter útil dos produtos, “[...] desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros,

<sup>187</sup> O conceito de subsunção, em Marx, refere-se à superação dialética de uma categoria por outra, a subordinação de uma relação por outra. Zeferino (2017), analisando a subsunção do trabalho pelo capital, argumenta que a subsunção formal do trabalho ao capital é o momento histórico em que “[...] a produção social se torna capitalista e o valor de uso é subjugado ao valor de troca”, cuja determinação se dá pela “[...] expropriação das condições materiais de produção e de subsistência do trabalhador pelo capitalista” (ZEFERINO, 2017, p. 234) e cuja expressão material é a produção de mais-valia absoluta. Enquanto isso, a subsunção real significa o resultado do “[...] desenvolvimento tecnológico do modo de produção capitalista e tem como expressão material a generalização da extração de mais-valia relativa” (ZEFERINO, 2017, p. 236). Desse modo, na sociedade capitalista, estando o trabalho subsumido ao capital, o valor de uso é subordinado ao valor de troca (ZEFERINO, 2017, p. 246).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato” (MARX, 2013, p. 116).

Aqui é que o procedimento analítico de Marx se desloca mais acentuadamente da chamada “economia clássica”: não tomando as relações burguesas como naturais, mas como historicamente determinadas e sujeitas a mudanças, o que se quer alcançar são as categorias que são específicas da forma social burguesa. Cada uma destas categorias não é nada mais do que uma abstração do pensamento acerca de relações sociais, que são “[...] um tipo específico de relação entre os indivíduos, justamente aquela posta pela forma específica de sociedade que estes reproduzem” (MACHADO, 2022, p. 72).

Dessa maneira, assim como o valor de uso é negado pelo valor, o trabalho concreto é negado pelo trabalho abstrato. E que é o trabalho concreto? É o trabalho considerado em sua forma útil, específica, particular, como o trabalho do carpinteiro ou o do pedreiro. Esse tipo de trabalho se representa no valor de uso de seu produto e por esse motivo é abstraído. Nesse sentido, se o valor de uso é uma condição para que o valor se realize como valor de troca, o trabalho útil é o responsável por criar qualidades distintas entre as coisas. Para que haja troca de mercadorias, é preciso que seus valores de troca sejam iguais e seus valores de uso sejam diferentes; em outras palavras, que a quantidade de trabalho socialmente necessário para produzir cada uma delas seja a mesma e que os trabalhos concretos utilizados sejam diferentes (MARX, 2013, p. 119).

As relações mercantis ignoram o caráter útil dos produtos e os transformam em mercadorias, isto é, objetos permutáveis; ao fazerem isso, ignoram as qualidades de cada trabalho que é aplicado nesses produtos e o trabalho é reduzido a seu aspecto quantitativo, tornando-se trabalho abstrato. É a este último que a economia política deve dedicar atenção. Duas mercadorias cujas qualidades são diferentes podem ser igualadas numa troca porque as necessidades a que elas atendem são abstraídas; contudo é preciso que, ainda assim, elas possuam alguma substância em comum: ambos os trabalhos que produziram estas mercadorias, embora possuíssem meios e fins distintos, são dispêndios de cérebro, músculos, nervos, mãos, ou seja, são trabalho humano (MARX, 2013, p. 121).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Como salienta Antunes (2012, p. 194): “O trabalho humano genérico [...] é chamado por Marx de trabalho abstrato porque é trabalho abstraído de todas as suas formas úteis e concretas, porque é o resíduo encontrado após o processo de abstração das determinações sensíveis e naturais do trabalho”. O trabalho abstrato é o conteúdo que está por trás do valor, sua substância formadora, uma categoria especificamente burguesa. No entanto, o trabalho abstrato não pode ser tomado apenas do ponto de vista fisiológico, assim como nem todo trabalho socialmente igualado pode ser considerado abstrato. Vejamos como Rubin (1987) esclarece isto.

Tomando como base não apenas a discussão que Marx faz no capítulo 1 de *O capital*, mas também todo o desenvolvimento do tema em *Para a crítica da economia política*, Rubin (1987, p. 147) argumenta que é um erro muito comum entre marxistas e antimarxistas colocar o trabalho simples no lugar do trabalho abstrato. Quando esses dois conceitos são confundidos, o trabalho abstrato se reduz a um aspecto meramente fisiológico, desprovido de seus elementos sociais e históricos. Se uma categoria da economia política representa uma relação social de produção que possui uma forma histórica específica, e se o trabalho abstrato, tal como o valor que ele produz, é uma categoria da economia política, logo ele não pode ser considerado somente em função de seu sentido fisiológico, pois tal característica é de certo modo universal, independente do modo de produção em que ele se reproduz (RUBIN, 1987, p. 151).

De modo a aprofundar-se nesta discussão, Rubin (1987, p. 154) estabelece a diferença entre três tipos de trabalho igual: (1) trabalho fisiologicamente igual, (2) trabalho socialmente igualado e (3) trabalho abstrato. Enquanto o trabalho fisiologicamente igual refere-se à quantidade de esforço físico e mental que é despendida pelos trabalhadores na produção, o trabalho socialmente igualado baseia-se nas relações sociais e nas condições de produção de uma dada sociedade, correspondendo ao tempo médio de trabalho necessário para que um produto seja produzido nesta sociedade. Pontua Rubin (1987, p. 155): “Embora o trabalho abstrato seja uma propriedade específica da economia mercantil, o trabalho socialmente igualado pode ser encontrado, por exemplo, numa comuna socialista”.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Que é então o trabalho abstrato? É trabalho socialmente igualado na forma específica que adquire numa economia mercantil, e cujo pressuposto é o trabalho fisiologicamente igual. O trabalho socialmente igualado assume a forma de trabalho abstrato quando duas condições são satisfeitas: (1) quando a igualdade dos diferentes tipos de trabalho e dos indivíduos expressa o caráter social específico de trabalho privado realizado independentemente e (2) quando a igualação do trabalho se realiza sob uma forma material – ou seja, assume a forma de valor no produto.

Rosdolsky (2001) argumenta nesta mesma direção. Ao contrário de Hilferding, para quem o conceito marxiano de trabalho abstrato podia ser posto exclusivamente em seu sentido de trabalho “socialmente necessário”, Rosdolsky (2001, p. 114) estabelece que, em uma sociedade de “indivíduos isolados”, isto é, de produtores privados e independentes entre si, os trabalhos privados só se tornam partes do trabalho social na medida em que um valor de uso se vincule a outro valor de uso sob a forma do valor de troca. Assim é que os trabalhos privados das diversas pessoas se relacionam como trabalho igual e geral e assumem a forma-valor dos produtos do trabalho.

Nesse sentido, a diferença entre trabalho concreto e trabalho abstrato pode finalmente ser percebida: “Trabalho concreto é a definição de trabalho em termos de suas propriedades técnico-materiais. O trabalho abstrato compreende a definição de formas sociais de organização do trabalho humano” (RUBIN, 1987, p. 156). Assim, o que caracteriza o trabalho abstrato não é o dispêndio de energia humana enquanto tal; é, na verdade, a abstração das formas concretas de trabalho, isto é, uma relação social entre produtores mercantis separados.

Com efeito, Rubin (1987, p. 96-97) argumenta que, na economia mercantil-capitalista, o trabalho dos produtores individuais só pode adquirir o caráter de trabalho social através do valor, ou seja, o trabalho enquanto fenômeno social só pode expressar-se no valor. Sob esse ponto de vista, como afirma Marx, o valor da mercadoria exprime, na forma histórica do capitalismo, “[...] aquilo que de todo modo existe em todas as outras formas históricas de sociedade, ainda que em outra forma, a saber, o caráter social do trabalho na medida em que existe como dispêndio de força de trabalho ‘social’” (MARX,





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

2017, p. 271). Assim, o trabalho se torna abstrato ao ser assimilado a uma forma particular de trabalho, ou por meio da assimilação de seu produto com um equivalente universal, que Marx considerava como a objetificação ou materialização do trabalho abstrato.

## O trabalho abstrato na econômica política clássica

Posto o conceito de trabalho abstrato à maneira de Marx, o objetivo agora é procurar, no desenvolvimento da teoria do valor na economia política, o seu surgimento.

Considerado como um dos fundadores da teoria do valor-trabalho, William Petty (1623-1687) entendeu que, para que as mercadorias fossem medidas em dinheiro, era preciso que existisse uma outra medida por trás dele. Primeiro ele coloca a questão de quanto valeria, em dinheiro, o trigo ou a renda retirados do trabalho que se exerce na terra em determinado tempo (PETTY, 2014, p. 32), momento em que ele afirma o dinheiro como o equivalente do trigo. Para ele, o trigo e a prata possuem igual valor porque foram gastas as mesmas quantidades de trabalho na produção de cada um deles (RUBIN, 2014, p. 101).

A saber, o dinheiro, isto é, o ouro e a prata, dadas as variações constantes em seus próprios preços, não poderiam ser pura e simplesmente as medidas dos preços de todas as coisas. Assentando o problema desta maneira, Petty descobre a relação entre trabalho, valor e dinheiro, um mérito que o coloca como um dos grandes fundadores da teoria do valor-trabalho.

Melhor dizendo, de certo modo ele compreende que, na medição dos valores das mercadorias, já não mais importa a diferença entre cada tipo de trabalho – o que se leva em conta é somente o tempo de trabalho (MARX, 1980, p. 345). No entanto, o seu grande erro no que tange à teoria do valor é tentar criar uma equivalência entre terra e trabalho, misturando o trabalho agrícola – um trabalho concreto – com o trabalho em geral: “[...] todas as coisas deveriam ser avaliadas por meio de duas unidades de medida naturais, que são a terra e o trabalho” (PETTY, 1982, p. 33).

Tendo reconhecido a essência comum dos produtos como sendo o trabalho, Petty superou a imediatez da mercadoria enquanto objeto, enquanto produto que se destina a uma necessidade, embora não tenha superado as dificuldades do duplo caráter da



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

mercadoria, reflexo do duplo caráter do trabalho. O trabalho para Petty é assim concebido como uma determinada atividade vinculada ao que Curi (2016, p. 54) chama de “caráter coisal da riqueza”. Ou seja, ao invés de entender o trabalho como trabalho em geral, abstraído de suas especificidades, ele é identificado como uma atividade orientada à produção de valores de uso, como “[...] ato que transformava a natureza” (CURI, 2016, p. 55), ainda que sua propriedade de determinar as relações de troca tivesse sido apreendida.

Embora tenha descoberto que o valor é criado pelo trabalho, Petty incorreu a uma série de erros na teoria do valor que só seriam corrigidos séculos depois (RUBIN, 2014, p. 106), erros que persistem nos escritos dos fisiocratas. Por certo, o erro fundamental, que é considerar um trabalho concreto, específico e particular, como trabalho que cria valor, advém em grande parte da ideia de produtividade exclusiva da agricultura, que pode ser melhor analisada com Quesnay e Turgot<sup>188</sup>.

No chamado *Quadro Econômico*, Quesnay realiza a primeira tentativa científica de descrever o funcionamento geral do sistema econômico. Primeiro, ele dividiu a população em três classes: a dos proprietários, a produtiva (agricultores) e a estéril (comerciantes e industriais). A partir daí, Quesnay desenvolve seu *Quadro Econômico* de forma a mostrar como o produto líquido nacional era produzido e como a renda líquida se dividia entre as classes. A seguir, apresenta-se a Figura 1:

<sup>188</sup> Vale ressaltar que a escolha por Quesnay e Turgot é um recorte que leva em consideração a contribuição original que cada um dá à economia política no contexto da fisiocracia, em especial à teoria do valor. Mesmo assim, deve-se pontuar que os princípios desta escola foram postos antes por Cantillon, conforme observou Ingram (1915, p. 58). No quesito do valor, Cantillon (2001, p. 21) estabeleceu uma igualdade entre terra e trabalho na determinação da riqueza, colocando a terra como “[...] a fonte ou a matéria de onde se tira a riqueza” e o trabalho como “[...] a forma que a produz”.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Reprodução total: 5 bilhões			
	Adiantamentos anuais da classe produtiva	Renda para os proprietários das terras, o soberano e os dzaimeiros	Adiantamentos da classe estéril
Somas que servem para pagar a renda e os juros dos adiantamentos primitivos	2 bilhões 1 bilhão	2 bilhões	1 bilhão 1 bilhão
Despesa dos adiantamentos anuais	2 bilhões	Total .....	2 bilhões
Total .....	5 bilhões		dos quais a metade é retida por essa classe para os adiantamentos do ano seguinte

Figura 1: Formula do Quadro Econômico. Fonte: QUESNAY (1983, p.262)

O que Quesnay pretende é demonstrar que, a partir dos 5 bilhões de despesa para a reprodução anual, a classe produtiva (agricultores) produz um produto líquido maior do que a renda investida, que será repartido entre as três classes em proporções desiguais. Quesnay aqui expressa uma das máximas da fisiocracia: a ideia de que a riqueza só era realmente gerada na agricultura, sendo que o comércio e a indústria não possuiriam a capacidade de gerar nova riqueza (QUESNAY, 1983, p. 322-323). Necessitava, então, provar que existia esta produtividade exclusiva da agricultura e que todos os outros tipos de trabalho a parasitavam, e é nesse ponto que o problema da renda se conecta com o problema do valor.

Primeiro, Quesnay diferencia o valor de uso do “valor venal”, isto é, do valor de troca, que seria uma propriedade das riquezas que podem ser vendidas por seus possuidores (KUNTZ, 1984, p. 17). A respeito do valor venal, Quesnay diferenciou o preço fundamental de um produto (custos de produção) e o preço de sua venda em primeira mão (preço pago ao produtor). Todavia, ao adotar esta postura, Quesnay e seus seguidores tinham de resolver o problema de como o excedente só se geraria na agricultura, ou seja, esclarecer como o preço de venda excedia o preço fundamental.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Nesse ponto, Quesnay teve de recorrer à produtividade física da terra, que, para ele e os demais fisiocratas, se tornou o motivo de o valor do produto exceder o valor dos custos de produção, pois é ela que cria um excedente de produção *in natura* superior à quantidade do que foi investido. Desse modo, para Quesnay, toda a riqueza era produzida pelo trabalho numa forma particular, a agricultura: “As rendas são o produto das terras e dos homens. Sem o trabalho dos homens as terras não têm nenhum valor. Os bens primitivos de um grande Estado são os homens, as terras e os animais” (QUESNAY, 1983, p. 32 5). Logo, ele entende que todo o valor é gerado pelo trabalho do agricultor, um determinado trabalho concreto, que produz mais do que a remuneração que recebe, já que a classe estéril se apropria de uma parte, que não lhe é de direito, e a classe dos proprietários se apodera de outra, para a qual possui direito.

Ao contrário, Turgot parte de um ponto de vista diferente. De maneira engenhosa e muito inovadora para o seu tempo, ele contempla nas trocas a eleição de uma mercadoria equivalente – o dinheiro -, cuja qualidade é expressar o valor de outra. Ao fazer isso, percebe que, no mercado, todas as mercadorias podem se equivaler porque se medem umas pelas outras (TURGOT, 1979, p. 142). Assim, Turgot considera o ouro e a prata mercadorias como todas as outras e as analisa de acordo com suas propriedades sociais, colocando-as como signo de valor (TURGOT, 1979, p. 145-146).

Entretanto, o conteúdo deste valor, ao contrário da análise subsequente que se faz do valor de troca, é marcado pelas confusões típicas da fisiocracia. Para Turgot, a terra “[...] é a primeira e a única fonte de toda a riqueza; é ela que, através do cultivo, produz todo o rendimento” (TURGOT, 1979, p. 153). O trabalho do agricultor para ele é também o único produtivo, portanto, único capaz de criar valor e mais-valia.

Em suma, os fisiocratas conseguem perceber um tipo de trabalho como criador de valor, mas são incapazes de identificar a massa de trabalho humano que caracteriza o trabalho abstrato: “Vemos, assim, como os fisiocratas, no âmbito do trabalho agrícola, apreendem com acerto a mais-valia, considerando-a produto do trabalho do assalariado, embora concebiam esse mesmo trabalho na forma concreta que assume nos valores de uso” (MARX, 1980, p. 33). O caráter problemático desta tese, e que depois seria definitivamente



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

superado por Adam Smith, é passar da primazia física da agricultura à sua primazia social. Como nota Ingram (1915, p. 61), a doutrina relacionada à produtividade exclusiva da agricultura surgiu de uma confusão entre valor, por um lado, e matéria e energia, por outro.

Nesse aspecto, os fisiocratas cometem dois erros básicos, como aponta Rubin (2014, p, 166-167). Primeiro, a diferença física que supunham entre agricultura e indústria jamais teria existido, porque a agricultura em si mesma não produz substância alguma, tal como a indústria, pois são atividades que transformam a natureza. Na verdade, o que cria substância é o trabalho humano combinado às forças da natureza. Segundo, ao tomarem a produtividade física da agricultura como a fonte do valor e da mais-valia, os fisiocratas confundiram a produção de valores de uso com a produção de valor de troca, justamente porque padecem de uma dificuldade inerente aos economistas de seu tempo: tomar as forças produtivas como se fossem determinantes das categorias econômicas, ao invés de considerar as relações de produção reproduzidas pelos seres humanos que se apoderam destas forças produtivas na forma social capitalista.

Mas os fisiocratas, ao defenderem a produtividade exclusiva da terra, evidenciam, ainda que implicitamente, uma ideia decisiva para o desenvolvimento da economia política: somente o trabalho que rende mais-valia pode ser considerado produtivo. Assim é que refutam a ideia mercantilista de que o comércio seria uma ocupação produtiva capaz de gerar valor, abrindo espaço para que, a partir de Smith, o valor fosse procurado na produção de mercadorias.

Partindo da divisão do trabalho e das trocas, que são as premissas básicas de seu sistema – inclusive de sua teoria do valor, como aponta Mattei (2003, p. 276) -, Smith foi um dos pioneiros em estabelecer conscientemente a diferença entre valor de uso e valor de troca<sup>189</sup>. Focando no segundo, o escocês estabelece que “[...] o valor de qualquer mercadoria” é igual à quantidade de trabalho que ela tem “[...] condições de comprar ou comandar. Consequentemente, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as

<sup>189</sup> Nesse quesito, destaca-se também Benjamin Franklin que, não aceitando o dinheiro como fonte do valor e o colocando como sua medida, estabeleceu o trabalho como a fonte da riqueza de um país e reduziu sua medida à “[...] quantidade do trabalho que seus habitantes podem adquirir, e não pela quantidade de prata ou de ouro que eles possuem” (FRANKLIN, 1904, p. 383). Franklin entendeu que existia a diferença entre valor de uso e valor de troca, e reduziu o segundo a trabalho em geral, embora somente segundo à medida do valor e não à substância (CURI, 2016, p. 62).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

mercadorias” (SMITH, 1985, p. 63). A riqueza oferece, nesse quesito, um poder de compra ao seu possuidor, que, com ela, tem acesso ao comando de trabalho, e o valor de troca “[...] de cada coisa será sempre exatamente igual à extensão desse poder que essa coisa traz para o seu proprietário” (SMITH, 1985, p. 64).

Por esta razão, Carcanholo (1991) sustenta que a teoria do valor de Smith deve ser entendida a partir da pergunta principal que o escocês faz em sua obra, que gira em torno da natureza da riqueza. Segundo tal ponto de vista, a procura de Smith por uma medida invariável do valor não provém do fato de que o dinheiro é uma medida cujo próprio valor varia, mas de que a medida adequada do valor deveria estar associada à natureza da riqueza – daí a ideia de trabalho comandado<sup>190</sup>.

Para Smith, segundo Carcanholo (1991), a riqueza é uma relação social “[...] que implica domínio sobre trabalho alheio, capacidade de compra, de controle sobre o trabalho humano”. Desse modo, uma certa quantidade de uma mercadoria “[...] representa uma determinada magnitude ou grandeza de riqueza igual à quantidade de trabalho que com ela se pode comprar” (CARCANHOLO, 1991, p. 191).

No entanto, como percebe Marx (1980), Smith confunde a determinação do valor das mercadorias pela quantidade de trabalho requerida em sua produção com a capacidade que esse valor tem de comprar trabalho vivo, ao fazer “[...] do valor de troca do trabalho a medida do valor das mercadorias”, isto é, transformar o salário na medida de valor (MARX, 1980, p. 49). Por não se dar conta de que a força de trabalho se diferencia da forma já materializada do trabalho, e por não apreender a natureza social do valor, Smith desemboca numa teoria dos custos de produção<sup>191</sup>.

270

<sup>190</sup> Sobre o conceito de “trabalho comandado”, ver também o competente artigo de Lima (1986): “Encontra-se expresso, desse modo, o conhecido conceito smithiano de trabalho comandado (“labour commanded”). Esse conceito é bastante interessante porque, ao dizer que o valor da mercadoria é dado pela capacidade que ela tem de comandar, ou adquirir, o trabalho despendido em outras mercadorias, Smith põe em evidência que o detentor do trabalho passado, acumulado, passa a ter o poder de impor trabalho a outros indivíduos” (LIMA, 1986, p. 200).

<sup>191</sup> A teoria do valor de Smith se bifurca em direção à teoria dos custos de produção, quando, analisando a economia capitalista, ele diz que “[...] o valor da mercadoria é definido como a soma dos salários mais o lucro (e, em certas circunstâncias, mais a renda), isto é, como a soma dos ‘custos de produção’ tomados no sentido amplo do termo” (RUBIN, 2014, p. 244). De modo geral, a teoria dos custos de produção diz que a magnitude do valor é determinada pela soma dos custos de produção, isto é, salário, lucro e renda.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Em suma, ao partir de um dualismo metodológico que pretende investigar a medida do valor e as causas que determinam suas mudanças, Smith chega à conclusão de que é o trabalho despendido na produção de uma mercadoria que está por trás das causas que determinam as mudanças no seu valor, mas é o trabalho comandado que serve de medida. No entanto, ele não explica o que está por trás da diferença entre o trabalho incorporado na mercadoria e o trabalho que ela pode comandar no mercado, ou seja, não entende como o trabalho se bifurca em três remunerações diferentes e a força que o desempenha só recebe uma destas remunerações (MARX, 1980, p. 51).

Portanto, Smith capta o trabalho abstrato como a substância do valor das mercadorias e com isso põe fim à tese de que o trabalho agrícola em si mesmo poderia criar valor, mas não se serve desta correta ideia para nenhuma de suas conclusões. É como se fizesse o mesmo que todos os filósofos gregos fizeram na pesquisa das “quatro causas” antes de Aristóteles<sup>192</sup>. Melhor dizendo, Smith concebe corretamente a ideia de que não é a moeda que determina a riqueza, nem o trabalho agrícola, mas todo o trabalho gasto na sociedade. Mesmo assim, recorre ao trabalho comandado como medida do valor, aspecto que dará margem às críticas de Ricardo.

No que concerne ao valor, Ricardo foi mais longe do que todos os seus predecessores. Ele colocou a quantidade de trabalho necessária para produzir – e reproduzir<sup>193</sup> – a mercadoria como o que regula o seu valor de troca. Para ele, todas as mudanças quantitativas no valor de qualquer mercadoria estão associadas às mudanças da quantidade de trabalho empregada em sua produção. Nesse sentido, Ricardo se posiciona contra a concepção limitada de Smith e submete toda a sociedade burguesa à lei fundamental do valor (MARX, 1980, p. 601.).

<sup>192</sup> Aristóteles (2002), no Livro I (Alpha) de sua *Metafísica*, revisa todas as teorias dos filósofos que o precederam, inclusive Platão, de modo a buscar a contribuição de cada um acerca da teoria das quatro causas, isto é, a teoria que estuda as causas material, formal, final e eficiente (ou do movimento). No fim das contas, ele conclui que a maioria dos filósofos que descobriram uma ou mais das causas não se serviram delas em nenhuma de suas investigações, como é o caso de Smith em relação ao trabalho abstrato como substância do valor.

<sup>193</sup> Diferente de Smith, Ricardo estuda o processo de produção e as leis do valor dos produtos reproduzidos, isto é, das mercadorias cuja produção é constante, porque entende que “[...] o pleno desenvolvimento da lei do valor tem como pressuposto a sociedade da produção industrial de grande escala e da livre concorrência, isto é, a moderna sociedade burguesa” (MARX apud RUBIN, 2014, p. 309).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Ao partir da correta ideia do trabalho contido, Ricardo não pôde concordar com a identificação da remuneração do trabalho, da terra e do capital com a quantidade de trabalho empregada numa mercadoria (CURI, 2016, p. 108). Além disso, recusou-se a atribuir ao trabalho comandado a condição de regulador das proporções de trabalho que são trocadas: “[...] a quantidade comparativa de mercadorias que o trabalho produzirá é que determina o valor relativo delas, presente ou passado, e não as quantidades comparativas de mercadorias que são entregues ao trabalhador em troca de seu trabalho” (RICARDO, 1985, p. 46).

Assim, Ricardo (1985, p. 48) anuncia, bem antes de desenvolver sua teoria do valor com profundidade, que seu interesse estava não nos diversos trabalhos concretos e muito menos nas remunerações desses trabalhos, mas no trabalho abstrato. O conceito de trabalho despendido não diz respeito ao trabalho despendido nesta ou naquela atividade, mas ao trabalho despendido em qualquer atividade, retirando dele todas as qualidades e reduzindo-o à mera quantidade. Daí colocar o trabalho socialmente necessário como a medida do valor.

Contudo, as dimensões qualitativas ou sociais do valor não entraram em sua discussão, apesar de parecer ter se servido delas para estudar a magnitude do valor. Ricardo tomou fenômenos e características particulares da economia burguesa como fenômenos e características gerais de toda a história. Isso o fez desconsiderar as formas sociais que as coisas adquirem no contexto de determinadas relações de produção. Por isso é que se pode afirmar que Ricardo se preocupou muito mais com o aspecto quantitativo dos fenômenos, como a magnitude do valor e a quantidade de trabalho, do que com o aspecto qualitativo, como a forma social do valor, que, segundo Rubin (2014, p. 314), “[...] não é mais do que a expressão material das relações sociais e de produção entre pessoas como produtoras de mercadorias independentes”.

Desse modo, Ricardo reivindica que o fundamento da sociedade burguesa é a determinação do valor pelo tempo de trabalho (MARX, 1980, p. 598), fazendo disto o ponto de partida da ciência econômica e a ressignificando. É por esse motivo que Ricardo consegue expressar a contradição econômica entre as classes e revelar a luta histórica entre elas, promovendo uma verdadeira revolução teórica no modo de pensar a economia.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Mesmo esclarecendo o correto fundamento da sociedade burguesa, Ricardo não pesquisou o valor segundo a forma determinada que o trabalho assume como substância do valor, limitando-se ao estudo da magnitude de valor, isto é, as quantidades do trabalho abstrato que geram as diferenças nas grandezas de valor das mercadorias (MARX, 1980, p. 604). Então, “[...] não foi capaz de analisar a substância do valor, não foi capaz de superar o fetiche dos números tão próprio do pensamento burguês” e, conseqüentemente, não pôde “[...] entender a substância que dá vida e põe em ordem a sociedade burguesa; que faz efetivamente dessa sociedade uma totalidade orgânica, um ser vivo, real, concreto, histórico” (CURI, 2016, p. 123).

Vê-se com efeito que a economia política, apesar de ser capaz de estabelecer a diferença entre valor de uso e valor de troca, não conseguiu perceber que não é possível distinguir o valor de uma mercadoria de seu valor de uso sem expressá-lo sobre a forma de outro valor de uso (BACKHAUS, 1978, p. 24). A hipótese da economia clássica de que o trabalho determina pura e simplesmente o valor da mercadoria, quando não profundamente investigada e intrincada à análise da forma social capitalista, não passa de um “dogma metafísico”, como salienta Backhaus (1978).

273

## Conclusão

O desenvolvimento da teoria do valor na economia política mostra como a relação entre valor e trabalho foi traçada deixando diversas lacunas pelo caminho. Se Petty deu o pontapé que esta discussão precisava ao submeter o valor ao trabalho, foi também o responsável por intrinchar este trabalho à terra, ainda que parecesse ter apreendido a função que o trabalho em geral exerce nas trocas. É nesta relação do trabalho com a terra que os fisiocratas se perdem: embora tenham contribuído para a fundamentação da economia política de diversas maneiras, são eles os responsáveis por fazer a discussão do trabalho que cria valor recuar ao colocarem o trabalho agrícola como se fosse o trabalho em geral, apoiando-se na tese equivocada da produtividade exclusiva da agricultura.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Smith aparece para dizer: basta! O trabalho que cria valor é o trabalho em geral, e o valor pode ser reduzido à quantidade de trabalho que é despendida na produção de uma mercadoria. No entanto, após apreender o caráter abstrato do trabalho criador de valor, confunde-se quanto à medida do valor e se perde também no que se refere à substância, no momento em que argumenta pela via dos custos de produção.

Com efeito, Ricardo superou esta dificuldade, reduzindo o valor ao trabalho em geral e estabelecendo que sua medida é a quantidade de trabalho necessária à sua produção, mas esqueceu-se do caráter social do valor e isso o impediu de ver o trabalho abstrato em sua totalidade. Por mais que tenha sido o economista político que melhor formulou a teoria do valor-trabalho, a análise minuciosa do texto de Ricardo demonstra que sua compreensão de que o valor pode ser medido em trabalho não responde à questão de por qual motivo é o dinheiro que se consolida como medida do valor, e por isso a hipótese de que o valor pode ser reduzido a trabalho, que leva Ricardo a contemplar a existência do trabalho abstrato, é nele dogmaticamente assumida, sem ser demonstrada.

É somente com Marx que esta dificuldade de estabelecer as corretas distinções do caráter do trabalho que cria valor é superada. E isso só pôde ser feito devido a uma das questões essenciais da teoria do valor: se o valor é criado pelo trabalho, por que ele precisa do dinheiro para ser medido nas trocas de mercadorias? Esta é a pergunta que nos obriga a deduzir do valor o dinheiro, e que por isso torna compreensível que, apesar de o valor ser criado pelo trabalho, ele precisa se representar numa forma social que lhe dê materialidade.

As dificuldades que surgiram no caminho dos economistas políticos – e que também foram criadas por eles próprios – só seriam superadas por uma teoria do valor que o estudasse enquanto substância, grandeza e forma, segundo o seu conteúdo especificamente histórico e social, que superasse o fetiche da mercadoria e evidenciasse as conexões internas das relações burguesas.

## Bibliografia

ARISTÓTELES. *Metafísica*, vol. 2. São Paulo: Loyola, 2002.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

ANTUNES, Jadir. A dialética do valor em O Capital de Karl Marx. **Intuição**: Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 184-198, nov. 2012.

BACKHAUS, Hans Georg. Dialéctica de la forma de valor. **Dialéctica**, año III, n.4, p. 9-34, jan. 1978.

CANTILLON, Richard. **Ensaio sobre a natureza do comércio em geral**. Curitiba: Segesta Editora, 2001.

CARCANHOLO, Reinaldo A. O valor, a riqueza e a teoria de Smith. **Análise Econômica**: Porto Alegre, 9(15), p. 193-205, 1991.

CURI, Guilherme Habib Santos. **O valor-trabalho: a substância do valor na economia política clássica**. Dissertação de Mestrado do Programa de Mestrado em Filosofia da UFMG, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AFCP3E>>.

FRANKLIN, Benjamin. **A modest Inquiry into the Nature and Necessity of a Paper Currency**. In: The Works of Benjamin Franklin, vol. 1. New York: Indiana University, 1904, p. 371-395.

INGRAM, John Kells. **A history of political economy**. A. & C. Black, Limited, 1915.

KUNTZ, Rolf. **François Quesnay e a fundação da economia moderna**. In: QUESNAY. São Paulo: Ática, 1984, p. 7-42.

LIMA, Rubens Soares de. A atualidade do passado: notas sobre o conceito de trabalho comandado em Adam Smith. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 7(1), p. 197-204, 1986.

MACHADO, Gustavo. **Marx e a história**: das particularidades nacionais à universalidade da revolução socialista. São Paulo: Editora Sundermann, 2022.

MATTEI, Lauro. Teoria do valor-trabalho: do ideário clássico aos postulados marxistas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 271-294, 2003.

MARX, Karl. [Correspondência]. Destinatário: Friedrich Engels. Manchester, 24 ago. 1867. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cartas sobre O capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 216.

MARX, Karl. Glosas marginais ao Manual de Economia Política de Adolph Wagner, trad. Luiz Philipe de Caux. **Verinotio**, v. 23, p. 252-279, 2017.

MARX, Karl. **O capital**, vol. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia** - História Crítica do Pensamento Econômico. Volume 1-3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

PETTY, William. **Tratado dos impostos e das contribuições**. Col. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 2-78.

QUESNAY, François. **Quadro Econômico dos Fisiocratas**. Col. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 249-343.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Pólis, 1987.

RUBIN, Isaak Illich. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2014.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**, Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

TURGOT, Anne R. J.. **Reflexões acerca da formação e distribuição de riquezas**. In: Teorias da mais-valia: os fisiocratas, Col. Bases, Vol. 5. São Paulo: Global, 1979, p. 119-191.

ZEFERINO, B. C. G. Subsunção do trabalho ao capital: entraves para a emancipação do trabalho. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, n. 8, p. 232-247, out-2017.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Ferro, Trabalho e Capitalismo: A Inserção da África Ocidental no Sistema Mundo Capitalista do Século XVIII

Francisco Henriques<sup>194</sup>

**Resumo:** O presente trabalho analisa a inserção da região que consiste, aproximadamente, da Senegâmbia ao Golfo do Benim no Sistema-Mundo Capitalista e as consequências econômicas de tal processo. Ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, a intensificação do tráfico de escravizados foi acompanhado de perto pelo desenvolvimento de cadeias produtivas específicas no interior das sociedades africanas. A ascensão dessas cadeias, aliadas a uma série de transformações que pontuaram a segunda metade do século XVII e século XVIII, parecem ser as responsáveis por “empurrar” as sociedades africanas da região analisadas a uma reprodução cada vez mais dependente da relação existente no atlântico – ainda que isso não signifique, necessariamente, retrocesso econômico em níveis produtivos. Ao mesmo tempo, o ferro surge como um elemento sempre presente no processo analisado. A produção de ferro e a compra de ferro europeu por sociedades africanas acompanhou a intensificação do tráfico de escravizados. Igualmente, o ferro contém uma singularidade: isto é, o ferro dá as condições materiais para que essas cadeias produtivas ocorram dentro da África Ocidental. Isso significa que existe uma relação singular entre o ferro e o tráfico de escravizados, assim como o desenvolvimento de cadeias produtivas – dependentes do ferro – que efetivamente amarraram a região ao Sistema-Mundo Capitalista.

**Palavras-Chave:** África; Desenvolvimento; Cadeia Mercantil; Capitalismo

277

<sup>194</sup> Francisco de Oliveira Henriques, mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. O presente trabalho é completamente inédito e não se encontra em processo de julgamento em nenhum outro periódico ou coletânea. Email: [Franciscohenriques@id.uff.br](mailto:Franciscohenriques@id.uff.br)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Introdução

No dia 14 de dezembro de 1785, o mercador e traficante de escravizados Antera Duke acordava cedo. A manhã trazia uma densa névoa, mas havia trabalho a ser feito. Às 5 horas da manhã, o mercador se encontrava carregando grandes quantidades de inhames em suas canoas. Por volta de 8 horas da manhã, se dirigia com suas três canoas carregadas de inhames, 32 escravizados e seus associados à região costeira de Calabar, onde navios de traficantes europeus se concentravam à espera do suprimento de pessoas escravizadas por mercadores como Antera Duke. Uma vez a bordo do navio do Capitão Fairweather, venderam 25 escravizados e cerca de seis mil inhames, pelos quais receberam três canhões. Oito dias depois, em 22 de dezembro, Antera Duke aproveitou o bom tempo para enviar mais duas canoas com cerca de 1500 inhames ao navio do Capitão Hughes em troca de 150 barras de cobre (BEHREND et al, 2010. P. 170).<sup>195</sup>

Enquanto essas duas passagens parecem guardar fenômenos cotidianos ao trato atlântico, apresentam relações que se escondem ao leitor. Antera Duke fazia parte de um grupo social que surgira em diversas regiões do continente africano frente a intensificação do tráfico de escravizados. Ele era um mercador Efik, um agente intermediário entre vendedores de pessoas, donos de cadeias produtoras e traficantes europeus. Ele era, no termo mais simples, um facilitador do comércio. Antera Duke subia e descia o Rio Calabar, ligando os cativos e produtores que estavam mais ao interior aos europeus que infestavam a costa. Dos diversos relatos deixados pelo mercador, é notável como a venda de escravizados em Velha Calabar estava sempre acompanhada da venda de inhames, óleo de palma, marfim e, extremamente importante, da compra de barras de ferro. Assim como a ascensão de mercadores intermediários do trato, esses fatores constataam a incrível força de mudança que o tráfico de escravizados significou para as sociedades africanas.

<sup>195</sup> Importante ressaltar, o uso das fontes mencionadas provém de passagens do diário de Antera Duke, organizados na coletânea de Stephen Behrendt, A. J. H. Latham e David Northrup. Enquanto os documentos passaram por interpretações e reflexões por parte dos autores, os documentos apontam para importantes relações entre traficantes de escravizados europeus e agentes africanos.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Sob um olhar minucioso, a relação entre a compra de escravizados e o desenvolvimento de cadeias produtivas dentro da África Ocidental configuraram a manifestação mais poderosa da transformação social, política e econômica que o tráfico de escravizados ocasionou no continente. Transformação essa que interessou diversos autores das ciências sociais. Walter Rodney, pedra angular nos estudos sobre o continente africano, elege o tráfico de escravizados como o principal motor no processo de subdesenvolvimento da África, apesar da autonomia de que gozavam suas sociedades (RODNEY, 1972). John Thornton, por outro lado, encara que as sociedades africanas, enquanto detentoras de sua autonomia, não embarcariam em uma relação econômica desigual. Ao contrário de Rodney, pode-se dizer que Thornton enxerga que, se o tráfico de escravizados ocorria – sobretudo sob os termos das sociedades africanas –, ele não poderia ser nada além de interessante a essas sociedades (THORNTON, 1992).

No presente artigo as ideias de Walter Rodney encontram consonância, apesar de ser necessária uma problematização de seus aspectos específicos. O autor aponta que o tráfico de escravizados foi o responsável pelo subdesenvolvimento da África através da retirada sistemática de pessoas e, conseqüentemente, do potencial produtivo que representavam (RODNEY, 1972). Mas, contrariando a hipótese proposta por Rodney, diversas cadeias produtivas, incluindo-se aí o ferro, obtiveram ascensão em produtividade (BARROS, 1986, 2013; HALAND, 1980; WARNIER; FOWLER, 1979; ROBION-BRUNNER et al, 2006; ROBION-BRUNNER, 2010). Muito provavelmente, como o presente trabalho pretende demonstrar, a ascensão dessas cadeias não estava em oposição à intensificação do tráfico de escravizados, mas ligada intrinsecamente a esse processo. Isso significa que, assim como os fenômenos escondidos dos relatos de Antera Duke, o subdesenvolvimento da África pode estar ligado a associação de suas cadeias produtivas a uma dinâmica de acumulação de capital exógeno à África: o tráfico de escravizados.

No centro desse fenômeno se encontra o ferro, condição necessária à materialidade das cadeias produtivas. Em termos mais exatos, o ferro era utilizado para produzir instrumentos essenciais para processos de desmatamento, preparo da terra e plantio. Da mesma forma, o ferro era essencial para se escravizar e se defender da escravização. Com o



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

ferro sendo tantas vezes comprado por Antera Duke, esse fenômeno não seria particular de Calabar. Muitas partes da África Ocidental começaram a comprar avidamente o minério para desenvolver cadeias produtivas que seriam, por sua vez, mobilizadas para conseguir mais ferro. O inhame e o óleo de palma de Calabar, por exemplo, eram mobilizados pelos próprios traficantes europeus para suprir os africanos escravizados durante a travessia. Algo semelhante ocorreu em regiões como a Costa do Ouro, Golfo do Benim e partes de Guiné-Bissau.

O argumento levado a frente coloca esses aspectos como centrais para compreender a assimilação das sociedades africanas no sistema capitalista que maturava à época. Importante ressaltar, aqui o capitalismo é entendido para além do trabalho livre assalariado, mas essencialmente como a produção de valor em larga escala através da exploração de mão de obra, seja ela cativa ou não. O que deve ser mantido sob atenção é que a África Ocidental significou uma importante frente no processo de acumulação de capital britânico. A assimilação da região ao capitalismo não deve ser encarada isoladamente, mas entendida como uma engrenagem em um sistema muito maior que inclui, entre outras coisas, a produção nas Américas, a circulação de mercadorias produzidas por mãos africanas cativas e a reprodução cada vez mais acelerada de capital ao longo dos séculos.

Esse panorama mais abrangente transforma o Atlântico em palco do chamado Sistema-Mundo Capitalista, ferramenta teórica de grande importância no presente trabalho. Construído por autores como Samir Amin, Andre Gunder Frank e cunhado por Immanuel Wallerstein, o Sistema-Mundo compreende o amplo espectro de relações que compõem e dividem o mundo capitalista entre regiões centrais e regiões periféricas (AMIN, 1972, 1974; FRANK, 1977, 2010; WALLERSTEIN, 1974, 2011a, 2011b). Grosso modo, configura um mundo dividido entre regiões que acumulam capital e outras que se associam às redes de acumulação das primeiras. A África Ocidental e suas sociedades do século XVIII parecem ter sido associadas às redes de acumulação do Império Britânico como instrumentos necessários à aceleração constante no processo de reprodução de capital.

Esse conjunto de relações sociais de produção que se mostram atadas umas às outras é compreendido aqui como um ciclo de acumulação de capital. No livro *O Longo Século*





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

XX, Giovanni Arrighi compreende que a relação entre dinâmicas produtivas e o ordenamento das relações sociais estão intrinsecamente ligadas a um ciclo de acumulação, um sistema de reprodução intensiva de capital (ARRIGHI, 1996. p. 88). O Atlântico, nesse sentido, se torna palco e uma das muitas frentes do Sistema-Mundo Capitalista, ligando a África, as Américas e a Europa em uma relação de contínua reprodução de capital às custas de africanos e nativo-americanos. A África como motor das fazendas e minas das Américas e as Américas como as grandes produtoras de valor para a Europa.

Nesse sentido, para defender a hipótese apresentada o artigo se divide em duas partes principais. Na primeira parte é levado em consideração aspectos internos da África Ocidental na associação das sociedades africanas ao trato atlântico, através de uma discussão majoritariamente teórica. A transição de sociedades essencialmente escravistas que não operavam sobre o raciocínio do lucro para sociedades que passaram a se relacionar com o escravismo sob uma ótica especialmente mercantil deve ser abordada. Junto à questão do escravismo, o papel do ferro se mostrou um importante catalisador para a inserção da África Ocidental no Sistema-Mundo Capitalista ou, para colocar em outras palavras, para o subdesenvolvimento da África Ocidental.

Na segunda parte deve-se abordar cuidadosamente a questão das cadeias produtivas. Com especial atenção para os casos dos grupos culturais Balanta e Bijago da Guiné-Bissau e do Império Axante dos Akan, pode-se compreender como a inserção da África Ocidental esteve ligada não só a ascensão de cadeias produtivas no interior da região, mas associada a diversas transformações sistêmicas que, à luz do que foi discutido, aparentam ser demandas do ciclo de acumulação que penetrava cada vez mais as sociedades da África Ocidental.

## **Escravidismo e Demanda por Ferro: Catalisadores de um processo de assimilação**

O contexto social que a África apresentava ao mundo frente a inauguração do tráfico transatlântico era de extrema pluralidade. Mesmo que muitas vezes tratado como



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

uma unidade, o continente africano – e a África Ocidental – apresentava grandes diferenças culturais, sociais e políticas entre sociedades e grupos linguísticos (AMIN, 1972; GREEN, 2012; LOVEJOY, 1983; MANNING, 2004; THORNTON, 1992). Os europeus tiveram que lidar diferentemente nas diversas partes da África, conforme tratavam com sociedades que tinham distintas abordagens ao comércio que se desenhava no Atlântico (GREEN, 2012).

Os primeiros contatos entre europeus e africanos através do Atlântico não tiveram nos escravizados seu foco principal. Pelo contrário, isso seria um panorama que viria a se desenvolver ao longo de séculos de maturação do comércio atlântico e da colonização das Américas, com os anos iniciais do trato sendo pautados principalmente pela comercialização de marfim e ouro, mercadorias caras aos europeus e avidamente procuradas nas costas africanas. O insucesso em desenvolver uma escravidão reproduzida domesticamente nas colônias, isto é, a falha em implementar um escravismo baseado em mão de obra nativa, levou os europeus a voltarem seus olhares para sociedades que, há muito tempo, já conviviam com o escravismo, mesmo que de forma radicalmente diferente daquela que os europeus pretendiam utilizar<sup>196</sup>.

É possível afirmar, sem intenções generalizantes, que a escravidão era importante componente das sociedades africanas. Diferentemente do significado que seria construído nas Américas, a escravidão africana configurava mais um importante fator social e cultural e menos um crucial fator de produção. Baseava-se na incorporação do estrangeiro que poderia, eventualmente, ser ressocializado em uma diferente sociedade. Organizadas socialmente sob linhagens patrilineares e matrilineares, as sociedades africanas encontravam na escravidão o controle sobre pessoas e o fundamento básico de sua concepção de poder, o *Rights in Persons* de Suzanne Myers e Igor Kopytoff (MYERS; KOPYTOFF, 1977). Enquanto isso poderia assumir diferentes significados, principalmente se colocado em perspectiva entre sociedades centralizadas e descentralizadas, permanece o

<sup>196</sup> Raciocínio parecido é exercitado por Luiz Felipe de Alencastro, que estava analisando a formação do Brasil no Atlântico Sul. Muitas de suas afirmações nesse sentido são direcionadas à experiência colonial portuguesa e a construção de uma intensa relação entre Brasil e Angola na reprodução social da mão de obra da América portuguesa (ALENCASTRO, 2000). No entanto, mesmo sob exemplos como os da experiência espanhola nas Américas, que tiveram no uso de mão de obra indígena fator crucial de produção, pode-se entender que a África se tornou um meio de “terceirizar” os custos sociais de reprodução da mão de obra, um dos motivos pelos quais a força de trabalho indígena foi preterida em função da escravização de pessoas africanas.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

fato de que a escravidão dentro da África possuía radical diferença da escravidão das Américas (REIS, 1987).

No entanto, algo levou a uma extrema ressignificação do escravizado dentro da África Ocidental. Esse fenômeno pode e deve ser compreendido como uma consequência direta do tráfico de escravizados. Conforme o comércio de pessoas pelo Atlântico se tornava cada vez mais intenso, mais o escravizado africano assumia o caráter ambíguo de importante componente da sociedade africana, mas também de mercadoria com extremo valor na troca com traficantes europeus. A mercadoria “escravizado” abria um leque de possibilidades em artigos de luxo, armas e alguns bens que eram demandados nas sociedades africanas.

Entre essas demandas, as barras de ferro adquiriram especial relação com o tráfico de escravizados. As zonas costeiras da África Ocidental compravam avidamente o ferro em barras transportado por europeus, mas estava longe de ser a mercadoria mais cara aos africanos – os tecidos asiáticos e imitações, por exemplo, eram exportados em quantidades muito maiores. O ferro, no entanto, parece operar no trato atlântico de forma um tanto singular. Conforme o tráfico se intensificava, o minério se tornou uma das principais mercadorias para trocar por escravizados. Tamanha a importância que o ferro adquiriu no trato, assumia um papel ambíguo: era tanto condição material para fabricação de instrumentos e armas quanto moeda nas paragens de compra e venda de pessoas escravizadas (EVANS, 2018).

O caráter monetário chegou ao ponto das próprias autoridades africanas se recusarem a comprar de feitorias britânicas barras de ferro que não tivessem o selo da *Royal African Company*. Esse foi um fenômeno que configurou um verdadeiro incômodo ao responsável pela feitoria britânica de Commenda, na Costa do Ouro. No dia 10 de abril de 1682, o feitor James Nightinghale escreveu respeitosamente para a companhia de comércio britânica se dirigindo à necessidade de barras marcadas no trato com os nativos (LAW, 1999. P. 40). Cerca de três meses depois, no dia 16 de julho, Nightinghale requisitava mais barras de ferro à companhia, relatando que a última leva havia sido vendida, com exceção de oitenta barras que não conseguia vender por não estarem marcadas (LAW, 1999. P. 43)<sup>197</sup>.

<sup>197</sup> As cartas mencionadas foram agrupadas por Robin Law a partir do estudo de documentos da Royal African Company que se encontravam sob posse de um colecionador privado. Atualmente, essas cartas se encontram



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

É extremamente difícil, atualmente, de mensurar a dimensão da demanda de ferro das sociedades africanas nos anos iniciais do tráfico de escravizados. A África Ocidental era lar de uma bem assentada tradição metalúrgica do ferro. Longe das costas, diversos polos de produção de ferro operavam nas *hinterlands*, fabricando o ferro africano que era conhecido por sua característica resistência e pouca maleabilidade, graças as altas temperaturas que as fornalhas finas e altas da África Ocidental conseguiam atingir (PERRET, SERNEELS, 2006; KILLICK, 2015; EVANS, 2018)<sup>198</sup>. Ainda assim, é possível deduzir que uma demanda de ferro era existente nas sociedades africanas ou então que o ferro europeu se tornou competitivo nas zonas costeiras contra o ferro africano do interior que estava passível de ser transportado (POLE, 1982).

O que torna o panorama ainda mais curioso é que a produção de ferro africano não foi solapada pela compra de ferro europeu através do Atlântico. Pelo contrário, acompanhando o crescimento voraz do trato transatlântico, a produção de ferro africano cresceu, com alguns polos metalúrgicos sendo desativados apenas no século XX. A partir de tal fenômeno, se pressupõe dois desenvolvimentos: primeiro, que as cadeias de ferro europeu e africano operavam sob uma dinâmica de complementaridade uma com a outra<sup>199</sup>; por outro lado, tendo em vista o caráter singular que o ferro assume com o desenvolvimento de cadeias produtivas, é possível que o tráfico e a demanda de ferro tenham atuado conjuntamente em uma relação de mútuo aprimoramento, com o tráfico de escravizados alimentando a demanda por ferro, e a demanda por ferro intensificando a venda de pessoas escravizadas. No centro desse processo, havia o desenvolvimento de cadeias produtivas nas zonas costeiras que buscavam se apropriar de cada barra do minério que chegavam à costa.

---

sob posse da Biblioteca de Oxford University, sob os cuidados das coleções especiais, sob o título de “charter, letters from out-factors to agents (3 vols) and misc papers”. Série: MSS Rawlinson b 516, c 745-58.

<sup>198</sup> As fornalhas da África Ocidental possuíam importantes variações entre grupos culturais. Apesar disso, pode-se dizer que operavam sob a dinâmica de produção em lotes, movidas por fluxos de ventos (ROBION-BRUNNER et al, 2006, 2013; ROBION-BRUNNER, 2008).

<sup>199</sup> Chris Evans atesta que o volume de ferro europeu importado para a África Ocidental supera por uma boa margem a quantidade de ferro produzido dentro da região. O fluxo das barras de ferro “*Voyage Iron*” continuou aumentando, acompanhando a intensificação do tráfico e a ascensão produtiva do ferro africano (EVANS, 2018). Isso sugere que, talvez, se analisadas isoladamente, ambas as cadeias eram incapazes de suprir a demanda por ferro da região.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

A partir do evidenciado, as bordas da questão começam a se apresentar. A África Ocidental da segunda metade do século XVII já começava a presenciar alguns dos sintomas que envolviam a assimilação de suas cadeias produtivas à dinâmica de acumulação que se complexificava cada vez mais no Atlântico. Ao mesmo tempo, como dito anteriormente, é improvável que esse processo tenha ocorrido antes do século XVIII. Mas isso não significa que o funcionamento das cadeias produtivas africanas não tenha servido aos interesses da acumulação europeia pré-1700. A associação - e não assimilação - das cadeias produtivas africanas ao ciclo de acumulação operando no Atlântico estava intrinsecamente ligado à relação de mútuo aprimoramento entre o tráfico de escravizados e as cadeias de ferro. Isso se manifestava na demanda por ferro gerada pela ascensão cada vez mais acelerada de cadeias produtivas no interior da África Ocidental, que por sua vez causavam um aumento na oferta de escravizados para conseguir acesso a mais ferro. Naturalmente, o crescimento constante do comércio de pessoas causava também a ampliação das cadeias alimentares acopladas ao trato.

A partir do século XVIII, uma série de transformações sistêmicas ocorrem na África Ocidental, o que é compreendido no presente trabalho como a inserção da região no Sistema-Mundo Capitalista e, conseqüentemente, sua designação como periferia subdesenvolvida do capitalismo. A inauguração do tráfico transatlântico parece ter dado as condições necessárias para um crescimento veloz das cadeias produtivas da África Ocidental por expandir o acesso ao tão requerido ferro. Nesse sentido, as necessidades sistêmicas da estrutura capitalista que operava no século XVIII por ritmos cada vez mais acelerados de reprodução de capital pode ter sido a responsável por impor na África Ocidental o que Giovanni Arrighi atesta como uma submissão das redes de poder – e produção – às redes de acumulação (ARRIGHI, 1996. p. 88). A demanda por ferro, nesse sentido, foi o combustível e as cadeias produtivas o instrumento para empurrar a região a sua assimilação ao Sistema-Mundo Capitalista, efetivamente submetendo as cadeias produtivas no interior da África Ocidental à dinâmica de acumulação capitalista.

**Arroz, Ouro e Sangue: Ascensão de Cadeias Produtivas e Transformações Sistêmicas**



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Entre 1676 e 1677, o capitão Henry Nurse comandava o navio *Sarah Bonadventure* em uma viagem até as feitorias britânicas de *Accra* e *Cape Corso Castle*. A Costa do Ouro era uma região com bom número de feitorias britânicas e a relação comercial entre o império europeu e as sociedades da costa era intensa. Para a viagem não havia nada fora do ordinário: cem barras de ferro, alguns tecidos<sup>200</sup> – entre europeus e asiáticos<sup>201</sup> –, 50 musquetes, cinco barris de pólvora e cerca de mil facas de diferentes estilos (DONNAN, 1930. P. 217)<sup>202</sup>. *Sarah Bonadventure* não seria caso isolado. Poucos anos depois, entre 1680 e 1681, o navio *The Mary*, comandado pelo capitão Robert Smith, partia da Inglaterra para fazer viagem semelhante, com destino a *Cape Corso Castle* (DONNAN, 1930. p. 262)<sup>203</sup>. Entre suas mercadorias, impressionantes 32 mil barras de ferro, 50 barris de búzios (cauris) e cerca de 70 dúzias de facas.

Com o objetivo de suprir as feitorias britânicas – que iriam, por sua vez, tratar com os nativos por escravizados –, é possível refletir sobre a grande quantidade de ferro, armas e utensílios de ferro a bordo dos navios. O funcionário da Companhia de Comércio Francesa John Barbot destaca como a Costa do Ouro de fins do século XVII era marcada por sociedades que estavam constantemente em guerra com seus vizinhos, eventualmente vendendo os prisioneiros como escravizados à traficantes europeus. Ao mesmo tempo, destaca como o ferro, o cauri e as *Cutlasses* (facas alongadas, por vezes curvas, semelhantes a facões) eram as mercadorias mais importantes para se tratar na região<sup>204</sup>. Enquanto as guerras podem ter mobilizado alguma parte dessas importações, é improvável que tenha

<sup>200</sup> Refere-se aos “perpetuanos/perpetuanas”, tecidos que eram produzidos principalmente nos na região dos Países Baixos e na Inglaterra, pautados na “mistura” de lã e *Worsted* (lã penteada). Eram conhecidas por ser extremamente duráveis e provavelmente eram utilizadas por africanos da Costa do Ouro como cintos para carregar facas, adagas, chaves e pequenas bolsas. O registro conta também com “Sleties/Sletias”, que eram um tecido de linho de alta qualidade produzido na região da Silésia, e “Sayes”, tecidos baseados em lã produzidos na Inglaterra, Flandres, Holanda e Alemanha (ALPERN, 1995).

<sup>201</sup> Principalmente panos provenientes da Índia: os “Tapsells” de algodão indiano e os “Brawls”, os panos listrados da Índia.

<sup>202</sup> Documento retirado da *coletânea Documents illustrative of the history of the slave trade to America, Vol I*. A fonte original se encontra no *National Archives*, sob título “Sarah Bonadventure: invoices, ivory shipped, etc” e série T70:1212.

<sup>203</sup> A fonte original se encontra no *National Archives* sob título “Company of Royal Adventurers of England Trading with Africa and successors: Records (3)” e série T70: 911.

<sup>204</sup> CHURCHILL, Awnshaw. *A Collection of Voyages and Travels*. London, 1732. P. 44



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

sido a única responsável pela demanda de ferro. O que nos leva a essa constatação é a análise de cadeias específicas dentro da África Ocidental.

O grande volume de ferro europeu mobilizado para atender as demandas da África Ocidental<sup>205</sup> permitia uma maior capacidade para crescimento de cadeias produtivas que assumiam papel importantes em regiões específicas. E, a partir disso, deu lugar a um entrelaçamento cada vez mais íntimo entre o tráfico de escravizados e as cadeias produtivas que surgiam no interior da África Ocidental, que se manifestavam na mobilização que o tráfico exigia das cadeias por gêneros agrícolas necessários à travessia e no crescimento das cadeias produtivas através da escravização de pessoas para adquirir ferro.

É, por exemplo, o caso evidenciado pelo estudo de caso de Ivor Wilks: o Império Axante. As singularidades apresentadas na região durante a segunda metade do século XVII e século XVIII demonstram importantes avanços à questão. O autor afirma com extrema ênfase o caráter transformador que caracterizou a formação do império escravista na Costa do Ouro. Essa formação foi precedida por cerca de três séculos de grandes transformações socioeconômicas na região (WILKS, 1993). Os anos iniciais do trato atlântico, até parte do século XVI, foi caracterizado pela venda intensa de escravizados para a Costa do Ouro. Mediado principalmente por comerciantes portugueses, o comércio permitia amplo acesso dos europeus ao ouro da região. Essa dinâmica de troca se desenhou, em grande parte, por causa do complexo sistema agrícola que ascendia nas florestas da região. Os escravizados comprados pelas sociedades da Costa do Ouro eram, em grande parte, implementados no desenvolvimento de cadeias alimentares que operavam nos arredores de núcleos populacionais. Isso foi responsável pelo crescimento acelerado de cadeias alimentares que seriam então mobilizados pelo tráfico de escravizados (WILKS, 1993. p. 76 – 78).

Assim como em Velha Calabar, a Costa do Ouro seria ponto de importantes transformações sociais e econômicas frente a inauguração do trato atlântico. Segundo o autor James D. La Fleur, a região da Costa do Ouro seria lar para uma nova “classe” de homens que enriqueceram através da venda de gêneros agrícolas produzidos na região aos

<sup>205</sup> Chris Evans e Göran Ryden atentam para o fato de o volume de ferro europeu ser grande em relação à produção africana. Mas o autor enfatiza que, em realidade, esse volume consistia em somente cerca de 4% da produção de ferro da Suécia, em comparação (EVANS; RYDEN, 2007).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

navios negreiros que chegavam às feitorias da costa. Para La Fleur, esse fenômeno estava ligado a um amplo processo de expansão da cadeia do ouro no interior da região (FLEUR, 2012. p. 107). Esses fenômenos juntos ajudaram a transformar a Costa do Ouro, associada ao tráfico, em grande produtora de ouro, escravizados e gêneros agrícolas:

The road at Anamabo is generally full of English ships, or those of other nations, anchoring there to trade, or else for corn or other necessaries; but more especially for slaves, which are sometimes to be had in considerable numbers: and there are great quantities of corn for the ships that have bought slaves at other places along the coast, or at Fida, Calbary, Rio Real, etc. This great concourse of ships to Anamabo, very much obstructs the company's trade with the natives, whom, as I observ'd above, the English factors dare not in the least contradict; but are rather obliged to bear with them [...].<sup>206</sup>

No entanto, outra dinâmica parece se desenhar entre os séculos XVII e XVIII. Segundo Wilks, transformações estruturais tiveram lugar na região da Costa do Ouro. A transição da organização social das linhagens patrilineares para matrilineares significou uma grande mudança. As linhagens matrilineares permitiam maior controle e capacidade de angariação de força de mão de obra externa, possibilitando maior mobilização de pessoas para trabalharem nas cadeias agrícolas em ascensão. Wilks atenta que esse processo está ligado ao que chama de “era do desmatamento”, em que o uso intenso de força de mão de obra era implementado no preparo de terra florestada para agricultura. Isso muda ao longo dos séculos, conforme o crescimento da quantidade de área cultivável começa a perder intensidade, ainda que a cadeia não deixe de crescer. Isso significa que, conforme cada vez menos terra era passível de ser desmatada, os requerimentos de força de trabalho diminuíram com o tempo (WILKS, 1993. p. 78 – 82).

Esse processo evidencia uma possível dinâmica entre o tráfico de escravizados e a cadeia agrícola da Costa do Ouro. Em primeira análise, o crescimento da cadeia agrícola, de forma inevitável, aumentou a demanda de ferro na Costa do Ouro. Essa demanda seria saciada, em grande parte, pela ampla oferta de barras de ferro europeias disponíveis através do trato atlântico – que, por sua vez, seriam processadas em utensílios como enxadas, foices,

<sup>206</sup> CHURCHILL, Awnshaw. *A Collection of Voyages and Travels*. London, 1732. P. 44.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

facções, etc. Simultaneamente, o ouro e, com mais intensidade ao longo dos séculos, escravizados eram mobilizados para atender a necessidade por ferro da cadeia agrícola. Os séculos XVII e XVIII viram a ascensão de Axante como um império que se reproduzia através da escravização de sociedades vizinhas e a venda dos escravizados aos europeus, em troca do ferro que possuía a dupla importância de uma mercadoria que comporta valor monetário e que concede os meios necessários para o desenvolvimento e manutenção da cadeia agrícola existente na região. Dessa forma, a necessidade por ferro, criada em grande medida por causa da cadeia agrícola, estaria relacionada a essa reprodução social através do tráfico de escravizados necessária ao império escravista de Axante, o que, por sua vez, estaria ligado a sua inserção no Sistema-Mundo Capitalista.

Um caso ainda mais sensível à hipótese trabalhada é os das sociedades descentralizadas Balanta, na região que hoje situa-se a República da Guiné-Bissau. O historiador Walter Hawthorne atenta em sua obra *Planting Rice and Harvesting Slaves: Transformations Along the Guinea-Bissau Coast, 1400 – 1900* como a inauguração do trato atlântico rendeu uma nova dinâmica de funcionamento aos grupos culturais Balanta e Bijago. A nova e ampla oferta de ferro europeu que se mostrava no atlântico permitiu que sociedades se organizassem através de grupos especializados na escravização de pessoas. Ao mesmo tempo, permitiu que, no caso dos Balanta, essas sociedades desenvolvessem uma complexa cadeia agrícola produtora de arroz, com técnicas e métodos próprios, enquanto os Bijago modificaram suas técnicas de produção de canoas para se transformarem de sociedades pesqueiras para sociedades que se baseavam nos “ataques relâmpago” nas costas. Essas transformações permitiram ainda mais a aderência do tráfico de escravizados com essas sociedades (HAWTHORNE, 2003).

Naturalmente, esse processo se deu no espaço de vários séculos, acompanhando a maturação e intensificação do tráfico transatlântico de escravizados. Com os europeus firmando uma boa posição no comércio africano, sob a condição de reconhecer a autonomia africana – já que os métodos violentos se provaram extremamente eficazes nos períodos iniciais –, importantes transformações moldaram as sociedades africanas, incluindo aquelas da região da Guiné-Bissau. A sociedade de *Kaabu* se tornou um elemento escravista e,



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

essencialmente, agressor de alguns de seus vizinhos. O mesmo pode ser dito de sociedades menos centralizadas, que não assumiram o simples papel de se tornar vítimas da escravização, como os exemplos dos Balanta e Bijago demonstram. Segundo Hawthorne, as sociedades descentralizadas das ilhas Bijago especializaram a produção de suas canoas, antes produzidas para pesca e comércio, para o uso em ataques relâmpago em regiões costeiras entre os rios Cacheu e Rio Grande (HAWTHORNE, 2003. p. 102).

Grosso modo, a relação assumida entre as cadeias produtivas dos Bijago e Balanta com o tráfico de escravizados evidencia o mecanismo de inserção desses grupos à dinâmica de acumulação que se desenhava no atlântico. Formado por sociedades descentralizadas, os Bijago e Balanta conseguiram se organizar para, muitas vezes, não serem as vítimas da escravização, mas aqueles que escravizavam. No caso dos Balanta, esse fenômeno esteve ligado a ascensão de uma ampla cadeia produtiva de arroz. Essa ascensão esteve intrinsecamente ligada à organização de grupos de escravização que predavam principalmente mulheres e crianças. Em tempos problemáticos ou onde a capacidade de subjugar outros grupos se mostrava precária, era uma alternativa escravizar integrantes do próprio grupo. Em meio a isso estava a importante aquisição do ferro, que seria implementado no desenvolvimento das plantações de arroz. O arroz, por sua vez, seria mobilizado por múltiplas funções, mas principalmente sua venda no Atlântico (HAWTHORNE, 2003).

290

Ao mesmo tempo, os Bijago, que eram um grupo pautado principalmente em atividades pesqueiras, foram perpassados por intensas transformações frente o contato com o tráfico transatlântico. Diante da força de transformação que era o tráfico, os Bijago começaram a observar que as sociedades vizinhas passavam por mudanças organizacionais que visavam incluir a escravidão atlântica. Isso os obrigou a mudar também. Os Bijago tinham uma assentada cadeia pesqueira, com produção de canoas. Essa cadeia foi modificada para atender a necessidade por estratégias de escravização. A produção de canoas se tornou especializada para praticar ataques rápidos na costa, para escravizar pessoas antes que as sociedades vizinhas consigam organizar um contra-ataque (HAWTHORNE, 2003).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Esses dois casos, assim como o caso do império Axante, demonstra como as modificações causadas por demandas do atlântico serviram para efetivamente amarrá-las ao tráfico de escravizados. Mais do que a simples reorganização dessas sociedades, esses fenômenos configuram a reprodução social através do tráfico de escravizados. Isso, em última análise, significa a associação de suas cadeias produtivas ao Sistema-Mundo Capitalista e seu consequente papel como regiões “subdesenvolvidas”.

## Conclusão

Os fenômenos descritos parecem ser resultados diretos da já descrita relação entre as cadeias de ferro e o tráfico de escravizados. Em uma relação onde o tráfico de escravizados aprofundava ainda mais a demanda por ferro – tanto pelos processos de escravização quanto pela necessidade das cadeias acopladas de acompanharem sua intensificação – e o ferro cria a necessidade de se reproduzir socialmente através da escravização, há o papel das sociedades africanas dentro do mundo globalizado que se construía na modernidade. É possível que a demanda por ferro das sociedades da África Ocidental tenha sido a responsável por amarrá-las ao Sistema-Mundo Capitalista e, conseqüentemente, à dinâmica de produção de capital para a Europa.

Em um mundo cada vez mais acelerado e ditado pelo ritmo de produção, a África Ocidental do século XVIII se viu atuando sob demandas do tráfico de escravizados, manifestação máxima do ciclo de acumulação que operava no atlântico. É bem verdade que as sociedades africanas possuíam total autonomia e o comércio com agentes europeus era feito em seus termos. No entanto, isso não impossibilita a possibilidade de que essas sociedades estavam ingressando em um sistema fundado na desigualdade entre seus componentes, como é o caso do capitalismo. A partir de um primeiro momento de associação, as cadeias produtivas de sociedades da África Ocidental foram assimiladas pelo capitalismo no século XVIII, operando sob seu ritmo, dinâmica e objetivo: a acumulação europeia.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Bibliografia

ALPERN, Stanley B. What Africans Got for Their Slaves: A Master List of European Trade Goods1. *History in Africa*, v. 22, p. 5-43, 1995.

AMIN, Samir. Accumulation and Development: a Theoretical Model. *Review of African Political Economy*, 1:1, Pp. 9-26. 1974.

AMIN, Samir. Underdevelopment and Dependence in Black Africa: Origins and Contemporary Forms. *The Journal of Modern African Studies*, 10, Pp. 503-524. 1972.

ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo. Editora Unesp, 1996.

BARROS, Philip de. A Comparison of Early and Later Iron Age Societies in the Bassar Region of Togo. *The World of Iron*, p. 10-21, 2013.

BARROS, Philip de. Bassar: A Quantified, Chronologically Controlled, Regional Approach to a Traditional Iron Production Centre in West Africa. *Africa*, v. 56, n. 2, p. 152-174, 1986.

BEHRENDT, Stephen D.; LATHAM, Anthony JH; NORTHRUP, David. The diary of Antera Duke, an eighteenth-century African slave trader. Oxford University Press, 2010.

DONNAN, Elizabeth. Documents Illustrative of the History of the Slave Trade to America: The eighteenth century (Vol. I). Carnegie institution of Washington, 1931.

EVANS, Chris; RYDÉN, Göran. *Baltic Iron in the Atlantic World in the Eighteenth Century*. Brill, 2007.

EVANS, Chris. "Voyage Iron": An Atlantic Slave Trade Currency, Its European Origins, and West African Impact. *Past and Present*, no. 239 (May 2018). The Past and Present Society, Oxford, 2018.

FRANK, Andre Gunder. *Acumulação Mundial: 1492 – 1789*. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1977.

FRANK, Andre Gunder. The Development of Underdevelopment. Em: SANDERSON, Stephen K (org.). *Sociological Worlds: Comparative and Historical Readings on Society*. Indiana University of Pennsylvania, Routledge. New York, 2010.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

HAALAND, Randi. Man's role in the changing habitat of Mema during the old Kingdom of Ghana. *Norwegian Archaeological Review*, v. 13, n. 1, p. 31-46, 1980.

HAWTHORNE, Walter. *Planting rice and harvesting slaves*. Heinemann, 2003.

KILLICK, David. Invention and Innovation in African Iron-Smelting Technologies. *Cambridge Archaeological Journal*, v. 25, n. 1, p. 307-319, 2015.

KOPYTOFF, Igor; MYERS, Suzanne. African Slavery as an Institution of Marginality. Em: KOPYTOFF, Igor; MYERS, Suzanne (Orgs.). *Slavery in Africa: Historical and Anthropological Perspectives*. Univ of Wisconsin Press, 1977.

LA FLEUR, James D. *Fusion foodways of Africa's Gold Coast in the Atlantic era*. Brill, 2012.

LOVEJOY, Paul E. The impact of the slave trade on Africa. *Trends in History*, v. 3, n. 1, p. 19-36, 1983.

MANNING, Patrick. *Slavery, colonialism and economic growth in Dahomey, 1640-1960*. Cambridge University Press, 2004.

PERRET, Sebastián. SERNEELS, Vincent. Technological Characterisation and Quantification of a Large-Scale Iron Smelting Site in Fiko (Dogon plateau, Mali). *Proceedings actes ISA*, p. 453 – 463, 2006.

POLE, Leonard M. Decline or survival? Iron production in West Africa from the seventeenth to the twentieth centuries. *The Journal of African History*, v. 23, n. 4, p. 503-513, 1982.

REIS, João José. Notas sobre a escravidão na África pré-colonial. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 14, p. 5-21, 1987.

ROBION-BRUNNER, Caroline et al. A Thousand Years of Iron Metallurgy on the Dogon Plateau (Mali). In: *Proceedings of the 18th Biennial Meeting of the Society of Africanist Archaeologists*. 2006.

ROBION-BRUNNER, Caroline. *Vers une histoire de la production du fer sur le plateau de Bandiagara (pays dogon, Mali) durant les empires précoloniaux: peuplement des forgerons et traditions sidérurgiques*. 2008. Tese de Doutorado. Atelier d'impressions ReproMail.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

RODNEY, Walter. How Europe Underdeveloped Africa. Bogle-L'Ouverture Publications, London and Tanzanian Publishing House, Dar-Es-Salaam, 1973.

THORNTON, John. Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1800. Cambridge University Press, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Modern World-System I Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century, With a New Prologue. Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. The modern world-system II: Mercantilism and the consolidation of the European world-economy, 1600–1750. Univ of California Press, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. The modern world-system III: The second era of great expansion of the capitalist world-economy, 1730s–1840s. Univ of California Press, 2011.

WARNIER, Jean-Pierre; FOWLER, Ian. A Nineteenth-Century Ruhr in Central Africa. Africa, v. 49, n. 4, p. 329-351, 1979.

WILKS, Ivor. Forests of Gold: Essays on the Akan and the Kingdom of Asante. Ohio University Press, 1993.

294

## Fontes

CHURCHILL, Awnshaw. A Collection of Voyages and Travels. London, 1732.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Escavando na Lama e Construindo para o Mar: Formando um Entrepasto Comercial em Baltimore, Maryland

Gabriel Masello Pequeno<sup>207</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo desenvolver as conexões entre a cidade de Baltimore, fundada na primeira metade do longo século XVIII, e a economia-mundialcapitalista, bem como os processos de exploração humanos e extra-humanos nela vivenciados, aliando esforços da História Ambiental para reconstituir os movimentos de organização deste espaço à luz de uma História Global. Se em parte a historiografia estadunidense já foi capaz de pincelar a relevância da cidade em curtas passagens acerca das movimentações de sua indústria naval para com o tráfico transatlântico de escravizados em sua fase ilegal no XIX, uma história profunda da colonização e da fundação do próprio estado de Maryland desde o século XVII revelam conexões ainda inexploradas pela produção acadêmica para a temática.

**Palavras-Chave:** Baltimore, Economia-Mundial, Indústria Naval, Tráfico Transatlântico, História Ambiental.

295

<sup>207</sup> Graduando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Membro do Núcleo de História Comparada Mundial (COMMUN-UFF), onde pesquisa a História do Tráfico Transatlântico de escravizados nos Estados Unidos, com enfoque em seus impactos ambientais e na Indústria Naval. Membro bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET História UFF).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Introdução: Nasce uma cidade às margens da Baía de Chesapeake - O passado colonial de Maryland

Organizar uma imagem multifacetada da cidade de Baltimore, como pretende este trabalho, passa por alguns esforços de recuperar agendas já estabelecidas. Afinal, apesar de ainda inexplorada, a análise aqui apresentada não parte de um horizonte inexplorado. A participação da cidade na história dos Estados Unidos já chama a atenção de historiadores há séculos, sobretudo aqueles interessados em sua história militar, tendo em vista a centralidade de suas fortalezas para a Guerra de 1812<sup>208</sup>. Baltimore também atraiu o interesse de historiadores da escravidão, sobretudo pela presença massiva de negros escravizados em sua malha urbana, representando números demográficos inéditos ao longo dos séculos XVII e XVIII, que a levaram a ser hoje a oitava cidade mais negra do país<sup>209</sup>. Mais recentemente, historiadores interessados no tráfico transatlântico tem apontado para a importância dos navios construídos em seus estaleiros para a etapa ilegal do trato negreiro ao longo do século

XIX. Todas essas esferas contribuem para o longo panorama de diferentes Baltimores, como indicava a feliz referência de Seth Rockman em trabalho inteiramente centrado na infância da cidade<sup>210</sup>.

Fato é que todos esses diferentes panoramas fazem parte de uma conjunção determinante para a proposta aqui elaborada de construir uma imagem profunda da cidade. Tratar da cidade de Baltimore é necessariamente tratar do componente material

---

<sup>208</sup> O Fort McHenry é uma fortaleza histórica localizada em Baltimore, Maryland, Estados Unidos. Construído no final do século XVIII, o forte ficou famoso durante a Guerra de 1812, quando defendeu com sucesso a cidade de Baltimore contra um ataque britânico em setembro de 1814. A resistência feroz dos soldados americanos e a visão da bandeira dos Estados Unidos voando sobre o forte durante o bombardeio inspiraram Francis Scott Key a escrever o poema "Defesa do Forte McHenry", que mais tarde foi posto em música e se tornou o hino nacional dos Estados Unidos, conhecido como "The Star-Spangled Banner". Hoje em dia, o Fort McHenry é um Monumento Nacional e Marco Histórico administrado pelo Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos

<sup>209</sup> Ver Censo dos Estados Unidos da América de 2020. Disponível em: <https://www.census.gov/programs-surveys/decennial-census/decade/2020/2020-census-main.html>; Acessado em 09 ago 2023.

<sup>210</sup> Ver ROCKMAN, Seth. *Scraping By: Wage Labor, Survival and Slavery in Early Baltimore*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

de sua seleção enquanto entreposto comercial fundamental para o estado de Maryland, enquanto estaleiro e centro de produção naval, enquanto lar de fortalezas determinantes para a história dos Estados Unidos como o Fort McHenry. As movimentações que a levaram a ser conhecida nacionalmente não podem ser descritas na voz passiva, muito menos dispostas como elementos naturalmente impostos, apenas aguardando para florescer. O panorama da Baltimore do século XXI e sua relação com o beisebol e o futebol americano, dos tecnológicos e caricatos estádios de Baltimore Orioles e Baltimore Ravens, equipes que carregam o nome da cidade mundo afora, da culinária de frutos do mar e seu extenso pólo gastronômico - em especial no consumo do caranguejo e dos molhos enlatados - ou da estética moderna e revitalizada de seu "Inner Harbor", podem, em movimento natural, afastar-nos ainda mais do passado evocado pelo processo de contemplá-la à luz da materialidade por trás de cada um destes elementos. Antes uma vila de cerca de vinte e cinco casas e duzentas pessoas em 1750<sup>211</sup>, a região que hoje contempla a cidade de Baltimore possui um passado atrelado às dinâmicas coloniais da região de Maryland como um todo.

As possibilidades apresentadas pela Baía de Chesapeake também foram determinantes para movimentar economicamente a região. Não só a possibilidade alargada de trocas com outras regiões das Treze Colônias e do Mundo Atlântico, mas as variadas atividades representadas pelo acesso ao mar fazem parte da narrativa colonial da região. Habitantes de Maryland exploravam a pesca como uma das atividades comerciais mais corriqueiras. A disponibilidade de frutos do mar como o caranguejo azul, ostras e mariscos desenvolveram uma grande comunidade pesqueira. Como a captura de pescados, a navegação e a construção de embarcações e a confecção de instrumentos de pesca eram conhecimentos milenares no continente africano. A partir da inserção destes indivíduos em Maryland por meio do tráfico, os mesmos passaram a representar a força de trabalho na região costeira.

O transporte na região também foi crucial para seu desenvolvimento. Canoas e

<sup>211</sup> Como visto em BROWNE, Gary Lawson. Baltimore in the Nation, 1789-1861. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

pequenas embarcações tomavam a Baía de Chesapeake aos milhares ao longo de todo o seu passado colonial. Elas transportavam passageiros e cargas, e levaram pescadores e ostreicultores à espaços estratégicos de captura. As tradições de construção por trás das canoas foram influenciadas pelas culturas de 3 continentes. Os nativos americanos viajaram em canoas por séculos antes do contato com os colonos. Quando africanos escravizados começaram a chegar nos Estados Unidos, trouxeram consigo também uma gama de conhecimentos milenares na construção destas embarcações, enquanto os europeus também influenciaram em seu design.

Uma crescente indústria naval também compunha a região ao longo de seu passado colonial, como já indicado pela presença de pequenas embarcações próprias da Baía de Chesapeake. No entanto, somente ao longo do século XVIII essa indústria tomará dimensões relevantes o suficiente para que possamos desenvolver suas conexões com a economia mundial.

No momento de fundação da cidade de Baltimore, em 1729, as bases do tecido social que ali se apresentavam já indicavam alguns sinais centrais que compuseram seus primeiros anos. Quando foi elevada à condição de cidade, Baltimore ainda demandava uma série de aparatos que outras grandes cidades com populações próximas à sua - como Washington e Nova Iorque - já haviam estabelecido. Um porto eficaz, ruas que interligassem etapas de processos comerciais e estradas de ferro conectando-a com outras regiões estavam entre as obras demandadas pela infância de Baltimore.

Novamente, cabe ressaltar que a transformação destes projetos em concretude não ocorreu na voz passiva. Foi graças ao trabalho de negros escravizados, homens livres e imigrantes que recebiam baixíssimos salários que a cidade de Baltimore passou a tomar formano século XVIII. Intensos processos de simplificação da natureza, e mesmo tentativas de alterar disposições naturais de regiões estratégicas da cidade tomaram conta dos primeiros anos de Baltimore, e sua seleção enquanto porto e entreposto comercial perpassam o sucesso destas movimentações.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Fundando um porto em Maryland: trabalho, escravidão e simplificação da natureza

Se parte do sucesso do porto de Baltimore deve ser creditado à exploração do trabalho dos indivíduos supracitados, o elemento geográfico também deve ser contemplado como determinante para tal. Em produção acerca do sucesso do porto de Cingapura, Miles Powell<sup>212</sup> indica que a capacidade dos "tomadores de decisão" de aproveitar as vantagens naturais da região em conjunção com esforços significativos de trabalho é o que explica seu papel central enquanto entreposto comercial. O porto de Baltimore não escapa desta mesma disposição apontada por Powell.

Protegida do Oceano Atlântico mas contando com um espaço de entrada e saída para o mesmo, a região da Baía de Chesapeake definitivamente representava um espaço diferencial para os primeiros comerciantes de Maryland. A localidade de assentamento da cidade está situada na foz do rio Patapsco e na porção nordeste da baía de Chesapeake. Com o rio Patapsco, de condições ideais de navegabilidade, comerciantes e produtores puderam não só ter acesso a outras localidades de Maryland, mas constituir redes de troca e comércio que impulsionaram as bases iniciais da economia local, incluindo a importante expansão rumo à porções mais interiores que hoje constituem a cidade.<sup>213</sup>

No entanto, o porto de Baltimore não é o "porto da natureza" - novamente recuperando analogia elaborada por Miles Powell para Cingapura -, e o elemento humano foi crucial para adaptá-lo às demandas de um entreposto comercial. Baltimore é justamente o espaço privilegiado para investigar essas relações. Em produção de Pepijn Brandon, Niklas Frykman e Pernille Røge, uma disposição central à discussão é evocada. De acordo com os autores, a densa interação cotidiana que ocorria nas cidades portuárias as torna um ponto privilegiado para investigar as consequências da

<sup>212</sup> POWELL, Miles. Harnessing the Great Acceleration: Connecting Local and Global Environmental History at the Port of Singapore. *Environmental History*, volume 27, number 3, July 2022. 2022 Forest History Society and American Society for Environmental History. Chicago: University of Chicago Press.

<sup>213</sup> FIELDS, Barbara Jeanne. *Slavery and Freedom on the Middle Ground: Maryland during the nineteenth century*. New Haven: Yale University Press, 1987.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

"simultaneidade" de diferentes relações de trabalho para questões como a organização do processo de trabalho sob o capitalismo em desenvolvimento, a emergência de novas formas de controle social, o impacto da migração forçada e livre na formação de classes e o papel da diversidade social na formação de diferentes formas de grupo e solidariedade de classe<sup>214</sup>.

Parte das vantagens apresentadas pela localização da cidade de Baltimore também puderam ser traduzidas em desvantagens. O prefeito Edward Johnson<sup>215</sup> já sinalizava para uma das intempéries da região que ia para além dos bloqueios britânicos e do frio inverno do nordeste dos Estados Unidos. Um processo contínuo de erosão e assoreamento da região de Chesapeake enchiam o porto de Baltimore de sedimentos, impedindo parte significativa do tráfego marítimo. Grandes embarcações não atracavam próximas ao distrito comercial da cidade, e dependiam do trabalho de estivadores em embarcações menores para operar trocas comerciais em Baltimore nos primeiros anos de sua existência.

Priest<sup>216</sup> indica que "Baltimore foi fixada no local exato onde não deveria estar", se referindo ao baixo calado de suas posições comercialmente estratégicas. Grandes pântanos estavam dispostos entre a atual região de Fell's Point e Jones Falls, por onde diversos rios e canais eram escoados.

Utilizando da História Ambiental como estratégia para explorar parte desse movimento, os resultados encontrados contribuem para uma imagem ainda maior dos efeitos do processo de seleção deste espaço. A maior parte do trabalho manual nos primeiros anos da cidade era de curta duração, e em sua maioria não documentado, e por isso as documentações existentes acerca deste tipo trabalho ainda são escassas<sup>217</sup>. Boa

<sup>214</sup> BRANDON; NIKLAS; RØGE. Free and Unfree Labor in Atlantic and Indian Ocean Port Cities. Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis.

<sup>215</sup> Seth Rockman indica que a fonte original pode ser encontrada em OLSON, *Baltimore*, ch. 1-4; BCA, 1813: 457.

<sup>216</sup> A referência é apresentada por Seth Rockman no capítulo intitulado *Dredging and Drudgery* de *Scraping By: Wage Labor, Survival and Slavery in Early Baltimore*. Para acesso à referência original, ver PRIEST, William. *Travels in the United States of America, commencing in the year 1793 and ending in 1797 ...* (London: J. Johnson, 1802), 78-79; BCA, 1801:214, 1809: 464

<sup>217</sup> A referência é apresentada por Seth Rockman no capítulo intitulado *Dredging and Drudgery* de *Scraping By: Wage Labor, Survival and Slavery in Early Baltimore*. Para acesso à referência original, ver *Baltimore Directory for 1804* (Baltimore: Warner and Hanna, 1804), 95-96.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

parte do futuro comercial de Baltimore esteve nas mãos destes trabalhadores que operavam máquinas que foram fundamentais para a história que aqui estamos traçando. As chamadas "*mud-machines*", verdadeiras máquinas de lama, eram responsáveis por fazer com que o porto de Baltimore funcionasse de fato.

De acordo com Seth Rockman, as máquinas consistiam em barcas flutuantes atreladas à tração animal - geralmente cavalos - que giravam uma roda dentada conectada a um molinete e uma grande pá. O trabalho além de braçal requiritava a presença de dez a quinze homens, que guiavam a pá, conduziam os cavalos e tripulavam as máquinas. O trabalho destes indivíduos era responsável por movimentar milhares de quilogramas de lama por semana, transferindo-a do calado da parte principal do porto para a sua periferia. Se atualmente o calado do porto de Baltimore varia de 13,7m em seu período de cheia a 10,4m em seu ponto mais raso, é graças ao trabalho desgastante das *mud-machines* ao longo de todo o século XVIII.

O clima da cidade também não foi um facilitador para os operadores das importantes máquinas no porto. Com os ventos da baía diminuindo a sensação térmica em quase 10 graus ao longo do inverno, e o calor específico da água contribuindo para a retenção de calor no verão, o trabalho se tornava ainda mais degradante para esses trabalhadores que, na maior parte do tempo, estavam com água nos joelhos removendo lama.

A existência do porto de Baltimore por si só também foi um grande motivo para a circulação de agentes biológicos nocivos à saúde destes trabalhadores. A movimentação de lama comumente gerava espaços contínuos de água parada, focos perfeitos para a proliferação de populações de mosquitos vetores de doenças no verão. Registros indicam que o mês de Julho carregava consigo surtos de febre amarela no porto, e fizeram com que algumas cargas possivelmente potencializadoras dos surtos - como peles e sacas de café - fossem desembarcadas em um lazareto para fiscalização e quarentena. Cientistas



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

do início do século XIX<sup>218</sup> indicam que a grande quantidade de matéria biológica em estado avançado de decomposição e putrefação nas águas rasas indicavam que esta disposição colaborava para o aumento dos surtos de febre amarela, contrariando epidemiologistas. Independentemente da veracidade das teses, fato é que a região portuária de Baltimore além de movimentada no sentido comercial era um verdadeiro lixão à céu aberto.

O medo de surtos ainda mais amplificados levou a um grande processo de nivelamento das ruas da cidade, ainda no século XVIII, a fim de evitar novos bolsões d'água. Até a virada para o século XIX, o processo ainda era meta de administradores de Baltimore, como indicam os relatos do comissário de saúde Adam Fonerden, que datam de 1801, indicando a presença de ruas e becos em obra para escoamento de água.

Apesar de amplos e duradouros, os projetos de drenagem em Baltimore eram frequentemente realizados de maneira imprópria, e movimentavam matéria orgânica - sobretudo excrementos humanos -, restos de cozinha e produtos estragados - em sua maioria descartados dos mercados públicos - pela cidade. Relatos do século XIX<sup>219</sup> já indicam a presença de animais mortos e amontoados de sujeira nos locais de escoamento de água.

A região já mencionada de Jones Falls - que recebe este nome justamente pela existência de cataratas em ambos os lados de seu perímetro - também passou por um amplo processo de simplificação de sua disposição natural. Ao fim do século XVIII, os bosques que cercavam deram lugar à fazendas de agricultura intensiva e usinas, que alavancaram um intenso processo erosivo. O trabalho de Thomas W. Griffith<sup>220</sup> indica que o rápido desenvolvimento da cidade - já observado por outros trabalhos posteriores, como a renomada obra de Gary Levinson Browne - pode ter sido o principal responsável pelo amplo processo desedimentação do porto. À medida que os processos de drenagem

<sup>218</sup> PRIEST, Wiliam. *Travels in the United States of America, commencing in the year 179} and ending in 1797 ...* (London: J. Johnson, 1802), 78-79; BCA, 1801:214, 1809: 464

<sup>219</sup> GRIFFITH apud Rockman, 2011. Ver GRIFFITH, Thomas W. *Annals of Baltimore*, second edition (Baltimore: W. Wooddy, 1833), 18-20.

<sup>220</sup> De acordo com Seth Rockman, a referência original está em LUBAR, Steven. "Was this America's First Steamboat, Locomotive and Car?" *Invention and Technology Magazine* 21 (spring 2006): 16-24.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

ocorriam ao longo de toda a cidade, mais sedimentos eram carregados para a região de Jones Falls. As cataratas da região transportavam sedimentos para o porto, e dali acumulavam em sua foz. Com o passar do tempo, Jones Falls passou a ser reconhecida como "bacia", já que amplas construções na região a partir de 1790 passaram a diminuir as colinas que a cercavam. Essas construções pertenciam a importantes comerciantes de Baltimore, que imitavam plantas arquitetônicas inspiradas em Bristol e Liverpool. William Darlington<sup>221</sup> já sinalizava para as intempéries ocasionadas nas águas da região de Jones Falls e seu "mau estado devido à estagnação e quantidade de sujeira lançada".

Fato é que desde 1783 a cidade de Baltimore já combatia o assoreamento do porto, com a criação de um Conselho de Vigilância, que contava com homens que faziam a supervisão do cais e das construções que ali tomavam sede. Navios que entravam e saíam do porto passaram a pagar taxas por tonelagem. A arrecadação gerada por esse processo garantiu que os guardas do porto de Baltimore pudessem comprar suas próprias máquinas de lama já na última década do século XVIII, e passaram a adequar prisioneiros da cidade para operarem trabalho braçal.

Com a virada para o século XIX, o acúmulo de lama se tornou um aterro, onde uma série de comerciantes passaram a construir armazéns. As máquinas do XVIII já não davam mais conta do trabalho de manter o calado do porto operacionalizável, e novos inventos passaram a ser testados em Baltimore. Uma das melhores soluções encontradas pela administração municipal foi uma máquina patenteada pelo capitão Stephen Colver, capaz de mover cerca de 700 litros de lama em cada escavação, passando a ser utilizada já no século XIX. Baltimore passava então a manejar melhor o espaço que seria central para seu crescimento, o verdadeiro expoente de sua influência na economia-mundial no longo século XIX: o seu porto.

## A Indústria Naval de Baltimore e a ascensão dos Clippers

<sup>221</sup> *Ibidem.*



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Immanuel Wallerstein, em feliz expressão<sup>222</sup>, apelidou a construção naval de "produção dos meios de produção". Em discussão acerca de temática similar, Leonardo Marques<sup>223</sup> acrescentou à discussão a relevância da indústria enquanto elemento que torna possível a circulação dos meios de produção. Se na produção de Marques o objetivo era dimensionar as proposições de Wallerstein para as dinâmicas da Nova Inglaterra, exercer o mesmo movimento para Baltimore parte de um exercício similar. Graças à sua indústria naval, a cidade tomou os mares do Atlântico em movimentos que colocaram em circulação uma série de mercadorias, pessoas - livres e escravizadas -, mas que, acima de tudo, colocou embarcações construídas na cidade para atuar em diversas frentes da economia-mundial.

Quais foram as movimentações observadas em Baltimore para que ali se estabelecesse uma indústria naval peculiar? De que forma sua indústria naval interferiu nos processos descritos anteriormente? Por que as embarcações de Baltimore eram tão distintas das demais? A busca por solucionar essas questões e apresentar panoramas distintos acerca delas passa por uma reconstituição das bases desta indústria.

Os fundadores da cidade de Baltimore, em 1729, dependiam largamente das possibilidades de explorar a baía de Chesapeake e sua bacia hidrográfica, sobretudo o Rio Patapsco. Nos primeiros anos de existência, as docas da cidade contavam com a fabricação de dois principais tipos de embarcação, o *Skipjack*, uma embarcação de tamanho reduzido e similar a um Esquife (pequenos barcos utilizados para navegação de cabotagem ou em rios de correntes menores), mas contendo um mastro, era preferido pelos pescadores da região, que desde cedo já exploravam a pesca do caranguejo azul, iguaria endêmica de Maryland. Um outro tipo de embarcação, os *Buggys* eram comumente utilizados por pescadores de ostras, atividade presente até hoje na região da baía de Chesapeake<sup>224</sup>.

<sup>222</sup> Ver WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. O Sistema Mundial Moderno (vol. II). O Mercantilismo e a Consolidação da Economia-Mundo Europeia, 1600-1750. Afrontamento: Lisboa, 1996.

<sup>223</sup> Ver MARQUES, Leonardo. Cadeias Mercantis e a História Ambiental Global Das Américas Coloniais. *Esboços*, vol. 28, no. 49, 29 Dec. 2021, pp. 640-697, <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2021.e80946>.

<sup>224</sup> Como visto em KORFF, William F. The History and Development of Shipbuilding in Baltimore. Registros de Phi Mu, Special Collections, University of Maryland Libraries, College Park, MD.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Com o desenvolvimento da agricultura, sobretudo do tabaco e de cereais nas porções mais interiores da cidade e seus arredores, o porto de Baltimore passou a ser cada vez mais movimentado e frequentado por navios de localidades estrangeiras e internacionais. As docas do porto foram aumentadas, e com o desenvolvimento das atividades comerciais, as embarcações construídas nos estaleiros também aumentavam de tamanho. É nesse momento que a ainda jovem indústria naval de Baltimore desenvolve sua maior e mais famosa criação, o *Clipper*.

Descendendo de uma grande variedade de embarcações projetadas para dotarem de maior velocidade, o *Clipper* de Baltimore é produto multifatorial de diversas populações que habitaram a região da baía de Chesapeake. Técnicas presentes em sua arquitetura partem de conhecimentos milenares de povos indígenas da região que dependiam da navegabilidade da baía e de sua bacia hidrográfica para o desenvolvimento de atividades como a pesca e o transporte para espaços de águas menos rasas do Rio Patapsco. Povos como os Pamunkey, Mattaponi, Nanticoke e sobretudo os Powhatan, possuíam tipos específicos de canoas que possuíam linhas d'água projetadas para um aumento expressivo de sua velocidade.<sup>225</sup> Técnicas milenares trazidas do continente africano por escravizados que habitavam - e sobretudo trabalhavam - nas regiões litorâneas de Maryland muito provavelmente também foram apropriadas por ingleses e colonos em Baltimore para a criação de tipos específicos de embarcações da região, como no caso dos *Clippers*. Uma última porém relevante influência em seus aspectos partiu de embarcações do Caribe e da região de Bermuda, sobretudo de embarcações francesas na região.

Essas embarcações estenderam as possibilidades de comércio da cidade para localidades ainda mais afastadas. Produções acerca da temática<sup>226</sup> indicam que o ferro produzido em Maryland e na Virginia era carregado em embarcações que também transportavam barris de tabaco para a Coroa Britânica. Provavelmente, nestas viagens

<sup>225</sup> Como visto em WOOD, Peter H. Powhatan's Mantle: Indians in the Colonial Southeast. University of Nebraska Press, Nebraska, 1991.

<sup>226</sup> Como visto em MIDDLETON, Arthur Pierce. Tobacco Coast: A Maritime History of Chesapeake Bay in the Colonial Era. Johns Hopkins University Press: Baltimore, 1984.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

atuavam os tipos de embarcação provenientes de Baltimore.

Uma das atividades comerciais mais intensificadas pela presença dos *Clippers* na economia mercantil de Baltimore foi a possibilidade de compra de café vindo do Brasil. Comerciantes de Baltimore rivalizavam entre si pela possibilidade de trazer cada vez mais sacas vindo da América do Sul, e o porto do Rio de Janeiro se tornou uma das regiões mais frequentadas por essas embarcações e seus comandantes. A embarcação *Josephine II*, de propriedade de C. Norton Stewart foi capaz de realizar a viagem do Rio de Janeiro até Baltimore em um intervalo recorde de somente 22 dias. A velocidade dos *Clippers* era de fato sua característica mais chamativa. Com a chegada da Guerra de 1812, a cidade de Baltimore passa a vivenciar um momento de maior protagonismo no cenário internacional. Os *Clippers* passaram a cumprir papel central na composição da marinha estadunidense, e sua proeminente velocidade foi amplamente reconhecida pelo governo dos Estados Unidos.

Desenvolvendo uma expressiva vantagem em relação às embarcações como as escunas e os saveiros, os *Clippers* foram adaptados para o comércio no Atlântico, e aos poucos aperfeiçoados com linhas mais finas em sua arquitetura. Descritos como longos, leves e com mastros extremamente ajuntados, exigindo pouco cordame, com bordas livres baixas e grande inclinação da proa e do poste de popa, essas embarcações tomaram os mares de Chesapeake. Os *Clippers* também possuíam uma maior ângulo que se forma entre o fundo do barco e um plano horizontal em ambos os lados da quilha central, e sua parte mais baixa, onde o fundo se curva para cima para encontrar os lados era mais folgada que as das demais embarcações, além de uma boca larga para seu comprimento, e decks nivelados excelentes para trabalhar com velas e canhões, o que fez com que essas embarcações se tornassem as favoritas entre contrabandistas, piratas, traficantes de escravos e quaisquer outros marinheiros que demandam maior velocidade. Irving Chapelle sugere que não apenas que os equipamentos de escuna eram mais econômicos para os comerciantes marginais de Chesapeake, mas também que um equipamento mais leve facilitava a restauração de estabilidade das embarcações operando em calados mais baixos e rasos - como no caso de toda a extensão da Baía. O resultado final, portanto, era um tipo único de navio, mais longo de proa à popa, mais charmoso, de calado mais



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

raso, com maior angulagem, boca larga e grande arrasto à ré. Por volta de 1730 e 1750, de acordo com autoridades britânicas, essas embarcações se popularizaram na região e tomaram o país e o comércio naval<sup>227</sup>. Em média, os *Clippers* tomavam as seguintes dimensões:

Dimensões da *Marestier*, embarcação que seguia os moldes de um *Clipper* de Baltimore

Comprimento	21,95m
Feixe	6,40m
Profundidade na Proa	2,57m
Profundidade no meio da embarcação	2,50m
Profundidade na Popa	3,20m
Saliência da Proa	4,57m
Distância do meio da embarcação para	1,52m
Poste de Popa	2,17m
Espessura da quilha	0,18m
Espaçamento das armações da embarcação (alternadamente individuais duplas)	0,41m
Altura do piso no centro	0,23m
Espessura dos pisos	0,15m
Espessura entre armações	0,10m
Espaço entre armações	0,16m

\*Fonte: CHAPELLE, Howard Irving. *The Baltimore Clipper. Its Origin and Development*. Bonanza Books: Nova Iorque, 1930

Tabela 1 — Dimensões da *Marestier*, embarcação que seguia os moldes de um *Clipper* de Baltimore

<sup>227</sup> Como visto em BROWN, Daniel Mark. *The need for speed: Baltimore Clippers and the Origin of the First American Ship Type*. Originalmente submetido à HIST 6810 History of Ship Construction, 2010.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Apesar da fama, o nome *Clipper* só foi adotado durante a Independência dos Estados Unidos, e gerou uma série de debates nas produções acerca da Indústria Naval dos Estados Unidos se seria o *Clipper* de Baltimore a primeira embarcação entre as que carregam este nome. A própria nomenclatura de "*Baltimore-Built vessel*"<sup>228</sup> (embarcação construída em Baltimore) passa a aparecer nas fontes a partir de 1812.

Enquanto a indústria naval da Nova Inglaterra estava construindo navios com calados mais profundos e escunas, construtores da região de Lake Champlain estavam desenhando navios menores, com ângulos maiores entre o fundo das embarcações e suas quilhas e calados menores, ao passo que os construtores de Chesapeake estavam adaptando saveiros de Bermuda para suas próprias águas rasas.

Com a chegada da Guerra de Independência, a compra e captura de corsários das Treze Colônias fez com que o Almirantado Britânico copiasse e adaptasse o design de suas embarcações, forçando os construtores navais na América a melhorarem suas produções para que continuassem à frente dos inimigos europeus. Os anos que seguiram a Guerra de 1812 aumentaram significativamente a demanda por velocidade, fazendo com que construtores da indústria naval pudessem construir embarcações por meio de capital especulativo. O *Clipper* de Baltimore estava em alta nas guerras, para corsários, comerciantes, contrabandistas<sup>229</sup>, piratas e escravistas. A cidade contribuiu mais que qualquer outro distrito para suprir embarcações de corsários, à frente de portos como os de Nova Iorque e da Nova Inglaterra.

Os *Clippers* de Baltimore já haviam sido utilizados por escravistas como protótipos, mas com as proibições e a chegada do período da ilegalidade do tráfico, o excedente de embarcações produzidas para a Guerra de 1812 foi adquirido pela Marinha Britânica, mas principalmente por escravistas, para atuar sobretudo no Brasil e em Cuba. Com os embargos adotados pelo próprio governo dos Estados Unidos para

<sup>228</sup> Apesar de não indicar a origem da sua seleção de fontes, os dados são trazidos por Irving Howard Chapelle em CHAPELLE, Howard Irving. **The Baltimore Clipper**. Its Origin and Development. Bonanza Books: Nova Iorque, 1930

<sup>229</sup> De acordo com Chapelle, a maior parte das embarcações utilizadas nos surtos de pirataria entre 1800 e 1820 eram baseadas no modelo de Baltimore.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

suprimir o tráfico, muitos construtores navais de Baltimore se dirigiram à Havana e para o Brasil na década de 1820, fazendo com que o modelo da cidade se dispersasse e alterasse.

Para garantir uma operação eficaz na travessia transatlântica e sobretudo para resistir ao clima semi-tropical, os *Clippers* passaram a ser mais construídos ainda mais leves, com pisos ligeiramente ocos, com cascos responsáveis pela sustentação na água mais resistentes e com um aumento ainda maior na angulação. Sem a necessidade de carregar armas como no caso das guerras anteriores, as embarcações agora precisavam dar conta de um diferente tipo de carga: a humana. A necessidade de manter aprisionados e vivos escravizados ao longo das tempestuosas travessias foi central para as transformações sofridas por essas embarcações. Novamente, a velocidade era a característica mais importante destas embarcações, uma vez que o tráfico em sua etapa ilegal possuía uma série de intempéries, as quais pretendo delinear com mais detalhes no próximo capítulo. Fato é que grandes embarcações chamavam mais atenção, e por isso os *Clippers* adequavam-se perfeitamente ao empreendimento. Seus decks agora eram livres sem a presença de armamento, e passaram a ser utilizados como espaços para que os escravizados se exercitassem e fossem mantidos saudáveis ao longo da travessia.

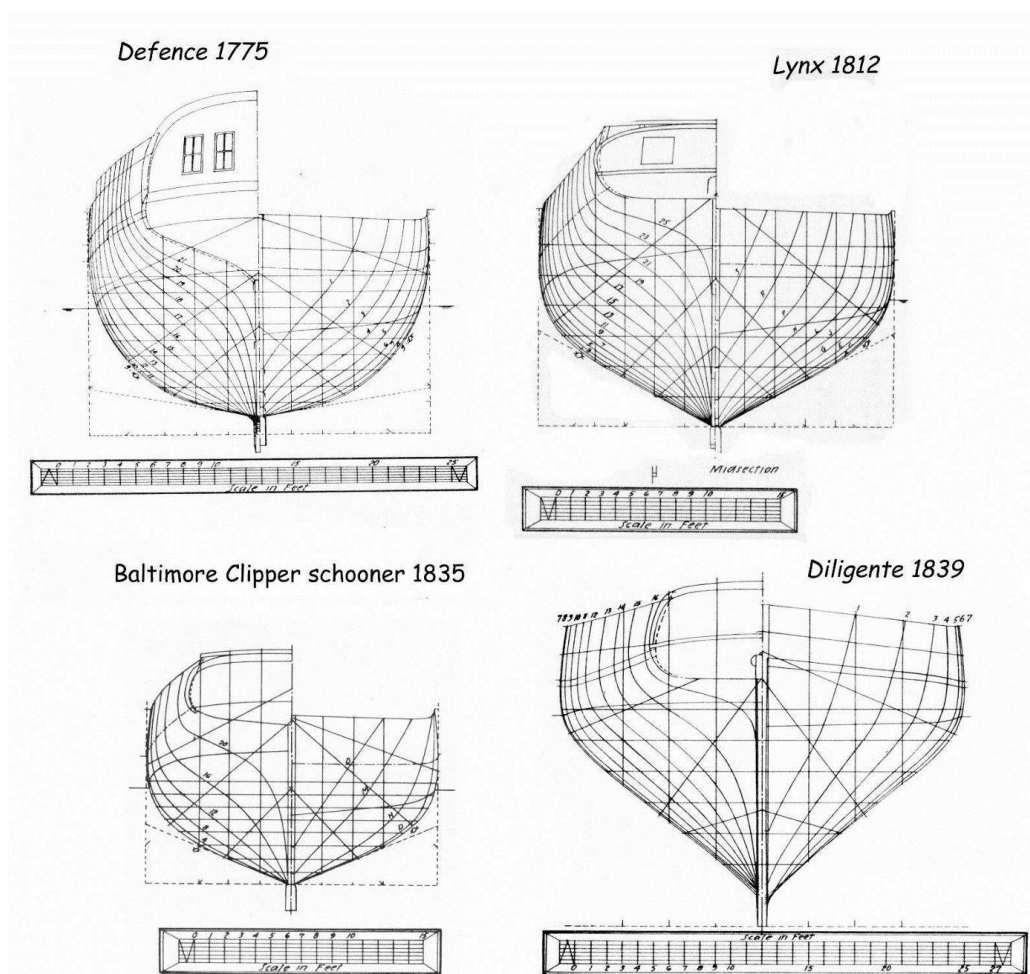
A super-especialização da indústria naval em suprir o tráfico fez com que o *Clipper* de Baltimore entrasse em desuso após a abolição, uma vez que versões mais largas da embarcação eram impraticáveis e economicamente inviáveis. A partir do momento de deflagração da Guerra Civil dos Estados Unidos, a já decrescente indústria naval de Baltimore chegava a seu momento de menor expressividade. A velocidade dos *Clippers* para evitar as capturas britânicas durante o tráfico ilegal não era mais objeto de desejo principal de marinheiros, que substantivamente passavam a buscar embarcações de outros registros, ao passo que os bloqueios de mercados importantes do Sul do país impactaram significativamente a economia e a indústria naval da cidade. A expressividade da produção de navios em Baltimore só iria retomar um quadro mais expressivo após a Guerra, período no qual uma série de novas embarcações baseadas



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

nos *Clippers* da cidade passaram a ser desenvolvidas, pulverizando - e também gradativamente extinguindo - sua identidade.



**Imagem 1** — Casco das embarcações Defence (1775), Lynx (1772), de uma escuna de Baltimore (1835) e da Diligente (1839). Retirada de BROWN, Daniel Mark. **The need for speed: Baltimore Clippers and the Origin of the First American Ship Type.** Originalmente submetido à HIST 6810 History of Ship Construction, 2010.

## A Charm City do tráfico e suas conexões globais com o trato negro

Se em parte a historiografia recente tem operado com produções relevantes no intuito de inserir perspectivas globais à discussões em curso em relação ao tráfico



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

transatlântico de escravizados e à espaços tradicionais da escravidão, o movimento ainda tem de chegar às dinâmicas de Baltimore. Boa parte das produções acerca da cidade que incorporam suas dimensões com a instituição da escravidão ao longo da era colonial, e sobretudo na jovem república estadunidense ainda não foram capazes de sinalizar as dimensões globais de sua atuação no tráfico.

As produções<sup>230</sup> que levaram em consideração a participação da cidade nas discussões envolvendo o trato negro, se centraram, em sua grande maioria, em delimitar as menções feitas à sua indústria naval por parte de traficantes, sobretudo espanhóis, portugueses e brasileiros. No que acredito ser a obra mais completa que narra aspectos ainda inexplorados da verdadeira "fama" que tomaram os clippers de Baltimore no longo século XIX, Leonardo Marques indica por meio de registros o interesse e presença de franceses, espanhóis, autoridades de Serra Leoa, traficantes portugueses e brasileiros atuando nas Américas e mesmo estadunidenses na cidade de Baltimore a partir da segunda década do oitocentos.

Explorar os registros já catalogados das viagens operadas por estas embarcações é um indicativo significativo para caminhar em direção às evidências mais objetivas desta história. De acordo com a base de dados Slave Voyages<sup>231</sup>, as embarcações construídas no porto de Baltimore ligadas ao tráfico transatlântico foram responsáveis por operar 63 viagens de 1816 a 1861. As tabelas a seguir indicam as localidades nas quais estes navios estiveram operando e seus respectivos resultados:

311

<sup>230</sup> Ainda que um número maior de obras tenham indicado a cidade de Baltimore como importante centro produtor de navios negreiros no XIX, para acesso às principais referências, ver MARQUES, Leonardo. *The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776-1867*. New Haven: Yale University Press, 2016; ELTIS, David. *The U.S. Transatlantic Slave Trade, 1644-1867: An Assessment*. *Civil War History* vol. 54, no 4, Dec 2008, pp. 347-378; KELLEY, Sean M. *American Slavers: Merchants, Mariners and the Transatlantic Commerce in Captives, 1644-1865*. New Haven: Yale University Press, 2023; WARREN, Howard S. *American Slavers and the Federal Law, 1837-1862*. Connecticut: Praeger, 1976.

<sup>231</sup> Disponível em: [www.slavevoyages.org](http://www.slavevoyages.org); Acesso em 27 ago 2023.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Localidades em que se observa a participação de navios negreiros construídos nos estaleiros de Baltimore, Maryland

América do Norte	América Central	América do Sul	África	Europa
Baltimore Charleston Nova Iorque Nova Orleans	Cárdenas Guadeloupe (Caribe Francês) Havana Honduras Britânicas Matanzas Sagua Santa Helena Santiago de Cuba Trinidad de Cuba	Bahia Pernambuco São Sebastião Santos	Ambriz Anomabu Bights Bimbia Bonny Cabinda Freetown* Gallinhas Lagos (Onim) Libéria Loango Moçambique Popo Rio Nunez Rio do Congo Sherbro Whydah (oidah)	Cádiz

Fonte: Slave Voyages Database

\* Freetown consta nos registros da base de dados para uma série de viagens por ser sede da Corte de Comissão de Serra Leoa, onde boa parte das viagens capturadas no período ilegal do tráfico eram mobilizadas.

## Relação de viagens planejadas x viagens completas de embarcações construídas em Baltimore ligadas ao tráfico negreiro (1816-18161)

Décadas	Viagens planejadas a partir de embarcações construídas em Baltimore	Viagens completas (Comercializaram escravizados após o desembarque)
1810-1819	2	1
1820-1829	5	1
1830-1839	20	3





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

1840-1849	7	1
1850-1859	18	2
1860-1869	11	0

Fonte: Slave Voyages Database

Esses registros indicam um fator ainda sub-explorado pela historiografia, residindo na ligação indissociável entre as operações do tráfico na ilegalidade e a cidade de Baltimore. Como disse anteriormente, o exercício de reconstituição das plantas arquitetônicas dos *clippers* de Baltimore indicam que estes navios foram construídos sob a demanda crucial de serem mais rápidos e menos chamativos que os demais, e que sua especialização esteve muito atrelada ao seu desaparecimento. No entanto, o indicativo de que das 63 viagens planejadas, somente 8 delas concluíram seus objetivos últimos - o comércio de africanos escravizados -, indica que provavelmente não somente a super-especialização de sua indústria naval mas também a ineficácia de lidar com as proibições do trato negreiro no oitocentos levaram ao declínio e eventual desaparecimento deste tipo específico de embarcação.

Os motivos que levaram à baixa eficácia destas embarcações ainda precisam ser mobilizados pela historiografia. No entanto, apesar dos indicativos reduzidos de sua participação, os *clippers* de Baltimore ainda foram responsáveis por transportar mais de 14.300 escravizados em 45 anos de operação. Assim como apontaram Leonardo Marques e David Eltis, os principais compradores e operadores destas embarcações estavam na ilha de Cuba, que representou o maior índice de viagens dispostas no registros, além do maior número de viagens completas. Havana, responsável por organizar 20 destas viagens, e que após 1810, foi também centro de mobilização de inúmeras "respostas organizacionais que giravam em torno da necessidade de levantar mais capital e atrair mais investidores" (Eltis, 2022, p. 266).

Com o preço das mercadorias que eram comumente trocadas por escravizados ao longo do século XVIII tendo diminuído no início do XIX, os riscos aqui apresentados também foram responsáveis por mover práticas ligadas ao fretamento de carregamentos



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

deescravizados no Atlântico e mobilizações mais complexas de capital. Navios de grandes empresas agora também transportavam escravizados que pertenciam a outros empreendimentos. Investidores serão peças chave deste movimento, e somente sairão de cena com a instituição de ações direcionadas aos empreendedores do tráfico, sobretudo na década de 1850. Ao que tudo indica, Baltimore apresentou um dos - mas certamente não o único - caminhos possíveis para traficantes, sobretudo espanhóis.

Casos similares serão observados no Brasil, onde traficantes portugueses, brasileiros e estadunidenses surgem referenciados como capitães de navios construídos em Baltimore. A dimensão brasileira da utilização de embarcações de Baltimore gravita sobretudo em torno da Bahia, de Pernambuco e de viagens programadas em Santos. O primeiro navio negreiro construído em Baltimore a atuar no tráfico em toda a sua história possui itinerário planejado partindo justamente do Brasil. A escuna Caveira, atuando sob tutela do capitão Joaquim José de Sampaio, partiu da Bahia em 06 de março de 1816 com destino à Popo. Antes de comercializar os escravizados capturados, a embarcação foi capturada pela Corte do Vice-Almirantado de Serra Leoa, e por ela condenada. Assim como a maior parte das localidades aqui supracitadas, as embarcações de Baltimore serão em sua maioria capturadas em viagens planejadas por traficantes no Brasil, mas ainda serão responsáveis pela mobilização de alguns milhares de escravizados. O Brasil é referenciado nas fontes com viagens até 1853, quando a última viagem, planejada para operar com o bergantim Chatsworth, partindo de Pernambuco, fora capturada pelo Governo dos Estados Unidos após o desembarque dos escravizados.

A principal responsável pelas apreensões tanto em Cuba quanto no Brasil foi a Corte de Comissão Mista de Serra Leoa<sup>232</sup>, importante marco histórico relacionado ao abolicionismo e à luta contra o tráfico de escravos na África Ocidental. Estabelecida em 1872 como partidos esforços britânicos para reprimir o trato negreiro, a comissão tinha a responsabilidade de investigar e julgar casos de apreensão de navios suspeitos de estarem envolvidos no comércio ilegal de escravos. Através de processos judiciais, a

<sup>232</sup> Sobre a atuação da Corte, ver: DRESCHER, Seymour. **Abolição: Uma história da escravidão e do antiescravismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2012; ELTIS, David. **A reestruturação do tráfico de escravos**. São Paulo: Edusp, 2022; REDIKER, Marcus. **The Slave Ship: A human history**. Londres: Penguin Books, 2009.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Corte de Comissão Mista buscava aplicar a legislação abolicionista britânica e colaborar com as autoridades locais para reprimir efetivamente o tráfico transatlântico, sendo responsável por condenar 37 viagens envolvendo navios de Baltimore.

O grande panorama aqui delimitado portanto gravita em torno da influência da planta arquitetônica dos *clippers* para o longo século XIX. Se por meio dos registros empíricos a participação da cidade no trato negreiro sugere um panorama não tão significativo quando comparado por exemplo com espaços vizinhos como Nova Iorque ou Rhode Island, talvez o grande indicativo da relevância desta cidade para o tráfico transatlântico tenha sido a popularidade deste tipo de embarcação.

O caminho tradicional de investigação, buscando os registros de embarcações construídas na cidade inseridas no mundo Atlântico, não confere total completude ao questionamento de sua relevância. O indicativo de que sua planta teria sido apropriada pelo Caribe escravista por parte de historiadores, indiretamente leva ao sentido de uma outra investigação. Para tal, acredito interessar mais me valer de uma observação voltada às referências na historiografia do tráfico para as embarcações da cidade.

Em uma das obras que melhor delimita a participação de Baltimore no trato atlântico, Leonardo Marques<sup>233</sup> delineou a atuação dos navios construídos na cidade, sobretudo a partir da ótica dos proprietários de embarcações, mas também a partir de relatos distintos. O julgamento de Adolphe de La Coste, francês, residente de Nova Iorque que possuía embarcações preparadas para o tráfico em Baltimore é um destes exemplos. Marques também apresenta o testemunho do tenente Robert F. Stockton<sup>234</sup> ao então Secretário de Estado John Adams, indicando que os navios construídos na cidade possuíam uma certa especificidade.

Baltimore também é referenciada na mesma obra em uma lista<sup>235</sup> de casos listados pelas autoridades de Serra Leoa de operadores do tráfico na região em 1817, onde uma escuna de nome Dorset construída na cidade pertence ao registro. Marques novamente caracteriza a preferência pelas embarcações construídas na cidade, quando ao identificar

<sup>233</sup> Ver MARQUES, Leonardo. *The United States and the transatlantic slave trade to the Americas, 1776-1867*. New Haven: Yale University Press, 2016.

<sup>234</sup> *Ibidem*. p.59

<sup>235</sup> *Ibidem*. p. 69



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

a predominância de traficantes espanhóis no trato em Cuba<sup>236</sup> na segunda metade da década de 10 do século XIX, indica que os mercadores espanhóis já haviam identificado a velocidade dessas embarcações em relação às demais. Um dos principais nomes do trato atlântico neste mesmo recorte temporal também é mencionado na obra. James Dooley, que havia participado com frequência do comércio de açúcar entre Matanzas e Nova Iorque é identificado como "provável principal condutor das embarcações construídas em Baltimore"<sup>237</sup>. Sua produção ainda faz menção à expansão referenciada no capítulo anterior da indústria naval da cidade e seu crescimento ao longo da década de 30 do século XIX. Já na década de 50, Marques apresenta passagens de correspondências trocadas<sup>238</sup> entre Guilherme José da Silva Correa e João José Viana, em que Correa afirma que "Baltimore é o melhor lugar para embarcações baratas".

David Eltis, autor responsável por ampla gama de produções acerca do tráfico atlântico identifica<sup>239</sup> a mesma dimensão já apresentada da reputação tomada pela cidade por construir embarcações velozes. Assim também o faz Sean Kelley<sup>240</sup>, autora responsável por desenvolver uma completa análise da participação estadunidense no tráfico de 1644 a 1865. Kelley indica que a cidade é um dos poucos exemplos de espaços onde novas embarcações eram encomendadas para o tráfico, já que a maior parte delas eram compradas de segunda mão. A autora também identifica uma participação mais acentuada da cidade enquanto construtora destas embarcações no período de 1841 a 1849, sobretudo no Brasil.

Em "Una sociedad distinta: los espacios del comercio negrero en el occidente de Cuba (1836-1866)"<sup>241</sup>, Maria del Carmen Barcia Zerqueira é mais uma historiadora a

<sup>236</sup> *Ibidem.* p. 72

<sup>237</sup> *Ibidem.* p. 80

<sup>238</sup> *Ibidem.* p. 195

<sup>239</sup> Como visto em ELTIS, David. The U.S. Transatlantic Slave Trade, 1644-1867: An Assessment. Civil War History, Volume 54, Number 4, December 2008, pp. 347-378 (Artigo). Publicado por: KentState University Press. p. 372 e também em ELTIS, David. Crescimento Econômico e a Supressão do Tráfico de Escravos. São Paulo: Edusp, 2022.

<sup>240</sup> Ver KELLEY, Sean M. American Slavers: Merchants, Mariners and the Transatlantic Commerce in Captives, 1644-1865. New Haven: Yale University Press, 2023.

<sup>241</sup> Como visto em ZEQUEIRA, María del Carmen Barcia (org.) Una sociedad distinta: los espacios del comercio negrero en el occidente de Cuba (1836-1866).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

reforçar o argumento de que havia um senso de que as mais velozes embarcações do tráfico atlântico eram construídas na cidade. No mesmo livro, Adriam Camacho Domínguez retoma o mesmo referencial de Sean Kelley ao identificar o porto de Baltimore como espaço central para a operacionalidade do tráfico em 1849, com preponderâncias em Cuba e no Brasil.

Howard Warren<sup>242</sup>, em uma clássica produção da historiografia estadunidense acerca do tráfico, também reforça a centralidade das embarcações construídas na cidade, e opera uma análise acerca de suas distintas características. Warren também apresenta linhas próximas do crescimento da indústria na década de 30 do século XIX, assim como Leonardo Marques.

## **Considerações Finais: O lugar de Baltimore na economia-mundial e as engrenagens de um sistema histórico**

Todos os movimentos aqui delimitados auxiliam a organizar parte de um exercício ainda não explorado nas produções acadêmicas acerca de Baltimore. Se nomes como Gary Browne e Barbara Jeanne Fields foram responsáveis por delimitar - e fazê-lo com precisão e riqueza de fontes - o lugar desta cidade na jovem república estadunidense, cabe ainda o exercício de localizá-la frente às movimentações da economia-mundo capitalista. Para realizarem esta operação, a produção de Giovanni Arrighi em "O Longo Século XX" e de Immanuel Wallerstein no segundo volume de seu "Moderno Sistema Mundial" conferem aspectos importantes. Arrighi observa que durante o século XVIII, os Estados Unidos eram uma colônia periférica inserida na estrutura mercantilista do sistema mundial. No entanto, com o advento da Revolução Industrial e a expansão da produção algodoeira no século XIX, os Estados Unidos experimentaram um processo de acumulação capitalista que os impulsionou em direção ao status de economia central. Cabe ressaltar que ao longo deste processo de consolidação, Baltimore esteve alinhada ao comércio com a Coroa

---

<sup>242</sup> Como visto em WARREN, Howard S. *American Slavers and the Federal Law, 1837-1862*. Connecticut: Praeger, 1976.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Britânica. Contribuindo para a exportação de ferro com fornalhas construídas desde o século XVII, além de participar, ainda que não expressivamente, da exportação de trigo, tabaco e pescados diversos. A capacidade do país como um todo de desenvolver uma economia industrial e expandir suas exportações, como o algodão, contribuiu para sua ascensão como uma potência econômica emergente.

Nesse sentido, identifico portanto dois momentos fundamentais para concebermos a participação e lugar de Baltimore na economia-mundo capitalista. O primeiro momento se refere à sua entrada na economia mundial. Certamente a conjunção da produção de tabaco com a entrada do trigo e cereais derivados da produção de Maryland, a partir do século XVIII, conferem relevância à região. Assim, a década de 1750 do século XVIII representa esta conjunção, na qual poucas décadas depois de sua fundação, Baltimore já exerce influência nestas dinâmicas e se enquadra enquanto 9ª maior cidade da nação.

O segundo momento pode ser delineado de acordo com a movimentação de sua indústria naval. Recuperando passagem fundamental de Immanuel Wallerstein, que se refere à indústria naval enquanto "produção dos meios de produção", é possível conceber parte da questão. Os "meios de produção" que possibilitaram o comércio, a exploração e a conexão entre diferentes partes do mundo não eram apenas bens econômicos, mas também elementos fundamentais para a expansão e a sustentação do sistema mundial. Wallerstein argumenta que a acumulação de capital não se limita apenas à produção e à venda de bens, mas também envolve o controle sobre os sistemas de transporte e as rotas comerciais. A indústria naval desempenhou um papel crítico na ligação de diferentes regiões, permitindo o movimento de matérias-primas, mercadorias e pessoas em escala global.

Se esta indústria serviu como referência para traficantes espanhóis e portugueses, a participação das embarcações próprias da cidade representa o momento de seu ápice, centrada sobretudo na década de 1830 do século XIX. Possibilitando a integração supracitada em níveis significativos, a indústria naval aliada ao tráfico de escravizados possibilitou dinâmicas globais em escalas ainda maiores, ligadas não só à movimentação de pessoas, mas ao sustentados empreendimentos escravistas em todo o Atlântico.

Em suma, produzir uma história dos impactos humanos e extra-humanos que consolidaram e lapidaram a participação de Baltimore na economia mundial é também



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

narrar parte da história que compõe o complexo prisma do Capitalismo Histórico. Se Immanuel Wallerstein<sup>243</sup> denominou este sistema de "*locus* concreto", isto é, objeto delimitado no tempo e no espaço, pautado em atividades produtivas com objetivo econômico centrado na acumulação, esta - a da Baltimore que suscito neste trabalho - também é a história de expansão do mercado mundial capitalista, e de como esta expansão delimitou impactos significativos - novamente destaque, humanos e extra-humanos - aqui apresentados. As experiências que alocam a cidade de Baltimore na economia mundial estão ligadas ao processo de constante expansão deste sistema histórico, onde a imposição da lei do valor, como indica Wallerstein, penetra cada vez mais no tecido social.

## Bibliografia e Referências

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. Contraponto: Rio de Janeiro, 2007.

BRANDON; NIKLAS; RØGE. Free and Unfree Labor in Atlantic and Indian Ocean Port Cities. Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis.

BROWN, Daniel Mark. The need for speed: Baltimore Clippers and the Origin of the First American Ship Type. Originalmente submetido à HIST 6810 History of Ship Construction, 2010.

BROWNE, Gary Lawson. Baltimore in the Nation, 1789-1861. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980.

CHAPELLE, Howard Irving. The Baltimore Clipper. Its Origin and Development. Bonanza Books: Nova Iorque, 1930;

CROTHERS, William L. The American-Built Clipper Ship, 1850-1856. International Marine:Camden, 1996

CUTLER, Carl C. Greyhounds of the Sea: the Story of the American Clipper Ship. Halycon House: Nova Iorque, 1930

DRESCHER, Seymour. Abolição: Uma história da escravidão e do antiescravismo. São

---

<sup>243</sup> Ver WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista. Contraponto: Rio de Janeiro, 2007.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Paulo: Editora Unesp, 2012

ELTIS, David. A reestruturação do tráfico de escravos. São Paulo: Edusp, 2022

ELTIS, David. The U.S. Transatlantic Slave Trade, 1644-1867: An Assessment. *Civil War History* vol. 54, no 4, Dec 2008, pp. 347-378

FIELDS, Barbara Jeanne. Slavery and Freedom on the Middle Ground: *Maryland during the nineteenth century*. New Haven: Yale University Press, 1987.

GRIFFITH, Thomas W. *Annals of Baltimore*, second edition (Baltimore: W. Woody, 1833), 18-

KELLEY, Sean M. *American Slavers: Merchants, Mariners and the Transatlantic Commerce in Captives, 1644-1865*. New Haven: Yale University Press, 2023;

KORFF, William F. *The History and Development of Shipbuilding in Baltimore*. *Registros de Phi Mu, Special Collections, University of Maryland Libraries, College Park, MD*.

LUBAR, Steven. "Was this America's First Steamboat, Locomotive and Car?" *Invention and Technology Magazine* 21 (spring 2006): 16-24.

MARQUES, Leonardo. Cadeias Mercantis e a História Ambiental Global Das Américas Coloniais. *Esboços*, vol. 28, no. 49, 29 Dec. 2021, pp. 640-697, <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2021.e80946>.

MARQUES, Leonardo. *The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776-1867*. New Haven: Yale University Press, 2016;

MIDDLETON, Arthur Pierce. *Tobacco Coast: A Maritime History of Chesapeake Bay in the Colonial Era*. Johns Hopkins University Press: Baltimore, 1984.

MILLAR, John F. *American Ships of the Colonial and Revolutionary Periods*. W. W. Norton and Company: Nova Iorque, 1978.

REDIKER, Marcus. *The Slave Ship: A human history*. Londres: Penguin Books, 2009.

ROCKMAN, Seth. *Scraping By: Wage Labor, Survival and Slavery in Early Baltimore*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009.

POWELL, Miles. Harnessing the Great Acceleration: Connecting Local and Global Environmental History at the Port of Singapore. *Environmental History*, volume 27, number 3, July 2022. 2022 Forest History Society and American Society for





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Environmental History. Chicago: University of Chicago Press.

PRIEST, William. Travels in the United States of America, commencing in the year 1793 and ending in 1797 ... (London: J. Johnson, 1802), 78-79; BCA, 1801:214, 1809: 464.

SEDREZ, Lise. Natureza urbana na América Latina: cidades diversas e narrativas comuns.

RCC Perspectives, No 7, Novas Histórias Ambientais da América Latina e do Caribe (2013), pp. 59-66.

SWANSON, Carl E. Predators and Prizes: American Privateering and Imperial Warfare, 1739-1748. University of South Carolina Press: Columbia, 1991.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista. Contraponto: Rio de Janeiro, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. O Sistema Mundial Moderno (vol. II). O Mercantilismo e a Consolidação da Economia-Mundo Europeia, 1600-1750. Afrontamento: Lisboa, 1996.

WARREN, Howard S. American Slavers and the Federal Law, 1837-1862. Connecticut: Praeger, 1976.

WOOD, Peter H. Powhatan's Mantle: Indians in the Colonial Southeast. University of Nebraska Press, Nebraska, 1991.

ZEQUEIRA, María del Carmen Barcia (org.) Una sociedad distinta: los espacios del comercionegrero en el occidente de Cuba (1836-1866).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Lei Saraiva, uma exclusão de classe à moda Oitocentos (1873- 1884)

Henrique Santos da Silva<sup>244</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo engajar em uma discordância presente nos debates historiográficos sobre a reforma eleitoral de 1881 do Império do Brasil, conhecida como Lei Saraiva. Em sua dissertação de mestrado, Felipe Azevedo e Souza (2012) defendeu que a norma não tinha conteúdo de classe, opondo-se à argumentação de Alceu Ferraro (2008) no artigo “A negação do direito de voto aos analfabetos na Lei Saraiva (1881): uma exclusão de classe?”. Para contribuir com o debate, o presente texto opera dois momentos de análise. Primeiro, se valendo da historiografia, expõe dados relativos à renda dos votantes nas eleições gerais antes e depois da implementação da Lei Saraiva. Posteriormente, analisa discursos políticos sob a perspectiva da história conceitual e se difere da perspectiva dos dois autores citados, argumentando que o conteúdo de classe da reforma eleitoral existiu e foi mediado politicamente através do vocabulário próprio do liberalismo oitocentista sobre o conceito de cidadania.

**Palavras-chave:** Historiografia - Lei Saraiva - Classe - Cidadania.

322

<sup>244</sup> Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), Niterói, RJ. Graduado em História pelo Instituto de História da mesma Universidade. Foi bolsista de Iniciação Científica/CNPq (2022-2023) sob orientação do Prof. Dr. Tâmis Peixoto Parron com o projeto “A reforma eleitoral de 1881 e as transformações internas da cidadania: um exercício de história conceitual (1880-1881)”. E-mail: santos\_henrique@id.uff.br. N° Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-7675-8911>.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Introdução: gerando uma polêmica

Uma reforma eleitoral dentro dos quadros do Estado liberal é submetida a respeitar um importante princípio: a universalidade própria das formas políticas e jurídicas do liberalismo. Esse caráter universal da teoria liberal é derivado da doutrina dos direitos naturais e uma consequência do desejo revolucionário do princípio de igualdade civil, o qual é fundamental para estabelecer algum território comum de politização e debate a grupos opositores. Tendo isso em vista, como pode ser uma reforma eleitoral uma exclusão de classe? Essa pergunta é o norte da investigação deste trabalho, que tem como objeto os impactos da reforma eleitoral de 1881 no Império do Brasil, também conhecida como Lei Saraiva, sobre as diferentes classes sociais na organização social do país ao final do século XIX.

Essa pergunta tem origem em uma discordância presente na historiografia disponível sobre a reforma de 1881. Em artigo de 2008, Alceu Ferraro se fazia essa mesma questão e respondia positivamente. Segundo seu argumento a Lei Saraiva foi a cristalização do entendimento que a cidadania política no Império deveria ficar a cargo dos membros que mais possivelmente concretizariam o ideal do “proprietário esclarecido” de Immanuel Kant (Ferraro, 2008, p. 17). Quatro anos depois, em sua dissertação de Mestrado, Felipe Azevedo e Souza (2012, p. 158) cita diretamente Ferraro para desafiar sua tese, chamando atenção para o impacto da reforma eleitoral no exercício da cidadania na cidade do Recife. Após a norma, desenvolveu Souza, muitas pessoas pobres seguiram votando e um número de ricos e proprietários perderam seu acesso à cidadania, situação que impossibilitava associar a lei de 1881 a uma exclusão classista.

Persigo como objetivo uma discordância dos dois autores: mais frontalmente de Souza e com maiores concessões a Ferraro. Para essa investigação serão traçados dois percursos de análise. Após detalhar as argumentações dos autores citados, irei expor, a partir da historiografia disponível, dados quantitativos acerca da participação política antes e depois da reforma de 1881, focando na renda e no nível de letramento dos eleitores em cada processo. Compreendendo que renda e classe são critérios diferentes, busca-se através da



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

mensuração das diferenças nos níveis da primeira ter um indicativo de alterações na situação da segunda. No segundo movimento, a fim de aprofundar as discordâncias frente aos autores, serão analisados, sob a perspectiva da história conceitual, discursos políticos no debate político sobre a Lei Saraiva nas Atas do Conselho de Estado (1878), nos Anais da Câmara dos Deputados (1880) e em uma importante obra política da época, *O sistema eleitoral no Império*, do político conservador fluminense Francisco Belisário Soares de Sousa (1873). A intenção é demonstrar que o caráter de classe da medida estava mediado na materialidade do discurso político pelos significados históricos do conceito de cidadania disponíveis naquelas discussões. É através das características da conceptualização oitocentista da cidadania que se observa, mais cuidadosamente, as relações entre reforma eleitoral, classe e mudança social naquela que viria a ser a última década do Império do Brasil.<sup>245</sup>

Convém reapresentar a reforma eleitoral de 1881, processo político que é parte do objeto do trabalho. Ela foi a primeira lei a implementar as eleições diretas no Brasil, além de ampliar o acesso a cidadania política para acatólicos, estrangeiros naturalizados e regularizar o voto direto dos libertos. Em contrapartida, a Lei Saraiva foi responsável por uma drástica redução do eleitorado brasileiro, que caiu de aproximadamente 10,8% da população total nas eleições gerais de 1873 a 1,2% em 1882 (Souza, 2020, p. 6). Essa exclusão se deu principalmente de forma prática, atingindo o grupo dos analfabetos. A nova reforma eleitoral estipulou a necessidade de uma comprovação de renda com uma sucessão de documentos escritos e de obtenção complicada que dificultava seriamente a participação dessas pessoas nos pleitos. O ataque à cidadania dos analfabetos estava relacionado com a perspectiva majoritária entre a camada política sobre o grupo dos *votantes*, então eleitores indiretos ou “de 1º grau”, que abrigavam a maior parte dos eleitores pobres e iletrados. Eles foram condenados como os principais agentes corruptos e desvirtuadores do regime

<sup>245</sup> A concepção de classe presente no texto prioriza a divisão marxista básica de duas classes sociais antagonicas dentro do modo de produção capitalista: os proprietários dos bens de produção e a coletividade forçada a vender sua força de trabalho no mercado. O impacto proibitivo da Lei Saraiva se deu, em seu presente histórico, principalmente sobre as camadas de trabalhadores livres rurais (com mais força) e urbanos (com menos), pobres e, em boa parte, não-brancos. Sobre os escravizados, em 1881, ainda com direitos civis negados, a reforma eleitoral atuou sobretudo na garantia de um futuro marcado pelo difícil acesso aos direitos políticos.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

representativo no país e, por isso, deveriam estar fora do edifício político. Essa noção foi reafirmada e recrudescida no debate sobre a Lei Saraiva, não só com intenções classistas, mas fortemente orientada pela realidade da crise da escravidão presente naquele momento.

## A polêmica: a discordância entre Alceu Ferraro e Felipe Azevedo e Souza

Alceu Ravello Ferraro publicou em 2008 artigo que levava no título uma importante provocação: a negação do direito de voto aos analfabetos promovida pela reforma eleitoral de 1881 seria uma exclusão de classe? O trabalho, que reclama para si uma veia marxista (Ferraro, 2008, p. 14), partiu da análise dos registros sobre a discussão da norma nos Anais da Câmara dos Deputados, desde a Fala do Trono de 1878 até a concretização do trâmite da lei na Casa em 1880. O autor reclama que a Lei Saraiva não é um “fato isolado”, posicionando-a como parte de um contexto maior de contestação do regime, que teve seu estopim na troca ministerial que levou o gabinete conservador do Visconde de Rio Branco ao poder (1868) e favoreceu a ascensão das ideias republicanas no país, contra as quais o atendimento à reivindicação já madura por eleições diretas deveria responder e atacar. (Ferraro, 2008, p. 15)

A demonstração de Ferraro se apoia em discursos como o do deputado Florêncio de Abreu, em resposta a seu colega Prado Pimentel. Segundo Abreu, “[...] entregar o direito de voto, cuja responsabilidade é tão grande, à ignorância e ao pauperismo é que seria criar a mais degradada das democracias”. A nova lei deveria considerar, para o deputado, “que na instrução e em uma certa abastança estão em regra representadas a capacidade e a independência precisas para a escolha dos representantes do país” (Anais da Câmara dos Deputados, 27/01/1879 *apud* Ferraro, 2008, p. 16).<sup>246</sup> Na análise de Ferraro, as proposições do deputado associam diretamente analfabetismo e pauperismo com “o estado de ignorância, incapacidade e dependência”, que juntos motivavam a necessidade de excluir

<sup>246</sup> Anais da Câmara dos Deputados serão referenciados, em diante, como ACD.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

do voto tanto as pessoas iletradas quanto as pobres. O historiador conclui argumentando que a concepção norteadora do pensamento de Abreu era a da exclusividade da autonomia política do *proprietário esclarecido* presente em Immanuel Kant. (Ferraro, 2008, p. 17)

Após a análise de mais discursos, como os de José Bonifácio e Rui Barbosa, Alceu Ferraro conclui que a Lei Saraiva representou um freio, uma ação preventiva, a qualquer *inédito viável*. Isto é, no momento de crise da escravidão e emergência do trabalho livre assalariado próprio da configuração burguesa da sociedade, as elites brasileiras, conhecedoras dos movimentos operários na Europa industrial, teriam se antecipado e arrancado o direito de voto dos possíveis futuros cidadãos. (Ferraro, 2008, p. 21)

Felipe Azevedo e Souza fez questão de citar Alceu Ferraro para discordar da visão segundo a qual a Lei Saraiva constituía uma exclusão de classe. Em sua dissertação de Mestrado, o historiador persegue a demonstração de que o regime representativo brasileiro não podia ser lido como atrasado ou inerentemente falho como faziam crer as análises baseadas nas teorias da modernização<sup>247</sup> (Love, 1970; Graham, 1997; Carvalho, 2013), mas que era um exemplo das características comuns dos sistemas políticos do século XIX. Souza defendeu também que a Lei Saraiva era qualitativamente diferente das reformas eleitorais anteriores do Império do Brasil porque não tinha como função apenas perseguir os vícios dos pleitos brasileiros, a corrupção, a fraude e o clientelismo, mas requalificar a cidadania e a representação política no contexto de crise no Império. A exclusão da esmagadora maioria do eleitorado que a reforma de 1881 operou articulou concepções estruturantes do

<sup>247</sup> As teorias da modernização são um conjunto de ideias que emergiu nos países centrais no contexto de pós-Segunda Guerra Mundial, com o advento da Guerra Fria e do terceiro-mundismo. Esses teóricos tomaram uma imagem idealizada das instituições políticas e culturais do Atlântico Norte, em especial dos países anglófonos, e a transformaram nos parâmetros comparativos dos diferentes estágios de modernização em que estariam as sociedades de fora deste eixo, em uma abordagem teleológica e etnocêntrica. O conjunto desses trabalhos forneceram uma forte base epistemológica para a atualização e reforço da chamada tese do falseamento do regime representativo, presente desde algumas décadas antes nas análises de atores políticos e intelectuais nos países periféricos. Na elaboração dessa tese, a experiência do regime representativo liberal em países subdesenvolvidos (entre eles, o Brasil oitocentista) é apreendida numa relação de contraste linear com países como Grã-Bretanha, França e Estados Unidos. Ao passo que o sistema político liberal seria originário, autêntico e plenamente operacional nas democracias do centro global, em nações como o Brasil ele seria caracterizado pela fraude, pela corrupção e por um déficit de representação que deveria constantemente ser reduzido. Assim, a cidadania nesses espaços nunca é efetivamente realizada e a história desses sistemas políticos é compreendida como a perseguição infundável pela solução de seus problemas intrínsecos. Ver TIPPS, Dean C. *Modernization Theory and the Comparative Study of Societies: A Critical Perspective. Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, v. 15, n. 2, 1973, p. 199-226.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

liberalismo oitocentista com as necessidades conjunturais da crise que empurravam proprietários rurais e a “classe de bacharéis” para fora do sustentáculo imperial rumo ao movimento republicano. Nota-se que apesar das divergências gerais dos seus argumentos, Souza e Ferraro convergem na interpretação de que o republicanismo foi um fator importante no impulso para a implementação das eleições diretas.

Sobre a exclusão de classe, Souza acreditava que não era isso que estava em jogo. Por mais que houvesse “um enorme número de discursos que imputavam genericamente às classes mais pobres os malogros eleitorais”, o historiador argumentou que quando se falava do eleitorado desejado pelos legisladores a classe perdia importância. Ele retomou o fato de que discursivamente os grupos criticados eram o de “determinados indivíduos que estavam à margem das discussões políticas” em geral favorecidos pelo sistema clientelista. Na leitura do historiador, eles eram tidos como incapazes de desempenhar a “importante função social” do voto pela sua ação de subverter as eleições “em benefício próprio e imediato” (Souza, 2012, p. 158). Segundo Souza, “a questão de classe aparecia de maneira mais discreta, não se referiam especificamente a uma ou outra classe, mas sim a posse de propriedade” (Souza, 2012, p. 158). A independência financeira que a concepção de *distinção* pedia ao novo eleitorado, construto que Souza desenvolve a partir de Bernard Manin (1997), não abrangia somente os “indivíduos de grandes posses”, mas qualquer um que reunisse as condições de renda necessárias para exercer o voto (Souza, 2012, p. 158-9).

Como já dissemos, o objetivo do presente trabalho é gerar uma nova interpretação a partir do confronto entre as perspectivas de Ferraro e Souza à luz da análise de dados e fontes sobre o processo e os impactos da reforma eleitoral de 1881. Para isso, no próximo momento, a partir da historiografia, aprecia-se parte da estatística eleitoral das décadas de 1870 e 1880 focando nos itens de renda e letramento dos votantes brasileiros, a fim de testar o desafio de Souza à interpretação de Ferraro, ou seja, de que a Lei Saraiva não pode ser considerada uma exclusão de classe.

**Trazendo dados: renda, letramento e eliminação na estatística eleitoral do pré e pós-Lei Saraiva (1876-1884)**



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Uma interessante historiografia focou nos dados quantitativos do processo eleitoral brasileiro no que seriam as décadas finais do Império do Brasil (Linhares, 1974; Cardoso, 1974; Klein, 1995; Nunes, 2003; Souza, 2012; Carvalho, 2014). A partir da análise das listas de votantes produzidas durante o processo de qualificação eleitoral, diferentes autores estabeleceram análises do conjunto do eleitorado brasileiro e os significados da participação política para o sistema imperial como um todo. Trabalhos como os de Herbert Klein e Neila Ferraz Nunes buscavam discutir a contribuição de Richard Graham para o entendimento das eleições no Brasil, a partir do que este autor argumentou em seu livro *Clientelismo e política no Brasil do século XIX* (1997). Graham comprovou numericamente que o sistema político brasileiro era inclusivo para os padrões dos regimes representativos à sua época<sup>248</sup>, englobando aproximadamente 10% da população total nos pleitos, enquanto por volta de metade desses qualificados para o voto efetivamente participavam das eleições. É importante notar que essa consideração não significa, para Graham, dizer que o Império do Brasil tinha um sistema democrático, uma vez que para ele o real funcionamento da política brasileira girava em torno da máquina redundante do clientelismo, em que as relações de troca de favores por votos seriam, ao mesmo tempo, o objetivo e o produto das relações políticas. (Graham, 1997)

No geral, essa historiografia de foco quantitativo estabeleceu suas análises sobre pleitos posteriores à reforma eleitoral de 1875, conhecida como Lei do Terço, que para além de alterações no regime do voto distrital, estabeleceu novos parâmetros para as listas de qualificação, as quais até então apresentavam apenas o nome do votante e a sua renda, comprovada por autodeclaração e confirmação de testemunha, uma vez que o regime era censitário. Após 1875, as listas começaram a conter nome do votante, idade, estado civil, renda, ocupação (profissão) e letramento (se alfabetizado ou não), o que possibilitou maior conhecimento da composição social do eleitorado brasileiro. Também efeito da Lei do

<sup>248</sup> Em uma nota de fim, Neila Ferraz Nunes indica que “na década de 1870, o percentual de votantes inscritos em relação à população era de 7% na Inglaterra, 2% na Itália, 2,5% na Holanda, 9% em Portugal e 13% no Brasil”. Nunes, 2003, p. 339, nota 5. Mais estatísticas que confirmam essa visão podem ser observadas em RANZATO, Gabriele. La forja de la soberanía nacional: las elecciones en los sistemas liberales italiano y español. In: TUSELL, Javier, *El sufragio universal*. Madrid, 1991; e SÁBATO, Hilda. On Political Citizenship in Nineteenth Century Latin America. *American Historical Review*, v. 106, n. 4, 2001.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Terço, o título de eleitor foi criado e o processo de qualificação deixou de ser anual tornando-se bienal, o que estabeleceu maior estabilização entre o conjunto dos votantes de uma eleição para outra, com exceção de pleitos extraordinários como os ocorridos em caso de falecimento de senadores. (Klein, 1995, p. 541, nota 5)

Os dados disponibilizados por essa historiografia foram acessados com o objetivo de estabelecer relações entre a renda e o letramento do eleitorado brasileiro, tanto em momentos pouco anteriores à promulgação da Lei Saraiva quanto após os impactos da norma sobre os votantes.<sup>249</sup> Compreendendo que renda e classe são coisas diferentes, argumento nesta seção que a exclusão tácita de pessoas analfabetas correspondeu à eliminação dos eleitores que declaravam menores faixas de renda anual, *indicando* uma exclusão de classe.

Estabeleceu-se recortes arbitrários em relação aos dados disponíveis. Primeiro, serão mencionados somente os dados de renda e letramento por se ligarem mais estreitamente ao objetivo geral deste trabalho, embora as obras analisadas ofereçam também informações sobre a faixa etária e a ocupação dos eleitores, que podem ser interessantes e com certeza requalificam as afirmações feitas aqui. Segundo, não serão utilizados dados de todas as paróquias ou cidades analisadas, mas um conjunto selecionado que nos permita demonstrar as nuances encontradas na leitura desses trabalhos. Serão trabalhadas as paróquias de São Salvador, Nossa Senhora da Natividade do Carangola e São Gonçalo do município de Campos (RJ) (Nunes, 2003); de Boa Vista, Graça, Várzea e São Lourenço da Mata, da cidade do Recife (PE) (Souza, 2012); de Santana da Ilha Grande, do município de Angra dos Reis (RJ) (Carvalho, 2014)<sup>250</sup>; os conjuntos preparados por Klein (1995) denominados de “paróquias rurais” e “paróquias urbanas” da Grande São Paulo e finalmente o conjunto da cidade de Curitiba (PR) (Cardoso, 1974).<sup>251</sup> Terceiro, onde houver discriminação das

<sup>249</sup> Para uma discussão sobre classe social os dados das ocupações dos eleitores se tornam interessantíssimos para análise. Entretanto, preferi suprimir essa investigação dando mais espaço à posterior análise conceitual dos discursos políticos, me adequando aos limites de tamanho deste artigo e também pela pequena extensão, mas grande diversidade, de ocupações, o que demanda análise mais atenta e detalhada. Contudo, recomendo fortemente a leitura dos trabalhos referenciados nesta seção para alcançar essa dimensão.

<sup>250</sup> Em diante, Nossa Senhora da Natividade do Carangola, São Lourenço da Mata e Santana da Ilha Grande serão referenciadas como Natividade, São Lourenço e Ilha Grande, respectivamente.

<sup>251</sup> A variedade do recorte entre unidades de paróquias, no caso de Campos, Recife e Angra dos Reis, conjuntos de paróquias concebidos *a posteriori*, no caso da Grande São Paulo, e a integralidade do município, no caso



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

faixas de renda dos votantes, adotou-se um critério diferente dos autores referenciados, que em geral separavam as rendas acima de 800 mil-réis anuais em faixas distintas. Segundo a lei eleitoral de 1846, todas as rendas acima de 800 mil-réis anuais possibilitavam votar diretamente e ser eleito para um cargo (especificamente de deputado da Assembleia geral). De acordo com isso, todas essas rendas foram englobadas em faixa única, já que a análise desejada enfoca mais na diferença da participação dos votantes na primeira faixa de renda, a de eleitor indireto (de 200 a 399 mil-réis) nas diferentes paróquias e entre esta faixa e as superiores.

Tabela I – Votantes (em %) por faixa de renda em anos anteriores à Lei Saraiva

Faixas de renda declarada *	1876				1878		
	Recife, PE				Campos, RJ		
	Boa Vista	Graças	Várzea	São Lourenço	São Salvador	Natividade	São Gonçalo
200-399	10,4%	19,9%	82,3%	83,6%	36,3%	76,6%	75,7%
400-799	35,2%	42,8%	12,3%	10,5%	31,6%	23,4%	14,1%
> 800	54,4%	37,3%	5,4%	5,9%	32,2%	0%	10,3%

de Curitiba, segue a preferência de recorte dos próprios autores no momento de tratar sobre a renda e o letramento. Nunes, 2003; Souza, 2012; Carvalho, 2014; Klein, 1995; Cardoso, 1974.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

	1880			
	Grande São Paulo, SP		Angra dos Reis, RJ	Curitiba, PR
Faixas de renda declarada*	Paróquias Urbanas	Paróquias Rurais	Ilha Grande	Curitiba
200-399	46,5%	84%	96,5%	63,6%
400-799	22,3%	14,2%	1,5%	20%
> 800	31,2%	1,8%	2%	16,3%

\* Em mil-réis anuais.

Tabela preparada pelo autor. Dados: Souza, 2012, p. 93-149; Nunes, 2003, p. 325; Klein, 1995, p. 534; Carvalho, 2014, p. 23; Cardoso, 1974, p. 178.

A Tabela I compila dados referentes à participação dos votantes discriminados em três faixas de renda: a de votantes ou eleitores indiretos, que vai de renda declarada de 200 a 399 mil-réis anuais; a de eleitores diretos, que vai de 400 a 799 mil-réis anuais e a de eleitores diretos elegíveis os quais declaram de 800 mil réis-anuais em diante. O primeiro aspecto destacável é a diferença entre as paróquias urbanas e as rurais, o que é melhor observado a partir dos dados de Klein (1995) para a Grande São Paulo. Enquanto nas paróquias rurais 84% dos votantes estão concentrados na faixa de renda mais baixa e apenas 1,8% do eleitorado alcança a faixa superior, nas urbanas apenas 46,5% estão concentrados entre as menores rendas, o que significa que mais da metade dos eleitores participam diretamente do processo, incluindo 31,2% que podem ser eleitos para algum cargo.

Essa tendência se confirma quando se observa a diferença entre localidades urbanas e rurais em Campos e no Recife. Segundo os dados de Nunes (2003) para o município fluminense, enquanto a paróquia central de São Salvador registra uma distribuição de aproximadamente 1/3 do eleitorado para cada faixa de renda, as regiões mais rurais de São Gonçalo e Natividade têm, respectivamente, 75,7% e 76,6% dos votantes concentrados nas rendas mais baixas. Já para o Recife, em números oferecidos por Souza (2012), a paróquia central da Boa Vista apresenta o número mais baixo de votantes na renda entre 200 e 399 mil-réis, 10,4%, enquanto as listas rurais de Várzea e São Lourenço apresentam 82,3% e



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

83,6%, respectivamente, nestas mesmas rendas. Se a paróquia rural de Ilha Grande, segundo Carvalho (2014), confirma a tendência, pode-se tomar Curitiba, capital da província do Paraná, como uma exceção, já que segundo Cardoso (1974), 63,6% do eleitorado curitibano estava na faixa inferior de renda, algo incomum. É possível levantar a hipótese de que ao considerar o município de Curitiba como um todo, a presença de paróquias rurais dentro da capital “puxa” as rendas para a faixa inferior. No entanto, outras inferências podem surgir, não só para Curitiba como para todas as paróquias analisadas, quando tomamos o panorama das rendas em perspectiva com a situação do letramento.

**Tabela II – Votantes (em %) por situação de letramento em anos anteriores à Lei Saraiva**

	1876				1878		
	Recife, PE				Campos, RJ		
Letramento	Boa Vista	Graças	Várzea	São Lourenço	São Salvador	Natividade	São Gonçalo
<b>Alfabetizados</b>	88,5%	68,9%	37,2%	26,1%	91%	54%	52%
<b>Analfabetos</b>	7,8%	27,9%	59,6%	72,5%	9%	21%	48%
<b>Não Informado</b>	3,7%	3,2%	3,2%	1,4%	0%	25%	0%

332

	1880			
	Grande São Paulo, SP		Angra dos Reis, RJ	Curitiba, PR
Letramento	Paróquias Urbanas	Paróquias Rurais	Ilha Grande	Curitiba
<b>Alfabetizados</b>	76,6%	33%	34,7%	49,8%
<b>Analfabetos</b>	23,4%	67%	65,3%	50,9%



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Não Informado	x	X	x	x
---------------	---	---	---	---

Tabela preparada pelo autor. Dados: Souza, 2012, p. 140-6; Nunes, 2003, p. 327; Klein, 1995, p. 537; Carvalho, 2014, p. 23-4; Cardoso, 1974, p. 168-9.

Observando conjuntamente as tabelas II e I é possível estabelecer uma correlação entre paróquias rurais e maior nível de analfabetismo. Isso permite estabelecer uma associação, não coincidente e estatisticamente verificável em diferentes espaços, entre menor renda e maior analfabetismo dentro do conjunto dos eleitorados observados. O fato delas estarem mais presentes nas ruralidades tem menos a ver com a própria condição de *área rural*, o que seria analisar pelo aspecto formal, mas sim pela menor diversidade de ocupações, salários piores, menos possibilidade de ascensão social e também acesso bem mais difícil à instrução. Quero dizer, portanto, que as mesmas condições materiais que promovem um acúmulo de renda menor nas *áreas rurais* promovem também um desfavorecimento na situação do letramento.

Alia-se a essa hipótese o fato de que nas paróquias em que há maior concentração de votantes na faixa inferior de rendas, como as paróquias rurais da Grande São Paulo, São Gonçalo, Natividade, Várzea, São Lourenço e Ilha Grande, quase sempre há mais da metade da população em situação de analfabetismo: 67%, 48%, 21%, 59,6%, 72,5% e 65,3%. Para a exceção notável de Natividade, paróquia de Campos (RJ), temos a maior taxa de eleitores cujo nível de letramento não foi informado, 25%, o que não necessariamente significa que todos eles são analfabetos, mas que a obtenção desses dados teria potencial de atenuar ou reverter a situação excepcional. A correlação entre menores rendas e maior analfabetismo pode ser melhor visualizada na Tabela III.

**Tabela III – Classificação decrescente das paróquias levando em consideração renda e letramento em anos anteriores à Lei Saraiva**



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

<b>Número de eleitores indiretos (renda de até 399 mil-réis anuais)</b>	<b>Número de analfabetos</b>
Ilha Grande	São Lourenço
Paróquias Rurais da G.S.P.	Paróquias Rurais da G.S.P.
São Lourenço	Ilha Grande
Várzea	Várzea
Natividade	Curitiba
São Gonçalo	São Gonçalo
Curitiba	Graças
Paróquias Urbanas de SP	Paróquias Urbanas de SP
São Salvador	Natividade
Graças	São Salvador
Boa Vista	Boa Vista

334

As quatro localidades que apresentam maior concentração de votantes na faixa inferior de renda são rigorosamente as mesmas que possuem maior nível de analfabetismo (Ilha Grande, paróquias rurais da Grande São Paulo, São Lourenço e Várzea). No extremo oposto, duas das três paróquias com menor número de votantes declarando entre 200 e 399 mil-réis (São Salvador e Boa Vista) também têm as menores taxas de pessoas analfabetas entre o eleitorado. Aferir essa situação conduz ao argumento de que as listas de votantes de pleitos pouco anteriores à reforma eleitoral de 1881 mostram que, ao excluir tacitamente o eleitorado analfabeto com os novos trâmites de comprovação de renda, as consequências da Lei Saraiva abateram mais fortemente sobre as paróquias ou localidades que registravam os menores níveis de renda declarada. Esse argumento pode ser aprofundado com o aferimento da renda média apresentada por cada nível de letramento, dados disponíveis para as



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

paróquias de Campos e Grande São Paulo graças ao estreito diálogo que Nunes (2003) estabelece com a metodologia de pesquisa e as questões do artigo de Klein (1995).

**Tabela IV – Renda média por nível de letramento (Campos, 1876-8 e Grande São Paulo, 1880)**

	São Salvador		Natividade		São Gonçalo		Paróquias Urbanas GSP		Paróquias Rurais GSP	
	%*	R.M**	%	R.M	%	R.M	%	R.M	%	R.M
<b>Alfabetizados</b>	91%	1079	54%	272	52%	1066	76,60%	1019	33%	338
<b>Analfabetos</b>	9%	306	21%	208	48%	254	23,40%	277	67%	212
<b>Não informado</b>	0%	333	25%	227	0%	200	x	x	x	x

\* Em relação ao total de votantes qualificados.

\*\* Em mil-réis anuais.

Tabela preparada pelo autor a partir dos dados de Nunes, 2003, p. 328 e Klein, 1995, p. 537.

Para Campos e Grande São Paulo é observável que rigorosamente sempre a renda média é maior dentro dos grupos dos alfabetizados, inclusive quando a distância em números absolutos entre eles e os analfabetos é menor que o padrão. É interessante observar que nas paróquias rurais da Grande São Paulo e em Natividade, área rural de Campos, mesmo a renda média dos alfabetizados não excede os 400 mil-réis necessários para ser eleitor direto. Entretanto, em São Gonçalo, paróquia que Nunes (2003) classificou como espécie de satélite do centro (São Salvador), com alguns aspectos rurais, o que existe é uma grande concentração de renda nas mãos dos alfabetizados. Nessa localidade em que, como vimos acima, 75,7% dos votantes estão na faixa entre 200 e 399 mil-réis anuais declarados, os efeitos da Lei Saraiva podem ter sido, pela tendência, devastadores, eliminando boa parte dos eleitores não compreendidos entre os alfabetizados que apresentam uma importância de mais de um conto de réis em renda média.

Números de Cardoso (1974) e Souza (2012) para Curitiba e Recife, respectivamente, nos permitem observar o impacto da Lei Saraiva sobre esses dois municípios através da participação dos eleitores pelo letramento.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

**Tabela V – Impacto da Lei Saraiva sobre o letramento em Recife (PE) e Curitiba (PR)**

	Recife		Curitiba	
% de eleitores*	1876	1884	1880	1881
<b>Analfabetos</b>	40,4%	4,7%	50,9%	4%
<b>Alfabetizados</b>	57,1%	93,8%	49,8%	95,9%
<b>Não informado</b>	2,5%	1,5%	-	-

\* Em relação ao total de votantes qualificados.

Tabela preparada pelo autor. Dados de Souza, 2012, p. 147; Cardoso, 1974, p. 169.

A Lei Saraiva, como se sabe, estabeleceu uma exclusão híbrida dos analfabetos. As pessoas iletradas estavam proibidas de tentar obter o título de eleitor a partir de 1882 segundo o texto da lei, o que a princípio poderia explicar a concentração brutal do eleitorado do Recife no grupo dos alfabetizados em 1884 (93,8%) em relação a oito anos antes (57,1%). No entanto, a norma estipulou que as pessoas analfabetas que já tinham o título de eleitor desde 1875 seriam mantidas na cidadania política. Sobre esse grupo a exclusão operada foi tácita por meio da documentação necessária para a nova e mais rígida comprovação de renda. Tomando os dados de Curitiba esse expediente funcionou, já que em 1880 os alfabetizados eram uma ligeira minoria (49,8%), mas no ano seguinte já compunham uma maioria esmagadora (95,9%). Se o impacto da Lei Saraiva parece ter sido imediato sobre o letramento nessas cidades, aprofundando o olhar no município do Recife através dos dados de Souza (2012), uma última evidência da correlação entre letramento e renda no eleitorado imperial brasileiro é oferecida.

Vimos que, para o Recife, as paróquias de Boa Vista, Graças, Várzea e São Lourenço apresentavam, respectivamente, 10,4%, 19,9%, 82,3% e 83,6% dos seus votantes na primeira faixa de renda declarada. Todas pertencentes ao 2º distrito eleitoral da cidade de Recife, Felipe Azevedo e Souza classificou Boa Vista como parte do centro da cidade, Graças como uma espécie de subúrbio contínuo à Boa Vista, e Várzea e São Lourenço como parte da área rural recifense. Em relação ao letramento, essas quatro paróquias apresentaram





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

como taxa de analfabetismo: 7,8% (Boa Vista), 27,9% (Graças), 59,6% (Várzea) e 72,5% (São Lourenço). A Tabela VI, retirada diretamente da dissertação de Mestrado de Souza com poucas adaptações, apresenta o impacto eliminatório da Lei Saraiva sobre essas paróquias.

**Tabela VI – Eliminados pela Lei Saraiva no Recife (PE)**

	Nº de votantes		Eliminados	
	1876	1884	Nº	%
<b>Boa Vista</b>	1220	1061	159	13%
<b>Graças</b>	776	293	483	62,2%
<b>Várzea</b>	785	83	702	89,4%
<b>São Lourenço</b>	911	77	834	91,5%
<b>Total de eleitores</b>	4594	1821	2773	60,3%

Souza, 2012, p. 134 (adaptada)<sup>252</sup>. *O Tempo*, julho-agosto 1876 / Qualificação dos eleitores da Boa Vista 1884.

É curioso como justamente o autor que apresenta esses dados fundamentais para observarmos como a Lei Saraiva estabeleceu o maior número de eliminação de votantes nas paróquias mais pobres e menos letradas (Várzea e São Lourenço) argumenta que a reforma eleitoral de 1881 não foi uma exclusão de classe. Segundo a argumentação de Souza, a presença de analfabetos em todas as faixas de renda faz parte da invalidade do ponto de que a medida seria classista, indicando que não há correspondência entre analfabetismo e classe. A fim de relativizar essa ideia, considero que o autor toma do ponto de vista individual os impactos de uma lei que foi politicamente direcionada para atingir coletividades, grupos sociais inteiros. Portanto, se há indivíduos analfabetos entre os mais ricos e alguns deles sobreviveram politicamente à Lei Saraiva, o compilado estatístico de onze localidades em quatro províncias do Império demonstra que socialmente eles eram majoritariamente pobres e foram expulsos da cidadania pela norma de 1881.

<sup>252</sup> A adaptação da tabela original de Felipe Azevedo e Souza foi a retirada dos dados de duas paróquias do 2º distrito eleitoral recifense que fazem parte da análise daquele autor, mas não entraram na nossa: Afogados e Poço da Panela.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Todos os argumentos quantitativos anteriores foram mobilizados para sustentar a opinião de que a Lei Saraiva foi, sim, uma exclusão de classe. Ao retirar tacitamente os analfabetos da cidadania política, ela atingiu a correlação entre letramento e renda existente no Império do Brasil, ceifando uma parte considerável do eleitorado brasileiro especialmente nas paróquias e localidades que apresentavam renda média mais baixa. Assim, discordo frontalmente da argumentação de Felipe Azevedo e Souza ao defender que a reforma não teve caráter classista. Isso não gera uma concordância automática e integral a Alceu Ferraro. O discurso político em torno da reforma eleitoral de 1881 não foi aberta e diretamente um discurso de classe, mas o seu conteúdo classista estava integrado aos significados próprios do conceito de cidadania no século XIX. É isso que apresento a partir de agora.

## Metendo a colher: os significados do conceito de cidadania no século XIX

No dia 4 de junho de 1880, o então presidente do Conselho de Ministros Antônio Saraiva foi à Câmara dos Deputados e fez um memorável discurso no qual defendia o seu projeto de reforma eleitoral e guerreava pelo que ele entendia ser as duas bases inalteráveis do texto: a comprovação de renda e o novo voto distrital. O projeto, no entanto, não agradava a todos os deputados, entre os quais Frederico Rego que tomou a palavra para dizer que o texto pecava “quanto ao sistema, porque nem é seguidamente liberal, nem exclusivamente conservador. Restringe de um lado o censo eleitoral; amplia do outro a elegibilidade”. De fato, se o projeto Saraiva incluía no voto estrangeiros naturalizados e acatólicos, concedendo o direito político, a nova prova de renda fazia com que o projeto o tornasse impossível pela prova. “Amalgama as fraquezas com as restrições”, arrematou (ACD, 04/06/1880, p. 45).

Dizia Rego que o projeto contrariava o espírito da Constituição de 1824 porque “longe de favorecer a generalização do voto, o restringe, transformando o nosso sistema eleitoral em uma verdadeira oligarquia das classes favorecidas pela fortuna [...]”. (ACD, 04/06/1880, p. 45) Esse trecho parece não dar dúvidas da chave de leitura classista dos deputados brasileiros, mas carece de problematização. Segundo interpretações importantes



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

(Linhares, 1974, p. 48; Buescu, 1981, p. 329-40) o censo de 200 mil-réis anuais que era imposto ao votante brasileiro era baixo, facilmente conseguido por qualquer trabalhador livre e pobre, ressoando nos discursos parlamentares que diziam que o simples fato de um homem apresentar-se para se alistar eleitor, por estar vestido e ter o que comer, comprovava sua adequação ao censo. Como a Lei Saraiva não alterou o censo, então essa criação oligárquica não poderia estar na renda, mas sim em sua *comprovação*. Quando Rego destacava que “a restrição considerável que o projeto do nobre Presidente do Conselho impõe ao direito de sufrágio exclui classes inteiras, que já estavam de muito tempo no gozo dele [...]”, se reporta às *classes* como *categorias profissionais*, como faz na hora em que cita a “classe dos tipógrafos”. (ACD, 04/06/1880, p. 45)

A revolta com a criação oligárquica da reforma eleitoral tinha origem no pensamento de Rego pelo seu “pendor para o sufrágio universal”, uma vez que qualquer censo eleitoral lhe parecia “uma lei material a que reconhece o direito de voto somente pelo seu valor metálico [...]” (ACD, 04/06/1880, p. 45). Essa não era, no entanto, a interpretação vitoriosa na camada política brasileira no momento de feitura da Lei Saraiva. Anos antes, discutindo sobre o projeto original da reforma, apresentado por João Luis de Sinimbu, em que havia a proposta de aumentar o censo eleitoral básico de 200 mil-réis anuais para 400, dois participantes do Conselho de Estado foram didáticos quanto a perspectiva sobre o voto no Império do Brasil. Falando primeiro, o Visconde de Muritiba alertava que elevar o censo seria “criar uma classe muito restrita e privilegiada que não exprimirá a vontade do maior número”, fazendo com que o tiro saísse pela culatra em pouco tempo, servindo “de motivo a reclamações cujo resultados conduzirão ao sufrágio universal mais cedo do que pode esperar-se”. Ele observava o mundo para dizer que enquanto outros países alargavam a cidadania política, não seria prudente “restringí-lo [o voto] entre nós por meio de mais alto censo embora este faça presumir no eleitor maior independência e interesse na eleição dos seus representantes”. (Rodrigues, 1973, p. 94)

Era essa associação entre renda, classe e termos como *independência*, *interesse* ou *capacidade* que compunham a gama de sentidos do conceito de cidadania no século XIX.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Companheiro de Muritiba, o Visconde do Bom Retiro demonstrava isso pela negação, ao dizer que “mais baixo o censo, pouco adiantarão com a reforma os que fundam nela lisonjeiras esperanças de inteira independência e plena liberdade de voto”. Para tomar garantias de eleições independentes e livres, o país devia adotar como cidadãos “só aqueles em quem por sua riqueza, cultura de espírito e posição social, se devesse presumir que resistiram mais facilmente à pressão da autoridade, às exigências dos chefes, à fraude e, enfim, à corrupção de qualquer gênero”. (Rodrigues, 1973, p. 97)

No momento de criação dos Estados liberais e questionamento dos princípios políticos do Antigo Regime, a instituição do conceito de cidadania tomou um duplo direcionamento. A garantia universal dos direitos civis, como os de isonomia e liberdade de expressão, foi defendida como um pilar do exercício do liberalismo, a nova forma de organização da sociedade e do poder, e consagrava uma igualdade perante ao Estado que era incendiária para as configurações estamentais anteriores. Entretanto, para a cidadania política, compreendeu-se que essa igualdade deveria ser limitada. (Rosanvallon, 1995, p. 66) Como explica Maurizio Fioravanti, a extensão ampla do direito de voto, isto é, a democracia, foi compreendida pelos liberais no início do século XIX como o extremo oposto da tirania do rei absolutista, uma *tiranía do número*. (Fioravanti, 2014, p. 19-20) A vontade geral era vã, mutável, acompanhava o sabor do vento e era facilmente trocada por dinheiro ou outras formas de favor. A centralidade de uma política racional estava no que ficou consagrado pela fórmula francesa das *capacidades*: o regime representativo liberal deveria ser o espaço dos melhores, mais distintos e independentes homens de uma sociedade escolherem seus pares para comandar o rumo do país. No dizer de Pierre Rosanvallon (1995, p. 76), a representação política oitocentista não tinha nada que representar no sentido etimológico da palavra, ou seja, não deveria ser um retrato da sociedade ou algo do tipo. Ela seria o conjunto de ideias e pessoas que compunham a *verdadeira opinião nacional*, uma e central, e cabia aos cidadãos reconhecer esse conjunto e alça-lo aos parlamentos. Essa concepção foi vitoriosa não só na Europa (Rosanvallon, 1995; Manin, 1997), mas também na América hispânica (Sábato, 2021) e, a partir da vitória militar, econômica e política dos regressistas na década de 1840, também no Brasil. (Mattos, 2017; Coser, 2020)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

A ideia de capacidade, centro ativo do conceito de cidadania, era claramente arbitrária. Em geral, a realidade prática expressa por esse consenso foi a adoção de regimes censitários (por renda) ou capacitários (por letramento) que promoveu uma realidade não só restritiva para o regime representativo liberal no século XIX, mas, como argumentamos, propriamente *antidemocrática*. Nesse sentido, a Lei Saraiva pouco alterou e na verdade politizou esses significados a favor de um lado em uma tensão. Durante todo o Império a camada política direcionou as suas críticas aos votantes, eleitores de 1º grau, por sua incapacidade e propensão a entregar-se em redes clientelistas (Graham, 1997). Entretanto, nas décadas de 1870 e 1880, a estruturação do movimento abolicionista brasileiro e o impacto estrutural da Lei do Ventre Livre na manutenção da escravidão à longo prazo exerceram maior pressão sobre os proprietários de terras e pessoas e seus representantes. A resposta parlamentar foi associar a demanda por eleições diretas, mote popular desde a década de 1860 (Alonso, 2002; Da Motta, 2019), com a medida de exclusão dos analfabetos como veiculada originalmente de forma explícita no texto do projeto apresentado à Câmara dos Deputados por Sinimbu. Os debates entre 1878 e 1880 condenaram a *forma* da exclusão sem mexer no *conteúdo*<sup>253</sup>, e o novo projeto, já encabeçado por aquele que emprestaria o nome ao apelido da Lei, tratou de suavizar o texto.

Por mais “raposa” que fosse, Saraiva estava menos fora da curva do que pode-se imaginar. O liberalismo, se observado pela chave conceitual, tem como tensão interna o universalismo nos enunciados, o que faz que suas proposições de soberania, cidadania e representação política sejam sempre discursivamente amplas e igualitárias. Entretanto, o conteúdo do poder do Estado liberal, explícito desde John Locke como sendo a defesa da propriedade privada (Silva, 2009, p. 539-40; Franco, 1993), recoloca no interior dessa universalidade as hierarquias de classe que condicionam fortemente o exercício dos direitos

<sup>253</sup> A grande polêmica envolvendo o projeto Sinimbu estava no fato de que a retirada explícita dos analfabetos configuraria, para parte significativa da oposição ao governo, inconstitucionalidade, já que retirava o direito constitucional dessas pessoas incluídas desde a carta magna de 1824. Esse debate foi fundamental para os caminhos posteriores da discussão sobre a reforma até a conclusão do texto em 1881. Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Liberais contra Liberais*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Do Império à República**. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico, Tomo II, v. 7. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2005, 229-279.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

civis e políticos. Saraiva adequou a reforma a esse princípio: os analfabetos não estariam excluídos pela lei, proposição que gerou enorme grita de inconstitucionalidade, mas pela falta prática de acesso à documentação comprobatória. A classe trabalhadora não estaria excluída pela lei, mas pela conjunção histórica e estatisticamente aferível entre exploração do trabalho, renda baixa e falta ou precariedade de acesso à instrução. Os direitos políticos estavam disponíveis, como disse Rego, mas estavam abertos à competição, podendo ser desfrutados apenas pelos capazes. Saraiva não tinha dado ao Brasil uma reforma confusa: era uma reforma afinada ao contraditório interno à política no Estado liberal. Reitero como essa interpretação se distingue tanto da recusa de Felipe Azevedo e Souza em identificar na Lei Saraiva uma exclusão de classe, quanto do apontamento de Alceu Ferraro de que a norma foi sustentada por um discurso classista explícito, direto e aberto.

Em 1873 um livro fundamental para compreender parte das linhas argumentativas do debate parlamentar posterior sobre a eleição direta demonstrou a inserção da perspectiva classista no vocabulário liberal oitocentista. O conservador fluminense Francisco Belisário Soares de Souza, em dada altura, tenta persuadir seu leitor sobre as diferenças das práticas eleitorais entre as paróquias da capital do Brasil, o Município Neutro do Rio de Janeiro. Começa descrevendo a freguesia da Candelária como parte do centro mais importante da cidade e composta por votantes conhecidos, “o negociante de pequeno ou grosso trato, o capitalista, o banqueiro, o proprietário, o médico, o advogado etc.” Diz que talvez no regime direto todos esses seriam eleitores, seja pelo censo, seja pelo letramento. Por sua vez, a freguesia de Sant’Ana tem face diferente, é o “quartel-general da arraia-miúda” e a mais populosa. Belisário descreve a gentrificação carioca e caracteriza os votantes dessa paróquia:

“A cidade, crescendo em riqueza, em população abastada, o centro foi sendo ocupado pelo comércio, pelas grandes casas, e a arraia-miúda foi-se aglomerando nas abas dos morros, nos brejos, nos confins da cidade. Ali mora em vastos cortiços o operário nômade, que trabalha hoje aqui e amanhã acolá, o servente de repartição pública remota, o oficial de justiça, o mascate, o pombeiro itinerante, etc., pessoas todas que saem de manhã para seus trabalhos, voltam à noite, sem que, fora do pequeno raio de sua moradia, alguém mais na freguesia os conheça.” (Souza, 1979, p. 31-2)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Diz Belisário que ao entrar nas duas freguesias em dias de eleições disputadas, o leitor verá na Candelária uma mesa que trabalha “isolada, desafrontada do enxame de povo que dificulta o acesso e perturba todos os atos eleitorais”. Os trabalhos são fora da Igreja, a cada nome chamado “responde um indivíduo conhecido de todos”, o que impede que sua identidade seja “contestada, discutida e sofismada” o que, “por via de regra” é o comum entre as paróquias brasileiras em dia de pleito. O leitor testemunhará em Sant’Ana, porém, se conseguir “romper a multidão que se atropela na entrada” o verdadeiro “espetáculo de um pandemônio” dentro de uma Igreja em que são “retiradas todas as imagens, os círios, os candelabros, tudo quanto podia converter-se em arma ou projétil durante uma luta à mão armada”. Quanto ao voto, não há pompa alguma quando o eleitor o deposita e “foge o mais depressa possível de um lugar em que se reputa aviltado”, porque depois de se atirarem na vertigem da luta, “refletem depois com vergonha dos atos que praticaram [...]” (Souza, 1979, p. 32).

Não é coincidência que Souza fale da paróquia central da Candelária, composta por votantes abastados e conhecidos, como o exemplo de um processo tranquilo, idôneo e resplendoroso, enquanto a suburbana freguesia de Sant’Ana é retratada como um círculo do inferno de Dante. Quando descreve o impacto da gentrificação sobre a população mais pobre em suas variadas ocupações, sempre anônimas da grande sociedade, Belisário recoloca qualitativamente o que me esforcei por demonstrar acima em termos quantitativos. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, Antônio Saraiva anos depois teria clareza ao saber que a sua reforma não impactaria somente os iletrados:

“[...] em resposta ao Conselheiro Jaguaribe, havia dito Saraiva [em 1875] que, a seu ver, a condição de saber ler e escrever era o bastante para servir de base à eleição direta. É que os não analfabetos já teriam, em geral, pelo menos uma renda sofrível, e as duas exigências corresponderiam a uma duplicação desnecessária.” (Holanda, 2005, p. 283-4)

A classe trabalhadora não precisava ser expulsa na letra da lei, nem por pobreza, nem por analfabetismo. Bastava um punhado de documentações oficiais de difícil obtenção que, uma vez demandado, trataria de ceifar da cidadania política grande parte das paróquias de renda mais baixa. Excluídos porque não têm capacidade. Incapazes porque não têm classe.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Considerações finais

Este trabalho se inseriu em uma discussão presente na historiografia disponível sobre a reforma eleitoral de 1881 no Império do Brasil com uma dupla intenção, portanto, devendo alcançar um duplo objetivo. Primeiro, ao abordar aspectos quantitativos por meio de trabalhos historiográficos, elencou-se argumentos da estatística eleitoral que comprovassem a correlação entre localidades que declararam menor renda média e aferiam menor nível de letramento. Foi possível observar com mais profundidade o impacto da Lei Saraiva que, ao retirar tacitamente as pessoas analfabetas da cidadania política, operou uma exclusão de classe, discordando da visão de Felipe Azevedo e Souza (2012). Depois, foram investigados os discursos políticos na discussão sobre a lei de 1881 articulando-os com os significados históricos disponíveis para a politização do conceito de cidadania no século XIX. O intuito foi demonstrar que a exclusão operada pela reforma eleitoral foi raramente justificada por um discurso classista direto e aberto, mas que a luta de classes era o pressuposto do discurso liberal que sustentou a norma, reconfigurando a materialidade formal do discurso político através da consideração do conteúdo do poder na sociedade liberal. Finalmente, isso significa uma discordância também à proposta de Alceu Ferraro (2014).

344

No campo teórico, foi proposto destaque à tensão interna presente nos conceitos do liberalismo como representação e cidadania. Essa tensão provocada entre a universalidade discursiva liberal e a realidade hierárquica da sociedade de classes gera diferentes possibilidades de compreensão e politização dos conceitos políticos, que são sempre indefiníveis e reflexivos, no dizer de Reinhart Koselleck (1992). A observação de diferentes fontes, neste caso dados quantitativos, discursos parlamentares e livros, e a valorização da dimensão diacrônica dos significados histórico dos conceitos, para além da sincronia pura entre texto e contexto, permitem observar maiores nuances no emprego conceitual nos discursos políticos e atrelar as transformações do campo socioeconômico e sociopolítico





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

como condicionantes do enunciado politizado desse vocabulário. Essa encruzilhada entre história social e história conceitual é fundamental para a possibilidade criativa de uma história política preocupada com a materialidade dos discursos, mas também com suas condições de produção e de impacto sobre a prática política e da reprodução social da vida. (Koselleck, 2021)

Como todo trabalho de produção de conhecimento, reconheço limitações nessa abordagem. No âmbito quantitativo, reafirmo que uma apreciação dos dados sobre as ocupações profissionais nos ajudaria a aprofundar e recolocar o debate sobre o impacto da reforma eleitoral para as classes trabalhadoras. Da mesma maneira, um estudo que repouse diretamente sobre o estudo das listas de votantes, tomando a historiografia elencada neste trabalho como baliza metodológica e propositora de questões, poderia tornar a argumentação ainda mais contundente e é uma indicação para trabalhos posteriores. Quanto aos significados históricos do conceito de cidadania, me limitei a um comentário breve sobre o impacto da crise da escravidão na reformulação da cidadania política no que seriam as décadas finais do Império do Brasil, expediente que decerto não cobre a extensão da relação entre a instituição escravista e a formulação conceitual do liberalismo (Silva, 2009; Parron, 2022), nem explica com maiores detalhes como a crise da primeira pressionou as transformações na segunda. Para não tecer comentários rasos, preferi suprimir essa exposição e focar nas relações entre estatística eleitoral, discurso político, classe social e cidadania, entendendo que meu objetivo e percurso investigativo já eram demasiado extensos. No entanto, destaco, não há como entender as mudanças políticas das décadas de 1870 e 1880 sem levar a crise global da escravidão negra ao centro do debate, consideração que impacta de forma central a Lei Saraiva.

## Fontes



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 1880. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. 1880. Tomos I e II.

RODRIGUES, José Honório. Atas do Conselho de Estado: Terceiro Conselho de Estado 1875-1880. v. 10. Brasília: Senado Federal, 1973.

SOUZA, Francisco Belisário Soares de. O sistema eleitoral no Império. Com apêndice contendo a legislação eleitoral no período 1821-1889. In: NOGUEIRA, Octaciano. Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos (Série Estudos Jurídicos). v. 18. Brasília: Senado Federal; Editora da Universidade de Brasília, 1979.

## Referências bibliográficas

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**. A geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BUESCU, Mircea. No centenário da Lei Saraiva. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº 330, p. 235-242, jan/mar de 1981, p. 237-8.

CARDOSO, Jayme Antonio. **A população votante de Curitiba – 1853-1881**. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 1974.

CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem e Teatro de Sombras. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. Povos e Estado no século XIX: um exercício quantitativo. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos P. (orgs.), **Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no Oitocentos**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2014.

DA MOTTA, Kátia Sausen. Ler, escrever e votar: a reforma do direito eleitoral no Brasil Império (1860 - 1881). In: PEREIRA, Denise (org.). **A Transversalidade da Prática do Profissional de História**. v. 2. Ponta Grossa: Atena, 2019.

FERRARO, Alceu Ravello. A negação do direito de voto aos analfabetos na Lei Saraiva (1881): uma exclusão de classe? **La Salle - Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 13, n. 1, jan./jun. 2008.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

FIORAVANTI, Maurizio. El constitucionalismo: un esbozo histórico. In: FIORAVANTI, Maurizio. **Constitucionalismo**. Experiencias históricas y tendencias actuales. Madrid: Editorial Trotta, 2014.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. “All the world was America”. John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico. **Revista USP**, São Paulo, n. 17, 1993, p. 30-53.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Editora UFRJ, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Liberais contra Liberais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Do Império à República**. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico, Tomo II, v. 7. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2005, 229-279.

KLEIN, Herbert S., A participação política no Brasil do Século XIX: Os Votantes de São Paulo em 1880. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, 1995, p. 527-544.

KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de conceitos**: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Trad. Markus Hediger. Contraponto Editora, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

LINHARES, Maria Yedda. As listas eleitorais do Rio de Janeiro no século XIX. In: **Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien**, n°22, 1974. Numéro consacré au Brésil. pp. 41-67.

LOVE, Joseph. Political participation in Brazil (1881-1969). **Luso-Brazilian Review**, v. 7, n. 2, 1970, p. 3-24.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**: a formação do Estado imperial. 7 ed. Hucitec, 2017.

NUNES, Neila Ferraz Moreira. A Experiência Eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870-1889): Frequência Eleitoral e Perfil da População Votante. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, 2003, p. 311-343.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

PARRON, Tâmis. Escravidão e as fundações da ordem constitucional moderna: representação, cidadania, soberania, c. 1780-c. 1830. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 699-740, 2022.

RANZATO, Gabriele. La forja de la soberanía nacional: las elecciones en los sistemas liberales italiano y español. In: TUSELL, Javier. **El sufragio universal**. Madrid, 1991.

ROSANVALLON, Pierre. **El momento Guizot**: El liberalismo doctrinario entre la Restauración y la Revolución de 1848. Biblos, 2015.

SÁBATO, Hilda. On Political Citizenship in Nineteenth Century Latin America. **American Historical Review**, v. 106, n. 4, 2001.

SILVA, Cristina Nogueira da. Conceitos oitocentistas de cidadania: liberalismo e igualdade. **Análise Social**, v. 44, n. 192, 2009, p. 533-563.

SOUZA, Felipe Azevedo e. A dissimulada arte de produzir exclusões: as reformas que encolheram o eleitorado brasileiro (1881-1930). **Revista de História**. São Paulo, nº 179, 2020.

SOUZA, Felipe Azevedo e. **Direitos políticos em depuração**: A Lei Saraiva e o eleitorado do Recife entre as décadas de 1870 e 1880. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2012.

TIPPS, Dean C. Modernization Theory and the Comparative Study of Societies: A Critical Perspective. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 15, n. 2, 1973, p. 199-226.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Mães imigrantes no tribunal: um estudo quantitativo e qualitativo das vivências maternas no Rio de Janeiro (1880- 1899)

Ingrid Job<sup>254</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar as vivências maternas das mulheres imigrantes, no Rio de Janeiro, no decorrer das décadas de 1880 e 1890, através de alguns sinais deixados nos processos de tutela, que nesse momento via na guarda legal uma forma de angariar mão de obra barata. Empregaremos um estudo quantitativo e qualitativo de dados, como sua nacionalidade e endereço visando, termos acesso a alguns traços da sua vivência. Dito isso, utilizo como fonte principal os processos de tutela abertos no *Juízo dos Órfãos e Ausentes da 2ª Vara* (1880-1891) e nas mais diversas *Pretorias* da Capital Federal (1891-1899) disponíveis para consultas no Arquivo Nacional, cruzando seus resultados com o Recenseamento de 1890. Os processos concentram informações sobre as mães e suas redes de sociabilidade, o que nos permite realizar um mapeamento delas e dos tutores dos seus filhos na cidade, em meio às diversas adversidades em que viviam na tentativa de os manterem consigo.

**Palavras chaves:** Maternidade – Imigração – Rio de Janeiro

349

<sup>254</sup> Mestranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense e bolsista pela CAPES. E-mail: [ingridjob@id.uff.br](mailto:ingridjob@id.uff.br).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Introdução

Durante o último quartel do século XIX, passou a ser cada vez mais frequente a chegada de imigrantes nos portos do Rio de Janeiro. Isso ocorreu devido ao contexto da Grande Imigração, no qual mais de 50 milhões de europeus se destinam principalmente para os Estados Unidos, com 11 milhões de pessoas vindo para a América Latina (Gonçalves, 2010, p.94). O Brasil teve a entrada anual de 194 mil europeus entre 1890 e 1914 (Arruda, 2007, p.36). Totalizando 151.093 imigrantes só no Rio de Janeiro, em 1890, representando 29,7% da população total do Distrito Federal. Com destaque para as nacionalidades portuguesa, correspondendo a 68,5% do total dos imigrantes, seguida da italiana com 11,4% e da espanhola com 6,9%.

Em meio aos que decidiram emigrar, tiveram mulheres que participaram desde o início do processo. Se fazendo presentes no momento de planejamento e arrecadação do valor das passagens até a partida sós ou acompanhadas de seus familiares (Menezes; Mattos, 2017). Dentre os motivos que levaram a saída desses povos do seu local de origem, houve o processo de industrialização e de acumulação de capital industrial que alcançou a plena maturidade na Europa nos anos de 1870, diminuindo a necessidade de mão de obra braçal (Arruda, 2007). E, no caso de Portugal — que figurava grande parte dos imigrantes da capital do país —, além dos motivos supracitados, houve o serviço militar obrigatório, a crise vinícola, crise das colheitas dos cereais e a conversão de campo de cultivo em área de criação de gado que aumenta o custo do alimento concomitante a diminuição substancial de oportunidade de trabalho (Lobo, 2001, p.16). Mas, o fluxo emigratório não se resume apenas a fatores demográficos e econômicos, existindo outras motivações mais subjetivas, como a realização de sonhos, fuga de pressões cotidianas e abertura de novas perspectivas de futuro (Menezes; Matos, 2017).

Ao deportarem no Rio de Janeiro, as imigrantes se depararam com uma cidade que passava por diversas transformações políticas, sociais e econômicas, com a mudança de regime político, o fim da escravidão, o crescimento industrial, que geraram mudanças nas mentalidades e nas relações sociais de trabalho escravistas para capitalistas (Soihet, 1989).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Com a área central da cidade sofrendo mudanças, por meio das grandes reformas urbanas e pelo estabelecimento da disciplina sob o espaço público, com o controle do comportamento das *classes perigosas*, passando das mãos do senhor de escravizado para o Estado republicano (Menezes, 2021, p.42), que vigiava desde as relações de trabalho, buscando garantir que esses sujeitos não se tornem vagabundos, até suas mentalidades eram foco de atenção, inserindo novos padrões de relacionamentos amorosos.

A imposição desses novos hábitos moralizantes se deu por meio da valorização da família higiênica (Rago, 1987), na qual o homem teria três funções principais: a social, de ser pai; a econômica, como provedor do lar; a política, enquanto cidadão brasileiro. Como chefe de família, o homem também possuía a função de proteger o lar, afastando os elementos perniciosos, protegendo a honra de sua filha visando a garantir um bom casamento. Enquanto isso, a mulher teria como principal função social a reprodução, sendo, uma boa mãe, cuidadora da saúde do lar, do esposo e dos filhos. Tal padrão de moralidade se inspirou no modelo roussoniano<sup>255</sup> de maternidade, defendido por médicos e intelectuais franceses desde fins do século XVIII, adentrando o Brasil em meados do século XIX. Eles argumentavam a máxima de que a mulher deveria viver em função do lar, cuidando da educação dos seus filhos, servindo de modelo moral para que se tornem bons cidadãos (Baditer, 1985). Nesses moldes, a mulher seria educada desde a mais tenra idade para exercer a função de boa *mãe-esposa-do lar*, sendo bela, doce, submissa, indulgente, recatada, e se materializando em uma figura quase assexuada (Araújo, 1993; Rago, 1987; Soieth, 1989).

<sup>255</sup> Surge no livro *Émile* escrito por Rousseau, em 1762, de acordo com Elisabeth Badinter (1985, p.54), tal obra “cristalizou as novas ideias e deu um verdadeiro impulso inicial à família moderna, isto é, a família fundada no amor materno”. O novo mito foi, então, construído por meio de três discursos distintos. O econômico, que primava do ideal de ver a criança como um sujeito que fomentaria o patrimônio econômico do Estado, “não só porque produz riquezas, mas também porque é uma garantia de seu poderio militar” (Baditer, 1985, p.154). O filosófico, originado do discurso iluminista, foi uma combinação dos ideais de igualdade e fraternidade, que se concretizaria por meio da família moderna. Nela, cada sujeito que a compunha teria uma função social. O pai ficaria encarregado de prover a família, enquanto a mãe teria a tarefa de administrar o lar, criar e garantir que seus filhos cresçam fortes e saudáveis. O terceiro discurso foi produzido pelos pensadores com a finalidade de atingir diretamente as mulheres, através da retórica de que seria com a amamentação e os cuidados com a criança que as mães passariam a serem vistas como responsáveis pelo fortalecimento da nação (Baditer, 1985).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

O grande problema de todo esse ideário é que ele condenava o trabalho feminino e pressupunha o casamento, se tornando inacessível para grande parte da população carioca. No que tange às mulheres imigrantes, mesmo as casadas, tiveram que abandonar o enclausuramento do lar para adentrar o mundo do trabalho, que, por sua vez, era profundamente marcado pelo gênero<sup>256</sup>. Visto que elas eram empregadas em funções tidas como mais adequadas às mulheres, como nas diversas categorias do serviço doméstico (lavadeira, engomadeira, cozinheira) e do setor têxtil (costura, acabamentos, bordados), que exigia delicadeza e atenção às minúcias, para não deixar passar nenhum detalhe. Outros ofícios, como o magistério ou enfermeira, estão diretamente relacionados às noções de cuidado. E, todas essas qualidades eram vistas pela sociedade patriarcal como algo intrínseco a natureza da mulher (Araújo, 1993).

Ao adentrarem o mundo do trabalho, além de receberem um salário irrisório, pelas funções de pouco prestígio social que desempenhavam, ainda eram lidas pelas classes dominantes como *mulheres públicas*. De modo que, ao invés de serem valorizadas por serem trabalhadoras morigeradas, como os homens, devido a mentalidade da época que viam o seu corpo como público, passaram a sofrer com assédios morais, sexuais e tentativas de estupro nas ruas ou no próprio ambiente de trabalho (Fonseca, 2004, p.516). Assim, distante da vigilância de um *pater*, elas teriam que se autoafirmarem constantemente como moças honestas e honradas<sup>257</sup> na tentativa de se preservarem.

Nesse cenário, a maternidade as deixavam ainda mais suscetíveis a possíveis violências, principalmente quando eram mulheres solteiras, que não teriam um marido que

<sup>256</sup> A categoria de gênero é analisada segundo a perspectiva interseccional de Kimberlé Crenshaw (2002), que entende que todas as mulheres estão submetidas a discriminação de gênero, existindo, entretanto, outros fatores que interferem na sua marginalização e vulnerabilidade. Como sua raça, classe, etnia, casta, cor, religião, origem nacional e orientação sexual. Tais fatores devem ser analisados de forma interseccional, sendo a conjunção desses elementos que contribuem para a sua subordinação. Assim, as mães estrangeiras enquanto sujeitos racializados “frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram” (*idem*, p.177).

<sup>257</sup> O conceito de honra que empregamos está ligado à castidade. A ideia de que a virgindade valorava a mulher como um sujeito moralmente correto. Indicando igualmente que sua família comungava dos mesmos valores, já que se empenhou para preservação do mesmo. Contudo, a valorização da castidade para as mulheres de todos os estratos sociais é tamanha que como demonstra Soihet em *Condições feminina e formas de violência* (1989, p.347-360) poderia chegar ao limite do infanticídio para evitar boatos e difamações de si e seus familiares.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

garantisse a filiação do filho, controlasse sua sexualidade, e as aproximassem de algum modo a figura de *mãe-esposa-santa*, levando a serem comparadas pelos homens dos espaços que circulavam de forma mais ou menos explícita a meretrizes (Ariza, 2017; Fonseca, 2004). Já que para eles uma mulher desonrada, que gozava de um excesso de liberdade de ir e vir sozinhas pelas ruas, muitas vezes abandonando os seus postos de trabalho tarde da noite, era sinônimo de moça corrompida, desonesta. Logo, esses sujeitos não viam problema em tentarem aproximações e investidas sexuais mais ou menos violentas (Abreu, 1989; Caulfield, 2000). De modo que, mesmo quando processados por terem desonrado uma menina que pensava ser desvirginada, amiúde, saíam impunes em consequência da *vida pública* que ela vivia, pois, o padrão de moralidade entendia “a honestidade da mulher dependia da sua [constante] submissão à vigilância de seus protetores (normalmente a família), [enquanto] a honra do homem era reconhecida justamente quando ele já estava submetido a essa vigilância, passando a impô-la ele mesmo” (Caulfield, 2000, p.210-211).

Percebe-se que as mulheres pobres imigrantes viviam sob um impasse existencial: de um lado há a hegemonia cultural (Thompson, 2005) que as impõe o fato de que elas deviam preservar sua honra, se casar cedo e gerar filhos, pois esse era o seu destino natural. De outro, há a sua realidade material, no qual elas eram objetificadas e violentadas sexualmente pelo seu patrão e/ou companheiros de ofício. Além de serem iludidas por rapazes, que sabendo que elas não teriam quem as defendessem e que provavelmente sairiam impunes, as defloravam (Abreu, 1989; Caulfield, 2000; Soihet, 1989). Dando à luz a crianças que por vezes eram fruto de uma violência sexual<sup>258</sup>, e vendo suas possibilidades de casamento serem minadas, tendo que trabalhar ainda mais para garantirem o sustento de si e do bebê.

A vulnerabilidade econômica também fez com que experienciassem uma maternidade tocada por inúmeras adversidades, sendo, eventualmente, interrompida por terceiros que viam seus filhos como uma possibilidade de garantirem mão de obra barata, em meio a esse momento de transição do modelo escravista para a mão de obra livre, abrindo

<sup>258</sup> Suan Caulfield (2000, p.215) no seu estudo sobre o desfloramento das mulheres pauperizadas no Rio de Janeiro entre 1918-1940 consultou 450 processos, dentre os quais 26% deles representavam mulheres que estavam grávidas quando procuraram a polícia.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

uma ação de tutela sob a alegação de que elas eram mães desnaturadas, imorais e incapazes de cuidarem de seus filhos. Porém, como esses processos eram abertos normalmente quando essas crianças estavam em idade produtiva, afora a interrupção das suas práticas maternas, simbolizou um rombo na renda familiar, pelos menores normalmente contribuírem de algum modo para o sustento do lar.

Posto isso, o objetivo deste artigo é analisar alguns traços das vivências maternas das mulheres imigrantes que viveram na cidade do Rio de Janeiro e que porventura tiveram suas experiências maternas interrompidas por um processo de tutela no decorrer da década de 1880-1890. Para isso, analisaremos quantitativamente e qualitativamente dados contidos nos processos de tutela presente nas bases de dados do Arquivo Nacional, no fundo do Juízo de Órfãos e Ausentes da 2ª Vara (1880-1891) e nas mais diversas Pretorias da cidade (1891-1899), cruzando seus resultados com o recenseamento de 1890. Utilizamos o método indiciário de Carlo Ginzburg (2003), nos concentrando nos detalhes, decifrando dados que à primeira vista podem parecer negligenciáveis, para retomar a experiência maternal dessas mulheres. Dividimos, assim, o trabalho em duas partes: a apresentação da fonte, com a exposição de quais eram as características do órgão emissor e algumas mudanças institucionais ocorridas com as reformas judiciais de 1891. Em seguida, será analisado a nacionalidade e geolocalização das mães no momento de *boom* das ações tutelares.

354

## Processos de tutela em fins do século XIX

O Juízo de Órfãos foi criado pelo alvará de 2 de maio de 1731 com o intuito de atender principalmente as classes dominantes, servindo para resolver as questões de riqueza, como partilha, heranças, e garantir que o tutor cumpra com as suas funções legais, sendo punido



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

caso roube os bens do seu tutelado (Azevedo, 1993, p.35-6). Com a lei nº 2033<sup>259</sup>, de 20 de setembro de 1871, criou-se a 2ª Vara da Corte, além de se alterar algumas disposições da legislação judiciária, num momento em que as classes populares passam a ver no juízo uma forma de conseguir mão de obra barata, alargando os usos da instituição, que até então se concentrava em atender as demandas das elites.

Com a mudança do sistema político, em 1889, ocorreu um movimento vindo dos membros do campo judiciário para a realização de algumas reformas na jurisprudência do país, por acharem que as instituições judiciárias não seriam capazes de atender as demandas do novo regime (Relatório da Pesquisa da Proveniência, 2010, p.28-9). Campos Salles, que a época era Ministro da Justiça do Governo Provisório, apresentou o primeiro ato de organização judiciária do Distrito Federal, através decreto nº 1030<sup>260</sup>, 14 de novembro de 1890, que criava as pretorias e dentre suas funções estava a absorção do Juízo dos Órfãos, o atrelando ao Ministério Público (artigo 165). De modo que, na ausência de um Juiz de Órfão na pretoria, um curador geral (artigo 169) ou o próprio pretor (artigo 50 §4º) poderia inferir na decisão do caso.

Trocam-se as instituições, mas os anseios dos suplentes continuam os mesmos: manutenção do mercado de mão de obra infantil, que os propiciavam um maior custo-benefício. Visto que, neste momento de transição de modelo trabalhista, as tutelas e soldadas eram tidas como uma forma de introduzir os menores a ética e disciplina do trabalho, além de possibilitar o aprendizado de um ofício que o serviria de profissão (Ariza, 2017, p.19-20). Os pleiteantes, então, utilizavam do argumento de que através do trabalho eles deixariam de estarem expostos aos perigos do mundo das ruas, e do desvio moral de suas mães, que quase sempre eram retratadas como figuras promíscuas, cheias de vícios e más condutas, sendo, portanto, incapazes de exercerem a maternidade (Araújo, 1993; Ariza, 2017; Cardozo, 2015).

<sup>259</sup> Brasil. Lei nº 2033, de 20 de setembro de 1871. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2033.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2033.htm). Acesso: 7 de out. 2023.

<sup>260</sup> Brasil. Decreto nº 1030, 14 de novembro de 1890. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d1030.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d1030.htm). Acessado: 7 de out. 2023.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Os processos eram decididos por juízes, pretores e curadores que integravam a elite intelectual do país<sup>261</sup>. Tomando sua decisão seguindo os valores de moralidade das classes dominantes, defendendo sempre que o menor fosse posto em uma família moral, com a presença de um homem casado, que possuísse um ofício, que pudesse prover, a esposa e seus filhos. Concebendo as mulheres solteiras ou viúvas frequentemente como incapazes de exercerem a sua maternidade já que não respeitavam o modelo de *mãe-esposa*, tendo que trabalhar para conseguir sustentar a si própria e seus filhos. O fato de terem que abandonar diariamente o lar para irem ao trabalho, fez também com que eles a vissem como mães omissas que não priorizavam seus filhos (Ariza, 2017). Além disso, as *Ordenações Filipinas* consideravam órfão um menor que não tivesse pai ou caso esse tivesse falecido, tornando ainda mais vulnerável a maternidade dessas mães solas vistas como inábeis tutoras. (Urruzola, 2014). Então, observamos que para fins do XIX, o órgão “não só fez cumprir as leis, como também se constituiu como um dos espaços de redefinição das relações sociais e familiares [...]” salvaguardando para que o órfão seguisse para um lar moralmente correto (Azevedo, 1993, p.35).

Assim, por mais que os processos de tutela e soldada tivesse, a mesma estrutura, estando no mesmo fundo, eles possuem significados diferentes. A tutela<sup>262</sup> era vista como um instrumento de amparo aos órfãos e menores abandonados, garantindo-os um tutor legal que seria o responsável por fornecê-lo teto, vestimenta, educação, alimentação e cuidados médicos. Já a soldada, é explicitamente um recurso para arregimentação de mão de obra infantil, com o menor a partir dos 7 anos indo exercer ou aprender um ofício, sendo pago um soldo que era depositado mensalmente na sua conta da Caixa Econômica da qual o menor só poderia ter acesso após completar a maioridade ou se casasse. Vemos, entretanto,

<sup>261</sup> De acordo com o decreto nº1030, os pretores e membros do Tribunal Civil e Criminal deveriam ser graduados em direito e terem exercido a profissão pelo menos por 6 anos antes de serem nomeados (artigo 16,18,19). Logo, eram homens, cidadãos brasileiros, que já possuíam uma longa história de atuação ocupando um cargo de alto prestígio em sua área.

<sup>262</sup> Segundo a *Ordenações Filipinas* criada em 1603, que em sua versão de 1823 dizia haver três tipos de tutela: “A tutela testamentária era a determinada em testamento, a legítima era a que, na falta da primeira, atribuía o cargo a um parente sanguíneo do menor, por fim a tutela dativa era aquela que na falta dos primeiros tipos, o Juízo de Órfãos nomeava uma pessoa sem laços sanguíneos com o menor para o cargo de tutor deste, que por ser dativo, somente era obrigado a exercer a função por até dois anos. Uma vez nomeado, o tutor só poderia se negar a exercer o cargo por motivo justo, como doença.” (Cardozo, 2010, p.104)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

na análise dos processos, que a vivência por parte das crianças acabava sendo, na maioria das vezes, a mesma, pois, frequentemente os tutelados eram postos para realizarem serviços domésticos, só não recebiam um soldo por isso.

Quanto à estrutura dos processos de tutela, eles não possuem um padrão. A maioria dos casos são curtos, contendo de 2 a 3 páginas, compostas por capa, petição, despacho, conclusão e termo de responsabilidade. Outros documentos também costumavam a aparecer em anexo, como certidão de batismo, casamento, óbito, comprovantes escolares, despesas médicas. Dentre as informações contidas ao longo de toda a nossa amostragem, escolhemos analisar quantitativamente e qualitativamente as nacionalidades das mães e as freguesias no qual residiam. Isso posto, podemos partir para a análise de dados.

## Mães no tribunal: uma breve análise quantitativa e qualitativa

Os processos de tutela aqui analisados estão presentes na base de dados do acervo Judiciário do Arquivo Nacional, principalmente no fundo dos Juízo de Órfãos e Ausentes da 2ª Vara da Corte. Consultando a mesma base de dados, realizando a busca pelo assunto “tutela” encontramos para os anos de 1880 a 1899 o total de 756 processos, dos quais foram analisados até o momento 251, com 26 deles tendo a presença de mães imigrantes, ou seja, 10,35% da amostragem total. Acerca do parco montante, é importante salientar que, como dito por Augusto Tompson (1983), o baixo número de ocorrências não quer dizer a inexistência desse fenômeno social à época, mas sim, o fato de que apenas uma pequena parcela das mães que sofreram com a perda do seu filho, chegara até o tribunal para pleitearem a permanência do mesmo consigo (*apud* Soihet, 1989). Logo, cada ocorrência tem enorme importância, demonstrando aspectos de comportamentos sociais e culturais dessas mães, que devem ser analisados com atenção.

Antes de entrarmos na análise dos processos propriamente, é indispensável salientar que nem todas as demandas contam com a presença ativa das mães. Pelo contrário, em diversos casos elas nem eram citadas, apagando por completo a maternagem dessas mulheres dos registros judiciais. Em alguns processos os suplentes afirmavam que o menor era órfão de



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

país, sem levar nenhum documento que comprovasse isso. Outros, elas eram mencionadas apenas de forma depreciativa, exaltando sua incapacidade de serem mães. Os juízes, enquanto homens preocupados em prover um lar estável e higiênico aos menores, passavam a sua guarda a outrem sem ao menos requisitar um depoimento da mãe, não as dando uma chance de acionarem suas agências e continuarem a maternar.

Diferentes pesquisadores que analisaram a mesma fonte, em regiões diversas do país<sup>263</sup>, para investigar a maternidade das mulheres nacionais encontraram os mesmos dados. Nossa hipótese é de que, no caso das imigrantes, por serem pauperizadas, empregadas em ofícios marginalizados, tais como as nacionais, estavam bem distantes do padrão de maternidade da época, ocupando a base da hierarquia social, com a sua fala possuindo pouco ou nenhum poder de legitimação. Tendo suas vivências cortadas de forma interseccional pelo gênero, tornando-se inferior a qualquer homem; pela etnia, sofrendo ataques xenofóbicos<sup>264</sup>; pela classe, que as inseriram em habitações perniciosas (cortiços, estalagens) dividindo os mesmos espaços com os nacionais considerados *classes perigosas* no auge do darwinismo social no qual acreditava-se que o meio poderia dissolver sua moralidade.

O darwinismo social também esteve presente na literatura, que enquanto um campo de representação possível de uma dada sociedade, nos permite vislumbrar um exemplo de tal perspectiva em obras como *O Cortiço*, escrita por Aluísio de Azevedo, em 1890. Com o casal de portugueses Jerônimo e Piedade, descritos inicialmente seguindo o ideal do imigrante bom trabalhador. Porém, o convívio com viciosos e mulheres desmoralizadas do cortiço, acaba mudando os hábitos do casal. Com Jerônimo abandonando o lar, deixando de ser um trabalhador morigerado e se endividando para prover os mimos de Rita Baiana. Enquanto Piedade ao se tornar mãe solo: “já não causava dó, causava repugnância e nojo

<sup>263</sup> Como em: ARIZA, Marília B.A. Mães infames, rebentos ventosos: Mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX). Tese (Doutorado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2017; CARDOZO, José Carlos da Silva Cardozo. “Como se fosse meu filho”? As crianças e suas famílias no Juízo dos órfãos de Porto Alegre (1860-1899). Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015; URRUZOLA, Patrícia. Faces da Liberdade tutelada: libertas e ingênuos na última década da escravidão (Rio de Janeiro, 1880-1890). Dissertação (Mestrado em História Social), Unirio – Rio de Janeiro, 2014.

<sup>264</sup> Como o antilusitanismo que como dito por Gladys Ribeiro (1990, p.48) tinha “relação com a resistência à imposição do assalariamento e a disciplinarização pelo trabalho, uma vez que os portugueses podiam representar o “protótipo do bom trabalhador”” desencadeando diversos conflitos por trabalho e relacionamentos amorosos entre nacionais e lusitanos na cidade”.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

[...] vivia [...] sem nenhum trato e sempre ébria, dessa embriaguez sombria e mórbida que se não dissipava nunca [...] homens malvados abusavam dela, muitos de uma vez, aproveitando-se da quase completa inconsciência da infeliz.”<sup>265</sup>. Frente às transformações de seus pais, Marianinha, a filha do casal, deixa o internato em que vivia e passa a habitar “o cortiço [que] preparava uma nova prostituta naquela pobre menina desamparada, que se fazia mulher ao lado de uma infeliz mãe ébria”<sup>266</sup>. É muito provável que os pretores, curadores e juizes vislumbrassem um futuro semelhante ao sentenciarem a tutela para uma mãe imigrante pauperizada. Contudo, mesmo frente a tais adversidades, elas ainda tinham maior passibilidade social, pois, caso enriquecessem e se aburguesassem, iriam de depravadas a santas, e teriam maiores chances de conseguirem exercerem a maternagem<sup>267</sup>.

As mães imigrantes, mesmo quando não eram protagonistas nas ações judiciais, nos deixaram *sinais* da sua existência. Um deles foi a sua nacionalidade, que como vemos na Tabela 1, ocorre uma supremacia de mães portuguesas, simbolizando 53,84% dos casos.

**Tabela 1: Nacionalidade<sup>268</sup> das mães nos processos de tutela (1880-1899)**

Nacionalidade	Total
Portuguesa	14
Italiana	3
Uruguaia	2
Francesa	1
Espanhola	1
Alemã	1
Inglesa	1

<sup>265</sup> Azevedo. Aluizio. O Cortiço. Rio Grande do Sul: L&PM Pocket, 2017, p.259.

<sup>266</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>267</sup> Encontramos 2 mães imigrantes que conseguiram a tutela dos seus filhos. Por limite de espaço, não poderemos aprofundar essa questão. Porém, é importante registrar que dentre 251 processos apenas 6 mães vencerem processos de tutela dos seus filhos, ou seja, as imigrantes, que representam 10,35% do total, concentram em si 33,33% do total de mães tutoras da nossa amostragem, indicando um privilégio por parte dessas mulheres brancas que tinham muito mais chances de vencerem uma ação do que as mulheres nacionais de cor.

<sup>268</sup> Em alguns processos não houve a fala explícita da nacionalidade da mãe. Nesses casos, utilizamos a nacionalidade dos seus filhos para classificá-las. Já que devido ao período da Grande Imigração, com um fluxo contínuo de estrangeiros, seria bem difícil, caso o filho fosse imigrante, não compartilhasse a mesma nacionalidade da mãe. Tem-se, então, 6 casos como esses, dos quais 4 são portuguesas, 1 inglesa e 2 italianas.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Sueca	1
Estrangeira	1
Estrangeira (?)	1

Fonte: Processos de Tutela depositados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. 2ª Vara de Órfãos e Ausentes (ZM) (1880-1891) e nas Pretorias da cidade (1891-1899).

Tal dado condiz com que encontramos ao realizarmos o cruzamento da fonte com o recenseamento de 1890, no qual os portugueses representavam 68,59% do total de imigrantes. E, no caso das mulheres, encontramos 18,8% da população imigrante constituídas por portuguesas, duplicando em totais absolutos quando comparado ao censo de 1872, passando de 10.436 para 27.752 em 1890 (*apud* Menezes; Mattos, 2017, p.21). Esses valores se deram, afora o fato de Portugal ter sido nosso antigo colonizador, fazendo com que tivéssemos um fluxo contínuo de imigrantes portugueses desde o século XVI, houve também, um expressivo aumento a partir da década de 1870, quando a saída média de 17.000 indivíduos em 1871 ultrapassou o número de 20.000 em fins da década de 1880, com 270.000 pessoas a emigrar de 1870 a 1890 (Lobo, 2001, p.15-8). Além disso, dispúnhamos das vantagens de dividirmos a mesma língua e religião, com o Rio de Janeiro possuindo salários mais altos do que em Portugal. Com as trovas populares exaltando o Brasil como uma terra de abundância e oportunidades de enriquecimento (*idem*).

360

**Tabela 2: Total de mulheres imigrantes por nacionalidade no censo de 1890**

Nacionalidades	Total de Mulheres Imigrantes	P.%
Portuguesa	27.752	18,368%
Italiana	5.253	3,477%
Espanhola	2.913	1,928%
Francesa	1.751	1,159%
Alemã	713	0,472%
Inglesa	362	0,240%





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Uruguaia	217	0,144%
Sueca	151	0,100%

Fonte: Brasil. Recenseamento da República dos Estados Unidos do Brazil em 31 de dezembro de 1890. Distrito Federal, Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1985.

Em seguida, encontramos as italianas com 3 ações judiciais. Elas eram as imigrantes mais presentes na cidade após as portuguesas, como vemos na tabela acima. As espanholas ocupavam o terceiro lugar no recenseamento de 1890, compondo 1,92% das estrangeiras, e por mais que só tenha 1 ocorrência em nossa amostragem, elas eram grande parte da população imigrante na cidade. Quanto às francesas (2), ocupavam o quarto lugar no censo demográfico de 1890, com 1.751 estrangeiras. As francesas eram uma presença já tradicional na cidade, visto que desde a primeira metade do século XIX elas emigraram para as principais capitais sul-americanas, com destaque para o Rio de Janeiro, no qual se vincularam com a implementação da indústria de moda na cidade e a expansão da indústria do prazer e lazer com a amplificação da urbanização, trabalhando como cabelereiras, modistas, meretrizes, ajudando seus companheiros em suas padarias, pâtisseries e engrossando o corpo de operárias e trabalhadoras domésticas da cidade (Brault, 2011; Menezes, 2021).

As alemãs, estavam em sexto lugar dentre as nacionalidades presentes no Distrito Federal, em 1890, com destaque para o grande contingente de polonesas dentre as que aqui foram classificadas como alemãs, visto que de 1870-1914 a Polônia estava sobre domínio Alemão. Parte dessas mulheres compunham o tráfico internacional de brancas<sup>269</sup> que englobou o Rio de Janeiro após a década de 1860 (Menezes, 2021), outras alemãs trabalharam como domésticas, operárias, professoras, costureiras. As inglesas, tal qual as francesas já eram uma presença antiga na cidade. Se avolumando no início do século XIX, com a abertura dos portos, em 1808, com as mulheres vindo junto às suas famílias de comerciantes e quando precisavam trabalhar desempenhavam funções como a de

<sup>269</sup> Lená Menezes analisa esse fenômeno em *Cáftens: negociantes do prazer*. In: MENEZES, Lená. Os indesejáveis: desclassificados da modernidade protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1880-1930). Rio de Janeiro: EDURJ, 2ª edição, 2021, pp.157-191.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

secretárias, professoras e enfermeiras (Bezerra, 2015; Menezes, 2021). No recenseamento de 1890 ocupavam a 9ª posição com 362 mulheres.

Quanto às uruguaias (2), elas correspondem a 217 estrangeiras, e diferente dos fluxos migratórios europeus, os sul-americanos — com destaque para o argentino e uruguaio — se deu principalmente a partir da virada do século, devido as crises que ocorriam nas repúblicas da cisplatina. Assim, a rota Buenos Aires-Montevideú-Rio de Janeiro consagrou não apenas o tráfico de brancas, mas também o roteiro emigratório de muitos *indesejáveis* (falsários, ladrões, vagabundos) (Menezes, 2021). No recenseamento da cidade, abaixo das uruguaias estão as suíças, na 13ª posição, com 0,10% das estrangeiras. Sendo uma presença antiga, a imigração sueca começa antes mesmo da independência do país, em 1819, quando há a criação de uma pequena colônia suíça em Nova Friburgo.

Por fim, temos as categorias “estrangeira” e “estrangeira (?)”. Com a primeira se tratando de um caso que o suplente não sabia ao certo a nacionalidade da menor e sua mãe, as nomeando na abrangente categoria de estrangeira, e a subsequente dizendo respeito a uma ação judicial no qual por mais que ao longo do processo não se tenha dito que se tratava de uma mãe estrangeira, há na conclusão o pedido do Juiz para que remetesse a petição ao consulado, nos dando um indício que talvez se tratava de uma imigrante. Alguns consulados intervinham diretamente nas ações de tutela dos seus cidadãos no Brasil, como demonstra Cardoso (2015) ao estudar os processos de tutela para a região de Porto Alegre. Encontrando a intervenção do consulado italiano e alemão em algumas ações, que intervinham em casos frente a morte dos pais dos menores, removendo as crianças do tutor legal nomeado pelo juiz dos órfãos no Brasil, levando-as novamente para seu país de origem. Isso demonstra que esses países tinham “não somente preocupação com aspectos econômicos ou de colonização, mas também sensibilidade diante das dificuldades que alguns de seus conterrâneos estavam a enfrentar” no país (*Idem*, p.180).

Salientamos que a diminuta quantia de mulheres imigrantes das mais diversas nacionalidades, frente ao global de estrangeiros no Distrito Federal, deve-se ao fato de que em fins do século XIX o montante maior de imigrantes ainda era masculino, com os homens correspondendo a 70,73% dos estrangeiros na cidade e as mulheres 29,26%

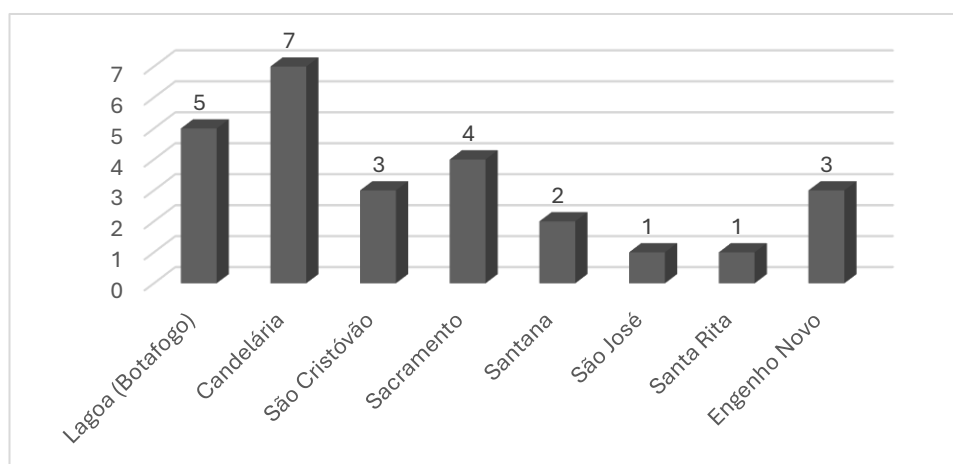


# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

(Recenseamento, 1890). Esse quadro, porém, começa a mudar na década de 1920, quando se torna cada vez mais frequente a chegada de famílias completas ou a vinda das mulheres com seus filhos devido a maior estabilidade do seu esposo na cidade (Menezes; Mattos, 2017).

**Gráfico 1: Mapeamento das mães nas freguesias<sup>270</sup> dos Processos de Tutela e Soldada (1880-1899)**



Fonte: Processos de Tutela depositados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. 2ª Vara de Órfãos e ausentes (ZM) (1880-1891) e nas Pretorias da cidade (1891-1899); Mapas presentes no portal ImagineRio.

Por meio do endereço, quase sempre presente nos processos de tutela, foi possível localizar as freguesias da cidade onde residiam as mães e/ou tutores dos menores. No gráfico 1, vemos o mapeamento dessas mulheres em uma cidade que passava por acelerada

<sup>270</sup> A metodologia utilizada para realizar esse mapeamento das freguesias foi obtida de duas formas diferentes. A primeira, quando se tratou de um processo vindo de uma das *pretorias* existentes na cidade, nos baseamos na própria geolocalização da *pretoria*, já que segundo a *Ordenação Judiciária Federal* de 1900 (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Bibliográfico. AGG 10051. Bastos, José Tavares. Organização Judiciária Federal, 1913, p.303), a abertura dos processos deveria ser numa pretoria localizada a menos de 6km do endereço do suplente. O segundo modo, foi empregado quando os processos foram abertos no *Juízo de Órfãos e Ausentes*. Nesses casos, buscamos o endereço presente no processo nos mapas disponíveis no site ImagineRio. Disponível em: <https://www.imagineRio.org/pt#en/1884/13/-22.9204526893684/-43.20167541503907/all/123456789/1428>. Acesso em: 7 out. 2023. O site ImagineRio exibe o mapa da cidade, mas sem uma definição rígida das freguesias. Para isso, realizei o cruzamento dos dados do mapa com as descrições riquíssimas presentes na obra de Noronha Santos, publicada originalmente em 1900 (SANTOS, Noronha. As freguesias do Rio Antigo. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965). Nela há um detalhamento das características demográficas, econômicas, e geográficas de cada uma das 21 freguesias existentes na cidade.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

expansão da malha urbana entre 1870 e 1902. Auxiliada pela inauguração das linhas férreas, como o primeiro trecho da Estrada de Ferro D. Pedro II (atual Central do Brasil), em 1858, que permitiu a conexão da área urbana às suburbanas da cidade, possibilitando a migração pendular dos trabalhadores do centro-subúrbio. E, o surgimento dos bondes, em 1869, que desloca parte da população em direção à zona sul (Abreu, 1987). A expansão das redes de transportes nas décadas subsequentes permitiu o êxodo ainda maior das áreas centrais em um momento em que os custos de moradia aumentavam e nem todos poderiam pagar aluguéis tão inflacionados, fazendo com que áreas que até então eram predominantemente rurais começassem o seu processo de conurbação e adensamento populacional.

Entretanto, nem todos os processos as mães estavam no Rio de Janeiro. Em 3 ocorrências elas estão residindo em outras cidade ou país, com seus filhos chegando no Rio de Janeiro com seus conjugues, irmãos ou outros familiares. A emigração infantil sem a presença da mãe foi algo muito comum no período da Grande Imigração, principalmente quando se tratava de meninos, que emigravam sós ou com algum conhecido enquanto sua mãe ficava em casa gerenciando os bens da família até que houvesse um momento mais propício para sua partida (Menezes; Matos, 2017). Nesses casos utilizamos o endereço dos tutores, por ver neles uma forma de rastrear as redes de sociabilidades dessas mães, que mesmo de longe cuidavam para que seus filhos estivessem sob o zelo de alguém de sua confiança.

É importante salientar também que houve ocorrências de mães que dividiam o mesmo endereço com os tutores (3) e outras que conseguiram a guarda legal de seus filhos (2). Nos outros casos da nossa amostragem, em 11 deles empregamos o endereço do tutor, já que eles normalmente faziam parte do dia a dia dessas mulheres, sendo parte da sua família (34,61%), rede de sociabilidade (19,23%), locatário do menor (19,23%). Nos outros processos, nos guiamos pelo seu endereço e pelas pretorias para mapeá-las.

Ao analisarmos o Gráfico 1, percebemos a concentração das imigrantes nas freguesias centrais, que juntas representam 57,69% do total das ocorrências. O centro da cidade, em fins do século XIX era a área que adensava os fluxos migratórios, por concentrar em si a tripla função de ser local de moradia, trabalho e lazer. A proximidade com os portos e das principais casas comerciais da cidade fez com que houvesse um fluxo contínuo de



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

oferta/procura por trabalhadores. Todavia, devido ao salário irrisório no qual recebiam<sup>271</sup>, as únicas alternativas de moradia eram as habitações coletivas, que por sua vez, de acordo com Eulália Lobo (1989, p.11), se concentravam nas freguesias de Santana, Santo Antônio, Sacramento, São José, Espírito Santo e Santa Rita. Sendo justamente as localidades em que encontramos as ações, com Santana e Santa Rita se tratando de portuguesas, e, portanto, batendo com os dados da Tabela 3 que apresenta ambas as freguesias com preponderante presença de mulheres lusitanas. Sacramento e Santa Rita também possuem a presença de lusa, com respectivamente 2 e 1 ocorrência portuguesa em cada região. Fora isso, Sacramento também possui a presença de 1 estrangeira e uma uruguaia, assim como São José que tem 1 estrangeira. As nacionalidades diversas igualmente se concentravam nessas freguesias centrais, como vemos na Tabela 3.

A freguesia que mais aparece nos processos é a Candelária, região que, de acordo com o recenseamento de 1890, continha 10554 habitantes, com 399 estrangeiras. Nas ocorrências judiciais há 1 estrangeira, 2 italianas, 1 francesa e 3 portuguesas para o local, batendo com as nacionalidades mais presentes no documento aludido. O maior número de casos na freguesia mesmo tendo poucos imigrantes, quando comparado a outros locais presentes na tabela abaixo, pode ter se dado pelo fato de se localizar próximo ao porto, em uma área com abundante comércio e consequente oportunidade de emprego. Havendo muitos comerciantes inseridos nas tramas das redes migratórias, que acolhiam em suas lojas os recém-chegados, os dando emprego, comida e moradia, até que conseguissem se estabelecer. O paternalismo e a solidariedade, porém, era um espaço de exploração e barganha, pois ao mesmo tempo que se concedia uma brecha para negociação, havia longuíssimas jornadas de trabalho, com baixos salários e péssimas condições de trabalho (Ribeiro, 1990).

<sup>271</sup> Nos processos analisados até o momento, as profissões que mais se destacam para o caso das imigrantes são as de empregadas domésticas e fabris. Para o caso de trabalhadoras fabris, podemos vislumbrar o quadro de vulnerabilidade no qual viviam graças ao estudo de Eulália Lobo (1978, p.818; 1989, p.66) que aponta o salário médio de um operário de máquinas era de 59\$999 (1900), com alimentação básica para uma pessoa 36\$977 (1892) e aluguel de um quarto por 18\$000 (1892), sobrando apenas 5\$022 para deslocamentos pela cidade (com passagens de curta distância \$600 e longa 3\$600 mensais), divertimento e gastos com seu filho. Vale dizer que, o preço de dois quilos de feijão em 1892 era 7\$262. Sendo assim, ficava quase inviável para uma mãe solo morar muito distante do trabalho diante de um solto tão parco.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Tabela 3: Mulheres imigrantes nas freguesias do Rio de Janeiro segundo o recenseamento de 1890

	Portuguesa	Italiana	Espanhola	Francesa	Outras nacionalidades	Total
<b>Candelária</b>	269	9	16	49	56	399
<b>Santana</b>	4288	1364	354	84	906	6996
<b>Santa Rita</b>	3416	688	546	87	472	5209
<b>São José</b>	3184	591	667	381	663	5486
<b>Sacramento</b>	1722	561	165	175	685	3308
<b>Lagoa</b>	1487	89	60	147	387	2170
<b>São Cristóvão</b>	844	44	75	50	198	1211
<b>Engenho Novo</b>	1350	152	134	32	248	1916

366

Fonte: Brasil. Recenseamento da República dos Estados Unidos do Brazil em 31 de dezembro de 1890. Distrito Federal, Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1985.

Quanto ao restante dos casos, eles também representam freguesias com grande afluência de mulheres imigrantes, são elas: Lagoa (3 portuguesas, 1 inglesa, 1 italiana), São Cristóvão (3 portuguesas) e Engenho Novo (1 alemã, 1 suíça, 1 portuguesa). Tais regiões, a partir do último quartel do século XIX, se caracterizavam como destino da população estrangeira por sediar diversas fábricas, tais como a Corcovado e a Fábrica de Pólvora, na Lagoa; a Companhia Vidros e Cristais do Brasil, a Companhia Luz Elétrica, a Companhia Nacional de Tecidos de Seda e a Companhia Fábrica de Tecido S. Lázaro, em São Cristóvão; a Fábrica Cavilhã e as diversas oficinas de chapéus, água gasosa, fósforo, gelo e manteiga em Engenho Novo (Santos, 1963). Ademais, algumas indústrias da região deram preferência para a contratação de determinadas nacionalidades, como a Fábrica de Tecidos Covilhã e a Fábrica de Tecido Confiança que preferiam contratar portugueses, atraindo para a região



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

tais indivíduos (Menezes, 2012), o que explica o adensamento luso na região de Engenho Novo.

A indústria de fins do século XIX e início do XX, representou uma instituição formativa e educativa para as mulheres, que entraram, por vezes, ainda menores de idade, crescendo e tornando-se adultas dentro das fábricas. Ao longo desses anos, aprendiam um ofício, a serem trabalhadoras morigeradas, obedientes e disciplinadas, ficando distantes das perniciosidades das ruas e se tornando úteis à nação (Lima, 2011; Teixeira, 2017). No caso das indústrias têxteis, elas começavam sua vida na seção de fiação, onde havia a concentração de menores. Caso tivessem bom comportamento e desenvolvimento nas suas habilidades, poderiam se tornar tecelãs, concernindo no auge da sua carreira, por ser o cargo mais elevado que desempenhariam dentro da fábrica. Nesse setor, existiram casos raros de mulheres que se destacaram de modo a conseguirem operarem dois teares ao mesmo tempo, e como ganhavam produção de tecidos entregues, chegavam a receber um salário equivalente à de homens que ocupavam cargos mais valorizados dentro da fábrica (Lima, 2011, p.281-282).

As mulheres representaram 70% da mão de obra desses dois setores (Pires, 2016), e além de serem trabalhadoras mais baratas, ajudando o proprietário a ter mais lucro com a sua produção. A contratação das mulheres nesses setores também devia ao pensamento machista da época que empregava as mulheres em áreas que correspondiam ao ideal de feminilidade, de modo que essas funções exigiam da operária cuidado, habilidades manuais, destreza para observar detalhes, paciência e controle motor para emendar fios que viessem a arrebentar nos fusos (Lima, 2011; Pires, 2016). Todas essas habilidades, como vimos na introdução do texto, eram vistas como algo nato às mulheres.

O fato de ter inúmeras fábricas de tecidos na área que hoje é conhecida como Grande Tijuca não ocorre por acaso. A região era privilegiada pela minimização dos custos de infraestrutura para implementação de manufaturas, por ser banhado por diversos rios, como o Maracanã, Andaraí, Comprido, Joana, do Macaco, do Manuel Caetano e Trapicheiro, além de ter um Porto na Praia de São Cristóvão e estar conectada às principais linhas de trens e bondes (*idem*), facilitando o escoamento da produção. Ademais, no caso das fábricas de



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

tecido, era crucial para sua existência ter um rio próximo, diante da quantidade abundante de água necessária no processo de tintura e branqueamento dos tecidos (Menezes, 2012). A região de Botafogo também possuía uma boa infraestrutura para construção industrial, contendo o melhor sistema de água e esgoto da cidade, já em 1870 (Abreu, 1987), além da integração com diferentes freguesias urbanas, pelas linhas de bonde Copacabana, Igrejinha e Jardim Botânico. Sendo também destino dos estrangeiros abastados pelo seu elegante estilo de vida a beira mar, dispondo de belos sobrados e comércio abundante, sem deixar de estar próximo dos divertimentos da área central (Santos, 1963).

Mais do que um simples mapeamento, compreender suas origens e onde escolheram residir ao chegarem no Rio de Janeiro, nos permite vislumbrar um pequeno quadro representativo de algumas das vicissitudes das vivências tidas por essas mães imigrantes, recém-chegadas em um país que muitas das vezes ao emigrar vislumbraram construir uma vida melhor do que teriam em seu local de origem, e acabaram encontrando dificuldades em exercerem coisas simples, como o direito materno. Tendo sua vida atravessada pelo processo de tutela que poderia a afastar para sempre dos cuidados maternos do seu filho.

368

## Considerações Finais

Pretendemos ter dado conta de demonstrar como o padrão moral de família e maternidade tocou essas mulheres que mesmo quando casadas tinham que sair às ruas a procura de trabalho. Residindo em locais de abundante oferta de emprego, como nas freguesias centrais, e nas áreas fabris de São Cristóvão, Engenho Novo e Botafogo (Lagoa). Atravessando a perigosa fronteira do lar para se tornarem *mulheres públicas*, muitas vezes desempenhando uma jornada tripla de trabalho, tendo que dar conta de ser boa mãe, esposa e trabalhadora morigerada. Contudo, a falta de ter alguém que cuidasse de seus filhos enquanto trabalhassem e a necessidade de aumentar a sua parca renda familiar, fizeram com que seus filhos adentrassem em terna idade no mundo do trabalho, encontrando padrões muitas vezes escolhidos por elas, ou os acompanhando nos trabalhos fabris, sendo uma





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

maneira de terem a certeza que os menores estariam em um lugar seguro enquanto elas trabalhavam.

Entretanto, nem todos os empregadores/familiares estavam tão bem-intencionados ao acolhê-los em suas casas/propriedade, aproveitando do momento de *boom* dos processos de tutela como arremetimento judicial de menores para terem acesso a mão de obra barata. Sabendo do alto índice de vulnerabilidade econômica no qual viviam essas mulheres, eles foram até os Juízos dos Órfãos e Ausentes da 2ª Vara e nas mais diversas Pretorias da cidade para pleitearem a guarda desses menores, muitas vezes eles ganhando o processo com a simples argumentação de que o menor estava sujeito “*a privação, não só porque a mãe não tem meios para sustentá-lo, como pelo seu procedimento irregular*”<sup>272</sup>; nos fazendo ver o quão vulnerável estava a maternagem das imigrantes pauperizadas.... Mas, sendo brancas, e frequentemente europeias, caso conseguissem enriquecer de alguma forma, se casassem, ou vivessem com todo o recato na condição de viúva, poderiam ter novamente os seus filhos consigo de maneira mais frequente que as mulheres nacionais.

369

## Referenciais Bibliográficos:

ABREU, Martha. Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

ABREU, Maurício. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1ªed, 1987.

Azevedo. Aluizio. O Cortiço. Rio Grande do Sul: L&PM Pocket, 2017.

ARAÚJO. Rosa Maria. A Vocação do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

---

<sup>272</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Judiciário. Juízo de órfãos e Ausentes da 2  Vara. Partes: João José Aires. 1891, n 901, maço 2291.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

ARIZA, Marília B.A. Mães infames, rebentos ventosos: Mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX). Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ARRUDA, José Jobson. A expansão europeia oitocentista: emigração e colonização. In: Org. PEREIRA, Conceição Meireles; SOUZA, Fernando; MARTINS, Ismênia de Lima. A 19 Emigração portuguesa para o Brasil (parte I). Revista, vol.14, Centro de estudos da população economia e sociedade, revista (CAPESE), Porto: Edições Afrontamento, 2007, pp.13-37.

AZEVEDO, Gislene Campos. “De sebastianas e Geovannis”: o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

BEZERRA, Maria Cristina. Britânicos e Alemães em Niterói: um estudo de imigração urbana. Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Faculdade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

BRAULT, Maria. L’immigration à Rio de Janeiro entre 1820 et 1970. Typologie du voyageur au départ du Havre. Actes du 130<sup>e</sup> Congrès national des sociétés historiques et scientifiques, « Voyages et voyageurs », La Rochelle, 2005. Paris: Editions du CTHS, 2011. pp. 41-52.

CARDOZO, José Carlos da Silva Cardozo. “Como se fosse meu filho”? As crianças e suas famílias no Juízo dos órfãos de Porto Alegre (1860-1899). Tese de Doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da Unicamp. 1<sup>a</sup>ed., 2000.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 1/2002, pp.171-180.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Editora brasiliense, 1ªed., 1989.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: Org. PRIORI, Mary Dell; BASSANEZI, Carla. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 10ªed., 2004

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 2003. pp. 143-179.

GONÇALVES, Paulo Cesar. A grande imigração no Brasil (1880-1930): números e conjunturas. In: Org. REZNIK, Luís. *História da imigração no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1ªed., 2020, pp.91-132.

LIMA, Junia de Souza. Os melhores empregados: a inserção e a formação da mão de obra feminina em fábricas têxteis mineiras no final do século XIX. *Varia História*:=, Belo Horizonte, v.27, nº45, jan/jun 2011, p.265-287.

LOBO, Eulália. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

\_\_\_\_\_. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, vol. 2, 1978.

\_\_\_\_\_; Carvalho, Lia. A.; SRANLEY, Myriam. *Questão habitacional e o Movimento operário*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1ªed. 1989

MENEZES, Lená Medeiros; MATOS, Maria Izilda. *Gênero e imigração: mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo — XIX e XX)*. São Paulo: E-Manuscrito, 2017.

MENEZES, Lená. “A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872, 1890, 1906 e 1920: dos números às trajetórias de vida”. In: SOUSA, Fernando e MARTINS,



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Ismênia de Lima (org.). A emigração portuguesa para o Brasil. Porto/Rio de Janeiro: CEPES/FAPERJ, 2007. pp.103-119.

\_\_\_\_\_. Imigração Portuguesa: lembranças de terras distantes. Tijuca e São Cristóvão como estudo de caso. Rio de Janeiro: Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n.6, 2012, pp.79-95.

\_\_\_\_\_. Os indesejáveis: desclassificados da modernidade protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1880-1930). Rio de Janeiro: EDURJ, 2ª edição, 2021.

PIRES, Isabelle. Gênero e trabalho em fábricas de tecidos: o caso da Companhia de Fiação e Tecido Aliança. Cantareira: Dossiê História e Gênero, Niterói, ed.24, jan-jun, 2016, pp.112-126.

\_\_\_\_\_; FONTES, Paulo. Crianças nas fábricas: o trabalho infantil na Indústria Têxtil carioca na Primeira República. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 30, e0101, maio/ago. 2020.

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar. Brasil: 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ªed. 1987.

RIBEIRO, Glady Sabina. Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha. São Paulo: Editora Brasiliense, 1ªed., 1990.

SANTOS, Noronha. As freguesias do Rio Antigo. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense universitária. 1ªed., 1989

TEIXEIRA, Heloísa Maria. Úteis a si e à nação: a criança no processo de transição do sistema de trabalho — Brasil, segunda metade do século XIX. Revista de História e Historiografia do trabalho, Curitiba, v.1, especial, junho de 2017, p.141-169.

THOMPSON, E.P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 2ª reimpressão, 2005.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Relatório da Pesquisa da Proveniência: Pretoria do Distrito Federal – 1890/1940. Rio de Janeiro: Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/SEGAP), nov. 2010.

URRUZOLA, Patrícia. Faces da Liberdade tutelada: libertas e ingênuos na última década da escravidão (Rio de Janeiro, 1880-1890). Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Gênero e alimentação infantil: análises na imprensa e em teses médicas

Isabelli Meirelles Zaccaron Grossi<sup>273</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho pretende analisar a alimentação infantil, abordando desde a utilização das amas de leite até o surgimento e difusão dos industrializados. Busca-se, desse modo, observar o quantitativo de anúncios, compreender a inserção de produtos alimentícios infantis industrializados entre 1870 e 1920, além de averiguar como as amas de leite eram apresentadas na imprensa e nas teses médicas. Com isso, objetiva-se não só comparar o difundido pelo discurso médico e científico, mas também pensar as mudanças no padrão de alimentação infantil. Para tal, será utilizado como fonte os jornais *Gazeta de Notícias* (1875-1919), *Diário do Rio de Janeiro* (1870-1878), *Jornal do Brasil* (1890-1920), e *A Notícia* (1894-1916), bem como a revista *Fon Fon* (1900-1920), assim como as teses defendidas na Faculdade de Medicina nesse período.

374

**Palavras-chaves:** Aleitamento; Gênero; Industrializados; Teses Médicas; Imprensa.

<sup>273</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Pesquisa com apoio da CAPES.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Introdução

Para além de um conceito, Joan Scott (1995) compreende gênero como uma categoria de análise que perpassa todas as relações, abarcando distintas sociedades e temporalidades. Categoria esta que não deve ser pensada isoladamente. Isso pois, para entender a opressão é essencial realizar a articulação da categoria de gênero às ideias de classe e raça (1995). De forma similar, Kimberlé Crenshaw (2002) também pontua como elementos como classe, raça, etnia, religião e orientação sexual, influenciam diretamente no modo como as mulheres experenciam a discriminação.

Angela Davis (2016) é outra autora que enfatiza a importância de articular as noções de racismo, sexismo e exploração, mostrando como as escravizadas eram reféns de todos os tipos de coerção sexual. Diana Paton (2022) por sua vez, vai além, trazendo aproximações entre a história global e a história das relações de gênero para compreender a escravidão atlântica. Através da ligação dessas abordagens, conclui que a expansão da escravidão atlântica esteve ligada à divisão patriarcal das mulheres em duas categorias: virtuosas, passíveis de casamento e de transmitir a propriedade e não virtuosas, aquelas que gerariam filhos ilegítimos, demonstrando a racialização da herança (p.2022, p.727). As mulheres negras não seriam, então, vistas nem como virtuosas nem aptas para contrair o matrimônio e repassar a propriedade.

Isto é, essa mulher estava sujeita a todo tipo de violência no regime escravista, além de ter sua maternidade negada e ser constantemente estigmatizada. Um outro exemplo de como essa sociedade era profundamente por essas concepções era a forma como as escravizadas eram retratadas nas teses médicas considerando o hábito muito difundido na sociedade do oitocentos de se utilizar cativas para a alimentação infantil. Buscando defender a superioridade da amamentação materna, argumentava-se acerca dos males de se utilizar por exemplo as amas de leite escravizadas, considerando que “sahindo geralmente de um povo supersticioso, de costumes corrompidos, não podem deixar de plantar no tenro e puro coração da criança certos prejuízos.” (1873, NEVES, p.39).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Nesse sentido, Karoline Carula (2016) e Maria Martha de Luna Freire (2006) demonstraram como a escravidão aparecia como uma questão central nos debates médicos, visto que amas negras representavam um número considerável, apesar de não se restringir a elas, visto que mulheres livres e libertas também exerciam tal atividade. Prosseguindo a discussão, Marília Ariza (2021) demonstrou a existência de uma historiografia que aborda as ligações entre escravidão e gênero, assinalando os obstáculos que o cativo impunha ao pleno desempenho da maternidade, como:

as separações forçadas, o retorno precoce ao trabalho de mulheres puérperas, a impossibilidade de amamentar os filhos, entregues aos cuidados de terceiros e a alimentação inapropriada, e a negligência senhorial, de modo extensivo, com a vida de bebês e crianças escravizados que, no mais das vezes, os condenavam à morte prematura, eram implicações recorrentes e cruéis de ter filhos sob a escravidão. (ARIZA, 2021, P. 21)

Dessa maneira, marcadores como raça e classe demonstrava como a maternidade era vivenciada de forma diferente por mulheres negras em comparação com as brancas. Isso sem falar também nas mulheres pobres, que por mais que não estivessem sob o julgo da escravidão, precisavam trabalhar e isso acarretava consequências para seus filhos. A respeito desse assunto, o doutor Evaristo Ferreira da Veiga Sobrinho (1886, p.25) pontuava os efeitos do labor demasiado durante a gestação, podendo resultar em abortos e fraqueza congênita da criança, no entanto, reconhecia como a classe despossuída estava sujeita a tais problemas considerando que não poderia abrir mão de seu sustento. Tanto para o pobre como para o escravizado trabalhar era uma obrigação.

Essas percepções de gênero supracitadas, bem como a questão da interseccionalidade, são concepções primordiais que guiam o presente estudo visto que o objetivo principal do trabalho consiste em analisar a alimentação infantil. Para tal será utilizado como fonte teses médicas e os jornais *Gazeta de Noticias* (1875-1919), *Diário do Rio de Janeiro* (1870-1878), *Jornal do Brasil* (1890-1920), e *A Noticia* (1894-1916), bem como a revista *Fon Fon* (1900-1920), abordando desde a utilização das amas de leite até o surgimento e difusão dos industrializados.

## As tentativas de desqualificação, teses médicas e os anúncios





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Empregado pelo discurso médico para distingui-lo dos demais, o termo “mercenário” sugere que aquelas mulheres trabalhavam ou serviam por um preço ou “soldo” previamente ajustado (CARNEIRO, 2006). Consistia em uma das variadas formas de desqualificação da amamentação realizada pelas amas de leite. Isso pois, a expressão era empregada para designar soldados “mercenários” que trabalhavam por dinheiro e “sem amor à pátria”, insinuando que se tratava de um serviço interesseiro ou realizado pelo dinheiro (CARNEIRO, 2006).

Além disso, os doutores invocavam até mesmo leis da natureza como argumento, ponderando que “o aleitamento materno além de ser uma lei da natureza, pois não há um só animal que deixe de amamentar o seu filho, é de grande vantagem para a própria mãe, para o filho, e finalmente para a sociedade” (MOURA, 1874, p.2).

A culpa era de fato um recurso muito empregado para coagir as mulheres a seguirem sua predestinação ligada à maternidade. Julgavam sobretudo aquelas que renunciavam seu dever por um mero capricho:

Elas que deveriam abandonar todos os prazeres, todos os regosijos, que deveriam suportar todos os sofrimentos sómente com um fim de dar á seus filhos o liquido precioso, que, muitas vezes, jorra de seus seios, são as primeiras que por um motivo frívolo, muitas vezes indecente, negam-se a cumprir o dever mais sagrado que lhes impoz a natureza (MOURA, 1874, p. 25).

A censura de Francisco José Coelho de Moura (1874) às mulheres que deixam de amamentar seus filhos por motivos frívolos, considerando que “elas que deveriam abandonar todos os prazeres sómente com um fim de dar á seus filhos o liquido precioso”, demonstra uma espécie de controle do comportamento dessas mulheres, condenando determinados hábitos. Caberia, então, à mulher do Oitocentos cumprir sua obrigação de boa mãe e esposa longe da vida libidinosa e frívola que poderia alterar seu leite. Mais do que isso, a mãe deveria amamentar seu próprio filho, uma vez que dentre as reivindicações dos higienistas estava o receio das amas potencializarem uma educação imoral e de descrédito (CARULA, 2012).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Todavia, embora defendessem o aleitamento materno como a melhor opção, os médicos reconheciam que existia uma série de motivos que tornava a mãe inapropriada para a amamentação. “E’ necessario sobretudo proscrever o aleitamento á aquellas que são sujeitas às paixões violentas e quando são infeccionadas de syphilis.” (MILWARD, 1874, p.8). Ou seja, havia a preocupação quanto a doença e o comportamento, temendo por sua saúde e como fortes emoções poderiam prejudicar a qualidade do leite.

Dessa maneira, somente em casos específicos que impossibilitariam a amamentação materna que seria justificado recorrer a outras alternativas. “O aleitamento materno o unico verdadeiramente bom, foi sempre em todos os tempos considerado como uma prerrogativa materna, uma necessidade.” (MILWARD, 1874, p. 7). Cornélio Emílio das Neves Milward (1874) para fortalecer essa interpretação, citava a Antiguidade, sublinhando como entre os romanos, gregos e germanos era visto como uma desonra recorrer a uma desconhecida as responsabilidades da maternidade, tamanho era o valor que atribuíam a violação dessa esplêndida incumbência da natureza.

No entanto, apesar da insistência dos médicos na superioridade do aleitamento materno, a realidade é que a prática do aluguel atravessou a década de 1870 e que esses anúncios eram consideráveis até 1930, conforme bem destaca Caroline Amorim Gil (2018), mantendo-se como um costume amplamente disseminado mesmo com as tentativas de desqualificação. A contratação de amas de leite, assim como na Europa e na América do Norte, era um hábito costumeiro no Império, representando uma atividade extremamente lucrativa nas cidades, visto que senhores de escravos alugavam a terceiros suas cativas em período pós-parto (ALENCASTRO, 1997).

A ama de leite poderia ser contratada por meio de anúncios de jornais ou através de uma agência de aluguel. Ao analisar periódicos da época, como a *Gazeta de Noticias* por exemplo, era possível encontrar um número considerável de anúncios de amas, confirmando



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

como era um fato habitual<sup>274</sup>. Fazendo uma breve análise dos anúncios de amas de leite, a presença de alguns elementos nos permite refletir como essas nutrizes eram representadas na imprensa, bem como pensar acerca das demandas dessa sociedade. A contratação então, conforme ressalta Graham (1992), envolvia considerações mais sutis que o custo e a disponibilidade. Dessa forma, a construção da imagem ideal da ama de leite requeria o enaltecimento de seus corpos em termos de atributos físicos e biológicos usualmente desejáveis (CARNEIRO, 2006).

A questão do filho, por exemplo<sup>275</sup>. Em um determinado anúncio foi colocada a possibilidade de alugar a ama com o filho ou sem ele, possuindo uma diferença de preço de acordo com a respectiva situação: "Aluga-se uma crioula com leite de um mez, com o filho 40\$ e sem elle 60\$, tambem lava, engomma e cozinha; na rua do Principe n.188, em Nictheroy" (*Gazeta de Noticias*, 02/05/1880, p.5). Essa distinção pode ser explicada pela seguinte razão: para muitos senhores era uma preferível não trazer a prole, pois impediria a divisão do leite e do cuidado entre criança branca e a preta (KOUTSOUKOS, 2006). Nessa perspectiva, em relação às amas de leite cativas, a ausência do ingênuo poderia ser fruto da atuação senhorial com a finalidade de alugar a escravizada sozinha, e assim, aumentar seu lucro, dado que permitiria requerer uma quantia maior (FREIRE; CARULA, 2020, p.135).

O anúncio também indicava a realização de tarefas domésticas: "lava, engomma e cozinha". Uma menção perceptível em diversos outros casos, revelando como a maioria das mulheres ocupadas como amas de leite realizavam outras funções além do cuidado do bebê (MARTINS, 2006a; MARTINS, 2006b). Conforme o exemplo a seguir podemos constatar esse ponto: "Aluga-se uma boa ama de leite, que cozinha, lava e engomma; na rua da Alfandega n. 96." (*Gazeta de Noticias*, 20/06/1880, p.7)

Ademais, fora essa prática da separação da ama e do filho para conquistar um aluguel maior, havia também situações em que a progenitora apesar de ficar com o filho, era

<sup>274</sup> Durante a minha Iniciação Científica, sob a orientação de Karoline Carula e financiamento CNPq durante os anos de 2019 a 2021, foram encontrados 2009 anúncios, englobando amas de leite e amas secas.

<sup>275</sup> Ao examinar o *Diário do Rio de Janeiro*, não foi verificado nenhum anúncio similar, no qual o valor da ama divergia com a presença do filho e sem ele. Em contrapartida, no anúncio a seguir percebe-se que seu aluguel possuía um preço menor por trazer a filha: "ALUGA-SE uma preta para ama de leite, tendo muito bom leite; seu aluguel é barato, por levar a filha, sendo o leite de 10 mezes, tendo a filha de mamar só dous mezes; á rua da Ajuda n. 103" (*Diario do Rio de Janeiro*, 19/10/1870, p.4)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

impedida de nutrir a criança: “Quantas vezes a mãe escrava não vê o seu filho moribundo, e no entanto é lhe proibido dar-lhe uma gota de seu leite, que talvez o salvasse!” (MOURA, 1874, p. 27). Tal fato afetava diretamente nas chances de sobrevivência do ingênuo. Maria Helena Machado (2012, p.203) também traz tal assunto, enfatizando como o filho da ama, seja por sua existência ou ausência, demarcava um contínuo tópico de tensão e negociação.

Ao analisar anúncios de amas de leite no *Diário do Rio de Janeiro* ao longo de toda a década de 1870, abarcando mulheres cativas, livres, libertas e estrangeiras, tanto de oferta como de demanda, constatei que aproximadamente apenas 6% dos anúncios mencionavam o filho, do total de 141. Dentre esses 6%, um indicava o falecimento<sup>276</sup> e outro a ausência da criança<sup>277</sup>.

Todavia, essa prática não se restringia às escravizadas, acontecendo também com mulheres livres e pobres, as quais para adentrar no mercado de trabalho e ter maiores chances de ser contratadas, renunciavam seus filhos (MARTINS, 2006a, p.42). Dessa forma, evidenciar a ausência do filho pode ser entendida como uma qualidade a mais, um atrativo (FREIRE; CARULA, 2020, p.135). Assim, ausência do filho figurava como um atributo desejável do mesmo modo que robusta, sadia, carinhosa e abundante leite. Eram, portanto, todas estas características valorizadas.

De acordo com Martins (2006a, p.43), a saída para essas mulheres pobres seria anunciar os pequenos nos jornais, buscando assim, assegurar a sobrevivência da criança. Observa-se anúncios nesse sentido, solicitando suporte na criação do bebê, o que sugere que as mães não possuíam condições para tal:

“CRIANÇA PARA CRIAR- Se alguma senhora capaz quizer encarregar-se de criar de um leite um menino, deixe carta no escriptorio d’esta folha, com as iniciaes O. O., para ser

<sup>276</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 07/11/1871, p.4.

<sup>277</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 30/12/1876, p.4.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

procurada. Outro parágrafo: Não se entrega a pessoa que more em cortiço." (*Gazeta de Notícias*, 04/08/1880, p. 6)

"DA-SE para criar de leite uma criança de dois mezes, parda clara, a quem a trate bem; do meio-dia em diante trata-se na rua D. Luiza, canto da travessa Alice n. 1, chacara." (*Gazeta de Notícias*, 15/07/1882, p.4)

Outro item que merece destaque trata-se da conduta afiançada, elemento que surge com regularidade nos anúncios, constando frequentemente como um requisito exigido:

"Precisa-se uma ama de leite boa, e que de fiador de sua conducta não se faz questão de ordenado; na rua do Theatro n. 29, sobrado" (*Gazeta de Notícias*, 30/05/1880, p.5)

"PRECISA-SE de uma boa ama de leite, de afiançada conducta, livre ou escrava, para casa de familia de tratamento; trata-se na rua do Marquez de Abrantes n. 10." (*Gazeta de Notícias*, 03/09/1882, p.5)

Tratava-se de uma demanda exigida, na medida em que "dentre os criados da casa, as mulheres representavam o maior risco, pois normalmente desempenhavam os papéis mais pessoais do serviço doméstico" (GRAHAM, 1992, p.16). Esse nível de proximidade era ainda superior quando envolvia as amas de leite, tendo em conta que essas mulheres eram incumbidas de zelar os filhos das senhoras.

Por outro lado, essa preocupação com a conduta afiançada também poderia ter como explicação as mudanças demográficas. A constituição étnica e social da Corte ia se modificando intensamente conforme cativos eram transferidos para a zona rural e português, em especial as mulheres provenientes dos Açores, chegavam no município (ALENCASTRO, 1997). Assim, os anúncios passaram a solicitar fiadores de conduta em virtude da suspeita dos patrões sobre as mulheres livres e libertas, visto que não havia referências confiáveis acerca dessas criadas (MARTINS, 2016a).

A cor era uma outra demanda, consistindo em um atributo biológico desejável nessa sociedade na qual teorias higienistas ganhavam cada vez mais força: "Precisa-se de uma ama de leite, branca, robusta e sadia; na rua Primeiro de Março n. 60, armazem." (*Gazeta de Notícias*, 24/03/1882, p.3). Como verificado, tratava-se de um anúncio de procura que exigia uma ama de leite não só branca, como também robusta e sadia. Termos como robusta



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

e sadia sinalizavam a preocupação com a saúde da ama, se estava apta para o aleitamento. Em conformidade com Carula (2020), essa predileção pode ser relacionada com a propagação de teorias racializadas, na qual nutrizas negras eram desqualificadas e julgada inferiores.

Já em relação ao termo “aluga-se”, Flavia Fernandes de Souza, traz uma importante reflexão. Utilizando amostras de anúncios dos anos 1890, 1895, 1900, 1905, 1915 e 1920, Souza (2017, p.214) observou uma quantidade considerável de anúncios de aluguel de trabalhadores domésticos no *Jornal do Commercio*<sup>278</sup>, defendendo então, que a expressão “aluga-se” estava atrelada à procura e/ou oferta de serviços domésticos e não especificamente a escravizados<sup>279</sup>. Nesse sentido,

Pode-se cogitar a permanência do emprego de uma expressão aceita histórica e socialmente como indicadora de uma forma de recrutamento de trabalhadores, especialmente de domésticos, mas que não eram ou haviam sido, necessariamente, escravizados. Essa é uma interpretação que explicaria, em parte, a permanência do emprego do termo “aluga-se” em anúncios de jornais datados de períodos posteriores à abolição da escravidão no Brasil. (DE SOUZA, 2017, p.214)

382

Consoante Souza (2017, p.216), o que poderia definir a expressão “aluga-se” seria a percepção do trabalho como uma locação e não necessariamente a condição do trabalhador. Assim sendo, apesar do termo derivar do universo escravista, acabou se estendendo para o livre.

## Alimentação artificial e industrializados

<sup>278</sup> Flavia Fernandes de Souza notou que os anúncios do tipo “aluga-se” ocupavam de 10% a 40% dos “classificados” do *Jornal do Commercio*. Para saber mais ver: SOUZA, Flavia Fernandes de. Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2017.

<sup>279</sup> De forma semelhante à Flavia Fernandes de Souza, Karoline Carula também argumenta a respeito do termo “Aluga-se.”, afirmando que era assim que iniciava a maioria dos anúncios que ofertavam o serviço da nutriz, defendendo que se empregava tanto para mulheres escravizadas, quanto para livres e forras. Para ver mais: CARULA, Karoline. Amas de leite na Gazeta de Noticias (década de 1870). In: Tensões políticas, cidadania e trabalho no longo Oitocentos / organização Gladys Sabina Ribeiro, Karoline Carula. - 1. ed. - São Paulo : Alameda, 2020.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

A alimentação infantil foi um tópico de intensas discussões no século XIX, mobilizando debates na imprensa, na Câmara, leis, teses médicas. Conforme Carula (2016), havia um destaque médico para esse campo baseado não somente nas vantagens para a criança, como também nos benefícios para a nação, considerando que o sucesso do país estaria relacionado com uma alimentação adequada. Portanto, a alimentação infantil excede as fronteiras do privado, buscando modificar a ordem familiar e forjar um novo arranjo baseado em uma sociedade burguesa liberal (CARULA, 2016). Dentre as pautas defendidas, estava a defesa do aleitamento materno.

O aleitamento materno estava inserido como amamentação natural. Isso pois, os médicos dividiam em três tipos: natural, artificial e misto. O médico Targino Ottoni de Carvalho e Silva classificava em sua dissertação o natural como “aquelle em que a criança suga directamente o leite dos seios de sua própria mãe ou de uma outra mulher; por isso o aleitamento natural se subdivide em aleitamento materno e aleitamento mercenario, isto é, exercido por uma ama mercenaria” (1884, p.10). Já em relação ao artificial, dividia-o em direto ou indireto. No primeiro caso mamando diretamente no animal, enquanto o indireto seria por intermédio de certos aparelhos, como por exemplo a mamadeira (SILVA, 1884). Por fim, o misto poderia ser misto natural ou misto artificial. Isto é, a associação do aleitamento materno ao uso da ama, ou um destes associado ao artificial (Ibdem).

Quanto ao hábito de mamar diretamente no animal, João Baptista Monteiro da Silva (1884) argumentava que dentre os animais, a cabra seria a escolhida em virtude de sua docilidade, medida e proporções de suas tetas, adequando-se assim, à finalidade atribuída. Contudo, os doutores Severiano Martins de Oliveira Urculu e Juvenal Martiniano das Neves discordavam a respeito dessa conduta mansa do animal. Neves (1873) frisava a petulância e impaciência do bicho e por consequência, a necessidade de uma atenção especial a ser direcionada a fim de impedir acidentes. Urculu também reforçava essa interpretação do animal como indócil e petulante, ressaltando que era preciso acostamá-la a esta ocupação (1882).

Ademais, sua escolha deveria recair sob uma cabra “que já tenha parido pelo menos uma vez dando bons productos e cujos peitos sejam bem conformados.” (URCULU, 1882,



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

p.56). Semelhante a tal pensamento situava-se a predileção por uma multípara, dado que já possuiria experiência. Havia anúncios na imprensa de cabras, indicando a utilização daquele leite para a alimentação infantil, em sintonia com a recomendação feita por Silva (1884) pela escolha desse animal. A existência de tais anúncios não significa, necessariamente, que as crianças mamavam diretamente na cabra, mas que esse tipo de leite animal também era empregado na alimentação infantil. A seguir sinalizo anúncios de procura que evidenciam que havia um comércio das cabras na cidade com a finalidade de utilizar o leite desse animal como alimento infantil:

PAGA-SE BEM- uma cabra que tenha bom leite, para criar um menino, quem tiver e queira vender, trata-se na rua de Bragança n. 21, com urgência. (*Gazeta de Notícias*, 25/01/1881, p.6)

CABRA DE LEITE - Compra-se uma, com filho de pouco tempo, para a criação de uma criança, que seja mansa e de boa qualidade; travessa do Mosqueira n. 4, perto da rua de Santa Thereza. (*Gazeta de Notícias*, 27/03/1881, p.6)

CABRA- Precisa-se comprar uma cabra que seja boa para criar. Paga-se bem e trata-se na rua d'Alfandega n. 11. (*Gazeta de Notícias*, 12/07/1881, p.4)

Para mais, o Dr. Urculu (1882, p.57) condenava em sua tese aqueles que utilizavam unicamente o aleitamento artificial, defendendo que este modo de criação só era justificado em determinadas exceções, como em situações em que houvesse carência total de uma nutriz digna. De forma semelhante, o médico Evaristo Ferreira da Veiga Sobrinho (1886, p.39) só aceitava a utilização desse artifício num cenário marcado pela ausência da mãe sadia e pela falta de recursos para alugar amas.

Essa condenação pode ser atribuída ao considerável índice de mortalidade infantil daqueles submetidos a esse método: “Em Paris ella é 60 por 100. Desenvolve-se sob sua influencia a escrofulose, a phtisica, o rachitismo, a entero-colite, o amolecimento das mucosas intestinaes” (URCULU, 1882, p.57). Sobrinho (1886, p.37) também ressaltava o número significativo de crianças vitimadas por doenças do aparelho digestivo em decorrência do aleitamento artificial e misto no Rio de Janeiro. Nesse quadro,





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

O aleitamento artificial não tem de modo algum dado resultados que justifiquem sua prescrição e para isso concorrem dois factos que não devem ser esquecidos. Além de não ser conveniente para a delicada constituição do aparelho digestivo, o aleitamento artificial é quase sempre mal dirigido. (SOBRINHO, 1886, p.38)

Castro trazia novamente esse assunto, todavia, sua abordagem era diferente das demais. Não destacava somente a questão da mortalidade infantil referente às moléstias do aparelho digestivo, também pontuava de forma crítica o peso da classe:

Entretanto da leitura diaria dos obituarios e da observação mais comesinha dos nossos praticos se póde, com certeza, inferir que as molestias do aparelho digestivo são, aqui como em toda a parte, as que maior numero de victimas produzem nas crianças recém-nascidas até um anno de idade principalmente. E', com grande differença, nos filhos das classes mais desfavorecidas de meios commodos de subsistencia e nos d'aquella a quem a liberdade não veio ainda garantir o gozo dos direitos civis (...) A razão é obvia e confirmativa de quanto benéfico é o influxo da hygiene. (CASTRO, 1883, p.6)

Dessa forma, esse método era frequentemente desaprovado pelos médicos, uma vez que, considerando a constituição da criança, esse tipo de aleitamento poderia resultar em um trágico efeito como o falecimento devido a moléstias do aparelho digestivo. Assim sendo, segundo Milward (1874), deveria ser um artifício em último caso e em hipótese nenhuma ser utilizada como nutrição de crianças frágeis e de má estrutura.

Nesse sentido, o leite humano deve ser a única forma de alimentação até o que a criança possua a capacidade necessária para suportar outro modo, tratando-se então, do único em conformidade com as necessidades infantis (MILWARD, 1874, p.4). Além disso, conforme destaca Neves (1873), havia o receio quanto às possíveis adulterações do leite, distrações em seu preparo e a insalubridade das grandes cidades. Essa preocupação em relação às grandes cidades também era percebida na tese de Milward (1874, p.13), na qual o autor salientava a dificuldade de se obter o leite de vaca puro e tirado há pouco tempo, bem como a impossibilidade de renovar o suprimento de leite várias vezes ao dia. Apesar disso, o aleitamento artificial no campo e nas pequenas urbanizações pode ser admitido e possuir mais chances de êxito, desde que habilmente administrado (Milward, 1874).

Ainda que sofresse duras críticas e fosse classificado como inferior à amamentação natural, o aleitamento artificial coordenado com método e vigilância podia transformar-se em um mecanismo precioso (CASTRO, 1883, p.50). Com efeito, Castro (1883) dava



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

instruções em seu estudo a respeito do cuidado necessário a ser tomado, enfatizando a necessidade da limpeza constante da mamadeira e a importância de suprir à criança o leite extraído da primeira mesma vaca, identificada como sadia e administrado a 38°. Cuidados essenciais em virtude da capacidade do leite de azedar facilmente.

Em vista disso, defendia a maior cautela possível quanto a esse modo de nutrição à medida aplicado de maneira incorreta poderia ter consequências que prejudicariam a criança e poderiam ser até mesmo letais. De forma semelhante, Urculu (1882) também chamava atenção a respeito do cuidado necessário quanto a administração do leite. Isso pois “o leite em contacto com o ar (...) decompõe-se por fermentação tornando-se azedo, como se diz vulgarmente.” (URCULU, 1882, p.58).

O clima era citado como um possível fator que influenciava diretamente essas propriedades do leite, considerando que “o calor intenso como temos no verão tem grande influencia na etiologia das molestias do tubo gastro-intestinal, actuando indirectamente favorecendo a decomposição do leite ou o desenvolvimento de emanacoes toxicas.” (SOBRINHO, 1886, p.40). Em razão dessas características, o leite representava uma preocupação. Apreensão justificável levando em conta a temperatura do país, a higiene e como tais tópicos impactavam na mortalidade infantil.

Segundo Gil (2022, p.159), a qualidade do leite no Rio de Janeiro era um problema, pois o antigo comércio no século XIX era marcado por leis não cumpridas, requerimentos, reclamações, abusos de autoridade, concessão de licença para estabelecimentos impróprios. Nesse sentido, por mais que médicos como Castro buscassem fornecer instruções a fim de tornar o aleitamento artificial coordenado com método e vigilância de modo a transformar-se em um recurso precioso, a situação do Rio de Janeiro era insalubre. Posto isto,

Por melhor que seja feito o aleitamento artificial, por maior que seja a cautela empregada na observancia dos preceitos hygienicos, nunca se poderá dizer que elle substitue satisfatoriamente ao aleitamento natural (...) Elle tem dado em muitos casos um resultado feliz, mas por outro lado tem contribuido poderosamente para a morte de um sem numero de crianças que á elle forão submettidas. São estes casos felizes que, enthusiasmando a espiritos pouco adiantados em materia de hygiene infantil, os autorisão á abraçal-o, abraçando assim a grande numero de probabilidades mórbidas (...) (SOBRINHO, 1886, p.37)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Na perspectiva médica, apesar do esforço em tentar seguir as normas higiênicas, esse método sempre seria considerado inferior à amamentação natural, não sendo capaz de substituí-la adequadamente. Verificava-se, assim, como as teses médicas buscavam orientar e dar instruções a respeito da maternidade e da infância, mostrando-se como uma autoridade confiável que deveria ser seguida. Era possível observar um certo padrão a respeito do que era falado sobre a alimentação artificial, pois além de ser considerado inferior, não supria satisfatoriamente a ausência da amamentação natural. Desse modo, prevalecia a superioridade da amamentação natural. No entanto, apesar das inúmeras críticas, admitia-se o uso da alimentação artificial em alguns casos excepcionais que no geral não possuíam outra alternativa. Consoante Gil,

Apesar das críticas, o aleitamento misto, as papas e as farinhas faziam parte do rol da sobrevivência infantil e da hierarquia de alimentação estabelecida pelos médicos. O aleitamento misto, composto pelo leite materno e artificial, era uma forma de atenuar os inconvenientes trazidos pelo completo aleitamento artificial. E, indicado apenas em três casos: hipogalactia (pouco leite), ablactação (desmame) ou pela necessidade de a mãe estar ausente em casa por algumas horas. (GIL, 2022, p.158)

Portanto, existiam críticas, mas o aleitamento artificial era utilizado. Do mesmo modo era inquestionável que o leite humano seria o mais eficaz nos primeiros meses de vida, sobretudo quanto a digestão. Todavia, Gil nos mostra que essa preocupação médica em relação ao leite artificial fazia sentido considerando a legislação do período, posto que a prática do comércio de leite na cidade era marcada por problemas em todo o processo, resultando em um item contaminado e adulterado (2022, p.159).

Ao examinar os periódicos, é possível encontrar avisos alertando sobre a ocorrência de fraudes, sugerindo, além da pirataria das mercadorias, o surgimento de uma concorrência entre distintos fabricantes, que rivalizavam o mesmo público consumidor. Em relação às falsificações, a seguir temos um anúncio, de 1883, publicado na *Gazeta de Notícias*, advertindo sobre o aparecimento de uma Farinha Láctea falsificada:

FARINHA LACTEA DE NESTLÉ TENDO aparecido farinha falsificada, os compradores do interior devem dirigir suas ordens a pessoa de toda a confiança, exigindo que o genero seja comprado no DEPOSITO ESPECIAL DA FABRICA 31 C RUA DE S. PEDRO 31 C. Garantia da qualidade. UNICO DEPOSITO. (*Gazeta de Notícias*, 20/04/1883, p.4)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Esse depósito especial mencionado no anúncio anterior sugere a existência de um depósito da fábrica, indicando assim, que havia um representante local na cidade bem como um interesse do público consumidor local. A farinha láctea foi um produto que surgiu em 1867 em Vevey, Suíça, criada pelo farmacêutico Henri Nestlé para combater as altas taxas de mortalidade infantil do período. Tratava-se de uma combinação de leite de vaca, farinha de trigo e açúcar, que Nestlé desenvolve para ser consumida por bebês que não podiam ser amamentados<sup>280</sup>. Ademais, utilizava como logotipo o Ninho com os passarinhos.



281

388

Dentre as razões para a rápida expansão da Farinha Láctea, destaca-se: a experiência profissional de Henri Nestlé que fora assistente farmacêutico; as recomendações do produto por diversos médicos; a demanda após salvar um bebê prematuro; o leite suíço como ingrediente<sup>282</sup>. Henri era conhecido como um cientista entusiasmado que realizou inúmeras experiências, levando crédito inclusive pela água mineral carbonata<sup>283</sup>. Nove anos após o seu lançamento, passou a ser importada, para o Brasil, em 1876.

Em contrapartida, a história da Nestlé remete também a Anglo-Swiss Condensed Milk Company, criada pelos irmãos norte-americanos Charles e George Page, posto que em

<sup>280</sup> Para ver mais: <https://www.nestle.com.br/anestle/historia>

<sup>281</sup> Foto do arquivo Nestlé encontrada no site <https://www.nestle.com.br/anestle/historia> mostrando o logotipo do ninho com os pássaros e o criador na Farinha Láctea, Henri Nestlé.

<sup>282</sup> A história do bebê prematuro tratava-se do pequeno Wanner – como era denominado por Henri Nestlé. A criança estava muito debilitada e sua vida corria risco, pois não conseguia consumir o leite materno nem qualquer outro alimento. Henri buscando uma solução, alimentou a criança com uma mistura diluída que levou o bebê a retomar suas forças. Consequentemente, após este feito, Henri Nestlé adquiriu uma boa reputação. Para ver mais: <https://www.nestle.com/aboutus/history/nest-virtual-tour>

<sup>283</sup> Para ver mais: <https://www.nestle.com/aboutus/history/nest-virtual-tour>



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

1905 a empresa fundada por Henri Nestlé se funde com a Anglo-Swiss para formar o que atualmente é conhecido como Grupo Nestlé<sup>284</sup>. Portanto, a Nestlé tem suas raízes no século XIX com Henri Nestlé e Anglo-Swiss Condensed Milk Company<sup>285</sup>.

A farinha láctea, juntamente o leite condensado, passou a ganhar relevância nos periódicos a partir da década de 1880 como industrializados voltados para a alimentação infantil, embora já existissem anúncios na imprensa desde a chegada do produto no país. Todavia, apesar do leite condensado ser voltado para o público infantil, não se restringia somente a essa função. Os vários usos do leite condensado por exemplo, abarcavam desde a alimentação infantil à culinária, conforme pode ser observado nos anúncios a seguir: "Leite Condensado 'MOÇA' que V. poderá empregar para o seu filhinho, para as necessidades da cozinha, para o chocolate á hora do almoço, para o chá da tarde, etc" (*Fon Fon*, 04/03/1916, p.63). "LEITE CONDENSADO MARCA 'AGUIA' de Gail Borden tem sido usado durante sessenta annos em milhares de lares como alimento para crianças, e, bem com o para fins culinarios" (*Fon Fon*, 28/04/1917, p.15).

As possíveis fraudes, contudo, não se limitavam à Farinha Láctea Nestlé, atingindo também o leite condensado. Um aviso no periódico *A Notícia* alertava a respeito de um item "baixo" que não era proveniente das fábricas, mas se passava pela marca<sup>286</sup>.

Logo no início aparecia em letras maiúsculas e em negrito a palavra **GRAVISSIMO** para destacar a seriedade da situação. Para mais, ao advertir acerca da falsificação, também aproveitava para reafirmar sua superioridade perante as demais mercadorias, frisando como se tratava de uma "recommendada e insubstituivel Marca" que possuía um "optimo leite condensado (...) unico preparado de puro crême de leite suisse e não tem rival no mundo inteiro."<sup>287</sup> Essa tentativa de comprovar a soberania de sua marca indica então, a emergência

<sup>284</sup> O leite condensado aparecia como uma alternativa mais segura e de longa duração em comparação ao leite fresco. Em consequência desse caráter, adquiriu popular entre os soldados durante a Guerra Civil Americana. Ademais, a *Anglo-Swiss* foi a primeira empresa a produzir leite condensado na Europa. Para ver mais: <https://www.nestle.com/aboutus/history/nest-virtual-tour>

<sup>285</sup> Quando a *Nestlé & Anglo Swiss Condensed Milk Co.* se fundem abrem novas agências em diversos países, aumentando a linha de produtos que passa a contar com chocolates. A nova empresa, a partir da união dos dois rivais, passa a ter a sede em Vevey e Cham, contando com 20 fábricas. Para ver mais: <https://www.nestle.com/aboutus/history/nest-virtual-tour>

<sup>286</sup> *A Notícia*, 10 e 11/05/1911, p.1.

<sup>287</sup> *A Notícia*, 10 e 11/05/1911, p.1.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

de concorrência competindo pelo mesmo público. Contudo, não era possível identificar o autor do artigo. Possivelmente seria um representante local da venda.

Nesse novo alerta, agora em outro periódico, o *Jornal do Brasil*, de 1915 também destacava-se o termo “GRAVISSIMO”, que aparecia centralizado, em negrito e em letras maiúsculas. O destaque dessa palavra indica a seriedade do assunto, buscando com tais recursos chamar atenção para a informação que será mencionada<sup>288</sup>.

Ao sublinhar a retórica do medo ao utilizar um leite condensado de procedência desconhecida, reitera-se a importância de um produto como Leite Condensado “Moça”, considerando que se trata de um item “conhecido e altamente recomendado”, evitando assim, as consequências inconvenientes de uma mercadoria sem referências<sup>289</sup>. Além disso, por ser um produto alimentício infantil exige um rigor ainda maior na examinação da lata de modo a garantir que a marca da moça com um balde na cabeça e outro na mão esteja presente para confirmar a procedência do produto e assim, “evitar a aquisição de falsificações de que o mercado está inundado”.<sup>290</sup>

Além dos casos de fraude, é preciso sublinhar também como as propagandas referentes a Farinha Láctea reafirmavam ideias como a praticidade, economia financeira e a robustez. A seguir destaco um anúncio da *Gazeta de Notícias* com o título ‘Criancinhas de peito’ em destaque e logo abaixo ‘Farinha Lactea de Nestlé’. Enfatizava-se como “todos os meninos alimentados exclusivamente com a farinha lactea de Nestlé distinguem-se pela sua força physica, seu vigor e a viveza de seus olhos, andam contentes e quase nunca choram” (*Gazeta de Notícias*, 26/06/1882, p.4). Além disso, ressaltava-se a boa digestão e alimentação, podendo verificar com balanças.

Isto é, buscava-se afirmar a qualidade da mercadoria, mostrando que as crianças alimentadas com a farinha láctea se diferenciam dos que não utilizam tal produto. Logo, ao citar a balança e a alimentação proveitosa compreende-se que a utilização de tal produto implica em um ganho de peso. Essa referência a balança foi constantemente reforçada pela

<sup>288</sup> *Jornal do Brasil*, 09/11/1915, p.14

<sup>289</sup> *Jornal do Brasil*, 09/11/1915, p.14

<sup>290</sup> *Jornal do Brasil*, 09/11/1915, p.14



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

literatura médica e as propagandas difundidas em jornais médicos que associavam robustez à saúde, como se fosse um parâmetro a ser seguido (PEREIRA, 2006).

Nessa outra propaganda sublinha-se no título o fato de ser “uma refeição abundante e sadia”, enquanto no subtítulo destacava-se o preço, “menos de um vintem”<sup>291</sup>. Ao observar a figura nota-se a ilustração de uma mulher com uma colher e uma lata de farinha láctea sob a bancada, sinalizando o preparo de uma refeição. A praticidade salientada é verificada no anúncio, reafirmando que não precisa de nada além de água para seu preparo<sup>292</sup>. Além da simples preparação, a propaganda assinala ainda seu caráter econômico quando comparada a outros alimentos, afirmando que “a lata contém farinha para umas 32 refeições”<sup>293</sup>.

Uma refeição abundante e sadia

**MENOS DE UM VINTEM...**

Tem-na empregado tres gerações e empregam ainda para os seus filhos a Farinha Láctea Nestlé, que resolveu do modo mais simples, mais pratico e sobretudo mais eficaz o grave problema da alimentação das creanças na época do desmamar e durante os seus primeiros annos.

O modo de empregar a Farinha Láctea Nestlé, é o mais simples possível e, ao contrario do que se dá com os demais alimentos, não precisa senão de agua para o seu preparo.

Não se tem pois de acrescentar Leite, nem assucar, nem ovos. Nada mais que agua! Resulta esta simplificação em beneficio do custo da Farinha Láctea Nestlé, sendo mais economica do que qualquer outro alimento, e em seguida damos a prova disto.

Custa uma lata ao preço medio que vigora para a maior parte dos paizes da America \$0,50 e contém 370 grammas liquidas de farinha. Para uma creança de tres ou quatro mezes, a quantidade que se tem de empregar para cada refeição é de duas colherinhas, isto é, umas 12 grammas, de maneira que a lata contém farinha para umas 32 refeições donde resulta que o custo é de  $\frac{\$0,50}{32} = \$0,015!$

Centimo e meio! Pode realmente dizer-se que se torna caro dar a uma creança a saúde, a força, a vida, gastando-se unicamente centimo e meio?

**1 1/2 centimo = 11 reis!!!**

294

Ademais, fala-se que a Farinha Láctea Nestlé solucionou o problema da alimentação das crianças no desmame e durante os anos iniciais<sup>295</sup>. Outro produto alimentício infantil era o leite condensado. O anúncio a seguir direciona-se às mães buscando tranquilizá-las

<sup>291</sup> *Fon Fon*, 11/12/1915, p. 63.

<sup>292</sup> *Fon Fon*, 11/12/1915, p. 63.

<sup>293</sup> *Fon Fon*, 11/12/1915, p. 63.

<sup>294</sup> *Fon Fon*, 11/12/1915, p. 63.

<sup>295</sup> *Fon Fon*, 11/12/1915, p. 63.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

quanto a falta de leite, visto que haveria um substituto digno de confiança, o Leite Moça<sup>296</sup>.

Não só um bom substituto, mas colocava-se como o único<sup>297</sup>.



<sup>298</sup>

No entanto, seu uso não se restringia à alimentação infantil. Nesse sentido, é importante ressaltar suas várias funções, englobando também fins culinários, conforme pode ser observado nos anúncios a seguir: "Leite Condensado 'MOÇA' que V. poderá empregar para o seu filhinho, para as necessidades da cozinha, para o chocolate á hora do almoço, para o chá da tarde, etc" (*Fon Fon*, 04/03/1916, p.63)

392

## Considerações finais

Apesar da desqualificação da utilização de amas de leite por parcelas das camadas dominantes que passaram a defender a superioridade da amamentação materna, ainda era possível notar um alto número de anúncios de amas em jornais como por exemplo a *Gazeta de Noticias* na década de 1880. Portanto, mesmo com esse esforço de desqualificar essa

<sup>296</sup> Fon Fon, 08/09/1917, p.55.

<sup>297</sup> Fon Fon, 08/09/1917, p.55.

<sup>298</sup> Fon Fon, 08/09/1917, p.55.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

forma de aleitamento no último quartel do século XIX, esse costume permanecia enraizado nessa sociedade do Oitocentos. Dessa maneira, a superioridade da amamentação materna mantinha-se mais como um discurso do que uma prática efetiva e as amas continuavam sendo contratadas.

Do mesmo modo o aleitamento artificial demonstrava a distância entre o que os doutores pretendiam e a realidade alcançada. Embora os médicos defendessem o leite materno como a melhor opção, eles aparentavam ceder ao fato que a alimentação artificial já era uma alternativa utilizada pelas mães (FREIRE, 2006).

No entanto, mesmo que as amas ainda continuassem a ser utilizadas, era possível observar como a industrialização ia mudando o padrão da alimentação infantil à medida que as propagandas traziam questões como a praticidade da Farinha Láctea e o respaldo da medicina. Ao mencionar o reconhecimento internacional e a recomendação de médicos buscavam conceder legitimidade a esses itens.

Por fim, concluo que esses novos produtos direcionados ao público infantil tiveram uma relevância na propaganda dos jornais. Um esforço que não implica necessariamente que eles passaram a ser utilizados em grande escala, mas indica que havia uma forte tentativa por parte da publicidade que a sociedade aderisse essas mercadorias. Dessa forma, o padrão de alimentação infantil ia se transformando progressivamente.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Referências Bibliográficas

Periódicos

A Notícia–1894-1916

Diário do Rio de Janeiro – 1870-1878

Fon-Fon– 1910-1920

Gazeta de Notícias – 1875-1919

Jornal do Brasil– 1890-1920

## Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, F. e ALENCASTRO, L. F. (orgs.). *História da vida privada no Brasil. Império: a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v.2, p.11-93.

ARIZA, Marília B. A. Ventre, seios, coração: maternidade e infância em disputas simbólicas em torno da Lei do Ventre Livre (1870-1880). In: MACHADO, Maria Helena P. T.; BRITO, Luciana da Cruz; VIANA, Iamara da Silva; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação*. São Paulo: Editora Unesp, 2021, p.19-40.

CARNEIRO, Maria Elizabeth R. *Procura-se uma “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”*: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). Tese (Doutorado em História). Brasília: Instituto de Ciências Humanas, UnB, 2006.

CARULA, Karoline. Alimentação na Primeira Infância: médicos, imprensa e aleitamento no fim do século XIX. In: SANGLARD, Gisele (Org.). *Amamentação e políticas para a infância no Brasil: a atuação de Fernandes Figueira (1902-1928)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016, pp. 31-56.

\_\_\_\_\_. Amas de leite na Gazeta de Notícias (década de 1870). In: RIBEIRO, Gladys Sabina; CARULA, Karoline (Orgs.) *Tensões políticas, cidadania e trabalho no longo Oitocentos*. São Paulo : Alameda, 2020.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

\_\_\_\_\_. *Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em A Mãe de Família*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 19, pp. 197-214, 2012.

CASTRO, Francisco de Paula. *Da alimentação nas primeiras idades*. 1883. 39 F. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1883.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. **Estudos Feministas**, ano 10, 1º sem. 2002, p. 171-188.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, Jonis; CARULA, Karoline. “Aluga-se uma boa ama de leite, é perfeita cozinheira, engomadeira e lavadeira”: o trabalho das amas de leite em Juiz de Fora nos anúncios do Jornal O Pharol (1876-1933). In: FREIRE, J; CARULA, K. (Orgs). *Raça, gênero e classe: trabalhadores(as) livres e escravizados(as) no Brasil*. Rio de Janeiro : Mauad X : Faperj, 2020, p.123-143.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)*. 2006. 333 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

GIL, Caroline Amorim. *Amas, leites e farinhas: o problema da alimentação infantil no Rio de Janeiro da Primeira República (1889-1930)*. 2022. 316 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

\_\_\_\_\_. *Precisa-se ou aluga-se: o mapeamento de amas de leite na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República*. 2018. 173 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *No estúdio do fotógrafo: representação e autorepresentação de negros livres, forros e escravos no Brasil da segunda metade do*



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

século XIX. Tese (Doutorado em Multimeios). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MACHADO, Maria Helena P. T. “Entre dois Beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão”. In: XAVIER, G.; FARIAS, J. B.; GOMES, F. (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012, 199-213.

MARTINS, Bárbara C. R. *Amas-de-leite e mercado de trabalho feminino: descortinando práticas e sujeitos* (Rio de Janeiro, 1830-1890). Dissertação (Mestrado em História Comparada). Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, 2006a.

MARTINS, Luiz C. N. *No seio do debate: amas-de-leite, civilização e saber médico no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em história das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, 2006b.

MILWARD, Cornélio Emílio das Neves. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação às condições em que elle se acha no Rio de Janeiro*. 23 F. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1874.

MOURA, Francisco José Coelho de. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação as condições em que elle se acha no Rio de Janeiro*. 1874. 25 F. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1874.

NEVES, Juvenal Martiniano das. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercinário em relação às condições em que elle se acha no Rio de Janeiro*. 1873. 34 F. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1873.

PATON, Diana. Gender History, Global History, and Atlantic Slavery: On Racial Capitalism and Social Reproduction, *The American Historical Review*, Volume 127, Issue 2, June 2022, Pages 726–754, <https://doi.org/10.1093/ahr/rhac156>

PEREIRA, Júnia Sales. *História da pediatria no Brasil de final do século XIX a meados do século XX*. Tese (Doutorado em História)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2006.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Targino Ottoni de Carvalho e. *Da alimentação nas primeiras idades, estudo crítico sobre os diferentes métodos*. 1884. 30 F. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1884.

SOBRINHO, Evaristo Ferreira da Veiga. *Das condições que explicão a mortalidade das crianças na cidade do Rio de Janeiro*. 1886. 33 F. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1886.

SOUZA, Flavia Fernandes de. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2017.

URCULU, Severiano Martins de Oliveira. *Hygiene da primeira infância*. 1882. 51 F. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1882.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

**A exportação de Zebu e a importação de ditadores (1958-1984): um estudo de caso contra os mitos da economia política liberal**

João Pedro Passos de Barros  
Borges

**Resumo:** O presente trabalho visa discutir as vindas do ditador paraguaio à Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM) e a sua forma posterior, Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), relacionado ao contexto da História Nacional. Focando, especificamente, nas disputas políticas de diferentes grupos políticos e classes dominantes regionais em Uberaba na passagem do que foi o período de maior participação democrática (1945-1964) até o final da ditadura empresarial-militar (1964-1988) através dos jornais produzidos pela sociedade/associação, intitulados revista “O Zebu”. Para a compreensão e interpretação desses materiais que configuram um caso específico, utiliza-se Rubin e Pachukanis para a compreensão de como os circuitos de valor e a forma-mercadoria não tem um lastro com a democracia, permitindo que essas instituições e agentes operem em busca de expansão das possibilidades de industrialização para aumentar o mais-valor relativo e a busca ao nível da luta de classes da apropriação do mais-valor pelas classes sociais brasileira. Compreendendo, assim, uma leitura que matize a determinação do átomo indivisível da mercadoria nos processos sociais.

398

**Palavras-chave:** Zebu; Ditadura; Paraguai; Economia Política.

## Introdução

As relações diplomáticas entre o Paraguai e o Brasil são muito lembradas pelo conflito na Bacia do Rio Del Plata, não obstante, pela vasta historiografia stalinista que passava a responsabilidade do conflito à Inglaterra. O objetivo dessa historiografia foi claro, o projeto stalinista de poder passa pelo pacto entre as classes estamentais e os trabalhadores para o desmonte da hegemonia do imperialismo central.

Essa historiografia fez parte da II Internacional e foi muito popular em tratar os países subdesenvolvidos como apêndices da História até os questionamentos de diferentes vertentes historiográficas que começaram a apontar o papel das classes estamentais na



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

reprodução do subdesenvolvimento. A partir disso, reconhece-se a importância de compreender o intercâmbio de interesses e projetos político-econômicos entre os países da periferia do sistema capitalista para a historiografia. Desse modo, as relações entre Paraguai e Brasil pretendem ser revisitadas nesse texto, a partir de como as relações entre os zebuínos naturalizaram a vinda do ditador paraguaio ao Brasil tanto em seu período democrático quanto ditatorial, permitindo avançar na discussão contra os mitos fundados pela economia política, especialmente nos últimos anos, chamado tempo do “fim da História”.

O escopo documental, portanto, baseia-se em sete edições das revistas “O Zebu”. São, em ordem crescente (de data): abril de 1958, junho de 1958, setembro de 1971, novembro de 1971, janeiro-fevereiro de 1972, março de 1976 e maio de 1984.

## **Crítica a chave-explicativa do patrimonialismo brasileiro — a coesão entre liberalismo e autoritarismo**

É necessário fundamentar a análise em uma problemática (ALTHUSSER, 2015), enquanto o teor de um trabalho é lastreado por determinadas perguntas a um objeto selecionado. Nisto, é necessário que uma pesquisa exponha como dirigem suas perguntas e os fundamentos de suas abstrações (o conceito de sujeito, estrutura, autoritarismo, ideologia..., são exemplos claros).

Ao debater uma relação entre um setor econômico e um regime autoritário, é necessário tocar as questões candentes a formação-social do Brasil, em vista do fato de que comumente o autoritarismo brasileiro é posto como um produto de um resquício colonial, fruto, por consequência, do patrimonialismo brasileiro. O personalismo seria o elemento fundamental das análises historiográficas que consideraram o problema do capitalismo brasileiro sua incompletude. Pretende-se demonstrar que há uma coesão entre o liberalismo e a ditadura, ao passo que elas não se anulem e, pretende-se fazer isso, respaldado em uma análise teórica.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

O primeiro ponto a considerar-se é que quaisquer análises que empreendem resultados que caminhem para a associação entre o patrimonialismo e o autoritarismo constituem uma concepção de Estado moderno amparada em Marx Weber. A consequência disto é questionar o objeto historiográfico a partir de um imperativo categórico de conduta do Estado Moderno, ou seja, o autoritarismo é visto a partir de um possível desvio da função do Estado e o capitalismo enquanto uma economia racional é posto em contraposição ao autoritarismo que é uma forma de irracionalismo.

Tais questões são compreendidas na Sociologia do Direito a partir do que Alysson Mascaro (2022) concebe como juspositivismo, sendo o nome dado a um caminho da filosofia do direito contemporâneo marcado pela interpretação de mundo a partir do Estado de Direito e sua ideologia. De tal forma, a exceção é sempre posta como um espaço não ocupado da legislação, um equívoco de seus agentes e explicações meramente circunstanciais do fenômeno. O caso das interpretações weberianas no Brasil de Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro são um explícito exemplo de arranjos sociológicos que operam a partir dessas idealizações.

400

A perspectiva marxista é uma interpretação que compreende a ciência histórica a partir das formações sociais (combinação de modos de produção “puros”). No caso da temporalidade do artigo já há a consolidação do capitalismo como modo de produção dominante, de tal modo que os elementos devem ser postos então como a coesão das relações de produção capitalistas com as outras relações de produção. Ou seja, há coesões específicas entre as relações de trabalho assalariado e o autoritarismo.

A obra marxiana teve esse elemento exposto em 18 de Brumário de Luís Bonaparte (MARX, 2015), na medida em que as lições que Marx deixaria ao movimento operário seriam não repetir o erro da comuna de Paris e acreditar na neutralidade da República francesa. Assim sendo, o livro apresenta uma análise de diversas classes sociais e como a posse do Estado não implica uma dominância política desta classe através da reversão do conteúdo, mas aponta uma crítica estrutural aos limites de atuação do Estado. O que carece nesta obra de maturação do pensamento marxiano é a conexão desses elementos com a





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

crítica da economia política. Algo muito-bem posto por Balibar (1975) ao afirmar que a luta de classes não é um momento justaposto à crítica da economia política, mas um elemento de seu interior.

Para ilustrar o argumento, põe-se em evidência a interpretação de Pachukanis sobre o fascismo. Ele não é um desvio de conduta do Estado burguês, nem a ditadura da burguesia, dado que todo Estado de direito é uma ditadura da burguesia, sua especificidade encontra-se noutro arranjo. Ele é uma forma possível do Estado burguês que preserva seu núcleo qualitativo. Caso não preservasse, deixaria de existir. O fascismo é uma possibilidade de manutenção das relações sociais que dão existência ao direito e ao Estado e não sua exceção (PACHUKANIS, 2020).

O que leva à pergunta: qual o núcleo qualitativo do Estado de Direito moderno? No caso do direito, seu núcleo reside numa relação social generalizada pela subjetividade jurídica, ou seja, todo trabalhador, além de assalariado, se encontra formalmente igual tanto aquele que explora sua força de trabalho, quanto a outros trabalhadores e juridicamente livre para se submeter contratualmente a qualquer patrão. No que tange ao Estado, ele deve aparecer como um ente terceiro e neutro nas relações de trabalho, enquanto legitima o contrato de trabalho e garante a reprodução destas relações em última instância. Caso não aparecesse como um elemento neutro, a legalidade dos contratos ruiria tal qual a igualdade e a liberdade jurídica. Ambas, portanto, derivam da forma mercadoria, ao passo que esse átomo que apresenta a apropriação da riqueza na sociedade capitalista é o núcleo estruturante das outras formas sociais, como a forma jurídica e política. De tal modo, o Estado e o direito são relações de produção que aparecem como um fenômeno só, dado que são relações que se conformam, ou seja, derivam secundariamente uma da outra e, portanto, não podem anular-se qualitativamente, só reduzir quantitativamente. Isso implica que uma ditadura pode ter redução de direitos, mas não pode anular uma relação entre sujeitos através da lei.

Além disso, o fetichismo da mercadoria não é uma crítica cultural, mas um processo de estruturação da realidade. O objeto da sociologia, a sociedade, é, primeiramente, como



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

aponta Adorno, um objeto que deve ser compreendido a partir de uma não-identidade, ou seja, um objeto que como conceito nega o particular e positiva os interesses da sociedade como os interesses de uma dada totalidade social. Por conseguinte, enquanto objetividade social, como expõe Rubin, é o vínculo dos processos da divisão social do trabalho, ou seja, a unidade fundamental da sociedade burguesa é o mercado, em outras palavras, a estrutura que define essa sociedade é a mercadoria (RUBIN, 1987).

A mercadoria, ancorada, no caso brasileiro, a formação social escravista que precedeu o Brasil, assume suas formas, evidentemente, ligada às diferentes condições e movimentos políticos e ideológicos. Logo, antecipando qualquer crítica, não se trata de um economicismo, um determinismo nem uma teleologia, mas de um arranjo específico de temporalidades que forja um objeto, o “modo de produção”.

A fantasmagoria que se caracteriza como sociedade civil, a união de portadores e vendedores de mercadoria os coloca em condições de igualdade, como sujeito de direito e, este fenômeno não é uma alienação. Não se trata, portanto, de uma realidade existente e potencial do gênero humano e outra que é a realidade capitalista, não está havendo uma enganação e este desenvolvimento de forças produtivas que visa aumentar as possibilidades de expansão do valor (como o caso da sofisticação tecnológica dos frigoríficos) não pode só ser melhor distribuído ou o trabalho reduzido. Em termos de Foucault em *A verdade e as formas jurídicas* (2003), esse distanciamento de duas realidades implicaria a não percepção da divisão dos papéis sociais organizados em teatro são a forma de verdade e organização dessa sociedade, saindo de Édipo e como a verdade aparece como o pai que condenou o filho e o filho que o vingou, no caso da mercadoria, é, efetivamente, uma divisão social do trabalho que visa a produção de mercadoria e os sistemas de trocas que compõem a verdade e a estruturação dessa realidade. A ditadura ou a democracia, não são mais do que aparências que não suprimem o contrato de trabalho, a venda e a compra de mercadorias, etc.

De tal maneira, a explicação proposta não deve estar ancorada num tipo ideal da ação política, mas em como a luta de classes numa dada formação social é determinada pelo modo de produção. A resposta está posta na materialidade da História.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Pretende-se neste trabalho demonstrar uma coesão entre o autoritarismo e o mercado através do caso da consolidação da indústria de barretos no Paraguai e das vindas do ditador Stroessner à feira agropecuária de Uberaba. Isto posto que Juscelino Kubitschek não tinha afinidades político-partidárias por Stroessner, logo a cultura política não aparece como uma explicação suficiente do fenômeno.

## Perfeitos negociantes — a conveniência política e a criação da demanda

Pretende-se, em ordem, expor as fontes e as características gerais observadas nelas para apresentar ao leitor o quadro geral, depois analisar as suas consequências sobre os preceitos teóricos já dados.

A primeira edição tratada, a de abril de 1958 é a edição de número 157, já aparece o Parque Fernando Costa, mas sob o nome de Sociedade Rural do Triângulo Mineiro. As palavras “paraguai e paraguaio” só aparecem junto ao ditador, na secção que diz respeito a “XXIVª Exposição-Feira de Gado Indiano e Iª Mostra de Gado Leiteiro”, o enunciado que afirma a vinda do ditador Stroessner não dá a entender nenhum incidente em sua vinda ou constrangimento algum, ele é direto:

O sr. Adalberto Rodrigues da Cunha, o esforçado presidente da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, acaba de regressar do Rio de Janeiro e da Capital do Estado, trazendo-nos a certeza do comparecimento das mais altas autoridades federais e estaduais, inclusive do sr. Presidente da República que, desta vez, virá acompanhado de outro presidente, o do Paraguai, república vizinha. Assim, presidentes, ministros, governadores, congressistas e altas patentes, povoarão a nossa grande cidade, no dia inaugural do seu grande certame pecuário, olhado com interesse por criadores nacionais e estrangeiros. (O Zebu, 1958, p.11)

Portanto, Stroessner e seu corpo governamental são convidados ao interesse do presidente da sociedade. Por conseguinte, o ditador não virá ao próprio custeio, ou tratando-se de um chefe de Estado, ao custeio de algum hotel, a relação entre público e privado é tensionada quando o texto avisa que o ditador será hóspede do “grande criador conterrâneo, sr. Mário de Almeida Franco” (Idem, p.11). Não obstante, o resto da página somente informa



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

sobre o gado zebuínos e quais de suas variações (Indubrasil, Nelore...) estarão presentes. A única presença ilustre é o ditador, dado que o gado é necessidade de existência do evento. A outra única referência ao país é o filho de um zebu chamado Paraguaita. O questionamento sobre a escolha do nome poderia levar à afirmação de um comércio frutífero entre os dois países que já vivenciaram um conflito armado.

A segunda revista, de junho de 1958, retrata o evento que já teria ocorrido. Mas a primeira vez que o país ou os seus habitantes são encontrados não é na exposição-feira, mas sim, sobre como a indústria e algumas máquinas específicas auxiliaram a produção de no Paraguai. Referia-se às Máquinas Agrícolas “Penha” que teriam sido até patenteadas, para lá serem produzidas sem prejudicar os criadores aqui. Presume-se pela página, que se refere a parte da indústria consolidada no mercado do gado em Barretos. Outro elemento típico da História do Brasil, os setores industriais voltados ao aperfeiçoamento das mercadorias primárias, a tão chamada modernização conservadora.

A convivência não era, como dá para observar, somente entre os fazendeiros e o ditador, o ministro da agricultura do Paraguai é recebido na casa do criador que receberia o ditador, o que sugere que o ditador não veio apesar do convite. Organizam em homenagem à vinda do ministro um lunch e quem infere que é uma homenagem é a própria revista. A única menção no texto ao ditador é confusa, diz respeito à espera que Juscelino Kubitschek estaria fazendo do Stroessner.

404

A concorrência popular foi regular, em vista dos certames antecedentes, uma vez que não só o povo está acostumado a presenciar as inaugurações, há 23 anos, às 15 horas, modificação que, entretanto, se impunha, em face da necessidade que impedia o Presidente da República a pouco demorar-se na cidade, pois estava rumo a Brasília, onde, naquela tarde, esperaria o Presidente do Paraguai. (O ZEBU, 1958, p. 22)

Sem compreender se ele apareceu ou não, o convite foi feito e há a confirmação de uma representação política presente.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

A revista seguinte causa certo estranhamento, pois a distância temporal é grande, falamos de setembro de 1971. Apesar de não haver muitas menções ao ditador, há a afirmação de um convite feito para acompanhar mais uma exposição. Em novembro, mais do que a revista repete que o convite deverá ser feito, acrescenta um motivo para as relações entre o Paraguai e o Brasil no mundo zebuino serem parceiros.

O presidente da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil, José Mario Junqueira de Azevedo, convidou pessoalmente o presidente Médici, há pouco, em Brasília, para inaugurar a 1ª Exposição-Feira de Nelore marcado para Março de 1972 na Agua Branca. SP. O presidente Strossner, do Paraguai, grande mercado em potencial do Zebu Brasileiro, também deverá ser convidado. (O ZEBU, 1971, p. 16)

O mercado de zebuínos aparece, sempre, como o motivo para a naturalização da ditadura paraguaia; afirma-se isto, para não presumir conviência. As relações econômicas são sempre visíveis, já a ditadura paraguaia não. É nesse processo de acordos comerciais, de desenvolvimento industrial para aperfeiçoar as parcerias. A ditadura ocorreu, mas este é um fato menor, o importante é a parceria e importância para o comércio zebuino.

405

O convívio com os ditadores fica mais evidente quando a ditadura no Brasil é posta da mesma forma. Assim, em novembro de 1971 saiu a edição, cujo texto “Notícias de toda parte, teletipo (via preferencial urgente)” anuncia Médici e Stroessner:

O presidente da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil, José Mario Junqueira de Azevedo, convidou pessoalmente o presidente Médici, há pouco, em Brasília, para inaugurar a 1.a Exposição-Feira de Nelore marcado para Março de 1972 na Agua Branca. SP. O presidente Strossner, do Paraguai, grande mercado em potencial do Zebu Brasileiro, também deverá ser convidado. (O ZEBU, 1971, p. 16)

Não há no texto nada que diferencia o Juscelino Kubitschek do Médici, mas novamente os zebuínos aparecem à frente e garantem a idoneidade do ditador paraguaio. Já nesta revista, as relações comerciais com outros países aparecem, o grande destaque é a expansão norte-americana neste momento.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Na edição de janeiro-fevereiro de 1972 a exposição a qual Stroessner tinha sido convidado aconteceu: “II exposição agropecuária e industrial de Paranavaí – Paraná” a exposição não contou necessariamente com a vinda do presidente e sim de seu ministro da agricultura, acompanhado de uma comitiva, como indica outrora que houve. Dentre as lideranças políticas paraguaias, destaca-se o Senador da República, Juan Moreno Gonzales. Não somente o que é posto na revista, mas também a própria presença do Senador indica algo além de uma "politicagem", como se cumprissem formalidades, pelo contrário, da recepção de J.K. até este momento, reconhece-se uma aproximação “necessária” provocada pelo tão indicado comércio zebuino no Paraguai. Disto, não são somente os zebuzeiros brasileiros que parecem ir atrás do país, mas seu contrário.

Foi oferecido um banquete, ocasião em que, fez uso da palavra, o Senador da República do Paraguai, Juan Moreno Gonzales, manifestando o desejo de um maior estreitamento de amizade e maior intercâmbio comercial entre os dois países. Ainda manifestou sua admiração pelo povo brasileiro, representado pelo povo de Paranavaí, e enalteceu a alta qualidade dos animais expostos naquele certame Agro Pecuário. (O ZEBU, 1972, p. 22)

406

Demonstra-se que a ditadura não foi naturalizada primeiro pelos zebuzeiros e depois no Brasil, tal crítica não explicaria o porquê de J.K. ir receber o ditador em 1958, dado que se tratava de um período democrático no Brasil. Contudo, pela comitiva agora contar com maiores aproximações, incluindo não somente o Senador, mas novamente o Ministro da Agricultura, militares, eclesiásticos, autoridades civis, contando com mais de 50 elementos. Isto diz respeito a uma proximidade dada em maior intimidade, sobre as motivações, há duas possibilidades que parecem se retroalimentar. Não é possível dizer que isso é resultado e fruto da ditadura empresarial-militar brasileira como se fosse um relâmpago sobre o céu azul, nem que antes da ditadura brasileira, fossem os zebuzeiros que naturalizaram a condição política paraguaia.

Ao contrário, a solução parece ser que o Brasil e suas autoridades políticas trataram como normal a condição política do Paraguai a priori e posteriormente os zebuzeiros agiram sobre esse mercado, de forma que, o mercado reforçasse o clima de convívio com a ditadura no país e desse a idoneidade dessa relação. Não uma causa única, mas uma realidade



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

sobredeterminada na qual Uberaba é parte de um contexto brasileiro, mas seus agentes agem dando força a esse todo. Não há que dizer que foram os interesses políticos que atravessaram acima de tudo e assim, os criadores de zebu criaram o mercado, mas o mercado que naturaliza as relações políticas.

Stroessner, bem recebido e sempre convidado, era reificado, enquanto o zebu e o complexo industrial que o acompanha, como o exemplo de Barretos, assumem o protagonismo do movimento. E, assim, Stroessner não era melhor recebido por ser intrinsecamente mais valoroso para as opiniões e critérios morais dos criadores, mas era o representante desse outro mundo de mercadorias as quais administravam os pecuaristas. Portanto, se há um fetiche da mercadoria, uma reificação das pessoas, isso é concomitante à ditadura. Tal análise sobre o caráter da circulação de mercadorias e o fetichismo é parte central de como a totalidade do valor se expressa no mundo de mercadorias em *O Capital v.1 de Karl Marx*.

Os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros. O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total. Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem apenas no âmbito dessa troca. Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas. (MARX, 2017, p. 148)

407

Deste modo, cada elemento era sempre visto como a produção de trabalho privado, seja ele o Zebu ou os produtos industriais. Pode-se, é claro, apontar o posicionamento político em relação à ditadura empresarial-militar brasileira e ver, aí, sim, uma posição que foge a lógica de que quem vendesse seria independente. Contudo, isto ainda corresponde aos interesses nacionais, seja pela questão agrária, ou pela questão dos trabalhadores no campo, o que necessita de um estudo mais elaborado do que afirmar diretamente que haveria por haver um interesse pela ditadura, se há, o há porque como detentores privados da pecuária, se relacionam e entendem-se assim no mercado.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

O padrão se repete nos anos seguintes, em 1976, agora a exposição é a Expoinel, nesse caso, a quinta edição. A revista possui um Dossiê sobre duas figuras: Stroessner e Geisel, recebidos no leilão, com desfile das peças e, entre outras, há os elogios.

Na oportunidade, vários oradores fizeram uso da palavra, lembrando-se da sobeja honra de receberem os Presidentes, enaltecendo ainda a qualidade da exposição e o alto gabarito dos animais expostos. (O ZEBU, 1976, p. 52)

Mas o que se destaca é a foto de abertura, que coloca ambos os ditadores expostos como as autoridades dos dois grandes pontos do comércio de nelores (raça da natureza da exposição). À esquerda, o ditador paraguaio e à sua direita, o ditador brasileiro, esta é a abertura do dossiê.

No ano de 1984, aconteceu a última visita visível na revista. A fala oficial do presidente da ABCZ não aparenta exagerada nem com uma novidade. Agradece a vinda do presidente e pontua que é a segunda vez que recebe, como também segue falando da pecuária e do desenvolvimento comercial entre ambos os países.

408

Desta vez, o presidente compunha convite na quinquagésima Expozebu, ou seja, compunha importância na exposição principal realizada. Mas diferente de outros convites, há uma novidade, um artigo que acompanha outro momento da revista que não parece desligado da foto nem da existência de uma Expoinel que convida o ditador paraguaio, chama-se: “Nelore ganha expressão na economia paraguaia”, o texto não somente comprova a afirmação feita sobre o comércio zebuino, mas demonstra que a expectativa de futuro (KOSELLECK, 2021) dos criadores, cumpriu-se finalmente, assim, a aproximação com a ditadura e o potencial mercado, agora é uma relação consolidada, o futuro foi então, feito no passado, olhando ao futuro.

Através deste órgão, o criador pediu-nos que registrássemos seus agradecimentos às autoridades, aos criadores e aos paraguaios em geral, pela carinhosa acolhida de que foi alvo durante os dias que permaneceu naquele país. Destacou sobretudo a fidalguia do General Alfredo Stroessner que durante sua visita à Exposição, trocou com ele demoradas impressões sobre as atividades pecuárias no Brasil e no Paraguai. (O Zebu, 1984, p. 61)





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Assim, a profecia cumpriu-se, o mercado inicial, criou o mercado consolidado. A expectativa de mercado criou o mercado de nelores e esse mercado atuou acima da política e às costas dos homens fez-se a História. Mas, mais do que História, às costas dos homens e do comércio de zebuínos, houve a ditadura paraguaia e assim, normalizou-se a tortura, a perseguição e a censura. Para por fim, que os ditadores brasileiro e paraguaio, cumprimentassem, ou, para encerrar com uma imagem estética, João Batista Figueiredo e Stroessner tivessem uma conversa íntima como a própria legenda anuncia. Os fazendeiros e pecuaristas, portanto, encarnaram proprietários de trabalho privado fazendo negócios e os ditadores encarnaram amigos e protagonistas dos horrores do autoritarismo.

Não é esperado que o trabalho leve a compreensão de que a política antecede a economia. Tecnicamente não é assim. A mercadoria é um elemento em expansão e centralidade, dito isso, ela não é necessariamente economia, ela se desdobra no fetichismo jurídico, por exemplo. O caso é que, tendo a mercadoria uma posição privilegiada nas cadeias de determinação, as atividades políticas, jurídicas, culturais, não escapam desse movimento, sendo possível encontrar num projeto particular de um grupo, o movimento de expansão da valorização do valor e no caso específico da luta de classes, a disputa por essa apropriação. O político aqui, não é irrelevante, nem os agentes, pois, eventualmente foram eles que negociaram, teceram alianças, encadearam uma rede de propagandas nos jornais para os seus membros e interessados na pecuária, que reverte até a opinião pública, etc. O ponto da mercadoria é compreender que sendo uma determinação hierarquicamente superior, é possível compreender seu movimento naquilo que independe dela, mas ela não existe, nem poderia sem o lhe deu, estruturalmente, “pega” (MASCARO, MORFINO, 2020), como o Estado, o direito, o salário, o dinheiro, etc., pois, estas outras formas sociais, são basilares, no sentido de que não são uma transposição mecânica da economia (a mercadoria não é um espírito do tempo).

Doutro modo, poderia o Estado paraguaio ter sido democrático e feito a mesma expansão ou poderia determinados valores culturais-democráticos brasileiros impedidos essa expansão, a probabilidade aqui não exerce nenhum caráter determinístico — num



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

sentido teleológico (POULANTZAS, 1981) —, evita-se e afirmar-se uma outra postura da que poderia compreender o capital como um sujeito-objeto do processo histórico, não é, dessa forma que se compreende nem a mercadoria, nem o processo relatado; se quer, única e exclusivamente apontar que é um mito da democracia liberal o fundamento na liberdade abstrata, ou seja, a democracia não é a única possibilidade da valorização do valor e o movimento da expansão da mercadoria não é natural, o capital como processo de valorização do valor está intimamente conectado ao movimento das classes e suas disputas políticas. Sendo um capital pecuário/zebuíno brasileiro em expansão, ele está, mesmo que em aliança, se sobressaindo ao capital pecuário/zebuíno paraguaio e foi o conjunto de movimentações político-ideológicas que exprimiu esse resultado específico, sendo assim, não há uma natureza — “vocação agrícola” (SODRÉ, 1987) — do projeto agro-mercantil no Brasil e nem   só ele que garante a expansão do valor, a pluralidade política de projetos agro-industriais (moderniza o conservadora) sobre outros países latino-americanos   um fato político fundamental de margem e autonomia a determina o da mercadoria — tal qual Poulantzas (2019) falara em autonomia relativa, Pierre Villar e Allain Guerreau (1980) chamavam o mesmo fenômeno de dependência específica.

410

Num sentido mais específico, o movimento de expansão do valor, que poderia ser de qualquer forma,   uma disputa política, aqui (em termos de linguagem) derivado do valor. No sentido que, o movimento do valor e das classes são indissociáveis. Logo, não há nada de natural na “voca o agrícola”, nem mesmo em seus processos de industrializa o, houve propaganda, houve negocia o para a efetiva o desse processo.

## Considera es finais

O texto consegue mostrar que os fazendeiros não aparentam nenhum elogio político ao ditador paraguaio. As revistas possuem elogios somente econômicos sobre o mercado que primeiro aparece como um potencial e desde a Expoinel já aparece não somente realizado, mas tendo o nelore na Expozebu o ponto principal de união entre os países. O ponto analítico principal repousa nisso, que na democracia brasileira e na ditadura, as rela es autoritárias do Paraguai foram naturalizadas e que o comércio de zebuínos,



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

posteriormente, expandiu a aproximação, aumentando as comitivas que vinham e o número de políticos importantes. As relações mercantis, portanto, colocam o comportamento desse conjunto de comerciantes e negociantes aquém das preocupações humanitárias da ditadura paraguaia. Revelando, portanto, que a centralidade do liberalismo não está numa aparência política ou ideológica, mas na expansão do valor e apropriação dele pelos detentores do meio de produção (estando, entre eles, em disputa).

Considera-se, fundamental, que tais relações sejam postas em comparação com demais atividades econômicas: bancárias, industriais, etc. Para que se compreenda, portanto, se há ou não uma especificidade zebuína e as conclusões sobre o quadro nacional possam avançar.

## Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. São Paulo: Editora Unicamp, 2015.

ADORNO, Theodor W. Sociologia e investigação empírica. ADORNO. **A disputa do positivismo na sociologia clássica alemã**. São Paulo: Ícone, 2014.

BALIBAR, Etienne. **Cinco estudos do materialismo histórico**: volume II. Lisboa: Editora Presença Portugal, 1975.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

GUERREAU, Allain. (1980). **O feudalismo**: um horizonte teórico. Lisboa: Edições 70, 1980.

KOSSELLECK, Reinhart. **Uma latente filosofia do tempo**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

MASCARO, Alysson Leandro. **Sociologia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2022.

MASCARO, Alysson; MORFINO, Vittorio. **Althusser e o materialismo aleatório**. São Paulo: Contracorrente, 2020.

PACHUKANIS, Evgeni. **Fascismo**. Boitempo: São Paulo, novembro de 2020.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

Poulantzas, N. (1981). Teoría e historia en la interpretación de El Capital. M. Dobb et al.: **Estudios sobre El Capital**, México, 1981.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Editora Pólis, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

ZEBU, Museu. Acervo documental. Acesso em: <Zebu.org.br>. Último acesso: 28/10/2023.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Império e contrabando: o comércio ilegal na fronteira das colônias ibéricas (1750-1777)

João Vitor de A. Tavares<sup>299</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar a existência e o funcionamento do contrabando na fronteira entre as colônias de Portugal e Espanha na América, fundamentalmente nas regiões do Rio da Prata e Mato Grosso. Entendendo essas duas áreas como pontos nevrálgicos para as disputas territoriais entre as duas coroas no período de 1750 a 1777. O contrabando, nesse contexto, seria parte intrínseca da economia colonial e um mecanismo de reprodução de estruturas sociais nas Américas. Pretende-se também aventar a ideia de que essas trocas comerciais ilegais funcionaram como uma ferramenta útil para a Coroa portuguesa dentro do quadro de disputas territoriais, comerciais e de súditos na colônia. Como parte da investigação da condução dessas práticas ilegais, visamos traçar as variadas formas pelas quais o contrabando se articula com a economia-mundo. Para tanto, irei me debruçar sobre bibliografia a respeito da temática e fontes, sobretudo, manuscritas para embasamento do estudo.

**Palavras-chave:** contrabando; fronteiras; Mato Grosso; Rio da Prata; Coroas ibéricas

413

<sup>299</sup> Este artigo é fruto de parte das minhas pesquisas para a Monografia, enquanto graduando em História na Universidade Federal Fluminense



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## O contrabando em cena: um fenômeno econômico e social

O contrabando, enquanto prática comercial, é uma das peças que compõem o tabuleiro das colônias. Uma atividade ilegal que, via de regra, visava ser combatida enquanto atividade prejudicial à Fazenda Real. As monarquias ibéricas, os funcionários régios e o corpo administrativo seriam aqueles que deveriam fazer movimentos para coibir a manutenção da atividade, no entanto, a realidade que se observa é muito mais complexa quando se trata desse fenômeno, sobretudo, quando analisamos a ação portuguesa.

Uma das primeiras discussões que iremos abordar para pensar o contrabando é justamente a essência ilícita deste tipo de comércio. No “Vocabulário Portuguez e Latino”, dicionário de 1712, escrito por Raphael Bluteau, o contrabando é definido como a Fazenda que é vendida sem a ordem do príncipe.<sup>300</sup> Enquanto uma mercadoria que é passada sem a autorização daquele que rege sobre a economia do reino, incorre-se na conclusão de uma ação criminosa e, quando executada por um indivíduo que ocupa posições políticas dentro do governo, coaduna-se ao sentido de corrupção. Porém, há que se chamar atenção para o significado desta na Época Moderna.

Diferentemente da atribuição que damos hoje à palavra, enquanto práticas que visam a apropriação de uma posição de destaque para obter vantagens em benefício próprio, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII a conceitualização e compreensão possuía diferenças significativas. Segundo Adriana Romeiro, a corrupção tinha um sentido muito mais voltado para uma lógica biológica de putrefação e degradação de um corpo. Ainda assim, ela era usada de forma metafórica para designar um efeito danoso aos costumes e à moral

<sup>300</sup> BLUTEAU, Rafael, C.R. 1638-1734, Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos... / pelo Padre D. Raphael Bluteau. - Coimbra : no Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. - 10 vol. ; 2°. Disponível em: <https://purl.pt/13969>. Acessado dia: 14 de set.2023.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

(ROMEIRO, 2015). Isso significa que a classificação não se referia às ações em si, e sim as consequências ocasionadas por quem as praticava. O ato ilícito, então, era aquilo que provocaria a corrupção do corpo político do reino.

Nesse sentido, o contrabando se encaixaria no conjunto de delitos que levariam à ruína a estrutura político-econômica dos impérios ibéricos. Por outro lado, há algumas nuances que devem ser consideradas. Apesar de existir uma legislação que condenasse o funcionamento do comércio ilegal, as leis que davam respaldo para o aprisionamento dos indivíduos não era aplicada da mesma forma para todos. Vale lembrar que a sociedade naqueles três séculos se construía a partir de uma organização hierárquica, em que os privilégios concedidos estavam diretamente fundamentados em uma relação com o rei de aliança e lealdade. Isso possibilitava com que, aqueles que recebessem benesses, desfrutassem de uma série de prerrogativas que os garantia salvo conduto para certas práticas, dentre elas, as trocas comerciais ilegais.

Se uns possuíam certa “anuência” para manter essa atividade, o que exatamente estava em questão? Ao observarmos o contrabando enquanto uma ilicitude que traz prejuízo à Fazenda Real supõe-se a sua completa supressão, porém, se buscarmos compreender o contexto no qual ele está inserido, uma resposta talvez mais esclarecedora emerge à luz. Dentro da conjuntura colonial da História Moderna, principalmente do século XVIII, percebemos aquele ambiente de disputas no qual América portuguesa e espanhola se encontravam. Os confrontos por terras e súditos, fruto dos tratados que buscaram dar conta da divisão das fronteiras entre as colônias na segunda metade do Setecentos, estavam imersos também em interesses comerciais. Então, é aqui que o contrabando entra em cena. Este é combatido à medida que causa danos à Coroa na qual está disseminado, por outro lado, também pode ser um vetor estratégico para obter vantagens econômicas em relação ao outro império.

Tomando a realidade das fronteiras coloniais como ponto de observação para a análise aqui empreendida, é possível perceber como isso se torna particularmente aplicável tendo em vista as dinâmicas comerciais que operavam naquelas regiões. O Rio da Prata ao



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

sul, através da Colônia do Sacramento, era o principal caminho de escoamento da prata de Potosí para as redes mercantis lusas. O metal era desviado desde o Vice-Reino do Peru até Buenos Aires, onde os portugueses, com seu posicionamento estratégico na fronteira, conseguiam fazer negócios com os colonos de maneira geral, mas mais especificamente com aqueles indivíduos que compunham a estrutura administrativa espanhola na vila.

Essa rede não se limitava às zonas próximas à área fronteira, incluindo comerciantes de outras praças ao longo da América portuguesa como Rio de Janeiro e Salvador. Era destes espaços que saíam as mais diversas mercadorias, sobretudo, escravizados, para receber em troca a prata castelhana.

No extremo oeste da colônia, o objetivo de acessar o mercado da prata também estava no horizonte da Coroa, porém, a composição das trocas se constituía a partir das peculiaridades da capitania mato-grossense. Por se tratar de um território distante e de difícil contato aos principais entrepostos portugueses, o contrabando precisava se dar em outras bases. A começar pelo fato de que os principais envolvidos no comércio ilegais com os portugueses eram as Missões jesuíticas que se encontravam próximas ao Mato Grosso.

Outra variável diz respeito à aquisição de escravizados. Esta mão de obra não chegava com tanta regularidade nas vilas e minas estabelecidas no interior da colônia e, quando para lá fossem enviados, era, via de regra, com preços mais elevados como consequência direta dos custos necessários para transporte. Por conseguinte, o uso dos escravizados como moeda de troca para ter a prata espanhola não foi tão recorrente naquelas paragens a oeste. A título de exemplo, Rolim de Moura, o governador do Mato Grosso, ao falar sobre os negócios que fazia com os Superiores das Missões jesuíticas, afirmava que as mercadorias que se passavam para a banda ocidental não causavam prejuízos às fazendas do rei por se receber em troca outras das quais necessitava a capitania. Além disso, apontava para a má qualidade dos produtos que chegavam aos aldeamentos através dos portos





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

peruanos e até mesmo para a falta de outros, o que tornava as trocas com os portugueses ainda mais valiosas aos espanhóis (MOURA, 1756).<sup>301</sup>

Assim sendo, se retomarmos o conceito de corrupção e o articularmos com o contexto de conflitos político-econômicos e sociais da segunda metade do século XVIII, depreendemos, a partir disso que, o contrabando enquanto delito causador da degradação do corpo do reino, assume também a forma de um mecanismo de deterioração e enfraquecimento da Coroa rival. Um meio de fazer com que as riquezas naveguem em correntes dominadas pelo maquinário mercantil português.

Outro ponto levantado pelo administrador português e que cabe uma breve discussão à respeito, trata-se da circulação das mercadorias propiciada pela ação do comércio ilegal. As regiões de fronteira se encontravam distantes dos principais centros mercantis coloniais, por consequência, o fluxo de mercadorias para aquelas partes sofriam todo tipo de embaraços até que pudessem chegar a territórios mais longínquos. Nesse sentido, tornava-se extremamente oneroso abastecer aquelas zonas através das rotas oficiais, principalmente pelo uso dos sistemas de frotas que vigoraram boa parte do século XVIII nos dois impérios.

O contrabando, nesse cenário, tornava o transporte dos produtos mais ágil em comparação ao comércio pré-existente. O próprio caso citado pelo governador do Mato Grosso transparece a questão ao demonstrar que era mais fácil para os aldeamentos espanhóis acessarem o mercado português do que a própria rede de trocas com o Peru. Na fronteira meridional, quem se beneficiava nesse aspecto mediante o contato com os lusos era Buenos Aires. Esta distava uma quantidade considerável de léguas do principal Vice-Reinado espanhol na América do Sul, o que acarretava num maior interesse por parte dos colonos daquela região em construir pontes comerciais com o lado oriental.

<sup>301</sup> Documento 76 - Carta a Diogo de Mendonça Côrte Real, 29 de junho de 1756. In: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. Coleção: Documentos Ibéricos- série: Capitães-generais, n. 2. D. Antônio Rolim de Moura, primeiro Conde de Azambuja (Correspondências). Cuiabá. UFMT-Imprensa universitária, 1983, vol.2



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Segundo Alana Basso, a facilidade de circulação de mercadorias e a venda de pessoas escravizadas proporcionada pelo contrabando estabelecia uma maior democratização do acesso e consumo, sobretudo, nos limites em que a Coroa demorava a chegar (BASSO, 2023). Isso em decorrência do tempo para alcançar as localidades específicas, mas também pelos preços abaixo do convencional possibilitados pelo não pagamento de taxas e tributos que elevavam as quantias devidas.

Um outro aspecto relevante que dá forma ao contrabando enquanto fenômeno econômico e social, envolve as relações interpessoais que ele promove. Ao mesmo tempo que elas informam o universo de significados e códigos construídos em torno da atividade ilegal, também se apresentam como um reflexo das características da sociedade colonial daquele período. Em trabalho desenvolvido por Tiago Gil, o autor esclarece sobre a formação de bandos no Rio Grande e sua atuação no Rio da Prata argumentando que estes grupos eram vistos, por determinados indivíduos, como um meio de ascensão social, mas que ao mesmo tempo reproduzia as desigualdades manifestas na estrutura colonial (GIL, 2003). Ainda segundo ele:

“O processo de formação do bando incluiu o recrutamento de homens importantes do governo e do Império Português, especialmente através de casamentos. A cooptação de estratos sociais mais baixos, pequenos lavradores, peões de condução de animais e marinheiros, entre outros, era feita a partir de relações de reciprocidade estabelecidas especialmente em trabalhos sazonais, como os combates militares contra os espanhóis.” (GIL, 2003, n.p)

O uso de diferentes tipos de cooptação representam bem o significado do contrabando no enquadramento social da colônia como mais um espaço de reprodução das formas de poder desenvolvidas no Velho Mundo e que, com o processo de colonização, se enraizaram também em solo americano.

A construção dessas redes em torno do contrabando também formava suas bases no lado espanhol como o elo necessário para existência desse comércio na fronteira. O estabelecimento de laços de lealdade e reciprocidade também com os castelhanos possibilitava o fluxo das mercadorias entre as duas Américas. O trabalho de Zacarías



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Moutoukias no estudo sobre Buenos Aires permite identificar a construção dessas teias sociais, os códigos e leis determinadas que, apesar de não se constituírem como leis formais, eram normas não ditas que informavam a existência do contrabando e de que forma se deveria agir para que pudesse fazer parte dessas trocas ilícitas (MOUTOUKIAS, 1997).

Paralelamente, fomentava-se uma disputa por lealdades. Com a inclusão de um Superior de uma Missão jesuítica, um membro do corpo administrativo, ou mesmo um Vice-Rei, considerando que a ação desses indivíduos traria prejuízos à Coroa espanhola, criava-se uma espécie de lealdade velada, por tempo determinado, ao lado luso. Uma relação pautada, sobretudo, em interesses do próprio indivíduo naquela região limítrofe. Ainda que o comércio ilegal se insira nesse quadro de disputas que temos apresentado, é importante não perder de vista essa perspectiva mais microscópica dos desejos e anseios individuais em participar desse comércio.

Nos conflitos territoriais, a prática do contrabando trazia vantagens também nesse aspecto. Com a assinatura dos tratados na segunda metade do século XVIII, ainda que de forma conflituosa e insuficiente, os limites de cada colônia foram sendo definidos e embarreirando o acesso às terras que antes eram de posse de uma ou outra Coroa. Por meio do fluxo mercantil ilegal, contrabandistas e outros indivíduos continuavam tendo acesso as áreas que agora se encontram sob novos donos. Dessa forma, garantiu que os portugueses seguissem firmando sua presença em cidades e vilas espanholas e obtendo acesso àqueles mercados.

Assim sendo, o contrabando possui inúmeras nuances que, ao serem analisadas à luz das características específicas do século XVIII, especialmente, no recorte cronológico aqui estabelecido, permite a compreensão dos jogos de poder e dos conflitos envoltos pelo anseio de expansão do capital mercantil. Cabe agora investigarmos as especificidades do contrabando em cada fronteira aqui delimitada para o trabalho.

## Dois pólos da América na economia-mundo



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

A questão das fronteiras foi imperiosa para a movimentação das Coroas lusitana e espanhola no sentido de repensar o valor dos seus territórios e como geri-los de forma a melhor aproveitar as vantagens de sua exploração. A concorrência entre os Estados europeus pelos mercados coloniais e o controle das cadeias mercantis que abasteciam ambos os lados do oceano se intensificaram ao longo do século XVIII. Os vínculos comerciais estabelecidos com outras potências - principalmente Inglaterra e França - apesar de trazerem vantagens para os monarcas ibéricos nesse contexto de disputa econômica, os colocava em posição de dependência em relação aquelas mesmas economias. Em decorrência disso, Portugal e Espanha, trataram de promover reformas políticas, econômicas e sociais com o intuito de reverter seus quadros de subserviência e possibilitar a superação de crises em suas Fazendas.

Sobrepujar a conjuntura na qual se encontravam as metrópoles da península significava readequar seus territórios no conjunto das relações econômicas operadas pelas respectivas monarquias. Parte-se, então, para pensar o papel que seria atribuído a cada espaço da colônia e o grau de inserção dentro da economia-mundo.

420

Uma economia-mundo surge para organizar o espaço econômico e hierarquizá-lo, o que o capitalismo busca fazer com frequência. Ao passo que economia mundial diz respeito ao mercado de todo o planeta, a economia-mundo é um fragmento desse todo, um universo em si mesma que possui certa unidade. As economias-mundo têm algumas características definidoras, como: longa duração temporal; limites bem definidos; um centro econômico; atuação hierarquizada. Elas, contudo, nunca estão isoladas em si mesmas, sendo influenciadas pela política, pela cultura e pela sociedade.<sup>302</sup> (BASSO, 2023, p.238)

Tomando por base as características da economia-mundo europeia apresentadas acima, visualizamos o lugar das Coroas no topo dessa hierarquia como centro de onde partiriam as decisões para a organização do império. De forma simultânea, as reformulações

<sup>302</sup> A síntese do conceito de economia-mundo utilizado na citação foi construído no texto de Alana Basso, mas trata-se de uma elaboração de Fernand Braudel em seus três volumes de “Civilização material, economia e capitalismo”



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

que foram pensadas para as possessões na América buscavam encontrar os novos polos com os quais fariam a conexão da periferia ao espaço econômico por elas controlado.

Assadourian, quando construiu seu modelo para economia colonial espanhola no século XVII, tomando como caso a economia do Vice-reino do Peru, identificou o eixo político e produtivo em Lima e Potosí, respectivamente. A partir da ação coordenada desses dois lugares, a Coroa espanhola articulava os vínculos comerciais que colocavam o complexo econômico peruano como a outra ponta necessária para o funcionamento daquela economia-mundo Moderna. O quadro geral da proposta se daria da seguinte maneira:

Según nuestro parecer, la América española de comienzos del siglo XVII se halla fracturado en grandes zonas económicas que se adelantan a la zona política-administrativa o son expresadas por ella. Cada una de estas zonas conforma un verdadero y complejo espacio económico cuyo diseño más simple sería el siguiente: 1. La estructura se asienta sobre uno o más productos dominantes que orientan un crecimiento hacia afuera y sostienen el intercambio con la metrópoli. 2. En cada zona se genera un proceso que conlleva una especialización regional del trabajo, estructurándose un sistema de intercambios que engarza y concede a cada región un nivel determinado de participación y desarrollo dentro del complejo zonal. 3 La metrópoli legisla un sistema para comunicarse directamente con cada zona, al tiempo que veda el acceso de las otras potencias europeas. 4. La metrópoli regula, interfiere o niega la relación entre estas grandes zonas coloniales. (ASSADOURIAN, 1982, p.111)

421

Pela formulação do autor entende-se, então, o centro econômico e político colonial como um polo a partir do qual irradiariam pulsações que influenciavam o crescimento da economia colonial. As regiões polarizadas seriam atraídas pelas dinâmicas conjunturais que informavam o funcionamento da cabeça do sistema. Assadourian também considera a possibilidade dessas áreas, apesar de ditadas por Lima e Potosí, funcionarem enquanto pólos através do adensamento de fluxos, ainda que sejam de menor intensidade (ASSADOURIAN, 1982). Essa hierarquização dos espaços é uma característica própria, como vimos, do funcionamento de uma economia-mundo que irradia, inclusive, dentro da própria periferia.

O modelo do historiador argentino, mesmo que possa ser aplicado à realidade econômica da América portuguesa, é preciso considerar que a construção da colonização lusitana se orientou de tal forma que produziu uma relação espacial diferente daquela que



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

foi concebida para a porção espanhola. O centro político e produtivo/comercial, por exemplo, nem sempre coincidiam sendo adjacentes um ao outro. Um exemplo disso evidencia-se no período de exploração do ouro, em que a estrutura administrativa capital passou de Salvador para o Rio de Janeiro. Isso exigiu uma reformulação espacial que na concepção de Assadourian desarticulava aquele complexo econômico pensado para a América espanhola.

No entanto, uma norma basilar que fundamentava a exploração das duas Américas se sintetiza na ideia de que:

Una de las premisas de la larga historia colonial reside en que las posesiones dominadas deben alcanzar un nivel tal de rentabilidad que asegure el financiamiento de la administración y de la defensa militar, satisfaga - en alguna medida - las pretensiones sociales y económicas del grupo dominante interno y genere una corriente de excedente hacia la metrópoli. (ASSADOURIAN, 1982, p.129)

Esse pressuposto, apesar de não ter se alterado, ele foi adaptado a um novo cenário no século XVIII, sobretudo na segunda metade da centúria, uma vez que a espacialidade colonial foi sendo modificada para melhor servir aos interesses dos monarcas ibéricos. Ambas adotaram medidas parecidas para solucionar problemas semelhantes. Uma das primeiras questões a ser posta em prática foi a ocupação do território fundamental para garantir o controle sobre áreas mais vastas do interior colonial. Essa política se traduziu em aumento de tropas militares, revisão de políticas indigenistas, construção de fortes e vilas, além de outras formas de fazer valer a presença de colonos.

O impacto mais significativo tenha sido talvez no aspecto administrativo, pois foi ele que permitiu o remanejamento dos pontos de contato entre metrópole e colônia. Portugal, em meados do Setecentos, sob a Coroa de D. José I e seu secretário mais proeminente, o Marquês de Pombal, aprofundou o processo de centralização iniciado no governo joanino. Novas capitânicas foram criadas e “[...] retirou-se das mãos de antigos proprietários donatários suas capitânicas (por compra e confisco), procurando tê-las sob os seus cuidados”(CHAVES, 2008, p.85). O estabelecimento das novas jurisdições foi



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

acompanhado do incentivo à formação de novas estradas e uso de rotas fluviais que conectassem essas áreas. Um exemplo disso é a reestruturação do Estado do Maranhão em 1752, que passou a integrar o Grão-Pará e tornou-se o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Este, ao longo da década de 50 em diante, foi crucial para inserção dos domínios de Mato Grosso e seu ouro nas redes mercantis controladas pela Coroa.

A costura entre o novo Estado e a capitania mato-grossense, foi possibilitado pela ação da Companhia de Comércio do Grão-Pará, criada em 1755, para servir às demandas comerciais daquela nova zona administrativa e fazer circular as mercadorias que dela provinham. A dita Companhia, no entanto, não foi a única, foi parte de um amplo projeto de incentivo da monarquia lusitana de formação de monopólios comerciais expressos na atuação mercantil dessas instituições (CHAVES, 2008; RAMINELLI, 2021). Elas serviram para substituir o antigo sistema de frotas até então utilizado para fazer o abastecimento da colônia e enviar remessas de produtos para a metrópole. Pela dinamicidade adquirida pelos fluxos econômicos, as frotas não davam conta de fazer a circulação das mercadorias de modo satisfatório deixando, inclusive, regiões mais afastadas dos centros desprovidas de gêneros básicos à existência daquelas localidades.

423

A mudança da capital para o Rio de Janeiro, em 1763, também se mostrou uma modificação estratégica para Coroa na hora de melhor gerir as regiões mineiras mais ao sul, sobretudo Minas Gerais. O Estado do Brasil sediado em terras de São Sebastião garantiu a eficiência do escoamento do ouro para os cofres do rei. Ao mesmo tempo, aproximou a administração régia da questão platina, fronteira tão cara aos portugueses pelo acesso à prata potosina.

Com essa reestruturação administrativa, a Coroa procurou aprimorar a rede de poder estruturada na América portuguesa, para fortalecer, através dos contatos mantidos entre os vice-reis, governadores das capitanias gerais, ouvidores e outros funcionários régios, visando maior diálogo, troca de informação com as autoridades estabelecidas em Lisboa. (CHAVES, 2008, p.88)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

As reformas portuguesas, por questões geopolíticas, estavam atentas também às movimentações empreendidas pela dinastia borbônica na Espanha. Esta começou a voltar seus olhares e atenções para partes do seu império antes pouco valorizadas. Rotas comerciais e preocupações político-administrativas que se concentravam mais ao norte começaram a tomar novos rumos enveredando as correntes marítimas em direção ao sul. Entretanto, não era qualquer ponto no hemisfério meridional, seus esforços estariam concentrados em torno do Prata.

O estuário platino e águas contíguas, eram constantemente penetradas pela presença lusa, inglesa e até estadunidense (SECRETO, 2022)<sup>303</sup>, levando a Coroa castelhana a pensar formas de reorganizar o território, e tornando-o componente chave na dinâmica imperial. Buenos Aires, no século XVIII, passaria a ser a principal passagem do Estado espanhol para o Atlântico Sul. Verônica Secreto, no entanto, salienta que não é uma pura inserção do extremo sul nas antigas rotas comerciais. É, fundamentalmente, uma atlantização que ressignifica o Prata e o torna em engrenagem essencial para o funcionamento de novas dinâmicas econômicas, utilização dos mares e proteção de um vasto território que incluía desde ilhas na costa africana até passagens para Potosí (SECRETO, 2022).

A política comercial borbônica, assim como de Portugal, também adotou a medida de ampliação das Companhias de Comércio. Ao contrário do que possa parecer, nenhum dos dois Estados elaborava concepções liberais para a economia a partir disso, pelo contrário, significava, sobretudo “[...] um mare liberum para os produtos e navios nacionais e um mare clausum para os outros países” (SECRETO, 2022, p.39; RAMINELLI, 2021). Além disso, era uma tentativa de inviabilizar práticas de contrabando que afetavam suas respectivas possessões. Ao fim e ao cabo, não alcançou o efeito esperado, visto que entre o

<sup>303</sup> Sobre a presença estadunidense ver a quinta parte do primeiro capítulo: Pesca e ocupação territorial.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

pensado e o executado existem discrepâncias que na realidade concreta se tornam evidentes. Um exemplo disso foi o sucessivo contrabando de escravizados que continuou ocorrendo para o lado espanhol a despeito das tentativas de coibi-lo. Outro ponto importante da reforma da dinastia dos Bourbon concerne a permissividade de comércio entre as diferentes áreas das suas colônias. Isso possibilitou a conceitualização de novas formas de circulação das mercadorias e balizou a noção de um comércio livre e protegido. Este era visto como a chave encontrada pela Espanha para recuperar seu poderio econômico (SECRETO, 2022).

A guinada definitiva para o pólo meridional e que consolidou o processo de reordenamento político-administrativo da Espanha expressou-se na criação do Vice-reino do Rio da Prata em 1776. Com autonomia para tomar decisões em nome do soberano e com sua jurisdição ampliada, o Vice-rei teria maior capacidade de frear os avanços concorrenciais das outras potências europeias que almejavam tomar de assalto fragmentos cada vez maiores daquelas paragens. Nesse sentido, a realidade social, econômica e política do estuário platino, adquiriu um nível de complexidade e adensamento das relações ainda mais pujante.

425

Como dito anteriormente, o Estado lusitano estava atento às movimentações de seu rival ibérico e promoveu ações no sentido contrário. Como já havia criado formas de integração mais ao norte de sua colônia, através do estabelecimento do Estado do Grão-Pará e Maranhão e da Companhia, era lá que Portugal iria fazer investimentos para contrabalancear o peso que os castelhanos vinham dando ao Sul. A partir da década de 1750 a região do Mato Grosso torna-se o segundo grande centro que a Coroa portuguesa vai usar para acessar a prata de Potosí. A construção colonial em torno daquela capitania buscou a todo momento inseri-la no quadro dos circuitos comerciais lusos. Ademais, o domínio daquela fronteira atendia as necessidades coloniais de integração e comunicação entre suas diferentes partes, uma vez que os rios que lhe circundam se conectam tanto ao norte, quanto ao sul, com outros canais fluviais. Uma rede indispensável de caminhos para tornar os fluxos mercantis mais ágeis.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Por último, vale lembrar que para além das questões geopolíticas o reforço das atenções portuguesas no oeste e norte da sua colônia americana, deve-se levar particularmente em conta as descobertas de ouro naquelas paragens da capitania matogrossense. Elas “[...] foram instrumentais nos debates dentro do império português, servindo de subsídio para Alexandre de Gusmão convencer as autoridades lusas das vantagens de se abdicar da luta em torno do Rio da Prata para focar na incorporação do extremo oeste” (MARQUES, 2023, p. 536).

Nesse sentido, retomando o modelo para economia colonial montado por Assadourian, é possível formular que, ao longo do século XVIII, sobretudo em sua segunda metade - período em que as reformas ganharam mais força -, o reordenamento político-administrativo operado pelas metrópole ibéricas produziu o surgimento de novos centros polarizadores. Espaços nevrálgicos para a empreitada colonial europeia a partir do qual passavam a irradiar novas ondas de crescimento e atraindo ramificações econômicas em consequência da centralidade produtiva e comercial daquelas novas espacialidades. Locais que daquele momento em diante ganhavam nova posição dentro da economia-mundo produzida pelo Velho Mundo.

426

O contrabando, enquanto parte integrante da economia daqueles dois espaços, foi crucial para o adensamento das relações socioeconômicas desenvolvidas entre as duas Américas e que colaborou para essa virada geopolítica. Portanto, devemos nos debruçar melhor sobre seu funcionamento em ambos os extremos.

## Dois extremos de uma economia

Tanto Mato Grosso quanto Rio da Prata foram fronteiras em que a prática do contrabando se fez presente de maneira significativa na formação social de ambas as zonas limítrofes. Suas formas, entretanto, assumiram características diversas em virtude do desenvolvimento histórico específico de cada região. Para o estuário platino, os registros de



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

trocas comerciais remontam a fins do século XVI. Porém, foi no final do século XVII em diante que o comércio naquelas paragens assumiu, de fato, dinâmicas cada vez mais complexas.

Com a criação da Colônia do Sacramento (1680) na banda oriental do Prata, os portugueses asseguraram a posição mais ao sul do império luso na América. Aquele entreposto foi o principal caminho de acesso à prata potosina que era desviada para Buenos Aires e adquirida por luso-brasileiros nas negociações entre os colonos e comerciantes dos dois lados da fronteira. O fluxo do metal teve como sua principal contraparte a mão de obra cativa, sobretudo de negros, que o portugueses contrabandeavam para o lado espanhol. Os comerciantes da praça sacramentina garantiram a soberania do mercado de escravizados graças aos contatos mantidos com homens de negócios nos principais centros escravistas da América portuguesa: Rio de Janeiro e Salvador (KUHN, 2017). Essa rede de negócios ilegal, permitia com que, através de laços comerciais, de amizade, familiar e de solidariedade, o capital mercantil atuante no Atlântico estendesse seus tentáculos até áreas ao interior da América do Sul.

427

Pesquisas de Fábio Kuhn (2017) que deram conta de registros de óbito de escravizados em Sacramento, ajudaram a traçar alguns caminhos no sentido inverso dos proprietários, compradores e vendedores daquela mão de obra. Kuhn, constatou que um número significativo dos negociantes na cidade de São Sebastião, que enviavam aqueles homens e mulheres para o Prata, possuíam posições relevantes no aparato administrativo régio. Cargos na Alfândega, Casa da Moeda, Fazenda Real, que ao serem usados em benefício do contrabando, facilitavam o envio de mercadorias para os limites meridionais, principalmente cativos.

Alargava-se, portanto, o campo de ação das redes contrabandistas e aumentava a circulação de mercadorias que atravessavam o ponto mais ao sul das duas Américas. Assim sendo, segundo Alana Basso (2021), o Rio da Prata deixa de ser apenas uma fronteira entre colônias, para assumir também um papel imprescindível de “fronteira oceânica”(BASSO,



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

2021). Condição que delineava os caminhos do contrabando nos cursos da economia-mundo.

De volta a Kuhn (2012), ao analisar a Colônia através período em que governou Luiz Garcia de Bivar (1749-1760), o autor demonstra que mesmo após a assinatura do Tratado de Madrid, o contrabando ainda se manteve dinâmico e com suas conexões em outras praças ainda bem estabelecidas. Assim como na realidade do Rio de Janeiro, os contrabandistas também almejavam posições políticas e nobilitantes em Sacramento. Além do objetivo mais prático de conseguir vantagens diretas no contrabando, uma questão social também se impunha, que era justamente a ascensão a postos que lhes conferiam benefícios e prestígio no mundo colonial. Como aponta o historiador: “dinheiro, os comerciantes e mercadores já possuíam; faltava-lhes o enobrecimento”(KUHN, 2012, p.33). Para alcançar tais títulos, os vínculos criados com Bivar eram essenciais:

De fato, parece que o governador Bivar procurou fazer inicialmente uma política de boa vizinhança com os homens de negócio, não somente com o reconhecimento social das ordenanças, onde muitos comerciantes procuravam obter as patentes de oficiais, mas também com o atendimento de algumas demandas imediatas [...] (KUHN, 2012, p. 31)

428

Isso ajuda a reforçar a ideia de uma lógica de funcionamento do contrabando que mimetiza e reproduz as hierarquias presentes nas sociedades da Época Moderna. Galgar espaços no funcionalismo régio significava operar mais livremente no comércio ilegal e garantir maior poder de barganha nos dois lados daquela economia, legal e ilícito.

Ainda assim, o contrabando buscava ser combatido, em especial pelo lado espanhol, com governantes pouco afeitos à atividade. Pedro de Cevallos (1757-1766), governador da província de Buenos Aires, encaminhou um ofício a Gomes Freire de Andrade para tratar a respeito dos casos de contrabando com os quais havia se deparado na fronteira platina. A principal reclamação em torno da comércio ilegal naquelas águas correspondia não só aos prejuízos econômicos, mas também as violências perpetradas pelos praticantes daquele infame comércio. O funcionário castelhano, em sua missiva, relatou os diversos casos em



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

que contrabandistas na tentativa de escapar ao flagrante, usavam da violência contra os oficiais para que não fossem pegos e evitassem a apreensão das mercadorias.<sup>304</sup>

Um dos casos de contrabando, citado pelo castelhano, refere-se às madeiras que eram cortadas na região de Gualaguay e transportadas até a Colônia de Sacramento para serem usadas na construção de mais navios. As ordens para execução da tarefa teriam partido do governador de Sacramento, que mandou passar tropas para explorar a madeira naquele local. Para resolver esse embaraço, Cevallos enviou um conjunto de lanchas armadas para expulsar de lá o contingente luso e coibir o possível contrabando.<sup>305</sup>

No caminho para encerrar a exploração da madeira em território espanhol, outros barcos foram encontrados, sem identificação, nem despacho, nos quais se transportava além da madeira, alguma mercadoria inglesa não especificada e outros produtos de contrabando. A menção a documentos e símbolos que permitiam às autoridades espanholas identificarem do que se tratava aqueles transportes trás uma ressalva importante para dinâmica de funcionamento no estuário platino. Em alguns momentos específicos, eram concedidas possibilidades de comércio entre as duas Américas se as trocas fossem benéficas para ambos os lados. Isso ocorreu, por exemplo, em 1765, quando foi garantido um Asiento aos portugueses para fornecimento de escravizados para Buenos Aires em troca de couro, permitindo também a troca de alimentos para aquisição dos cativos (ACRUCHE, 2018). No entanto, esse acordo momentâneo era aproveitado pelos contrabandistas para inserir suas mercadorias. Outra forma de atuação que, assim como o caso anterior, possuía pressupostos legais eram as arribadas. Essas podiam ser feitas desde que houvesse necessidade concreta de abastecimento ou impossibilidade de navegação pelas condições da embarcação.

<sup>304</sup> 1761, maio, 6, Campo de las Viboras OFÍCIO do [general e comissário principal espanhol da Demarcação dos Limites da América Meridional], Pedro de Cevallos ao [1º comissário português da Demarcação dos Limites da América Meridional], conde Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], comunicando que, pouco antes de deixar São Borja, teve notícias da apreensão de faluas portuguesas da Colônia de Sacramento por parte dos espanhóis, por estarem atropelando á chegada de víveres naquela cidade; comenta também sobre o contrabando e as hostilidades entre espanhóis e portugueses no Prata. AHU- Rio de Janeiro, cx. 68, doc. 65 AHU\_ACL\_CU\_059, Cx. 2, D.166

<sup>305</sup> AHU- Rio de Janeiro, cx. 68, doc. 65



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Novamente, aqueles que atuavam no comércio ilegal se valiam desse artifício para conseguir contrabandear os produtos que pretendiam vender na praça espanhola (ACRUCHE, 2018).

No mesmo caso dos barcos atuando naquela região sem permissão, Cevallos ainda abordou rapidamente a apreensão de um bote que continha uma grande quantidade de prata, couros, uma mulher negra e cinco portugueses. A prata e o couro seriam fruto das trocas comerciais que tinham sido efetuadas na região de Santa Fé. Ao longo da carta, Cevallos cita mais algumas tropas que teriam sido enviadas pelo governador de Sacramento com o intuito de continuar na prática do contrabando, assim como impedir o abastecimento de Buenos Aires pelas próprias embarcações espanholas. Isso admite desenvolver duas questões: primeiro, o lado comercial, uma vez que privada dos víveres necessários para seu funcionamento, os habitantes daquela província necessitariam recorrer a outras fontes, dentre elas, o contrabando. O outro ponto de uma ação como essa pode ser interpretado como uma forma de enfraquecimento do lado rival dentro do contexto das disputas imperiais. A insatisfação de Cevallos com a presença portuguesa próxima a sua jurisdição era uma clara ameaça aos interesses lusos. Atacar os meios de acesso aos produtos de necessidade local também era uma forma de conter avanços.

430

Importante ressaltar que os indivíduos que participavam das ações mais práticas do comércio ilícito, como o transporte, o carregamento e descarregamento das mercadorias nos portos, entre outras atividades mais rotineiras eram peões que compunham a base operacional das redes de contrabando. Homens de estratos sociais mais baixos que viam no mercado ilegal formas de auferir lucros e alcançar novas posições na estrutura social. Não só eles, como também os cativos eram encarregados em postos lado a lado dos homens livres. Os escravizados contrabandeados por aqueles comerciantes não serviam apenas para obtenção da prata vinda de Potosí, a própria mão de obra escrava também era forçada a trabalhar para o funcionamento do contrabando. Eles eram os responsáveis por produzir os outros gêneros que compunham as negociações. Açúcar, aguardente e tabaco do lado português, couro e prata do lado espanhol. Os principais produtos comercializados nas trocas entre as duas Américas eram fruto da exploração de indivíduos do continente africano em trabalho compulsório nas colônias.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Na fronteira mato-grossense aqueles homens e mulheres livres, no processo de ocupação e sobrevivência naqueles sertões, abriram os primeiros caminhos para o contrabando com o lado espanhol. Antônio Rolim de Moura (1752)<sup>306</sup>, primeiro governador do Mato Grosso, constatou logo nos primeiros anos do seu comando na década de 1750 que os moradores da nova capitania já utilizavam rotas que os permitiam chegar às províncias de Moxos e Chiquitos na América vizinha. De acordo com as suas observações, aquelas terras castelhanas, controladas majoritariamente por Missões jesuíticas, possuíam abundância de gado. Uma mercadoria indispensável tanto para locomoção, quanto para utilização de seus subprodutos. Moura ainda reafirma que esse comércio ilegal poderia ser benéfico naquela fronteira, uma vez que os produtos que chegavam para os aldeamentos castelhanos através dos portos peruanos eram de má qualidade. Isso traria vantagem para os produtos portugueses, pois a principal forma de pagamento por aquelas mercadorias era a prata (MOURA, 1752/6).<sup>307</sup> O metal era o principal objetivo luso quando se tratava de garantir o contrabando no contato com as bandas ocidentais.

Atenta às movimentações da Coroa espanhola na direção dos mares do Sul, que começavam a debilitar a presença portuguesa no estuário platino, a metrópole lusitana buscou garantir que o seu contínuo acesso à prata potosina não fosse cortado. Por conseguinte, começou a investir seus interesses comerciais com mais empenho no extremo oeste da sua colônia. Ficou incumbida a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão de proporcionar a infraestrutura necessária às dinâmicas daqueles negócios. Fortalezas, feitorias, destacamentos, embarcações, todas estas estavam entre as despesas que seriam arcadas a partir das reservas da companhia (CHAVES, 2008). Era através das fortificações que, garantindo quem teria acesso ao outro lado, a administração colonial buscava controlar quem participava do mercado ilegal, suas rotas e as mercadorias que eram negociadas.

<sup>306</sup> Documento 19 - Carta a Diogo de Mendonça Côrte Real, 28 de maio de 1752 . In: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. Coleção: Documentos Ibéricos- série: Capitães-generais, n. 2. D. Antônio Rolim de Moura, primeiro Conde de Azambuja (Correspondências). Cuiabá. UFMT-Imprensa universitária, 1982, vol.1

<sup>307</sup> Documentos 19 e 76 presentes na coleção, volume 1 e 2 respectivamente.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Essa vigilância sobre o funcionamento do contrabando era imprescindível para que ele não gerasse prejuízos ao erário português. Rolim de Moura alertava para importância de ser reforçada a segurança nas rotas fluviais para que o ouro da capitania fossem usado como moeda de troca nas atividades ilegais. Outro comércio que também era evitado a todo custo com os castelhanos era a venda de escravizados. Estes eram comercializados a preços elevados quando da sua chegada em Mato Grosso. Não só pelos custos de transportá-los até lá, mas também pela pouca quantidade que para lá era enviada. As medidas oficiais para evitar a venda de cativos entre as Américas só foi implementada, contudo, em 1776, em um bando decretado pelo então governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Um grupo de contrabandistas chegou a Vila Bela com a intenção de vender 564 mulas e comprar alguns africanos escravizados. Diante da negativa para a venda dos cativos, os comerciantes alegavam que esse comércio ilegal já era praticado em larga escala no Rio da Prata o que, por consequência, deveria ser feito ali também. Foi por fruto dessa insistência que Pereira e Cáceres determinou a proibição oficial (CHAVES, 2008; JESUS, 2017).

Bem como no Rio da Prata, o contrabando no Mato Grosso também encontrava suas dificuldades de existência. Apesar dos esforços para torná-lo rentável, parece ter havido barreiras no desenvolvimento de suas dinâmicas. A principal delas foram as ações promovidas pelos representantes régios do lado espanhol que eram contrários àquelas trocas ilegais. Em ofício enviado ao Secretário do Ultramar, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, em 1773, relata que seus antecessores tiveram embaraços para dar prosseguimento ao contrabando por conta da ação do “vigilante governador D. Antonio Aymerik” de Moxos. A ele, teria sucedido um outro oficial espanhol muito mais inclinado ao mercado ilícito, D. Leon Gonçalves de Velasco.<sup>308</sup>

[...] do referido atual Governador de Moxos eu [...] do Parocho da Missão da Madalena Fr. Caetano de Fudella, confidente, e Interprete das sua intenções: tenho instruído ao Oficial, q'actualmente comanda na dita Fortaleza para que debaixo dos indispensaveis principios de politica, e de reserva precisa e desconfiando

<sup>308</sup> 1773, Maio, 25, Vila Bela OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre o negócio de contrabando que convém à Coroa portuguesa. Envia cartas e documentos do comandante da Fortaleza da Conceição, do actual governador de Moxos e do pároco da missão da Madalena. Anexo: 6 ofícios AHU-MATO GROSSO, cx. 15, doc. 91 AHU\_CU\_010, Cx. 16, D. 1031





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

sempre da sua suspeitoza boa fé, se aproveite da ocasião que presentemente se oferece, para que, mostrando ceder ao desejo do mesmo Governador Castelhana, possa ter principio Negocio de Contrabando, que nos convem [...] (CÁCERES, 1773)

Isso reforça a ideia da necessidade de se elaborar redes de contrabando que conectem as duas Américas para que o comércio ilegal possa funcionar. No caso em questão a linha de contatos contava com o governador de Moxos de um lado, seu representante o Frei Caetano de Fudella e, do outro, o comandante da fortaleza portuguesa e o governante luso. Por meio desses intermediários a Companhia do Grão-Pará conseguia introduzir suas mercadorias em áreas cada vez maiores dentro do território castelhano.

Pereira e Cáceres, diferentemente daqueles que o precederam, tinha aliados na outra colônia e um plano de operações rigorosamente elaborado para executar com maior veemência o contrabando. A ele foi enviado uma carta instrutiva em que o rei “dezejava muito que podessem abrir-se, por qualquer modo as Portas ao Comercio dos Espanhoes [...]” (CÁCERES, 1773). As respectivas instruções foram formuladas pelo principal Secretário do monarca D. José I, o Marquês de Pombal, para sistematizar os interesses econômicos de Portugal para o Estado do Grão-Pará e Maranhão e Mato Grosso. No sul, as relações estavam bastante debilitadas por conta do último Tratado de El Pardo (1761) e do Tratado de Paris (1763) que garantiram a posse de Sacramento sob os domínios lusitanos, a despeito dos desejos de Pedro de Cevallos, governador de Buenos Aires. Este, como vimos, causou inúmeros problemas às fronteiras portuguesas com seus ataques, cercos e coerções ao contrabando. Nesse sentido, o “Secretíssimo Plano de Segurança e Comércio” (CHAVES, 2008/2016; CARVALHO, 2011) visava não só a integração comercial entre aquelas capitanias mais ao norte, o contrabando com os espanhóis, como também a segurança nas áreas limítrofes para que isso acontecesse.

O funcionamento desse contrabando oficialmente incentivado foi perdendo sua força na fronteira oeste em virtude do enfraquecimento econômico da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. As disputas no Atlântico frente a outras potências europeias e internamente contra comerciantes do Rio de Janeiro e Bahia minguou o acesso daquela



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

instituição aos mercados da colônia. Como resultado, não só a Companhia entrou num processo de decadência até o seu fim em 1777, como o mercado ilegal também foi afetado pela falta de mercadorias atrativas ao lado espanhol, que antes eram levadas às zonas de contato pelos comerciantes diretamente ligados à instituição monopolista.

As ilegalidades não cessaram nas décadas subsequentes, contudo, precisaram se readaptar à nova realidade que se apresentava com o fim de todo aquele sistema construído para atrair a prata potosina para os circuitos mercantis lusitanos. Apesar do pouco tempo em que foi estimulado oficialmente pela Coroa portuguesa, o contrabando foi crucial para a inserção da capitania de Mato Grosso nos quadros da economia-mundo. Um processo que se iniciou com as reformulações político-administrativas no império português e espanhol, aproveitou os caminhos já conhecidos pelos moradores para comercializar com os espanhóis e foi potencializado com o maquinário comercial português.

## Conclusão

434

O contrabando no Rio da Prata e no Mato Grosso, a despeito de apresentar algumas características que o diferem quanto às práticas, mercadorias e agentes sociais, ainda assim, compartilhavam o mesmo processo histórico de rearticulação das dinâmicas territoriais e comerciais. Estas operadas pelas metrópoles ibéricas ao longo do Setecentos, principalmente em sua segunda metade. Tendo em vista a ação portuguesa para manter seu acesso à prata potosina e a um amplo mercado espanhol para alguns de seus produtos, sem que isso traga prejuízos à sua Fazenda, a metrópole lusitana foi o principal conivente daquele jogo comercial ilegal. Isso garantia não apenas vantagens frente ao império rival como permitia, através do contrabando, a inserção de gêneros espanhóis, sobretudo a prata, nos circuitos mercantis lusos que se articulavam na economia-mundo europeia.

Por outro lado, o estudo do contrabando também possibilita a apreensão de formas de funcionamento, produção e reprodução da estrutura social. Uma sociedade conformada



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

pelos princípios hierárquicos do Velho Mundo que foram aplicados nas Américas e eram espelhados na formação das redes de contrabando. Conexões essas que encontravam raízes também do lado espanhol e fortaleciam os vínculos do mercado ilegal.

Além disso, o contrabando enquanto atividade comercial ilegal, transparece as relações econômicas, políticas e sociais entre as duas Américas. Permitindo, portanto, um aprofundamento das pesquisas que dêem conta de pensar historicamente a existência das formas de interação dos países que hoje compõem a chamada América Latina.

## Bibliografia

BASSO, Alana Thais. Comércio ilegal e capitalismo no Rio da Prata do século XVIII: Notas de pesquisa. In: História através da História (vol.2): pesquisas do PPGH/UFF. São Carlos: Pedro e João Editores, 2023, p. 235-248.

BASSO, Alana Thais. Entre impérios: apontamentos sobre fronteira e contrabando de escravizados na Colônia do Sacramento no século XVIII. Dossiê Construindo impérios na época moderna: negócios, política, família e relações globais (séculos XVII e XVIII). Cantareira, 35° ed. jul-dez, 2021, p.66-86

CARVALHO, F. A. L. de. Rivalidade imperial e comércio fronteiriço: aspectos do contrabando entre as missões espanholas de Mojos e Chiquitos e a capitania portuguesa de Mato Grosso (c. 1767-1800). Antíteses, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 595–630, 2011

CHAVES, Otávio Ribeiro. O Secretíssimo Plano de Comércio e de Segurança. O contrabando na fronteira oeste da América portuguesa e as antigas Missões jesuíticas de Mojos e Chiquitos, Vice- Reinado do Peru/ Vice- Reinado do Prata - 1770 - 1777. Revista de História e Diversidade, vol. 8. n° 1, 2016.

CHAVES, Otávio Ribeiro. Política de povoamento e a constituição da fronteira Oeste do império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII. Tese



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

(Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

GIL, Tiago. O contrabando na fronteira: uma produção social de mercadorias. In: Anais do V Congresso de História Econômica e 6º Conferência Internacional de História de Empresas. ABPHE. set. 2003

KUHN, Fábio. Os interesses do governador: Luiz Garcia de Bivar e os negociantes da Colônia do Sacramento (1749-1760). TOPOI, v.13, n.24, jan-jun 2012, p.29-42

MARQUES, Leonardo. A fronteira do ouro e a degradação do Outro nos confins do Brasil colonial (Capitania de Mato Grosso, século 18). In: História das mercadorias: trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séculos XVI-XIX).XVI-XIX) [recurso eletrônico] / organização Leonardo Marques, Alexander Gebara. – São Leopoldo: Casa Leiria, 2023. Disponível em: <<http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/acervo/historia/historiadasmmercadorias/index.html>>

MOUTOUKIAS, Zacaria. Negocios y redes sociales: modelo interpretativo a partir de un caso rioplatense (siglo XVIII). C.M.H.L.B. CARAVELLE n° 67, pp. 37-55, Toulouse, 1997

JESUS, Nauk Maria. O contrabando na fronteira Oeste da América Portuguesa no século XVIII. HistR. Goiânia, v. 22, n. 3. p. 70 - 86, set./dez. 2017

ROMEIRO, Adriana. A corrupção na Época Moderna - conceitos e desafios metodológicos. Revista Tempo, 2015. vol 21. n 38. p. 216-237

## Fontes

BLUTEAU, Rafael, C.R. 1638-1734, Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos... / pelo Padre D. Raphael Bluteau. - Coimbra : no Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. - 10 vol. ; 2º. Disponível em: <https://purl.pt/13969>. Acessado dia: 14 de set.2023.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

1773, Maio, 25, Vila Bela OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre o negócio de contrabando que convém à Coroa portuguesa. Envia cartas e documentos do comandante da Fortaleza da Conceição, do actual governador de Moxos e do pároco da missão da Madalena. Anexo: 6 ofícios AHU-MATO GROSSO, cx. 15, doc. 91 AHU\_CU\_010, Cx. 16, D. 1031

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. Coleção: Documentos Ibéricos- série: Capitães-generais, n. 2. D. Antônio Rolim de Moura, primeiro Conde de Azambuja (Correspondências). Cuiabá. UFMT-Imprensa universitária, 1982, vol.1

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. Coleção: Documentos Ibéricos- série: Capitães-generais, n. 2. D. Antônio Rolim de Moura, primeiro Conde de Azambuja (Correspondências). Cuiabá. UFMT-Imprensa universitária, 1983, vol.2



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## José da Silva Lisboa e o lugar de Adam Smith na economia política

Leonardo Amaral da Cruz Oliveira<sup>309</sup>

**Resumo:** José da Silva Lisboa, figura importante do reformismo ilustrado, ocupou cargos importantes na Coroa portuguesa e posteriormente no Brasil independente, revela uma aparente contradição em sua trajetória política e intelectual. Ele defendia tanto o poder centralizador da monarquia quanto ideias liberais. Este estudo adota a metodologia de Quentin Skinner, para analisar os escritos de Silva Lisboa, buscando compreender como sua recepção do pensamento econômico de Adam Smith. Partindo da interpretação elaborada por Silva Lisboa do estabelecimento das ciências econômicas, este trabalho investiga a trajetória de Silva Lisboa, destacando que destaca a relação entre linguagem, contexto intelectual e prática política.

**Palavras-chave:** José da Silva Lisboa, Adam Smith, Economia Política, História Intelectual, Pensamento Econômico

<sup>309</sup> Leonardo Amaral da Cruz Oliveira é licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (2021), Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFF (PPGH-UFF) e pesquisador do Grupo Companhia das Índias Núcleo de História Ibérica e Colonial na Época Moderna, orientado pelo Prof. Dr. Renato Júnio Franco.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Introdução

José da Silva Lisboa ocupou diversos cargos a serviço da Coroa portuguesa, fazendo parte de um conjunto de funcionários de formação ilustrada em Coimbra que ocuparam importantes espaços de tomada de decisão nas instituições do império. No caso de Silva Lisboa, cumpre destacar o período após 1808 e a chegada da família real no Brasil, quando foi nomeado para encarregar-se das demandas da Imprensa Régia, no cargo de diretor da censura, e também da Real Junta de Comércio. No Brasil independente, foi deputado e senador do Império.

A trajetória política de Silva Lisboa ganha destaque quando se coloca em perspectiva a sua produção intelectual nos contextos políticos em que viveu. Um “ministro sem pasta” (SILVA, 2018, p. 179–180), José da Silva tinha uma escrita ativa e engajada nas causas que estava envolvido, e geralmente elas convergiam com as decisões tomadas pelo poder instituído. Fosse em livros, ensaios ou panfletos, Silva Lisboa manteve a defesa da monarquia como centro de poder — primeiro, da Coroa Portuguesa, depois, de D. Pedro I e dos Bragança — como também a defesa de uma política liberal.

Na historiografia, sua atividade política e intelectual recebeu leituras muito diversas, até mesmo antagônicas. Elas se originam, todavia, de uma aparente antítese entre a defesa de um poder centralizador e tutelar aliado a uma política liberal ilustrada. No entanto, visto que essa aparente contradição se faz perceptível ao longo de seus escritos, é imprescindível uma análise mais minuciosa a fim de identificar as estratégias retóricas que permitiram conectar estes dois eixos centrais das ideias políticas e econômicas do publicista baiano.

Nesse sentido, destaca-se como a história intelectual tem sido muito prolífica na produção historiográfica por seu objetivo compreender a formação de ideias e conceitos presentes em sociedades progressas a partir das disputas intelectuais do passado. Alterações e divergências de mentalidade em sentido sincrônico e/ou diacrônico são um objeto longo da pesquisa histórica. Para este trabalho, parte-se da metodologia criada por Quentin



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Skinner (cf. SKINNER, 1969), por crer que ela propicia enxergar a relação entre linguagem e a prática política como de *mutualidade*. Desta forma, o contexto opera como um “conjunto final” no qual as ideias e práticas políticas podem ser compreendidas e legitimadas. A recuperação deste “vocabulário normativo” permite uma compreensão mais acertada da ação política, pois tem-se um dimensionamento das limitações aplicáveis às ações referidas no discurso político (SKINNER, 1996, p. 2). James Farr, por sua vez, explica que conceitos sempre fazem parte de uma “constelação”, isto é, de sistemas de crença, Estes, por sua vez, são teorias. Como teorias são esforços de compreensão de mundo de forma racional e intencional, elas sofrem alterações na medida em que um teórico tenta “explicar ou reconstituir o mundo” (FARR, 1989, p. 32–33). Destarte, entende-se que a diversidade de leituras diametralmente opostas de Silva Lisboa possa ser oriunda de esperar que se encontre em sua produção reflexos ou sinais de uma constelação de valores mais contemporânea, ao invés de se iniciar um esforço para uma leitura mais localizada do autor, como é o intento deste trabalho.

## José da Silva Lisboa: um homem de transições

José da Silva Lisboa nasceu em Salvador e pertencia a uma família de recursos moderados. Sabe-se também que Henrique da Silva Lisboa, pai de José, era “arquiteto”, designação aplicada a qualquer pessoa que trabalhasse em “edificar e construir edifícios, fortificações”. Henrique tinha uma profissão que não o destacava muito em comparação a carpinteiros ou pedreiros: o arquiteto era considerado abaixo dos artesãos e engenheiros militares. Este fato, inclusive, foi lembrado por Cipriano Barata, um dos adversários políticos de Silva Lisboa na Bahia, que denunciava as origens humildes da família Lisboa (FARIA JÚNIOR, 2008, p. 83; KIRSCHNER, 2009, p. 18–19; PAQUETTE, 2009a, p. 362–364; ROCHA, 2001a, p. 10–11).





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Posteriormente, Silva Lisboa superou as barreiras de pureza de sangue e origem social em sua trajetória pessoal que termina na elite do Antigo Regime. Ingressou na Universidade de Coimbra em 1774 na intenção de seguir carreira eclesiástica, porém mudou de ideia ao longo dos estudos com Domingos Vandelli, concluindo os bacharelados em direito canônico e filosofia. Vandelli, entusiasta da história natural, era colecionador ávido, e chegou a montar um museu privado de história natural na Itália, o “Gabinete de Curiosidades”; coleção originada, em parte, graças a expedições para o Brasil que ele organizou com estudantes de Coimbra. Vandelli tinha fama na Europa: doutor em medicina pela Universidade de Pádua em 1756, era admirador e amigo do também botanista Carlos Lineu. Sua presença no circuito intelectual de naturalistas setecentistas chamou atenção do Real Colégio dos Nobres em Lisboa, que o contratou em 1764. Posteriormente, em 1772, assumiu o posto de professor na Universidade de Coimbra (CARDOSO, 2003, p. 783–784), onde conheceria Silva Lisboa como aluno. A partir de então, ambos viraram amigos e admiradores mútuos, e a economia política foi um dos elos desta amizade (KIRSCHNER, 2009, p. 19-37, *passim*).

441

Uma vez que Silva Lisboa se matriculou após a transição das reformas estabelecidas nos *Estatutos da Universidade de Coimbra do Anno 1772*, sua carreira acadêmica seguiu um currículo que se afastava das influências escolásticas, voltando-se para a filologia e línguas orientais, explorando, também, as abordagens contemporâneas do direito natural propostas por autores protestantes. Além disso, foi introduzida uma cadeira de matemática para complementar os estudos em filosofia natural (Estatutos, 1773a, p. 33; Estatutos, 1773b, p. 242), a qual era ministrada por Vandelli (ARAÚJO, 2014, p. 81–104; KIRSCHNER, 2009 *loc. cit.* MASSAÚ, 2010, p. 174–177, 178–182). Entretanto, o ensino de “economia” em Coimbra se destinava a abordar os estatutos jurídicos de Portugal e de impérios antigos, sendo, portanto, uma disciplina do curso de jurisprudência (Estatutos, 1773c, p. 36–38, 265–273). Em 1777, na *Relação geral do estado da universidade* (1980, p. 240), se lamenta que os importantes estudos de comércio chegaram atrasados em Portugal, prejudicando o crescimento da nação, em comparação a outros países europeus.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Após retornar ao Brasil, assumiu posições como ouvidor da comarca de Ilhéus em 1780 e professor de filosofia moral e grego na Bahia. Seu contato com Rodrigo de Sousa Coutinho durante uma licença em Portugal em 1790 o inseriu nos debates reformistas da corte portuguesa, levando-o a fazer parte de uma rede de funcionários formados na Universidade de Coimbra após as reformas estabelecidas pelos *Estatutos* de 1772, todos alinhados a uma política de cunho regalista (DELMAS, 2010, p. 7; FARIA JÚNIOR, 2008, p. 110–118; KIRSCHNER, 2009, p. 23–24; PAQUETTE, 2009a, p. 367). Pode-se argumentar que D. Rodrigo tinha planos de estabelecer um projeto científico no império, seguindo a trilha de seu antecessor no Ministério da Marinha e Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro. No projeto de D. Rodrigo, as ações para racionalizar o império ocorreram por meio do patrocínio mobilizado pela rede de estrangeirados da chamada República das Letras, que mantinham relações amistosas com ele. Entre esses intelectuais estavam figuras como José Bonifácio, José Correia da Serra, José Mariano da Conceição Velloso e Manoel Ferreira de Araújo Guimarães e o próprio José da Silva Lisboa. Essa “Geração de 1790” desempenhou um papel crucial na construção do Império Luso-brasileiro e, posteriormente, na independência do Brasil (CAROLINO, 2014, p. 192–196).

442

O prestígio para com D. Rodrigo de Sousa Coutinho teve como consequência a designação de Silva Lisboa a cargos de maior importância. No ano de 1797, foi nomeado deputado e secretário da Mesa de Inspeção da Agricultura e Comércio da Bahia. Com a transição da Coroa Portuguesa ao Rio de Janeiro, foi designado para assumir uma cadeira de economia política, iniciativa adjunta à instalação do Colégio das Fábricas em 1809. Porém, Ele mesmo reconheceu que não havia condições para implementar a disciplina, uma vez que faltava literatura e métodos de instrução, além de existir uma oposição à esta iniciativa vinda daqueles aos quais, segundo Silva Lisboa, o estudo de economia política caberia apenas a gentes “das magistraturas, empregos de fiança e polícia” (KIRSCHNER, 2009, p. 148–149). como desembargador da Mesa do Desembargo do Paço e da Mesa de Consciência e Ordens, conferiam-lhe a função de censor e diretor da Imprensa Régia. Ainda 1808, também seria nomeado deputado da Real Junta de Comércio, o que garantia algum nível de influência nas decisões sobre o regime comercial português (Ibid., p. 76–77, 154).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Através de seus cargos oficiais, principalmente como censor régio e membro da Junta Administrativa da Imprensa Régia, Silva Lisboa tomou proveito de sua posição para publicar obras autorais e traduções diversas. Muitas destas obras se inserem no campo da economia política. A operação da censura neste contexto era permeada por um certo nível de contradição, uma vez que em decorrência do exame e comentário de obras a serem publicadas no reino, o censor deveria estar atento à elementos que poderiam ir contra o Estado, a religião e moral, como também deveria avaliar a qualidade das obras. Assim, visto que vários censores trabalhavam em conjunto, existia uma certa permeabilidade para publicação de obras consideradas “perigosas”, desde que houvesse justificativa e/ou um processo de “filtragem” para extrair o que fosse útil. Por exemplo, durante sua estadia cursando filosofia e cânones em Coimbra, Silva Lisboa conseguiu adquirir também o conhecimento de livros proibidos pela censura — sob condição que sua probidade intelectual fosse “comprovada”. Isto também contribuiu para que Cairu escrevesse obras em tom reformista e pedagógico, para evitar que “doutrinas perversas” chegassem aos jovens do reino (KIRSCHNER, 2009, p. 154–156).

443

Por outro lado, a censura oficial era um cargo sem muitos benefícios, mas que se tornava atrativo pela possibilidade de se galgar maiores passos dentro da corte. Assim, a estratégia da censura é empurrar adversários para o campo do inadmissível, privando-os da “luz pública”. O censor precisa ter compreensão da conexão entre mensagem e meio, porque a intervenção no texto (ou a proibição dele) depende da capacidade do censor de antecipar as diversas interpretações e apropriações de um autor. Sendo o texto permitido, é a censura que estabelece a interpretação “canônica”. Rui Tavares (1999, p. 136–146) resume a operação da censura dizendo: “a censura (bem como a propaganda) é uma forma de intervir sobre as memórias do passado e de reconfigurar as narrativas através das quais ela sobrevive.”

Neste sentido, é relevante notar o quanto a economia política é um tema permanente nas publicações de Silva Lisboa, desde sua primeira obra. O livro *Princípios do Direito Mercantil* (1798) cotejava as leis do comércio marítimo internacional. Em seguida, publicou *Princípios de Economia Política* (1804), que foi planejado como um apêndice à obra de



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

1798, porém Silva Lisboa julgou melhor transformá-la num livro de introdução à economia política. Já em 1819, publicou *Estudos do Bem Comum e Economia Política*, um projeto mais amplo que, embora não finalizado, tratou de realizar uma revisão da literatura das ciências econômicas e discutir os principais temas do campo, sendo depois acompanhada de obras mais panorâmicas, como *Leituras de Economia Política* (1827) e *Manual de Política Ortodoxa e Regras da Praça* (1832). Postumamente, vieram à lume *Considerações sobre as doutrinas de M. João Batista Say* (1844), *Da liberdade do trabalho e Ensaio econômico sobre o influxo da inteligência humana* (1851). Dentre as traduções, as mais relevantes foram a publicação do *Compêndio da obra da Riqueza das Nações* (1811), feita por seu filho Bento da Silva Lisboa, e os *Extratos das obras políticas e econômicas de Edmund Burke* (1812), elaborada pelo próprio José da Silva Lisboa. Também produziu comentários publicados da legislação da Coroa Portuguesa e de acontecimentos políticos que, à sua vista, tinham implicações relevantes para a economia política, sendo alguns de publicação póstuma, como: *Observação sobre o comércio franco do Brasil* (1808), *Observações sobre a franqueza da indústria* (1810), *Razão dos lavradores do Vice-Reinado de Buenos Aires* (1810), *Observações sobre a prosperidade do Estado* (1810), *Considerações fundadas em fatos sobre a extinção da Companhia de Vinhos do Porto* (1812), *Ensaio sobre o estabelecimento dos bancos* (1812).

444

Em toda sua produção, até o fim de sua vida, aponta-se o público-alvo de Silva Lisboa: a mocidade luso-brasileira, que, em sua visão, precisaria ser instruída em termos religiosos, morais, e econômicos para não cair na cilada revolucionária, zelando pelo trajeto do Brasil rumo à civilização (KIRSCHNER, 2009, p. 233–285).

## Silva Lisboa na historiografia

A figura de José da Silva Lisboa tem sido retomada em discussões recentes a fim de contrapor uma noção estabelecida com base no texto *Ideias fora de lugar* (1972), de Roberto



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Schwarz (SCHWARZ, 2000). Schwarz entendia que o liberalismo no Brasil era uma ideia deslocada, sem lugar, uma vez que o trabalho e tráfico escravo eram o sustentáculo da economia colonial e imperial.

Uma visão diametralmente oposta à afirmação de Schwarz é feita por grupos de extrema-direita como a produtora Brasil Paralelo, que utiliza da imagem de Silva Lisboa para colocá-lo entre os principais nomes do “liberal-conservadorismo” na história do Brasil. No episódio *A Guilhotina da Igualdade* da série *A Última Cruzada*, o “liberal-conservador” Visconde de Cairu (BRASIL PARALELO, 2021) é posto como defensor da “verdadeira liberdade”, em oposição à falsa liberdade dos revolucionários franceses de 1789 (BRASIL PARALELO, 2022). Pode-se mencionar também o Instituto Mises, que se apropria da vida e obra de Silva Lisboa a fim de apresentá-lo como um “consistente teórico liberal” e um pioneiro do livre comércio, procurando também afirmar o Brasil como um lugar de aspiração ao progresso e modernidade (SILVEIRA; CARVALHO, 2013, p. 130).

A apreciação de Silva Lisboa na historiografia tem apresentado leituras antagônicas. Faria Júnior (2008, p. 17) e Kirschner (KIRSCHNER, 2009, p. 2–3) indicam, nos anos 1930 e 1940, uma série de autores que teriam ignorado a trajetória de Silva Lisboa na política colonial, quando da elaboração de suas pesquisas sobre o período, estando entre eles Antonio Candido, Sérgio Buarque de Holanda e Otávio Tarquínio de Souza. A figura de Oliveira Viana é acrescida a esta lista por Marcela Portela Stinguel (2018, p. 12–13), enquanto Celso Furtado e Emília Viotti da Costa são lembrados por Fernando Novais e Jobson Arruda (1999, p. 25–26). A razão para tal negligência seria a percepção de que o publicista baiano era apenas mais um adulator da Coroa Portuguesa e vassalo dos ingleses, implicando que bastavam referências pontuais para iluminar processos mais amplos seriam suficientes (ROCHA, 2001a, p. 28–29).

Por outro lado, no mesmo período, a imagem de Silva Lisboa como um proeminente economista de espírito reformista tem considerável aceitação. Faria Júnior (FARIA JÚNIOR, 2008, p. 16–17) e Stinguel (2018 loc. cit.) indicam que Manuel Pinto de Aguiar e José Soares Dutra seriam dois dos nomes mais notáveis na lista, enquanto José de Almeida



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

e Darci Carvalho são citados por Novais e Arruda (1999, p. 27). Nessa perspectiva, Silva Lisboa teria agido de forma genuinamente patriótica, interessado apenas no desenvolvimento da economia e da indústria no Brasil. Vilhena de Moraes (MORAIS, 1958, p. 10–11) afirma que Silva Lisboa “foi o primeiro do mundo como sociólogo em ação”, que ao considerar a inteligência humana como base da economia, “se colocou contra Marx” — ainda que Silva Lisboa tenha morrido no início da produção intelectual de Karl Marx, e também não falasse alemão (LISBOA, 1820, p. 107–108).

Uma análise mais amena, contudo, apareceu a partir com a publicação de *Cairu e o liberalismo econômico* de Antonio Paim,<sup>310</sup> em 1968 (FARIA JÚNIOR, 2008, p. 18; ROCHA, 2001a, p. 28–31). Ainda assim, Kirschner afirma que escrever sobre Silva Lisboa é “assumir o desafio de revisitar um personagem listado entre os malditos na historiografia acadêmica” (KIRSCHNER, 2009 loc. cit.). A razão para esta afirmação contundente pela autora é expressa em seu entendimento sobre as leituras da trajetória de Silva Lisboa:

Elaboradas em contextos e períodos históricos distintos, as interpretações sobre sua obra e sua atuação traduzem, em geral, distintos posicionamentos diante de problemas políticos e econômicos da época. Assim, questões que em diferentes conjunturas mobilizaram intelectuais brasileiros, como a industrialização nacional, o autoritarismo político e o papel do intelectual diante do Estado encontraram em Cairu referência tanto para elogios quanto para críticas exacerbadas. (KIRSCHNER, 2009, p. 9)

446

Apesar de se concordar com Kirschner (2009, p. 2) que é necessário reconhecer que as primeiras interpretações sobre Silva Lisboa possuísem fortes marcas do contexto de sua produção, é possível argumentar que elas criaram um alicerce do qual outras pesquisas mais recentes se amparam.

De um lado, existem aquelas leituras mais atuais que procuram analisar as obras e atuação política de Silva Lisboa com o objetivo verificar quão liberal ele teria sido, tendo em vista a frequência com que aparecem nas obras de Silva Lisboa citações a economistas

<sup>310</sup> Em contrapartida, Fernando Novais e Jobson Arruda incluem Antonio Paim entre as interpretações de Cairu como um “liberal modernizador”. Cf. NOVAIS, Fernando Antônio; ARRUDA, José Jobson de Andrade, Prometeus e Atlantes na Forja da Nação, in: **Observações sobre a franqueza da indústria**, Brasília: Senado Federal, 1999, p. 27.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

clássicos e a tópicas fundamentais do liberalismo, como a liberdade de comércio, as obrigações limitadas do governo, cabendo a ele somente reduzir impostos e proteger o mercado, a propriedade privada, a lei de oferta e demanda, entre outras dinâmicas de mercado. (BRASIL PARALELO, 2021; SILVEIRA; CARVALHO, 2013; SPAIZMANN, 2005; SPAIZMANN; SANSON, 2006; STINGUEL, 2018). Porém, considerando que *A Riqueza das Nações* havia sido publicada em 1776 e Adam Smith faleceu em 1790, vê-se que a busca pela qualidade do liberalismo de Silva Lisboa poderia enfrentar a objeção de que inexistia uma “escola liberal” bem estabelecida já em 1798, quando da publicação de *Princípios de Direito Mercantil* (cf. SKINNER, 1969, p. 7–22). Também deve-se tomar em conta que o uso de “liberal” teria um duplo sentido nos textos de Silva Lisboa: servia tanto para indicar a política de poucos impostos e liberdade de concorrência, como para indicar a liberalidade do soberano em aliviar o jugo fiscal sobre os súditos e melhorar as instituições públicas (LISBOA, 1804, p. 6–7, 42–43, 60).

Por outro lado, a partir dos anos 2000, surgem com Ana Carolina Delmas (2010), e Carlos de Faria Júnior (2008) pesquisas em que a percepção de Silva Lisboa como um indivíduo da elite colonial que buscava alcançar privilégios por meio de seus elogios às ações da monarquia portuguesa. Entende-se também que o uso das ideias de Adam Smith teria um objetivo pragmático, de promover a noção de estabilidade e modernidade do Reino, em razão da conflituosa vinda da Corte para o Brasil. O fato de a maior parte das publicações de Silva Lisboa se realizarem entre 1808-1820 pela Imprensa Régia reforçaria esse vínculo estratégico entre o uso das ideias de Smith com os privilégios concedidos pela Coroa (DELMAS, 2010, p. 2–4, 7; FARIA JÚNIOR, 2008, p. 78–195). João Alfredo de Souza Montenegro (2000) e Jorge Caldeira (2017, loc. 370.3) levam o argumento adiante, entendendo que a proximidade de Silva Lisboa com as decisões da Coroa Portuguesa evidenciam que ele foi um ator chave na consolidação do discurso autoritário e anti-iluminista do Império.

Apesar de justificativas que sustentem essas afirmações, estas não oferecem uma explicação satisfatória para as intenções de Silva Lisboa em relação às reformas educacionais no ensino de economia política, conforme mencionado anteriormente.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Também não esclarecem sua crítica aos monopólios e ao “tráfico iliberal” quando, na época da publicação de *Princípios de Economia Política*, ele ainda não havia alcançado a proeminência que viria a ter após 1808. Além disso, não conseguem explicar sua intenção frustrada de compor um tratado de economia, que seria chamado de como *A Tentativa Econômica* (LISBOA, 1804, p. VIII–XIX), nem suas contínuas publicações sobre o tema. Neste sentido, Antonio Penalves Rocha se destaca por ter em vista as convicções declaradas por Silva Lisboa nas doutrinas que defende (ROCHA, 2001b, p. 4–5).

Uma terceira forma de compreender a trajetória de Silva Lisboa vem de trabalhos que buscam analisá-lo dentro do conceito de iluminismo. Seja como um “homem de letras”, ou alguém que pertencia ao grupo do “absolutismo ilustrado”, (KIRSCHNER, 2009; LYNCH, 2020; STINGUEL, 2018), ou “reformismo ilustrado” (PAQUETTE, 2009a, 2009b, 2013) ou mesmo para aferir se Silva Lisboa teria sido um iluminista *tout court* (CARVALHO, 2011). Esses conceitos podem responder de maneira funcional as contradições presentes no iluminismo como um todo, e em Silva Lisboa, mais especificamente, muito em virtude do período de transição que se tem no horizonte desta pesquisa. No âmbito do pensamento econômico, esta tendência também aparece quando Novais e Arruda (1999, p. 17–18) classificam Cairu como o defensor de um “mercantilismo ilustrado”, em que ele não estaria “totalmente afeito” às ideias de Adam Smith, nem caminharia totalmente para uma heterodoxia: o importante era usar seu ecletismo cultural para fazer apologética pragmática a reformas do Império. O fato de Cairu ser um homem de estado, e possuir experiência prática que se constitui ao lado de sua carreira de escritor, leva Novais e Arruda a defenderem a ideia de “mercantilismo ilustrado”.

No entanto, parece que as obras mencionadas partem de um ideal sobre o que seriam as Luzes, em que a relação entre uma “política ilustrada” e um “governo forte” seria necessariamente de contradição — exceção feita ao trabalho de Kirschner (2009). Um exemplo de como as Luzes puderam comportar um pensamento político que defendia uma forma de governo mais centralizadora está no cameralismo, e sua busca por justificar a política tendo o governante como ponto de partida para uma regulação social bem definida (OUTRAM, 2019, p. 28–30).





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Em diversos lugares da Europa, percebe-se nos centros de poder a tentativa de garantir relativa estabilidade no ordenamento político diante das dinâmicas trazidas pela ilustração. Nesse sentido, a obra organizada por José Luís Cardoso e Pedro Lains (2010) pode esclarecer as condições da relação entre iniciativa estatal e a formação dos Estados liberais — permitindo, assim, fortalecer um argumento funcional que explique a tentativa de Silva Lisboa conciliar uma “política liberal” com um “governo paternal”.

Já partindo para uma explicação que envolva a própria definição de economia política dos textos escritos por Silva Lisboa, que justifica tanto a liberdade comercial quanto a intervenção do Estado pela forma como a providência divina teria estabelecido uma “geral economia da criação”, (LISBOA, 1804, p. 34–35, 97–98, 1820, p. VIII–X, 13–14, 1820, p. 140–143) as pesquisas de Alessandro Roncaglia (2005), David Nichols (1995) Germano Maifreda (2012) e Peter Harrison (2011) são úteis no esclarecimento das formas em que o apelo à providência divina como sustentáculo das leis econômicas já estaria nos textos de Adam Smith. Dessa forma, se poderia analisar como Silva Lisboa mobilizou este argumento para o contexto do Império Português no século XIX, ao contrário da pressuposição que há um antagonismo essencial entre a economia clássica e o pensamento político ilustrado em Portugal.

449

Localizar Silva Lisboa neste cenário de transições substanciais trazidas pelo contexto da ilustração e da vinda da família real ao Brasil também põe a disputa política sob o prisma da transição, o que indica uma abertura para perceber estratégias de convencimento e legitimação de projetos políticos. Analisar essas disputas passa pela recuperação do vocabulário político e econômico de Silva Lisboa pois o debate intelectual era também uma disputa política, o que se vê forma mais nítida, como foi dito, quando se atenta ao trabalho do censor. Desta forma, será possível compreender Silva Lisboa e suas escolhas visando a legitimação de seu projeto político, evitando interpretações moralizantes ou idealistas.

## Adam Smith e a economia política em Silva Lisboa



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Embora seja evidente a afiliação intelectual de Silva Lisboa a Adam Smith ao longo de sua produção, cumpre ressaltar que a classificação de seu pensamento econômico como representante do liberalismo no Brasil depende de uma perspectiva que projeta nele as características mais derradeiras do pensamento econômico contemporâneo. A tendência de considerar o pensamento econômico como oriundo dos séculos XVI e XVII se dá por duas razões: a primeira, que as reflexões anteriores eram bastante frágeis; a segunda, que os dados eram esparsos, impossibilitando a generalização. O problema desta leitura é presumir que o critério definidor da economia moderna, a quantificação, se fazia presente desde sempre. Portanto depreende-se um outro problema a ser evitado: interpretações reflexologistas (cf. FARR, 1989, p. 29–32), que veem as mudanças de paradigma do pensamento econômico como reflexos de mudanças estruturais mais profundas. Neste caso, trata-se do pressuposto que as ciências econômicas, enquanto *ciência*, só vêm a ser quando espelham os critérios das ciências naturais modernas.

A interpretação da formação da economia como um campo distinto é muito influenciada por um presentismo excepcionalista, em que se busca seletivamente no passado práticas que seriam similares às reflexões econômicas contemporâneas. Entretanto, estas reflexões só são possíveis porque foram destacadas de outras reflexões mais abrangentes no processo de demarcação do campo da economia. Além da questão da seletividade, é importantíssimo atentar ao perigo de elaborar uma mitologia da antecipação, e ver o passado como um mero repositório de “premissas” que evoluíram exclusivamente no Ocidente (MAIFREDA, 2012, p. 3–5, 12–14; cf. SKINNER, 1969, p. 11–12). Sendo assim, localizar contextualmente as discussões intelectuais, entendendo as escolhas realizadas considerando o contraste entre o repertório intelectual e disputas políticas de momento se torna um caminho mais adequado. No caso de Silva Lisboa, compreender sua recepção de Adam Smith passa por analisar como o próprio Silva Lisboa descrevia a formação da economia política como uma ciência.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Em *Princípios de Economia Política* (1804, p. 34), Silva Lisboa defende que tanto o mundo físico quanto o mundo moral são regidos por leis “simplices, fecundas, que lhe dão ordem, harmonia, beleza e perpetuidade”. O conhecimento destas leis é denominado *ciência*, sua prática é a *economia*. Ele parte, então, para uma definição preliminar de economia:

A recta Economia da sociedade deve pois consistir: 1.º em dar aos homens interesse para constancia de trabalho útil: 2.º ter nelles sempre exaltada a energia intellectual, e corpórea, para emprehenderem cousas dignas: 3.º procurar ligar a todos os indivíduos, e as Nações em voluntária dependência, para reciproco gozo dos productos do respectivo trabalho e industria. (LISBOA, 1804, p. 35)

A economia considera tanto a *sociedade familiar* dos pais com seus filhos e empregados vinculados pela autoridade natural de quem os sustenta, como também a *sociedade civil*, cuja unidade consiste num território determinado com fins de garantia da segurança mútua. A economia no âmbito familiar se chama *economia doméstica*, no âmbito da sociedade civil, *economia política*. Esta é uma arte que consiste em acomodar as diversas opiniões sobre o governo, a fim de introduzir um sistema mais útil para a resolução de tensões e conflitos no “systema do Governo Econômico”, isto é, no conjunto ordenado de leis relacionadas à política moral e comercial de Estado. Entretanto, nas palavras de Silva Lisboa, deve-se seguir a lógica do “governo paternal”: aquilo que se aplica na economia domiciliar também vale para o governo (LISBOA, 1804, p. 35–36).

Esta alusão ao domicílio é retomada em *Estudos do Bem Comum e Economia Política* (LISBOA, 1820, p. 197), quando Silva Lisboa define economia política como a lei geral que organiza o cosmos como a “casa da grande família do gênero humano”, visando obter uma melhor condição em relação à perda que se deu entre as narrativas criação da humanidade e a Queda, decorrida do pecado de Adão, seguindo a narrativa dos capítulos 1-3 de Gênesis:

Economia significa a *Lei da Casa*: Economia Política significa a *Lei da Cidade*, entendendo-se por Cidade, em geral, a Sociedade Civil, e qualquer Sociedade particular, que se diz Nação, ou Estado.

Importa saber qual seja a *Lei da Casa da Grande Família do Gênero Humano*, decretada pelo Author da Natureza, para a subsistência, multiplicação, e



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

desenvolvimento das qualidades sociaes dos homens, e das suas faculdades racionaes, afim de obterem o maior bem physico e moral, de que he capaz a sua natureza, no actual decahido estado de sua primitiva constituição; e consequentemente a possível riqueza e felicidade temporal na vida presente (LISBOA, 1820, p. 197 — ênfase do original).

Ao longo de sua produção, Silva Lisboa usa a palavra *economista* como aquele que se dedica a refletir sobre a ordem natural e social. Deus, “o Eterno Dador de tudo” (LISBOA, 1820, p. 121, 246), criou um sistema de leis naturais que contribuem para o bem comum da humanidade por meio do comércio e indústria. Tendo direito de agir como quisesse como “Regedor e Legislador do Universo” (LISBOA, 1804, passim, 1820, passim, 1820, passim, 1832, p. XV, 95, 123), Deus decidiu agir com generosidade para com a humanidade por meio da natureza (LISBOA, 1820, p. 178–179). Portanto, para Silva Lisboa, o economista está preocupado em discernir a ordem natural que conduz a uma sociedade *liberal*, no sentido do exercício da liberalidade enquanto a virtude de buscar o bem comum e refrear os próprios desejos de domínio em prol da felicidade da comunidade — daí a constante referência a Deus e às autoridades como “pais generosos”, ao lado da importante analogia da economia política como o exercício da autoridade que um pai deveria ter para com seu lar e família em sua condução moral como “chefe”. Por isso, “o economista e o moralista caminham juntos”. (LISBOA, 1804, p. 6–7, 38, 42–43, 1820, p. 9, 46–50, 62, 117–118, 1832, p. 123–125, 186–187).

452

Por sua vez, “governo paternal” é uma apropriação que Silva Lisboa faz de um argumento apresentado por Antoine de Monchréstien em *Tratado de Economia Política* (1615). Monchréstien entendia que, sendo a sociedade era uma expansão do lar, a arte de governar o Estado deveria ser de alguma forma análoga às regras do lar, aproximando o significado das palavras *oikos* e *polis* (MAIFREDA, 2012, p. 172–182). Monchréstien argumenta que o rei deveria ter uma “economia política patronal” [*l'économie politique patronal*] e governar racionalmente o reino como o pai “chefia” racionalmente o lar, para que aqueles sob sua autoridade possam viver ordenadamente dentro de uma boa ordem (MONTCHRÉSTIEN, 1970, p. 17–18, 59–61, 134–135). Quanto ao sentido de “liberal”, que está associado à ideia de autogoverno, o conceito se insere no conjunto de virtudes que compõem a “forma de viver” do príncipe e do nobre. A liberalidade, como virtude, abrange



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

generosidade, magnificência e benevolência, contribuindo para a constituição dessa “forma de viver”, e por isso a liberdade ideal é uma “liberdade *em forma*”. A “forma” abrange aspectos éticos, estéticos e a conduta geral, tornando-se um elemento fundamental da ética no longo classicismo da Idade Moderna, como demonstrou Amedeo Quondam (2013, locs. 254–255, 456–497).

Desde a publicação de *Princípios de Economia Política* em 1804, Silva Lisboa percebe que as discussões acerca das ciências econômicas foram ampliadas na República das Letras. Assim, quando escreveu *Estudos do Bem Comum* (1819), pretendeu fazer um apanhado destas discussões e demonstrar porque os ingleses são superiores a outros intelectuais no assunto da economia política. Ele cita nominalmente Adam Smith, Thomas Malthus e David Ricardo como o “triumvirato” da economia política. Seu mérito no estabelecimento *de facto* das ciências econômicas consiste na percepção de uma ordem natural, originada na criação do universo por Deus e por ele continuamente sustentada, que fundamenta as relações morais, políticas, sociais e comerciais:

Todos estes insignes Mestres fazem ver, que, na Ordem Social, nada he vago e arbitrário, e tudo depende de Leis constituídas pela Intelligencia Infinita que ligou o Physico ao Moral, e seguiu a observância das mesmas Leis por immutaveis sancções de miséria ou felicidade, vida ou morte, dos indivíduos ou Estados. (LISBOA, 1820, p. X)

Na perspectiva de Silva Lisboa, a economia não tinha se transformado em uma ciência anteriormente por razão de uma confiança excessiva na capacidade do soberano de deliberar sobre a questão. Porém, a economia é parte constituinte das sociedades, uma vez que a apropriação de terras gerou as classes de “proprietários, capitalistas e salarizados”, que usufruíam da produção da terra — implicando na diferenciação social e demarcação de novos campos. Por exemplo, Silva Lisboa diz que, mesmo não existindo a medicina como ciência no passo, os homens sempre se dedicaram a buscar e discutir curas para doenças. Assim também é com as ciências política e econômica: mesmo que essas ciências não existissem, existe um impulso natural no homem, estabelecido pela ordem natural, que o impelem a melhorar sua situação de vida a nível político e econômico. A economia política só surgiu como ciência, então, em virtude da expansão comercial europeia para os outros



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

continentes, o usufruto das terras e das riquezas de diferentes partes do globo e o crescimento da República das Letras. (LISBOA, 1820, p. 10–14). Nesse sentido, textos clássicos só contém aforismos sobre economia política, sendo estes textos da Bíblia, como Eclesiástico, Provérbios, e poemas de Hesíodo e Sólon. Os primeiros textos propriamente econômicos surgiram com Xenofonte e Aristóteles, apesar de este último rejeitar juro e o comércio, e o primeiro apenas falar de minas. Isto atrasou o curso do desenvolvimento da economia como ciência (LISBOA, *Ibid.*)

No séc. XV, a ascensão comercial de Portugal com a com a chegada ao Brasil e à Índia propiciou o primeiro texto a tocar no tema do comércio, sob a pena de João de Barros nas *Décadas da Ásia* (1552-1615). É dito por Barros que ele tinha a intenção de elaborar um tratado que envolvesse “os jogos da economia e da política”, mas ao não encontrar pessoas com interesse em economia, não trabalhou numa obra que abordasse extensivamente o tema. Entretanto, para Silva Lisboa, Barros trouxe princípios gerais de política liberal sustentada pela ordem criada, que estabelecem a reciprocidade do comércio livre universal e que beneficiam o bem comum, ao lado do elogio à moralidade, religião e feitos portuguesas (LISBOA, 1820, p. 14–16).

454

Segundo Silva Lisboa, outro português que lançou as sementes para a formação da economia política é Duarte Ribeiro de Macedo em seus póstumos *Discursos* (1729). Embora ligado ao “systema mercantil”, e propondo soluções para Portugal que a história não respaldou, sua obra se mantém válida ao discutir questões nacionais importantes para estadistas e soberanos. Macedo mostra não se prender aos princípios do sistema mercantil como dogmas, comparando esse apego à aderência dos escolásticos à física de Aristóteles, mesmo quando se sabe das descobertas de Isaac Newton. Macedo também promove o incentivo às artes mecânicas com base na figura da “mulher forte” de Provérbios 31, que comercia — ponte com os textos de sabedoria bíblica elogiados por Silva Lisboa. Também defende Macedo que o governo do Estado espelhe o governo da casa. Acredita que a providência divina dotou cada nação com recursos únicos para estimular o comércio e superar os defeitos da natureza, embora Silva Lisboa discorde neste ponto, alegando que as recentes descobertas sobre as leis naturais e a “doutrina de Smith” apresentam um sistema



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

completo e coerente que não necessita de forçar as leis naturais (LISBOA, 1804, p. 19, 1820, p. 52–56).

Isaac de Pinto e seu *Tratado sobre a Circulação e Crédito* (1771) são mencionados, mas sem muitas explicações (LISBOA, 1804, p. 20–21). É possível inferir que o elogio dado por Silva Lisboa como um dos nomes relevantes da economia política antes de Smith se fundamenta na defesa que Pinto fez das vantagens do sistema de dívida nacional, como redução nas taxas de juros, aumento do valor da terra e melhor acesso ao crédito para cidadãos particulares, apontando a superioridade da Inglaterra em relação a outras nações europeias neste quesito. Ademais, as ideias de Pinto sobre questões de política econômica, incluindo a crítica ao sistema tributário dos fisiocratas e a reivindicação das vantagens da criação de dívida pública têm afinidades com os temas que Silva Lisboa considera centrais para a economia política (CARDOSO; NOGUEIRA, 2005, p. 283–284).

Na lista de precursores da economia política elaborada por Silva Lisboa, ainda aparecem Bernardo Davanzati, demonstrado como um crítico do “systema monetário” e do “senhorio da moeda” ao final do séc. XVI. Depois, Silva Lisboa menciona positivamente a criação das primeiras cadeiras de economia política nas universidades de Milão e Nápoles (LISBOA, 1820, p. 79–80). Um italiano que também aparece na lista dos *Estudos do Bem Comum* e, anteriormente, em *Princípios de Economia Política* (1804, p. 20–21), é o de Gaetano Filangieri. Já no séc. XVIII, Filangieri defende na *Ciência da Legislação* (1780–1785) uma “legislação econômica” racional e cosmopolita condicionada pelos valores da moralidade universal, dos estados individuais e do comércio internacional. Filangieri acreditava que o espírito do comércio incentivava a paz, o bem-estar, a civilidade e as boas maneiras. No entanto, ele não concordou com a ideia determinista de que o livre comércio melhorou automática e inevitavelmente as condições das sociedades modernas. Ele argumentou que o comércio, se deixado sozinho sem leis, poderia criar grandes benefícios e grandes danos. Portanto, ele acreditava que o legislador deveria proteger e direcionar o comércio (FERRONE, 2012, p. 202–205).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

As contribuições de ingleses e franceses foram cruciais, segundo Silva Lisboa, para que a economia política se estabelecesse como uma ciência distinta. Para ele, tanto Jean Bodin como Francis Bacon e Isaac Newton representam, na transição do séc. XVI para o séc. XVII, um período de surgimento da economia política em comentários especializados de jurisprudência. É destacado o argumento destes, em que as relações comerciais estão imbricadas em uma ordem natural e moral, estabelecida por leis da providência divina (LISBOA, 1820, p. 60–61, 81–82).

O momento de virada, aos olhos de Silva Lisboa, é quando Jean Baptiste Colbert delimita o “systema colonial” definido pelos Tratados de Rijswijk (1697) e Utrecht (1713), que versava sobre reservar às metrópoles o monopólio do comércio das colônias. François Quesnay, posteriormente, expande o “systema agrario” de François Fénelon, que, segundo Silva Lisboa, era o maior defensor do “systema colonial”. Quesnay se torna a base da fisiocracia, que teve como marca a priorização da agricultura e grandes latifúndios, somado à crítica a artigos de luxo (LISBOA, 1820, p. 82–94). Os ingleses, no entanto, mesmo concordando com os fisiocratas na existência de um sistema de leis naturais para a economia, viam que a riqueza das nações se constrói a partir da gestão inteligente do trabalho. Adam Smith, aqui, seria o pioneiro desta nova ciência, coordenada providencialmente por leis naturais próprias, ligadas à proteção e estímulo à condução racional trabalho útil. A consequência do pensamento de Smith, a emulação do comportamento virtuoso, provou na história que suas ideias econômicas são as corretas — mesmo que ele tenha cometido as falhas de um pioneiro. (LISBOA, 1804, p. 22–23, 1820, p. 60–78).

Tendo em mente este panorama da instauração da economia política como uma ciência, Silva Lisboa apresenta nos *Estudos do Bem Comum* uma diferenciação entre os distintos sistemas econômicos defendidos na história, tendo como crivo primeiro a natureza das ciências econômicas. Seguindo *Filosofia do Espírito Humano* (1792), de Dugald Stewart, Silva Lisboa (1820, p. 127–128) divide as ciências econômicas entre a *aritmética política*, baseada na estatística e coleta de dados e experiências particulares; e a economia





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

política, que se atenta a leis universais e fatos gerais. Silva Lisboa se insere no grupo da *economia política*, porque vê nele suas referências intelectuais, especialmente Adam Smith.

Depois, ele adota uma divisão entre sistemas, tendo como critério a discussão acerca “[d]a fonte da riqueza das nações” (LISBOA, 1820, p. 160–165):

- I. **Sistema Agrário ou Sistema Rural:** O cultivo da terra como fonte de riqueza é a posição dos escritores clássicos e dos fisiocratas. Estes, ainda, afirmam que o indicador da riqueza de uma nação está no valor venal dos gêneros cultivados (LISBOA, 1804, p. 67–78, 1820, p. 168, 162).
- II. **Sistema Colonial ou Sistema Mercantil:** Busca o equilíbrio da balança comercial, pois entende que mais exportações que importações traz prosperidade a uma nação. A forma de fazê-lo diverge, ora se encontra em afirmações que monopólios e comércio marítimo devem ser priorizados, ora as manufaturas para exportação. Contudo, a chave comum é a balança comercial. Silva Lisboa (1820, p. 66–69) cita como representantes deste sistema John Locke, Charles Davenant e outros da aritmética política.
- III. **Sistema Militar:** É o que chama também de barbarismo (LISBOA, 1804, p. 43, 50–51, 77, 1820, p. 8–9, 111–112), em que a prosperidade da nação se dá pela conquista da propriedade de outros povos, não pelo comércio e emulação de práticas virtuosas. É um sistema antigo, embora alguns, como Fénelon (LISBOA, 1820, p. 83–88), tenham-no adaptado para ser um sustentáculo inicial da construção de um sistema mercantil.
- IV. **Sistema Liberal:** A gestão inteligente do trabalho<sup>311</sup> foi um princípio trazido por Adam Smith e que estabelece a visão mais plena do sistema social que fundamenta a ciência econômica. Pelo estímulo à emulação via condução paternal do soberano e instrução pública das leis econômicas e moral

<sup>311</sup> Cumpre destacar que concordamos com Novais e Arruda quando argumentam que, no léxico de Silva Lisboa, “indústria” abrange todo o processo produtivo, não apenas as manufaturas. Por isso, no texto, se fala de “gestão inteligente do *trabalho*”. Cf. NOVAIS; ARRUDA, 1999, p. 19–23



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

religiosa, tem-se uma garantia de crescimento da riqueza nacional porque a liberalidade do sistema e do governo permite que os cidadãos usem sua inteligência para, racional e moralmente, buscarem o sucesso na riqueza particular, que contribui, por consequência, para a riqueza pública (LISBOA, 1804, p. 4–7, 60, 99–103, 1820, p. 169–177, 1832, p. 124–128).

- V. **Sistema Anarquista:** É o sistema dos revolucionários franceses, que Silva Lisboa chama de “isocracia”. Identifica Jean-Jacques Rousseau e Gabriel de Mably como dois representantes deste sistema, que afirma considerar todos iguais — ignorando a diversidade providencial de bens e obras da ordem natural — e, maquiavelicamente, impondo opressões tirânicas aos cidadãos (LISBOA, 1804, p. 41, 1820, p. 113–114, 1820, p. 183–189).

São notórias as demonstrações de grande admiração por Adam Smith da parte de Silva Lisboa, como quando chama o economista escocês de “sacerdote da justiça civil” (1804, p. VIII–XIX). Entretanto, ao longo dos anos, Silva Lisboa muda seu posicionamento. Não deixa de admirar Smith, nem de defendê-lo como fundador das ciências econômicas, mas critica muitos comentários de Smith publicados ao longo do séc. XVIII e início do séc. XIX, que pareciam sinalizar uma “devoção religiosa” a ele (LISBOA, 1820, p. 70–76). A maior razão para o refreamento de sua euforia smithiana é o reconhecimento de Silva Lisboa que, com o desenvolvimento da economia política como uma ciência distinta, amadureceram as leituras preliminares de Smith e ele foi superado em alguns pontos. O exemplo mais evidente dado por Silva Lisboa (1820, p. 228–230) é a percepção de economistas que o sistema de leis naturais não se aplica prontamente na política de uma nação. Além da já mencionada aritmética política, nos *Estudos do Bem Comum* aparecem a Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo e as afirmações de Edmund Burke acerca da “densidade dos costumes”. Ambas demandam respeito às condições particulares de cada nação na aplicação das leis naturais, da mesma forma que cada planeta está sujeito às leis da física, porém cada um em sua órbita (LISBOA, 1820, p. 140–143).

## Conclusões



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

A leitura das obras de Silva Lisboa aponta um débito muito grande às obras de Adam Smith, e um vínculo a outros autores que se fundamentaram nele. Entretanto, depois do percurso percorrido para esta pesquisa, infere-se que na historiografia existe uma lacuna oriunda de uma interpretação presentista do desenvolvimento das ciências econômicas. No caso de Silva Lisboa, sua afiliação intelectual a Adam Smith e ao que chamou de “sistema liberal” de fato incluía tópicos que são caras ao liberalismo contemporâneo, como o livre-comércio e concorrência, obrigações limitadas do governo à salvaguarda da infraestrutura, e defesa da lei de oferta e demanda. Entretanto, a leitura mais próxima e contextualizada de sua produção, atenta aos conceitos mobilizados por ele, indica que estas tópicos caras ao liberalismo se apresentam como subsidiárias a conceitos como “governo paternal”, “gestão inteligente”, “liberalidade”, “ordem natural” e “providência divina”. Desta forma, percebe-se o equívoco de aproximar Silva Lisboa (e outros autores de seu tempo ou anteriores) do pensamento econômico contemporâneo de forma precipitada, o que gera distorções na análise histórica da produção intelectual.

459

Ainda, quanto às interpretações historiográficas acerca do significado da atuação política e produção intelectual de Silva Lisboa, nota-se que os conceitos “liberal” e “ilustrado” não são, necessariamente, antônimos de “autoritário”. Tendo em vista que, para Silva Lisboa, o sustentáculo das relações comerciais é um sistema de leis naturais, ele se insere em um circuito intelectual de ilustrados britânicos que eram influenciados pela teologia racional e filosofia natural (HARRISON, 2011; MAIFREDA, 2012, p. 192–199; NICHOLLS, 1995, p. 1–6, 23–42). Ao dizer que a compreensão deste sistema está vinculada à moralidade, e que a jurisprudência determina que é dever do soberano a instrução pública e religiosa do povo, a defesa de um sistema econômico com menos ingerência do poder pelo prisma das relações comerciais e de produção teve como contrapeso uma defesa de ingerência ativa pelo prisma da moralidade. Isto permite legitimar políticas autoritárias, ainda que no campo econômico, sob a justificativa de proteção contra ofensas à liberalidade da ordem moral e natural (LISBOA, 1820, p. 178–179).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Bibliografia

ARAÚJO, A. C. **O Marquês de Pombal e a Universidade**. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

BRASIL PARALELO. **Principais Características do Liberalismo no Brasil**. Disponível em: <<https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/liberalismo-no-brasil>>. Acesso em: 13 set. 2022.

BRASIL PARALELO. **Brasil - A Última Cruzada: A Guilhotina da Igualdade**. Disponível em: <<https://www.brasilparalelo.com.br/originais-bp/brasil-a-ultima-cruzada>>. Acesso em: 13 set. 2022.

CALDEIRA, J. **História da riqueza no Brasil: Cinco séculos de pessoas, costumes e governos**. 1ª edição ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CARDOSO, J. L. From natural history to political economy: the enlightened mission of Domenico Vandelli in late eighteenth-century Portugal. **Studies in History and Philosophy of Science Part A**, v. 34, n. 4, p. 781–803, dez. 2003.

CARDOSO, J. L.; LAINS, P. (EDS.). **Paying for the Liberal State: The Rise of Public Finance in Nineteenth-Century Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CARDOSO, J. L.; NOGUEIRA, A. DE V. Isaac de Pinto (1717-1787): An Enlightened Economist and Financier. **History of Political Economy**, v. 37, n. 2, p. 263–292, 1 jun. 2005.

CAROLINO, L. M. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico. Em: **Formas do Império: Ciência, Tecnologia e Política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX**. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 191–221.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

CARVALHO, R. H. F. **Dois momentos das ideias tributárias do Visconde de Cairu: da abertura dos portos às nações amigas à independência do Brasil.** Dissertação de Mestrado—Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2011.

DELMAS, A. C. G. **Visconde de Cairu: o mais fiel e humilde vassalo do Brasil.** . Em: XIV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276732895\\_ARQUIVO\\_AnaCarolinaGalanteDelmas.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276732895_ARQUIVO_AnaCarolinaGalanteDelmas.pdf)>

**Estatutos da Universidade de Coimbra do Anno de 1772, Que Contém o Curso Theologico.** Lisboa: Regia Officina Typografica, 1773a. v. 1

**Estatutos da Universidade de Coimbra do Anno de 1772, Que Contém os Cursos das Sciencias Naturaes e Filosoficas.** Lisboa: Regia Officina Typografica, 1773b. v. 3

**Estatutos da Universidade de Coimbra do Anno de 1772, Que Contém os Cursos Juridicos das Faculdades de Canones e de Leis.** Lisboa: Regia Officina Typografica, 1773c. v. 2

FARIA JÚNIOR, C. DE. **O pensamento econômico de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú.** Tese de Doutorado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 8 ago. 2008.

FARR, J. Understanding conceptual change politically. Em: **Political Innovation and Conceptual Change.** Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 24–49.

FERRONE, V. **The politics of enlightenment: Republicanism, constitutionalism, and the rights of man in Gaetano Filangieri.** Tradução: Sophus A. Reinert. Nova Iorque: Anthem Press, 2012.

HARRISON, P. Adam Smith and the History of the Invisible Hand. **Journal of the History of Ideas**, v. 72, n. 1, p. 29–49, 2011.

KIRSCHNER, T. C. **José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: Itinerários de um ilustrado luso-brasileiro.** Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

LEMOS, F. DE. **Relação geral do estado da universidade (1777)**. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1980.

LISBOA, J. DA S. **Principios de economia politica, para servir de introdução á tentativa economica do author dos principios de direito mercantil**. Lisboa: Impressão Regia, 1804.

LISBOA, J. DA S. **Estudos do bem-commum e economia politica; ou, Sciencia das leis naturaes e civis de animar e dirigir a geral industria: e promover a riqueza nacional, e prosperidade do estado**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820. v. 3

LISBOA, J. DA S. **Manual de Politica Orthodoxa**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1832.

LYNCH, C. E. C. Absolutismo político e liberalismo econômico: o reformismo ilustrado de José da Silva Lisboa (1800-1821). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 483, n. 483, p. 47–74, 1 maio 2020.

MAIFREDA, G. **From Oikonomia to Political Economy: Constructing Economic Knowledge from the Renaissance to the Scientific Revolution**. Farnham: Ashgate, 2012.

MASSAÚ, G. C. A reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra: as alterações no ensino jurídico. **Prisma Juridico**, v. 9, n. 1, p. 169–188, 27 ago. 2010.

MONTCHRÉSTIEN, A. DE. **Traicté de l'œconomie politique - l'économie politique patronale**. Genebra: Slatkine Reprints, 1970.

MONTENEGRO, J. A. S. **O discurso autoritário de Cairu**. Brasília: Senado Federal, 2000.

MORAIS, E. V. DE. **Perfil de Cayrú**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1958.

NICHOLLS, D. **God and government in an “age of reason”**. Londres: Routledge, 1995.

NOVAIS, F. A.; ARRUDA, J. J. DE A. Prometeus e Atlantes na Forja da Nação. Em: **Observações sobre a franqueza da indústria**. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 9–32.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

OUTRAM, D. **The Enlightenment**. 4. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

PAQUETTE, G. José da Silva Lisboa and the Vicissitudes of Enlightened Reform in Brazil, 1798–1824. Em: **Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, C. 1750–1830**. Farnham: Ashgate, 2009a. p. 362–388.

PAQUETTE, G. (ED.). **Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, c. 1750–1830**. 1. ed. Farnham: Ashgate, 2009b.

PAQUETTE, G. **Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

QUONDAM, A. **Rinascimento e classicismi: forme e metamorfosi della modernità**. Bolonha: Il mulino, 2013.

ROCHA, A. P. (ED.). **José da Silva Lisboa, visconde de Cairu**. São Paulo: Editora 34, 2001a.

ROCHA, A. P. **O liberalismo de Cairu**. . Anais do IV Congresso Brasileiro de História Econômica apresentado em IV Congresso Brasileiro de História Econômica. São Paulo, 2001b. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/arquivos/antonio-penalves-rocha.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2021

RONCAGLIA, A. **The Wealth of Ideas: A History of Economic Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 5. ed ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

SILVA, R. S. DA. **Edmund Burke e Silva Lisboa: escritos políticos, diferentes leituras**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018.

SILVEIRA, I. F. DA; CARVALHO, S. H. N. DE. Visconde de Cairu: Um Teórico Liberal do Início do Seculo XIX no Brasil. **MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**, v. 1, n. 1, p. 129–134, jun. 2013.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

SKINNER, Q. Meaning and Understanding in the History of Ideas. **History and Theory**, v. 8, n. 1, p. 3–53, 1969.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SPAIZMANN, G. **Releitura da teoria e do receituário de economia política de José da Silva Lisboa - Visconde de Cairu**. Monografia—Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SPAIZMANN, G.; SANSON, J. R. Cairu e o liberalismo smithiano na abertura dos portos. **Análise**, v. 17, n. 2, p. 258–273, dez. 2006.

STINGUEL, M. P. **Justo meio entre os excessos: a obra política do Visconde de Cairu**. Dissertação de Mestrado—Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

TAVARES, R. Lembrar, esquecer, censurar. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 37, p. 125–154, dez. 1999.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Panair do Brasil: Memória Empresarial e o Impacto Econômico da Ditadura Militar

Letícia Martins da Cruz<sup>312</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa busca analisar o Caso Panair, um evento emblemático ocorrido em 1965, quando o Presidente Humberto Alencar Castello Branco cassou as linhas da Panair do Brasil, uma das maiores empresas de aviação brasileira na época. Sem justificativa plausível, o governo ditatorial proibiu o funcionamento da empresa, resultando no desemprego de cerca de cinco mil funcionários. Utilizando a História Oral e outras fontes bibliográficas. O estudo explora a trama política por trás da cassação, o impacto econômico e social da ação autoritária e a violência simbólica e jurídica envolvida. Além disso, o trabalho examina a História da empresa, bem como sua contribuição para o empresariado brasileiro evidenciando, as infraestruturas, e a contribuição econômica em âmbito nacional e internacional construídas pela Panair e que são utilizadas até hoje. As duas perguntas principais a serem respondidas são: como as ações autoritárias do governo afetaram a vida pessoal das famílias ligadas à Panair do Brasil e como foi e é possível preservar e revitalizar a memória da empresa na memória coletiva e no imaginário nacional.

465

**Palavras-Chave:** Panair do Brasil; Ditadura Militar; Memória Coletiva; Empresariado

<sup>312</sup> Graduada em História pela Universidade Católica de Petrópolis (2021), orientada pelo Prof. Me. Bruno Tamancoldi. Atualmente, é mestranda pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora com orientação do Prof. Dr. Wallace Andrioli. Bolsista pelo programa de bolsas de pós-graduação da UFJF(PBPG). Email:leticiamartins.cruz@estudante.ufjf.br



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Introdução

No dia 10 de fevereiro de 1965, o Governo do Presidente Castello Branco decretou, inconstitucionalmente, a cassação das linhas aéreas da Panair do Brasil. O posicionamento político dos sócios majoritários, que eram contra o Governo Ditatorial, combinado com a ambição de uma Aviação rival de adquirir as tão cobiçadas linhas europeias, gerou a equação perfeita cujo resultado foi, impreterivelmente, a queda da Panair. Celso da Rocha Miranda e Mario Wallace Simonsen representavam, para os militares, *personas non gratas*. Celso era um grande amigo de JK e por conta disso, era visto como um protagonista em uma possível ‘contrarrevolução’<sup>313</sup> arquitetada pelo ex-presidente. Mario por sua vez, além de apoiar publicamente o Presidente João Goulart, se recusou a transmitir em sua emissora, TV Excelsior<sup>314</sup>, o Golpe instaurado em 1 de abril de 1964. Estes fatores, somados a participação fundamental de Ruben Berta tornam a cassação das linhas da Panair um ato até previsível em um olhar atual.

A cassação abalou todo o setor empresarial brasileiro, visto que o Governo de Castello Branco se mostrou impassível, mediante a várias tentativas de contestação do decreto, não apenas dos sócios da empresa como também dos funcionários, que através de manifestações de projeção nacional, buscavam uma audiência com o Presidente da República. Nesse sentido, abordaremos a destruição da Panair do Brasil, destacando as consequências de atos políticos autoritários e seu impacto econômico.

## A Trajetória da Panair do Brasil: Do Início à Projeção Internacional

<sup>313</sup> O termo revolução é usado aqui apontando a forma como os eventos de 1 de abril de 1964 eram referendados na época. A palavra revolução foi muito usada no início da Ditadura Militar para legitimá-la como uma mudança decisiva e gloriosa na política brasileira, sendo substituída pelo termo Golpe no final da Ditadura, visto que a palavra Golpe faz referência a ilegitimidade e violência. Nesse sentido, um agente da contrarrevolução simbolizava alguém contra o Governo Militar.

<sup>314</sup> TV Excelsior foi uma rede de televisão aberta brasileira sediada nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, sendo elas, matriz e filial, respectivamente. Pertencia ao Grupo Simonsen de Mário Wallace Simonsen. A TV Excelsior foi a primeira a encarar a televisão como uma empresa que demandava organização e investimentos como qualquer empresa, aliando a qualidade do setor artístico a uma racionalidade administrativa. Além disso, foi a primeira a apresentar a cultura de telenovelas.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

O ano de 1929 constitui um marco de inflexão na história econômica global, notoriamente caracterizado pelo colapso da Bolsa de Valores de Nova York, comumente denominado como a "Grande Depressão". O crash da bolsa de 24 de outubro de 1929, desencadeou uma cadeia de eventos que levaram a uma retração econômica severa, não apenas nos Estados Unidos, mas em escala global.

Até esse ponto, o período do pós-Primeira Guerra Mundial tinha sido um de relativa prosperidade para os Estados Unidos. Esta era testemunhou uma expansão do crédito, especulação em ações e um otimismo quase inabalável na infalibilidade do mercado. A indústria estava florescendo, e novas tecnologias — tais como o automóvel, o rádio e a aviação — estavam transformando modos de vida e criando mercados e oportunidades.

Entretanto, a aparente prosperidade mascarava desequilíbrios econômicos profundos, incluindo a distribuição desigual de riqueza, superprodução agrícola e industrial, e um sistema financeiro altamente especulativo e insustentável. Quando o mercado de ações desmoronou, essas fragilidades vieram à tona, levando a falências em massa, desemprego elevado e um profundo sentimento de insegurança econômica. A onda de choque da crise de 1929 rapidamente cruzou fronteiras nacionais, exacerbada pela natureza interconectada dos mercados globais e pelo sistema monetário baseado no padrão-ouro. As economias europeias, já debilitadas pelas dívidas de guerra e pela reconstrução pós-Primeira Guerra Mundial, foram duramente atingidas. Alemanha, França e Grã-Bretanha viram-se enredadas em crises bancárias, desemprego e agitação social.

No contexto brasileiro, o ano de 1929 também foi marcado por crises econômicas e instabilidade política. O Brasil era então um exportador líder de café, um setor que foi profundamente afetado pelas flutuações do mercado global. A demanda em queda e os preços decrescentes do café levaram a uma crise econômica que foi amplificada pela Grande Depressão. A crise teve repercussões sociais e políticas significativas, contribuindo para o clima de instabilidade que culminaria na Revolução de 1930, que destituiu o presidente Washington Luís e trouxe Getúlio Vargas ao poder.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Nesse contexto, Ralph O'Neill, um piloto americano e veterano da Primeira Guerra Mundial, surge com a intenção de criar uma rede internacional de aviação civil. Fundou, então, a Nyrba (*New York – Rio – Buenos Aires Lines Incorporation*), uma companhia aérea que buscava estabelecer uma rota que contornasse o continente americano passando por Montevideú, Buenos Aires e Rio de Janeiro. Com o potencial das rotas costeiras brasileiras em mente, a Nyrba abriu uma subsidiária no Brasil em 1929. Porém, em 1930, a Pan American adquiriu a empresa, resultando na criação da Panair do Brasil. Sob a administração da Pan American, a empresa passou por um período de expansão, investindo em infraestrutura e aeronaves modernas, como a Commodore e a S-38, para operar as primeiras rotas de passageiros.

O papel da Panair do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial é digno de nota e não pode ser dissociado do tecido econômico complexo e interligado do período, marcado pela mobilização global para um conflito sem precedentes. A Panair, assumiu funções que transcendiam as operações comerciais comuns, alinhando-se com os esforços bélicos aliados e com as estratégias político-econômicas globais. Este alinhamento teve amplas repercussões, não apenas na geopolítica do momento, mas também no panorama econômico brasileiro.

Em primeiro lugar, é essencial ressaltar que a Segunda Guerra Mundial funcionou como um catalisador para a transformação de setores industriais e infraestruturas em todo o mundo. No Brasil, o impacto foi particularmente sentido na indústria da aviação e nas infraestruturas aeroportuárias. Sob a Lei nº 3462 de 1941, a Panair recebeu autorização para construir e aparelhar aeroportos em várias cidades brasileiras, principalmente da região Norte e Nordeste. Esta medida tinha implicações que iam além da mera expansão física; ela estava profundamente entrelaçada com o esforço de guerra aliado para salvaguardar o Atlântico Sul contra ameaças do Eixo.

Economicamente, isso representou uma massiva injeção de investimentos diretos na economia brasileira, especialmente nas áreas de construção civil e engenharia. Os aeroportos tornaram-se pontos nevrálgicos para a distribuição de mercadorias e movimentação de pessoal militar, e seu impacto se estendeu para setores correlatos,



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

incluindo transporte terrestre, comunicações, e até mesmo no comércio e serviços locais onde essas novas infraestruturas foram implantadas.

Além disso, a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados abriu as portas para a importação de tecnologia e capital, principalmente dos Estados Unidos. As rotas aéreas estabelecidas e operadas pela Panair tornaram-se essenciais para a logística militar, mas também para o intercâmbio comercial e cultural com outras nações aliadas. A Panair desempenhou, portanto, um papel fundamental na ampliação do capital social e econômico do Brasil durante esse período turbulento.

Não podemos também negligenciar o efeito multiplicador que a presença da Panair teve na economia brasileira. O treinamento de pessoal, o desenvolvimento de habilidades técnicas, a criação de empregos diretos e indiretos, e a demanda por uma vasta gama de serviços e bens, desde combustível de aviação até alimentação para passageiros e tripulantes, tudo isso contribuiu para estimular a economia em diversas frentes. A Panair tornou-se um motor de crescimento, contribuindo para o desenvolvimento não apenas do setor aéreo, mas também de setores industriais e de serviços relacionados.

Quando Paulo Sampaio, assume a presidência da empresa em 1943, a Panair inicia seu processo de transição de uma empresa fortemente influenciada por capitais e interesses americanos para uma entidade mais autenticamente brasileira. Além disso, Sampaio foi fundamental na construção de uma identidade corporativa que falava tanto à modernidade quanto ao nacionalismo brasileiro. Sob a liderança de Paulo Sampaio, que assumiu a presidência da empresa em 1943, a Panair fez um esforço consciente para fortalecer sua identidade brasileira. Até aquele momento, a empresa tinha fortes ligações com os Estados Unidos através da Pan American, sua empresa-matriz. No entanto, com a transferência de 42% das ações para mãos brasileiras, a Panair começou uma jornada de apropriação simbólica e material de elementos nacionais.<sup>315</sup> A escolha de adotar símbolos nacionais nas aeronaves, como o uso das cores verde bandeira e dourado no uniforme e nas aeronaves,

<sup>315</sup> Fortemente influenciado pelas políticas nacionalistas de Getulio Vargas.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

além de nomear diversos aviões com nomes de bandeirantes e mesmo a incorporação de produtos típicos brasileiros em seus serviços, eram mais do que meras decisões comerciais; eram também atos de identidade cultural e política.

A Panair era, em muitos aspectos, uma embaixada móvel do Brasil. As rotas internacionais que estabeleceu serviram não apenas como corredores de transporte, mas também como canais de difusão cultural. Cada voo era uma oportunidade para mostrar ao mundo um Brasil moderno, eficiente e capaz. Os passageiros, muitos dos quais eram estrangeiros ou brasileiros que viviam no exterior, tornaram-se parte de uma narrativa maior que ia além do transporte aéreo. Eles eram agentes e observadores de uma representação do Brasil que a Panair cuidadosamente orquestrou. A promoção do "pertencimento" aos brasileiros no exterior foi outra faceta importante dessa estratégia. O ato de voar com a Panair tornou-se um ato de identidade, uma ligação tangível com a pátria distante.

Durante a década de 1950, a Panair não apenas consolidou sua presença no cenário internacional com rotas que cruzavam continentes, mas também se tornou um símbolo de orgulho nacional. A liderança de Sampaio foi decisiva na forja de relações comerciais internacionais e na implantação de rotas audaciosas que conectavam o Brasil à Europa, África e Ásia. Em meados da década de 1950, a Panair do Brasil batia diversos recordes, sendo a sexta maior empresa do mundo em extensão de rotas com 96 mil quilômetros de linhas não duplicadas e com uma estrutura aeroviária que percorria, não apenas o território europeu, como a África e a Ásia. Como aponta Sasaki:

O país celebrava a cada conquista. A bandeira nacional estava garbosamente estampada nos principais aeroportos, de Lima ao Cairo. Aqui desenvolvia-se a maior escola de aviação do Hemisfério Sul. Os funcionários eram todos treinados pela própria companhia. Em tempos de legislação ingrata ao trabalhador brasileiro a Panair fornecia alimentação e transporte próprios. Ministrava aulas de inglês em dois turnos, cursos de especialização, aprimoramento e reciclagem. Além disso, pagava os salários mais altos da indústria. Os passageiros, por sua vez, dispunham de atendimento de primeiro mundo, eficiente e atencioso, além de desfrutar de um dos serviços de bordo mais requintados da aviação: a champanhe, os drinks, os sucos e até água eram oferecidos em copos de cristal, e os lanches, aperitivos e refeições, servidos em vários courses, sobre porcelana alemã Rosenthal, com jogos completos de talheres de prata. (SASAKI, 2015, p. 72).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

A década de 1960, contudo, representou um período de tribulação e transformação. O descontentamento entre a gestão da Pan American e Paulo Sampaio levou a mudanças na administração, justamente quando a indústria aérea global enfrentava desafios técnicos e econômicos devido à chegada da era do jato. A tentativa de nacionalização da empresa sob o governo de Jânio Quadros em 1961 introduziu novos atores no drama, nomeadamente os empresários Celso da Rocha Miranda e Mario Wallace-Simonsen. A aquisição de 64% das ações da Panair por esses empresários, em negociações que também envolveram outros interesses empresariais brasileiros como Erick de Carvalho da Varig, finalmente tornou a Panair uma empresa 100% brasileira em junho daquele ano.

## A Queda da Panair: A cassação das linhas pela Ditadura

A cassação das linhas da Panair do Brasil é o caso mais emblemático de violência jurídica e perseguição patrimonial do período ditatorial brasileiro. Em fevereiro de 1965, o Presidente da República Marechal Humberto Castelo Branco autorizou a suspensão das linhas aéreas da maior companhia de aviação do país. A empresa, que por sua vez estava retornando a sua era de estabilidade econômica sob administração de Celso da Rocha Miranda e Mário Wallace Simonsen, recebeu como principal motivo para sua cassação uma “condição financeira insustentável” (SASAKE, 2015). Uma vez publicado o decreto, os hangares da empresa de Aviação foram ocupados pelos militares, a G.E Celma em Petrópolis foi invadida pelo batalhão de caçadores de Petrópolis. Todos os voos que estavam sob responsabilidade da Panair foram passados imediatamente para a empresa Varig, que surpreendeu pela disponibilidade imediata de aviões preparados para assumir as linhas europeias da Panair, visto que na mesma noite decolou um de seus aviões com destino à Frankfurt.<sup>316</sup>

<sup>316</sup> Como a Panair era a única Aviação brasileira que tinha linhas europeias, ela possuía um corpo de pilotos treinados em voo em climas divergentes ao que costumamos ver em países tropicais como o Brasil. Como por exemplo países onde há neve no inverno. Era preciso não apenas ter os aviões necessários para realizar um pouso em uma pista consumida pelo gelo, como também um piloto experiente nesse tipo de pouso. A Varig, que possuía linhas internacionais apenas na Costa dos Estados Unidos, não pousava em nenhuma região com pistas congeladas, logo não fazia sentido ter em seu staff ou em seus equipamentos especializações para tal. Contudo, na noite em que a Panair é cassada, notícia aparentemente inédita para todos os presentes no aeroporto Santos Dumont aquela noite, a Varig aparece com um avião e um piloto preparados para as pistas



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

No dia 15 de fevereiro de 1965 com 35 anos marcados de uma qualidade de serviço admirável internacionalmente e um histórico de pioneirismos no setor aeroviário, declarou falência após um ato antidemocrático e arbitrário cujo processo administrativo foi negado. A Panair do Brasil foi violada juridicamente por um poder político autoritário que obriga a empresa encerrar suas atividades. Entre os dias 11 e 17 de fevereiro de 1965, o nome Panair do Brasil foi destaque nos maiores veículos midiáticos do país. Os olhos de todos os brasileiros estavam voltados para o Rio de Janeiro onde ocorria o caso emblemático da Panair e seus cinco mil funcionários cuja repercussão atingiu nível internacional.

Apesar de todos os veículos midiáticos compartilharem da surpresa pela decisão extrema tomada pelo Governo, foi perceptível que as razões apresentadas pelo Brigadeiro Eduardo Gomes para cancelar as linhas da Panair não envolviam somente uma ‘situação financeira insustentável’ e que existiam razões políticas que não foram explicitadas naquele primeiro momento. Desde o golpe de 1964, os sócios majoritários da Panair do Brasil: Celso da Rocha Miranda e Mário-Wallace Simonsen possuíam uma relação conturbada com o Governo Ditatorial, visto que ambos possuíam um posicionamento político divergente da dita revolução. Afinal, ambos eram muito amigos de Juscelino Kubitschek que por sua vez era considerado um ‘inimigo da revolução’ e que poderia tentar assumir a presidência. Para o Governo Ditatorial, Celso e Mário eram considerados financiadores da contrarrevolução (SASAKE, 2015).

Além disso, Mário-Wallace Simonsen, dono da TV Excelsior se recusou a transmitir o golpe em 1º de abril. Nesse sentido, ambos eram um alvo do Governo de Castelo Branco e possuíam empresas que já tinham passado por um processo intervencionista. Contudo, apesar da possibilidade de intervenção da Panair do Brasil, era pouco provável que o Governo cancelaria as linhas da empresa aérea, fator que beneficiou um velho inimigo da

---

congeladas da Alemanha em pouquíssimas horas, o que aponta como um forte indício de que a Varig foi informada previamente sobre a Cassação da Panair e se preparou previamente para substituí-la.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

empresa: Ruben Berta presidente da Varig. Como Josília Fassbender Barreto Nascimento aponta em sua tese de mestrado:

A grande beneficiária da falência da Panair do Brasil foi a Varig. As linhas europeias e para o Oriente foram todas repassadas a essa empresa, assim como os Douglas DC-8, então as mais modernas aeronaves de passageiros em serviço. Vale dizer que nessa época a Varig operava apenas para os Estados Unidos e América Latina, com dois Boings 707 e dois Convair 990, esses originários da frota real incorporada pela Varig em 1961. Nesse sentido, cabe lembrar do ocorrido quando Celso da Rocha Miranda e Simonsen assumiram as ações da Panair do Brasil e Ruben Berta, dono da Varig, exigiu que lhe fosse transferido o controle acionário da Panair, sob ameaça de que se não o fizesse, a Panair seria “estraçalhada.” (NASCIMENTO, 2013, pg 30)

Uma vez assumindo as linhas europeias da Panair do Brasil, Ruben Berta conseguiu aquilo que a Pan Am tentou evitar. No dia 11 de fevereiro um dos maiores jornais do mundo o *The New York Times* noticia o cancelamento das rotas da Panair e anunciava: “A Varig assumiu as linhas internacionais da Panair do Brasil hoje, tornando-se uma das maiores empresas aéreas internacionais do mundo”. O benefício dado a Varig sem nenhuma divisão justa entre outras empresas aéreas apenas sustentou o fato de que o presidente da empresa Ruben Berta, que era próximo de alguns líderes militares, havia participado ativamente da cassação das linhas da Panair. Além disso, as justificativas apresentadas inicialmente pelo Governo eram consideradas incoerentes e sustentavam a ideia de que uma trama contra a Panair estava acontecendo.

O principal argumento dado pelo Brigadeiro Eduardo Gomes foi a situação financeira insustentável da empresa aérea, contudo este argumento foi refutado pela maioria dos sócios da Panair entre eles Paulo Sampaio: O governo, por força de leis emanadas do legislativo, subvencionava todas as empresas de aviação comercial. Por serem as tarifas aéreas domésticas de então reconhecidamente deficitárias, por imposição e interesse do governo, foram criadas as subvenções cuja finalidade, nunca alcançada, era a de compensar o deficit das tarifas com base na quilometragem voada pelas empresas. O verdadeiro beneficiário dessas subvenções era o usuário que podia, assim, viajar por preços mais baixos. Paralelamente a esta medida existia um financiamento pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, expressamente autorizada pelo Governo, para os pagamentos feitos em moeda



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

estrangeira na compra de equipamentos de aviões, peças sobressalentes para manutenção, combustível e outros.

O financiamento consistia no pagamento de 10% no ato da remessa; 40% em 12 prestações mensais e os restantes 50% após estes 12 meses. Ocorreu que, com a defasagem dos valores das subvenções e, na impossibilidade de o governo reajustá-las, por depender da aprovação legal elaborada pelo Legislativo, criou-se uma medida paliativa para as empresas aéreas. A partir de 1963 a SUMOC passou a conceder, oficialmente, uma espécie de moratória em relação àqueles financiamentos concedidos pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil. Foram deixados em suspenso, enquanto se aguardava o reajustamento das subvenções, todas as empresas, sem exceção, tornaram-se devedoras de débito vencido. E, mesmo neste caso, a Panair tinha uma situação excepcional pois era a que menos devia ao Banco do Brasil. (SAMPAIO, 1985)

O sócio Celso da Rocha Miranda, que a essa altura percebeu que a cassação era uma afronta direta a ele e a Mário-Wallace Simonsen, propôs renunciar a suas ações da empresa aérea se as linhas fossem reestabelecidas, contudo não obteve êxito. Estava claro que os objetivos da cassação das linhas era não só violar juridicamente os sócios majoritários, como também beneficiar a Varig e a Ruben Berta. (NASCIMENTO, 2013). Contudo, o Governo Ditatorial oferece uma cartada final que silenciaria as argumentações do senso comum acerca de sua decisão de cassar as linhas da Panair. Autorizado por Eduardo Gomes o senador João Agripino, faz seu pronunciamento culpando os sócios majoritários da Panair pela cassação das linhas devido a um processo de enriquecimento ilícito.

O principal argumento do senador era que devido Celso da Rocha Miranda possuir a Ajax Corretora de seguros, que por sua vez era a mesma seguradora que fazia os seguros dos aviões da Panair do Brasil, estaria cobrando taxas maiores em cima dos seguros dos aviões realizando então o tal enriquecimento ilícito e, portanto, era a origem da situação financeira irreversível da empresa, apesar de não existirem provas concretas que corroborassem essa acusação, a notícia percorreu todos os jornais da época, transformando-a em verdade.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

O papel da mídia para o processo de legitimidade e aceitação da dita revolução é inegável. Boa parte da grande mídia era apoiadora do Golpe, como o Jornal do Brasil, Última Hora, O Globo e até mesmo o Correio da Manhã que ao noticiarem o Golpe apresentaram matérias como essas em seus editoriais:

Ressurge a Democracia! Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade, não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada. Agora, o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo. Poderemos, desde hoje, encarar o futuro confiantemente, certos, enfim, de que todos os nossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensatez. (O GLOBO, editorial, 2 de abril de 1964).

475

A grande mídia estava a favor da ‘Revolução de 1 de abril de 1964’ que foi legitimada em nome da defesa da democracia e deu início ao maior período antidemocrático da História do Brasil. Portanto, em 1965 quando os eventos relacionados a cassação da Panair do Brasil ocorreram, muitos jornais noticiavam o ocorrido de maneira tendenciosa a favor do Governo Ditatorial. Como o Jornal O Globo, que deu pouco espaço em sua primeira página para o ocorrido, como também o Jornal do Brasil que em letras garrafais explicitava: “*Governo cancela concessão da Panair porque situação econômica é irreversível*”. (ACERVO O GLOBO, 1965)

Apesar da hegemonia midiática estar a favor do Governo de Castelo Branco, o Caso Panair se tornou emblemático não apenas no aspecto social, como também econômico. Nesse sentido, alguns poucos jornais teciam comentários mais ácidos acerca da decisão do Governo e sua real eficácia para a estrutura econômica do país, como por exemplo o Tribuna da Imprensa que anunciava: “*CB entrega linhas da Panair à Varig: Governo entrega monopólio dos voos internacionais brasileiros*”. (HEMEROTECA DIGITAL, Tribuna da



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Imprensa, 1965) A Tribuna da Imprensa junto com outros jornais com alcance um pouco menor, não temiam ações de censura do Governo e expressavam insatisfação com as razões duvidosas apresentadas por Eduardo Gomes de fechar a Panair.

Nesse sentido, declarado o apoio da mídia as decisões arbitrárias do Governo, as alegações realizadas pelo senador João Agripino acusando os sócios majoritários de enriquecimento ilícito, legitimaram a cassação das linhas da Panair e a mídia cuidou para que a repercussão chegasse ao grande público influenciando na aceitação do povo de que a Panair tinha acabado.

Apesar de muito se falar sobre o papel de Eduardo Gomes e do próprio Presidente da época, Castello Branco, dois nomes muitas vezes permanecem ocultos no processo de Cassação e Falência da Panair. Como o Jornalista e especialista no Caso Panair, Daniel Sasaki, aponta duas personas do âmbito Cível e Militar que foram responsáveis por arquitetar todo o plano, são eles: José Carlos Fragoso Pires e o Brigadeiro Clóvis Travassos. (SASAKI, 2015) Travassos era amigo de Ruben Berta e não gostava dos sócios Rocha Miranda e Simonsen, por seus posicionamentos políticos, deu a ideia de fechar a Panair já em 1964 e foi responsável pela fabricação de diversos documentos que acusavam os sócios de enriquecimento ilícito. Já Fragoso Pires, economista e que trabalhava como assessor de Eduardo Gomes ao ser entrevistado por Sasaki admitiu:

Esse grupo do Celso da Rocha Miranda...eram uns vigaristas...o tal do Simonsen. (...) Esse camarada deu um golpe no governo, quer dizer era um cara que já estava sujo. Ele ia dar outro golpe aqui (...) eles [aeronáutica] tinham um monte de informações. Elas foram parar no gabinete do ministro. Fiz o meu plano, que era de cassação das linhas, porque eu digo: “Se você cassar as linhas, você vai resolver o problema. Se você não cassar não vai resolver nunca (SASAKI, 2015, p. 200).

## As consequências da queda

Uma vez, finda a Panair, o impacto social e econômico fora gritante. Para os cinco mil funcionários, que no dia 10 perderam o emprego e no dia 15 perderam as esperanças, o fim da Panair foi equivalente ao luto. Como o Comandante Carlos Pinto aponta no



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Documentário: *Panair do Brasil: Uma História de Glamour e Conspiração*: “Meu filho apanhou um rádio portátil e trouxe a notícia que não feriu os ouvidos, mas sim a alma”. A relação dos funcionários com a empresa aeroviária era algo ímpar, que foi muito bem ilustrado pela série de mobilizações realizadas pelos próprios funcionários com o objetivo de impedir o fechamento da Companhia. Muitos funcionários se uniram com o objetivo de passar a Panair para a diretoria dos funcionários com o intuito de salvar a companhia, aeromoças acamparam na rua exigindo uma audiência com Castelo Branco, abaixo assinados, campanhas e cartazes enfeitaram o Aeroporto Santos Dumont exigindo justiça para a Panair do Brasil.

Devido aos ativos e reservas que Celso da Rocha Miranda possuía da Panair conseguiu realizar o pagamento de todos os funcionários, contudo o processo de reinseri-los no mercado de trabalho não foi cumprido conforme o Governo prometeu e muitos se viram desempregados e sem possibilidades de um novo emprego. Dos cinco mil funcionários, dezoito se suicidaram e os restantes carregam o acontecido como um trauma em sua memória, símbolo da arbitrariedade do Governo. Como um dos funcionários da Panair disse aos agentes do Dops em fevereiro de 1965:

Clóvis Travassos, que tem pronto desde o dia 15 de junho de 1964, quando diretor da Aeronáutica Civil, a falência da Panair. Jamais estudou o problema social, o problema da falência junto ao Ministério da Fazenda, que apresenta prejuízos ao Brasil, as implicações internacionais junto ao Ministério do Exterior e o problema do desemprego (SASAKI, 2015, p. 198).

Já para as famílias de Celso da Rocha Miranda e Mário Wallace Simonsen a declaração de falência da Panair era apenas o início de uma perseguição patrimonial e uma violência jurídica que sofreram durante todo o período ditatorial brasileiro. Os fatos de 10 de fevereiro de 1965 era apenas o início de uma batalha judicial, em busca da justiça da Panair que não só perdeu sua permissão de voar, como todo o seu investimento no setor aeroviário brasileiro incluindo a Celma, a rede de telecomunicações, os aeroportos pertencentes a Panair do Brasil, os aviões e todos os seus bens no exterior que foram liquidados.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Nos anos após 1965, todos os negócios que Celso da Rocha Miranda possuía participação foram atacados sem processo administrativo e houve uma articulação de membros do Estado, principalmente do SNI<sup>317</sup> de obter qualquer documentação que pudesse incriminar o empresário e prejudicar suas empresas. Rodolfo da Rocha Miranda e Maria Luiza da Rocha Miranda Figueira de Mello, tinham respectivamente 15 e 25 anos quando as perseguições contra Celso se iniciaram e por isso tem em sua memória dolorosas lembranças de tudo o que ocorreu com o pai. Em entrevista, Rodolfo relatou a partir de suas memórias do ocorrido, alguns detalhes da violência jurídica que o Celso da Rocha Miranda sofreu.

Além de ser perseguido patrimonialmente, Rodolfo da Rocha Miranda relata um momento em que a casa da família foi invadida com o intuito de encontrar documentos que pudessem incriminar o empresário, sinalizando a Operação Condor de eliminação de inimigos políticos realizados durante o período ditatorial:

**L.M:** Houve um momento em que a família teve que sair do Brasil?

**R.R.M:** Nesse processo de perseguição o que aconteceu na América Latina e no Brasil foi essa história da Operação Condor que era você pegar certos inimigos da revolução e dar um sumiço neles. Colocavam o corpo no avião duzentas milhas fora do território nacional e jogava o corpo fora e a nossa casa já tinha sido invadida lá no Rio. Um fato gozado, porque eu cheguei do colégio, meu pai tinha um quarto de se vestir, e estava trancado e a chave estava por dentro, eu pensei que meu pai tivesse desmaiado. Quando eu abri a o quarto dele estava todo revirado, estavam em busca de papéis, não tinham roubado nada, só em busca de documentos que tinha na casa e isso depois ele veio a saber através de amigos comuns que havia essa possibilidade que era a tal da Operação Condor onde davam sumiço em inimigos políticos. Então ele pega a família e vai viver seis meses fora do Brasil.

**L.M<sup>318</sup>:** E esses papéis que eles podiam estar procurando o que poderia ser?

**R.R.M:** <sup>319</sup>Relações com JK, qualquer coisa que poderia caracterizar um crime. Várias leis foram feitas contra a Panair, várias leis foram feitas para manter a perseguição.

As inúmeras tentativas de reerguer o nome da Panair acabaram sempre falhando durante o Período Ditatorial devido ao *Lawfare* ou a ‘guerra das leis’ onde o Governo instaurou uma série de decretos suspeitosamente específicos que impediam a Panair de

<sup>317</sup> Serviço Nacional de Informações

<sup>318</sup> Letícia Martins

<sup>319</sup> Rodolfo Rocha Miranda



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

levantar da falência, como o decreto lei 496 cujo artigo quatro determina que: “as empresas de transporte aéreo ficam impedidas de operar aeronaves ou explorar serviços aéreos de qualquer natureza, durante ou depois do encerramento dos processos de sua liquidação, falência ou concordata”. E o decreto-lei 669 que exclui o benefício de concordata a empresas que exploram serviços aéreos.

Nesse sentido fica claro que existia uma perseguição aos sócios da Panair do Brasil e uma tentativa incessante de não apenas matar o que foi a maior empresa de aviação comercial brasileira, como também desaparecer com o seu corpo e sua memória. Com mais de setenta volumes de ações contra o Governo a Panair do Brasil consegue levantar sua falência em 1995, 20 anos depois de falida e quando Brasil retorna ao Estado de Direito.

Em 2014 a injustiça da Panair do Brasil finalmente foi afirmada e contada pelo Estado. A Comissão Nacional da Verdade, após meticulosa investigação de documentos e processos realizados no período ditatorial apresenta no segundo volume de seu relatório a comprovação do envolvimento do Estado autoritário na cassação da Panair por motivos políticos. O relatório aponta que, devido ao posicionamento político contrário de Celso da Rocha Miranda e Mário-Wallace Simonsen, foram alvo de um estrangulamento econômico articulado por membros da Aeronáutica e do seu serviço de Inteligência que perseguiram os empresários de maneira implacável. Os Atos de Estado que comprovam tal estrangulamento econômico são:

Fechamento e confisco dos armazéns de café (entrepósitos aduaneiros), em Trieste, das empresas Wasim e Comal. Essas empresas figuravam entre as maiores exportadoras de café à época de seu confisco, abalando inclusive o conceito do Brasil como exportador. Suspensão, sem prazo determinado, das licenças de voo das linhas aéreas da Panair do Brasil S/A., o que levou à decretação de sua falência. Desmantelamento do patrimônio da Panair, coordenado por síndicos militares da falência, com a ativa participação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e de procuradores especialmente nomeados com esse objetivo. Fechamento da TV Excelsior, pioneira no país na implantação da televisão a cores e que contava com técnicos e elenco de primeira grandeza no mercado nacional. Seu fechamento foi decorrente de pressões políticas por parte do governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, um dos patrocinadores do golpe civil-militar, que buscava, sem êxito, o apoio da rede à sua futura candidatura (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Além de comprovar o intervencionismo do Governo Ditatorial em várias empresas pertencentes a empresários que eram contra o Golpe, a CNV, no mesmo relatório, apresenta que algumas outras instituições foram altamente beneficiadas com a cassação da Panair e a devassa fiscal de empresas pertencentes ao Rocha Miranda e Simonsen. Além da Varig, que foi declarada participante ativa da articulação contra a Panair do Brasil através de Ruben Berta, o fim da Tv Excelsior pertencente a Simonsen beneficiou a Rede Globo de Roberto Marinho que estava surgindo naquele período. Marinho era um grande apoiador do Regime Ditatorial, sendo responsável também pelo Jornal Globo que publicou diversas manchetes favoráveis ao Golpe e aos militares. Daniel Sasaki que realizou a pesquisa sobre o Caso Panair e auxiliou o CNV aponta que a Varig não só estava envolvida com a cassação das linhas da Panair, como também, havia sido avisada com antecedência.

Com a criação de CNV e a lei do direito à informação a Panair, mais de 40 anos depois de sua cassação, consegue comprovar a injustiça cometida pela Ditadura. Infelizmente Paulo Sampaio, Mário-Wallace Simonsen e Celso da Rocha Miranda não estavam mais vivos para ver finalmente a Panair sendo reconhecida juridicamente como vítima da arbitrariedade da Ditadura Civil-Militar. Contudo, a luta ainda não acabou, apesar de ser reconhecida juridicamente como vítima da Ditadura a Panair do Brasil não possui mais seus aeroportos e equipamentos e, portanto, não pode mais voar. Nesse sentido, uma vez que a função de aviação se mostra irreversível, passasse então a buscar a legitimação da Panair enquanto memória tanto para os funcionários quanto para a sociedade brasileira.

480

## Considerações Finais

A História da Panair do Brasil traz para os estudos acadêmicos, duas diferentes reflexões: a primeira, trata-se da tentativa da Ditadura Militar de apagar a memória da Panair do Brasil. Através da violência simbólica e jurídica, que só o poder da máquina estatal pode oferecer, esta empresa do setor aéreo que contribuiu de forma ímpar para o desenvolvimento econômico do país, quase foi envolvida em um mar de esquecimento, promovido pela Ditadura Militar. Através de aparatos midiáticos e legislativos a narrativa construída sobre o





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Caso Panair pela Ditadura deveria apagar sua era de ouro do imaginário coletivo e afundar sua História em uma série de acusações injustas e infundadas.

Ao longo deste trabalho podemos observar, com todas as ações da Ditadura acima citadas, de que forma os Governos autoritários buscam legitimar ações de violência de todos os níveis: simbólico, jurídico e físico. Violências que atingem não só os ativistas pertencentes a grupos de oposição, como também grupos de toda a estrutura social. No Caso Panair, os grupos atingidos foram importantes membros do empresariado brasileiro e o seu proletariado correspondente a cinco mil funcionários que perderam o emprego devido a interesses escusos derivados de uma trama política. No âmbito acadêmico, a necessidade de narrar casos como esse do período ditatorial brasileiro é latente, visto que é vital explicitarmos sempre como um Governo sem Estado de Direito prejudica toda a estrutura social e afeta profundamente as dimensões políticas e econômicas do país.

Nesse sentido, todas as camadas sociais são prejudicadas em algum nível. Esta narrativa se faz necessária, principalmente, ao analisarmos o contexto político atual, onde termos como: “Ditadura já” e “Volta Regime Militar” se tornaram tão populares na atualidade. A segunda importante reflexão que a História da Panair do Brasil traz é o aspecto da memória e sobretudo, seu caráter de resistência. Atualmente, apenas algumas gerações lembram de ter visto um avião da Panair no céu. Contudo, muitos conheceram esta empresa pelo seu legado e pelas Histórias que escutam ao ir em um almoço da Família Panair e se impressionam ao saber da existência dessa Companhia que não conheceram em seu auge. Para aqueles que estudam século XX e estão familiarizados com os diversos cenários de barbárie que encontramos por todo o mundo, é nítida a dificuldade de encontrar um grupo que tenha sido vítima de uma violência provocada pelo autoritarismo de um Governo e apesar de todas as circunstâncias adversas mantém-se unido e acima de tudo, recordando. A Panair do Brasil que teve seus sócios reconhecidos como perseguidos políticos pela Comissão de Anistia no dia 4 de outubro de 2023 nos mostra que resistiu muito bem.

## REFERÊNCIAS



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

ACERVO O GLOBO. **O Globo**. Rio de Janeiro, 02 de abril de 1964.

ACERVO O GLOBO. **O Globo**. Rio de Janeiro (11 de fevereiro de 1965).

ACERVO THE NEW YORK TIMES. **The New York Times**. New York, 12 de fevereiro de 1965

ALTERBERG, M. (Diretor). **Panair do Brasil: Uma História de Glamour e Conspiração** [Filme Cinematográfico], 2007

CARDOSO, T. **O semeador: Celso da Rocha Miranda**. Rio de Janeiro, 2016

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **RELATÓRIO - VOLUME II: Textos temáticos**. Governo Federal, 2014

HEMEROTECA DIGITAL. **Correio da Manhã**, 01 de abril de 1964.

HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Notícias**. Editorial:12954. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1965

HEMEROTECA DIGITAL. **Tribuna da Imprensa**. Editorial: 04579. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1965.

HEMEROTECA DIGITAL. **Tribuna da Imprensa**. Editorial 4578, 11 de fevereiro de 1965.

LEGISLAÇÃO INFORMATIZADA, **Decreto-Lei nº496**, 11 de março de 1969

LEGISLAÇÃO INFORMATIZADA, **Decreto-Lei nº669** 3 de julho de 1969.

MIRANDA, Rodolfo Rocha. **Entrevista concedida à Letícia Martins**. Petrópolis, 2021

NASCIMENTO, J. (2013). **Celso da Rocha Miranda: Homem, Empresário e "Mecenas da Educação"**. Petrópolis: UCP.

SASAKI, D. (2015). **Pouso Forçado: A História por trás da destruição da Panair do Brasil pelo Regime Militar**. Rio de Janeiro: Record.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## A Insegurança alimentar durante a Pandemia de COVID-19 e a importância das ações sociais: O caso do mercadinho solidário da OSC Mulheres da Parada

Laura Barbosa Ferreira

Luanna Murici Brito

Maria Camiris Cardoso de Araujo

Perla de Oliveira Souza

Thais Rodrigues Nunes Lemos<sup>320</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo estudar a insegurança alimentar no período da pandemia de Covid-19 no Brasil e a influência de ações sociais para a mitigação da mesma. Para isso serão utilizados os Inquéritos Nacionais sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil feitos em 2020/2021 e 2021/2022. Será analisada também a inflação de alimentos do período e o aumento do desemprego que impacta diretamente na segurança alimentar das famílias, principalmente aquelas em que a chefe é uma mulher. Ademais, será apresentada uma ação social chamada Mercadinho Solidário, que é um trabalho feito pela OSC Mulheres da Parada na cidade de São Gonçalo no Rio de Janeiro. O trabalho da OSC se mostra de extrema importância, pois em um momento de exceção, são as mulheres as mais atingidas pela crise. O trabalho mostrará como isso se dá em números brutos, bem como na prática.

**Palavras-chave:** Insegurança alimentar; Covid-19; Ações Sociais.

<sup>320</sup> Grupo formado por graduandas em história e economia na Universidade Federal Fluminense.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Introdução

Para falarmos sobre insegurança alimentar, devemos primeiro entender o que seria a segurança. O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional mundial começou a ser debatido em 1948, na Declaração Universal de Direitos Humanos feita em uma assembleia geral organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). O artigo 25º afirma: “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, *inclusive alimentação*, vestuário, habitação, cuidados médicos (...)”<sup>321</sup>(grifo feito pelas autoras).

As pesquisadoras Eduarda Santos, Maria Mônica de Oliveira, Dixis Pedraza no artigo *Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil*<sup>322</sup>, mostram que apenas em 1966 a alimentação como direito básico foi regulamentada pelo Comitê dos Direitos Econômicos e Sociais da ONU e depois fizeram um pacto que confiava obrigações para os países. As autoras ainda dizem “O direito humano à alimentação e o direito à nutrição devem ser vistos de forma única, pois um não existe sem o outro”.

Na Conferência Mundial da Alimentação (CMA) de Roma em 1996, que foi organizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), foi reafirmado como um direito de todos: “terem acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação adequada e com o direito fundamental de todos a não sofrer a fome.”<sup>323</sup> No Brasil, o conceito de segurança alimentar é definido pela lei no Artº3 de 11.346/2006 que diz:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base

<sup>321</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org>> Acesso em: 09 de julho de 2023.

<sup>322</sup> SANTOS, Eduarda Emanuela Silva; OLIVEIRA, Maria Mônica; PEDRAZA, Dixis Figueroa. Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Universidade Estadual da Paraíba, III Conbracis.

<sup>323</sup> Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação, 13 a 17 de novembro de 1996.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.<sup>324</sup>

Neste artigo será tratado sobre a insegurança alimentar durante a Pandemia Covid-19 no Rio de Janeiro, especificamente no município de São Gonçalo é necessário compreender que existem esses níveis de insegurança alimentar. A pandemia aumentou os níveis de desigualdades sociais, de gênero e raça, como mostram as pesquisadoras da área da saúde Tais Ariza Alpino, Cláudia Bocca Santos, Denise Barros e Carlos Machado de Freitas. Com isso, os níveis de insegurança alimentar e pessoas em situação de fome cresceram consideravelmente.

Sabe-se que a segurança alimentar e nutricional pode ser afetada pelos impactos sociais e econômicos da COVID-19, especialmente se considerarmos as situações de desigualdade social, de renda, étnico-racial, de gênero e de acesso a serviços de saúde 10. O Relatório Global sobre Crises Alimentares 11 estima que 135 milhões de pessoas apresentavam insegurança alimentar em 2019, mas em entrevista o economista Daniel Balaban, do Programa Mundial de Alimentos, projeta que devido aos efeitos econômicos e interrupções da cadeia de suprimentos decorrentes da COVID-19 este número poderia alcançar 265 milhões de pessoas

12. A pandemia afeta a oferta e demanda de alimentos, reduz o poder de compra e a capacidade de produzir e distribuir alimentos, afetando especialmente os mais vulneráveis.<sup>325</sup>

Como uma forma de combater a fome, sobretudo em um período em um período delicado onde muitas pessoas perderam seus familiares, empregos e precisaram ficar em isolamento, além disso, houve um aumento do valor dos alimentos, surgem diversas ações sociais para alcançar as pessoas com vulnerabilidade, neste artigo aprofundaremos o caso do Mercadinho Solidário que iniciou na pandemia e foi realizado pela OSC Mulheres da Parada.

<sup>324</sup> BRASIL. Lei Nº 11.346/2006, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências

<sup>325</sup> Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. No. 01/2014.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## O VISIGAN

Historicamente, o Brasil é um país que apresenta diversas desigualdades. Uma das maiores delas é a de renda, que resulta na insegurança alimentar. Durante a pandemia de Covid-19, ambas aumentaram gigantesicamente. Nesta seção, serão apresentados dois inquéritos feitos pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional que tiveram como objetivo o estudo dos dados socioeconômicos sobre alimentação no Brasil durante este período de exceção.

## I VISIGAN

A coleta de dados para o I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil foi realizada no mês de dezembro de 2020, em todas as regiões do país abrangendo um total de 2.180 domicílios, proporcionalmente distribuídos entre área rural e urbana. Para efeitos deste artigo, será feita uma pequena análise dos resultados obtidos tanto no âmbito nacional quanto o da região Sul/Sudeste, pois a OSC (Organização da Sociedade Civil) Mulheres da Parada fica na cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro. Também será feita uma análise mais profunda sobre as questões de gênero, que é nosso recorte, já que as mulheres são as pessoas beneficiadas pelo trabalho da OSC.

É importante lembrar que em 2014 o Brasil conseguiu sair do mapa da fome da ONU, porém neste inquérito não é possível afirmar se ele saiu, por motivos metodológicos. Entretanto, o estudo conseguiu identificar dois outros mapas da fome que são

“o Mapa Geográfico, como mostram as desigualdades regionais relativas à IA e fome; o segundo, um Mapa Humano, mostrando que poucos detêm o direito humano à alimentação adequada e saudável, e muitos compõem a população brasileira pobre, preta, periférica, camponesa e de baixa escolaridade com pouco ou quase nada para comer” (I VISIGAN, 2021, p. 54)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

De acordo com o inquérito, o perfil populacional do país permaneceu o mesmo durante a pandemia, se comparado com o PNAD de 2014. Prevalência leve do gênero feminino na sociedade, faixa etária de 18 a 49 anos com maior volume e grande parte dos indivíduos com escolaridade somente até o ensino fundamental. O que mudou de forma brusca foi a renda familiar, tendo diminuído drasticamente. Mesmo que os dados do PNAD ainda apresentem o predomínio da renda familiar de até 2 SMPC (salário mínimo per capita), com 42% da população, vemos que no VigiSAN 2020 isso aumentou para 65%, tendodiminuído as duas outras faixas de renda, de 2 a 5 SMPC e mais de 5 SPMC.

Analisando a tabela sobre renda do VigiSAN 2020 dividida por grandes regiões, vemos que as regiões do Nordeste e do Norte são as com menores índices de proventos. Em decorrência disso, vemos nestas regiões uma maior incidência de programas sociais por parte do governo federal, como o Bolsa Família e, durante a pandemia, o auxílio emergencial. Já na região Sudeste/Sul, região com maior nível de renda, esses programas não são tão utilizados.

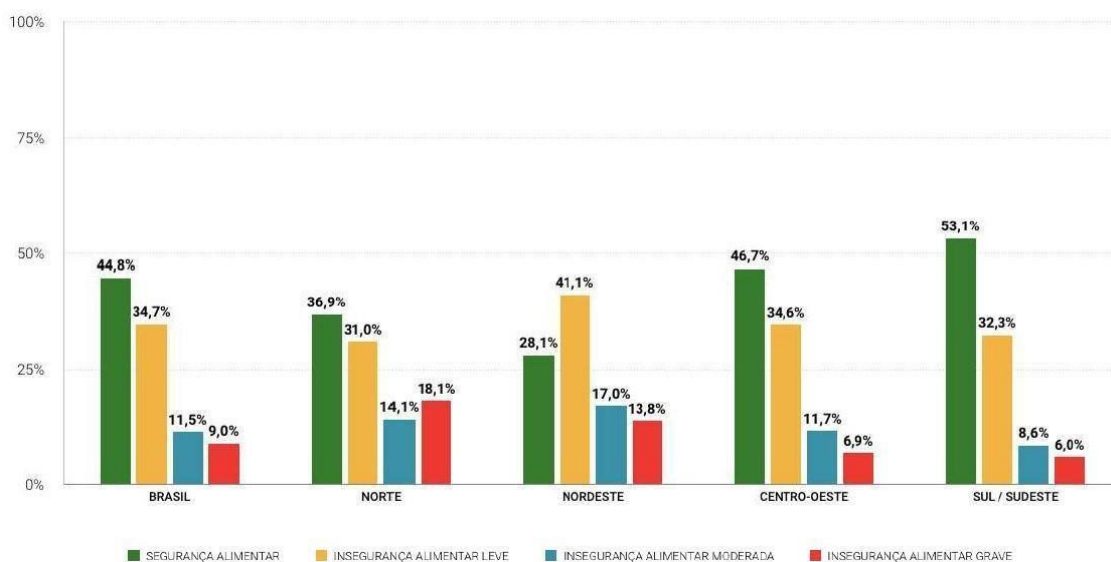
Ao destrinchar as receitas por região, vemos que a região Norte possui uma porcentagem maior de ganhos muito baixos, ficando com altos índices de até  $\frac{1}{4}$  de SMPC e de  $\frac{1}{4}$  até  $\frac{1}{2}$  de SMPC, os menores da pesquisa. Isso se reflete no gráfico de insegurança alimentar, onde ainda as duas regiões possuem incidências desta condição, porém a região Norte é a que mais tem o grau grave. Entretanto, na região Nordeste a insegurança alimentar leve é tão alta que ultrapassa a segurança alimentar, sendo a única região onde isto acontece.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

**Gráfico 1** - Distribuição proporcional dos domicílios por nível de Segurança/Insegurança Alimentar no Brasil e macrorregiões.



Fonte: VigiSAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2020.

A região Sul/Sudeste, objeto do nosso estudo, é a que tem o melhor retrato do Brasil. Porém, isso não significa que ela está em boas condições. Apesar da maioria da região estar em situação de segurança alimentar, 46,9% dos moradores deste local não estão. Isso representa um total de quase 58 milhões de pessoas e a massa está na zona urbana, como é o caso das atendidas pela OSC Mulheres da Parada.

Passando para a questão de gênero podemos ver que no recorte nacional, a pessoa de referência, ou seja, a responsável pelo provimento de alimentação e renda da família, majoritariamente são mulheres, mas de uma forma bem balanceada. Nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, isso se faz valer de uma forma bem relevante, enquanto nas regiões Norte e Sudeste/Sul, o sexo masculino é o apontado como referência. Apesar disso, ao estudar a diferença entre os sexos, residências com mulheres como representantes sofrem mais de insegurança alimentar do que as do sexo oposto.

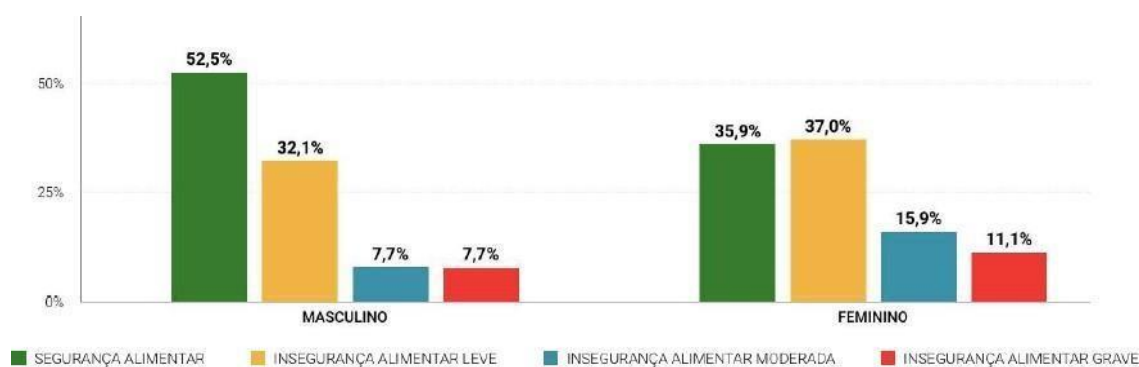




# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

**Gráfico 2** - Distribuição percentual dos níveis de Segurança/Insegurança Alimentar segundo as características da pessoa referência do domicílio (sexo).



Fonte: VigiSAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2020.

A diferença é gritante e isso se dá por diversos fatores. Mulheres tendem a ter uma renda menor, em decorrência do machismo estrutural da nossa sociedade que paga menos as mulheres por executarem a mesma função e pela preferência de muitos contratantes pelo sexomascullino. Ademais, é importante mencionar as mães solo, que precisam se desdobrar para conseguir colocar comida na mesa, enquanto educam seus filhos e filhas sozinhas, o que também afeta nos seus salários.

Outra variável que perpassa toda essa discussão é a de raça/cor da pele. Da mesma forma que as mulheres sofrem mais com a insegurança alimentar, pessoas pretas e pardas também. Quando falamos de mulheres pretas e pardas, esse número aumenta ainda mais. Essas são as pessoas que estão mais à margem do mercado de trabalho, da economia e da sociedade como um todo. São mães, mulheres pretas, que estão passando fome e sem conseguir alimentar suas famílias.

Uma avaliação importante que a pesquisa traz é a relação da perda de emprego e diminuição de renda com a situação de insegurança alimentar durante a pandemia. “O inquérito revelou que a perda de emprego de algum(a) morador(a) e o endividamento da família são as duas condições que mais impactaram o acesso aos alimentos no período pesquisado” (VIGISAN, 2021). Pode-se pensar também na perda de algum familiar que tinha papel importante na arrecadação monetária da família, o que impacta diretamente



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

na alimentação.

Mas, para além da pandemia, vivemos momentos sombrios com perdas de direitos através da reforma trabalhista de 2017 e da reforma previdenciária de 2019. Também, desde 2016, com a implementação de governos com fortes tendências neoliberais, que cortaram fundos de programas sociais como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e editais para ONGs e OSCs como a Mulheres da Parada. Dentro do VigiSAN 2021 foi feita a comparação entre a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018 e os dados do próprio inquérito.

A pesquisa mostra que a segurança alimentar diminuiu em uma média de 18,45% paratodo o país.. Entre as três categorias de insegurança alimentar, a que mais aumentou foi a leve. No sudeste/sul, nosso recorte espacial, vemos uma queda de 20% na segurança alimentar, aumento de 24% na insegurança alimentar leve e de 3% na moderada e na grave. Isso significa que mais pessoas acordam de manhã sem saber se terão alimento para o dia e vão dormir sem saber se conseguirão almoçar no dia seguinte. Isso “pode ser em decorrênciaa perda de renda e, conseqüentemente, da segurança alimentar nos estratos médios da sociedade” (VIGISAN, 2021).

490

## II VISIGAN

Nesta parte será feita uma análise do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil. Porém, para não ficar muito extenso, comparar-se-á com o I VigiSAN, utilizando os mesmos recortes empregues anteriormente. Estes recortes foram: renda, gênero, cor/raça e a possível perda de renda durante o período citado. Este trabalho é importante para enxergar o impacto que a pandemia teve com o tempo, já que inicialmente o confinamento deveria durar apenas meses, mas durouquase dois anos.

Feito no período de novembro de 2021 e abril de 2022, sendo lançado em junho de 2022, este inquérito teve uma abrangência imensamente maior do que o primeiro.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Enquanto o de 2021 pesquisou pouco mais de 2 mil domicílios, o de 2022 alcançou 12.725 casas. Diferentemente do anterior, este estudo separou as regiões Sul e Sudeste, entretanto para estabelecer uma paridade, incluíram também alguns números destas regiões em conjunto.

De modo geral, os resultados obtidos mostram que somente 41,3% dos domicílios estavam fora da zona de perigo da insegurança alimentar.<sup>326</sup> Isso significa que 58,7% da população brasileira sofre com esta mazela. Comparativamente, levando em consideração todos os tipos de IA, a porcentagem aumentou em 3%, porém a gravidade piorou significativamente. Enquanto em 2020 9% da população estava no último grau, ou seja, passando fome, em 2021/2022 o percentual passou para 15,5%. “Em termos populacionais, são 125,2 milhões de pessoas residentes em domicílios com IA e mais de 33 milhões em situação de fome (IA grave)” (II VIGISAN).

Outro fator importante de citar é que as escolas eram personagens importantes da alimentação das crianças e adolescentes de baixa renda, já que forneciam refeições como almoço e jantar para seus alunos. Isso permitia com que os menores permanecessem na escola, além de ajudar a manter essa criança alimentada, facilitando para os pais e responsáveis conseguirem se alimentar também. Com o fechamento das escolas, está sendo observado uma queda brusca na escolaridade dos jovens, fora o aumento do trabalho infantil.

Não só impactando essa população, o fechamento das escolas também impacta no comércio de alimentos de agricultores de pequeno porte, uma vez que estes eram os principais fornecedores de alimentos para as escolas. Com isso, cria-se também uma crise profunda na área rural do país, tornando-se uma grande bola de neve de insegurança alimentar. Através do inquérito, é possível analisar que percentualmente as áreas rurais possuem mais insegurança alimentar do que as urbanas. Mas, em números reais, existem mais pessoas passando fome nas áreas urbanas do que nas rurais.

---

<sup>326</sup> VIGISAN II



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

É possível ver na tabela abaixo, que a região sudeste é a segunda microrregião com maior nível percentual de saudabilidade alimentar no Brasil perdendo somente para a região sul. Porém, a região sudeste possui quase 49 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar, sendo a região com o maior número de pessoas nesta condição.

**Tabela 2** - Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA)

Brasil e macrorregiões	Domicílios (%)				Moradores (mil habitantes)			
	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave
	2021/2022				2021/2022			
<b>BRASIL</b>	<b>41,3</b>	<b>28,0</b>	<b>15,2</b>	<b>15,5</b>	<b>88.160</b>	<b>59.667</b>	<b>32.387</b>	<b>33.103</b>
<b>Norte</b>	28,4	26,4	19,5	25,7	5.370	4.991	3.687	4.859
<b>Nordeste</b>	32,0	29,6	17,4	21,0	18.444	17.047	10.051	12.127
<b>Centro-Oeste</b>	40,5	31,1	15,5	12,9	6.766	5.196	2.590	2.155
<b>Sul/Sudeste</b>	48,1	26,9	13,2	11,7	57.737	32.290	15.845	14.044
<b>Sudeste</b>	45,4	27,2	14,3	13,1	40.693	24.380	12.818	11.742
<b>Sul</b>	51,8	26,5	11,8	9,9	15.749	8.057	3.588	3.010

Fonte: Distribuição de domicílios (%) e moradores (n), por condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar, Brasil e macrorregiões. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Partindo para a perspectiva de renda, foi observado, em comparação com o I VigiSAN, que domicílios de baixa renda estavam cada vez mais sujeitos a IA. Isso significa que o valor de troca do Real diminuiu nesse período, e a mesma quantidade de renda conseguia comprar menos produtos. Um exemplo disso foi que

“se em 2020 (I VIGISAN) não eram observadas as formas mais severas da IA nas famílias com renda per capita acima de 1 SM (IA moderada ou grave), elas reaparecem no II VIGISAN, em 2021/2022, o que é explicado pela diminuição da IA leve, uma vez que a SA está mantida nesta faixa superior de renda” (II VIGISAN).

Quando falamos sobre o perfil geral da pessoa de referência do domicílio são confirmados os resultados encontrados no I VigiSAN. Se a pessoa de referência for mulher, existe 10% a mais de probabilidade daquela família sofrer de insegurança alimentar, onde 52% das residências com pessoas de referência masculinas sofriam IA,



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

o contrário acontece em 63% dos casos. Números parecidos aparecem também em contextos onde a pessoa é preta ou parda. Além disso, também impacta nesses números a escolaridade da pessoa, sendo pessoas com menos escolaridade mais propensas a saírem da SA. Por isso, mulheres pretas e de baixa escolaridade ainda são as mais afetadas pela insegurança alimentar no período estudado.

Outra avaliação importante que aparece no inquérito é sobre a eficácia das políticas públicas. Foi percebido que domicílios com uma pessoa aposentada tinha mais propensão à saudabilidade alimentar, porém outros auxílios não tiveram tanto sucesso. Auxílios como Bolsa Família e Auxílio Brasil não se mostraram suficientes para cobrir a carência de rend dessas famílias, já que além da alimentação existem outras contas essenciais, como aluguel, água e luz. Por isso, vemos maior proporção de famílias que recebem esses benefícios em situação de vulnerabilidade alimentar, do que aquelas que não recebem.

Um auxílio criado durante a pandemia para tentar conter a crise foi o Auxílio Emergencial, mas esse também não foi inteiramente eficaz. Vemos através dos resultados do inquérito, que grupos familiares que estavam em cenário de fome estavam “em uma condição de marginalização extrema, que acaba por influenciar, inclusive, o acesso a esta política pública” (II VIGISAN, p. 69). Entretanto, a pesquisa indica que para além das políticas estatais, podem existir outros meios de resistência, como a OSC estudada neste artigo.

Para finalizar essa análise, é possível comparar os dois inquéritos. Vemos um aumentodrástico na insegurança alimentar, principalmente na grave. Enquanto “tínhamos 19,1 milhõesao final de 2020 e, ao final de 2021 e início de 2022, esse número subiu para 33,1 milhões” (II VIGISAN, p. 73). Ao falarmos de gênero, como já deve ser esperado depois dessaexplicitação, é que a insegurança alimentar piorou em domicílios com as mulheres como chefe, e piorou ainda mais quando eram pretas ou pardas.

## Projetos Mulheres da Parada – O Mercadinho Solidário MP



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Para tratar do tema da insegurança alimentar, o foco da pesquisa do grupo será o Rio de Janeiro, mais precisamente a cidade de São Gonçalo. A opção metodológica de se estudar esta cidade se deu pela ausência de materiais governamentais mais concretos acerca do tema dentro da região metropolitana do Rio de Janeiro, sejam eles municipais, federais ou estaduais. Enfrenta-se ainda, para além da ausência de fontes detalhadas e específicas, a dificuldade de mapeamento da insegurança via fontes oficiais do governo provocada pela lacuna de anos sem produção de um censo da população, como também pela recente divulgação da parte demográfica do censo realizado em 2022 (divulgado em 28 de junho de 2023), levando a uma ausência de análises mais aprofundadas das mudanças socioeconômicas ocorridas dentro dessa lacuna temporal. Assim sendo, a solução encontrada pelo grupo foi a elaboração de um estudo de caso de um projeto realizado pela OSC Mulheres na Parada, o Mercadinho Solidário, estabelecimento com sede no bairro de Sacramento, no município de São Gonçalo.

A cidade de São Gonçalo localiza-se na região metropolitana do Rio de Janeiro ou Recôncavo da Guanabara. A cidade também possui uma das maiores densidades demográficas do estado chegando a 4 mil habitantes por km<sup>2</sup>, e uma população estimada em aproximadamente novecentos e noventa e nove mil habitantes, uma das maiores do Brasil, no censo de 2010 (IBGE, 2010). Ainda de acordo com o antigo censo, a pirâmide etária e de gênero da população refletia a média encontrada na população brasileira, na qual a base e meio, ou seja, idades entre 05 a 54 anos representam a maioria da população. Apesar da maioria das pessoas serem do gênero feminino, a relação entre homens e mulheres não é muito dispare. A pesquisa feita em 2020, indicou que a média salarial era em torno de 02 salários mínimos, e que, 34% da sua população recebia no máximo meio salário mínimo per capita (IBGE, 2010).

Analisando comparativamente, é possível observar que São Gonçalo tem um dos piores índices de escolarização – censo 2010 - (96% entre 06 e 14 anos) e salário (2 salários mínimos) tanto do país como do próprio estado, enquanto sua população é uma das maiores da região. Porém, em comparação aos municípios próximos, o ranking de São Gonçalo ainda é superior à maioria. Ademais, o censo mostrou ainda que dentro do



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo possui um dos piores percentuais de produto interno bruto (PIB) per capita, estando na posição 89º de 92 cidades. Possui altas taxas de urbanização, sendo o 27º colocado em todo o Brasil. O censo de 2010 mostrou que 81,4 por cento da população do seu território tinha esgoto sanitário adequado (IBGE, 2010).

A partir dos dados apresentados do censo demográfico de 2022, podemos observar, comparativamente com o censo de 2010, que a população de São Gonçalo sofreu uma retração anual de 0,9%. Embora a população de São Gonçalo tenha-se reduzido, em contraponto ao aumento da população brasileira em geral, a cidade permanece possuindo uma alta densidade demográfica, que chegou a aproximadamente 3.613 hab/km<sup>2</sup>, ou seja, ocupando a faixa mais alta dessa categoria do IBGE (CENSO, 2022).

No quesito administrativo, São Gonçalo é dividido em 5 distritos, que englobam um total de 90 bairros. O bairro de Sacramento, onde o projeto aqui em questão é analisado, fica localizado no segundo distrito do município, denominado Ipiíba, criado em 1944, e que abarca outros 19 bairros (SÃO GONÇALO, mapas e bairros, 2023).

Vale destacar que o grupo tentou buscar em São Gonçalo dados municipais a respeito da questão da alimentação e insegurança alimentar, principalmente durante a pandemia, mas enfrentamos os seguintes problemas: ocorre uma mudança de gestão durante a pandemia, com as eleições municipais ocorridas em 2020, levando à eleição do Capitão Nelson (Avante), substituindo o então prefeito José Nanci, que não avançou para o 2º turno destas eleições (Cidadania).<sup>327</sup> É válido notar que essa substituição de gestão, provoca uma dificuldade de manutenção de documentação do antigo governo, visto as peculiaridades políticas (e paralelas) que englobam toda a metrópole do Rio de Janeiro. A segunda questão é a própria ausência, por parte da prefeitura, de uma coleta de dados sistemática em relação ao tema, inclusive durante a pandemia, levando o grupo a procurar

<sup>327</sup> SÃO GONÇALO, Capitão Nelson, 2023; JORNAL O DIA, 2023



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

outras fontes, mais diretamente ligadas às comunidades, para a plena realização do presente artigo.

Diante da situação da pobreza no município, possivelmente agravada pelo início da pandemia no Brasil, é possível indicar diversas outras ONGs, OSCs e projetos sociais que atuam diretamente no município para o combate à insegurança alimentar e outros problemas que envolvem a vulnerabilidade socioeconômica dos moradores da região. O site chamado *ONGs Brasil* fez um levantamento de cerca de 39 organizações ou projetos sociais atuantes na cidade de São Gonçalo, em diversas áreas sociais e culturais, como a Instituição Cristã Amor ao Próximo que atua abrigando idosos em situação de vulnerabilidade.<sup>328</sup> No mapa das OSCs no site do Ipea, é possível observar que a maior concentração de OSCs do Brasil situa-se na região sudeste do Brasil, abarcando os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.<sup>329</sup> A reportagem do jornal O São Gonçalo ofereceu opções de vagas para trabalhos voluntários em São Gonçalo, ajudando assim, a divulgar OSCs como o Centro de Valorização da Vida (CVV), que oferece apoio a pessoas com problemas emocionais ou vulneráveis; outro projeto é o Gente do Bem, que fornece cestas básicas e agasalhos para pessoas que vivem em situação de rua. (MAGALHÃES, 2021).

Do ponto de vista governamental, alguns projetos também foram feitos ou continuados durante a pandemia: Campanha Juntos Contra a Fome, realizada pela prefeitura em abril de 2021, com o intuito de arrecadar doações de alimentos não perecíveis e itens de higiene nos postos de vacinação contra o coronavírus, arrecadação esta que foi doada para uma das regiões que participam do programa Criança Feliz<sup>330</sup>, que garantiu, durante a pandemia, que a inscrição de mais de 270 usuários em 2020, chegasse a 600 famílias em 2021, que, vivendo de maneira precária, foram beneficiadas pelo programa. Dentre os bairros que participam deste programa, está o bairro de Sacramento. Por fim, é possível citar também o Restaurante do Povo de São Gonçalo, inaugurado em 1º de dezembro de 2022 e localizado no bairro de Alcântara, é uma

<sup>328</sup> ONGS BRASIL, 2023.

<sup>329</sup> MAPA DAS OSCs, 2023.

<sup>330</sup> SÃO GONÇALO, Criança feliz, 2023.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

parceria entre governo do Estado do Rio de Janeiro e a prefeitura de São Gonçalo na qual servirá mil refeições de café da manhã e duas mil de almoço que qualidade a preços simbólicos para a população. O governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro, em depoimento de abertura do restaurante, localizou esse restaurante dentro de um projeto maior de combate à fome de seu governo. Além da unidade de São Gonçalo, esse programa de parceria do Governo Estadual com as administrações das cidades, também possui as unidades de Duque de Caxias, Petrópolis, Campo Grande, Bangú, Bonsucesso, Niterói, Volta Redonda, Belford Roxo e Campos dos Goytacazes.<sup>331</sup>

A Associação Mulheres da Parada surge em 2020 com a criação do Mercadinho Solidário. Essa associação busca a promoção do empoderamento feminino de mulheres em situação de vulnerabilidade social e de realização de ações sócio-ambientais em favelas. O mercadinho solidário MP é uma iniciativa que busca ajudar famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, através da doação de alimentos para as famílias cadastradas.<sup>332</sup> Por não se tratar de doação de cestas básicas, as famílias podem escolher de acordo com critérios como a quantidade de pessoas que integram a família, tanto a quantidade de alimentos quanto a qualidade, ou seja, eles podem escolher dentre os itens que estão disponíveis, o que mais atende às necessidades familiares naquele momento.<sup>333</sup> As famílias também possuem liberdade para escolher itens que vão além dos tradicionais da cesta básica e o atendimento a essas famílias ocorre uma vez ao mês. Sobre o público alvo do mercadinho, a página do site da internet da associação atenta: “ são atendidas prioritariamente famílias de baixa renda, chefiadas por mulheres negras, mães solas, em situação de insegurança alimentar e nutricional” (MULHERES DA PARADA, 2023). Além do Mercadinho, a OSC atua em mais duas frentes: a Donas do Agro e a Donas da Parada. O foco da Donas do Agro é a questão ecológica e sócio-ambiental, promovendo a plantação de hortas e agroflorestas em espaços públicos e nas casas das mulheres em situação de vulnerabilidade social. Esse projeto oferece cursos e oficinas nas áreas agroflorestal e de agroecologia, além de

<sup>331</sup> SÃO GONÇALO, Restaurante do povo, 2023.

<sup>332</sup> MULHERES DA PARADA, o coletivo, 2023.

<sup>333</sup> HORA, 2023.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

ensinar as mulheres o cultivo de alimentos, a compostagem e o reaproveitamento consciente da comida (MULHERES DA PARADA, 2023). O terceiro projeto da Associação é o Donas da Parada e baseia-se no incentivo e capacitação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou vítimas de violência doméstica. O principal objetivo desse projeto é o de gerar empoderamento e independência financeira para elas. (MULHERES DA PARADA, 2023).

## A entrevista com a idealizadora

Letícia da Hora, idealizadora do coletivo Mulheres da Parada e do Mercadinho Solidário, mulher negra, é formada em Comunicação Social com bacharelado em Publicidade e Propaganda pelo Centro Universitário Plínio Leite (UNIPLI), e em cursos de extensão em Mídia e Educação pela UFF e Cultura e Arte pela Universidade das Quebradas (UFRJ), dentre outros. Também é ativista social, líder comunitária e coordenadora da área Equidade do Programa de Gênero e Raça da Associação Filantrópica Karanba.

Desde a formação trabalhava no terceiro setor, em ONGs, no âmbito dos direitos humanos, da cultura, da comunicação, e, embora pensasse em algum projeto voltado à sua comunidade, não tinha experiência com o assistencialismo. Contudo, Letícia estava desempregada durante a pandemia e levando em conta as questões vivenciadas em seu cotidiano, observando as condições de vulnerabilidade social e econômica das pessoas da comunidade onde mora durante a quarentena viu a possibilidade de fazer algo efetivo, e se inscreveu no edital de “Doações Emergenciais no Contexto da Pandemia da covid-19”, do Fundo Baobá, e foi uma das pessoas apoiadas.

As ações subsidiada pelo fundo seriam imprimir os deveres das escolas das crianças, pois eram passadas atividades remotas e ofertar cestas básicas fechadas, kit de prevenção, como água sanitária, álcool 70°, produtos de higiene e máscaras de tecido, sem considerar que estes estudantes e seus familiares poderiam estar em situação de insegurança alimentar. Ela passou então a mobilizar familiares, amigos e pessoas da



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

vizinhança para arrecadar mais alimentos para a cesta básica, o que levou à criação do coletivo Mulheres da Parada e do Mercadinho Solidário de maneira orgânica.

Entretanto, a idealizadora relata que pretendia elaborar um projeto que as pessoas tivessem a possibilidade de escolher os produtos que desejassem, podendo aumentar ou diminuir a quantidade dos itens de acordo com a necessidade e tamanho da família, apontando a ineficiência da cesta básica para famílias grandes, pois além de não respeitar a cultura alimentar dessas famílias, não prioriza a diversidade e a qualidade de alimentos, e a quantidade limitada de alimentos é insuficiente para a subsistência de famílias mais numerosas.

Desta forma, a partir da ampliação de captação de alimentos e a agregação de outros itens de higiene pessoal, produtos de limpeza e alimentos como canjica, milho para pipoca, tapioca, mingau, aveia, achocolatado, ervilha em grão, dentre outros alimentos que complementam e são tão necessários à alimentação quanto os da cesta básica, foi possibilitado a criação do Mercadinho Solidário na garagem da Letícia, local que foi esvaziado, limpo, organizado e decorado pelas mulheres do coletivo para a instalação do Mercadinho, um local de fácil acesso e bem conhecido pelos moradores da região.

As mulheres do coletivo, formado inicialmente por mulheres negras, vizinhas e moradoras da comunidade Parada São Jorge, se mobilizaram para arrecadar alimentos e insumos para atender as demandas da população local. Além da parceria da própria comunidade, de comerciantes locais, também contaram com o apoio de ONGs, como CUFA, Bem TV, Acesso Cultural, Banco Comunitário, Comitê da Solidariedade, etc., e parceria com a IFRJ (campus São Gonçalo) e contavam com a contribuição da imprensa para alcançar maior número de doadores e voluntários.

As pessoas atendidas pelo Mercadinho Solidário são, em maioria, mulheres negras chefes de família e mães solo, autônomas, ou que se encontravam desempregadas e diaristas impossibilitadas de trabalhar devido às medidas de isolamento social. Após uma avaliação é feito o cadastro das famílias e, posteriormente, determinam uma data para que compareçam ao Mercadinho para a retirada de alimentos. No início esse cadastro era feito conforme as pessoas chegavam sem um critério definido, atualmente o cadastro



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

socioeconômico é muito bem elaborado, com informações mais completas e organizadas, inclusive para avaliar a real necessidade das famílias. Assim, o coletivo passou a ter um olhar atento de quem era seu público-alvo: mulheres pretas, de baixa-renda, baixa-escolaridade e mães solo. E esses dados que o coletivo já conhecia de maneira empírica, passou também a ser verificado em diversas pesquisas sobre o recorte de pessoas mais afetadas pela pandemia, como o VigiSAN.

Esse recorte de classe, gênero e raça de pessoas atendidas pelo projeto pode ser entendido levando em conta que historicamente as mulheres são mais afetadas pelo desemprego que os homens, e essa situação se agravou durante a pandemia principalmente entre as mulheres negras por conta das medidas de distanciamento social. Segundo dados da PNAD Contínua, no 1º trimestre de 2020, a taxa de desemprego registrava 17,3% entre as mulheres negras em comparação a 11,3% entre as mulheres brancas, a diferença é ainda maior quando confrontada à taxa de desemprego de homens brancos que chegou a 8,4%.

O desemprego neste caso pode estar associado à maternidade, pois mulheres periféricas estão mais suscetíveis a se afastar do mercado de trabalho devido aos cuidados com os filhos, visto que é atribuído às mulheres as responsabilidades familiares, o que foi impulsionado pela suspensão de aulas durante a pandemia de Covid-19, pois as creches e escolas foram fechadas e as crianças e adolescentes em idade escolar passaram a ficar em casa.

Uma segunda explicação seria de que grande parcela das trabalhadoras domésticas são mulheres negras, segundo pesquisa divulgada em abril de 2023 pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas (Dieese), utilizando os dados do IBGE, “no quarto trimestre de 2022, as trabalhadoras negras representavam 67,3% do total de mulheres da categoria”, uma herança colonial escravocrata. Portanto, as que não tiveram carga horária aumentada e precisaram se deslocar mesmo com as medidas restritivas, ou que passaram a ficar na casa dos patrões, foram demitidas, seja pelas medidas de isolamento social, seja pela diminuição da renda dos empregadores.

Outro setor que é composto majoritariamente por pessoas negras e sofreu grande



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

impacto no período foi o de trabalho informal, deste modo as mulheres autônomas foram atingidas ou pela impossibilidade de trabalhar ou pela diminuição da demanda do produto e/ou serviço oferecido, acarretando na redução significativa da renda familiar, que por vezes contava com mais de uma pessoa desempregada na família.

À vista disso, a maior dificuldade apontada por Letícia é a captação de recursos, e ela entende que isso se dá justamente por estar numa posição perpassada por essa intersecção entre gênero, raça e classe, isto é, ser uma mulher preta e pobre. Em outras palavras, os indivíduos, uma vez que as doações advêm de pessoas físicas, estariam mais propensas a colaborar caso as integrantes do coletivo atendessem às expectativas padrão da sociedade machista e racista. Isso gera uma instabilidade na quantidade e na variedade de produtos.

Outra dificuldade lembrada são as limitações pós-pandemia, pois com o denominado “novo normal” as doações despencaram. Letícia revela que na última ação do mercadinho anterior à entrevista foram atendidas apenas 20 pessoas, mulheres que estavam fazendo o curso de confeitaria gratuito do projeto Donas da Parada, também pertencente ao coletivo Mulheres da Parada, e necessitavam de suporte para se manterem até o final, e deste modo, com os atendimentos no Mercadinho e fornecimento de lanches, todas conseguiram concluir curso, sem nenhuma desistência apesar de se encontrarem em vulnerabilidade.

Ainda foi abordada a questão de que não houve apoio do governo ao coletivo. Com isso, vale destacar que não foram encontrados dados sobre segurança alimentar na Prefeitura de São Gonçalo, e que, desde 2012, o Comsea (Conselho Municipal de Segurança Alimentare Nutricional) estava inativo e foi reativado apenas em junho de 2023. Ou seja, quem deveria proporcionar políticas de segurança alimentar, de geração de empregos e de manutenção dos salários durante a pandemia, não o fez, que é o poder público.

Apesar das dificuldades, o coletivo Mulheres da Parada com os projetos do Mercadinho Solidário, o Donas da Parada e Donas da Agro, visa promover o empoderamento de mulheres. Muitas alunas anteriormente pelo projeto do Mercadinho



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Solidário, e ao entrar no projeto de inclusão produtiva do Donas da Parada tem melhora na autoestima, são qualificadas profissionalmente e passam a gerar renda.

Assim foi possível perceber que a principal característica é proporcionar às famílias de baixa renda, que se encontram em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, acesso aos alimentos que precisam sem custo e de maneira digna. Promovendo a segurança alimentar de muitas pessoas, Letícia relatou que, desde 2020, foram realizados mais de 13 mil atendimentos no Mercadinho Solidário.

## O impacto do mercadinho solidário

### A pobreza multidimensional

Em um período e ambiente propícios ao aprofundamento das desigualdades, esse ato torna-se fundamental para que se mantivesse a segurança alimentar. A decisão das categorias para o cadastramento por parte da OSC seguiu, de forma empírica, o que foi depois evidenciado pelo VigiSAN. Foram observadas e priorizadas famílias de baixa renda em insegurança alimentar e nutricional, chefiadas por mulheres pretas e pardas e mães solteiras.

Utilizando o argumento colocado pelo professor Amartya Sen, podemos ver que tais famílias são acometidas pela pobreza multidimensional, pode ser expressa pelas restrições de escolhas das pessoas e oportunidades, o que dificulta que estas tomem as melhores decisões dados o conjunto limitado de fatores. A pobreza multifacetada não está somente ligada à falta de renda, mas também ao planejamento familiar, a ter uma alimentação estável, a uma boa educação, a ter uma vida política ativa, às vagas de emprego, entre outros. Todos esses que seriam fundamentais para promover o desenvolvimento humano (Sen, 2000).

Essa situação influencia diretamente na saúde mental, já que estas pessoas são acometidas todos os dias pelos problemas de decisão diários, como por exemplo a decisão de comprar um alimento ou imprimir o material escolar enviado pela escola (cenário



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

observado pelas organizadoras da OSC), o que gera estresse e preocupação. Por isso, muitas das decisões acabam sendo de curto prazo e consequências decisórias negativas, por não enxergarem condições de romper com esse ciclo.

O trabalho da OSC se mostra em muitos âmbitos assertivos, pois conseguiu assegurar essas mulheres, referências da residência, alimentação sem dispêndio ou realocação de recursos. A ação de montar um mercadinho solidário devolveu o poder de escolha, abriu a possibilidade de que essas mulheres e famílias em um período de imensa vulnerabilidade e incerteza de renda pudessem focar em outras atividades.

De acordo com o relatório anual da OSC Mulheres da Parada para o ano de 2022 foram atendidas pelo Mercadinho 920 pessoas, 30.529 produtos entregues e 27.864 toneladas em alimentos (ASSOCIAÇÃO M.P., 2022). De acordo com Letícia Hora (2023) a quantidade de doações de alimentos, que é a principal fonte de recursos, despencaram desde a criação dessa frente. Tal situação não foi observada somente por elas, de acordo com a CUFA (Central Única das Favelas) em entrevista ao portal de notícias G1 da Globo as doações teriam caído em 80% em comparação ao início da pandemia (O Globo, 2021).

503

## A questão do desemprego entre as mulheres

Reiterando, quando analisamos o recorte de gênero vemos que a insegurança alimentar entre os domicílios com as mulheres como provedora principal de renda piorou no II VigiSAN. Com isso, para falarmos do desemprego entre as mulheres utilizaremos as notas sobre o trabalho das mesmas, escritas pelas professoras Hildete Pereira e Soraia Carolina, amparadas pelos dados do IBGE, textos de teóricas feministas, entre outras fontes relevantes.

Estas explicam a responsabilidade social que é atrelada às mulheres a séculos, sendo essa o cuidado com a saúde de pessoas (como domésticas e por serem maioria no setor de saúde), da família, que dizem respeito a educação e a reprodução da vida. Trazem a reflexão como desde pequenas as mulheres são ensinadas a serem as que zelam pelas pessoas. Cumrem em quantidade expressiva com atividades domésticas não



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

remuneradas (donas de casa) e outras, que ousam, mesmo com toda dificuldade, ir ao mercado de trabalho lidam com a questão da dupla jornada (junção da atividade remunerada com as atividades domésticas). Aconciliação entre o trabalho remunerado e as obrigações familiares são difíceis e acabam gerando uma sobrecarga, tendo como consequência o acirramento da dependência econômica das mulheres. (MELO; OLIVEIRA apud MELO; MELLO, 2009). Melo e Mello (2022) confirmam o problema do dupla jornada quando dizem:

Assim, uma enorme parcela de trabalho realizada pelas mulheres no interior de suas casas é ignorada pela sociedade, apesar de ser sustentáculo fundamental das atividades consideradas produtivas. Um trabalho invisível para todas as pessoas, inclusos homens ou mulheres.

Segundo as professoras, as mulheres ocupam posição central de resposta à crise sanitária, mesmo que estas não estejam na linha de frente das decisões referentes ao enfrentamento da COVID-19. De acordo com Melo e Mello (2022)

A pandemia tem sido impiedosa com as mulheres; o desemprego foi muito mais intenso para as mulheres, sendo que oito milhões delas retiraram-se do mercado de trabalho no Brasil: as trabalhadoras domésticas perderam 1.5 milhão de postos de trabalho, as vendedoras 840 mil e as trabalhadoras de serviços pessoais 865 mil. E mesmo aquelas em cargos de gerência tiveram perdas de 40% destes postos (IBGE, 2019; 2021).

504

## A alta nos preços dos alimentos

Seguindo neste contexto de desemprego e incerteza de renda perante a crise sanitária, foi observado pelas idealizadoras do Mercadinho Solidário uma maior procura por um suporte alimentar. Durante a entrevista feita, a Letícia da Hora justifica essa demanda por conta do aumento dos preços dos alimentos, principalmente daqueles que são considerados como básicos. Essa alta pode ser fundamentada, erroneamente, como sendo ocasionada por um aumento da procura. Podemos citar quando observamos o esvaziamento de prateleiras de supermercados, por efeito das medidas de isolamento social, além do medo que muitos teriam de haver uma crise de abastecimento e





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

expectativa de alta inflacionária.

Contudo, essa explicação baseia-se em ver o caso da inflação brasileira como uma inflação de demanda (quando temos um descasamento entre procura e oferta), o que não se aplica à realidade, já que tivemos um aumento da quantidade de dinheiro circulando na economia, mas a inflação não acompanhou como era esperado de acordo com essa visão. Como resposta a esse tipo de inflação teríamos de aumentar a taxa básica de juros, para inibir o crédito, diminuir o consumo e até mesmo cortar gastos públicos (políticas econômicas de austeridade fiscal). Tal receituário foi defendido pelo ex-ministro da economia Paulo Guedes, em meio a pandemia, enquanto as desigualdades se acirraram (FURNO, 2022). A inflação é um processo de aumento contínuo e generalizado de preços das mercadorias e serviços em uma economia. Oliveira (2022) nos explica que para calcular o índice de inflação é utilizado uma variação mensurada pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), calculado a partir do acompanhamento dos preços médios necessários para comprar uma cesta de produtos e serviços consumidos pelas famílias brasileiras.

Já a inflação de custos está ligada diretamente com a oferta de bens, dado que nesse caso a demanda tende a permanecer a mesma, porém os custos se elevam. Esse aumento de custos é repassado para o consumidor final que sente a pressão nos preços do mercado. Esse tipo consegue explicar melhor o caso brasileiro. Furno (2021) explica que o conflito distributivo ficou acirrado, uma vez que as mercadorias consumidas pela classe trabalhadora aumentaram de preço.

A elevação dos preços dos alimentos no Brasil se deve em parte pelo aumento da demanda por produtos básicos vindos do comércio internacional. Tivemos uma desarticulação da cadeia global de suprimentos. Países que já estavam mais avançados no controle da pandemia acabaram pressionando os preços internacionais.

Em adição, a atual conjuntura torna mais vantajosa a venda no comércio internacional, uma vez que temos a desvalorização do real perante ao dólar. Pelo fato dos Estados Unidos terem uma economia considerada segura, quando a inflação no país sobe, para tentar conter, ajusta-se a taxa de juros na mesma direção. Isso faz com que muitos



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

investidores compreem dólar em busca de maiores rendimentos. Esse movimento desvaloriza o real e possibilita o aumento da inflação.

Assunção (2021) explica sob a visão de um comércio internacional aquecido e da valorização do dólar que o agronegócio brasileiro viu uma oportunidade de se expandir, dentro de suas limitações de oferta. Limitações essas por conta da quebra de fluxos estruturais, aumento de custos com frete, embalagens, energia elétrica e problemas climáticos (seca e as geadas) impactaram as previsões de safras.

Como os alimentos são tratados como commodities, seus preços estão subordinados à dinâmica de preços internacionais. Tal situação leva ao encarecimento da importação, por razão de estarmos em um modelo dependente dela para obtermos insumos para a produção (fertilizantes e defensivos agrícolas, máquinas sementes, entre outros), ocasionando em um aumento de custos. A volatilidade do preço dos alimentos se amplia pois muitos são negociados em mercados de preços futuros, são contratos de entrega futura de mercadorias.

Mesmo no ano de 2020 que tivemos número recorde de exportação do agronegócio o VigiSAN nos confirma que a quantidade de pessoas passando fome continuou a aumentar. Oliveira (2022) nos diz que nesse mesmo ano os preços de alimentos e bebidas para os consumidores houve um aumento de 14,09%. Considerou a alimentação um dos piores vilões para a inflação do respectivo ano, por conta da demanda por alimentos que aumentaram muito de preço (óleo de soja e arroz por exemplo), dos preços das commodities no comércio internacional e pela alta do dólar.

Oliveira (2022) explica que para 2021 a inflação se deu devido a valorização do petróleo e da alta do dólar. Combinadas essas duas altas têm-se implicação direta nos produtos alimentícios, uma vez que, aumentam os custos de produção e com transporte, feito no Brasil em suma pelo ao modelo rodoviário. Fora as questões climáticas que afetaram o Brasil, já aqui expostas. Para esse ano Oliveira (2022, p.151) afirma:

Na prática, a inflação denotou a queda do poder de compra da população. Assim, muitos brasileiros tiveram dificuldades para obter itens essenciais da cesta básica, como arroz, feijão e carne, entre outros. Depois de ter disparado 14% em 2020, o preço dos alimentos continuou em alta em 2021 e subiu mais 7,84%. Alguns dos alimentos que tiveram maior alta de preço em 2021: frango, ovos, carne bovina, açúcar e café.

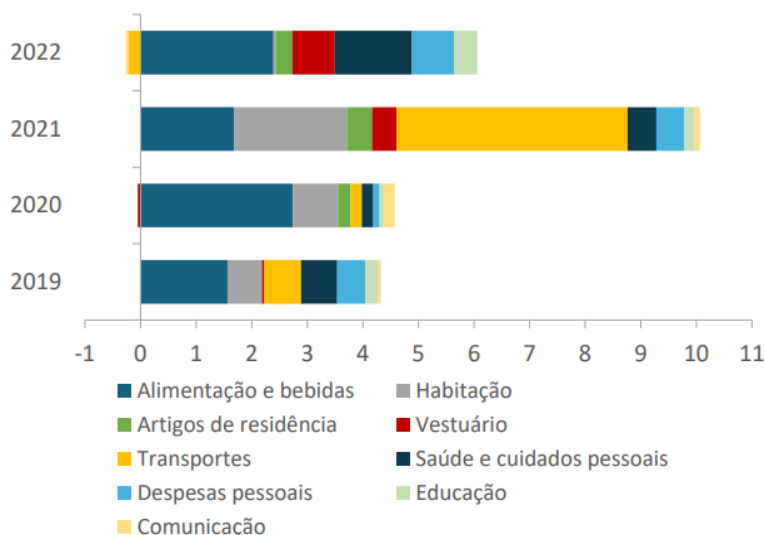


# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

De acordo com o relatório do Ipea sobre a inflação de alimentos no ano de 2022, o grupo de alimentação e bebidas, mais uma vez, apresentou o maior peso na composição do IPCA. Listam como fatores os fenômenos climáticos diversos, o conflito entre Rússia e Ucrânia e a alta dos custos. O item doméstico que mais contribuiu para a inflação dos alimentos foi o leite e derivados, por conta da elevação dos custos de produção, o efeito do fenômeno La Niña e a redução de investimentos no setor (IPEA, 2023). Para uma melhor compreensão, o gráfico do Ipea abaixo nos mostra a porcentagem da participação de cada grupo na formação do IPCA no período de 2019-2022. Mostra, resumidamente, o que aqui foi decrito para cada ano.

**Gráfico 5-** Variação anual do IPCA, participação por grupo (2019- 2022) (Em %)



Fonte: Coordenação de Crescimento e Desenvolvimento Econômico da Dimac/Ipea a partir dos dados disponibilizados pelo IBGE.

A alta nos preços dos alimentos e a redução do poder de compra das famílias fazem com que estas optem por alimentos mais baratos, em sua maioria de baixa



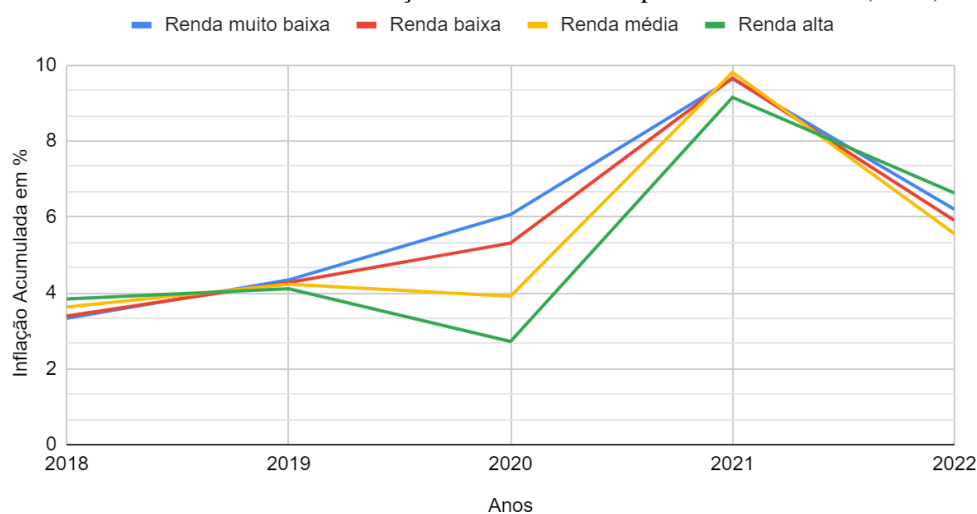
# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

qualidade nutricional, ultraprocessados e de fácil acesso. O que agrava a questão da insegurança alimentar e afeta negativamente a qualidade de vida. Mais uma vez, a atuação do Mercadinho Solidário foi imprescindível para garantir a qualidade nutricional. A OSC Mulheres da Paradatambém conta com a frente Donas do Agro, como já dito, que leva as casas das famílias mais vulneráveis a possibilidade de consumir, através do plantio, alimentos saudáveis.

Sendo assim, o aumento de preços observado pela Patrícia da Hora pode ser confirmado como uma inflação dos alimentos. Como estamos falando de um país considerado em desenvolvimento e estruturalmente dependente, altas na inflação afetam diretamente as populações de renda baixa e muito baixa, gerando fome e insegurança alimentar. Isso aconteceu pois nesse período a população mais vulnerável tiveram dispêndios com mercadorias mais altas e sofreram com o desemprego. Enquanto isso, pessoas de renda mais elevadas em 2020 tiveram deflação, na comparação com 2019, pois o componente de serviços (que ocupa uma parte proporcional a sua renda significativa), ficaram mais baratos (FURNO, 2021).

**Gráfico 6 - Índices de Inflação no Acumulado no período de 12 meses (em %)**



Fonte: elaboração própria com base de dados

## Considerações Finais



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

A insegurança alimentar é uma situação que afeta a vida de milhões de brasileiros há muitos anos. Tendo em vista os dados presentes neste artigo, é perceptível ao analisar o período da pandemia, pois agravou ainda mais essa condição. A partir dos dados contidos nos inquéritos VigiSAN, pode-se afirmar que a região Sudeste é a que possui mais números reais de IA no país. Além disso, houve a confirmação da fala da Letícia da Hora mostrando que as pessoas mais afetadas pela fome são mulheres, pretas ou pardas, de baixa renda e baixa escolaridade.

O Mercadinho Solidário foi capaz de atuar diretamente com esta parte da população, que também foi a mais afetada pela crise sanitária. A pobreza multifacetada, a incerteza de renda, o desemprego e o aumento de preços dos alimentos em virtude de uma inflação de custos foram os principais agravantes enfrentados. Compreendendo isso, as mulheres estavam no centro das principais atividades ao enfrentamento a COVID-19. Tiveram de lidar com todas as questões aqui expostas, o que mesmo com políticas de redistribuição de renda e amparo da OSC não foi — e pós pandemia ainda não é — uma tarefa fácil.

O Estado não só reproduz, como busca manter a desigualdade econômica, social e racial, sobretudo ao não promover políticas efetivas voltadas à população historicamente posta às margens. Situação que se acentuou ainda mais no período da pandemia de Covid-19 pela omissão e descaso do governo Bolsonaro. Portanto, o coletivo Mulheres da Parada entendeu que, mesmo que aquelas famílias atendidas estivessem em situação de insegurança alimentar, elas deveriam continuar sendo agentes de suas próprias vidas, por isso foi decidido, através de um olhar de solidariedade, e não de compadecimento, que o projeto do Mercadinho Solidário seria de apoio mútuo, de coparticipação, no qual mulheres negras seriam protagonistas de suas histórias. Uma forma de resistência, a despeito de todas as dificuldades enfrentadas, ao buscar promover uma sociedade mais justa e igualitária.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Referências

ASSOCIAÇÃO Mulheres da Parada. **Nosso Impacto**, 2022. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1Ud3VF6CIAuNPumuKaladb\\_Rj0VyugaNH/view?usp=drive link](https://drive.google.com/file/d/1Ud3VF6CIAuNPumuKaladb_Rj0VyugaNH/view?usp=drive_link). Acesso em: 08 de julho de 2023.

ASSUNÇÃO, Matheus Gringo de. **Alta na inflação dos alimentos e a mercantilização das necessidades humanas**. Brasil de Fato, 24 jun. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/24/alta-na-inflacao-dos-alimentos-e-a-mercantilizacao-das-necessidades-humanas>. Acesso em: 09 de julho de 2023.

CNN BRASIL. Agravada pela pandemia, fome avança no Brasil e atinge 33 milhões de pessoas, diz estudo. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/agravada-pela-pandemia-fome-avanca-no-brasil-e-atinge-33-milhoes-de-pessoas-diz-estudo/>. Acesso em: 10 de jul. de 2023.

DEPARTAMENTO Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2023, abril). Otrabalho doméstico 10 anos após a PEC das Domésticas. Estudos e Pesquisas, 106, 1 - 25.

Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2023/estPesq106trabDomestico.html>. Acesso em: 10 de jul. de 2023.

FURNO, Juliane. Tudo está caro! **O que é e o que causa inflação**. Ju Furno, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rU7-J0yFPSc> . Acesso em: 08 de julho de 2023.

IBGE. **CENSO 2022: População e Domicílios - Primeiros Resultados**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 09 de jul. de 2023. IBGE. **Censo**



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

**Demográfico 2010.** Disponível

em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama>. Acesso em: 09 de jul. de 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php> Acesso em: 25 de jun. de 2023.

IPEA. **Inflação Agro 2023: Nota 5.** Ipea, jan. 2023. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/01/230113\\_cc\\_58\\_nota\\_5\\_inflacao\\_agro.pdf](https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/01/230113_cc_58_nota_5_inflacao_agro.pdf). Acesso em: 10 de jul. de 2023.

LANP. **Cartilha de Economia Comportamental.** Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Fn5tSDwpOhUVnL0x3cP0VI8ngqSEaTtM/view>. Acesso em: 08 de julho de 2023.

MAGALHÃES, Daniel. **Conheça projetos em São Gonçalo para fazer trabalho voluntário e 'turbinar' o currículo.** Jornal O São Gonçalo. São Gonçalo, 15 de dezembro de 2021. Seção Geral. Disponível em: <https://www.osaogoncalo.com.br/geral/115942/conheca-projetos-em-sao-goncalo-para-fazer-t-rabalho-voluntario-e-turbinar-o-curriculo>. Acesso em: 09 de jul. de 2023.

MAPA DAS OSCs. Mapa, c2023. **Página mapa das OCSs.** Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/mapa>. Acesso em: 09 de jul. de 2023.

MULHERES DA PARADA. Mulheres da parada: O coletivo, c2023. Página quem somos. Disponível em: <https://mulheresdaparada.org/o-coletivo/> Acesso em: 09 de jul. 2023.

MULHERES DA PARADA. Mulheres da parada: Donas da Agro, c2023. Página projeto. Disponível em: <https://mulheresdaparada.org/horta-comunitaria/>. Acesso em 09 de jul. 2023.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

MULHERES DA PARADA. Mulheres da parada: Donas da parada, c2023. Página projeto. Disponível em: <https://mulheresdaparada.org/donas-da-parada/> . Acesso em 09 jul. 2023.

MULHERES DA PARADA. Mulheres da parada: O mercadinho Solidário, c2023. Página projeto. Disponível em: <https://mulheresdaparada.org/mercadinho-solidario/> Acesso em: 09de jul. 2023.

MURAMATSU, R. **Capítulo: Economia Comportamental.** Disponível em: <https://www.economiacomportamental.org/nacionais/capitulo-roberta-muramatsu/>. Acesso em: 08 de julho de 2023.

O GLOBO. **Doações de comida despencam na pandemia;** saiba como contribuir. In: O Globo, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/coronavirus/doacoes-de-comida-despencam-na-pandemia-saiba-como-contribuir-24958801>. Acesso em: 08 de julho de 2023.

OLHE PARA A FOME. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

ONGS BRASIL. **Ongs em São Gonçalo**, c2023. Página inicial. Disponível em: <https://www.ongsbrasil.com.br/default.asp?Pag=1&Destino=Instituicoes&Estado=RJ&cidade=Sao%20Goncalo&bairro=&zona=&PageNo=1>. Acesso em: 09 de jul. de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 09 de jul. de 2023.

PARTIDO Cidadania em São Gonçalo oficializa reeleição do prefeito José Luiz Nanci. **O dia**, São Gonçalo, setembro, 2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/sao-goncalo/2020/09/5986364-partido-cidadania-em-sao-goncalo-oficializa-reeleicao-do-prefeito-jose-luiz-nanci.html> . Acesso em: 09 de jul. de 2023.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

REDE PENSSAN. I VIGISAN, I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2020. Disponível em: [olheparafome.com.br](http://olheparafome.com.br). Acesso em: 15 jun. 2023

REDE PENSSAN. II VIGISAN, II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2022. Disponível em: [olheparafome.com.br](http://olheparafome.com.br). Acesso em: 15 jun. 2023

SÃO GONÇALO, RJ. **G1/Globo**. Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2020. Seção eleições2020 no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/sao-goncalo.ghtml>. Acesso: 09 de jul. de 2023.

SÃO GONÇALO. São Gonçalo: Campanha “juntos contra a fome” distribui alimentos em São Gonçalo, 2013. Página Assistência Social. Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/campanha-juntos-contra-a-fome-distribui-alimentos-em-sao-goncalo/>. Acesso em: 09 de jul. de 2023.

SÃO GONÇALO. São Gonçalo: Capitão Nelson toma posse como prefeito de São Gonçalo, c2023. Página Prefeito. Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/capitao-nelson-toma-posse-como-prefeito-de-sao-goncalo/>. Acesso em: 09 de jul. de 2023.

SÃO GONÇALO. São Gonçalo: cidade, c2023. Página cidade. Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo/>. Acesso em: 09 de jul. de 2023.

SÃO GONÇALO. São Gonçalo: Criança feliz desenvolve material didático para garantir atendimento remoto durante pandemia, c2023. Página Desenvolvimento social. Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/crianca-feliz-desenvolve-material-didatico-para->



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

[garantir-ate ndimento-remoto-durante-pandemia/](#). Acesso em: 09 de jul. de 2023.

SÃO GONÇALO. São Gonçalo: Mapas e bairros c,2023. Página cidade. Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo/mapas-e-bairros/>. Acesso em: 09 de jul. de 2023.

SÃO GONÇALO. **São Gonçalo: Restaurante do povo chega a São Gonçalo**, c2023. PáginaAssistência Social. Disponível

em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/restaurante-do-povo-chega-a-sao-goncalo/>. Acesso em:09 de jul. de 2023.

SÃO GONÇALO (Rio de Janeiro). Wikipedia, 2023. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o\\_Gon%C3%A7alo\\_\(Rio\\_de\\_Janeiro\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Gon%C3%A7alo_(Rio_de_Janeiro)). Acesso em: 09 de jul. de 2023.

ALPINO, Tais de Moura Ariza et al. COVID-19 e (in) segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00161320, 2020.

DECLARAÇÃO de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação daCimeira Mundial da Alimentação, 13 a 17 de novembro de 1996.

HORA, Leticia da. A experiência do mercadinho solidário MP. Entrevista concedida aos alunos de graduação em História da Universidade Federal Fluminense Laura Menacho, Luana, Maria Camiris, Thaís e Perla. **Disciplina de Histórias e Memórias do Rio de Janeiro na República**, Niterói, julho de 2023.

MELO, HILDETE PEREIRA DE ; MELLO, S. C. . **Notas sobre o trabalho das mulheres em tempos de pandemia: respostas e impasses**. Revista Estudos Feministas , v. 30, p. 105-121, 2022.

OLIVEIRA, Woodroow Richardson Santiago de; CECHIN, Alicia. **Efeitos da pandemia do COVID-19 nos preços dos alimentos no Brasil. 2021**. Trabalho de Conclusão de



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Rondonópolis, Rondonópolis, 2022.

RIBEIRO-SILVA, RITA DE CÁSSIA ; PEREIRA, MARCOS ; CAMPELLO, TEREZA ; ARAGÃO, ÉRICA ; GUIMARÃES, JANE MARY DE MEDEIROS ; FERREIRA, ANDRÉA JF ; BARRETO, MAURÍCIO LIMA ; SANTOS, SANDRA MARIA CHAVES DOS . **Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil.** Ciencia & Saude Coletiva , v. 25, p. 3421-3430, 2020.

SANTOS, Eduarda Emanuela Silva; OLIVEIRA, Maria Mônica; PEDRAZA, Dixis Figueroa. **Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.** Universidade Estadual da Paraíba, III Conbracis.

SARDINHA, Luciana Monteiro Vasconcelos (técnica responsável). **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional.** No. 01/2014.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras. 2000.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Aspectos econômicos, sociais e um quadro da riqueza inventariada no Vale do Mamanguape na Zona da Mata Paraibana (1850-1877)

Lucas Carlos Martiniano de Almeida<sup>334</sup>

**Resumo:** O vale do Mamanguape é uma denominação geográfica para a mesorregião da Zona Norte da Mata da antiga Província da Paraíba do Norte. Uma área que surge de uma ocupação antiga no século XVII, por meio do extrativismo do pau-brasil e na posteriori sendo uma área dominada pela ordem da plantation, ocupando como principal produção, a de cana-de-açúcar e também do algodão. O que torna Mamanguape um lugar apreciativo para nosso estudo se dá de encontro ao seu processo histórico, que resulta na área um entreposto comercial realizado entre as produções da Zona da Mata, Brejo e das áreas de fronteiras com a Província do Rio Grande do Norte, destinando-se ao porto do Recife. Além de grandes problemas que a região terá sobre as terras, viverá um dilema com a capital, no qual as elites adotaram preferência para enviar sua produção por meio do porto existente em Mamanguape. Ao observamos os inventários *post-mortem*, notamos um quadro dos ativos patrimoniais e sua composição. A fonte demonstrou-se bastante rica e com informações quantificadas que nos permitiu enxergar como era dado esse tecido social no tempo analisado. Ocupada por senhores de terras e também por conflitos entre nativos, O vale do Mamanguape se demonstra um lugar curioso. Ademais, o texto aborda uma explanação econômica no qual a área estava inserida, sua riqueza e patrimônio e seus agentes.

516

<sup>334</sup> Mestrando em História – Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE). Agência Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/Bolsista)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

**Palavras-Chaves:** Economia, Quadro Social, Riqueza Patrimonial, Vale do Mamanguape. Zona da Mata Paraibana.

## Notas introdutórias

O presente texto exhibe alguns aspectos econômicos e sociais da região da Zona Norte da Mata Paraibana, correspondente ao Vale do Mamanguape. O texto compõe resultados parciais da nossa pesquisa de mestrado que vem sendo realizada no Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE).

Partimos da economia para que possa ser levantada preposições em relação ao que a região desenvolvia ao longo da segunda metade do século XIX. Que se torna neste período, uma prestigiosa praça comercial aos olhos das autoridades da província e também dos negociantes que ali mantinham seus negócios. Uma praça de comerciantes retalhistas que ocupavam paralelamente postos políticos e gestões agrárias, como senhores de engenhos e pecuaristas. Esses negociantes vão manter relações de sociabilidades com Pernambuco, como intermédio também para a transportações do mercado de abastecimentos desenvolvido no interior da província. Buscamos com isso apresentar nossa análise por meio das nossas principais fontes, sendo elas; Inventários *post-mortem* e os relatórios de presidentes de província.

Os inventários de *post-mortem*, em específico, permitiu enxergar o quadro dos principais ativos patrimoniais da Freguesia de São Pedro e São Paulo de Mamanguape, notoriamente, um ativo com uma composição hierárquica que se centraliza principalmente em bens de raiz e em escravos e vacuns. Com isso, pudemos perceber no que os ativos patrimônios estavam atrelados as atividades econômicas, sob uma ótica de regime agrário, submetida aos senhores de terras da região.

Aqueles que estavam no topo da hierarquia do Vale do Mamanguape, eram majoritariamente grandes senhores de terras, comerciantes, senhores de engenhos e que em algum momento de suas vidas exerceriam cargos políticos e de poder, como o próprio caso do Barão de Mamanguape, e da companhia Moreira e Primo de Manoel Gomes Moreira e



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Primo, que atuavam simultaneamente em vários espaços da sociedade da província paraibana.

As relações de parentelas eram presentes, não muito distante daquilo que Katia Mattoso (1992, p.170-178) vai mostrar no caso do Recôncavo Baiano, que as estratégias políticas e econômicas aconteciam nas redes interfamiliares locais e regionais. As famílias vão ocupar posições dentro da hierarquia do Vale do Mamanguape, distribuindo patrimônio e acumulando entre os membros da família e ligados a ela, como os Toscano de Brito, que se enraízam por boa parte da Província da Paraíba.

O território dividia espaço com os nativos Potiguaras, resultando em algumas tentativas de tomadas das terras dos indígenas, que estavam estabelecidos nos aldeamentos de Monte-Mór e outro em São Miguel, localizado na Freguesia da Baía da Traição. Ambos territórios, foram constantemente atacados por posseiros e rendeiros que buscavam apossar-se daquelas terras, curiosamente, algumas autoridades da província buscaram proteger ou mesmo enfrentar os grileiros, como o deputado e advogado, o José Campello, que denunciava as invasões e tentativas de grilagem daquelas terras.

O baixo quadro de trabalhadores escravos, que reflete nos percentuais gerais da província, demonstrou um grande número de trabalhadores livres e pobres que estavam ocupado a maioria dos postos de trabalhos braçais, um número excedente que mostrou que a população do vale, estariam envolvidos por trabalhos de ganhos, daqueles remunerados ou em troca de moradia nas terras dos proprietários.

A região tornou-se um entreposto comercial na segunda metade do século XIX, por meio do porto de Salema, foi possível levar até Recife as produções da região, mas também do Brejo, onde localizava-se as cidades de Areia e Bananeiras, Alagoa Nova, Alagoa Grande e próximo, Independência. Essas cidades eram responsáveis pela grande safra de cana-de-açúcar e de gêneros de primeiras necessidades, farinha de mandioca, milho e entre outras coisas, Bananeiras e Alagoa Nova e Areia ainda também se destacava pelo plantio de Café. Essas cidades destinavam quase tudo para o porto de Salema em Mamanguape.

Dalí era escorrida pela cabotagem até Recife. As maiores justificativas para isso, foram a da distância para o porto da capital e também de ser uma maneira de fugir de



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

cobranças dos impostos que se cobravam na capital. O governo tentou captar esses recursos criando um posto fiscal em Recife e também chegando a criar um Consulado em Mamanguape que fiscalizasse esse tráfego. Entretanto, alguns comerciantes em busca de escapar mais uma vez das cobranças, passaram alguns anos enviando suas produções para o ancoradouro em Goiana, dali juntas com daquela região, destinava-se a Recife por meio de atravessadores que destinariam para outras regiões da província, Império e Europa.

A agência fiscal de Mamanguape em Recife teria arrecadado entre 1850 e 1870, cerca de 859.434\$619 réis. Esses valores podem ter sido sim, superiores, devido aos vários relatos de sonegação, não conseguimos localizar números precisos das exportações da região, pela ausência de fontes, mas dentro do quadro provincial geral, Mamanguape vem se destacando na maioria dos cenários, mesmo quando não sabemos que era dali que outras regiões exportavam suas produções. Entre 1857 e 1859 Mamanguape sozinha teria exportado o valor de 363:937\$960 réis, nos mesmos anos, a província haveria exportado cerca de 10.716:054\$078 réis, como não conseguimos constituir um quadro que compreenda nosso recorte, temos apenas alguns fragmentos existentes, como esse que demonstrou ainda que um grande número de produções se destinava para Recife também pelo interior, em alguns anos, indicando ser mais superior os transportes por terra do que fluvial.

Em toda província, havia apenas duas repartições de inspeção de algodão, em Mamanguape e na Capital. Mas as autoridades de Mamanguape, certamente por complô com fazendeiros e outros produtores, faziam com que constantemente a inspeção fosse fechada e reaberta por algumas vezes.

O porto também ficou responsável pelas produções litorâneas do Rio Grande do Norte, fazendo aproximações entre comerciantes locais com fazendeiros na província vizinha, destacando a cidade de Goianinha no Rio Grande do Norte. Mamanguape teria transformações no seu status, tornando-se uma das cidades portuárias mais importante do Nordeste da segunda metade do século XIX (CARVALHO, 2008, p. 147).

Esses são apontamentos que expõe um pouco do panorama da região, a partir disso, exploraremos mais outros pontos da nossa discussão, que é perceber o cotidiano de homens



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

livres e pobres nessa economia de mercado interno voltada ao abastecimento e também de alguns agentes que serão vistos adiante enquanto sujeitos históricos do vale mamanguapense, considerando observar um pouco dos ativos patrimoniais de Mamanguape.

## Livres e pobres na ordem escravocrata

No início da década de 1870, a população escrava representava de acordo com o censo de 1872, cerca de 5,72% de toda população. No entanto, houve vários fatores que contribuíram para a baixa da população escrava na província, as grandes epidemias, como a de cólera na década de 50 e varíola entre 60 e 70; ainda assim os períodos longos de estiagem e do êxodo da mão de obra escrava para as lavouras sulistas contribuíram para a redução da mão de obra escrava na província, retirando a responsabilidade dos senhores sobre os “trabalhadores escravizados” (ROCHA, 2009, p. 117). Apesar disso, boa parte da população livre era composta por pessoas “não brancas”: o total da população livre era cerca de 354.700. Desses, 178.596 (50,3%) foram identificados como pardos, 21.817 (6,2%) como pretos, e 9.567 (2,8%) como caboclos. A população branca livre era de 144.721 (40,7%) (SILVA, 2021, p. 62). Juntos, pretos, pardos e caboclos representavam 59,3% com 209.980 da população livre paraibana.

O vale mamanguapense, levando em conta os percentuais das freguesias de São Pedro e São Paulo de Mamanguape e de São Miguel da Baía da Traição, que responde a demarcação geográfica do vale, chegasse ao número de pessoas livres de 16.661 pessoas, cerca de 95,4% da população total do vale, mais um pequeno número de 802 escravos (4,6%), chegando à soma de 17.463 habitantes, segundo as informações do censo.

Desses números, 52,21% eram de homens e 47,79% mulheres, dos livres em Mamanguape. Na Baía da Traição, homens livres representavam 49,04% e mulheres 50,96%. Já a população escrava por gênero em Mamanguape, foi de 50,48% para homens e 49,52% para mulheres em números percentuais. Na Baía da traição, de 48,80% para homens escravos e 51,20% para mulheres escravas. Notadamente, observa-se um quadro de pessoas





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

escravos muito pequeno em relação à população livre. A abolição gradual e evasão da mão de obra escrava para províncias sulistas contribuíram para o declínio nas províncias do norte. Entretanto, os senhores de terras, proprietários de engenhos, comerciantes e criadores de gados e algodão os mantinham os escravos como parte do patrimônio, não abrindo mão enquanto houvesse limite para possuí-los.

Galliza (1979) aponta as múltiplas facetas do declínio da escravidão na Paraíba: a exemplo do contrabando interprovincial gerada pela indústria de tráfico exercida por companhias comerciais, a exemplo da Melo & Cia. O governo provincial buscou impedir o tráfico com aumento de impostos, fazendo com que os senhores segurassem alguns escravos. Porém, o tráfico ainda era realizado por aqueles que não conseguiam mais sustentar de maneira alguma o trabalho escravo e não queriam ter responsabilidades. Em algumas áreas do interior da província, os escravos sertanejos, aqueles que não tinham mais direcionamento pro tráfico ou pra lavoura, tomavam espaços de sociabilidades, porém com seus limites (ABREU, 2011, p. 180-190). A escravidão ao final do Império não sinalizava futuros, não mostrava caminhos e muito menos demonstrava qual seria a liberdade a ser exercida (CHALHOUB, 1990).

Os quadros a serem considerados para pensar as relações de trabalhos serão encontrados no percentual dos homens livres e pobres, daqueles que por um fator racial concentravam-se entre caboclos, pretos e pardos libertos, representando 59,3% da população paraibana. Podemos dizer que a população paraibana era em sua maioria composta por pessoas negras e também de ascendência indígena, coibindo esses grupos a viverem uma relação próxima entre liberdade e a escravidão, inclusas nesse universo ambíguo (BARROS, 2017).

Esse quadro reflete e se atesta diretamente no cenário do Vale de Mamanguape, em que possuía 11.754 (70,55%) pessoas livres, compostas por pardos, pretos e caboclos. Os números diluídos por categoria respondem a: pretos 958 (5,75%); pardos 9.989 (59,95%); e caboclos com 807 (4,84%), que formavam a população liberta de Mamanguape e Baía da Traição. Ao adicionar os números dos escravos e fracionarmos considerando a etnia, a população de pardos, pretos e caboclos equivale a 12.556, com percentual de 71.90% da



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

população geral. Esse cenário demonstra a mobilidade que esses livres e escravos podiam possuir, entre a lavoura e outros trabalhos braçais, que eram ocupados principalmente eles. O número de brancos era de apenas 28,10% da população que habitava todo o território das freguesias de Mamanguape e Baía, em que os mais pobres desse grupo poderiam estar inseridos em trabalhos semelhantes e análogos daqueles desenvolvidos pelos escravos e pretos libertos. Aparentemente, a demanda de braços no vale era altíssima, porém essa força de braços era muito bem preenchida pela mão liberta, não sofrendo tanto pela ausência de braços cativos.

A grande área agrária do vale se articulava em propriedades com distintas proporções, entre pequenos sítios e grandes herdades, além de fazendas de engenhos e gado. Nesses campos, os lavradores se apresentam em proporções significativas: dos 17.463 habitantes registrados no censo de 1872, cerca de 42,74% (7.461) eram de lavradores; entretanto, 35,39% (6.179) declaram não ter profissão, sendo um número muito alto de desocupação, considerando a possibilidade desses que não declararam profissão terem desempenhado algum trabalho em comum com a agricultura ou pecuária, seja de rendimento próprio em seus pequenos sítios para sobrevivência, ou fornecendo para o mercado da cidade e negociantes.

Do quadro de pessoas que estavam em lavouras mais aqueles “sem profissão”, resulta em um número de 13.640 de pessoas que compartilhavam alguma unidade produtiva. Destes, 4,36%, cerca de 594 eram escravos. E 95,64% (13.046)199 corresponde aos livres e libertos, que ocupavam os cargos braçais e representavam a mão de obra excedente. Ainda assim, 21,90% (3.823) representava o número de outras profissões de categoria liberal como artistas, trabalhos domésticos, costureiras e outros postos de prestígio, como os cargos jurídicos e militar. Essas funções, poderiam muito bem ser ocupadas por homens do campo, como domésticas e dos próprios artistas. Outra função válida a destacar era de pescador. A Baía da Traição registrou um número de 162 pessoas nessa profissão; contudo, considerando os nativos e aqueles sem profissão, muitos outros poderiam exercer a função periodicamente ou como auxiliares dos donos de canoas e barcaças pra pesca.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Muitos homens livres eram contratados na condição de *jornaleiros*: a função se resumia a contratos por jornada diária; esses lavradores recebiam por diária entre \$400 e \$600 réis no final do século XIX (ANDRADE, 1963, p. 107, Apud, MARIZ, 1939, p. 37-38), com o objetivo de acelerar a colheita e o plantio da safra daqueles produtos que mais requisitavam braços para atender a sua demanda, a exemplo do algodão. Encontrava-se em Mamanguape e Baía da Traição, ao todo, um número de 280 lavradores na condição de jornaleiro; destes, 35 (12,5%) eram escravos e os demais (87,5%) representados por trabalhadores livres. Esses trabalhadores viviam em uma condição ainda mais precária daqueles que foram absolvidos pelas grandes fazendas. Nesse tipo de trabalho, os escravos também poderiam desempenhar a função a *ganho*, alugado pelo proprietário. Os indígenas também realizavam a função: mesmo vivendo em suas aldeias, sobreviviam de lucros da pesca e do trabalho temporário nas lavouras de engenhos e das fazendas (MONTEIRO, 2005, p. 42-43).

Não conseguimos encontrar através da documentação analisada, indícios de escravos e libertos que tenham tido algum tipo de benefício ou ascensão; recebido herança de seus senhores como parte de terras herdadas – considerando que esse não era nosso objetivo e que a única fonte trabalhada por nós que poderia informar isso foi os inventários. Neles, nada semelhante foi encontrado, mas não descartamos que algo semelhante possa ter acontecido, pois a própria historiografia brasileira já respondeu isso, a exemplo do caso do africano Manoel Joaquim Ricardo, que chegou como escravo na Bahia e que se tornou homem liberto e rico até seus últimos anos de vida em 1865 (REIS, 2016, p. 15-68).

As relações entre os fazendeiros e os trabalhadores livres e pobres na província e no Vale do Mamanguape, já estavam delineadas e estabelecidas. Após o fim do tráfico e a transferência de escravos para as lavouras sulistas, através da venda, os homens e mulheres livres e pobres, libertos e emigrantes pobres vindo de Portugal no passado e que ali já haviam se firmado, começariam a ocupar os postos de trabalhos braçais, antes destinados aos escravos. A importância da mão-de-obra escrava, passa-se a ser percebida não enquanto a quantidade existente, como Sampaio (1997, p.103), observa a partir de Manaus e região, que os escravos começam a ser percebido enquanto partes das fortunas da cidade, no qual



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

podemos observar nos censos e de modo mais material, por meio dos inventários de *post-mortem*.

Uma nova relação entre sitiantes e os fazendeiros e senhores de engenhos começariam a ser construída. Para Maria Sylvia de Carvalho e Franco (1997), existia uma relação que nivelava as relações entre fazendeiro e seus abastados, os sitiantes que viviam em suas propriedades enquanto agregados, cuja estavam sob uma regra de compadrio e que muitas vezes esse acesso do sitiante aos recursos dos fazendeiros o poderia tornar em um pequeno rendeiro de pequenas porções de terras e lavras, conseguindo um espaço social dentro da “égide agrária”. Uma proteção resguardada do agregado pelos fazendeiros por meio de compadrio. Muitas vezes os fazendeiros poderiam tomar uma posição de pai do afilhado, filho de um agregado, esse afilhado poderia ter acesso a outros recursos e subsídios políticos.

O homem pobre do século XIX, vivenciava uma sujeição aos mandos dos proprietários da terra em que estavam estabelecidos (FRANCO, 1997, p. 111-113). Alguns trabalhadores além de exercer suas funções, acabavam tendo que ir um pouco mais além, em campos mais nocivos, onde o agregado era submetido aos interesses do fazendeiro.

Em Mamanguape, boa parte das terras estavam concentradas em uma minoria, havendo um pequeno mercado de pequenas braças de terras, que aconteciam entre os rendeiros que alugavam pequenas ou grandes porções das terras dos posseiros. Até 1877, final do nosso recorte, foi computado nos inventários, 122 propriedades de terras, que não foram declaradas nos registros paroquiais de terras em 1856 da freguesia. Não foi registrado as dimensões dessas propriedades, mas considerando os valores somatórios dos bens dos inventários, temos indicativos que essas terras se tratavam de pequenas propriedades, entre menos e talvez até 10 hectares, como dos pequenos senhores de engenhos de cana e farinha.

Destacamos o proprietário e meeiro Joaquim José Duarte que vivia nas terras de Riachão – um povoamento de sitiantes em Mamanguape –, um pequeno proprietário de terras, que possuía três pequenas partes de terras, cinco escravos, um rebanho de vacuns (20 animais) e era lavrador e produtor de farinha de mandioca e algodão, bens partilhados de sua falecida esposa, Joanna Pereira da Silva em 1873. Ao que se percebe, Joaquim enquanto



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

meeiro de terras, atuava em terras de outro senhor, não se sabe a natureza da atividade, mas no inventário de sua esposa Joanna, Joaquim Duarte é citado como lavrador, criador e meeiro de terras. Os lucros de Joaquim poderiam ter sido divididos através de taxas ou do aluguel cobrado pelo proprietário da terra e que lucraria da suas pequenas lavouras e criação, como permissão para viver na propriedade ou trabalhar nela – que podia não estar em gestão do proprietário legítimo e sim do arrendado.

Conforme Manuel Correia de Andrade (1963, p. 78-79), os lavradores e meeiros necessitavam dos instrumentos e maquinários dos senhores para gerir sua produção e do engenho do senhor da terra para a moagem da sua lavoura de cana, além da casa de purgar e da casa de farinha, da máquina de descaroçar algodão e do gado do fazendeiro para puxar carroças e mesmo dos escravos e de partes da terra. Todo esse fornecimento dado pelo proprietário era pago pelo lavrador e pequenos proprietários em forma de taxas, aluguéis e partes da lavoura. Uma indústria poderia ter surgido, de senhores de engenhos e terras que lucrava com as pequenas produções desenvolvidas por lavradores em Mamanguape e região? Consequentemente, o que houve foi uma relação de serventia pela troca e pagamento da estadia dos moradores nas propriedades alheias, em um espaço criado pela ausência de escravos e da necessidade de lavradores para suprir os trabalhos na propriedade.

Nesse sentido, essas relações procriaram no Nordeste a partir de uma teia política, econômica e social nos domínios do senhor de terras, definiria nesses campos, núcleos familiares de escravos, homens livres e libertos, que viveram sobre a autoridade e controle dos senhores:

O estigma da escravidão aviltou as relações de trabalho para o homem pobre livre, que dividia com o elemento servil as tarefas no interior das fazendas. Mas a degradação do trabalho foi mais além. A relação de sujeição, imposta pela condição de "morador", homem que vive em terra alheia, sob a tutela do proprietário e a ele vinculado por um sistema recíproco de prestação de serviços, colocava-se como um dos principais entraves a uma concepção mais digna do trabalho. A ideologia da clientela, apoiada basicamente na "capacidade de fazer favores", envolve aspectos econômicos, políticos e de parentesco, cuja expressão mais acabada viria a ser o "coronelismo" da Primeira República. Seus fundamentos, entretanto, estão assentados na estrutura das relações de trabalho e da propriedade da terra, que se consolidam na segunda metade do século XIX. (FRANCO, p. 128-129)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Hebe de Castro (1986) em seu clássico trabalhado sobre lavradores e homens pobres na obra “*Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*”. Chama atenção sobre a importância de perceber essa população numerosa de pequenos e médios proprietários, que são originados principalmente em áreas de ocupação antiga. Nos campos, nem todos homens livres e pobres estavam situados na produção voltada a grande lavoura ou de abastecimento; muitos acabavam em uma condição de sobrevivência, pois ganhava-se muito pouco em relação a uma carga de trabalho muito alta, estabelecendo assim, uma dependência na lavoura do fazendeiro pela renda e em suas terras enquanto sitiante, pela moradia e sobrevivência.

Isso demonstra que a mobilidade social dessas pessoas era bastante restrita e limitada. Essa realidade estaria dada pelo lento e longo processo de transição e transformação para o trabalho livre do Brasil do século XIX (EISENBERG, 1989, p. 167-168). A grande área do Vale do Mamanguape estava sob suas transformações, um grande número de trabalhadores pobres que viviam sob as orientações regimentarias de uma política de apadrinhamento que levava alguns desses indivíduos a terem acesso a alguns recursos dos seus patrões, o próprio dinheiro e da compra de mantimentos e gêneros de primeiras necessidades em estabelecimentos de confiança, em recurso do nome do fazendeiro a qual prestava seus serviços.

As relações eram intrinsecamente próximas, mesmo dos indígenas Potiguaras que ali habitavam e dividiam esses espaços de trabalho, mesmo vivenciando em situações hostis sobre suas terras, os aldeamentos que eram constantemente invadidos, aforados e arrendados ilegalmente até o final do século XIX e início do XX.

Os homens livres e pobres no Vale do Mamanguape, demonstram um ponto de partida importante para pensar o social dessa área, com isso pudemos observar melhor os meios de acesso à propriedade e das relações de trabalhos desempenhadas, percebendo um território heterógeno, com uma formação e ocupação antiga, no qual as maneiras de acesso as propriedades foram múltiplas, destacando os agregados como elementos contribuinte para a formação social da segunda metade do século XIX na província paraibana.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## O quadro da riqueza patrimonial e outros agentes.

Buscamos constituir um quadro das riquezas e de uma certa hierarquia, após a soma de todos os bens presente nos inventários. Percebendo por meio da riqueza, entender um pouco do perfil econômico da localidade, resultando na categorização da composição das riquezas inventariada. Contudo, foram selecionados alguns inventários no qual não constavam quase nenhuma riqueza – quase sendo negativos –, algo que muitas vezes dificultava o trato com o inventário, principalmente quando as custas cartorárias fossem superiores ao patrimônio. Esses inventários foram privilegiados pela categoria em que pudéssemos enquadrar os livres-pobres no quadro social da localidade.

Nos deparamos com o desafio de classificação dos inventários, desse modo, dividimos em três etapas o processo. A (1ª) primeira foi de um levantamento serial dos inventários possíveis, 84 inventários foram vistos, desses, 54 foram selecionados e os demais não foram trabalhados pela ausência de informação, variação e danificação da fonte, aos critérios de valores e informações que subsidiasse a pesquisa.

A partir disso, (2ª) o segundo passo foi tratado com uma análise qualitativa dos inventários, não desclassificando nenhum, mas considerando aqueles que teriam suas descrições melhor expostas no trabalho. Por fim, (3ª) a terceira etapa era para perceber a graduação da riqueza, quantificamos em grupos e faixa as riquezas, após perceber as proximidades do poder aquisitivo dos inventariados no grau de riqueza que detinham.

Em relação aos intervalos dos inventários para a classificação, foi feita a tabulação entre 1850 e 1877. Considerando que a maioria dos inventários estava bastante fracionados na temporalidade, com intervalos entre três anos ou de quatro anos de um para o outro, concentrando média de quatro a seis inventários dos selecionados para a pesquisa. Ainda, outra situação que levou a definir um número de inventários, foi o próprio espaço de tempo para o desenvolvimento da pesquisa. Desse modo, buscamos trabalhar com os valores nominais, uma maneira para flexibilizar a leitura dos valores, e minorar problemas com variações inflacionárias e de câmbio para casos de mercadorias. O objetivo foi perceber a



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

aquisição que cada grupo e também alguns inventários, visto individualmente, poderiam ter. E como esses ativos tomam espaço na composição de suas riquezas.

Os inventários são uma documentação de natureza jurídica já orientado pelas Ordenações Filipinas no livro IV, com um passo-a-passo processual que segue a seguinte sequência: abertura e descrição do inventariado e inventariante, lugar de confecção, juiz e procuradores responsáveis, descrição dos herdeiros e tutores quando houver, avaliação dos bens, partilha, sentença e as despesas cartorárias do inventário. Além da composição dos bens é possível perceber a composição familiar e seus indicativos das relações de poder e parentela estabelecida entre a família do inventariado.

Vamos tratar de riqueza enquanto a materialização material de patrimônios declarados nos inventários; bens de raiz, bens moveis, escravos, semoventes, dinheiro e metais. Apontando os ativos patrimoniais que compunham enquanto bens avaliados e correspondente ao que fica subentendido enquanto riqueza geral, não somente do capital moeda.

Após o arrolamento, chegamos a um valor de 618:384\$636 contos de réis, do qual, cerca de 55,6% correspondia a bens de raiz, ou seja, casas de moradas, engenhos de cana e farinha, terras e outras benfeitorias foram localizadas nesse quesito do inventário. Desse valor, ainda tivemos 27,4% em escravos e 8,4% na criação de gado, essas três categorias formariam o tripé das riquezas vista por meio dos inventários. Dinheiro, metais e bens moveis teriam uma percentualidade bastante pequena, um valor de menor expressão, respectivamente, dinheiro (4,1%), metais (1%) e moveis com 0,8%. Se considerarmos as dívidas ativas, dos valores que os inventariados tinham a receber, o valor bruto sobe para 670:871\$886 réis.

Em relação as dívidas ativas, essas ocupariam o lugar logo após o tripé principal, tendo 7,8%, dos ativos patrimoniais. A maioria dos inventariados não discriminaram a natureza de suas dívidas, impossibilitando de classificar os tipos de dívidas para o número de inventários trabalhado. A maioria das dívidas, entre ativas e passivas, só foram declaradas valores e o nome do devedor ou credor. Entretanto, não foi nosso objetivo analisar as





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

dívidas, apenas entende-las enquanto ponto integrante da composição da riqueza e de algumas conexões quando havendo.

Os indicativos documentais, apontam para uma sociedade de base agrária que se concentrava nas principais atividades econômicas da cana-de-açúcar, algodão e também da pecuária extensiva. Outras atividades faziam parte do mercado interno regional, entretanto, as produções ligadas a grande *plantation*, liderava os quadros.

Entre os inventários analisados, vale destacar aqueles que ocupavam o topo da hierarquia e das fortunas de Mamanguape. o tenente-coronel Ignacio do Rego Toscano de Brito e o major Vicente do Rego Toscano Barreto, que eram chefes da família em Mamanguape, sendo essa família muito maior e numerosa por toda província e também fora dela. A família Toscano de Mamanguape surge dos Toscanos instalados no Seridó no início do século XVIII, com os tetravôs, o italiano Vitorino Toscano de Brito e Ana Maria Toscano do Rego Brito, que se estabeleceram no Brejo do Cruz. Com o casal, veio dois filhos que seriam os principais predecessores dessa família, José Toscano do Rêgo Brito e Alberto Toscano do Rêgo Brito, José seria o Bisavô de Ignacio Toscano e também do major Vicente Toscano (BASTO, 1954, p. 36).

Ignacio detinha sozinho, entre todos os inventários, 11,12% dos engenhos, 6,45% das lavouras, 11,24% dos escravos e 6,72% do percentual total de animais. Foi arrolado do seu inventário, partes do Engenho Leitão em 12:000\$000 de réis, por herança do major Vicente do Rego Toscano, seu primo e cunhado. Partes de terra no sítio pirai com casa em 100\$000 réis; outra parte no sítio capitão em Cuité no valor de 100\$000 réis, outra metade das obras e benfeitorias do Engenho Conceição de Pacaré, esse em 4:000\$000 de réis, mais terras do sítio Patú em 300\$000 réis. Ignacio era consanguíneo de D. Accioli Toscano Vianna, o Engenho Leitão foi dos mais proeminentes engenhos de Mamanguape, pertencente por muitos anos a família dos Toscano.

Major Vicente do Rego Toscano Barreto, em que também tivemos acesso ao seu inventário, concentrava em 1863, um montante de 94:987\$104 de réis em bens avaliados. O major Vicente, era proprietário do Engenho Ibiribeira, também pertencente a membros da família Toscano. Vicente possuía sozinho 42 escravos, sendo aquele que mais concentrou



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

escravos entre os inventariados analisados, os escravos de Vicente refletem em 15,22% do arrolamento dos escravos totais, os seus escravos foram avaliados em 30:000\$000 de réis, respondendo a 31,59% do seu patrimônio. Seus animais de criação só representaram 1,03%, de vacuns e de apenas 0,80% em equinos. Seus bens estavam em suma maioria concentrada em escravos, o patrimônio imobiliário, com 10,45% em casas e sobrados espalhados no vale mamanguapense e mais algumas no Rio Grande do Norte.

Dono de algumas partes de terras, com instrumentos de engenhos e casebres nelas, correspondendo em 11,25% da riqueza total. Destacando neste grupo, partes de terras e do Engenho Leitão e benfeitorias em 4:000\$000 de réis. Sua casa de purgar foi declarada em 5:000\$000 de réis, mais partes no Engenho Ibiribeira, com casa de Farinha e terras aos arredores, menos a casa de vivenda pertencente ao inventariante, ademais, os bens foram avaliados em 36:000\$000 de réis (37,89%). Com uma safra de cana daquele ano em 3:500\$000 réis e uma outra já plantada em 1:500\$000 réis. Vicente deixaria seus bens para sua esposa, Maria Magdalena Bezerra do Rêgo e mais 9 filhos entre 23 anos, o mais velho e 7 meses, o mais novo.

O major Vicente, apresenta-se como um membro de posse de uma família que concentrava riqueza e capitais a algumas gerações. E possivelmente a família que mais deteve riqueza em Mamanguape, pois se considerarmos os valores registrados em vida, de Vicente, seu primo Ignacio e também do casal João Barbosa Vianna e sua esposa Anna Gertrudes Acioli Toscano Vianna, sabendo que todos detinham partes de terras *pro indiviso* e eram consanguíneos e também compartilhavam em comum as possessões da família, apenas a esses membros da família Toscano, residentes em Mamanguape, se aproximariam dos 175:000\$000 de réis, considerando que outros membros não tiveram ou não localizamos seus inventários confeccionado, sendo assim, os Toscanos de Mamanguape, poderiam concentrar muito mais riqueza do que se estima.

Outro inventário que vale ser destacado, foi o de Manoel da Cruz Marques, que sozinho entre todos inventários, concentrou maior valor de bens avaliados. Manoel era proprietário do Engenho Salvador Gomes, sozinho acumulou uma fortuna, até o ano de sua morte em dezembro de 1873, uma quantia de 148:510\$430 réis. Como já foi comentado,



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Manoel enquanto criador de gado, deteve sozinho de 21,45% dos animais dos inventários vistos, precisamente 485 semoventes, desses, 405 eram de vacuns e outros 80 de equinos e representavam 17,95% da sua riqueza. Manoel também era senhor de escravo, ao total foi declarado existir em sua posse 29 escravos, 10,51% dos escravos presentes nos inventários analisados e com um percentual de 11,12%, da sua riqueza inventariada.

Destacamos os inventários para demonstrar alguns indicativos no quais os agentes estavam inseridos, com suas relações amplas. Dos quais, todos estavam envolvidos com atividades que exigiam trabalho escravos, sendo um número baixo aos padrões de outras regiões do país no qual as produções agropecuárias eram mais intensas, entretanto aos níveis regionais e da localidade, nota-se um padrão de concentração alta na mão desses senhores, principalmente para o trabalho com a criação de vacuns e outros semoventes.

Os trabalhos de Susane Cavani Rosas (2009) e Socorro Ferraz (2014), já indicavam que nos sertões de Pernambuco, como era comum em boa parte do Nordeste para essas áreas, a pecuária tomava os quadros enquanto atividade predominante. Eram nessas regiões que ainda se encontrava um número maior de escravos em relação as regiões litorâneas.

O Vale do Mamanguape possuía aqueles que investiam na região na criação, como Manoel Marques. Mas percebe-se que no nosso caso, não se resumia apenas ali, Manoel possuía além de terras, escravos e outra lavouras, também animais de criação em outras áreas. Deteve de algumas propriedades destinada a pecuária no Rio Grande do Norte. No qual chegamos ao entendimento que muitos senhores enquanto pecuaristas, precisavam de amplas terras para poder desenvolver a criação.

Isso ocorre devido a concentração das terras do Vale do Mamanguape em poucos senhores e também boa parte das terras estarem também em posse dos nativos e demarcadas enquanto aldeamentos. Um dos proprietários locais, Gonçalo Marinho, havia sido atuado por agressão ao território dos nativos, Gonçalo havia soltado vários gados nas lavouras dos nativos e com isso ocasionando grandes perdas. Entre os poucos casos registrados, está o de Gonçalo Marinho foi das tentativas de por animais em mais propriedades, que já estavam bastante ocupadas.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Sabemos que as carnes ocupavam seu espaço nas tabelas econômicas, “ao final da década de 1840, as carnes preparadas constituíram-se no principal produto nacional comercializado por cabotagem, representando pouco menos de um terço do total” (MARCONDES, 2012, p. 156). No final da metade do século XIX, as carnes representavam 28,2% das exportações interprovinciais por cabotagem sobre o açúcar e o algodão que estavam com 10,3% e 3,4% respectivamente.

Além dos indivíduos que foram apresentados enquanto os que mais declararam possuir ativos patrimoniais avaliados, não concluímos com precisão que tenham sido os homens mais ricos do Vale do Mamanguape. O que nos levanta esse problema é o caso do senhor Manoel Gomes Moreira, que foi possivelmente o maior comerciante da região, um comerciante de grosso trato em Mamanguape, talvez dos poucos, já que a maioria dos comerciantes desta praça, eram pequenos retalhistas que mantinham negócios com comerciantes do Recife.

Manoel era o dono da Companhia Comercial Moreira & Primo, um grande armazém que Manoel possuía na praça da cidade que fornecia vários gêneros de produtos, desde alimentos e vestimentas, a ferramentas e outros insumos para os senhores de engenho e fazendeiros. Encontramos poucos vestígios sobre Manoel Gomes Moreira na fragmentada documentação, mas conseguimos perceber que era possuidor de grande fortuna, foi o maior proprietário de terras no vale, de uma parte que havia sido grilada por comissão de Justa Araújo por ordem provincial, a demarcação das terras indígenas. No caso, Manoel Gomes Moreira teria conseguido as terras do Engenho Preguiça, que chegava a 1.200,225ha.

Percebe-se com base daquilo já indicado por Farias (1998) que as economias regionais estavam no controle restrito de um grupo, negociantes e fazendeiros que negociavam entre si suas riquezas, sendo este grupo a financiar as lavouras e a pecuária. Logo, “via um canal de crédito e empréstimos, um investimento rotativo, no qual o capital advinha dos negociantes de grosso trato que usavam diversos canais de negociação para acumular o capital e o transformar em crédito que voltava para os fazendeiros locais” (ALMEIDA, 2022, p.11). Uma prática que o próprio Manoel Gomes Moreira exercia, nos inventários, os achamos em casos de dívidas passivas, enquanto credor, como no caso da



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

dona Joaquina Maria de Siqueira Mello e seu esposo Cristiano Barroso e Carvalho, que eram proprietários do Engenho Patrício que possuía 378,85 hectares, que também haviam conseguido sua posse no mesmo processo que Manoel.

O casal devia a Manoel, cerca 20:480\$120 réis que foi negociado em letras após o falecimento de Joaquina em 1873. O comerciante havia chegado a fornecer em produtos, dos quais se destacam materiais e ferramentas pro engenho do casal, o valor de 34:833\$330 réis que teve abatimento em 1867, restando o valor que foi declarado no inventário de Joaquina enquanto devedores da dívida. Manoel tomou parte dos bens ao esposo em negociação, expandindo ainda mais suas posses. Segundo Santos (2022, p.124-126), ao estudar a região de Estância no sul sergipano durante a primeira metade do século XIX, a autora indica que as relações de créditos, onde habitavam dívidas relacionada a compras ou empréstimos, sobretudo, estavam realizadas em uma esfera de confiança, em que podemos entender que estavam acontecendo nas redes interpessoais e que por elas, muitas vezes buscavam-se resolver. Manter o bom nome e a palavra poderia fazer com que os fazendeiros conquistassem maior acesso a créditos, a sua honra e o nome podiam facilitar os acessos ao dinheiro e outros insumos (ALMICO, 2009, p. 161-162).

533

Os trabalhadores livres e pobres, estavam submetidos a homens como Manoel Gomes e também a Joaquina Maria e seu esposo Cristiano, no qual todos eram fazendeiros donos de engenhos. Como não encontramos o inventário de Manoel, não pudemos chegar ao entendimento de quanto seria seu patrimonial no final de sua vida, mais os exploramos enquanto negociante que nos tem muito a dizer.

O Vale do Mamanguape tornou-se essa região de entreposto comercial, no qual seus agentes a partir da esfera política e econômica, contribuíram para a formação estruturante da província paraibana. A Paraíba matinha suas próprias relações comerciais em um mercado que mantinha um eixo econômico próprio. No século XIX os grandes mercados interprovinciais, que formavam esses grandes eixos, estavam sob o papel dos mercados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Pará e Rio Grande do Sul (MARCONDES, 2012, p. 142-166) podemos pensar que esses eixos teriam uma escala, a exemplo de mercados interprovinciais menores, “como Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte que mantinham um mercado



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

subsistente e periférico ao grande mercado nacional e externo, entretanto, importante para o desenvolvimento e sobrevivência de suas economias” (ALMEIDA, 2022, p 9). Solange Rocha (2009, p.108) indica que as “atividades econômicas que foram estabelecidas na Zona da Mata Paraibana, foram voltadas tanto para o mercado externo por meio da mão-de-obra escrava, como para o seu mercado interno no qual tinha por maioria envolvida a mão-de-obra livre.

E nesse cenário que nos deparamos com a região em estudo, que com baixa concentração de riqueza, comparada as províncias sulistas, mantém aos seus próprios padrões regionais de sua economia, uma riqueza própria que põe uma população em uma hierarquização, monetariamente distante, mas sistemicamente próximas e com bases singulares. O que se forma, é uma concentração das condições de produção, nas atividades voltadas ao mercado interno, que forma uma excedência da mão-de-obra, que era reutilizada no mercado interno (LINHARES; SILVA, 1999, p. 115), esse mecanismo fez com que regiões que diante os cenários nacionais e algumas historiografias, pudessem ser vistas apenas como economias subsistentes ou entendidas como primitivas, sem devida problematização, esquecendo e ignorando as vezes por onde a colonização começou e que com ela deixaria nas províncias do norte, suas marcas. Sociedades que tem um histórico antigo de ocupação e de desenvolvimento da economia extensiva e predatória que deixa como herança, práticas e motivações políticas, culturais e socioeconômicas que ajudaria a moldar as sociedades como Mamanguape na Zona da Mata Paraibana do século XIX.

534

## Considerações

Podemos concluir que a região de Mamanguape, rodeadas por longas proporções de terras em uso pelos seus proprietários para atividades agrárias, espelha um pouco do que era a sociedade oitocentista paraibana, que apontamos como uma daquelas que viviam largamente de uma variação de produtos voltados ao abastecimento sem necessariamente estarem em uma lógica de dependência econômica com as grandes economias. Com isso, assinalamos as possibilidades de debates para historiografia e de como ela é ainda mais ampla, enquanto campo da história econômica, que não pode resumir-se ao quantitativo, sem respeitar os limites de interpretação. Desse modo, busca-se



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

contribuir para historiografia regional nordestina, mas também com proposições para pensar e enxergar as micros economias que existiram nas regiões nacionais. O ponto de partida? Perceber os comportamentos, tensões e motivações dessa sociedade, e no que o político e econômico podem implicar em suas condutas.

## Fontes

Relatórios dos presidentes de província: Latin American MicroformProject (LAMP) do Center for Research Libraries – CRL. Disponível em: <<http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>> Acesso em: 08 out. 2023

INVENTÁRIO, post-mortem. Arquivo do Depósito Judicial do Fórum Desembargador Miguel Levino de Oliveira Ramos, Mamanguape-PB, 1850-1877.

## Referências

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão**: Espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888. Dissertação de mestrado, Campina Grande, 2011.

ALMEIDA, Lucas Carlos Martiniano. Nas bordas do vale: abastecimento e mercado na freguesia de São Miguel da Baía da Traição na Zona da Mata Paraibana, no século XIX. In: **Anais do IV Encontro de Pós-Graduandos (SEO)**. Anais, Campinas (SP) Unicamp, 2022. Disponível em: <<http://www.even3.com.br/anais/IVSEOIVEncontroPosGraduandos>> Acesso em: 22, out. de 2023.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Dívida e obrigação**: as relações de crédito em Minas Gerais, sécs.XIX/XX. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 1º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do Norte (Século XIX)**. Tese (Doutorado em Educação), PPGE-USP, São Paulo, 2017.

BASTOS, Sebastião de Azevêdo. **No roteiro dos Azevêdo e outras famílias do Nordeste**. João Pessoa, Gráfica Comercial, 1954.

CARVALHO, Juliano Loureiro. **Formação territorial da mata paraibana, 1750-1808**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CRUZ, Fabio Santiago Santa. **Irmãos e Rivais: Resistência paraibana à influência do Recife (1870-1889)**. Dissertação de (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, DF, 2002.

EISENBERG, Peter Louis. **Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX**. Campinas: Unicamp, 1989.

FERRAZ, Socorro. A Sociedade Colonial em Pernambuco. A Conquista dos Sertões de Dentro e de Fora. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (ORG.). **Brasil Colonial**. 1ed, v.2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 171-226.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba: 1850-1888**. João Pessoa, Ed. UFPB. 1979.

LINHARES, Maria Yedda.; TEIXEIRA, Francisco Carlos. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARCONDES, Renato Leite. o mercado brasileiro do século xix: uma visão por meio do comércio de cabotagem. **Revista de Economia Política**. v. 32, n. 1. p. 142-166, 2012. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rep/a/QzGzHffGRLphKvjvFwQbFbK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 de out. de 2023.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

MATTOS, Hebe Maria. **Ao Sul da História:** lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MATTOSO, Katia Maria de Queirós. **Bahia, século XIX:** uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MONTEIRO, Denise M. Formação do mercado de trabalho no Nordeste: escravos e trabalhadores livres no Rio grande do Norte. **História Econômica & História de Empresas**, v. 3, n. 2, 19 jul. 2005. p. 25 – 59. Disponível em: <<https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/146>> Acesso em: 19 de outubro de 2023.

NASCIMENTO FILHO, Carmelo Ribeiro do. **Fronteira Móvel:** os homens livres pobres e a produção do espaço da Mata Sul da Paraíba (1799-1881). Dissertação (Mestrado em Geografia) - PPGH/UFPB, João Pessoa, 2006.

REIS, João José. De escravo a rico liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista. *Rev. Hist. São Paulo*, n. 174, p. 15-68, jan.-jun., 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/108145/115311>> Acesso em: 27 de outubro de 2023.

ROCHA, Solange Pereira. **Gente negra na Paraíba oitocentista:** População, família e parentesco espiritual. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

ROCHA, Uelton Freitas. **“Recôncavas” Fortunas:** a dinâmica da riqueza no Recôncavo da Bahia (Cachoeira, 1834-1889). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, 2015.

ROSAS, Suzana Cavani. Senhores e escravos no Sertão de Pernambuco. In: BRANDÃO, T. P. (ORG.). **Senhores e escravos no sertão de Pernambuco**. Recife: Editora da UFPE, v. 1, 2009, p. 130-147.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Os Fios de Ariadne:** tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus 1840-1880. Manaus: EDUA, 1997.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

SANTOS, Fernanda Carolina Pereira dos. **Poderosos Capitalistas: Práticas creditícias, dinâmicas internas e relações sociais no sul sergipano (1800-1849).** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

SILVA, Lucian Sousa da. **Esmagando a cabeça da Hidra: escravidão, liberdade e abolição na Paraíba do Norte, 1877-1888.** Tese de Doutorado em História – UFPE – Recife-PE, 2021.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Nas ondas do Rio Grande de São Pedro: Tráfico Transatlântico e Composição Demográfica, C. 1765-1810

Luigi Bastos do Nascimento Pintaude<sup>335</sup>

**RESUMO:** Neste artigo investiga-se as transformações sociodemográficas referentes à população escravizada registrada em inventários post-mortem no Rio Grande de São Pedro, entre os anos de 1764 e 1811. Serão avaliadas porcentagem de pessoas africanas em sua interdependência com a precificação, frente às conjunturas econômicas do Atlântico, bem como a referência aos portos de embarque na costa da África e sua relação com a Economia Política do tráfico e do contrabando de seres humanos. Objetivamos, assim, melhor compreender a posição do Rio Grande nos circuitos mercantis atlânticos de pessoas escravizadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rio Grande, América Portuguesa, História Econômica, História Atlântica, Escravidão

539

<sup>335</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: [luigi.bpintaude@gmail.com](mailto:luigi.bpintaude@gmail.com). O autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, pela bolsa de iniciação científica concedida entre os anos de 2021 e 2022, que permitiu o início desta pesquisa e a bolsa de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), 88887.824877/2023-00, vigente desde 2023, que permitiu sua continuidade



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Introdução

É conhecido há muito tempo o argumento de que com o tráfico transatlântico de escravos, uma transferência de excedentes seria realizada da região onde o rapto e a rapta aconteciam para aquela em que a expropriação do trabalho se efetivaria. A razão apontada é dupla: em primeiro lugar, o custo de transação (considerando uma relação mercantil) é calculado sobre os custos de combate, captura, transporte e manutenção durante a travessia – o que não corresponde ao custo da *produção social* do sujeito, pois sua comunidade investiu muito mais trabalho em seu desenvolvimento e é, evidentemente, subtraída sem qualquer equivalência; a acumulação primitiva desta pessoa apta a trabalhar dá-se como um violência fundante que não é sujeita à lógica da troca de equivalentes. Em segundo lugar, tal violência coloca problemas à *reprodução social* do grupo de origem como um todo, posto que o tráfico transatlântico da Idade Moderna se concentrava em pessoas em idade produtiva que não poderiam, portanto, aplicar sua força em atividades que reproduzissem materialmente a comunidade na qual cresceram (Meillassoux 1995. [1986], p. 72-74 e 223-225; Rodney 1975. p. 133-143.).

No caso do Rio Grande, é possível observar um intenso crescimento do registro de pessoas escravizadas nos inventários *post-mortem*, tal como mostra o Gráfico 1. Ativada economicamente pelo crescente comércio de trigo e charque podemos mesmo pensar na formação de uma *sociedade escravista*, nos termos de Moses Finley, o que foi percebido entre as historiadoras e historiadores que pesquisam sobre a região, que observaram tratar-se de um tipo de propriedade que se difundiu intensamente entre as pessoas de posse – no Rio Grande, em fins do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX, cerca de 10% dos inventários não possuíam descrição da propriedade sobre pessoas – e os tamanhos médios dos planteis aumentaram expressivamente (Finley 1991, p. 73-93; Meillassoux 1995 [1986], p. 28-30 Osório 2005, p. 2-5; Aladrén 2012, p. 77-79, 338-342; Nogueról 2016, p. 223-225).

Isso não apenas significa que a escravidão crescia quantitativamente, o que certamente ocorreu, mas sobretudo que se formava naquele momento uma sociedade na qual



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

uma classe proprietária que dependia das relações escravistas, e reversivelmente, uma classe de pessoas exploradas sistematicamente, cuja função era central para a reprodução das relações de produção daquela formação social (Fragoso 1998, p. 157; Meillassoux 1995 [1986], p. 28-30; Aladrén 2012, p. 30-34).

Gráfico 1



541

Fonte: Produção própria com base em excertos de 744 inventários *post-mortem* reproduzidos em ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Brasil). *Documentos da Escravidão no Rio Grande do Sul, Inventários: O Escravo Deixado como Herança*, vol 1. Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG). Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.apers.rs.gov.br/acervo-judiciario>. Acesso em: 20 fev. 2021.

## Composição Demográfica e Tráfego Transatlântico de Pessoas

Nos quadros da historiografia brasileira, Manolo Florentino (1997, 75-77) mobilizou argumentos semelhantes, consubstanciados pela larga presença percentual de pessoas escravizadas entre os bens dos sujeitos históricos inventariados no Rio de Janeiro no período



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

colonial tardio e o crescimento da população escravizada, de modo a levar o autor a caracterizar as pessoas escravizadas no Brasil como “mercadorias baratas”, que por seu baixo custo financeiro, poderiam ser repostas - mesmo durante os momentos de baixa no preço das *commodities* -, a fim de recompor quaisquer montantes de lucro que houvessem decaído, tal como o historiador argumenta que haveria ocorrido no início do século XIX.

Estamos em acordo com os argumentos de Meillassoux e Rodney quanto à transferência que ocorria no tráfico, contudo a questão do quão “barata” era a mão de obra merece alguma reflexão que aprofunde e complexifique essa afirmação, afinal qualquer percepção de custo deve ser dada não pelo pesquisador, mas pela ação dos agentes.

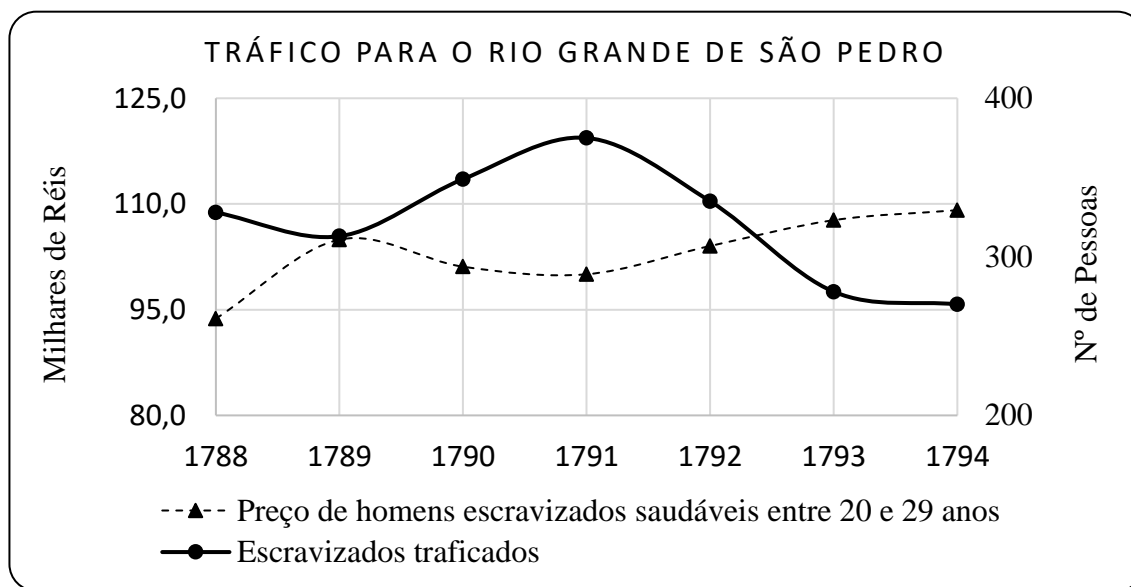
Quanto a esta conexão, Berute e Osório haviam apontado, a partir dos portos de embarque na América, e também por meio da análise dos mercadores que preparavam as expedições que a participação dos comerciantes fluminenses – e em menor escala da Bahia e Pernambuco - no tráfico de pessoas escravizadas para o Rio Grande de São Pedro era central. Não apenas a extensa maioria dos escravizados partia do Rio de Janeiro, as também a maioria dos traficantes tinha relações com os fluminenses ou era ele mesmo daquela capitania, convertida, desde 1763 em um entreposto escravista, cujo principal trato era o dos viventes, operacionalizado ele mesmo por meio da exploração da mão de obra escravizada (Berute 2006, p. 67-69; Osório 1999, p. 195-197; Marques, 2023).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Gráfico 2



Fonte: Para o preço ver Gráfico 1. Para a importação de pessoas ver Berute, 2006, p.

A questão é que o Rio Grande de São Pedro, neste contexto era um porto secundário. Dependente das inversões de capital dos comerciantes de grosso trato do Rio de Janeiro e cuja rede mercantil possuía poucos recursos. Não é de se estranhar, portanto, que – apesar da expansão estrutural do tráfico, a partir da década de 1790 - conjuntamente os ciclos do tráfico se correlacionassem inversamente com os preços das pessoas escravizadas, tal como apresentam os Gráficos 2 e 3.

Se a alta nos preços das *commodities* agrícolas pressionava por uma expansão da produção, isso não significou somente uma simples expansão do trabalho enquanto fator de produção, mas sobretudo, uma reconfiguração de suas características afinada com as pressões de mercado. Provavelmente, não era economicamente vantajoso para os proprietários escravistas diminuir o porte de sua escravaria, mas mudar sua origem, mesmo considerando que a oferta de pessoas em Luanda fosse crescente no período. Tal deslocamento sugere que a competição por forças produtivas com os demais nódulos

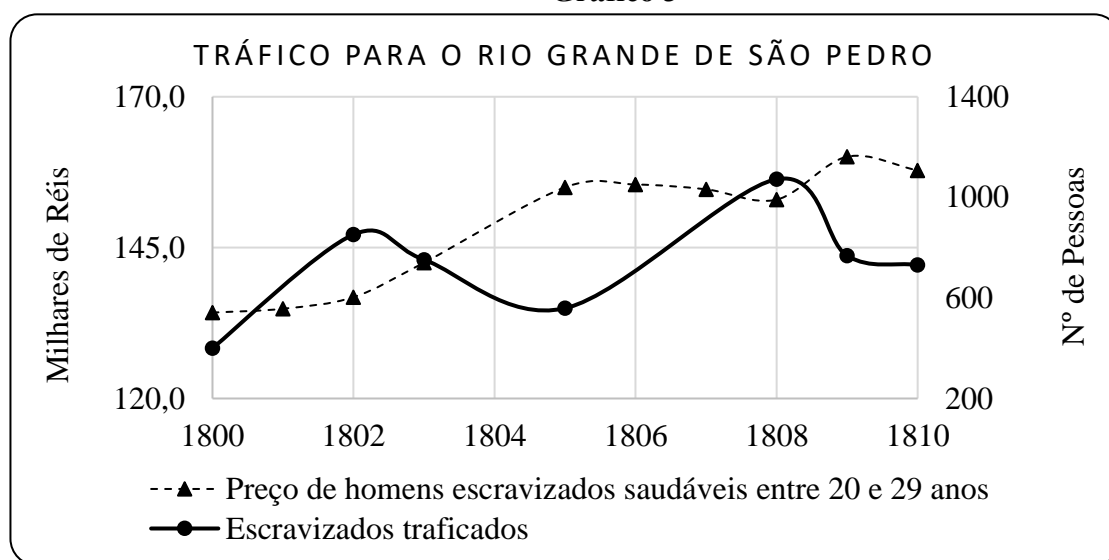


# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

escravistas (Salvador, Rio de Janeiro, Rio da Prata, Antilhas, etc.) exercia uma pressão mais forte do que os proprietários do Rio Grande poderiam suportar.

Gráfico 3



Fonte: Para o preço ver Gráfico 1. Para a importação de pessoas ver Osório, 1999, p.

Em particular, a exportação realizada por traficantes luso-brasileiros era muito mais intensa no mercado platino do que no rio-grandense, favorecendo os concorrentes hispânicos que atuavam na produção agropastoril, em detrimento dos produtores luso-brasileiros, apontando uma das tensões existentes entre mercadores de gente e fazendeiros na disputa por uma maior porção dos ganhos com o comércio e com a produção das pessoas escravizadas (Aladrén 2015, p. 17-21; Nogueira 2016, p. 223). Temos, neste sentido, uma contradição estrutural: mesmo que os preços das *commodities* subissem - criando a possibilidade histórica de aumento dos montantes de lucro para os proprietários rio-grandenses -, a competição de demanda pelo trabalho escravizado, enquanto fator de produção, decorrente dessa alta nos preços, impunha uma dificuldade de realização do valor para os proprietários de uma região como a fronteira sul do Brasil, onde a configuração da propriedade sobre pessoas escravizadas foi alterada para garantir a manutenção da valorização do capital.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Especificamente, após a década de 1777, a ascensão de Montevideo como porto central de entrada de pessoas escravizadas para a América espanhola, em grande medida pela migração de comerciantes portugueses advindos de Colônia de Sacramento, então sob controle hispânico, trouxe efeitos importantes para o mercado lusitano de escravizados. É neste sentido que a estruturação de uma economia de abastecimento na fronteira sul da América lusa deve ser compreendida de maneira integrada aos complexos portuários do Rio da Prata, (Vargas, 2023, p. 236-239).

Principalmente depois da expulsão dos portugueses da Colônia de Sacramento, em 1777, e da proclamação do livre-comércio entre os portos do Império espanhol, em 1778 pelos exércitos de Cevallos, a montagem de um porto escravista em Montevideú foi a saída para os comerciantes luso-brasileiros que instalaram suas redes interpessoais de trato mercantil na região (Prado, 2015, p. 30-41; Prado, 2022, p. 66-69). Após essa data, - e sobretudo a partir da década de 1790 - o contrabando luso-brasileiro de escravizados para o Rio da Prata aumentou largamente, o que era duplamente problemáticos para os proprietários da capitania do Rio Grande de São Pedro: aumentava o preço dos escravizados e, como os negociantes de Montevideú negociavam utilizando carnes salgadas, reduzia o preço do produto (Borucki, 2011, p. 87-88).

Tal aumento no preço dos escravizados, talvez ajude a explicar porque - apesar da grande quantidade de comerciantes no trato dos vivos e mesmo do grande número de envios feitos por pequenos mercadores escravistas até o Rio Grande de São Pedro -, entre os períodos de 1788-1802 e 1809-1824, a porcentagem de pessoas escravizadas enviadas até a fronteira sul pelos comerciantes de grande porte - ou seja, que enviaram 25 pessoas ou mais - passou de 35,5% no primeiro momento, para 58,2% no segundo (Berute, 2006, p. 130). Considerando o custo crescentes das pessoas escravizadas, eram os mercadores com mais capitais que tinham mais condições de montarem as expedições que as levariam para a capitania, justamente os mesmos que teriam o cabedal necessário para montar grandes viagens escravistas intra-imperiais<sup>336</sup>.

<sup>336</sup> As características demográficas dos escravizados enviados ao Rio Grande de São Pedro, por outro lado, reforçam a tese de que a determinação da precificação era predominantemente atlântica, pois, nos períodos citados, Berute (2006, p. 51-79) percebeu, entre os escravizados traficados para a capitania, uma maior



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Adicionalmente, como parte do comércio era realizado em prata ou charque os próprios governadores e vice-reis, em alguma medida, estimulavam a chegada de espanhóis nos portos da Bahia<sup>337</sup> e do Rio de Janeiro (Prado, 2022, 69-70). Com o embargo inglês contra os espanhóis no Rio da Prata, em 1796, o fluxo de mercadores hispânicos chegando aos portos luso-brasileiros parece ter se intensificado e, no mesmo ano, negociantes da fronteira sul luso-brasileira reclamavam contra o aumento dos preços causado pelo contrabando (Vargas, 2013, p. 90; Aladrén, 2015, p. 22; Prado, 2022, p. 74). Poderia ser apenas um dispositivo retórico, contudo, não nos parece por acaso que em 8 de fevereiro de 1801 - após uma queda de mais de 15% no preço dos escravizados desde o pico de 1797 - o desembargador José Feliciano da Rocha Gameiro, ouvidor-geral do Crime e intendente dos Contrabandos e da Polícia, elogiasse Donald Campbell ao então presidente do Erário Régio, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comentando que as ações “diligentes” do comandante de esquadra em combater o tráfico de escravizados para a América espanhola haviam reduzido os preços das pessoas escravizadas<sup>338</sup>.

Isso nos leva a conclusão de que outras fontes, mais viáveis em termos de produção de capital que a importação de pessoas africanas, poderiam ser mobilizadas: Aladrén sugere a hipótese de que a reprodução interna era realizada pelos médios proprietários - os que possuíam de 5 a 9 pessoas (Aladrén 2012, p. 112). Apesar de possível, pensamos poder argumentar que estruturalmente tratava-se de uma possibilidade remota, dada a formação demográfica na América portuguesa: disparidade sexual entre as pessoas importadas em

546

---

porcentagem de “africanos novos”, em oposição aos “ladinos” e “crioulos”, ou seja, maior presença de africanos com baixa inserção social frente aos africanos com considerável com inserção social e escravizados nascidos na colônia. Como o preço dos “africanos novos” costumava ser menor do que o dos outros dois grupos, a depender da demanda local, os preços haveriam se reduzido, de modo que se houve um aumento de nível médio de preços, provavelmente este movimento possui maior determinação da economia atlântica do que da demanda local.

<sup>337</sup> AHU, Bahia, Cx. 106, Doc. 207664

<sup>338</sup> AHU, Rio de Janeiro Cx. 189, Doc. 13654. Conferir os dados de Borcuki (2011, p. 87). Os dados do tráfico intra-americano disponíveis na [slavevoyages.org](https://www.slavevoyages.org), também corroboram esta versão, uma vez que, entre 1790 e 1810, o ano de 1801 aparece como um ano de queda, e o ano com menor número de embarques com direção ao Rio da Prata desde 1791, com uma queda deste porte ocorrendo novamente apenas em 1807. Conferir <https://www.slavevoyages.org/voyages/uyXYIGXw>, acessado em 05/10/2023.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

uma proporção de masculinidade de 60% e altas taxas de mortalidade registadas na América portuguesa durante o período (Florentino 1997, p. 54-60).

O caso do Rio Grande é coerente com os padrões encontrados nas demais localidades do Brasil, nas quais situação demográfica parece ter sido pouco capaz de produzir um excedente populacional que pudesse dar impulso a um crescimento populacional independente do tráfico. Nossos dados corroboram a ideia de que no conjunto do Rio Grande era pouco possível a “reprodução natural” das pessoas escravizadas. A taxa de masculinidade média para o período de 1765-1810 era de 64,2%, a presença média de crianças de 0 a 9 anos entre a população representava meros 17,2% e a “taxa de fecundidade” média obtida por proxy (número de crianças de 0 a 9 anos por 1000 mulheres de 15 a 49 anos era de 1.232, insuficiente sequer para a reposição da população (para a metodologia cf. Versiani e Noguero 2016).

Deste modo, fica evidente que a precificação influenciava nas decisões dos sujeitos do projeto colonial, ao cabo que a reiteração da escravidão mesmo nas áreas periféricas da Colônia respondia às dinâmicas mercantis mais ampliadas, nas possibilidades históricas concertadas do cenário atlântico, ou seja, possuía referência nos horizontes de expectativas da valorização das atividades produtivas e na recomposição das margens de lucro, característica central de uma relação de Capital Escravista-Mercantil (Pires e Costa 2010, 24-26; Meillassoux 1995 [1986], p. 74; Silva 2017, p. 122-125).

547

## Portos de Embarque e Competição Escravista-Mercantil

Juntamente com estes movimentos transformativos, podemos observar mudanças na própria ação mercantil do tráfico de escravizados para o Rio Grande. Propomos essa reflexão a partir da referência documental aos portos de embarque, a fim de estudar como os percentuais referentes aos diferentes portos variaram neste período de aumento dos preços, visando, portanto, identificar qual a resposta dos agentes demandantes e ofertantes em um cenário de contradição estrutural.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Não poderíamos tomar mecanicamente tais indicações dos portos como uma “origem étnica” dos sujeitos escravizados, pois a identificação geralmente era realizada por agentes coloniais, que projetavam suas (in)compreensões defasadas de como se organizavam as comunidades africanas, muitas vezes se referindo ao porto de embarque e não à comunidade de origem ou as identidades linguísticas das pessoas em questão. As pessoas embarcadas poderiam ainda ter nascido nas regiões interioranas da África, dada a existência de uma extensa rede comercial entre as unidades políticas interioranas e litorâneas. Devemos, por fim, manter em mente que existiam possibilidades de associação e resistência por parte dos escravizados, que ao identificar-se a este ou aquele grupo poderiam produzir novas identificações, o que poderia levá-los à opção por identidades “cambiantes”.

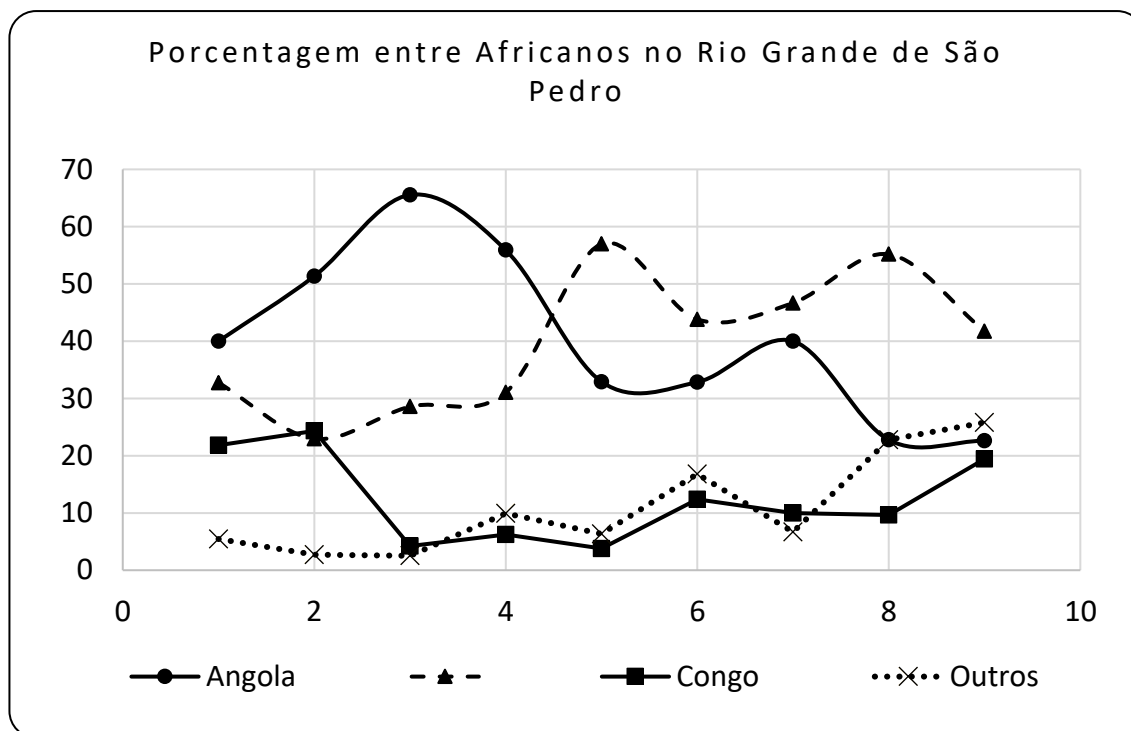
De todo modo, temos de lembrar que se tratam de registros coloniais e que a tentativa de (res)significação das identidades fala mais sobre uma disputa classificatória político-econômica entre agentes coloniais e pessoas escravizadas e entre agentes coloniais concorrentes do que sobre a organização política efetiva das regiões africanas (Thompson 2021, p. 6-10; Silva 2017, p. 76-81; Aladrén 2012, p. 123; Eltis e Richardson 2003, p. 24-25).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Gráfico 4



Fonte: Ver Gráfico 1. O Gráfico apresenta percentuais relativos às pessoas descritas como africanas na documentação. A soma não resulta em 100%, pois muitas pessoas referidas como africanas não tem os portos de origem explicitados.

Feitas tais considerações, podemos observar no Gráfico 4 a distribuição percentual dos portos identificados em nossa documentação. O primeiro movimento, entre 1764 e 1780, é o crescimento relativo das pessoas identificadas com Angola - que aqui representa o porto de São Paulo de Luanda, estabelecido em 1575 - durante o momento de estabilidade da produção local; contudo, a partir da década de 1780 seu peso relativo passa a ser declinante. O segundo ponto de relevo é a ascensão relativa do registro referente a Benguela, ou seja, o porto de São Filipe de Benguela, fundado em 1617 - que cresceu bastante, a partir do quinquênio 1771-1775 - e sua passagem a porto de maior peso relativo na segunda metade da década de 1780. O terceiro movimento é o espraiamento dos portos, a partir da década de 1790, quando Congo, Ganguela, Quissáma, Cassange, passam a ter maior representatividade (Aladrén 2012, p. 120-126).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Essa passagem da centralidade de Luanda para Benguela nos diz muito sobre a situação. Em valor de face, o papel chave do grupo mercantil carioca torna-se patente, pois eles constituíam uma rede de comércio muito relevante em Benguela. Essa relativa predominância era possibilitada, em parte, pela introdução da jeribita do Rio de Janeiro - derivado alcóolico da produção de cana-de-açúcar - na África Centro-Occidental, ainda no século XVII. A bebida, concorrente dos vinhos portugueses, foi utilizada pelos luso-brasileiros como forma de assegurar o controle das rotas escravistas e, mais tarde, como alternativa de pagamento pelas pessoas escravizadas durante a alta do ouro, pois facilitava aos mercadores relacionados aos produtores de cana do Rio de Janeiro realizar negócios na costa, utilizando-se deste subproduto da cana, muito apreciado na região. O tráfico com a jeribita tornava o comércio mais lucrativo para os comerciantes luso-brasileiros do que para lusitanos, pois este artigo tinha uma produção muito barata e era largamente disponível aos senhores de engenho como meio de pagamento, já que era uma decorrência da produção açucareira (Alencastro 2000, p. 312-324; Miller 1988, p. 482-485; Ferreira 2006, p. 25; Curto 1999, p. 69-73).

550

Ao fim e ao cabo, formou-se em Benguela, no século XVIII, uma comunidade de comerciantes “brasileiros” engajados no tráfico humano (Thompson 2015, p. 102-109)<sup>339</sup>. Assim, concluímos que uma das formas dos traficantes de seres humanos combaterem a alta dos preços estava na interligação comercial entre as elites escravistas-mercantis cariocas e rio-grandenses, uma vez que os traficantes do Rio de Janeiro tinham um acesso barateado às pessoas escravizadas em Angola, particularmente em Benguela.

Ainda em relação ao deslocamento para Benguela, podemos lê-lo em composição com as preocupações econômicas dos agentes demandantes: em boa medida os mercadores luso-brasileiros deslocavam-se em direção a Benguela como forma de evadir o controle

<sup>339</sup> O termo brasileiro aqui não designa uma nacionalidade, mas comerciantes com ligações intestinas com as margens da América portuguesa.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

colonial e a cobrança de impostos, que encareciam os preços das pessoas em Luanda (Silva 2013, p. 114-116). Não é surpresa, pois desde sua criação, Benguela havia colocado um desafio aos comerciantes de Luanda, uma vez que servia de entreposto que desviava a demanda escravista (Alencastro 2000, p. 90-102), cuja grande vantagem era justamente a possibilidade de reduzir os custos de captura e transporte, já que, além de desviar de impostos, os comerciantes tinham a possibilidade de tratar em espécie, o que evitava que parte dos custos se transferissem para os financistas que controlavam as *letras de câmbio*, instrumentos de crédito utilizados em Luanda e largamente manipulados por mercadores e banqueiros e mercadores capitalistas na Europa (Miller 1988, p. 468-469; Arrighi 2000, . 125-133; Menz 2012, p. 202-204 e 214-216).

Em princípios do século XVIII a viagem direta entre Brasil e Benguela já era requisitada à Coroa lusa, e foi liberada pela primeira vez em 1716, para o total descontentamento dos mercadores baseados em Luanda, que apelaram diversas vezes contra a percebida “ilegalidade” do tráfico benguelense, tentando manter sua primazia no odioso comércio (Cândido 2006, p. 24-26). A tentativa de legalização por parte dos traficantes sugere que ilegalmente esta rota já havia sido realizada, testada e assegurada em sua capacidade de produzir lucros, pois uma expedição negreira era um negócio custoso, cujos ganhos eram fundamentais para a conclusão do processo. Após o arranque em 1720, a importância do porto só fez crescer durante o restante do século (Cândido 2014, p. 144-147).

Tal crescimento, entretanto, não se dava em razão apenas da demanda: o conflito das lideranças tradicionais com os guerreiros *Mbangala* - organizados nas comunidades político-espiritual-militares, chamadas de *quilombos*<sup>340</sup> – era também um dos fatores de descentralização e desestabilização da região, o que propiciava o estabelecimento de uma

<sup>340</sup> Segundo Alencastro, um “campo militar e confraria de iniciação de guerreiros”. Ver Alencastro 2000, p. 90.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

rota de comércio escravista. Em termos esquemáticos, a tensão ocorria pela prática *mbangala* de contestação do poder da linhagem enquanto formulação tradicional do poder, ao passo em que os líderes tradicionais, os *sobas*, transmitiam seu poder por via da filiação matrilinear. Tal concorrência política era ideologicamente formulada pelos *Mbangala* por meio do culto cosmológico ao *kilombo* - que incluía a proibição de formação de linhagens entre os guerreiros e a adoção de jovens de outros grupos a fim de recompor suas fileiras -, e que podemos, no esteio de Thompson, considerar uma forma de “revolução” contra a reprodução social das lideranças *sobas*. Por conta dos embates continuados entre *sobas* e *Mbangala*, os ritmos das comunidades locais de pequena-escala eram desestruturados, pois em suas migrações - em consequência das secas sazonais - seus membros frequentemente acabavam capturados pelos traficantes (Nascimento 2006, p. 117-119; Thompson 2021, p. 130-131).

Não raro, diversos *sobas e mbangalas* aliaram-se aos portugueses: por um lado, o faziam a fim de combater os líderes políticos rivais, por outro, participavam da captura de cativos com objetivo de proteger-se por antecipação dos ataques dos invasores, já que, não sendo saciada a demanda por pessoas escravizadas, quaisquer grupos africanos poderiam ser os próximos alvos. Esta tentativa, contudo, era muitas vezes frustrada, pois mesmo com a colaboração de alguns dos líderes africanos, os eventuais aliados não foram poupados pela sanha comercial luso-brasileira quando convinha aos interesses do projeto colonial e/ou quando tal perseguição fosse proveitosa às campanhas de poder dos agentes locais da coroa lusitana, que apresavam antigos aliados sem embaraço algum (Thompson 2021, p. 132-133).

As tensões anteriores à chegada dos portugueses eram, portanto, potencializadas pela ação imperial, já que os agentes coloniais tomavam partido e demandavam de ambos os lados, dos *sobas* e dos *Mbangala*, braços para a escravização além-mar, sob a ameaça, mesmo que implícita, de apresar quaisquer comunidades que necessitassem – aliadas ou não - para suprir os ritmos de acumulação no Sistema Atlântico Ibérico. Ora, tal demanda dos agentes coloniais produzia um ciclo vicioso, em que a desorganização violenta das relações de produção locais – principalmente por conta da guerra, cujo significado social foi





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

radicalmente transformado pela ação lusa; mas também em razão da fome, causada, em parte, pelo rapto violento de pessoas capazes de gerar um excedente alimentar, e, finalmente, pela disseminação de doenças, causada pelas migrações forçadas em decorrência das guerras de apresamento – ameaçava a continuidade das unidades políticas existentes, que por sua vez, encontravam-se fragilizadas e, portanto, mais suscetíveis às investidas escravistas, em uma dialética cruel e insustentável (Manning 1990, p. 56-59; Cândido 2013, p. 76-78).

Na década de 1790 houve um surto de exportação de pessoas em Benguela, embora tal aumento viesse acontecendo desde meados do século XVIII (Thompson 2021, 184). Nos primeiros anos do século XIX, a exportação para o sudeste brasileiro a partir de Benguela chegou a superar brevemente a de Luanda, o que corrobora a nossa percepção de que o deslocamento do eixo dos portos de embarque das pessoas exploradas no Rio Grande não era apenas concertado com a praça carioca, mas que atingia com especial intensidade o circuito produtivo rio-grandense, mais pobre e demandante das pessoas traficadas de forma possivelmente ilegal. Ora, a explosão de oferta, dadas as dinâmicas locais supracitadas, era um dos fatores que explicam a chegada diferencial de pessoas escravizadas no Rio Grande a partir de Benguela, mas as condições de realização desta oferta também eram importantes: a concorrência interimperialista não se dava apenas no campo da demanda, como apontamos, mas também, complementarmente, entre aqueles que ofereciam pessoas à venda. A presença de franceses, particularmente, era flagrante em Benguela; era mesmo incomodamente notória (Miller 1986, 66-69).

Ao menos desde a Guerra dos Sete Anos - e em parte por conta da decorrente percepção da fraqueza militar do Império português -, o contingente de franceses em Benguela aumentava, integrando-se às redes mercantis da costa, ao mesmo passo em que as denúncias portuguesas contra eles se avolumavam. De fato, além de proibidos de realizar comércio, os traficantes franceses traziam consigo os muitíssimo valiosos tecidos asiáticos, álcool e, especialmente, armas, mercadorias muito desejadas pelos comerciantes locais. Dado seu volume, este comércio não poderia ser feito sem a colaboração ativa das autoridades e dos grandes traficantes luso-africanos e luso-brasileiros, afinal os franceses



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

andavam em público e comerciavam livremente pela cidade (Miller 1988, p. 469-471; Thompson 2021, p. 185-190).

A guisa de ilustração da liberalidade com que os franceses traficavam, citamos o caso que Estevam Thompson encontrou na documentação, que demonstra que mesmo após ser confrontado pelas autoridades coloniais em 1790, um traficante francês simplesmente afirmou que ficaria o tempo necessário para terminar seus negócios, ignorando o suposto poder decisório dos portugueses e o regulamento que proibia navios estrangeiros de continuarem aportados por mais de três dias na cidade. O autor comprovou também, por meio de pesquisa historiográfica, que os contrabandistas de escravos luso-africanos tinham poder suficiente, não apenas para confrontar as autoridades, mas para retirá-las de suas posições se necessário, tal foi o caso do governador de Benguela, José Mario Douzel Machado e Vasconcelos, que – durante sua curta estadia no cargo (1788-1789) - foi acusado pelos comerciantes escravistas de corrupção e tirania e foi logo substituído (Thompson 2021, p. 185-190).

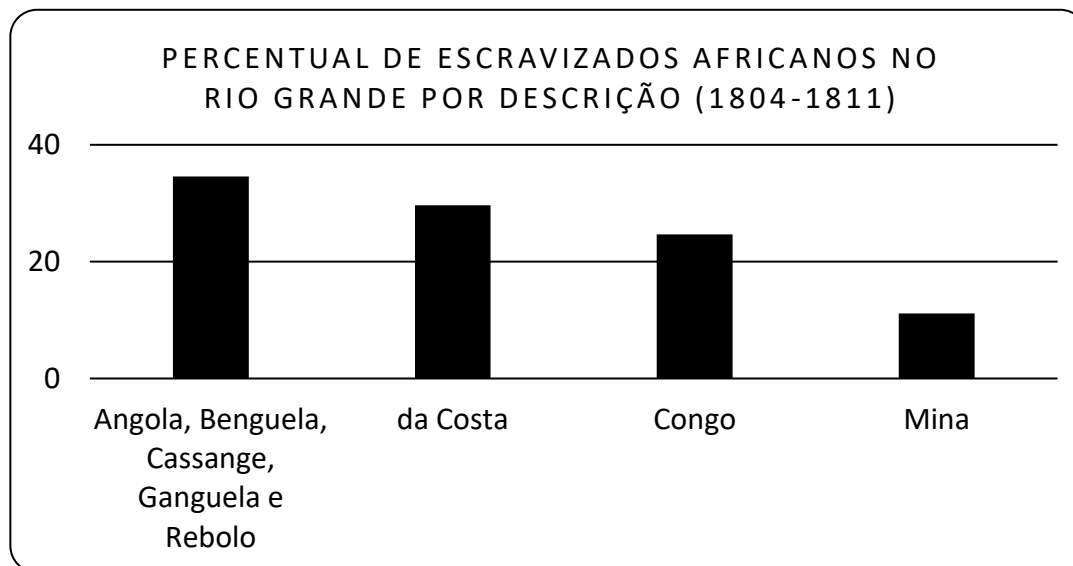
Podemos inclusive observar junto com Thompson, que, se uma intensa campanha foi empreendida contra a ação dos contrabandistas a partir de 1791, o quinquênio seguinte, 1791 a 1795, representou uma desaceleração, ao menos circunstancial, no crescimento relativo do peso das pessoas escravizadas vindas de Benguela entre a população escravizada do Rio Grande, em contraposição ao quinquênio anterior, 1786-1791, o qual as autoridades lusitanas em Benguela reportaram como sendo o de maior tráfico ilegal, quando a proporção de pessoas vindas daquela cidade aumentou consideravelmente entre os escravizados no Rio Grande (Thompson, 2022, p. 26, 93, 130).

## Gráfico 5



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar



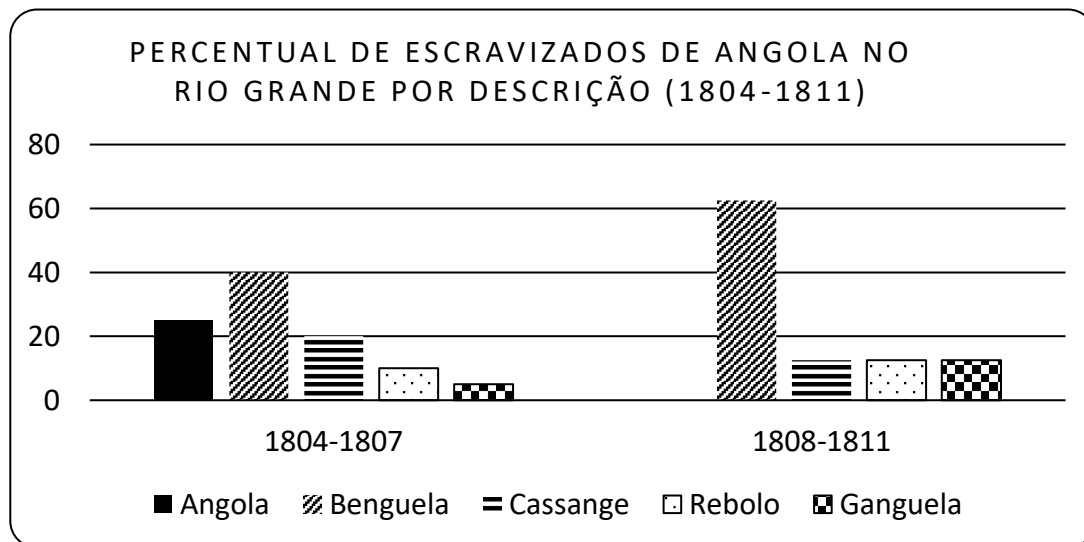
Fonte: Ver Gráfico 1.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Gráfico 6



Fonte: Ver Gráfico 1.

Particularmente, na fronteira, na localidade de Rio Grande, as pessoas advindas de Angola, Benguela e de seus “sertões”, os Quilengues, eram as mais significativas, com 34,5%, como expresso no Gráfico 5. Por outro lado, se, sem surpresas, o maior percentual naquela região era classificado genericamente como “da Costa”, aqueles ditos advindos de Benguela e sua hinterlândia, e os chamados “Ganguelas”, que se referiam aos povos Nganguela, presentes no planalto centro-africano, apresentavam o maior percentual discriminado entre os africanos da África Centro-Occidental, conforme se observa no Gráfico 6.

A dialética entre a dinâmica de mercado, guerras, política e contrabando era o tom no porto luso-africano. O enredamento substantivo das comunidades lusófonas de Benguela, Rio de Janeiro e Rio Grande, portanto, foi uma das relações que, possibilitou a crescente produção de *commodities*, pois barateava os custos de produção e produzia as estruturas cotidianas necessárias à ação ilegal, em favor dos agentes comerciais que oferecessem as maiores vantagens de mercado, posto que a competição interimperial não era, necessariamente, um fator de prejuízo aos negócios escravistas-mercantis das praças



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

mercantis atlânticas, mas sim uma das condições para sua realização (Pedreira 2000, 860-864).

Aliás, sua instrumentalização sugere que o conflito de interesses entre agentes régios e traficantes luso-brasileiros quanto a divisão dos lucros obtidos com a mercantilização de pessoas e sua expropriação em atividades produtivas era um dos fatores que potencializam a expansão econômica do Império - já que impulsionava aqueles que participavam do comércio de pessoas a manter um ritmo acelerado de produção social de escravizados - e, simultaneamente, inseria elementos de desestabilização no Sistema Atlântico Ibérico, em sua trama cada vez mais complexa com os capitais advindos do Noroeste Europeu, relação percebida e combatida por agentes imperiais portugueses.

## Conclusão

Pensamos, assim, sugerir que as transformações nas margens opostas do Atlântico eram muito importantes na composição das estratégias dos proprietários escravistas cariocas e rio-grandenses, que buscaram a minimização dos custos da mão-de-obra, muitas vezes a despeito dos sentimentos de lealdade para com o reino. Ainda que discursivamente agissem em nome de um projeto colonial, as alianças mercantis legais e ilegais, com vistas a valorização de suas riquezas, eram importantíssimas em sua lida e as obrigações enquanto súditos, por vezes, deram lugar ao afã de constituir uma sólida base material para exercer seu poder. Se fosse necessário contrabandear com mercadores de impérios rivais, assim o fariam, desde que conseguissem manter o ritmo da espiral de expansão produtiva do capital escravista-mercantil (Pedreira 2000, 853-860; Pedreira 2001; Pinjing 2001, 399-401)<sup>341</sup>.

<sup>341</sup> Estamos cientes de que o contrabando era um dado estrutural na interação dos Sistemas Atlânticos. Os argumentos de Pedreira são corretos ao corrigir a imagem de que o contrabando seria por si mesmo um sinal de fragilidade imperial. Entretanto, temos de lembrar do argumento de Pinjing sobre as dinâmicas diferenciadas do contrabando: se, por um lado ingleses e holandeses receberam liberalidades jurídicas maiores no trato com o Brasil, dada sua posição militar estratégica de apoio a Portugal, os franceses eram observados como adversários no cenário do concorrência interimperial, de modo que, se não podemos considerar qualquer contrabando uma contradição no Sistema Atlântico Ibérico, o contrabando com os franceses, particularmente, colocava em tensão suas estruturas.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Fontes

### ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Documentos da Escravidão no Rio Grande do Sul, Inventários: O Escravo Deixado como Herança, vol 1. Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG). Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.apers.rs.gov.br/acervo-judiciario>. Acesso em: 20 fev. 2021.

### ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

AHU, Bahia, Cx. 106, Doc. 207664

AHU, Rio de Janeiro Cx. 189, Doc. 13654

## Referências Bibliográficas

ALADRÉN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. Tese de Doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 2012.

\_\_\_\_\_. A região platina enquanto espaço produtivo articulado ao tráfico transatlântico de escravos (c. 1777-1831). In: VI Jornadas Uruguayas de Historia Económica, 2015, Montevideu. VI Jornadas Uruguayas de Historia Económica, 2015.

ALENCASTRO, Luiz. F. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

ARRIGHI, Giovanni. *The long twentieth century: Money, power, and the origins of our times*. verso, 1994.

BERUTE, Gabriel S. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 - c. 1825*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2006



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

BORUCKI, Alex. "The slave trade to the rio de La Plata, 1777–1812: Trans-imperial networks and Atlantic warfare." *Colonial Latin American Review* 20.1 (2011): 81-107.

CÂNDIDO, Mariana P. *Enslaving Frontiers: Slavery, Trade and Identity in Benguela, 1780-1850*. PhD Thesis, Toronto: York University, 2006.

\_\_\_\_\_. *An African Slaving Port and the Atlantic World: Benguela and Its Hinterland*. New York: Cambridge University Press, 2013.

CÂNDIDO, Mariana P. Trade Networks in Benguela, 1700-1850. In: RICHARDSON, David; DA SILVA, Filipa Ribeiro (eds.). *Networks and trans-cultural exchange: slave trading in the South Atlantic, 1590-1867*. p. 143-165. Leiden and Boston: Brill, 2014.

CURTO, José C. Vinho versus Cachaça: A Luta Luso-Brasileira pelo Comércio do Álcool e de Escravos em Luanda, c. 1648-1703. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José F. S. (eds.), *Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 69-97, 1999.

ELTIS, David; RICHARDSON, David. Os mercados de escravos africanos recém-chegados às Américas: padrões de preços, 1673-1865. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 4, p. 9-46, 2003.

FERREIRA, Roquinaldo A. Biografia, Mobilidade e Cultura Atlântica: A micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, século XVIII e XIX. *Tempo*, v. 10, p. 23-49, 2006.

FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: os séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2 ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MANNING, Patrick. *Slavery and African Life: Occidental, Oriental, and African Slave Trades*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

MARQUES, Leonardo. "The Making of a Slave-Trading Entrepôt: Rio de Janeiro in the Economic Spaces of Mining, 1565-1763." *Culture & History Digital Journal* 12.2 (2023).

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995. [1986].

MENZ, Maximiliano M. As "Geometrias" do Tráfico: o Comércio Metropolitano e o Tráfico de Escravos em Angola (1796-1807). *Revista de História*, n. 166, p. 185-222, 2012.

MILLER, Joseph C. Slave Prices in the Portuguese Southern Atlantic, 1600-1830. In: LOVEJOY, Paul Ellsworth, (ed.) *Africans in bondage: studies in slavery and the slave trade: essays in honor of Philip D. Curtin on the occasion of the twenty-fifth anniversary of African Studies at the University of Wisconsin*. African Studies Program, University of Wisconsin-Madison, 1986. p. 43-77, 1986.

\_\_\_\_\_. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTS, Alex. *Eu sou atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial, p. 117-125, 2006.

NÓGUEROL, Luiz Paulo Ferreira. O Rio Grande do Sul e a Banda Oriental/Uruguai: elementos da escravidão entre 1777 e 1851. *Diálogos Latinoamericanos* 25. p. 213-228. 2016.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 1999.

\_\_\_\_\_. Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. *II Jornada de História Regional Comparada*, Porto Alegre: PUCRS, p. 1-16, 2005.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

PEDREIRA, Jorge M., From growth to collapse: Portugal, Brazil, and the breakdown of the old colonial system (1760-1830). *Hispanic American Historical Review*, v. 80, n. 4, p. 839-864, 2000.

\_\_\_\_\_, Contraband, crisis, and the collapse of the old colonial system. *Hispanic American Historical Review*, v. 81. 3-4. p. 739-744, 2001.

PINJNING, Ernst. "Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII." *Revista Brasileira de História* 21, p. 397-414, 2001.

PIRES, Julio Manuel; COSTA, Iraci Del Nero da. O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. *Estudos avançados*, v. 14, n. 38, p. 87-120, 2000.

PRADO, Fabrício. *Edge of empire: Atlantic networks and revolution in Bourbon Rio de la Plata*. University of California Press, 2015.

PRADO, Fabrício. "Comércio luso-brasileiro no Rio da Prata e a Independência do Brasil: continuidades e rupturas (1777-1824)." *História Econômica & História de Empresas* 25.1 (2022): 62-93.

RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Lisboa: Seara Nova, 1975.

SILVA, Daniel B. Domingues. The Atlantic Slave Trade from Angola: a Port-by-Port Estimate of Slaves Embarked, 1701-1867. *International Journal of African Historical Studies*. Vol. 46, No. 1, p. 105-122. 2013.

\_\_\_\_\_. *The Atlantic Slave Trade from West Central Africa, 1780-1867*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

THOMPSON, Estevam Costa. Sociedades negreiras: a comunidade de comerciantes 'brasileiros' em Benguela em fins do século XVIII. In: BERTHET, Marina (et al). *África: histórias conectadas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2015.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

\_\_\_\_\_. *The Making of Quilengues: Violence, Enslavement and Resistance in the Interior of Benguela, 1600-1830*. Toronto: York University, PhD Thesis. 2021.

VERSIANI, Flávio Rabelo; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. *Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX*. São Cristóvão: Editora UFS; Brasília: Editora UNB, 2016.

VARGAS, Jonas Moreira. "Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)." *Rio de Janeiro: UFRJ*, 2013.

VARGAS, Jonas Moreira, "A produção, o comércio e o consumo do charque/tasajo no Atlântico escravista: Buenos Aires, Montevidéu e Rio Grande do Sul (1780-1900). In: MARQUES, Leonardo e Alexsander Gebara (orgs). *História das mercadorias: trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séculos XVI-XIX)*. São Leopoldo: Casa Leiria, p. 235-267, 2023.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Canudos em Perspectiva: análise marxista e possibilidades metodológicas na interpretação da formação e desenvolvimento do vilarejo

Mariana Fresneda Andrade<sup>342</sup>

**RESUMO:** O trabalho tem como objetivo compreender a formação e desenvolvimento do arraial de Canudos perante a formação econômica brasileira, bem como investigar elementos constitutivos da estrutura e classes em que os sertanejos baianos estavam inseridos ao final do século XIX. As fontes transitam entre a bibliografia marxistas a respeito da formação do pensamento social brasileiro e os estudos que discutem a formação do vilarejo no sertão da Bahia. Dentre as selecionadas, encontram-se os estudos de Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior e Jacob Gorender, essenciais para o debate a respeito do desenvolvimento econômico e da formação social brasileira. Além destas, as leituras de Marco Antonio Villa e José Calasans no que diz respeito aos estudos sobre a construção e consolidação de Canudos. Dessa forma, é possível uma reflexão a respeito da formação sócio-histórica do sertão brasileiro e seus elementos característicos, assim como aspectos do debate sobre o modo de produção, as relações no dualismo estrutural e a constituição do capitalismo no Brasil.

**Palavras-chave:** História Social; Pensamento Social Brasileiro; Canudos.

<sup>342</sup> Graduanda no curso de Licenciatura em História na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Introdução

O presente trabalho busca compreender o desenvolvimento econômico e a formação social brasileira, com ênfase na história do arraial de Canudos. São explorados os elementos econômicos, sociais e culturais que moldaram a história do vilarejo. Do mesmo modo, utilizando leituras marxistas, são analisados os debates a respeito dos modos de produção, as relações de classe e os conflitos sociais presentes ao final do século XIX.

Trata-se de uma pesquisa de análise qualitativa com objetivo de compreender o desenvolvimento do modo de produção capitalista e a organização das classes trabalhadoras do sertão baiano. O referencial teórico é composto pelas obras do marxismo brasileiro da segunda metade do século XX, de forma a enfatizar os debates sobre a formação econômica e o pensamento social. Dentre os selecionados, destaca-se os escritos de Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior e Jacob Gorender. Além destas, as leituras de José Calasans da Silva e Marco Antonio Villa no que diz respeito aos estudos sobre a construção e consolidação de Canudos.

564

## O pensamento social brasileiro e Canudos

A construção da vila de Canudos está inserida em um contexto de transição político-administrativa, marcada pela instituição da República brasileira. Esse cenário carregava tensões entre as figuras de influência política e econômica do império, as quais viam seus a perda de parcela de seus poderes perante uma nova organização do Estado. O sertão baiano, durante esse processo, também ficou condicionado aos efeitos das medidas imperiais que afetavam o modo de vida dos sertanejos e dos recém libertos. Essas medidas dificultaram o acesso à posse da terra e aumentaram o contingente de população livre e pobre, e observável vários problemas envolvendo a estrutura agrária do sertão.

De acordo com José Calasans da Silva (1974), professor e historiador dedicado



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

aos estudos da história da Guerra de Antônio Conselheiro, existiram duas localidades denominada Canudos: a primeira, conhecida como “deserto de Canudos”, estabelecida na freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, um povoado pouco desenvolvido. A segunda, “Fazenda de Canudos”, local em que se estabelece o arraial de Conselheiro, localizada entre os limites das freguesias do Santíssimo Coração de Jesus de Monte Santo e Santíssima Trindade de Massacará (Calasans da Silva, 1974, p.72). As pesquisas do historiador mostram que os canudenses mantinham relações comerciais com as pequenas cidades próximas, além de oferecerem serviços semelhantes à hotelaria e de forja (principalmente no que diz respeito ao conserto de ferraduras animais), visto a localização geográfica do vilarejo em um ponto de encontro das estradas Rosário e de Massacará, as quais davam acesso às margens do rio São Francisco (Calasans da Silva, 1974, p.73). O acesso a uma rede hídrica fez com que a população tivesse oportunidade do cultivo da agricultura familiar, além da possibilidade da criação de bode para venda do couro, a qual fazia com que a economia de Canudos desenvolvesse (Calasans da Silva, 1974, p.74).

Movimentos como esse surgiram, no final do século XIX, associados ao catolicismo são conhecidos como Movimentos Messiânicos, ou seja, “distintas formas de manifestação das religiosidades populares” (Hermann, 2013, p.125). A formação de Canudos é entendida como tal. Este fenômeno não é exclusivo de Antônio Conselheiro, pode ser observado também em Juazeiro com o Padre Cícero e com os monges do Contestado. No entanto, é necessário a observação das particularidades de cada movimento considerado messianismo, em especial, o caso de Canudos em destaque neste trabalho.

As grandes secas de 1824-1825, 1827, 1830 e 1844-1845 provocaram um alto índice de migração. As consequências delas levaram a exportação de força de trabalho para a Amazônia, para o sudeste ou regiões do nordeste mais próximas ao litoral (Villa, 1997, p.15). Mesmo com longos períodos de estiagem extrema, afetando todo o modo de produção no sertão, o vilarejo de Belo Monte era localizado próximo a redes fluviais, fator que levou a um efetivo desenvolvimento do arraial. A disponibilidade hídrica da



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

região das freguesias do Santíssimo Coração de Jesus de Monte Santo e a Santíssima Trindade de Massacará abriu portas para rotas de estradas, as quais davam acesso ao canal fluvial do rio São Francisco, possibilitando transporte de produtos para o interior do país (Calasans da Silva, 1974, p.73). A partir dessa disposição natural, Canudos desenvolveu sua economia através do setor comercial, produzindo e vendendo serviços, de forma a expandir a economia a vilas vizinhas com o passar dos anos.

Em linhas gerais, Calasans (1986) identifica três grupos principais que compunham a população de Canudos: os primitivos, aqueles que habitavam a região de Belo Monte antes dachegada do beato Antônio Conselheiro; os fiéis que vão por conta do líder religioso; e as levas de sertanejos, procedentes de vários municípios. Os dois últimos grupos podem ser entendidos a partir de uma ideia de homogeneidade, uma vez que um fator pode não ser excluyente do outro.

Com o intuito de pensar o desenvolvimento de Canudos em consonância a formação social brasileira, a partir do debate posto por intérpretes do Brasil ligados a teoria marxista, foram utilizadas como fontes a bibliografia clássica, com ênfase no pensamento social, assim como estudos que discutem o processo formativo do vilarejo no sertão nordestino.

Destacam-se os estudos de Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior e Jacob Gorender, os quais contribuem para a discussão a respeito da formação social e política do Brasil, partindo do processo de exploração colonial. Em particular, aspectos do debate sobre o modo de produção<sup>343</sup> e relações de classe e identidade na construção do capitalismo no Brasil.

Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado, Caio Prado Júnior e Jacob Gorender apresentam perspectivas distintas que, ora convergem, ora divergem. O debate é centrado em quatro formas de interpretação sócio-histórica brasileira: Sodré parte da herança semi-feudal (Sodré, 1967), indo ao encontro dos moldes estabelecidos na III Internacional

<sup>343</sup> “[...] modo de produção capitalista é aquele em que a contradição fundamental do modo de produção é a contradição entre o caráter social da produção e a forma privada de apropriação, e em que a contradição fundamental de classes se verifica entre operários assalariados e capitalistas.” (Gorender, 2013, p. 20-21)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Comunista<sup>344</sup> (Lapa, 1980, p.12); Furtado apresenta uma noção de dualismo estrutural para pensar a história dos sertões, a dualidade entre o moderno e o arcaico (Furtado, 2007, p. 194-195); Prado Júnior observa um desenvolvimento do capitalismo dependente, o qual nasceu a partir do empreendimento colonial baseado no capitalismo mercantil presente na Europa imperialista (Prado Jr, 2012, p.93-94); e, por fim, Gorender, que apresenta uma nova perspectiva ligada à interpretação de um modo de produção próprio para o caso do Brasil, o Escravismo Colonial (Gorender, 1980, p.49-50). Observar a formação de Canudos, partindo da revisão e entendimento da formação social<sup>345</sup> brasileira pós-proclamação da República, e do regionalismo do sertão baiano, como recorte geográfico específicos, bem como suas implicações, é necessário para uma reflexão acerca das estruturas.

Diante o disposto, Nelson Werneck Sodré (2005), a partir de sua perspectiva relacionada a herança semi-feudal que o sertão apresenta no período posterior à Proclamação da República, observa que

Em condições normais, a transformação do trabalho escravo em trabalho livre resultaria no aproveitamento dos escravos, que seriam transformados em trabalhadores assalariados. Ora, isto não ocorreu. Nas condições brasileiras do tempo, não poderia ocorrer. A estrutura econômica estava ainda tão profundamente onerada pela herança colonial que se apresentava impreparada para o estabelecimento do trabalho assalariado. Enquanto o problema fundamental, que era o da terra, permanecesse intocado, o do trabalho sofreria um inevitável retardo. A massa escrava disponível, em 1888, tende a dois destinos, de vez que a propriedade territorial permanece nas mesmas condições:

- a área de servidão ou semi-servidão, que pode ser a mesma em que vigorava, até então, o regime de trabalho escravo;
- a área urbana, onde vai constituir uma sobre humana marginalizada pelas condições locais.

Há, assim, uma frustração no sentido em que foi encaminhado o problema. A Abolição não era uma solução econômica, desde que não havia condições para

<sup>344</sup> A III Internacional Comunista e as pautas apresentadas no Congresso de 1927 corresponde a “uma nova orientação política (1929-1930) que tinha o seu núcleo nas “concepções dominantes no Partido acerca do caráter da revolução brasileira”, incluindo-se tópicos como a questão camponesa, o bloco operário e camponês e sempre embutidos na visão da economia brasileira como do tipo “agrária, semifeudal, semicolonial.” (Lapa, 1980, p.12)

<sup>345</sup> De acordo com Jacob Gorender e a teoria marxista, a formação social refere-se aos modos de produção pré-capitalistas vivenciados pelas diversas sociedades (por exemplo, o feudalismo ou o escravismo), visando os aspectos de sociabilidade, política e economia marcados pelo curso dos modos de produção (Gorender, 2013).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

que o mercado de trabalho absorvesse a massa antes escravizada. Era uma solução política que correspondia a liquidar um instituto anacrônico, sem prejuízo à classe proprietária, tomada em conjunto. (Sodré, 2005, p.124-125).

Estas perspectivas são necessárias para o entendimento da formação econômica e social brasileira na ótica do marxismo presente na primeira metade do século XX, advinda das normativas da III Internacional Comunista e da organização do Partido Comunista Brasileiro (Lapa, 1980, p.12). Quando voltadas ao recorte temporal da Primeira República, é possível observar os efeitos das políticas imperiais sob o regimento de terras e trabalho dos recém libertos e/ou homens pobres, assim como pode ser observado a nascente do capitalismo como modo de produção no Brasil, bem como os argumentos apresentados por Sodré, Furtado e Prado Júnior no que diz respeito, respectivamente, a herança semi-feudal, ao dualismo estrutural e ao longo processo de enraizamento do capitalismo dependente.

No que diz respeito à relação de trabalho, a atividade pecuária merece destaque nesta região do sertão baiano. Para Caio Prado Júnior (2011) o gado não se destinava apenas a produção de carne; a comercialização de subprodutos do boi, em especial o couro, é fator motriz da circulação do produto no sertão nordestino. O transporte das levas dos animais na região era realizado por vias terrestres ou pela rota fluvial do São Francisco, canal este que influencia diretamente o desenvolvimento econômico de Canudos pela proximidade da vila à estrada de acesso às margens do rio. Prado Júnior (2011), em *Formação do Brasil Contemporâneo*, contribui ao debate quando aponta que

Esta linha de comunicações, a mais importante do sertão do Nordeste, é particularmente notável na história colonial. Por aí, os primeiros sertanistas e suas fazendas de gado, vindos da Bahia e do São Francisco, penetram o Piauí no século XVII e colonizaram o seu território. Transitaria por ela, em seguida, a maior parte do gado consumido no Recôncavo Baiano. Em princípios do século passado [XIX], desciam por esta via cerca de 20 mil cabeças que passavam pelo registro de Juazeiro. Estabelecia finalmente uma ligação em linha direta de costa a costa, entre dois dos mais importantes núcleos litorâneos: Bahia e Maranhão. (Prado Jr, 2011, p.256)

Dessa forma, Caio Prado apresenta uma perspectiva que se relaciona aos estudos de José Calasans da Silva. Ambos apontam a atividade pecuária como uma das ocupações





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

mais significativas para a dada territorialidade, em especial no aspecto de diversas finalidades para com o comércio e distribuição dos produtos e subprodutos advindos tanto do gado, como de outros animais do trabalho de pastoreio (Calasans da Silva, 1974, p.73).

Em continuidade a tendência do sentido da colonização, insere-se Celso Furtado. No escrito *Formação Econômica Brasileira*, Furtado (2007) introduz suas concepções a respeito da dualidade entre campo e cidade. Apesar de Furtado apresentar uma perspectiva voltada ao economicismo e desconsiderar a luta de classes, o autor é o responsável pela introdução do fator das migrações como ponto de partida para pensar o êxodo de tal região, da mesma maneira apontada por Marco Antonio Villa em *Canudos: O Povo da Terra* (Villa, 1997, p.15). Mesmo que a estrutura latifundiária seja fator agravante das migrações, seja pela falta do acesso à terra, pela opressão coronelística ou por conta das secas, Furtado argumenta que

Na região nordestina, uma expansão vegetativa desse estilo se realizava desde o século XVII. Em algumas sub-regiões, na segunda metade do século XIX, sintomas de pressão demográfica sobre a terra tornaram-se mais ou menos evidentes. [...] Esse problema estrutural assumira extrema gravidade por ocasião da prolongada seca de 1877-80, durante a qual desapareceu quase todo o rebanho da região e pereceram de 100 mil a 200 mil pessoas. O movimento de ajuda às populações vitimadas logo foi habilmente orientado no sentido de promover sua emigração para outras regiões do país, particularmente a região amazônica. A concentração de gente nas cidades litorâneas facilitou o recrutamento. Por outro lado, as condições de miséria prevalecentes dificultaram, pelo menos durante algum tempo, a reação dos grupos dominantes da economia da região, os quais viam na saída da mão-de-obra a perda de sua principal fonte de riqueza. Os governos dos estados amazônicos interessados organizaram serviços de propaganda e concederam subsídios para gastos de transporte. Formou-se, assim, a grande corrente migratória que fez possível expansão da produção da borracha na região amazônica, permitindo à economia mundial preparar-se para uma solução definitiva do problema. (Furtado, 2007, p. 194-195)

569

No que diz respeito ao fator social, Nelson Werneck Sodré (2019) também contribui ao debate com a conceitua o de povo, o qual   intrinsecamente ligado   sociedade de classes. Uma vez que o desenvolvimento da sociedade ocorre a partir do trabalho, uma parcela dos sujeitos usufruem dos produtos resultantes do trabalho alheio, enquanto outra parcela dispõe a mão-de-obra.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

O conceito de povo, pois, — histórico como todos os conceitos, — não coincide com o de população. O vazio, o abstrato de que se reveste, no nosso tempo, na linguagem política usual, deriva da tendência a confundir o verdadeiro, justo e exatosentido do termo. A insistência na confusão visa a sonegar a realidade, esconder o fato de que a sociedade se divide em classes e que nem todas as classes estão incluídas no conceito de povo. Em cada fase histórica este conceito tem determinado conteúdo, refletindo a estrutura social vigente e na dependência das condições econômicas imperantes. (Sodré, 2019, p.33)

Partindo das discussões teóricas do campo da formação social e econômica do Brasil, pretende-se também observar os dispostos a respeito da teoria do dualismo estrutural brasileiro e sua reminiscência colonial. O dualismo estrutural observa a formação sócio-histórica do Brasil a partir de dois eixos principais: o desenvolvimento moderno, ligado aos grandes centros urbanos, a maioria correspondentes a cidades litorâneas, os quais apresentam maior expressão de formas do modo de produção capitalista, como a expressão de classes sociais e trabalhadores assalariados do início do século XX; e o arcaico, normalmente relacionado a vida nos sertões brasileiros, onde as expressões capitalistas apresentam de forma divergente dos centros urbanos litorâneos, como as capitais Salvador, Recife, Rio de Janeiro e até mesmo São Paulo (mesmo que não seja uma cidade litorânea, apresenta grande desenvolvimento ligado a crescente produção cafeeira). O dualismo estrutural baseia-se no desenvolvimento aos moldes do capitalismo, seja ele o capitalismo dependente, como Prado Júnior (2012) aponta, ou o desenvolvimento posterior ao plantacionismo de Gorender (1998), os quais revelam-se presentes ou ausentes em determinadas regiões da extensão territorial do Brasil.

Dispondo dos debates já apresentados, o objetivo continua sendo entender a posição do campo e do sertão na construção do sistema econômico e observar o posicionamento do sujeito inserido no campo, ou seja, para além do sujeito camponês - o que corresponde a um debate mais amplo do que o proposto por este trabalho -, e sim correspondente ao sertanejo. Possibilita-se a reflexão entre os elementos estruturais e a composição das classes sociais. Deste modo, trabalhar com as fontes da bibliografia de matriz marxista é uma forma a observar os elementos sociais, políticos e econômicos, uma vez que compreendem o debate respeito da formação capitalista brasileira e



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

permitem traçar e compreender o sertão e o sertanejo de Canudos como expressões históricas de seu tempo, bem como as experiências que construíram, as relações sociais, econômicas e políticas envolvidas.

No que diz respeito aos sertanejos, diversos autores apontam um conjunto de fatores identitários e sociais que os classificam como um conjunto populacional específico do sertão nordestino. Prado Júnior aponta que os sertanejos apresentam uma definição psicológica e étnica singular (Prado Jr, 2011),

No sertão, confundidos com a população de origem indígena, num pé de igualdade que as circunstâncias do meio impõe, cruzam-se em larga escala, dando este tipo, o *sertanejo*, de tão singular definição psicológica e étnica. A infusão do sangue branco não representa nesse complexo senão parcela mínima; tão diluído que sua contribuição quase desaparece. (PRADO JR, 2011, p. 119)

Os elementos apresentados por Prado Júnior (2011), de certa forma, convergem ao olhar antropológico de Darcy Ribeiro (2015)

Conformou, também, um tipo particular de população com uma subcultura própria, a sertaneja, marcada por uma especialização ao pastoreio, por sua dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização da família, na estruturação do poder, na vestimenta típica, nos folguedos estacionais, na dieta, na culinária, na visão de mundo e numa religiosidade propensa ao messianismo. (Ribeiro, 2015, p. 251)

Diante o disposto, faz-se necessário o ingresso no debate a respeito da identificação da classe social em que estes sertanejos estão inseridos, uma vez que tal identificação poderá levar ao entendimento da relação do modo de vida em que estes sujeitos estavam inseridos no momento em que Canudos surge, podendo apontar possibilidades interpretativas dos motivos acerca do surgimento do vilarejo.

Visto o desenvolvimento das atividades econômicas intrinsecamente ligadas ao fator social, busca-se identificar e classificar as condições dos sujeitos que ali habitavam, de forma a refletir sobre a superestrutura jurídico-política na conjuntura do capitalismo nascente do século XIX. Traçar os elementos que compõem a identidade sociopolítica do sertanejo, em especial o sujeito que migra a Canudos, condiciona a busca de fontes que



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

trabalhem a história do sertão, a posição social do habitante e a conjuntura política e econômica da região.

Os estudos históricos a respeito da trajetória de Canudos, desde a fundação do vilarejo aos conflitos armados, apresentam-se em dois grandes eixos: a linha euclidiana, representada pela obra *Os Sertões* (2010) de Euclides da Cunha, apresenta maior destaque na primeira metade do século XX; e a linha progressista, marcada pela ênfase no fator social diante as fontes analisadas. Rui Facó em *Cangaceiros e Fanáticos* (1976), faz parte dessa nova perspectiva a respeito de Canudos e contribui ao debate quando apresenta o fator socio-econômico como possível motriz da organização dos sertanejos, vaqueiros e religiosos na região de Belo Monte. Para Facó, a herança semi-feudal em conjunto à falta de acesso à terra são elementos motivadores para a organização de movimentos religiosos, ou movimentos messiânicos (Hermann, 1997) assim como Canudos. De certa maneira, esta perspectiva adotada por Facó vai ao encontro da perspectiva do pensamento social apresentada por Sodré, por conta da aproximação à teoria do semi-feudalismo e das relações de semi-servidão observadas por ambos.

José Calasans da Silva (1997) e Marco Antonio Villa (1999) representam a continuidade da perspectiva progressista relacionada ao desenvolvimento da vila de Canudos. Ambos, próximos ao pensamento da História Social ligada à terceira geração da Escola dos Annales (Burke, 1997), apresentam em seus escritos uma perspectiva ligada ao sujeito e ao fator religioso.

Assim, se faz necessário pensar nas relações entre o campo e cidade, uma vez que há proximidade entre os dois núcleos. Sabe-se que, nos sertões em destaque neste trabalho, as vilas (Canudos e as demais vilas localizadas no sertão nordestino) correspondem a pequenos aglomerados urbanóides com atividades que apresentam grande semelhança e relacionamento com o trabalho desenvolvido no meio rural. Assim, há características que podem associar a fundação de Canudos com a falta de acesso à propriedade da terra.

Em algumas situações onde o debate apresenta a relação entre o campo e a cidade é levado em consideração o dualismo estrutural e o distanciamento entre estes dois polos.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

No entanto, ambos apresentam relações de proximidade no que diz respeito, principalmente, a fatores econômicos de dada região. Assim, devem ser observados como um conjunto indissociável. A noção de desenvolvimento e atraso está presente nas interpretações a respeito do desenvolvimento de Canudos e, também, na história do sertão nordestino.

Diante o disposto, o trabalho prossegue em direção à observação de Canudos como expressão de insatisfação popular perante as estruturas do Brasil do século XIX. Jacob Gorender (1980) apresenta uma concepção que direciona a pesquisa a respeito da formação de Canudos, bem como o debate a respeito da formação social e do modo de produção que, para o autor, são características e inéditas no caso brasileiro.

A formação social não é apenas uma combinação entre vários modos de produção (um dos quais, dominante), *mas também a articulação necessária entre esses modos de produção e uma superestrutura*. Se o estudo teórico deve abstrair o modo de produção das demais instâncias da formação social, essas instâncias permanecem sempre, não obstante, como pressuposto. O modo de produção não existe empiricamente como objeto puro, isolado da vida social em sua totalidade. As relações econômicas, na vida social concreta, se apresentam permeadas de relações jurídicas, políticas, religiosas e outras de natureza ideológica. Isto é particularmente evidente nos modos de produção escravistas (patriarcal e colonial) e modo de produção feudal, nos quais a coação extra-econômica institucional é indispensável para permitir a extorsão do sobreproduto dos agentes do processo de trabalho. Mas também o modo de produção capitalista, que dispensa a coação extra-econômica sobre os operários, inexistente sem a coesão social garantida pelos aparelhos coercitivos do Estado burguês, inclusive em sua forma liberal mais pura. Só que, seja qual for o caso, o estatuto do extra-econômico é dado pelo econômico e não o contrário. A reprodução de um modo de produção é sempre a decorrência imediata da ação de suas leis econômicas específicas. (GORENDER, 1980, p.49-50)

573

Com os estudos de Calasans da Silva, Villa, Prado Júnior, Sodré, Furtado e Gorender é possível iniciar o processo de mapeamento dos aspectos sociais, econômicos e políticos dos sujeitos inseridos neste contexto, tal qual ingressar no debate das expressões do capitalismo nas diversas regiões do Brasil, bem como de suas particularidades. Acrescenta-se a perspectiva antropológica como possibilidade de estudos a respeito dos sujeitos e identidade, fator necessário para o debate a respeito da sociedade de classes. Entretanto, ainda pairam questionamentos a respeito do sujeito



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

classificado como sertanejo e a sua posição perante a sociedade do XIX. A fim de investigar melhor sobre tais elementos constitutivos da estrutura e classes, é necessário o aprofundamento nos debates a respeito dos modos de produção anterior a República e dos anos iniciais desta, de modo a privilegiar os debates oportunizados pelos teóricos marxistas brasileiros Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior e Jacob Gorender, entre outros que buscam argumentar a respeito da República brasileira, burguesa e capitalista.

## Considerações Finais

O vilarejo de Canudos surge na segunda metade do século XIX, na região sertanizada Bahia, sob influência e administração do beato Antônio Conselheiro. Parte dos historiadores contemporâneos, principalmente da década de 1960 em diante, ligados à Nova História Social, debruçaram-se nos estudos a respeito das batalhas entre o povo canudense e o Exército Brasileiro, a fim de compreender o movimento que levou à guerra. Estes trabalhos representam grande importância para que a história do sertão, assim como a história de Canudos, não se apresente como determinismo positivista ou em noção de atraso. No entanto, é observável lacunas no que diz respeito aos dispositivos sociopolíticos que incentivaram a migração sertaneja à Belo Monte. Dessa forma, o presente trabalho busca uma análise sócio-econômica de tal movimento.

A partir da disposição geográfica, Canudos desenvolveu sua economia através do pequeno setor comercial e da atividade agropastoril, de forma a produzir e vender serviços e expandir essa economia a vilas vizinhas com o passar dos anos. Ressalta-se que, mesmo com as consequências geradas pelas secas, há outro fator evidente e que atrapalha o desenvolvimento econômico dos sertões: o latifúndio. Grande parte do território é monopolizado pela classe latifundiária, o que gera impedimento ao trabalhador da terra que anseia um espaço para se fixar e trabalhar.

A partir do debate posto, pretende-se sugerir uma nova perspectiva de direcionamento das interpretações a partir das perguntas e problemas teóricos



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

apresentados. A necessidade do debate a respeito da organização de classes e das formas de trabalho do sertão baiano, em especial da região em que Canudos surgiu, são fundamentais para a compreensão da sociedade e das lutas dos sujeitos que atravessam o período de transição entre os séculos XIX e XX, bem como as demandas e as condições de vida que motivam a migração em massa presente.

Debates que circundam entre o argumento economicista dual, ou a partir da perspectiva apenas cultural do messianismo, se mostram insuficiente para explicar o que foi Canudos enquanto expressão de insatisfação popular em determinada região e tempo. Canudos, em alguma medida, representa a organização das classes trabalhadoras do sertão baiano, remanescente das secas e da ordem latifundiária, portanto, podem representar o fator social da questão agrária do final do século XIX. O objetivo da pesquisa é adotar uma perspectiva onde o sertão não é resumido ao retrocesso a ser superado, nem entendido deste modo, deslocado do desenvolvimento do modo de produção capitalista nascente.

Parte dos historiadores contemporâneos, principalmente da década de 1960 em diante, debruçaram-se nos estudos a respeito das batalhas entre o povo canudense e o Exército, a fim de compreender o movimento que levou à guerra. Estes trabalhos representam grande importância para que a história do sertão brasileiro, assim como a história de Canudos, não se apresente como determinismo positivista ou em noção de atraso. No entanto, é observável lacunas no que diz respeito aos dispositivos sociopolíticos que incentivaram a migração sertaneja à Belo Monte.

Diante disso, novas possibilidades de continuidade da análise apresentada poderão ser debatidas. O marxismo brasileiro apresenta diversos direcionamentos que podem apresentar possibilidades metodológicas para a interpretação de Canudos enquanto um movimento de insurreição conforme as demandas apresentadas pelos sertanejos, bem como os dispositivos relacionados ao território em que a vila insere-se e, além disso, o catolicismo enquanto movimento não regulador, ou seja, a mobilização de uma ideologia religiosa popular.

Adotando como horizonte metodológico o materialismo histórico, esta pesquisa



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

possibilitará a reflexão sobre as expressões do capitalismo brasileiro. Quais eram as condições e relações de trabalho do sertão nordestino do século XIX? Quem eram os sertanejos do XIX? Quais eram as relações de classes sociais deste período e região? Quais eram as motivações dos sertanejos para migrarem à Canudos?

A partir dos diversos intérpretes do Brasil e do pensamento social brasileiro há eixos que convergem e que podem apresentar novas interpretações sobre o fenômeno Canudos enquanto organização social. Desta forma, se faz necessário a disposição para o debate a respeito das classes sociais e o modo de produção, além da perspectiva geográfica da territorialização e da perspectiva antropológica da identidade sertaneja. Deste modo, a articulação entre modo de produção, bem como sertanejo inseridos em uma ou mais divisões de classe, devem ser melhor debatidos futuramente.

## Referências Bibliográficas

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**. Unesp, 1997.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 4ªed, 1976.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras, 2007.

GORENDER, Jacob. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. in LAPA, José Roberto do Amaral (org). **Modos de produção e realidade brasileira**. Editora Vozes, 1980. HERMANN, Jacqueline. **Canudos: a terra dos homens de Deus**. Estudos Sociedade e Agricultura, 1997.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. in STÉDILE, João Pedro (Ed.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. Editora Expressão Popular, 2013.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

LAPA, José Roberto do Amaral. Introdução ao Redimensionamento do Debate. in LAPA, José Roberto do Amaral (org). **Modos de produção e realidade brasileira**. Editora Vozes, 1980.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3º ed. São Paulo: Global, 2015.

SANTOS, Raimundo (org). **Caio Prado Jr.: dissertações sobre a Revolução Brasileira**. São Paulo, Brasiliense, Fundação Astrojildo Pereira, 2007.

SILVA, José Calasans Brandão. Canudos não-euclidiano (1986). In **Cartografia de Canudos**. Salvador. Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1997.

SILVA, José Calasans Brandão. Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico (1974). In **Cartografia de Canudos**. Salvador. Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A revolução burguesa no Brasil**. Editora Civilização Brasileira, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil – 1962. In: **Questão agrária no Brasil v. 1. O debate tradicional, 1500-1960**. 2005. p. 111-125.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Quem é o povo no Brasil?** Marília: Lutas anticapital, 2019.

VILLA, Marco Antonio. **Canudos o povo da terra**. Ed. Ática, 1997.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## A cadeia mercantil do tabaco baiano no atlântico do século XVIII: Europa, África e Canadá

Matheus Butrucci<sup>346</sup>

**RESUMO:** Este trabalho pretende analisar a cadeia-mercantil do tabaco baiano no século XVIII percorrendo sua produção, circulação e consumo, enfatizando os fluxos comerciais da África Ocidental e do Canadá e desvendando as relações que permeavam estes fluxos. Tendo o tabaco baiano como ponto de partida, será visto como diferentes fluxos comerciais - comércio de peles e tráfico de escravos - cujo tabaco baiano desempenhou papel importante, impactavam e eram impactados pelos sistemas sociais específicos do Canadá e da Costa da Mina do século XVIII.

**Palavras-chave:** tabaco baiano. tráfico de escravos. comércio de peles. história ambiental. história das mercadorias.

578

---

<sup>346</sup> Matheus Butrucci é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social - UFRJ. É bolsista da CAPES, atualmente focado em pesquisas relacionadas à história das mercadorias, consumo cultural e economia mundial no contexto do Atlântico da Era Moderna.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Introdução

O uso de tabaco é, sem dúvidas, um elemento que atravessa grande parte da história da humanidade. É curioso perceber como uma substância não essencial à reprodução da vida em seus mais diversos conjuntos sociais é consumida de maneira essencial e indispensável em povos que rondam diferentes recortes espaço-temporais.

O tabaco é, no presente, consumido em altas quantidades pela sociedade global. Dados da OMS (2021) mostram que 1,3 bilhões da população global é usuária de tabaco, representando 22,3% da população mundial. Contudo, não chegamos a este ponto por acaso. O tabaco enquanto substância a ser cultivada, consumida e - a partir de certo período na História - comercializada, possui uma história que se inicia nos povos caçadores-coletores da América, transita para seus habitantes sedentarizados e se transforma, encontrando alta difusão global com vastos elementos de permanência a partir do contato entre europeus e ameríndios.

O objetivo deste artigo é explorar a produção, circulação e consumo do tabaco produzido na Bahia, na região de Cachoeira, durante o século XVIII. A variedade baiana foi amplamente difundida ao redor do globo ao longo dos séculos XVII e XVIII, se tornando a segunda atividade econômica mais importante do Recôncavo baiano e chegando no paladar de indivíduos inseridos em diferentes sistemas culturais. Será visto como a cadeia mercantil do tabaco baiano influenciou diferentes processos e impactou e foi impactada por diferentes sistemas sociais e culturais no interior do que conhecemos como o Atlântico moderno.

Utilizamos a concepção de cadeia global de mercadoria – uma continuação da ideia original de Wallerstein e Hopkins (1986) - fornecida por Gary Gereffi e Miguel Korzeniewicz (1994), cuja principal vantagem consiste em enxergar como as diferentes etapas da trajetória de uma mercadoria em determinado período se configuram a partir de relações sociais. Essas diferentes etapas consistem na produção, circulação e consumo de uma mercadoria específica. Tais etapas se aproximam bastante do que Marx definiu como



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

‘produção, distribuição, troca e consumo’ como ‘membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade’ (MARX, 2016). Dessa forma, não consideramos possível analisar qualquer mercadoria e sua trajetória sem considerar que suas diferentes etapas se encontram intrinsecamente relacionadas, formando uma totalidade.

Além disso, um diálogo com os campos da história ambiental e material pode contribuir para ampliar o poder analítico da realização de uma história das mercadorias. Donald Worster (1990), ao enfatizar o poder do capitalismo - definido como "ethos" e "sistema" - e defender a intensidade de sua força nas relações ecológicas, fornece, segundo Marques (2021), as bases para uma perspectiva na qual o capitalismo se apresente como um conceito inevitável para os historiadores ambientais da Era Moderna. As reflexões de Jason Moore, especialmente as que remetem ao conceito de "Fronteira de Mercadoria", se mostra como um dos caminhos para entender o capitalismo de maneira sistêmica em sua intrínseca relação com as forças ecológicas.

Dessa forma, mercadorias como açúcar, café, tabaco e muitas outras começaram a ser produzidas em extensões territoriais cada vez maiores, produzindo transformações ambientais em regiões diversas do mundo colonial. Porém, mais do que mera consequência da expansão europeia, tais transformações também se apresentam como constitutivas dessa expansão, sendo tanto condição quanto consequência (MOORE, 2003). Mundo biofísico, relações humanas e circulação de matéria orgânica se encontram, nesse sentido, em relação dialética no interior dos processos espaço-temporais do planeta. Ao pensar o capitalismo em relação intrínseca com o mundo biofísico, se torna impossível não pensar no papel das mercadorias para o desenrolar do todo. Stephen Bunker fornece caminhos importantes para pensar este papel:

Um foco em mercadorias exportadas permite analisar os modos de produção e de extração dos quais emerge a mercadoria nos níveis regionais e locais, bem como as mudanças tecnológicas e de mercado que determinam a demanda em nível global (...) elas servem como uma parte entre diferentes níveis de análise. O foco em mercadorias específicas também permite analisar os efeitos ecológicos, de organização social e demográficos tanto na região de extração quanto na região em que a sua eventual transformação [dos fluxos de matéria e energia] contribui para a aceleração da produção e do consumo (BUNKER, 2008).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Na análise de Bunker sobre a Amazônia, o autor olha para a extração de uma mercadoria específica: o alumínio. Smith afirma que, para Bunker, as propriedades materiais de uma mercadoria determinam o caminho pelo qual ela é incorporada nos mercados globais (SMITH, 2005) Nesse caso, é através do foco sobre as propriedades materiais, ambientais e físicas específicas do alumínio e os locais de sua extração e processamento que Bunker irá priorizar a essência material e ambiental da produção de uma mercadoria como um dos pilares de sua análise (BUNKER, 2008).

Dessa forma, analisando as propriedades materiais, ambientais e físicas específicas do tabaco, sem perder de vista a origem de sua produção, conseguiremos entender com mais riqueza de detalhes os significados da circulação e do consumo destas substâncias para os grupos sociais analisados. Aqui, a incorporação de elementos advindos das ciências da natureza se mostra de extrema importância para um completo entendimento da história da mercadoria selecionada.

## O Consumo de tabaco na história da humanidade

581

No período da Conquista europeia, duas principais espécies eram achadas no continente americano: *Nicotiana tabacum* e *Nicotiana rustica*. A primeira, que configura um dos objetos de nossa análise, era plantada nas áreas tropicais da América, do sul do México para baixo, medindo de 1 a 3 metros de altura, gerando largas folhas. A segunda era cultivada principalmente nas áreas temperadas, do leste do Canadá ao México, esta, pequena se comparada com a primeira, podia medir entre meio metro e um metro e meio, produzindo pequenas folhas. (WILBERT, 1987).

As propriedades químicas das folhas das duas variedades são compostas por 90% de água 10% de minerais e compostos orgânicos (AKEHURST, 1981). A nicotina é o elemento mais importante do tabaco para o ato do consumo da substância. Tal elemento consiste num alcaloide, uma substância que produz mudanças psicológicas no corpo (GOODMAN, 1994). É importante notar que outros alcaloides também podem ser encontrados no tabaco, mas as duas variedades citadas no parágrafo anterior possuem



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

concentrações de nicotina maiores que a de qualquer outra espécie variável (WILBERT, 1987), o que ajuda a explicar o fato de que apenas o cultivo dessas duas espécies era feito pelas populações ameríndias na época da chegada dos europeus.

As populações originárias da América consumiam-na de diferentes formas e com diferentes objetivos. O tabaco se insere num conjunto de plantas alucinógenas consumidas pelas diferentes sociedades dos grupos nativos da América. Comparado a outras plantas, cujo uso poderia ser letal, o que fez do tabaco único entre as plantas do Novo Mundo foi o fato de que seus efeitos são em alguma medida previsíveis e controláveis, de curta duração e não podem causar riscos fatais como outras plantas utilizadas por essas sociedades. Dessa forma, o tabaco atingiu um vasto repertório funcional, sendo usado nas suas mais variadas formas e objetivos (GOODMAN, 1994).

Com a integração de regiões antes externas ao circuito de comércio global do mundo moderno, o tabaco é acrescido de outros significados para além do seu consumo tradicional pelos ameríndios. Nesse contexto, uma série de transformações nos padrões de consumo - que incluíram outras mercadorias - de grupos sociais estabelecidos na Ásia, África, Europa e inclusive na América, entra em curso. A partir da sua difusão pela Península Ibérica, esta planta foi sendo cada vez mais conhecida no restante da Europa. Os principais responsáveis pela difusão inicial do tabaco da América para o resto do Atlântico foram os homens do mar: os

marinheiros que iam e voltavam de uma ponta a outra do Oceano e os habitantes das cidades portuárias, que conviviam cotidianamente com os primeiros (GOODMAN, 1994).

O papel dos marinheiros e habitantes das cidades portuárias foi essencial, pois os mesmos escolheram o fumo, num escopo de outras drogas que eles certamente experimentaram, como coca e marijuana. Então, por que não a coca ou a marijuana? Ao contrário da cannabis, o tabaco não estimula o apetite e diferente das duas plantas, o tabaco não causa desorientação ou alteração mental, podendo ser utilizado durante tarefas profissionais. Navegar no oceano exigia concentração e habilidades cuja execução provavelmente seria atrapalhada pela desorientação e o impacto no raciocínio causado por essas duas plantas. "Assim, o tabaco era um prazer mais compatível com as condições e



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

exigências da vida cotidiana do que seus possíveis rivais." (BLACKBURN, 2003).

A difusão do consumo de tabaco pela Europa, passada sua fase inicial, se insere num conjunto de transformações nos padrões de consumo europeus, atravessados pela penetração de "drogas sociais" no cotidiano europeu do século XVI ao XVIII. Assim como o açúcar, o chá e o café, o tabaco se tornou um luxo popular em toda a Europa Ocidental. Com a queda de seu preço, pôde ser adquirido por trabalhadores assalariados urbanos ou rurais (BLACKBURN, 2003).

Com a Inglaterra e Holanda sendo pioneiras, já que as mesmas nações apresentavam as primeiras transformações nos regimes de trabalho da época, exigindo também uma mudança nos padrões de consumo, "o estranho costume de fumar cachimbo espalhou-se com rapidez em muitas partes da Europa." (BLACKBURN, 2003). A classe trabalhadora, não só britânica, como europeia, "tomaria chá 'como um rei', comeria açúcar 'como um rei' e fumaria tabaco 'como um rei', se esses fossem os luxos e elementos de conforto que ela aceitasse." (MINTZ, 2003). Já no século XVIII Antonil notou esse movimento quanto ao tabaco, mas que não é menos verdadeiro para os outros produtos citados:

E, passando de mimo a ser mercancia, hoje apenas os tantos milhares de rolos que levam as frotas são bastantes para satisfazer ao apetite de todas as nações, não somente da Europa, mas também das outras partes do mundo, donde encarecidamente se procuram. (ANTONIL, 1711).

Para além das condições internas de assimilação do consumo da planta para cada nação ou região, "(...) é marcante o quão rápido o tabaco era absorvido no interior de diferentes sistemas culturais." (GOODMAN, 1994). Tal processo reside no fato de que esta planta contém propriedades viciantes, cujo ato do consumo provoca uma grande sensação de prazer, fazendo com que o organismo de quem consome tenha uma tendência a querer consumir mais vezes essa mesma substância. Contudo, não é possível atribuir somente a alta demanda pelo tabaco por suas propriedades químicas gerais, já que haviam variadas demandas conforme a região produtora da planta. O tabaco era produzido em regiões



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

coloniais como Virginia, Cuba, Venezuela e Brasil.

No Brasil, o tabaco teve, durante muito tempo, papel secundário na historiografia. Porém, o "primo pobre" (LOPES, 2005) não deixou de ser citado por estudos mais gerais da história da economia brasileira, como em Caio Prado Junior (1942), para elencar um exemplo. Na segunda metade do século XVIII, surgiram autores chamando atenção para a importância da história do tabaco baiano como mercadoria de exportação na região. A atenção dada ao tabaco foi crescendo com o passar do tempo, desde José Roberto Amaral Lapa (1968), em seu esquema programático para o estudo do tabaco, e Maria da Conceição F. Cheis (1967), até chegar em estudos especializados no assunto como o artigo de Catherine Lugar (1977), a magistral e clássica obra de Pierre Verger (1987) e o estudo valioso de Jean Baptiste Nardi (1996), além da obra de Bert Jude Barickman (1998), que apesar de não ter um enfoque específico no tabaco por si só, fornece importantes reflexões sobre o tema.

O Recôncavo Baiano, no século XVIII, compreendia a região de Salvador e seus arredores, além de cinco vilas (podendo ser classificadas como municípios) que cercavam a Baía: São Francisco do Conde e Santo Amaro da Purificação na margem norte, tradicionalmente ocupada para o cultivo da cana-de-açúcar, Cachoeira, na margem oeste, e Maragogipe e Jaguaripe, na margem sul. As terras de Cachoeira possuíam poucas matas e seus territórios se estendiam ao oeste e ao norte a partir do Rio Paraguaçu, passando por São Gonçalo dos Campos e indo mais ao interior, além de ser atravessada pelo rio Jacuipe (BARICKMAN, 2003). Os rios exerciam papel fundamental nas dinâmicas da região, mantendo o solo produtivo, além de facilitar o transporte dos bens produzidos para Salvador (WIMMER, 1996).

Cachoeira possuiu, por muito tempo, a qualidade de fronteira. Isso se deve principalmente à dois fatores complementares. Em primeiro lugar, o alvo ocupacional dos habitantes da região do Recôncavo foram as terras baixas compostas pelo pesado solo de massapê, cuja composição era favorável ao cultivo da cana-de-açúcar, enquanto Cachoeira e seu entorno, um território alto e seco do interior, com solos leves e arenosos, difíceis para o cultivo de açúcar, ganharam importância secundária. Por outro lado, a região também era





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

alvo de constantes ataques de grupos nativos seminômades, fazendo com que as tentativas de ocupação, fossem frustradas pela insegurança (FLORY, 1978).

É na segunda metade do século XVII que Cachoeira perde o seu caráter de área não ocupada. Os ataques dos povos nativos deram origem às primeiras investidas de paulistas a soldo do governo geral e assimilaram boa parte da região para a ocupação permanente (PUNTONI, 2002). É necessário notar que, dentro desse contexto de disponibilidade de terras não propícias ao cultivo de cana - que é verdadeiro até mesmo para o final do século XVIII e início do XIX -, abriu-se abriu uma fresta para o desenvolvimento de um setor agrícola de pequena escala que se ampliou no período colonial tardio (BARICKMAN, 2003).

Assim como em Pernambuco, cuja lavoura de fumo floresceu mesmo que em menor escala e voltada quase exclusivamente para a face africana do Atlântico, Cachoeira possuía aspectos ambientais favoráveis ao desenvolvimento do cultivo de fumo. Além de seus solos serem ideais, o cultivo de açúcar demandava madeira para engenhos, combinado com a demanda vinda do setor de construção naval que existia na Bahia e no Recife, contribuíram para o esgotamento das matas nativas (LOPES, 2006). Dessa forma, Cachoeira tinha o que era preciso para o desenvolvimento do cultivo da lavoura do fumo, além de nela ter florescido o cultivo e mandioca e criação de gado em menor medida.

O tabaco foi o estímulo primário a permitir o desenvolvimento econômico da região de Cachoeira, atraindo imigrantes portugueses e baianos cada vez maiores da cidade de Salvador para o interior do Recôncavo. Num período em que o setor açucareiro atingiu seu limite de expansão devido à inadequabilidade do resto do solo do Recôncavo, além do freio na demanda causado pela competição externa das regiões produtoras de açúcar em ascensão no Caribe, "o novo distrito fumageiro ofereceu aos colonos uma variedade de oportunidades econômicas." (FLORY, 1978).

A região da Bahia "corresponde exatamente às exigências para uma ótima cultura do fumo." (NARDI, 1996). A variedade tropical do fumo, *Nicotianae tabacum*, tem como temperatura ideal entre 17 e 27 graus. A temperatura do Recôncavo Baiano variava entre 25 e 35 graus celsius, enquanto o período de chuvas correspondia à época do plantio, de



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

março a setembro. É por isso que o "(...) clima húmido e quente do Recôncavo Baiano era ideal para a produção da variedade tropical do tabaco (...)" (WIMMER, 1996). Além disso, a permeabilidade dos solos arenosos e argilosos, característicos de Cachoeira também contribuiu para criar tais condições ideais (NARDI, 1996).

A região era parte de uma rede de relações sociais inseridas no conjunto do Recôncavo. Essas redes ligavam "(...) as vidas cotidianas de senhores de engenhos, consumidores urbanos, roceiros, escravos rurais e lavradores de fumo a mercado externos e também locais." (BARICKMAN, 2003). Além disso, Cachoeira por si só podia servir a diferentes mercados de consumo do tabaco baiano localizados pelo globo e ao mesmo tempo abastecer o seu entorno com bens como cultivos alimentares e rebanhos de gado. Além de servir ao mercado externo e ao abastecimento interno do Recôncavo, Cachoeira desenvolveu um terceiro papel: o de entreposto na passagem de Bahia para Minas. Cachoeira era a primeira via de passagem na jornada pelos "Caminhos dos Sertões" dos comboios que seguiam da Bahia para as regiões mineradoras. A jornada começava ali e terminava na vila de Sabará, já em Minas.<sup>134</sup> A partir de 1720, tornou-se obrigatória a passagem pelo cais de Cachoeira para quem transportava escravos e outros bens para Minas (SANTOS, 2013).

O entrelaçamento entre Minas, Bahia e África, através de redes de negócio protagonizadas pelos homens de negócio baianos e mineiros contribuiu também para a dinamização da região de Cachoeira de diferentes formas. Através do crescimento da demanda africana pelo fumo, que era cada vez mais trocado por escravos por parte de negociantes baianos, que enviavam para Minas boas quantidades dos mesmos, através fornecimento de bens alimentícios para as regiões mineiras, através do surgimento de um mercado de aluguel de transportes marítimos necessários para a realização da rota e através do crescimento demográfico de indivíduos envolvidos em atividades comerciais nessa região. Todos esses processos contribuíram para o crescimento e para a dinamização das atividades comerciais, revelando uma nova face a ser incluída nas análises sobre a região de Cachoeira.

O tabaco era beneficiado em forma de rolos, que, chegados em Portugal poderiam



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

ser consumidos em forma de fumo ou mastigação, mesmo que também pudesse ser transformado em rapé (LOPES, 2023). O tabaco era cultivado no Brasil em diferentes áreas: Bahia, Pernambuco, Sergipe, Maranhão, Rio de Janeiro e Minas Gerais, embora estudos tenham comprovado que somente que o fumo produzido em Cachoeira, no Recôncavo baiano e nas regiões de Pernambuco e Sergipe eram destinados ao mercado externo.

As diferentes qualidades do fumo produzido em Cachoeira eram destinadas a diferentes mercados, podendo ir para a Ásia, principalmente através do comércio em Goa; África, sobretudo a África Ocidental, na Costa do Ouro e na Baía do Benin, cujo fumo era buscado por fornecedores de escravos dessas regiões; Europa, cujas maiores nações importadoras do fumo brasileiro através de Portugal eram Itália e Espanha (NARDI, 1996); e, através do resgate em Lisboa, para a América do Norte, cujos grupos nativos do entorno da baía de Hudson apreciavam o fumo baiano.

"Toda a lavra e cultura do tabaco consiste, por sua ordem, em se semear, plantar, limpar, capar, desfolhar, colher, espinicar, torcer, virar, ajuntar, enrolar, encourar e pisar." Seguindo a síntese do processo produtivo feita por Antonil (1711), temos 12 diferentes etapas, cada uma com suas peculiaridades. Como afirma Ortiz (1999) observando o caso cubano, contrastando a brutalidade das tarefas executadas nos engenhos canavieiros, o cultivo de tabaco requer um manuseio quase artístico, de certo modo artesanal.

Uma etapa importante no processo produtivo era conhecida como "viradura". Como atesta a ilustração, entre as viraduras, a bola era deixada em um cocho. Depois de um mês repetindo as viraduras, os escravos juntavam três delas para formar uma corda mais longa aplicando uma combinação peculiar de elementos (o caldo) (BARICKMAN, 2003). Essa combinação peculiar é um dos aspectos essenciais para a composição do aroma e do gosto do tabaco, altamente apreciado por diferentes sociedades, consistia no seguinte:

O último benefício que se lhe faz é o seguinte: tempera-se a calda do mesmo tabaco com seus cheiros de erva-doce, alfavaca e manteiga de porco; e quem faz manojos de encomenda bota-lhe almíscar ou âmbar, se o tem; e por esta calda



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

com anel de açúcar [melaço] (quanto mais grosso melhor) se passa a mesma corda de tabaco uma vez, e logo se fazem rolos, do modo seguinte.<sup>347</sup>

O conjunto desses ingredientes em sua totalidade, muito provavelmente foi o que dava ao tabaco baiano seu aroma peculiar e seu potencial de preservação superior a outras variedades cultivadas na América. Assim, sociedades de diferentes culturas e modos de vivência adaptavam suas exigências comerciais para que conseguissem acessar o fumo cultivado na Bahia: fornecedores de especiarias asiáticos; fornecedores de escravos africanos na costa ocidental da África, europeus sendo atravessados por uma transformação nos padrões de consumo cujas substâncias estimulantes como açúcar, tabaco, e posteriormente café se tornavam cada vez mais presentes; e até mesmo populações originárias norte-americanas que habitavam o entorno da Baía de Hudson e comercializavam peles com franceses e ingleses, que usavam essas para a produção sobretudo de chapéus de pele de castor, cujo uso se tornou moda na Europa, passaram a dar cada vez mais preferência ao tabaco baiano em detrimento do de Chesapeake e do fumo cultivado em suas próprias terras.

O trabalho de cultivo do tabaco e de bens alimentícios requeriam os tradicionais escravos de "enxada e foice". Além disso, após ser recolhido para seu processamento na casa de fumo, necessitava-se o serviço de poucos escravos especializados e semi-especializados, chamados de "fumeiros" (FLORY, 1978). Como foi visto nas duas ilustrações anteriores, todos os indivíduos são negros, indicando um grupo específico de escravos especializados no processamento e beneficiamento do tabaco. Dessa forma, é possível perceber que "O exemplo da lavoura fumageira na Bahia refuta (...) a tese de que a escravidão era incompatível com atividades 'intensivas em cuidados' e que somente atividades 'intensivas em esforço' podiam empregar a mão-de-obra cativa" (BARICKMAN, 2003).

<sup>347</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil. 1711*, p. 147. Lisboa: Offic. Real Deslandesiana. (Disponível em <http://acervo.bndigital.bn.br>).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## O Tráfico de Escravos na Costa da Mina

O fumo da região baiana, ao passar pelas etapas de sua produção, era cuidadosamente separado conforme sua qualidade na Casa de Arrecadação. Sua separação correspondia ao destino comercial de cada grau de qualidade. O fumo com mais alto grau qualitativo - fumo em folha - era destinado aos mercados asiáticos, tendo como principal porto o de Goa. Os fumos de corda de primeira e segunda classe eram levados para Portugal. Porém, a maioria do tabaco cultivado não correspondia aos padrões de qualidade exigidos para os mercados consumidores europeus e asiáticos. Assim, a parcela de fumo cuja qualidade fora rejeitada pelos outros mercados, era separada como refugo. Tal refugo, apesar de possuir quem o consumisse na própria América portuguesa, era amplamente levado para a África Ocidental, cujos negociantes baianos o trocavam por cativos (BARICKMAN, 2003).

Para além de transformar as sociedades que fizeram uso tanto do tabaco quanto do ouro, essas duas mercadorias, ao facilitarem a entrada e a intensificação da presença luso-brasileira na Costa da Mina, propiciaram aos negociantes sobretudo baianos uma época de grandes oportunidades para que estes adquirissem prosperidade comercial e financeira. A descoberta das minas somada com o comércio da Costa da Mina está diretamente ligada aos avanços dos indivíduos baianos envolvidos nesses processos. Dois processos paralelos e entrelaçados, o crescimento do comércio na Costa da Mina, através da troca direta do tabaco baiano e ouro mineiro por africanos escravizados (após a exclusão de intermediários peninsulares) e o crescimento do comércio entre Bahia e Minas Gerais propiciaram um contexto de expansão de oportunidades para os negociantes baianos, permitindo os mesmos a avançar econômica e socialmente e entrar na elite governante, além de ampliar o escopo de seus negócios (FLORY, 1978).

Os negociantes efetuavam seus negócios com o auxílio de uma rede de indivíduos destinados a diferentes funções em torno da atividade comercial. O caixeiro, por exemplo, tinha a função de um contador, registrando fisicamente as atividades mercantis. Outra função de importância era a do comissário. Este consistia num agente que negociava em



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

nome de outro comerciante por uma comissão. Eles podiam representar, na Bahia, comerciantes de Portugal e África. Além disso, podiam ser agentes de baianos. Nesse caso, estes passavam parte de seu tempo na cidade e a outra viajando a negócios. A função do comissário geralmente era executada pelos homens que navegavam: capitães, pilotos e mestres. Além disso, quase todos do mundo mercantil precisavam executar a função de comissário ou servir como agentes comerciais de alguém (FLORY, 1978).

Assim, através de agentes que negociavam em seu nome, os comerciantes obtinham informações importantes sobre as regiões distantes nas quais seus comércios estavam envolvidos. O mesmo vale mais ainda para os procuradores, agentes comerciais que se estabeleciam em determinado destino de negócio dos comerciantes para garantir que seus negócios fossem bem realizados. Os homens de negócio baianos possuíam correspondentes nos portos de embarque de escravos no continente africano (RIBEIRO, 2006). Dessa forma, nota-se a importância dos indivíduos envolvidos nas atividades mercantis encabeçadas pelos homens de negócio.

O estabelecimento de redes de correspondentes em diferentes regiões, além de facilitar as trocas mercantis, permitiam que os negociantes obtivessem o privilégio da informação, tão importante até mesmo para os dias atuais. Com isso, o privilégio da informação "possibilitava os negociantes saberem antecipadamente as necessidades que se faziam em cada região e direcionar o produto certo a ser vendido." (RIBEIRO, 2006). Contudo, por conta das grandes distâncias nas quais o comércio atlântico estava inserido, os rumores e informações obtidas pelos negociantes sobre preço e mercado através de seus correspondentes chegavam com variado grau de atraso (FLORY, 1978).

No circuito da Costa da Mina, entretanto, os luso-brasileiros não mantinham uma comunidade de correspondentes na região, ao menos até eliminarem o obstáculo dos intermediários sobretudo ingleses e holandeses. Nesse caso, capitães e mestres de navios assumiram o papel principal nas negociações de trocas africanas. Assim, os proprietários de embarcações (os próprios negociantes) consignavam cargas baianas ao capitão e deixava a seleção de escravos ao cargo do mesmo (FLORY, 1978). Nesse sentido, uma afirmação de Blackburn ao discorrer sobre o papel dos capitães e dos novos comerciantes



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

na fase inicial da Colonização, se encaixa perfeitamente para a situação descrita: "o mercador dependia mais da honestidade de seus agentes do que de suas habilidades técnicas." (BLACKBURN, 2003).

Os comerciantes, em sua maioria imigrantes, contribuíram significativamente para o crescimento da capitania baiana através do investimento de tempo, energia e lucros comerciais para o desenvolvimento produtivo das terras. Um dos exemplos disso é a ascensão de comerciantes no distrito da vila de Cachoeira, região que mais forneceu tabaco para os comerciantes, além de ser ponto de origem da maioria das saídas de mercadorias e escravos do sertão para as minas (FLORY, 1978). A Bahia, durante o século XVIII, no comércio com a África Ocidental, exportava, além de ouro e tabaco, tecidos indianos, bens de ferro europeus, cachaça e cauris (LUGAR, 1977).

As condições para a ascensão da classe mercantil baiana, que incomodou durante todo o século a classe comercial metropolitana, foram, no início, o boom mineiro e o consequente acesso dos negociantes ao metal amarelo e a prática de seu contrabando, o comércio clandestino do tabaco produzido na vila de Cachoeira, sendo todos dois voltados para o circuito de trocas da África Ocidental e, no final da centúria, o ressurgimento da produção agrícola local e as vantagens obtidas no tráfico, produto dos processos iniciais. Além disso, a continuidade de uma tradição de representação de interesses do grupo mercantil local também contribuiu para tal ascensão (LUGAR, 1977).

Para que os portugueses pudessem navegar pela costa africana e ter acesso aos fornecedores de escravos da Costa da Mina, era necessário que se pagasse uma quantia de 10% dos carregamentos levados em cada navio, com a exigência de que fossem produtos americanos, como o açúcar, o tabaco e a cachaça (frequentemente usados como moedas de troca para a aquisição de escravos) (PRICE, 2005). Contudo, apesar da liberação holandesa por meio do pagamento de taxas para que navios portugueses e luso-brasileiros navegassem naquelas costas, o comércio português no Benim ainda era baixo nas décadas de 1680 e 1690, pois não era capaz de competir com mercadorias importadas por outros poderes europeus (LAW, 1991). No início do século XVIII, esse padrão de inferioridade foi revertido. Com a introdução, num primeiro momento, do



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

tabaco, que já em finais do XVII entrava na costa ocidental da África, mesmo em baixo número, e, num segundo momento, do ouro, negociantes luso-brasileiros garantiram seu lugar na aquisição de cativos da região, considerando que as duas mercadorias possuíam uma alta demanda local. Com isso, agentes locais de outras nações europeias com frequência procuravam garantir seus próprios lucros buscando acessar o ouro brasileiro e desviá-lo para a Europa. (LAW, 1991).

O contrabando de ouro desempenhou papel fundamental na intensificação do fluxo de comércio entre Bahia e Costa da Mina, situando o tabaco como o principal instrumento a permitir a inserção dos negociantes baianos neste fluxo. Não há dúvidas, entretanto, que o tabaco baiano era altamente estimado pelos povos africanos da Costa da Mina. Apesar da tentativa dos ingleses de introduzir o tabaco produzido na Virgínia nos fluxos do tráfico, o fumo brasileiro prevalecia em relação às outras variedades (PRICE, 1995), assim como no caso canadense.

Segundo Barickman (2003), entre 1700 e 1750 as exportações anuais de fumo da Bahia para a África passaram de menos de 30 mil arrobas para mais de 200 mil. Essa guinada pode ser ilustrada pelo fato de que a porcentagem de tabaco utilizado no escopo do total das mercadorias utilizadas na aquisição de cativos passou de 2% no século XVII, para 8% no século XVIII (KLEIN, 2002).

O acesso ao tabaco baiano nas águas africanas era feito por diferentes agentes de nações europeias e por fornecedores de escravos, que podiam negociar com um ou outro representante europeu. Os holandeses acessavam o tabaco brasileiro através do pagamento da taxa já descrita. Além deles, ingleses e franceses precisavam da variedade brasileira. Os britânicos o obtinham na costa africana em troca de produtos manufaturados, possivelmente, em sua maioria tecidos, tão apreciados pelos africanos. Nos mercados de Lisboa, franceses e ingleses compravam o tabaco baiano antes de zarpar para a África ou Canadá (BARICKMAN, 2003).

No âmbito interno da costa ocidental da África, os produtores se conectavam por uma rede de mercados locais, escoando o búzio (cauris), como moeda e conformando, assim, uma economia devidamente monetizada. Além disso, as caravanas de terra e canoas





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

maiores que conseguiam navegar nas lagoas e ao longo da costa permitiam a interligação entre os mercados locais. Conectavam-se comerciantes de escravos europeus, fornecedores africanos de escravos e as sociedades do interior da costa da África Ocidental (MANNING, 1998).

O tabaco baiano dominou as importações da Baía do Benim em relação às outras variedades de tabaco, a saber, o tabaco produzido na Virgínia e em colônias francesas. Além disso, era preferido pelos africanos mesmo em relação ao tabaco pernambucano. Em 1721, o vice-rei de Portugal, transmitindo uma carta do rei de Ajudá para Lisboa, adicionava:

Sobre Ajudá (...) o porto mais celebre de toda aquella Costa, pello que respeita a abundância e grande número de escravos que aly se resgatão. O tabaco he entre eles a amais estimavel droga, sem a qual não podem viver nem passar (...)<sup>348</sup>

Uma carta do forte francês de Uidá, Saint-Louis de Grégory, escrita já em 1750, aborda este aspecto:

Entre os negros, é dada certa preferência ao tabaco do Brasil em relação ao ouro (...) aquele da Bahia de Todos os Santos é muito procurado e preferido ao de Pernambuco.<sup>349</sup>

O francês Gourg, em 1789, encarregado de um projeto para concorrer com o tabaco baiano nos circuitos do tráfico, aponta a dimensão da preservação como uma das razões para sua primazia.

O tabaco do Brasil é melhor torcido, quer dizer, mais açúcarado, mais puro, enquanto aquele que pegamos em Lisboa é preparado com xarope e água do mar, que o resseca mais cedo; isto os negros sabem.<sup>350</sup>

<sup>348</sup> VERGER, Pierre. Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de todos os Santos: Século XVII ao XIX. São Paulo, Corrupio, 1987, p. 132. AEB, 13, doc 380.

<sup>349</sup> VERGER, Pierre. Fluxo e Refluxo... p. 30. AN, col. C/6/25.

<sup>350</sup> VERGER, Pierre. Fluxo e Refluxo... P. 30. AN, col. C6/26



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Os métodos de conservação eram diferentes para o tabaco de refugo, e o tabaco de Lisboa, conservado com xarope e água do mar, ao contrário do beneficiamento original utilizado na Bahia. O problema da conservação é um aspecto importante do comércio mundial de tabaco, sendo uma das questões que conformaram o consumo de tabaco para o caso do Canadá. Além da demanda local pelos dois produtos, como se pode atestar, agentes locais de outras nações europeias ao longo da costa africana buscavam acessar o ouro brasileiro para levá-lo para a Europa e também acessar o tabaco baiano para comercializá-lo com escravos. Os franceses e ingleses podiam acessar o tabaco baiano pela via de Lisboa ou pelo comércio intra-europeu nas costas africanas. Os comerciantes europeus preferiam, ao longo da costa, acessar o ouro ao tabaco, visando levar o metal precioso para a Europa. (RUDERMAN, 2020).

Apesar dos navios portugueses e brasileiros terem sido capazes de comercializar diretamente tabaco e ouro com mercadores nos portos do Benim, se eles planejavam comercializar em qualquer porto, precisariam não só de uma mercadoria específica, mas sim de uma variedade de produtos, como têxteis e cauris, obtidos de outros comerciantes europeus (RUDERMANN, 2020). Esta perspectiva contribui para o posicionamento da demanda africana no centro da explicação dos fluxos. Sem o fornecimento do conjunto de mercadorias específicas, o comércio poderia fracassar. Assim, a forma como os africanos consumiam determinadas mercadorias específicas contribui largamente para moldar a composição dos fluxos de comércio.

Não só o tabaco, mas o escopo das mercadorias importadas pelos traficantes europeus se difundiu pela sociedade ao invés de se tornar um luxo elitista. A maioria das importações chegavam mais nas mãos de setores mercantis do que propriamente para os estados. Embora esse comércio propiciasse benefícios para uma classe rica restrita, os têxteis europeus e asiáticos, cauris das Maldivas, ouro mineiro, tabaco baiano, entre outros itens adentravam com força e dispersão no sistema de consumo africano do século XVIII (MANNING, 1998). O costume de fumar tabaco pelos povos africanos foram conservados pelos cativos transportados para a América. Tanto o ato de fumar quanto o uso do cachimbo eram formas de incorporação da África ancestral na cultura afro-americana cotidiana



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

(LEMIRE, 2021).

## O Comércio de Peles no Canadá

Um dos destinos menos explorados do tabaco baiano é o da Baía de Hudson e do Rio St Lawrence. O black tobacco se tornou um dos itens cruciais nas redes de comércio que ligavam ingleses e franceses aos fornecedores de pele nativos do Canadá. Os comerciantes europeus adquiriam peles provenientes da caça de diversos animais, lincos, martas e alces, mas a mais valiosa dessas peles eram as de castor (INNIS, 1999).

O consumo de peles como vestimenta possuía diferentes significados para cada sociedade. Enquanto no Canadá as peles eram usadas como roupas de inverno para aquecer a pele, na Europa elas eram matéria-prima para roupas luxuosas. Os consumidores europeus destes itens estavam mais preocupados, ao contrário dos nativos canadenses, com a aparência, qualidade e custo do que com o aquecimento provocado pelo material. Desde finais do século XVI, chapéus de castor ocuparam o centro da moda para homens em mulheres da alta classe da sociedade europeia (WIMMER, 1996).

Nos anos posteriores a 1700, o castor já era a fonte principal de pele. Com envios de 300.000 peles anualmente da Nova França para os portos franceses. Estas peles advindas do território que conhecemos como Canadá, principalmente no entorno da Baía de Hudson e James, e em menor medida advindas de Nova York, suprimam as principais indústrias de chapéu da França, Rússia, Holanda e Inglaterra, que por sua vez sustentavam diferentes mercados. O chapéu de castor é visto como uma mercadoria enquadrada nas "novas luxúrias" do mundo atlântico moderno - um símbolo de interações coloniais em escala global. (LEMIRE, 2018). Entre 1700 e 1770, sabe-se que a Inglaterra exportou mais de 21 milhões de chapéus de castor. Até a década de 1760, a maioria dos chapéus produzidos para exportação foram destinados a Espanha, Portugal e suas colônias da América, especialmente o Brasil.

A demanda por este chapéu - uma força culturalmente concebida - determinou e foi determinada pela dimensão regional da produção de peles (nesse caso, a caça). O mesmo



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

serve para o tabaco baiano: a demanda pelo fumo, uma força culturalmente concebida, se encontra intrínseca às redes de comércio e aos eixos produtivos do tabaco no mundo atlântico.

Além disso, nas regiões em que o comércio de peles penetrava, "made beaver" se tornou a moeda comercial, a principal medida de equivalência para o funcionamento das trocas. "Castor pronto" subentendia que a pele do castor estava limpa, tratada e pronta para o comércio (LEMIRE, 2018). A adoção desta medida de equivalência comercial é um sinal de transformação e impacto nas próprias sociedades nativas, indicando uma transformação não só em sua dimensão econômica, mas na própria relação destas sociedades com o mundo biofísico, neste caso, com os animais, especialmente o castor.

Já no século XVII, o fornecimento de peles de castores por parte dos nativos agricultores do Sul do Canadá e estabelecidos mais próximos dos fortes franceses decaiu rapidamente e a organização do comércio com os nativos caçadores e coletores do norte canadense ganhou cada vez mais importância (INNIS, 1999). A massa de recursos animais a oeste da James Bay, segundo Bishop, provavelmente declinou entre 1670 e 1725, sendo o castor e o caribou as duas espécies mais afetadas. Segundo o autor, o desenvolvimento de práticas de caça sofisticadas aos castores contribuiu para o seu provável esgotamento (BISHOP, 1984, p. 43-44). Os dados que sustentam esta sugestão consistem no aumento do número de martas comercializadas em Fort Albany: de 123 em 1702 para 1.790 em 1719 (RAY; FREEMAN, 1978).

Ter no âmbito de análise a relação entre caça e transformação de ecossistemas pressionadas pela demanda global de determinadas mercadorias e as forças produtivas empenhadas para satisfazer tal demanda é um frutífero caminho para o que Donna Haraway (2008) propõe como uma "história multiespécies". Castores e outras espécies de animais foram constantemente caçados e seus ecossistemas foram, conseqüentemente, transformados em uma nova intensidade a partir do estabelecimento do circuito do comércio de peles nativo-europeu que se desenvolvia.

Estudos recentes que adentraram no debate sobre a extinção parcial do castor canadense como consequência da intensificação do comércio de peles durante o século



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

XVIII, concluem que houve sim um declínio na população de castores, mas apenas nas regiões Fort Albany e York Factory, tendo o Fort Churchill - originalmente um forte de caráter menos ativo - um crescimento no número de peles de castor comercializadas na década de 1760 (CARLOS; LEWIS, 2010).

Assim, a diminuição da população de castores nos dois fortes mencionados é explicada pelo altíssimo número de peles negociadas durante as décadas de 1730 e 1740 em Fort Albany e York Factory. Além disso, evidências de crescimento de comércio com outras peles, principalmente peles de marta também ajudam a suportar a visão de que grandes colheitas de castor colocavam em risco a reprodução contínua da população de castores (CARLOS; LEWIS, 2010). Carlos e Lewis concluem que o aumento do número de martas comercializadas em Fort Albany e a mútua diminuição do número de castores, juntos, conformam o argumento de que a população de animais pré-estabelecidas na região estava se transformando.

Mais do que isso, o estudo quantitativo do número de peles comercializadas em Fort Churchill, Fort Albany e York Factory demonstra que o comércio de peles canadenses possuía múltiplas faces ao invés de um padrão geral. Tal diversidade na dinâmica comercial se mostra importantes não só para o estudo do declínio da população de castores, mas também para

futuros estudos sobre o tabaco baiano e sua dinâmica de comercialização em cada um desses fortes.

O chapéu de castor é visto como uma mercadoria enquadrada nas "novas luxúrias" do mundo atlântico moderno - um símbolo de interações coloniais em escala global. (LEMIRE, 2018). Entre 1700 e 1770, sabe-se que a Inglaterra exportou mais de 21 milhões de chapéus de castor. Até a década de 1760, a maioria dos chapéus produzidos para exportação foram destinados a Espanha, Portugal e suas colônias da América, especialmente o Brasil.

Após a introdução francesa do tabaco baiano na região do Rio St. Lawrence, o desenvolvimento do tabaco baiano como uma mercadoria central para o comércio na Baía de Hudson foi assegurado pelo seu uso regular no comércio inglês. Mesmo sob os



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

imperativos do mercantilismo, o tabaco brasileiro, impulsionado pela demanda nativa aberta pelos franceses, superou a variedade doméstica de Chesapeake (WIMMER, 1996).

Com a ajuda de comerciantes franceses insatisfeitos com a coroa, a Hudson Bay Company é criada em 1670 com a missão de adentrar no comércio e competir com os franceses. Os nativos do entorno da Baía de James, faixa sul da Baía de Hudson os mais interiorizados ao Sul, já possuíam contato com mercadorias fornecidas pelos franceses antes de 1670. Auxiliados por franceses como Pierre Radisson, os ingleses atuaram no sentido de fornecer mercadorias que já estavam inseridas no sistema de consumo nativo pelos franceses (RAY, 1980)

Os estudos sobre o comércio de peles levantam uma variedade de questões, como a dependência nativa do comércio, a correlação de forças presente nos circuitos de troca, a intensidade da destruição da biomassa de recursos, as transformações no cotidiano das sociedades nativas pelo comércio e a importância da demanda nativa no fornecimento de mercadorias pelos europeus. A última se mostra mais importante para os objetivos deste trabalho, nos permitindo acessar aspectos do consumo nativo de tabaco e outras mercadorias, bem como sua mútua influência em relação ao comércio.

598

Arthur Ray (1980) mostrou como o tabaco brasileiro ficou no topo da lista de prioridades dos nativos, atestando o nível de exigência de consumo nativo sobre um item teoricamente não essencial. Antes de 1722, o acesso inglês se dava através do intermédio de Londres, que comprava o tabaco brasileiro de Lisboa e assim fornecia para o circuito do comércio de peles. Depois de um carregamento insatisfatório de tabaco brasileiro vindo de Londres naquele ano, os comerciantes de peles optaram por buscar o acesso direto em Lisboa.

O tabaco brasileiro, contudo, se inseria no conjunto mais amplo de mercadorias comercializadas pelos europeus. Os nativos passaram a acessar, portanto, novas mercadorias como painéis de ferro, cobertores, facas e armas de fogo, teoricamente superiores aos utensílios

de pedra, osso e madeira. Apesar disso, o arco e a flecha continuaram a ser usados para caça mesmo após o acesso nativo às armas de fogo. Este fator pode ser utilizado para



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

relativizar a dependência nativa em relação a mercadorias europeias, que parece cada vez mais posta em cheque pelos historiadores (RAY, 1980; CARLOS e LEWIS, 2010; LEMIRE, 2018).

Num movimento inverso ao raciocínio da dependência, é necessário inserir a demanda nativa como principal impulso para a oferta selecionada de mercadorias pelos comerciantes europeus, processo semelhante ao caso da Costa da Mina. A própria existência dos postos dependia da vontade dos comerciantes nativos em viajar centenas de quilômetros até a baía com suas peles. Isso só seria feito se os mesmos estivessem satisfeitos com as mercadorias fornecidas pelos ingleses, podendo, dependendo do caso, optar por negociar com os concorrentes franceses (CARLOS, 2010).

Esses grupos possuíam uma concepção de economia totalmente diferente daquela que habitava no imaginário europeu. A cultura nativa valorizava a generosidade, o ato de compartilhar e o valor de uso dos objetos. A propriedade privada possuía muito menos valor para os nativos da América do que para os povos europeus. O status era conquistado através de façanhas em conflitos e da distribuição de bens para outros, enquanto na Europa a posse individual de itens altamente desejados era um dos fatores de aquisição de status (RAY; FREEMAN, 1978). Recuperar a especificidade antropológica, sociológica e temporal destas sociedades, como sugere Manning (1998) para o caso africano, se mostra como um horizonte frutífero.

O fato de o tabaco, assim como a coca, mitigar a fome e a sede, é explicado cientificamente a partir do contato do cérebro humano com os neuro receptores do sistema dopamínico- mesolímbico, em que o principal alcaloide do tabaco induz o cérebro a enviar a sensação de saciedade (CONCEIÇÃO; BRACHT; SANTOS, 2013). Quanto aos artefatos utilizados para o consumo, encontramos diferenças para os casos da América do Norte e Sul. Para a América do Sul, o uso dos cigarros predominou. Tais cigarros podiam medir até um pé de comprimento e um centímetro de diâmetro (WILBERT, 1987).

Os primeiros relatos do uso de cachimbo se encontram nos povos Iroqueses da região de Montreal, no Canadá. O consumo de cachimbo foi bastante disseminado na América do Norte. Pesquisas sobre o tema aparecem frequentemente relacionadas à



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

aplicação de métodos da arqueologia para análise de artefatos, em sua maioria cachimbos, de diferentes materiais, formas e tamanhos. Contudo, as comunidades caçadoras e coletoras da América do Norte fumavam uma grande variedade de plantas, desde folhas de teixo, salvia, datura e uva-de-urso. É possível que os cachimbos tenham se originado entre qualquer uma das espécies utilizadas pelos nativos da América do Norte, sendo somente depois adaptados ao tabaco (TUSHINGAM; EERKENS, 2021).

O simbolismo do cachimbo é desvelado a partir do momento em que diversas etnias das grandes planícies norte-americanas e nas regiões compreendidas entre os Grandes Lagos, montes Apalaches, rio St. Lawrence e o litoral atlântico (bem como os algonquinos, huronianos e montanhese) consumiam o tabaco em cachimbos de pedra e argila em praticamente todo espaço de sociabilidade ou de festividade (CONCEIÇÃO; BRACHT; SANTOS, 2013).

As evidências arqueológicas e etnohistóricas sugerem que os cachimbos eram altamente valorizados. Os acessórios de fumo da América Antiga recuperados arqueologicamente na camada oriental da América do Norte eram feitos de pedra e, mais frequentemente de argila. Escritores franceses e ingleses do início da Conquista observaram que cachimbos ameríndios também eram manufaturados a partir da cana, madeira, ossos, chifres e até mesmo garras de lagosta (GERNET, 1995).

O uso de cachimbos, contudo, incluía outros acessórios e técnicas de queima: acender em uma lareira usando carvão ou uma marca de fogo, enquanto em viagens, o fogo era produzido por bastões de fricção ou pelo impacto entre pedras. No século XVII, esses métodos rudimentares foram suplementados com a geração de fogo através de espelhos, aços e caixas giratórias adquiridas através de comerciantes ingleses e franceses (GERNET, 1995).

Os cachimbos se difundiram e enraizaram pelo globo assim como o próprio tabaco. O que ocorreu, em suma, foi um grande movimento de difusão do consumo de tabaco que se deu nos territórios europeus, africanos e asiáticos, além de suas próprias transformações no interior da América, como é o caso canadense. Concomitantemente, processos como as transformações nos padrões de consumo, a criação de complexos agrícolas de produção de





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

matéria-prima na América e a intensificação do comércio transatlântico, impulsionada pelo aumento da oferta e da demanda de mercadorias do Novo Mundo e pela prática predatória do tráfico transatlântico de escravos, se imbricavam e incluíam e eram incluídos pela relação da humanidade com o tabaco, fosse através de seu valor de uso ou de seu valor de troca.

A inserção do tabaco produzido na América portuguesa no circuito do comércio de peles parece ter sido ao mesmo tempo produto e resultado das práticas culturais das sociedades nativas da América do Norte, tornando clara a relação destas com os fluxos de comércio do Atlântico no século XVIII. Como descrito anteriormente, uma longa história de práticas milenares de consumo do tabaco atravessa estas sociedades. Por isso, não é possível entender a amplitude dos processos que rondam a cadeia-mercantil do tabaco no século XVIII, sem incluir a história do consumo ameríndio no enquadramento.

## Conclusão

O presente estudo revela como a análise da trajetória de uma mercadoria permite explorar diversas faces da história da humanidade. As práticas de consumo de tabaco pelas sociedades nativas da América; a difusão do consumo de tabaco pela África Ocidental; a configuração das redes comerciais e financeiras que ligavam diferentes regiões do atlântico setecentista e seus núcleos consumidores; a relação intrínseca entre a mercadoria e o mundo biofísico; o processo produtivo do tabaco e suas influências no resto da cadeia; todos esses diferentes aspectos integram a grande história da cadeia mercantil do tabaco baiano. Por mais que tratados em diferentes seções, são partes indissociáveis de qualquer análise que se comprometa a explorar a cadeia mercantil do tabaco baiano em sua amplitude.

A História Ambiental e a História das Mercadorias, se combinadas, tem muito a contribuir para o desenvolvimento dos estudos históricos da Era Moderna, principalmente no que concerne ao Atlântico Global. Este trabalho, representa, mesmo que parcialmente, uma tentativa de demonstração das potencialidades que os dois campos supracitados possuem para a disciplina da História.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## FONTES PRIMÁRIAS

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. 1711. Lisboa: Offic. Real Deslandesiana. (Disponível em <http://acervo.bndigital.bn.br>).

MANITOBA. Official General Outward Correspondence, 1727-1737, disponível em Archives of Manitoba - Official general outward correspondence ([minisisinc.com](http://minisisinc.com))

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AXTELL, James. *The Invasion Within*. Oxford University Press, 1986.

BARICKMAN, Bert Jude. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780- 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUNKER, Stephen. Joint Ventures em ambientes frágeis: O caso do alumínio na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, [S.l.], v. 3, n. 1, dez. 2008. ISSN 2179-7536.

BLACKBURN, Robin. *Construção do Escravismo no Novo Mundo: do Barroco ao Moderno 1482- 1800*. Record, 2003.

CARLOS, Ann M.; LEWIS, Frank D. *Commerce by a frozen sea: Native Americans and the European fur trade*. University of Pennsylvania Press, 2010.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

CHEIS, Maria da Conceição J. F. *O tabaco do Brasil nos quadros da economia portuguesa no séc. XVII*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1967 (Dissertação de Mestrado em História).

FLORY, Rae Jean Dell. *Bahian Society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Reconcavo, 1680-1725*. Austin: The University of Texas, 1978, tese (doutorado).

GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel; POLITICAL ECONOMY OF THE WORLDSYSTEM CONFERENCE. *Commodity chains and global capitalism*. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1994. GERNET, Alexander von. Nicotian Dreams: The prehistory and early history of tobacco in eastern North America. In: GOODMAN, Jordan; LOVEJOY, Paul; SHERRATT, Andrew. *Consuming Habits: Drugs in History and Anthropology*. Nova York: Taylor & Francis, 2005.

GERNET, Alexander von. *Nicotian Dreams: The prehistory and early history of tobacco in eastern North America*. In: GOODMAN, Jordan; LOVEJOY, Paul; SHERRATT, Andrew. *Consuming Habits: Drugs in History and Anthropology*. Nova York: Taylor & Francis, 2005.

GOODMAN, Jordan. *Tobacco in History: the cultures of dependence*. London: Routledge, 1994. HARAWAY, Donna J. *When species meet*. University of Minnesota Press, 2008.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel: *Commodity Chains in the World Economy Prior to 1800*. Review (Fernand Braudel Center), v. 10, n. 1, p. 157-170, 1 jul. 1986.

INNIS, Harold. *The Fur trade in Canada: An introduction to Canadian economic history*. University of Toronto Press, 1999.

KLEIN, Herbert. *O comércio atlântico de escravos: quatro séculos de comércio escravagista*. Lisboa: Editora Replicação, 2002.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Esquema para um estudo do tabaco baiano no período colonial*. Afro-Ásia, Salvador, n. 6-7, jun. e dez, 1968.

LAW, Robin. *The Slave Coast of West Africa: 1550-1750*. Oxford: Clarendon Press, 1991.

LEMIRE, Beverly. *New Approaches to Economic and Social History: Global Trade and the Transformation of Consumer Cultures The Material World Remade, c.1500- 1820*. Cambridge University Press, 2018.--- *Material technologies of empire: The tobacco pipe in early modern landscapes of exchange in the Atlantic world*. MAVCOR journal, vol. 5, no 1, 2021, doi:10.22332/mav.ess.2021.4.

LOPES, Gustavo Acioli. *A ascensão do Primo Pobre: o tabaco na economia colonial da América portuguesa - Um balanço Historiográfico*. SAECULUM. [12]; João Pessoa, 2005.

LUGAR, Catherine. *The portuguese tobacco trade and tobacco growers in the late colonial period*. In: ALDEN, Dauril; DEAN, Warren (ed.). *Essays in concerning the*



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

socioeconomic History of Brazil and Portuguese India. Florida: University Press of Florida, 1977, p. 26-70.

MANNING, Patrick. *African studies: Slavery, colonialism and economic growth in Dahomey, 1640-1960*. series number 30. Cambridge University Press, 2011.

---. *Escravidão e mudança social na África*. Novos Estudos, nº 21. 1998, p. 8-29.

MARQUES, L. *Cadeias globais de mercadoria e a história colonial das Américas*. Esboços, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 668-697, set/dez. 2021.

--- “O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português de Escravos.” In: *História e Historiografia Do Trabalho Escravo No Brasil: Novas Perspectivas*, edited by Henrique Ré, Laurent Saes, and Gustavo Velloso. São Paulo: Edusp, prelo

605

MARQUES, Leonardo; ROCHA, Gabriel de Avilez: *A história ambiental do capitalismo no mundo colonial, séc. XV ao XIX*. Tempo, Vol. 28 nº 1, p. 145-159, jan/abr 2022.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858; esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MINTZ, S. W. *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Organizado por Christine Rufino Dabat. Recife: Editora Universitária UPFE, 2003.

NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial: lavoura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Ortiz, Fernando. *Contrapunteo Cubano del Tabaco y el Azucar: Advertencia de Sus Contrastes Agrarios, Economicos, Historicos y Sociales, su Etnografia y su Tranculturacion*. Ediciones Catedra S.A, 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Brasil Colônia*. 6. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1961 [1942].

PRICE, Jacob. *Tobacco use and tobacco taxation: a battle of interests in early modern Europe*. In: GOODMAN, Jordan; LOVEJOY, Paul; SHERRATT, Andrew. *Consuming Habits: Drugs in History and Antropology*. Nova York: Taylor & Francis, 2005.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650- 1720*. São Paulo: Hucitec; Edusp; FAPESP, 2002.

RAY, A; FREEMAN, D.B. *Give Us Good Measure: An economic analysis of relations between the Indians and the Hudson's Bay Company before 1763*. University of Toronto Press. 1978.

RAY, Arthur. *Indians as Consumers in the Eighteenth century*. In: Carol M. Judd and Arthur J. Ray, eds., *Old Trails and New Directions: Papers of the Third North American Fur Trade Conference* (Toronto: University of Toronto Press, 1980) [E-reader version]. Recuperado de Kindle (amazon.com).

RUDERMAN, Anne Elizabeth. *Supplying the Slave Trade: How Europeans met African Demand for European Manufactured Products, Commodities and Re-exports, 1670-1790*. Connecticut: Tese de Doutorado, Yale University, 2016.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

----. "Intra-European Trade in Atlantic Africa and the African Atlantic." *The William and Mary Quarterly*, vol. 77 no. 2, 2020, p. 211-244. Project MUSE, doi:10.5309/willmaryquar.77.2.0211.

SANTOS, C.F; BRACHT, F; CONCEIÇÃO, G.C. *Esta que “é uma das delícias, e mimos desta terra...”: o uso indígena do tabaco (N. rustica e N. tabacum) nos relatos de cronistas, viajantes e filósofos naturais dos séculos XVI e XVII.* TOPOI, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 119-131.

SANTOS, Raphael Freitas. *Minas com Bahia: Mercados e Negócios em um circuito mercantil setecentista.* Niterói: 2013.

SMITH, David. Starting at the Beginning: *Extractive Economies as the Unexamined Origins of Global Commodity Chains.* In: CICCATELLI; P.S, SMITH, D.A.; SEIDMAN, G. (Ed.) *Nature, Raw Materials, and Political Economy (Research in Rural Sociology and Development, Vol. 10)*, Emerald Group Publishing Limited, Bingley, pp. 141-157.

TUSHINGHAM, S; EERKENS, J.W. *Hunter-Gatherer Tobacco Smoking in Ancient North America: Current Chemical Evidence and a Framework for Future Studies.* In: TUSHINGHAM, S; BOLLWERK, E.A. m (eds.), *Perspectives on the Archaeology of Pipes, Tobacco and other Smoke Plants in the Ancient Americas, Interdisciplinary Contributions to Archaeology.* Suíça, 2016.

VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de todos os Santos: Século XVII ao XIX.* São Paulo, Corrupio, 1987.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

WILBERT, Johannes. *Tobacco and shamanism in south America*. Yale University Press, 1993.

WIMMER, Linda. *African Producers, European Merchants, Indigenous consumers: Brazilian Tobacco in the Canadian Fur Trade, 1550-1821*. (Tese de Doutorado) Ann Arbor, 1996. WORSTER, Donald. *Seeing beyond culture*. The Journal of American History (Bloomington). v. 76, n. 4, p. 1142- 1147, 1990.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## A Indústria Fabril no Oitocentos: um mapeamento a partir da documentação do Tribunal da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.

Matheus Sinder<sup>351</sup>

**Resumo:** O presente trabalho pretende discutir quais seriam os setores fabris no Brasil do século XIX. Para isso, busca uma visão que acompanhe os empreendimentos fabris nas diversas regiões brasileira, quantificando as fábricas existentes e seus setores produtivos. Confeccionando assim um mapeamento da Indústria Fabril até meados do oitocentos. Isso é possível a partir dos documentos dos processos de pedidos de provisão de fábrica feitos por proprietários de estabelecimentos industriais para o Tribunal da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.

**Palavras-Chave:** Fábricas; Junta de Comércio; Indústria Fabril

609

<sup>351</sup> Matheus Sinder, doutorando em história pelo PPGH-UFF, mestre através do mesmo programa. É membro do NEPHES (Núcleo de Estudo e Pesquisa em História Econômico-Social) e do Labhoi (Laboratório de História Oral e Imagem). Orientado pelo professor Luiz Fernando Saraiva. E-mail: [matheussnhc@id.uff.br](mailto:matheussnhc@id.uff.br).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Palavras Iniciais

O presente artigo, trata-se de um retorno a pesquisa desenvolvida durante a graduação de em história na UFF. Aquela altura, escrevi a monografia durante a pandemia de Covid-19, a partir da documentação que recolhi no Arquivo Nacional nos primeiros meses de 2019. Sendo assim, a monografia foi escrita e elaborada em um contexto bastante adverso. De lá para cá (2023) além de me formar enquanto historiador também concluí o mestrado em história, defendendo a dissertação “O Nascimento da Indústria no Brasil: economia escravista, fábricas e capitalismo (1808-1870)”, e ingressei no doutorado com o projeto de estudar comparativamente a indústria escravista no Brasil e no Sul dos Estados Unidos. Com essa trajetória foi possível avançar nas pesquisas iniciadas com a monografia, porém, nunca fiz uso dos primeiros dados que encontrei naquela ocasião. Por isso, depois de alguns artigos publicados e da defesa da dissertação, aproveitei esse espaço discente para debater os primeiros resultados da minha pesquisa feita em meio a pandemia. Além disso, esta publicação, torna disponível as primeiras considerações de pesquisa e o lançamento das primeiras perguntas e questionamentos que foram respondidos posteriormente. Por isso, trazer a público aquelas questões iniciais permite que a trajetória de pesquisa possa ser observada em sua amplitude e trajetória, percebendo as continuidades, modificações teórico-metodológicas e as raízes de alguns debates e reflexões. Por essas razões, optei por manter na íntegra perguntas, agendas de pesquisa e resultados que encontrei posteriormente.

Este artigo, é apenas o segundo capítulo da monografia, com algumas alterações e revisões. Na época, intitulei-o de “As fábricas que distinguem o Brasil: um mapeamento da Indústria Fabril Oitocentista”. Aqui, vale ressaltar, que com o amadurecimento da pesquisa fui utilizando cada vez menos a expressão “Indústria Fabril” e privilegiando o conceito “Indústria Escravista”. Ainda assim, entender que estamos abordando o universo fabril da economia brasileira do século XIX permite com que a expressão “indústria fabril” esteja sempre pronta para explicar os fenômenos da época. O título do segundo capítulo da



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

monografia é uma alusão direta ao sexto capítulo da tese de livre docência de Geraldo Beauclair intitulada com o mesmo termo: As fábricas que distinguem o Brasil<sup>352</sup>. Grande parte da produção historiográfica sobre a indústria fabril no Oitocentos é marcada por limitações nas escalas espaciais de análise e nos recortes metodológicos. A fragmentação do objeto dos historiadores, principalmente a partir da virada epistemológica da década de 1990, limitou a capacidade de generalizações e interpretações mais gerais. Essa tendência também se relaciona com a profissionalização dos historiadores através da consolidação dos programas de pós-graduação no país. Podemos ressaltar que os principais autores sobre a história da indústria fabril apresentaram recortes limitados geograficamente: Eulália Lobo<sup>353</sup> e Luiz Carlos Soares<sup>354</sup> focaram suas investigações apenas na cidade do Rio de Janeiro, enquanto Geraldo Beauclair em seu doutorado buscou compreender a *pré-indústria* em todo território Fluminense<sup>355</sup>.

Nos últimos anos podemos observar um crescimento dos estudos sobre a indústria fabril porém focalizados em estudos de casos, sejam de uma fábrica ou a trajetória empresarial de proprietários dessas fábricas. Nesse caminho a pesquisa de Beatriz Piva Momesso sobre a Fundação de Ponta d' Areia<sup>356</sup> e o estudo de Mario Danielli Neto sobre a Fábrica de Ferro São João do Ipanema em Sorocaba<sup>357</sup> são demonstrações tanto da profissionalização dos historiadores quanto da diminuição dos objetos. Outros trabalhos e pesquisas igualmente relevantes foram desenvolvidos levando em consideração a Indústria Fabril oitocentista como de Alinnie Moreira que investigou a utilização da mão-de-obra de

<sup>352</sup>BEAUCLAIR, Geraldo. As fábricas que distinguem o Brasil. In: A Construção Inacabada: A Economia Brasileira 1828-1860. Rio de Janeiro. Vício de Leitura. 2001. p.153- 184

<sup>353</sup>LOBO, Eulália. História do Rio de Janeiro: Do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro. IBMEC. 1978

<sup>354</sup>SOARES, Luiz Carlos. A indústria na sociedade Escravista: um estudo das fábricas têxteis na região fluminense (1840-1880). Travesia, Vol. 17 Nº 1. 2015. p. 55-77 e

SOARES, Luiz Carlos. A Indústria na Sociedade Escravista. In: Lapa, José Roberto do Amaral e Szmrecsányi, Tamás. História Econômica da Independência e do Império. São Paulo. EDUSP. 1996. p. 281-306

<sup>355</sup>BEAUCLAIR, Geraldo. Raízes da Indústria no Brasil. Rio de Janeiro Studio FeS Editora. 1992

<sup>356</sup>MOMESSO, Beatriz Piva. Indústria e Trabalho no século XIX: o estabelecimento de fundição e máquinas de Ponta d' Areia. Niterói. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em História UFF. 2007

<sup>357</sup>NETO, Mario Danielli. Escravidão e Indústria: Um estudo sobre a Fábrica São João de Ipanema- Sorocaba (SP) – 1765-1895. Campinas. Tese de Doutorado. 2006.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

africanos livres na Fábrica de Pólvora da Estrela<sup>358</sup>, ou mais recentemente a pesquisa de Silvana Andrade sobre a maior manufatura têxtil brasileira do XIX (a Fábrica de Todos os Santos no Sul da Bahia) e a constituição da fortuna de seu proprietário<sup>359</sup>. Essas pesquisas, dentre outras, foram fundamentais para o campo de estudos sobre a Indústria na primeira metade do XIX e seus múltiplos aspectos e relações econômico-sociais.

A luz dessas observações podemos compreender como o trabalho de Geraldo Beauclair em *A Construção Inacabada*<sup>360</sup> é basilar para esse campo historiográfico. Geraldo consegue dar uma perspectiva mais abrangente a um fenômeno histórico nacional e trabalhar a relação da Indústria Fabril com a construção da economia nacional e formação de um pensamento econômico sofisticado. Ao analisar tanto as documentações sobre as fábricas quanto as ideias e pensamentos econômicos de atores da época como Cayru e Acúrcio das Neves, Beauclair conclui que as fábricas que distinguem o Brasil são distintas daquelas que distinguem a Europa. Nessa agenda ele realiza o esforço de buscar especificar, setorizar e caracterizar a indústria fabril brasileira e suas composições mais peculiares.

Para isso Beauclair utiliza-se de vasta documentação como *Relatórios da Secretaria de Estados de Negócios da Fazenda; relatórios de presidentes de Províncias, falas de autoridades políticas imperiais e provinciais* mas principalmente os documentos do *tribunal da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações*. Apesar de tão vasta documentação percebemos ao consultar os arquivos da coleção da Junta de Comércio no Arquivo Nacional que muito ainda poderia ser discutido e ampliado. A pesquisa de Geraldo foi muito eficaz ao apresentar um panorama das fábricas que distinguem o Brasil mas pouco eficaz em sistematizar os pormenores desse processo. Nesse sentido, nossa pesquisa busca continuar nos caminhos historiográficos abertos por Beauclair ampliando e complexificando seu estudo. Por isso, nosso primeiro esforço nessa pesquisa foi de tentar mapear as fábricas e manufaturas da **Indústria Fabril** brasileira tanto para além, como também nas terras fluminenses. É esse mapeamento inicial e algumas percepções a esse

<sup>358</sup>MOREIRA, Aline Silvestre. *Liberdade Tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na fábrica de pólvora da estrela, serra da estrela/Rio de Janeiro (1831-1870)*. Campinas. Dissertação de Mestrado. 2005.

<sup>359</sup>SANTOS, Silvana Andrade dos. *Escravidão, Tráfico e Indústria na Bahia Oitocentista: A Sociedade Lacerda e Cia e a Fábrica Têxtil Todos os Santos (1844-1878)*. Niterói. Tese de Doutorado. 2020.

<sup>360</sup>BEAUCLAIR, Geraldo. *A Construção Inacabada: A Economia Brasileira 1828-1860*. Rio de Janeiro. Vício de Leitura. 2001



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

respeito que pretendemos apresentar como um detalhamento das “*fábricas que distinguem o Brasil*”

## A Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações: Um Tribunal na Construção Nacional

O Tribunal posteriormente conhecido enquanto *Imperial Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações do Império do Brasil* teve diferentes nomes em sua trajetória que indicam distintos processos econômicos e correlações de forças político-sociais. Implementado em terras brasileiras durante a migração da Corte para o Brasil sua reforma que o caracterizou havia ocorrido em 1855 durante o período Pombalino visando concentrar suas decisões não mais nas vontades comuns dos negociantes, mas principalmente transformá-la em um órgão decisório paralelo a Secretaria de Negócios Portuguesa. No momento de migração da Corte para as terras brasileiras, como destaca Lucia Maria Bastos Pereira das Neves<sup>361</sup> há também um esforço em duplicar, ou melhor transplantar as instituições administrativas portuguesas para a mais nova sede do Império, o Rio de Janeiro. Uma vez alocado em território brasileiro a Junta de Comércio irá demonstrar grande vitalidade ao ter como parte de seu corpo burocrático homens importantíssimos para o fortalecimento do projeto Imperial Luso-Brasileiro e fundadores das bases da economia nacional, especialmente José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cayru.

Se as reformas pombalinas buscaram racionalizar as ações do Tribunal trazendo seus assuntos para o seio do Estado português, Walter Mattos nos mostra como os negociantes da praça mercantil do Rio de Janeiro encontraram espaço no interior da Instituição<sup>362</sup>. Esse fenômeno, parte do processo de enraizamento dos interesses mercantis<sup>363</sup>, como demonstrou

<sup>361</sup> NEVES, Lúcia M. Bastos P. Estado e Política na independência. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil imperial*, v. 1 (1808 - 1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 95-136.

<sup>362</sup> LOPES, Walter Mattos. “A Real Junta de Commercio, Agricultura, Fábricas e Navegações deste Estado do Brazil e seus Domínios Ultramarinos”: Um Tribunal de Antigo Regime na Corte de Dom João VI (1808-1821). Niterói. Dissertação de Mestrado. 2009. p. 29.

<sup>363</sup> ODILA, Maria. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo. Alameda. 2005



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Maria Odila, foi relevante para configurar a importância das decisões do Tribunal nos mais diversos âmbitos e solidificar o projeto Imperial Luso-Brasileiro. A dissertação de Walter tendo como objeto a própria Junta de Comércio é, portanto, fundamental para compreendermos o seu funcionamento e as disputas políticas e econômicas a respeito de suas deliberações. Com um recorte delimitado entre 1808-1821, Walter abre um importante campo de pesquisa para que se compreenda o declínio e fim da Junta de Comércio como também as principais diferenças para com sua “irmã” portuguesa no período pré-migração da Corte.

O *Tribunal da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações* anteriormente existiu enquanto *Mesa do Espírito Santo dos Homens de Negócio que Procuram o Bem do Comércio* a partir das reformas pombalinas esta instituição se transformou em *Junta de Comércio deste Reino e seus Domínios*. Essas modificações vão indicando um mundo em “desencantamento”, onde os aspectos econômicos são decididos cada vez menos pelos critérios religiosos, mas principalmente a maior complexidade econômica advinda das transformações de origem capitalista na Era das Revoluções. A *Mesa do Espírito Santo* se transformou em *Junta de Comércio* e posteriormente não apenas do comércio mas também da agricultura, fábricas e navegação. Ao ser transplantada no Brasil com essa nomenclatura indicava também o processo de diversificação econômica na qual o lado de cá do atlântico atravessa desde finais do século XVIII. Nesse sentido Walter afirma que:

*“O “Velho” Tribunal de 1808 a 1850, como parte constitutiva do aparelho de Estado Português enraizado no Centro-Sul do Brasil, revela traços de continuidade administrativa e institucional que pincelaram o processo de transformação de uma Ex-Colônia em um Estado-Nação. Entretanto, as discontinuidades não podem ser preteridas; como veremos adiante, a transferência da Corte implica em uma nova coalizão de forças sociais – os homens de negócios através do Tribunal participaram efetivamente na Construção do Estado de modo que esse não pode ser reduzido a uma mera*



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

*transmigração do Reino. Mesmo que mantida a forma, o rosto humano do Tribunal ganhará novas feições e interesses.*”<sup>364</sup>

Sendo fundamental na construção do Estado e da Economia Nacional a Junta de Comércio encontrou seu fim durante as reformas de 1850 e foi substituída pela criação do Tribunal do Comércio. Para Beauclair seu fim indica simbolicamente o declínio das ideias de proteção e promoção da diversidade econômica para o predomínio de um pensamento centralizado na agricultura<sup>365</sup>. O ano de 1850 marca uma inflexão nas políticas econômicas brasileiras e nos rumos de sua construção: o fim definitivo do tráfico transatlântico de escravizados, a lei de terras e o fim da Junta de Comércio indicavam uma série de reformas aceleradoras da modernização capitalista no Brasil. O significado efetivo de seu fim para o setor fabril é pouco explorado tanto por Walter quanto por Beauclair e se configura como uma relevante agenda de pesquisa. Nesse sentido, nosso objetivo é analisar o processo de formação dessa **Indústria Fabril** entre 1808-1850.

## A Indústria Fabril no Brasil através da Junta de Comércio

Em relação ao setor fabril a Junta de Comércio foi bastante atuante, sendo responsável pela fiscalização e administração das fábricas do Estado, tendo também capacidade de intervenção na importação de produtos e suas tarifas alfandegárias e na emissão de pareceres especializados como também na seleção de fábricas que deveriam ser privilegiadas com os favores régios. Entre a documentação da coleção da Junta de Comércio no Arquivo Nacional encontram-se os processos de *pedido de provisão*. Receber uma *provisão* significava receber um “privilégio” que poderia variar desde a isenção das tarifas de importação, a concessão de exclusividade por 14 anos para fabricação de determinado produto (privilégio em si), a liberação de prêmios através de loterias ou inúmeros outros favores que fossem atendidos pela Junta de Comércio, como por exemplo encaminhamento de mestres manufactureiros ou aprendizes para sua fábrica. Nesse sentido Geraldo Beauclair

<sup>364</sup>LOPES, Walter Mattos. “A Real Junta de Commercio, Agricultura, Fábricas e Navegações deste Estado do Brazil e seus Domínios Ultramarinos”: Um Tribunal de Antigo Regime na Corte de Dom João VI (1808-1821). Niterói. Dissertação de Mestrado. 2009. p. 33

<sup>365</sup>BEAUCLAIR, Geraldo. Raízes da Indústria no Brasil. Rio de Janeiro Studio FeS Editora. 1992



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

traz em seu livro *Raízes da Indústria do Brasil* uma tabela valiosa com todos os pedidos de provisão deferidos pelo Tribunal da Junta de Comércio no período.

Porém, ao avaliarmos a documentação da Junta de Comércio encontramos alguns limites nas avaliações de Beauclair. O primeiro deles diz respeito a escolha feita em trabalhar apenas com as fábricas que tiveram seus pedidos deferidos. Essa escolha privou que entendêssemos quais seriam os setores da indústria fabril que não foram privilegiados pela Junta de Comércio e principalmente o porquê disso. Se reconhecemos que a Junta de Comércio possuía uma interpretação sobre a condução da política econômica, um pensamento econômico e era responsável pela execução prática da lei, os pedidos indeferidos e suas respectivas justificativas seriam relevantes para compreendermos a *Indústria Fabril*.

Além disso, Beauclair se atém aos fatos mais notórios da documentação: proprietário da fábrica, setor da produção, algumas características gerais da fábrica porém deixa para trás toda a discussão dos processos até mesmo do deferimento das *provisões*. Dessa maneira podemos encontrar na documentação relevantes debates, ideias e avaliações sobre cada setor da **Indústria Fabril**. Outro limite que encontramos ao estudar a mesma documentação de Beauclair foi sua escolha metodológica em não quantificar os estabelecimentos que ele encontrou, quantas fábricas seriam essas? Quantas teriam provisões negadas? Qual o volume de sua produção? Quais os destinos de suas mercadorias produzida?

Nesse sentido iniciamos nossa pesquisa nessas possibilidades abertas por Geraldo Beauclair. E o primeiro passo para isso foi realizar um levantamento de todas as fábricas encontradas na documentação relativa aos *pedidos de provisão* na Junta de Comércio. Esse primeiro esforço busca mapear a Indústria Fabril tendo um panorama de suas diferenças regionais. Cabe ressaltar primeiramente que uma fábrica, manufatura ou oficina não precisava estar matriculada na Junta de Comércio para funcionar, da mesma maneira que não necessitava de autorização da Junta para ser instalada. Dessa maneira não é apenas possível como é verdadeiro afirmar que teríamos mais fábricas, oficinas e manufaturas no Brasil Oitocentista do que o número que encontramos na Junta de Comércio. Um segundo ponto que precisamos considerar é que a Junta de Comércio ficava localizada na cidade da





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Corte o que facilitava o acesso dos fabricantes locais as suas deliberações. Portanto não podemos pensar no número de fábricas de outras províncias como um quadro exato da **Indústria Fabril** naquela região uma vez que seria difícil realizar um *pedido de provisão* dado o distanciamento geográfico. Dessa forma os dados da Junta de Comércio seriam uma amostra de um universo fabril bem maior.

Ao realizarmos o levantamento buscamos incluir não apenas as fábricas que tiveram seus pedidos deferidos ou indeferidos, mas também as fábricas citadas no interior dos processos. Vejamos: Em 1849 a Companhia Brasileira de Asfalto localizada na rua da Conceição número 80 no Município da Corte pede a *provisão* do título de *Fábrica Nacional*. Porém a dita fábrica de asfalto possuía outras fábricas da mesma companhia em outras regiões, a saber, Petrópolis, Campos dos Goytacazes e Bahia. A existência dessas três fábricas só foi possível levando em conta não apenas a fábrica que realizou o pedido, mas tendo conhecimento de toda a discussão dos processos disponíveis.

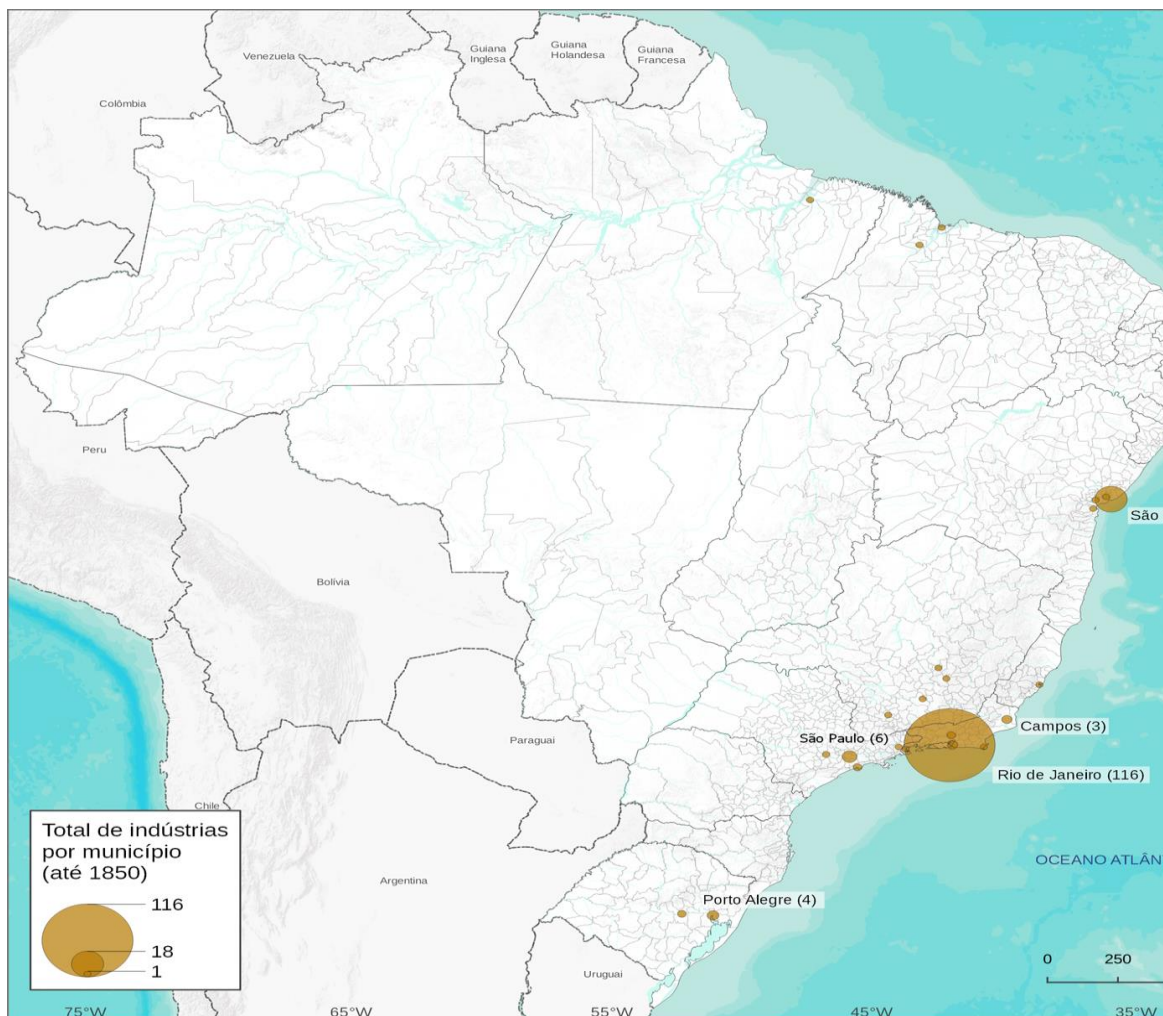
Outro ponto que pretendemos destacar sobre o levantamento é relativo ao ano indicado. Ele não equivale ao ano de deferimento do pedido de provisão ou até mesmo aos números de pedidos de provisão. Antes indicamos o ano ou equivalente ao primeiro pedido feito pela dita fábrica ou equivalente ao ano que encontramos a menção a uma fábrica que ainda não havia sido mencionada na documentação. Os processos que se configuraram enquanto “tentativas de instalação”, ou seja pessoas que recorriam a Junta de Comércio pedindo *provisão* ou alguma quantia em valor para estabelecer uma fábrica; como não teríamos capacidade de verificar se essa fábrica foi de fato instalada ou não, ela ficou fora do levantamento realizado. Caso a mesma fábrica aparecesse diversas vezes, com processos distintos, em anos distintos e/ou com pedidos diferentes foi computado o primeiro ano de aparecimento da mesma. Vejamos o caso de Pedro Pedelupe que sendo proprietário de uma Fábrica de Chapéus realiza seu primeiro pedido de provisão em 1825, entre esse ano até 1838 ele realiza uma grande quantidade de *pedidos de provisão* em todos os anos, e por vezes vários pedidos em um mesmo ano. Dessa maneira sua fábrica foi contabilizada para o ano de 1825. Dessa forma também o ano indicado pode não significar o ano de surgimento da fábrica.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

MAPA: Todas as fábricas encontradas na Junta de Comércio por localidade



Mapa 1: Todas as fábricas encontradas na Junta de Comércio por localidade (1808-1850). Fonte: Arquivo Nacional. Código de Fundo 7x Coleção: Real Junta de Comércio Agricultura Fábricas e Navegações. Caixas: 422, 423, 424, 425, 426, 427 e 428

No total foram encontrados 179 estabelecimentos fabris compostos em sua maioria por fábricas e manufaturas e algumas oficinas. Vejamos conforme o Mapa 1. Podemos, visualizar a grande concentração da **Indústria Fabril** no município da Corte. Das 179 fábricas encontradas na documentação da Junta de Comércio 116 delas estavam na cidade do Rio de Janeiro. Ou seja 64,8% da **Indústria Fabril** nacional estaria localizada no Rio de



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Janeiro, seguido pela Bahia onde encontramos 11,7% do total de fábricas (21 fábricas). Isso ocorre como comentamos anteriormente tanto porque o Tribunal da Junta de Comércio estava localizado na Capital, como também devido a grande dinamicidade econômica oriunda da interiorização da metrópole, do aquecimento do tráfico legal e ilegal de escravizados e o recrudescimento da escravidão tendo como lócus o Vale do Paraíba Fluminense. O crescimento do setor fabril no Rio de Janeiro acompanha também o desenvolvimento de seu setor bancário, a pujança de sua praça de comércio e sua capacidade tanto de atrair e mobilizar capitais quanto de seus agentes influenciarem nas políticas do Império.

Ainda assim, considerando que estamos observando uma sociedade de economia predominantemente agrícola em um período que a indústria em outros lugares do mundo ainda seria muito incipiente, não poderíamos falar de um atraso econômico industrial. Ao contrário, os dados da Junta de Comércio nos dão uma amostra de que a **Indústria Fabril** se desenvolvia nas regiões de maior dinamicidade econômica no século XIX e/ou que demonstravam certo crescimento: Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Precisamos também entender certos limites da documentação utilizada. Se consideramos as **Indústria Fabril** em Minas Gerais veremos um número de estabelecimentos bastante inferior ao que demonstrado na Pesquisa de Douglas Cole Libby para região. Por isso entendemos que esses números podem ser ainda maiores.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

TABELA 1: Todas as fábricas encontradas na Junta de Comércio pôr província/década (1808-1850).

	1809-1818	1819-1828	1829-1838	1839-1850
Corte	33	19	19	45
Bahia	9	1	7	4
Rio de Janeiro	----	4	1	5
São Paulo	2	4	3	1
Pernambuco	3	3	1	----
Rio Grande do Sul	3	1	1	1
Minas Gerais	2	1	----	1
Maranhão	1	----	1	----
Espírito Santo	1	----	----	----
Alagoas	----	----	----	----
Pará	1	----	----	----

Tabela 1: Todas as fábricas encontradas na Junta de Comércio pôr província/década (1808-1850). Fonte: Arquivo Nacional. Código de Fundo 7x Coleção: Real Junta de Comércio Agricultura Fábricas e Navegações. Caixas: 422, 423, 424, 425, 426, 427 e 428

Excetuando-se a província Fluminense e Alagoas todas as demais províncias buscaram a Junta de Comércio logo em sua primeira década de funcionamento. Isso demonstra que o Alvará régio de 1808 que permitiu as manufaturas em território nacional surtiu efeito em diferentes partes do Império Luso-brasileiro. Diferentemente o último período estudado temos um maior número de províncias que não encontramos nenhuma fábrica, como também uma diminuição de fábricas encontradas em São Paulo, Bahia, Rio



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Grande do Sul e Minas Gerais em relação ao início do período. Apenas Rio de Janeiro e a própria Corte crescem em relação a primeira década analisada.

Se nesse primeiro momento há um crescimento geral de fábricas encontradas, especificamente na Corte e podemos associar isso a liberação das manufaturas e ação Estatal para uma “industrialização” o que teria proporcionado um número superior de fábricas encontradas no Rio de Janeiro no último período estudado? Para isso realizamos um levantamento das fábricas encontradas por ano.

TABELA 2: Todas as fábricas encontradas na Junta de Comércio pôr ano da primeira menção (1808-1850).

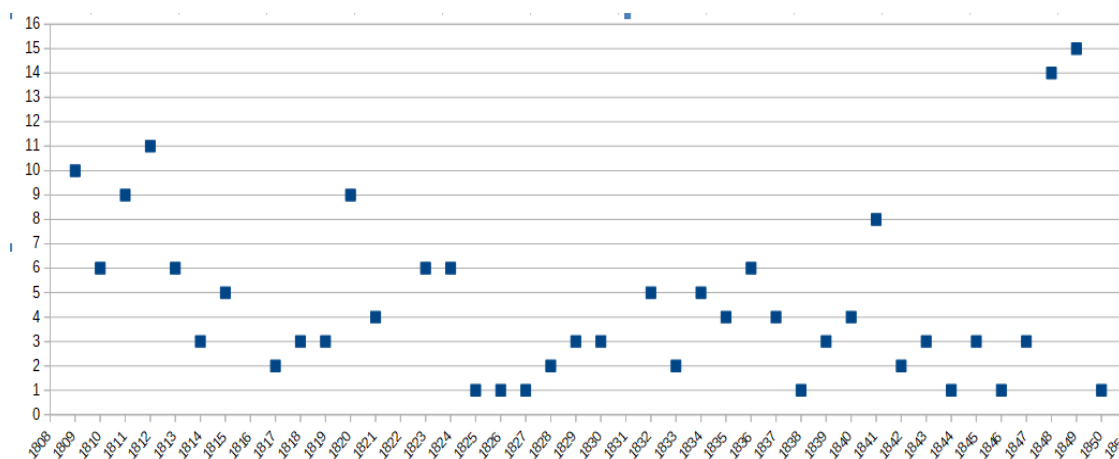


Tabela 2: Todas as fábricas encontradas na Junta de Comércio pôr ano da primeira menção (1808-1850). Fonte: Arquivo Nacional. Código de Fundo 7x Coleção: Real Junta de Comércio Agricultura Fábricas e Navegações. Caixas: 422, 423, 424, 425, 426, 427 e 428

O dado nos chama atenção pois os dois maiores picos de fábricas encontradas são os anos de 1848 e 1849, exatamente os anos anteriores ao fim do Tribunal da Junta de Comércio. Walter Mattos defende que a instituição ao final de seu período estaria em franca decadência e com pouca capacidade de exercer suas funções<sup>366</sup>. Porém o número de fábricas

<sup>366</sup>LOPES. Walter Mattos. “A Real Junta de Commercio, Agricultura, Fábricas e Navegações deste Estado do Brazil e seus Domínios Ultramarinos”: Um Tribunal de Antigo Regime na Corte de Dom João VI (1808-1821). Niterói. Dissertação de Mestrado. 2009. p. 29-30



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

encontradas (e provavelmente o de fábricas provisionadas) é o maior entre os 42 anos de funcionamento da Junta de Comércio.

Precisamos também entender não apenas a relação das fábricas encontradas e suas regiões, mas também quais seriam essas fábricas? Quais seriam os setores que caracterizariam a **Indústria Fabril** brasileira? Esse movimento de categorização foi realizado por Geraldo Beauclair em *A Construção Inacabada*. Ele classifica a indústria fabril em três grandes setores: As fábricas associadas a navegação; as associadas a agricultura e as associadas as artes de geral acomodação do povo. Beauclair segue assim a interpretação hegemônica vigente no período, mais especialmente de Cayru, onde as fábricas e outros setores da economia não seriam opostos, mas antes deveriam ser complementares. Ou seja, as fábricas sempre estariam associadas a algum dos ramos econômicos mais relevantes: agricultura, navegação e produtos de consumo para o mercado interno.

Nas fábricas associadas a navegação foram englobadas por Beauclair estaleiros, fundições entre outros estabelecimentos relacionados a construção naval. As fábricas associadas a agricultura para ele seriam engenhos de moer, serrar entre outras possibilidades, mas que necessitavam de um certo maquinário, especialmente engenhos à vapor. Além disso, também considerava fábricas têxteis como associadas da agricultura. O último setor, as artes da Geral Acomodação do Povo, envolvia uma série de atividades que iam desde a fabricação de sabão, chapéus, cigarros passando pela construção urbana até as fábricas de chocolate.

Por serem muito abrangentes as formas classificatórias de Beauclair nos impedem de observar as especificidades das fábricas que estariam surgindo no período. Ao falarmos de fábricas associadas à agricultura qual seria a dimensão dos empreendimentos têxteis? Seriam a maioria? E quais seriam os principais produtos utilizados para a “acomodação do povo”? Para isso resolvemos considerar algumas divisões pertinentes. Primeiramente consideramos todas as fábricas de fiação e tecelagem de algodão enquanto um setor têxtil distinto. Dessa maneira as fábricas associadas a agricultura seriam aqueles engenhos que aplicassem maquinaria à vapor como também fábricas de couro, rapé, vinhos entre outras.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Nas nomeclaturas encontradas na documentação encontramos inúmeras fundições, mas com características fundamentalmente diferentes. Algumas eram fundições que funcionavam enquanto pequenas oficinas de panelas, talheres e outros itens de ferro, já outros se constituíam como a Fundação da Ponta d' Areia e estariam envolvidas na produção de caldeiras e embarcações. Por vezes a documentação também não é muito nítida sobre isso e, portanto, decidimos agrupar todos os estabelecimentos relacionados ao uso e/ou fundição de ferro em um único setor. Ao realizarmos esse procedimento metodológico percebemos que diminuiu o número de fábricas associadas à navegação permanecendo aqueles voltadas para a fabricação de cordas, materiais de revestimento das embarcações entre outras. Além disso, incluímos em separado um setor de Obras Urbanas.

Incluímos mais uma vez três setores, mas dessa vez seguimos algumas indicações já realizadas por Geraldo Beauclair: Vestuário e Limpeza, Alimentos Processados e Química. Esse último definimos a partir das fábricas responsáveis pela produção de ácido sulfúrico como também alguns tipos específicos de óleos. Já os Alimentos Processados incluímos as fábricas de chocolate e também de Pão. Por fim seguindo a subclassificação de Geraldo Beauclair estabelecemos no setor de Vestuário de Limpeza as fábricas de Velas, Sabão, Pentes e Chapéus, mas as agrupamos por também possuírem processos produtivos de baixa complexidade.

Dessa maneira podemos observar que os setores de Vestuário e Limpeza, Têxtil e os Associados a agricultura foram os mais encontrados no levantamento. Se observarmos dessa forma temos um quadro estático dos setores da **Indústria Fabril**, porém ao observarmos o surgimento dessas fábricas no decorrer do tempo conseguimos compreender determinadas mudanças essenciais na economia brasileira e no setor fabril. Na primeira década do nosso recorte o número de fábricas encontradas no setor têxtil foi de 67% do total do setor até o fim do período. Já o setor de Vestuário de Limpeza encontramos 59% do total de suas fábricas na última década do período aqui analisado. Isso indica que nos primeiros anos após a lei de liberação das manufaturas em terras brasílicas houve um movimento de instalação de indústrias têxteis, que aparentemente foram sufocadas pelos tratados comerciais vigentes. Enquanto isso houve um crescimento das fábricas voltadas para



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

produção de mercadorias de consumo rápido e predominantemente interno como velas, sabão, pentes, chapéus e etc na última década do período analisado.

TABELA 3: Todas as fábricas encontradas na Junta de Comércio pôr setor (1808-1850)

Setor	Número e Fábricas encontradas
Alimentos Processados	8
Associado à Agricultura	43
Associado à Navegação	7
Ferro	23
Obras Urbanas	4
Química	6
Têxtil	31
Vestuário e Limpeza	57

624

Tabela 3: Todas as fábricas encontradas na Junta de Comércio pôr setor (1808-1850).  
Fonte: Arquivo Nacional. Código de Fundo 7x Coleção: Real Junta de Comércio Agricultura Fábricas e Navegações. Caixas: 422, 423, 424, 425, 426, 427 e 428





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

TABELA 4: Todas as fábricas encontradas na Junta de Comércio pôr setor/década (1808-1850)

	1809-1818	1819-1828	1819-1838	1839-1850
Alimentos Processados	3	4	---	1
Associados à Agricultura	14	13	9	7
Associados à Navegação	4	---	---	3
Ferro	12	6	2	3
Obras Urbanas	---	---	---	4
Química	1	1	---	4
Têxtil	21	6	2	2
Vestuário e Limpeza	1	3	19	34

Tabela 4: Todas as fábricas encontradas na Junta de Comércio pôr setor/década (1808-1850). Fonte: Arquivo Nacional. Código de Fundo 7x Coleção: Real Junta de Comércio Agricultura Fábricas e Navegações. Caixas: 422, 423, 424, 425, 426, 427 e 428

625

É perceptível a proeminência do setor de Vestuário e Limpeza. Aliás, se acompanharmos os *Relatórios dos Ministros da Secretária de Estado dos Negócios da Fazenda* podemos perceber que o setor vai bem além de mera produção para o mercado interno e de fábricas desimportantes para o Estado Brasileiro. No Relatório apresentado pelo Ministro Joaquim José Rodrigues Torres em 1850<sup>367</sup> ele traz uma tabela informando as fábricas que tinham obtido concessão de despacho livre de matérias-primas. Na região fluminense houve 27 fábricas que constavam na lista, sendo dessas, 1 fábrica Têxtil, 9 de chapéus, 10 de Sabão e Velas, e a fundição de Irineu Evangelista de Souza, dentre outras. Somadas o setor de Vestuário de Limpeza representava 70% das fábricas com isenção de

<sup>367</sup>BRASIL. Ministério da Fazenda. Joaquim José Rodrigues Torres. Proposta e Relatório do ano de 1850 apresentados a assembleia geral legislativa da terceira sessão e oitava legislatura. 1850. p. 84-87



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

tarifas. O mesmo fenômeno se repete em outras províncias: das duas fábricas da lista que eram provenientes de Pernambuco, 1 era de Sabão. Das três que constavam oriundas da Bahia, 1 também era de sabão. Além disso Rio Grande do Sul e São Paulo tinham duas fábricas respectivamente na lista e todas eram fábricas de Chapéus. O mesmo ocorre no Maranhão, Pará e Minas Gerais com fábricas de Velas, Sabão e Chapéus respectivamente.

Isso é um indicativo de que não apenas encontramos mais fábricas desse setor ao final do período estudado como também que os seus pedidos de provisão passaram a ser atendidos. As fábricas de sabão por sua vez reaparecem nos Relatórios dos Ministros da Fazenda, desta vez no ano de seguinte onde é apresentado uma relação dos principais produtos exportados para o Rio da Prata e neles constam: Sabão, Velas, Cigarros, Rapé, manufaturados de algodão dentre outros. Que o sabão era um produto de exportação não parecer ser novidade para os agentes da época.

Os dados encontrados nos *Relatórios de Ministro da Fazenda* nos permitem concluir que o setor de Vestuário e Limpeza era o principal em grande parte do Império do Brasil. Ao realizarmos um levantamento dos setores fabris por províncias é possível ver essas tendências da **Indústria Fabril** do oitocentos em diferentes regiões. O que nos cabe indagar é quais seriam os fatores que levaram o Estado Imperial a privilegiar o setor de Vestuário e Limpeza no processo de multiplicação da Indústria Fabril e não outros setores com maior capacidade de transformação econômica?



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Setor	Fábricas encontradas na Corte
Alimentos Processados	7
Associado à Agricultura	18
Associado à Navegação	3
Ferro	16
Obras Urbanas	1
Química	6
Têxtil	17
Vestuário e Limpeza	48

Tabela

5: Todas as fábricas da Corte encontradas na Junta de Comércio pôr setor (1808-1850).

Fonte: Arquivo Nacional. Código de Fundo 7x Coleção: Real Junta de Comércio Agricultura Fábricas e Navegações. Caixas: 422, 423, 424, 425, 426, 427 e 428



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Setor	Fábricas encontradas na Bahia
Alimentos Processados	1
Associado à Agricultura	6
Associado à Navegação	2
Ferro	2
Obras Urbanas	1
Têxtil	5
Vestuário e Limpeza	4

Tabela 6:

*Todas as fábricas da Bahia encontradas na Junta de Comércio pôr setor (1808-1850).  
Fonte: Arquivo Nacional. Código de Fundo 7x Coleção: Real Junta de Comércio  
Agricultura Fábricas e Navegações. Caixas: 422, 423, 424, 425, 426, 427 e 428*



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Setor	Fábricas encontradas no Rio de Janeiro
Associado à Agricultura	5
Ferro	1
Obras Urbanas	2
Têxtil	1
Vestuário e Limpeza	1

Tabela 7: Todas as fábricas da Província do Rio de Janeiro encontradas na Junta de Comércio pôr setor (1808-1850). Fonte: Arquivo Nacional. Código de Fundo 7x Coleção: Real Junta de Comércio Agricultura Fábricas e Navegações. Caixas: 422, 423, 424, 425, 426, 427 e 428

Setor	Fábricas encontradas em São Paulo
Associado à Agricultura	4
Ferro	1
Têxtil	4
Vestuário e Limpeza	1

Tabela 8: Todas as fábricas na Província de São Paulo encontradas na Junta de Comércio pôr setor (1808-1850). Fonte: Arquivo Nacional. Código de Fundo 7x Coleção: Real Junta de Comércio Agricultura Fábricas e Navegações. Caixas: 422, 423, 424, 425, 426, 427 e 428



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Setor	Fábricas encontradas em Pernambuco
Associadas à Agricultura	2
Associadas a Navegação	2
Ferro	2
Têxtil	1
Total	7

Tabela 9: Todas as fábricas de Pernambuco encontradas na Junta de Comércio pôr setor (1808-1850). Fonte: Arquivo Nacional. Código de Fundo 7x Coleção: Real Junta de Comércio Agricultura Fábricas e Navegações. Caixas: 422, 423, 424, 425, 426, 427 e 428

Setor	Fábricas encontradas no Rio Grande do Sul
Associado à Agricultura	3
Têxtil	1
Vestuário e Limpeza	2

Tabela 10: Todas as fábricas no Rio Grande do Sul encontradas na Junta de Comércio pôr setor (1808-1850). Fonte: Arquivo Nacional. Código de Fundo 7x Coleção: Real Junta de Comércio Agricultura Fábricas e Navegações. Caixas: 422, 423, 424, 425, 426, 427 e 428



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Setor	Minas Gerais	Maranhão	Espírito Santo	Alagoas	Pará
Associadas à Agricultura	1	1	1	1	1
Ferro	1	----	----	----	----
Têxtil	1	1	----	----	----
Vestuário e Limpeza	1	----	----	----	----

*Tabela 11: Todas as fábricas de Minas Gerais; Maranhão; Alagoas; Espírito Santo e Pará encontradas na Junta de Comércio pôr setor (1808-1850). Fonte: Arquivo Nacional. Código de Fundo 7x Coleção: Real Junta de Comércio Agricultura Fábricas e Navegações. Caixas: 422, 423, 424, 425, 426, 427 e 428*

## Referências Bibliográficas

Fonte:

631

ARQUIVO Nacional. Código de Fundo 7x Coleção: Real Junta de Comércio Agricultura Fábricas e Navegações. Caixas: 422, 423, 424, 425, 426, 427 e 428

Bibliografia:

LOBO, Eulália. História do Rio de Janeiro: Do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro. IBMEC. 1978

LOPES. Walter Mattos. “A Real Junta de Commercio, Agricultura, Fábricas e Navegações deste Estado do Brazil e seus Domínios Ultramarinos”: Um Tribunal de Antigo Regime na Corte de Dom João VI (1808-1821). Niterói. Dissertação de Mestrado. 2009.

MOMESSO, Beatriz Piva. Indústria e Trabalho no século XIX: o estabelecimento de fundição e máquinas de Ponta d’ Areia. Niterói. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em História UFF. 2007

MOREIRA, Aline Silvestre. Liberdade Tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na fábrica de pólvora da estrela, serra da estrela/Rio de Janeiro (1831-1870). Campinas. Dissertação de Mestrado. 2005.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

NETO, Mario Danieli. *Escravidão e Indústria: Um estudo sobre a Fábrica São João de Ipanema-Sorocaba (SP) – 1765-1895*. Campinas. Tese de Doutorado. 2006.

NEVES, Lúcia M. Bastos P. Estado e Política na independência. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil imperial*, v. 1 (1808 - 1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 95-136.

ODILA, Maria. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo. Alameda. 2005

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair. *Raízes da Indústria no Brasil*. Rio de Janeiro Studio FeS Editora. 1992

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair. As fábricas que distinguem o Brasil. In: *A Construção Inacabada: A Economia Brasileira 1828-1860*. Rio de Janeiro. Vício de Leitura. 2001. p.153- 184

SANTOS, Silvana Andrade dos. *Escravidão, Tráfico e Indústria na Bahia Oitocentista: A Sociedade Lacerda e Cia e a Fábrica Têxtil Todos os Santos (1844-1878)*. Niterói. Tese de Doutorado. 2020

SOARES, Luiz Carlos. *A indústria na sociedade Escravista: um estudo das fábricas têxteis na região fluminense (1840-1880)*. Travesia, Vol. 17 N° 1. 2015. p. 55-77

SOARES, Luiz Carlos. *A Indústria na Sociedade Escravista*. In: Lapa, José Roberto do Amaral e Szmrecsányi, Tamás. *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo. EDUSP. 1996. p. 281-306





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Senhores úteis do Brasil: as conquistas nos escritos de Duarte Ribeiro de Macedo

Pedro Affonso Mattos de Azevedo  
Oliveira<sup>368</sup>

**RESUMO:** Portugal conquistou sua independência após 28 anos de guerra contra a Espanha (1640-1668), mas isso não significou o fim de seus problemas. A perda de domínios na Ásia, os constantes gastos com importações, a baixa dos preços do açúcar por conta da competição antilhana, a fuga das gentes e a escassez de moedas por vezes aparecem como razões de uma “declinação” do reino. Neste contexto, a produção de escritos que tinham por objetivo “remediar o estado de saúde do reino” teve em figuras como Duarte Ribeiro de Macedo um de seus principais representantes. Este trabalho busca analisar um dos principais escritos deste diplomata português: as "Observações sobre a transplantação dos fructos da India ao Brazil" (1675), elaborado no tempo em que serviu à Coroa portuguesa na corte parisiense. Os principais objetivos dessa análise estão em apresentar como o autor enxerga a importância das conquistas, principalmente da América portuguesa, para o processo de restauração econômica do reino, e evidenciar como seu texto está organizado, isto é, demonstrar como o diplomata estrutura seu discurso e mobiliza um determinado léxico com o intuito de fortalecer seus argumentos e convencer seus interlocutores.

**Palavras-chave:** Pensamento econômico português; América Portuguesa; Razão de Estado; Utilidade; Decadência.

633

<sup>368</sup> Mestrando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). O autor agradece à CAPES pelo financiamento desta pesquisa.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Introdução

A conquista da independência portuguesa com o fim da Guerra de Restauração (1640-1668) marca o início de uma significativa estabilidade política no reino, mas não sem os custos deixados por 60 anos de união dinástica e os 28 anos de conflito com a coroa castelhana. O preço de sua principal *comodity*, o açúcar, se encontrava significativamente baixo, fruto principalmente da competição com a produção açucareira das Antilhas. O investimento em áreas militares, essenciais para o sucesso na guerra e na recuperação de conquistas como o Nordeste do Brasil e Angola, enfraqueceu setores da economia, como o têxtil e o manufatureiro. (FARIA, 2003) Uma enorme quantidade de dinheiro era perdida por conta de problemas na coleta de impostos e com a questão do contrabando. Demograficamente, a população portuguesa tendia à estagnação e perdia constantemente pessoas para as conquistas. No campo, 2/3 das terras eram de posses de nobres e da Igreja e 3/4 das terras totais de Portugal estavam sem exploração. (HANSON, 1986) As constantes importações, fossem elas de cereais, itens de primeira necessidade ou de artigos de luxo, criaram um déficit severo e geraram escassez de moeda no reino. (ROSSINI, 2010) Somado a isso à perda de algumas das principais conquistas portuguesas no Oriente e a consequente perda do controle do comércio das especiarias orientais. Em suma, tal qual um corpo enfermo demonstra sinais de doença, Portugal demonstrava sintomas de decadência.

A percepção da decadência, no entanto, não era uma experiência nova entre os portugueses. Ainda no contexto da união das coroas, diversos “sinais de decadência” alimentavam uma consciência cada vez mais forte de uma ruína ibérica, mais especificamente da monarquia filipina. Segundo José Luis Gómez Urdañez,

La sucesión de acontecimientos negativos en todos los órdenes – desde la ruina interior a la derrota militar y el consiguiente triunfo exultante de la herejía en Europa – era la prueba material a la que los más fatalistas añadían apreciaciones subjetivas sobre la moral, la relajación de costumbres y el desasosiego espiritual. (URDAÑEZ, 1998, p.1)

Ainda que hoje estudos demonstrem que a ideia de uma decadência espanhola era



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

muito mais castelhana que necessariamente imperial (SÁNCHEZ, 2009), não foram poucos os registros que demonstram uma percepção de uma crise severa. Miguel de Cervantes (1547-1616) e Francisco de Quevedo (1580-1645)<sup>369</sup>, por exemplo, estão entre os nomes que trataram do tema da decadência na literatura. Não era incomum ver um constante sentimento de nostalgia com a ideia de uma “Espanha discreta”, a Espanha de antes da descoberta das Américas, laboriosa e sem tantos vícios e excessos causados pelo ouro e pela prata. (SÁNCHEZ, 2009; URDAÑEZ, 1998) Em grande parte, pensava-se que os fracassos materiais que se apresentavam nas derrotas da monarquia espanhola eram frutos de desvios morais. “A decadência chegou, pois, quando aquela nação, esquecendo seus princípios diretores, abandona o trabalho e a vida sóbria pelo luxo, no comer e no vestir, pelo jogo e festas; o resultado de semelhante transformação não poderia ser senão castigo do Céu.” (SÁNCHEZ, 2009, p. 59) Mas houve quem apontasse que os problemas da monarquia não eram unicamente morais.

Indivíduos de diferentes origens, famílias, estatutos sociais e ofícios, os arbitristas foram homens que se debruçavam sobre os problemas que observavam e ofereciam produções escritas contendo as ações que remediariam esses males, não se furtando em reivindicar recompensas por estes serviços prestados. Com produções de enorme variedade, o arbitrista, como ficou conhecido o fenômeno da produção de arbitrios entre os séculos XVI e XVII, teve um papel significativo nas discussões político-econômicas do tempo dos Filipes, visto que estiveram entre os primeiros indivíduos a associar o problema da decadência diretamente a má administração econômica. (LE GOFF, 1990) Sua influência também se coloca na visão que por muito tempo perdurou acerca da decadência espanhola, visto que seus textos a tinham como principal objeto de análise e muitas vezes a historiografia tomou o ponto de vista desses autores como uma expressão fiel da realidade. (DUBET, 2003) Ademais, é necessário afirmar que o arbitrista não é

<sup>369</sup> Miguel de Cervantes Saavedra foi um romancista, dramaturgo e poeta castelhano, conhecido por trabalhos como *El ingenioso Hidalgo Don Quixote de la Mancha* (vol. 1 em 1605, vol. 2 em 1615) e *El colóquio de los perros* (1613). Seu trabalho é considerado entre os mais importantes em toda a literatura. Francisco Gómez de Quevedo y Santibáñez Villegas foi um importante poeta e escritor do século XVII. Natural de Madrid, é muito conhecido por seus poemas e pelo romance *Historia de la vida del Buscón, llamado Don Pablos, ejemplo de vagamundos y espejo de tacaños* (1626)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

uma especificidade dessa conjuntura de crise política e econômica: a decadência, representada na crise política e econômica em diversas instâncias, intensificou a produção dos arbítrios, mas esta forma de ação política não se originou da decadência. (DUBET, 2003)

Esta mesma afirmação pode ser feita para o caso português. A prática de aconselhamento através desses escritos aparece, assim como em outras monarquias europeias, durante o século XVI e uma de suas influências se encontra no gênero das advertências, geralmente solicitadas pelos monarcas aos seus conselheiros. Uma diferença significativa da literatura de remédios (os arbítrios) para com as advertências é a ampliação de participação política que os arbítrios proporcionavam, uma vez que qualquer súdito poderia escrever para o serviço de seu rei sem uma ordem necessária e a advertência era uma demanda vinda do monarca para os seus privados. (DANTAS, 2014) Contudo, a união das dinastias foi responsável pela multiplicação de arbítrios em Portugal. Segundo Graça Almeida Borges, essa produção se intensificou por conta da relativa integração existente entre Portugal e Castela e pelos grandes desafios e oportunidades trazidos pelo império ultramarino português à coroa filipina, principalmente no que diz respeito à estabilidade colonial na Ásia. (BORGES, 2014) Nesse contexto, apareceram inúmeros autores portugueses que propuseram reformas pensando o império espanhol integrado com as possessões portuguesas e o próprio reino, entre eles Diogo do Couto (c. 1542-1616), João Pereira de Corte Real (1580-1642) e Duarte Gomes Solis (15??-1632).<sup>370</sup>

O fim da união das coroas, contudo, não findou a prática de aconselhamento através dos arbítrios em Portugal. Dentre os autores mais importantes no que diz respeito às propostas de reforma econômica no século XVII português estava Duarte Ribeiro de

<sup>370</sup> Filho de família nobre, Diogo do Couto foi guarda-mor da Torre do Tombo de Goa e tem como seu trabalho mais conhecido o *Diálogo do Soldado Prático*, publicado muito após sua morte. João Pereira Corte-Real foi um importante militar e marinheiro português, governador de Cabo Verde entre 1628 e 1632, além de Almirante da Armada Portuguesa e integrante do primeiro Conselho de Guerra de D. João IV. Sua principal proposta arbitrada foi enviada à Corte de Espanha em 1622 e tinha por nome *Discursos sobre la navegacion de las naos de la India de Portugal*. Duarte Gomes Solis era um comerciante português cristão-novo envolvido com o trato das especiarias no Oriente. Seus dois principais arbítrios foram *Discursos sobre los Comercios de las Indias* (1622) e *Alegación em Favor de la Compañia de la India Oriental y Comercios ultramarinos que de Nuevo se Instituyó em el Reyno de Portugal* (1628).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Macedo, considerado um dos maiores pensadores mercantilistas portugueses. Batizado no ano de 1618, Macedo era filho de Jerónimo Ribeiro, um homem de leis que ocupou diversas ocupações jurídicas, e D. Maria de Lagos, cuja família tinha raízes nas atividades marítimas. Coursou Filosofia em Évora na Universidade dos Jesuítas e Direito na Universidade de Coimbra. Iniciou sua carreira como juiz de fora e alçou diversos cargos, como corregedor da Torre de Moncorvo (1656), desembargador extravagante da Relação do Porto (1659), desembargador dos Agravos da Relação do Porto e Corregedor do Crime (1662), desembargador extravagante da Casa de Suplicação (1666), desembargador dos Agravos da Casa de Suplicação (1668) e Conselheiro de Fazenda (1674). Sua notoriedade, porém, advém do tempo em que serviu ao reino de Portugal como diplomata, estando presente na corte de Paris por duas vezes (a primeira enquanto secretário de embaixada, em 1659-1660, e a segunda enquanto enviado extraordinário e residente, entre os anos de 1668 e 1676), na corte de Madri (entre 1677-1679) e também o faria na corte de Turim, se não tivesse sido acometido de uma doença e falecido em Alicante, no caminho para a embaixada. (FARIA, 2008).

637

Foi durante sua segunda passagem na corte parisiense que Duarte Ribeiro de Macedo escreveu suas mais significativas reflexões acerca da questão econômica portuguesa. Imerso em uma atmosfera cultural distinta, o diplomata lisboeta teve contato com os mais variados tipos de pessoas, entre nobres cortesãos, diplomatas de outras potências, comerciantes e práticos. Ademais, o acesso a livros e a escritos indisponíveis em Portugal também permitiu o maior contato do autor com novidades dos mais diversos tipos, de estudos científicos a espelhos de príncipes. Da sua experiência na corte, a percepção de que as conquistas eram um espaço essencial para o que entendia por uma restauração completa de Portugal tomaram forma através de alguns de seus principais escritos. Enxergando as potencialidades dos territórios ultramarinos, principalmente da América Portuguesa, Duarte Ribeiro de Macedo produziu seu principal arbítrio acerca da produção e do comércio de especiarias e drogas: o as *Observações sobre a transplantação dos fructos da Índia ao Brasil* (1675). O objetivo deste artigo é apresentar esse escrito, identificando suas principais propostas e evidenciando o lugar ocupado pelas conquistas



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

nas reflexões de Duarte Ribeiro de Macedo. Ademais, também buscarei demonstrar como o autor mobilizar categorias discursivas específicas no intuito de sustentar seus argumentos e gerar adesão as suas propostas.

## O Brasil e as drogas do Oriente

Nascido da troca de correspondência com Ralph Montagu<sup>371</sup> e de uma conversa com Pieter de Groot<sup>372</sup>, as *Observações* reconheciam o potencial, mencionado em ambas as conversas, da América Portuguesa para a produção das especiarias orientais, sendo assim possível desbancar o comércio holandês, além de possibilitar uma futura recuperação dos territórios orientais. Dividido em sete capítulos, cada um com seu objetivo específico para formar uma argumentação mais larga, o escrito evidencia como o ato de transplantar árvores e plantas possui exemplos de sucesso pleno. Dessa forma, realizar a transplantação das árvores, plantas e sementes de especiarias tornaria possível a reconquista desse comércio, visto que ao plantar na América, o tempo de viagem para a Europa seria encurtado, os produtos teriam melhor qualidade e seus preços seriam mais baratos que os preços neerlandeses.

É possível elencar as diferentes funções de cada capítulo deste escrito: 1º- apresentação da ideia e contexto de seu surgimento; 2º- argumentação através do uso de exemplos externos; 3º- argumentação através do uso de exemplos internos; 4º- apontamentos com respaldo em experimentos da época e amostragem da técnica; 5º- evidenciação das vantagens portuguesas e estabelecimento de comparação com Castela; 6º- instrução para a execução desse plano e afirmação do seu sucesso através de exemplos; 7º- levantamento de dúvidas e contra-argumentos que pudessem impedir a empreitada e as devidas respostas desses casos. Como o primeiro capítulo já se encontra resumido no

<sup>371</sup> Ralph Montagu (1638-1709) foi embaixador extraordinário em França pela Corte da Grã-Bretanha em 1669 e foi Mestre do Guarda-Roupa Real inglês entre 1671-1678 e 1689-1709.

<sup>372</sup> Pieter de Groot (1615-1678), filho de Hugo de Groot (Grócio), embaixador holandês em França entre 1670 e 1672.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

parágrafo anterior a este, seguiremos com a apresentação dos capítulos e de seus argumentos.

Primeiramente, o autor evidencia que a transplantação é possível por questões de filosofia natural. Ribeiro de Macedo argumenta que o plantio realizado de acordo com a delimitação dos trópicos permite o sucesso da cultura, visto que as condições climáticas se aproximam de acordo com a posição da zona em que se realiza o plantio.

As causas naturais das produções das plantas, são o calor do sol, e a umidade da terra; O calor do sol, e a umidade da terra são iguais nas distâncias, que compreendem todos os trópicos; logo todas as plantas, que a natureza produz nas terras, que correm da Linha a um Trópico, poderá produzir nas que da Linha a outro Trópico. São princípios da filosofia natural. (MACEDO, 1817, p.111)

Um dos exemplos que o diplomata dá é o do coqueiro, que se faz presente dentro das delimitações de ambos os trópicos (Câncer e Capricórnio), mas não fora dos limites de ambos. Entre outros casos apresentados por Ribeiro de Macedo encontram-se o algodão, as vinhas e até mesmo a seda, mencionada a partir da referência à colônia inglesa da Virgínia, produtora de seda que “(...) já de sua produção se obrou em Londres seda de que se vestiu El Rey da Grã-Bretanha.” (MACEDO, 1817, p. 114-115)

Quando passa a tratar dos exemplos internos de transplantação, Ribeiro de Macedo não deixa de falar produção de cana-de-açúcar que o infante D. Henrique mandou enviar à Ilha da Madeira, junto de oficiais de engenho. Também menciona Botero<sup>373</sup> como referência a uma afirmação: a de que uma transplantação eficiente havia sido realizada com o gengibre em domínios portugueses. Mas talvez o exemplo que mais chame atenção

<sup>373</sup> Giovanni Botero (1564-1617): Importante teórico jesuíta foi o primeiro a formular uma ideologia socioeconômica coerente com o Estado Moderno. Atento às questões da Contrarreforma e da oposição da Igreja Romana a Maquiavel, Botero adapta a ideia de Razão de Estado para o mundo católico, mesclando as ideias seculares que definem a forma de governar de uma nação moderna com o *status quo* católico da Contrarreforma. Deste modo, o autor determinou linhas de ação para a governo do Príncipe católico e para a conservação de seu reino na Europa Moderna. Uma das características principais de seu pensamento está na valorização do contingente populacional e da alocação produtiva dos indivíduos. Para Botero, uma população grande e produtiva permitia o enriquecimento do reino e, por conseguinte, sua felicidade.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

seja o caso da transplantação das laranjas realizada por Francisco de Mascarenhas<sup>374</sup>, dado o apontamento que Ribeiro de Macedo faz acerca do valor das laranjas em Inglaterra.<sup>375</sup> (MACEDO, 1817) É importante comentar que a utilização desses exemplos é sempre afirmada enquanto derivativo da experiência, termo que será comentado posteriormente.

No quarto capítulo, Ribeiro de Macedo sustenta suas proposições geográficas acerca da possibilidade de transplantação com o conteúdo presente numa edição francesa da “Sociedade Real de Inglaterra”<sup>376</sup> e em uma edição do *Journal des Sçavans*.<sup>377</sup> Neste capítulo sustenta-se o argumento no qual a correta atuação na transplantação pode render melhores resultados: atenção a altitude em que se deve transplantar; a correta forma de transportar as plantas, árvores, sementes ou estacas; a utilização de meios como estufas para conseguir plantar fora das condições ideais. O capítulo reforça a possibilidade de transplantação com alternativas que facilitam a mesma, mas também é um momento de demonstração de preocupação do autor no possível atraso de Portugal em usar de tais técnicas.

Seguindo, a discussão no quinto capítulo se concentra na exposição das vantagens portuguesas para que tal empreendimento seja realizado e na comparação entre Portugal

640

<sup>374</sup> Francisco de Mascarenhas, 1º Governador de Macau. Filho de Nuno de Mascarenhas (senhor de Palma) e Isabel de Castro. Acompanhou Francisco da Gama, 4º Conde da Vidigueira à Índia, onde este seria nomeado Vice-Rei em 1622. Um apontamento válido é necessário sobre a data da introdução da laranjeira em Portugal, visto que há conflito entre as datas em diferentes momentos. Parece que não há dúvida da responsabilidade de Mascarenhas sobre esse feito, mas o ano de sua realização ainda é uma dúvida. Segundo Ribeiro de Macedo, tal ano foi o de 1635. Para começar essa discussão: FERRÃO, José E. Mendes. Acerca da introdução da laranjeira doce em Portugal. O manuscrito de M. José da Silva Thadim. **Anais do Instituto Superior de Agronomia**. 1980. pp. 197-204.

<sup>375</sup> A quantia mencionada na fonte é de 50 mil cruzados enviados à China.

<sup>376</sup> A edição citada por Duarte Ribeiro de Macedo é uma tradução para o francês das *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*, que começaram a ser publicadas originalmente em 1665 por iniciativa de Henry Oldenburg, secretário da *Royal Society*. Sobre a *Royal Society* e outras academias científicas, ver: RONAN, Colin A. Os séculos XVII e XVIII. IN: RONAN, Colin A. História Ilustrada da Ciência. Vol. III. Da Renascença à Revolução Científica. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987. pp. 108-110.; ROSA, Carlos Augusto de Proença. A Ciência Moderna. IN: ROSA, Carlos Augusto de Proença. História da Ciência. Volume II. Tomo I. 2ª ed. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. pp. 66-76.

<sup>377</sup> *Le Journal des Sçavans*, uma das mais antigas revistas científicas da Europa, teve sua primeira edição em 1665. Publicava, para além de muitos extratos de pesquisas de outras regiões, escritos acerca das produções realizadas pela *Académie des Sciences*.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

e Castela. Ribeiro de Macedo evidencia como a posição geográfica entre os trópicos possibilita a transplantação no Brasil em diferentes pontos e estabelece uma comparação com Castela que dá ênfase a superioridade portuguesa.

Poderá dizer-se que El Rey de Castilla tem terras da mesma situação: assim é, porque na costa do mar do norte tem a mesma distância até o Trópico de Cancro: mas além da natural preguiça, ou aspereza da nação castelhana, os meios para tirar as plantas da Índia não são fáceis aos castelhanos, ne, do mardo sul é fácil a navegação das drogas, que aquela costa pode produzir. (MACEDO, 1817, p. 125)

Para Duarte Ribeiro de Macedo, a comparação se justifica pois Castela, em sua opinião, era o exemplo mais próximo de uma nação decadente. O autor via que a decadência de Castela se devia à utilização de uma política econômica errada, de negligência à industrialização. (HANSON, 1986) A valorização das manufaturas inspirada no Colbertismo<sup>378</sup> francês por parte de Ribeiro de Macedo e sua oposição às escolhas econômicas castelhanas ainda levaram a formulação do escrito *Papel que fez o Doutor Duarte Ribeiro de Macedo que intitula, Verdadeiras causas da Prosperidade da Monarquia de França, e declinação da de Castela* e ao seu escrito mais conhecido, o *Discurso sobre a Introdução da Artes* (1675).

O sexto capítulo finalmente apresenta as instruções para que essa proposta seja realizada e a mesma conta com uma ampla atuação régia para sua concretização. O autor diz que se deve pedir ao Vice-Rei da Índia que “procure recolher a Goa sementes, estacas, e pequenas árvores de todas as plantas, que se trazem por comércio a Europa; as sementes em vidros bem tapados; (...)” (MACEDO, 1817, p. 126) e segue falando sobre a necessidade de cuidado com o transporte dessas plantas. Uma outra questão é a

<sup>378</sup> Colbert fora bastante influenciado por homens como Barthélemy Laffemas (1545-1612), Antoine de Montchrétien (1575-1621) e o próprio Cardeal de Richelieu, valido de Luís XIII. O primeiro advogava fortemente pela ideia do trabalho criador e repudiava o ócio em uma França varrida pelas guerras de religião. Influenciou, por exemplo, medidas tomadas em favor de manufaturas de tapeçarias e tecidos de seda. De Montchrétien foi o primeiro autor a usar o título *Traité de l'économie politique* em 1638 em sua obra dedicada a Luís XIII e à rainha. Richelieu foi um dos principais responsáveis pelo forte investimento no melhoramento da marinha francesa, buscando a formação de grandes Companhias marítimas. DEYON, Pierre. O Mercantilismo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973. P. 22-24



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

preocupação de Ribeiro de Macedo com a plantação, deixando claro que há a necessidade de plantar em diferentes momentos e em condições ideais para que haja segurança no empreendimento. Segue esse pensamento indicando que não só o Maranhão é proveitoso para o plantio, mas também as ilhas de São Tomé e Príncipe. Além disso, o diplomata também indica sigilo nas atividades, principalmente no que consta incursões buscando produtos de regiões agora sob domínio holandês, como o exemplo dado da canela do Ceilão (Sri Lanka). Por fim, mais uma vez o autor comprova através da experiência o proveito que se terá ao realizar esse empreendimento: de sua correspondência com o Pe. António Vieira, Ribeiro de Macedo apresenta um trecho no qual o padre conta como durante o reinado de D. Manoel I foi necessário proibir o cultivo de especiarias na América Portuguesa afim de conservar o comércio com o Oriente. (MACEDO, 1817)

O capítulo final das *Observações* se dedica a dois pontos importantes: responder possíveis comentários que poderiam levar a dúvida quanto a realização do empreendimento e reiterar diversos apontamentos realizados ao longo do documento. Os comentários se concentram nas ideias de gasto com o empreendimento, perda do território indiano e o decorrente fim da evangelização, e a atração de inimigos para o território português na América. Duarte Ribeiro de Macedo responde usando novamente de exemplos da experiência para confirmar suas intenções. O gasto não seria inútil pois já se havia provado que a transplantação funciona e que podia ser proveitosa para o Reino. Não se perderia a Índia visto que a produção das especiarias na América iria superar em qualidade e em preço a produção oriental, minando o mercado desta na Europa e permitindo o enfraquecimento neerlandês, possibilitando uma retomada portuguesa do território e do comércio. O território americano não iria atrair inimigos por conta das riquezas, iria atrair inimigos caso não fosse protegido. O Portugal rico com as riquezas do Brasil conseguiria se armar e se defender caso fosse atacado. Estas são as respostas de Duarte Ribeiro de Macedo aos comentários que ele acreditava que fossem contestações possíveis.

O que podemos observar até então é a elaboração de um discurso econômico bastante centrado no reconhecimento dos recursos que Portugal possuía: as conquistas.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Entendendo as potencialidades dos domínios portugueses, Duarte Ribeiro de Macedo evidencia uma noção de império ao reconhecer as possibilidades de ação através da averiguação e da alocação de recursos de diferentes regiões. Na questão diplomática, o momento era de expansão das embaixadas e a relativa paz em que se encontrava Portugal concedia algum espaço para tratar com mais afinco desses problemas econômicos. É importante assinalar, no entanto, que a especificidade do tema que esse escrito em análise possui só se deve às boas relações construídas por Duarte Ribeiro de Macedo enquanto diplomata. A manutenção de correspondência com Ralph Montagu e os comentários com de Groot são sinais disso, o exercício de uma sociabilidade e, mais do que isso, a expansão dos contatos e da visão de mundo do diplomata. Usando de exemplo a própria conversa entre Macedo e Montagu, podemos ver, ainda que de forma limitada, o conhecimento de Ribeiro de Macedo acerca do que se comenta na Corte do Rei de Inglaterra. Similarmente, ao ter com Pieter de Groot, descobre sobre os antagonismos existentes entre as duas principais companhias de comércio holandesas, a WIC e a VOC e busca se aproveitar disso com a concretização da ideia da transplantação.

643

## Alvitando um caminho pelo Comércio

Dentre as categorias presentes nas *Observações* de Duarte Ribeiro de Macedo, duas se destacam mais pelo número de vezes que são empregadas ao longo da obra: experiência e utilidade. Ainda que distintas, principalmente ao se considerar em que tipo de discurso são utilizadas, essas categorias se mostram significativamente presentes dentro do universo teórico do diplomata português e são utilizadas com intuítos específicos. Tratemos primeiro da experiência.

No que concerne o trabalho de Duarte Ribeiro de Macedo e seu ímpeto reformador, temos de retomar o que o autor entendia por uma Restauração completa: independência política, uma reforma da sociedade de Corte e uma reestruturação econômica. Por essa razão, quando enviado para Paris em 1668, o autor buscou preparar obras de instrução política ao príncipe regente Pedro II. Ribeiro de Macedo traduziu o



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

livro *Aristippe ou de la Cour*, de Jean-Louis Guez de Balzac, para o português, além de ter sintetizado a *Summa Politica*, de Sebastião César de Meneses, para que o rei tivesse fácil acesso ao fundamental para o bom governo. Ao resgatar a *Summa Politica*, intentava apresentar as características essenciais de um bom governante, sua origem e como adquiri-las. Entendia-se que essas características eram a autonomia de pensamento e a capacidade de decisão, pois um monarca hesitante e sem capacidade de reflexão própria não seria capaz de governar. Esses dois atributos principais provinham da Natureza, da Educação e da Experiência e eram mediados pela Prudência. (MACEDO, 1743) É importante assinalar que cada uma desses pontos de origem tinham fundamentações específicas para auxiliar o surgimento das características do bom governante. A natureza compunha a soma de qualidades inatas do indivíduo e pelo equilíbrio de seu temperamento, à época definido por diferentes padrões. A educação era considerada como fonte de origem de todos os hábitos, fossem eles bons ou ruins. A educação era responsável por desenvolver qualidades essenciais ao soberano, tais quais:

644

Perspicácia em penetrar a natureza dos súditos, prudência para lhes dar leis convenientes, perícia na disciplina militar, arte na administração da guerra e indústria na conservação da paz, fortaleza na adversidade e moderação na prosperidade e, ainda, diligência, destreza, maturidade, prontidão e constância. (FARIA, 2003, p.210)

Mas acima de tudo, o maior papel da educação era fornecer os meios para o rei adquirir sua autonomia de pensamento. A Experiência tinha o papel principal de guia para tomada de decisões. A partir de exemplos da vida própria e de exemplos externos, muitas vezes apreendidos através da História, a experiência era um instrumento de compreensão do presente e de possível previsão do futuro, sendo uma condição prudencial para a condução do governo, fossem em tempos de paz ou de guerra. Por fim, a prudência era uma característica mediadora, originada da conjunção entre Educação e Experiência e



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

que tinha por objetivo, através da observância das leis humanas e divinas, alcançar o bem público, agindo sempre preventivamente aos males, mais do que no intento remediador.

Retomando o foco sobre a experiência, vemos sua utilização no texto sempre buscando o que se pretende na *Summa*: um exemplo histórico utilizado como guia para tomada de decisões. Como um arbítrio, as *Observações* de Duarte Ribeiro de Macedo seriam enviadas à Corte e necessitariam da aprovação do Conselho da Fazenda responsável pela análise das propostas econômicas.<sup>379</sup> Nesse sentido, o emprego da experiência ao lado da exemplificação que sustenta o argumento do discurso dá força ao mesmo e o reforça enquanto guia para uma tomada de decisão. A título de exemplo, podemos resgatar trechos como

A menor deste silogismo, é certa por demonstrações geográficas, só com a diferença dos tempos; porque quando o Sol corre da Linha para o Trópico de Cancro, é inverno no Trópico de Capricórnio; pelo contrário inverno no Trópico de Cancro, quando o sol corre da Linha para o de Capricórnio: e esta diferença uniu a arte, e a cultura como a *experiência* mostrou no trigo, que se colhe da parte do sul nos meses em que semeamos e da lá se semeia quando cá colhemos. (MACEDO, 1817, p. 111-112)

Outras plantas lá, que chegam a toda a perfeição na zona temperada a dos trópicos, até cinquenta graus e que ainda que produzam entre os trópicos, e além dos cinquenta graus, degeneraram. A *experiência* o tem mostrada nas vinhas que por via de regra, nem entre os trópicos, nem fora dos cinquenta graus chegam à perfeição necessária para os vinhos. Deixo outras muitas *experiências*, a exemplos, porque este me parece, que basta para fazer certa a conclusão, de que correm da linha ao trópico de Capricórnio, produzirão as mesmas plantas, que produzem as terras, que correm da linha ao Trópico de Cancro; e por consequência, produzirão o cravo, a canela, pimenta, gengibre, noz-moscada, e as mais, que se colhem na Índia na mesma distância. (MACEDO, 1817, p. 113-114)

Mas o termo não é utilizado apenas como referência aos exemplos passados. Como o objetivo é o convencimento da empreitada de transplantar essas plantas para o Brasil e outras conquistas, busca-se realizar essas experiências como teste. É uma guia de ação, um exemplo histórico, mas também formador de experiências particulares que farão

<sup>379</sup> Os escritos oficiais de Duarte Ribeiro de Macedo, fossem endereçados diretamente ao Rei ou não, passavam pelo secretário de Estado, à época Francisco Correia de Lacerda, e só posteriormente ao Conselho de Estado



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

serviço, não só aos futuros monarcas (enquanto caso exemplificador), mas também são a chance de trazer riqueza ao reino.

Respondo, que o Maranhão é “ilha” a menos de dois graus da linha, e nenhuma razão há para que se deixe de fazer uma *experiência*, que tanto promete: mas satisfazer todo o escrúpulo sua Alteza é o único príncipe de uma ilha coroada da linha, e dias mais vizinhas a ela, que são S. Thomé, e Príncipe, que estão na mesma altura como todas as circunstancias, e qualidade, que se consideram naquela ilha, onde se pode plantar o cravo, que terá sem dúvida *abundante produção*. (MACEDO, 1817, p 129)

Até aqui o Padre Antônio Vieira, e não se necessitaria outra prova, que persuadir execução desta *experiência*, havendo-se já feito no Brasil com tal sucesso que obrigou a El Rey D. Manoel a proibição referida se o Brasil produzir todas estas drogas, a ruína dos holandeses é infalível, porque só o comércio delas os tem na Índia poderosos, ricos assim como na Europa; e estereino tornará a opulência em que o tinha o comércio do Oriente, quando as nossas naus passavam o Cabo da Boa Esperança. Sua Alteza terá armados, com que se fazer respeitado, e temido, e em tal forma, que só esta cultura fará gloriosa a posteridade de S. Alteza, e encherá de aplausos, e agradecimentos imortais ao tempo do seu governo. (MACEDO, 1817, p. 132-133)

A despesa desta *experiência*, não é digna de desestimar como despesa, pois a utilidade dos efeitos, que dela se pode seguir é inestimável. Obrigue-nos esta grande esperança a fazer o pouco custo, que fez a curiosidade de D. Francisco Mascarenhas, porque se senão seguir o mesmo efeito, que é o que vimos a perder? A navegação de um navio de Goa, que com a carga que trouxer de outras drogas fará útil a viagem. (MACEDO, 1817, p. 137)

646

A riqueza do reino também ganha foco ao utilizar a ideia de utilidade no texto. A utilidade, enquanto categoria econômica, tem uma origem longa, podendo apontar um aumento de sua importância a partir dos séculos XIII e XIV a partir das reflexões franciscanas acerca da pobreza. (TODESCHINI, 2009) Dentro da discussão de Duarte Ribeiro de Macedo, a ideia de utilidade está intimamente ligada com o proveito do Reino, às ações a serem tomadas para que o Reino se aproveite mais das consequências daquela ação. A primeira utilização da categoria no texto de Ribeiro de Macedo se encontra logo no primeiro capítulo, quando o autor diz que “se o Brasil produzir cravo, pimenta, canela, e todas as mais plantas, que a natureza produz, e arte cultiva no Oriente, serão riquezas mais *uteis* e menos custosas que as minas do Peru e Sofala: (...)” (MACEDO, 1817, p. 108). Os motivos dessa utilidade são explicados logo em seguida: distância menor entre



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Brasil e Portugal se em comparação com a Índia; com a distância menor, conseqüentemente, os produtos custarão menos e serão mais frescos, atraindo mais compradores; não haverá “custos de sangue” causados pela navegação e por naufrágios, dada a natureza mais calma desse trajeto no Atlântico. A utilidade indicada no texto remete à produção de riquezas que a atividade que se pretende empregar em favor do Reino. No caso específico, a riqueza seria grande como a produção de metais vindas das minas do Peru e de Sofala e teria menos custos do que a mesma produção.

Apresento aqui mais exemplos do uso dessa categoria no momento em que Duarte Ribeiro de Macedo apresenta as experiências de transplantação nacionais, realizadas em território português. O primeiro exemplo é o do lavrador português que trouxe de Cádiz à Coimbra trigo e o semeou em sua terra, produzindo tanto “que não é fácil explicar abundância, a *utilidade*, e a *riqueza*, que se seguiu ao *Reino* desta rústica curiosidade de um particular”. (MACEDO, 1817, p.117-118) O segundo, já citado anteriormente, é sobre a transplantação das laranjeiras da China para Lisboa realizada por D. Francisco de Mascarenhas, este que é comparado aos “primeiros descobridores do Oriente” por sua utilidade em trazer as laranjeiras à Portugal. (MACEDO, 1817, 118-119) Em ambos os casos, a utilidade está sempre relacionada ao bem econômico do reino. Posteriormente, mais uma vez a utilidade aparece em uma correlação com um bem maior do que o bem individual:

Até agora todas as experiências de transplantação, se fizeram em flores, e planas, que servem de ornato aos jardins, mais por uma *curiosidade agradável*, que por uma *utilidade real*: mas se se começam a fazer pelo interesse o *proveito* as fará continuar, de sorte que seja *imensa a riqueza*; e para nos animar a elas, basta ver o exemplo das laranjas da China depois anos trazidas a Portugal, onde só de Londres tiram uma *muito grande renda*: este livro nos persuade não só nas experiências, mas a faze-las tão prontamente, que possamos *prevenir aos ingleses*. (MACEDO, 1817, p.121-122)

Por fim, como último exemplo, aponto o uso da utilidade ao final do texto de Duarte Ribeiro de Macedo, quanto reitera as experiências e responde aos argumentos que pretendiam findar o empreendimento da transplantação. A principal utilização nesse



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

capítulo final está dentro da lógica no qual o custo para a realização do empreendimento é bem menor do que a utilidade a qual aquele empreendimento vai servir. Um dos exemplos que o autor utiliza para evidenciar a utilidade é o do Infante D. Henrique, que persistiu nos intentos da navegação até que chegou a um “glorioso caminho.” (MACEDO, 1817, p.139) Este não é o único sucesso citado por Ribeiro de Macedo, mas como já citado, o último capítulo torna a reiterar casos previamente apresentados (como o de D. Francisco de Mascarenhas).

Partindo desses exemplos, é possível entender ambas as categorias inseridas num contexto de razão de Estado. Se tomamos a razão de Estado como formas de governar propícias à conservação do reino e da manutenção de sua felicidade, o objetivo do trabalho por si só já o daria aval para categorizá-lo enquanto um escrito que se vale de preceitos da razão de Estado. Isso se reforça ao observar o uso e o significado dessas categorias apresentadas. A *Summa Politica* oferecida por Ribeiro de Macedo a D. Pedro II sustenta a experiência como um dos princípios originadores da boa governança dos Estados. A exemplificação como guia de tomada de decisão e formação de exemplo histórico faz parte do processo de aprendizado do monarca, afinal sem o exemplo da experiência como guia inicial, cria-se um monarca hesitante e sem tomada de decisão, portanto, sem capacidade de governar. Processo semelhante se encontra na utilidade que, por estar sempre associada à busca pelo bem comum do reino, se integra nas propostas enquanto tópica discursiva e reforça como determinadas ações podem render frutos ao futuro e serem úteis à conservação e enriquecimento do reino.

Contudo, apesar de sua maior presença, utilidade e experiência não são os únicos termos de um vocabulário que se integra à razão de Estado, seja pelo seu caráter econômico ou não. Quando, por exemplo, Ribeiro de Macedo fala das oportunidades similares que a monarquia hispânica teria no processo de transplantação, ele não deixa de apontar a “natural preguiça da nação castelhana”. (MACEDO, 1817, p. 125) Há aqui, certamente, uma tomada de posição e a exposição de um sentimento anti-Castela, comum no pós-Restauração por conta de todo o período de guerra. Contudo, a utilização do termo preguiça nos remete a um dos males que se acometem as monarquias decadentes: o ócio.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

O ócio que mantém terras improdutivas, manufaturas paradas e populações largadas à vagabundagem, se afastando então das virtudes e se aproximando dos vícios. Outra situação do mesmo escrito está ao final do texto, quando o diplomata se utiliza de maus exemplos no que tange a administração da riqueza. Ao contra-argumentar uma das possíveis tomadas de posição frente a empreitada da transplantação, comenta que

Entre os castelhanos anda há muito tempo introduzida esta razão a todos os meios, que lhe propuseram para que a prata, que vem do Peru não passasse da Espanha; respondendo, que se as nações do norte a não tiverem a irão buscar às Índias. E com essa boa política deram as nações do norte com que lhe fazer guerra na Europa; e com que os ir buscar às Índias, aonde todos estão; eles se acham tão pobres, que mal se podem conservar nas Índias; E na Europa se acaso se soubessem servir das minas foram os mais ricos homens do mundo, deram leias às nações aqui dão prata, e tivera segura as suas conquistas.

Segundo esta opinião errou o mais sábio de todos os reis em fabricar um templo, em eu era tanto o ouro, como as pedras, e em trazer a Jerusalém tantas riquezas, (...) para depois serem saqueados no templo, \* pelos assírios, persas e egípcios.

Erraram os romanos em trazer a Roma todas as riquezas das nações, que dominaram para depois servirem de despojo a todas as nações bárbaras do norte.

Errou Constantino Magno em trazer a Constantinopla todas as riquezas de um, e outro império, que convidaram depois os turcos dominá-los.

E enfim, erramos nós em descobrir o caminho para a Índia, por onde depois passaram os holandeses até se fazerem poderosos, ricos com as nossas mesmas pedras.

Não são as riquezas as que chamam as nações; antes todo mundo treme de uma nação *valorosa*, rica. O *luxo*, e a *corrupção*, em que a abundância delas põe as nações, que os logram, é o que cama outras nações a dominá-las. Deus dá as *riquezas* quando as *virtudes*, e o honesto uso delas o merece; e manda outras nações saqueá-las, quando os *vícios* merecem este *castigo*. (MACEDO, 1817, p. 141-143)

Apesar do longo trecho, revela-se então uma característica que procurei demonstrar anteriormente e aqui apresento como exemplo: o vocabulário moral e religioso não se desconecta das discussões econômicas, mesmo com a introdução dos ideais de razão de Estado (e principalmente em se tratando da razão de Estado). Se a razão de Estado de Botero é católica, mesmo as indicações de práticas de bom governo não retirarão o peso religioso e moral presente nas discussões econômicas, mesmo porque o discurso econômico não foge ao vocabulário moral, vide o aparecimento contínuo das ideias de



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

corrupção pelo luxo, ócio, vícios e virtudes. As discussões da razão de Estado também não se mostram alheias ao fim do texto.

S. Alteza que Deus grande é obrigado a procurar a *felicidade*, e a *abundância dos povos*, que governa e segura-los, para que logrem com descanso a abundância, e a mesma *felicidade*; sendo certo que sem o comércio, e sem riquezas nada disto poderá fazer. Tudo fará se o Brasil ser os meios, e para a *felicidade do reino* a seus sucessores, por cuja conta correrá *usar das riquezas no exercício das virtudes*, em que unicamente *consiste a conservação dos reinos*. (MACEDO, 1817, p. 143-144)

O vocabulário econômico-moral é então parte integral das discussões sobre a razão de Estado e das formas de se governar dentro da monarquia católica. Reconhecendo as limitações existentes para Portugal, Duarte Ribeiro de Macedo traça suas propostas mediante o conhecimento que adquiri dentro do próprio ofício. Representante do rei português na corte da monarquia mais poderosa e influente da época, o diplomata lisboeta fora apresentado a uma já mencionada miríade de personalidades e escritos. Tal espaço é privilegiado no que diz respeito ao estabelecimento de contatos e a expansão da visão de mundo do profissional que é o agente diplomático. A elaboração das *Observações* sem as conversações realizadas Pieter de Groot não seria da mesma forma. A exploração da expulsão dos holandeses não só apresentou a Ribeiro de Macedo um conflito de interesses entre as Companhias comerciais do Oriente e do Ocidente, mas também o revelou a possibilidade da transplantação. Similarmente, sua correspondência com Ralph Montagu alimentou essa curiosidade e indicou a existência de um interesse inglês cada vez maior nas produções brasileiras, preocupação já vista com os tratados bilaterais estabelecidos entre essas duas monarquias.

Também é possível perceber a relevância desse espaço para a reflexão ao tratarmos do acesso do autor a novos conhecimentos, até então de difícil acesso em Portugal. Foi em Paris que Duarte Ribeiro de Macedo teve acesso à tradução francesa da



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

*Philosophical Transactions*<sup>380</sup> e aos artigos do *Journal des Sçavans*.<sup>381</sup> Ambas as revistas científicas tinham por objetivo compilar e publicar os trabalhos e descobertas científicas, muitas delas pelos membros das academias inglesa (*Royal Society*) e francesa (*Académie des Sciences*). Contudo, as sociedades possuíam diferentes orientações no que diz respeito às suas produções. A *Académie* por exemplo surge a partir muito por conta dos interesses da coroa francesa em utilizar o avanço das descobertas científicas para adquirir vantagens econômicas. Não à toa, os primeiros acadêmicos pertencentes à *Académie* serão escolhidos diretamente por Colbert. Essa interferência estatal, no entanto, também permitiria o financiamento das pesquisas desses acadêmicos, situação distinta do que ocorria em Inglaterra com a *Royal Society*, onde o favor real existia, mas não o financiamento das pesquisas. (ROSA, 2012)

## Conclusão: a importância das conquistas

No que foi apresentado até então, pode-se observar como Duarte Ribeiro de

651

<sup>380</sup> Possivelmente, Duarte Ribeiro de Macedo possuiu com uma tradução da primeira compilação bienal das *Philosophical Transactions*. Apesar de não conseguir recuperar esta tradução, a menção do autor a questão do funcionamento de um pêndulo seguro no mar permitiu, no mínimo, relacionar com o primeiro número publicado nessa compilação, a edição de 6 de março de 1665. Sustento essa possibilidade também pelo uso posterior que Ribeiro de Macedo faria do texto sobre produção de seda contido no quinto número dessa compilação, de publicação original no dia 3 de julho de 1665. O conteúdo desse texto seria referenciado no *Discurso sobre a Introdução das Artes*. A edição original da *Philosophical Transactions: Philosophical Transactions of the Royal Society of London*. V.1-2 (1665-1666), Londres: Royal Society of London., 1666. Disponível em: <https://library.si.edu/digital-library/book/philosophicaltr1roya>. Sobre o conteúdo da produção de seda: *Philosophical Transactions*, pp. 87-91; Duarte Ribeiro de Macedo. *Discurso sobre a Introdução das Artes*. IN: SÉRGIO, António. *Antologia dos economistas portugueses – século XVII*. Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924. pp.284-285.

<sup>381</sup> No corpo das *Observações*, Duarte Ribeiro de Macedo menciona a edição que lê do *Journal des Sçavans* como tendo sido publicada no dia 3 de junho de 1675. Através da plataforma digital *Gallica*, consegui recuperar essa edição do *Journal des Sçavans* e ela apresenta as informações que Ribeiro de Macedo trabalha em seu escrito. No entanto, a data de publicação leva a discussão para outra direção: a data de escrita das *Observações*. Na maioria de suas versões, sejam cópias manuscritas ou publicações, as duas principais datas de escrita do documento aparecem como 15 de março ou 10 de maio de 1675. O problema aqui presente é que ambas as datas anteriores se contradizem com a data de publicação do *Journal*, realizada apenas em junho do mesmo ano. O questionamento da data de escrita do discurso, por conta da diferença presente nas cópias, não é incomum, mas acredito que tal informação deva ser aqui apresentada. A edição do *Journal* se encontra disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56526h/f134.item.zoom>



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Macedo elaborou um discurso que, preocupado com as condições da economia portuguesa daquele momento, enxerga nas conquistas um dos principais meios para a restauração completa do reino. Nesse sentido, tal como nas produções dos arbitristas espanhóis, Ribeiro de Macedo identifica os males que não realizar o empreendimento da transplantação pode acarretar e demonstra, através da experiência e da utilidade, como seguir sua proposição é não só positivo, mas necessário para a saúde, a conservação e a felicidade do reino.

Se pensarmos em trechos em que a opinião de Ribeiro de Macedo acerca da importância das conquistas, para além do que a construção do texto já demonstrou, destaque os seguintes:

Tudo se fará se o Brasil der os meios, e deixará feliz o reino, e seus sucessores, por cuja conta correrá usar das riquezas no exercício das virtudes, em que consiste a conservação dos reinos. (MACEDO, 1817, p. 143-144)

He sua Magestade Senhor de todo o Brazil, começando do Rio Amazonas, que está a hum grao da Linha, até a Capitania de S. Paulo, que está fora do Trópico de Capricórnio, em que correm mais de 700 légoas de Costa; cheias de pórtos capazes, cortadas de infinitas ribeiras, terra a mais sadia que há em toda a América, diferente nesta felicidade de Costa que corre no Norte, que quase toda he contrária à saúde dos homens, com meios para tirar da Índia todas as plantas, e navegallas facilmente ao Brazil. (MACEDO, 1817, p. 124-125)

Se o Brazil produz todas estas drogas, a ruína dos Hollandezes he infallivel, porque só o comércio dellas os tem na Índia poderosos, e ricos; e em Europa este Reino tornará à opulência que tinha o Commercio do Oriente quando só as nossas naos passavão o Cabo da Boa Esperança. (MACEDO, 1817, p. 132-133)

O que vemos nos trechos acima, dentro e fora da lógica de convencimento que um texto de arbítrio apresenta, vemos o Brasil como o espaço essencial para a felicidade do reino. É o Brasil a condição para retomar o controle do comércio de especiarias, enfraquecer as Províncias Unidas e recuperar os territórios asiáticos. É o rei de Portugal o monarca privilegiado e abençoado em ter tão bons, vastos e férteis territórios. O fator econômico da Restauração necessariamente tinha como um de seus pilares as conquistas e o Brasil como foco principal. Em suma, ser senhor útil do Brasil significava mais do que assegurar que as riquezas do Brasil não fossem espoliadas pelos demais poderes



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

européus, muitas vezes tendo como feitores os próprios portugueses. Ser senhor útil do Brasil é saber utilizar os recursos que são as conquistas, no intuito de conservá-las, fortalecê-las e torná-las uma das bases para a felicidade do reino e de seus súditos.

## Fontes

**Le Journal des Sçavans.** Paris: impressão de Jean Cusson, 3 de junho de 1675. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56526h/f134.item.zoom>

MACEDO, Duarte Ribeiro. **Discurso sobre a transplantação das plantas de especiarias da Ásia para América ou nossos brasis e conveniências que disto podem resultar a Portugal com diminuição do comércio holandês escrito por Duarte Ribeiro de Macedo e remetido de França onde se achava por enviado.** 1675. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4248606>

MACEDO, Duarte Ribeiro de. [Discurso sobre a transplantação dos fructos da Índia ao Brasil.]. Paris [França]: [s.n.], 10 mar. 1675. 2 docs. 62 p. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1457363/mss1457363.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1457363/mss1457363.pdf)

MACEDO, Duarte Ribeiro de. Discurso sobre a Introdução das Artes. IN: SÉRGIO, António. **Antologia dos economistas portugueses – século XVII.** Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924.

MACEDO, Duarte Ribeiro de. Summa Politica, Offerecida ao Principe Nosso Senhor. Por Duarte Ribeiro de Macedo, Cavalleiro do habito de Christo, desembargador dos Aggravos da Caza da Supplicação, e Inviado de Sua Alteza a ElRei Christianissimo. **Obras do Doutor Duarte Ribeiro de Macedo (...)**, Tomo 2, Lisboa, Off. de António Isidoro da Fonseca, 1743. pp. 146-151.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

MACEDO, Duarte Ribeiro de. Observações sobre a transplantação dos fructos da Índia ao Brasil... .IN: **Obras inéditas de Duarte Ribeiro de Macedo...** Lisboa: Impressão Régia, 1817.

MACEDO, Duarte Ribeiro. Verdadeiras causas da prosperidade da Monarchia de França e declinassão da de Castella. In: COVA, Maria Teresa Trigo Neto e. O pensamento político de Duarte Ribeiro de Macedo, **Do Tempo e da História**, III, pp. 131-167, 1970.

**Philosophical Transactions of the Royal Society of London**. V.1-2 (1665-1666), Londres: Royal Society of London., 1666. Disponível em: <https://library.si.edu/digital-library/book/philosophicaltr1roya>

## Bibliografia

BORGES, G. Almeida ¿Un "imperio ibérico integrado"? El arbitristo y el imperio ultramarino portugués (1580-1640). **Ohm: Obradoiro de Historia Moderna**, n. 23, pp. 71-102, 2 de Outubro de 2014.

DANTAS, V. Los arbitristas y la América portuguesa (1590-1640). **Anuario de Estudios Americanos**, [S. l.], v. 71, n. 1, 2014. p. 145–170, 2014. DOI: 10.3989/aeamer.2014.1.06. <https://estudiosamericanos.revistas.csic.es/index.php/estudiosamericanos/article/view/618>.

DUBET, Anne. Los arbitristas entre discurso y acción política. Propuestas para un análisis de la negociación política. **Tiempos Modernos: Revista Electrónica de Historia Moderna**. Vol. 4, nº 9, 2003.

FARIA, Ana Maria Homem Leal de. **Arquitectos da paz: a diplomacia portuguesa de 1640 a 1815**. Lisboa: Tribuna, 2008.

FARIA, Ana Maria Homem Leal de. **Duarte Ribeiro de Macedo: um diplomata moderno (1618-1680)**. 2003. 755 f. Tese (Doutorado em História Moderna) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

FERRÃO, José E. Mendes. Acerca da introdução da laranjeira doce em Portugal. O manuscrito de M. José da Silva Thadim. **Anais do Instituto Superior de Agronomia**. pp. 197-204, 1980.

HANSON, Carl A. **Economia e Sociedade no Portugal Barroco. 1668-1703**. Lisboa: Publicações Don Quixote, 1986.

LE GOFF, Jacques. Decadência. IN: **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1990. pp. 375 - 422.

PUJOL, Xavier Gil. Las fuerzas del Rey. La generación que leyó Botero. In: RIZZO, Mario; IBÁÑEZ, José Javier; SABATINI, Gaetano. (eds.) **Le forze del príncipe: recursos, instrumentos y limites em la practica del poder soberano em los territórios de la monarquia hispánica: actas del seminário internacional Pairá, 22-24 septiembre del 2000**. Tomo II. Murcia, Univeresidad de Murcia, Servicio de publicaciones, 2004. p. 969-1022.

RONAN, Colin A. Os séculos XVII e XVIII. IN: RONAN, Colin A. **História Ilustrada da Ciência**. Vol. III. Da Renascença à Revolução Científica. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987. Pp. 73-154.

ROSA, Carlos Augusto de Proença. A Ciência Moderna. IN: ROSA, Carlos Augusto de Proença. **História da Ciência**. Volume II. Tomo I. 2ª ed. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. pp. 66-76.

ROSSINI, G. A. A. As pragmáticas de fins do século XVII: política fabril e manufatureira reativa. **Sæculum – Revista de História**, [S.l.], n. 22, pp. 117-135, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11493>.

SÁNCHEZ, Carlos Alberto González. Escrever em tempos de crise: realidade e percepção na monarquia hispânica do século XVII. **Revista Escritos**. Rio de Janeiro, ano 3, nº 3, pp. 55-76, 2009.

TODESCHINI, Giacomo. **Franciscan Wealth: From Voluntary Poverty to Market Society**. Nova Iorque: St. Bonaventure University, 2009 [2004].

URDAÑEZ, José Luis Gómez. La teoria económica del arbitrisimo. **Arte y saber**. La



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

cultura em tempos de Felipe III y Felipe IV, Madrid, Ministerio de Educación y Cultura,  
1998, p. 117-130.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## O ANTIGO FRENTE AO NOVO: A CONTINUIDADE DA PECUÁRIA APÓS A EXPANSÃO DO AÇÚCAR EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (1700-1800)

Rayane Cinelli dos Santos<sup>382</sup>

**Resumo:** Este artigo está inserido na temática de História Econômica Colonial, tendo como foco o estudo das transformações econômicas de Campos dos Goytacazes na segunda metade do século XVIII. Localizado no Norte Fluminense, o distrito possuía vastos terrenos onde a pecuária era a principal atividade econômica no setecentos. No final do mesmo século, a preferência local se voltou para a plantação canavieira e logo a região se destacou na produção e venda do açúcar. Contudo, as atividades econômicas não se restringiram apenas a plantação do açúcar. A pecuária ainda representou significativo papel na economia de Campos no período em questão. Sendo assim, o presente artigo pretende introduzir o estudo das relações entre a agricultura canavieira e a criação de gado, atreladas às condições ecológicas de Campos dos Goytacazes na segunda metade do século XVIII.

**Palavras-Chave:** Economia Colonial; Ecologia; Agricultura; Açúcar; Pecuária.

657

<sup>382</sup> Bacharel e Licenciada em História pela UFRJ. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFF (PPGH/UFF). Bolsista CAPES.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Introdução

O século XVIII foi um período de intensas transformações na capitania do Rio de Janeiro. Com a queda da produção aurífera na região de Minas Gerais e Portugal tentando reformular medidas para recuperação da economia colonial, as dinâmicas econômicas, bem como as relações de interesse, começaram a ser repensadas. O nome em destaque neste período é o de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, ministro do rei português José I. As reformas propostas por Pombal contribuíram para que o Rio de Janeiro ganhasse protagonismo político e econômico frente às capitanias do nordeste (SCHWARTZ, 1988). Além da importância política para o Rio de Janeiro, visto que se tornou a capital da colônia, a praça carioca também adquiriu notoriedade econômica, sobretudo com o incentivo à agricultura em regiões ao redor da capital. O sistema econômico do período colonial era baseado em *plantations*, com destaque para a produção de açúcar no nordeste. Contudo, no século XVIII novas áreas de plantio e exportação ganharam destaque, como foi o caso da região de Campos dos Goytacazes (SCHWARTZ, 1988).

658

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram selecionadas quatro fontes para o estudo e cruzamento de dados. Por se tratar de um objeto que envolve as condições ecológicas locais do distrito analisado, foi trabalhado o material escrito em 1785 por Manoel Martins do Couto Reis, denominado “Descrição Geographia, Política e Cronographia do Districto dos Campos Goiatacaz”. Para embasar as investigações no campo econômico, utilizamos 290 inventários *post-mortem* de proprietários do distrito, escritos entre os anos de 1700 e 1800, assim como o relatório redigido pelo vice-rei Marquês do Lavradio em 1779, entregando o governo ao seu sucesso Luiz de Vasconcelos. No campo destinado à pecuária, foram analisadas cerca de 250 coimas aplicadas em Campos dos Goytacazes no período de 1730 até 1795, com a finalidade de compreender, através das multas, como eram as relações entre os proprietários de terras do distrito.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## As riquezas do distrito: cana de açúcar e criação de gado

O distrito goitacá já participava timidamente da economia carioca. Através da criação de gado, a região exportava o corte da carne ou o couro para comércio em torno do Rio de Janeiro. De acordo com Sheila de Castro Faria, o maior mercado consumidor era o Recôncavo da Guanabara, que importava o gado para uso alimentício e de transporte (FARIA, 1998). Inicialmente, a base econômica de Campos era a pecuária, porém, com a queda da produção canavieira do Recôncavo da Guanabara e os recursos repassados para a criação de novas áreas agrícolas, a região passa a desenvolver a agricultura em larga escala. Nesse momento, a plantação de açúcar se torna o carro chefe do distrito e a economia cresce, majoritariamente, por conta da atividade agrícola (FARIA, 1998). O distrito se adapta perfeitamente no sistema de agricultura canavieira, ampliando os engenhos de açúcar e as zonas produtoras. Segundo Fábio Pesavento, no final do século XVIII, Campos já ocupava a posição de maior exportadora de açúcar de todo o Rio de Janeiro (PESAVENTO, 2013).

659

A preferência pela economia criatória em Campos estava relacionada às instabilidades políticas pelo domínio da região entre a família Asseca e os moradores, ainda no século XVII. Sheila de Castro Faria afirma que o cenário de incertezas inviabilizava o estabelecimento definitivo da agricultura, à medida que o gado possuía maior mobilidade de troca de região caso houve invasão (FARIA, 1998). Com a interferência da Coroa portuguesa em 1752, houve maior segurança consequência do fim dos conflitos decorrentes do comando irregular das terras pelo Visconde de Asseca (LARA, 1988). Surgiu a possibilidade de priorizar a agricultura, aproveitando a fertilidade das planícies que eram ideais para a plantação. Houve um crescimento significativo dos engenhos de açúcar, além de outros artigos ligados à subsistência. O açúcar também se destacou pelas condições externas. Até a segunda metade do século XVIII, a maior zona produtora de açúcar era o Recôncavo da Guanabara, contudo, o solo não suportou novas plantações devido à alta degradação, fazendo com que os



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

recursos fossem repassados para outras regiões do Rio de Janeiro (FARIA, 1998).

A pecuária desempenhou papel importante no âmbito do abastecimento inteiro das terras goitacás e por isso, demonstra ser com relevância uma excelente fonte de análise dos comportamentos econômicos e sociais da região durante o século XVIII. A criação de gado em Campos era praticada por diversos perfis de proprietários e assumiu formas variadas de execução da atividade. Como já mencionado, a criação de animais estava destinada ao mercado de abastecimento interno, como também de mercado exportador, ou seja, venda para regiões fora do distrito, contribuindo para uma lógica de trocas comerciais entre os distritos do Rio de Janeiro. No que tange ao abastecimento da própria região, Campos possuía fazendas e currais que produziam o corte de carne, leite, couro e outros derivados de animais, que eram comercializados entre os habitantes (COUTO REIS, 1997). Além dos grandes fazendas, a região contava também com pequenos e médios proprietários, que designava as criações para consumo próprio, ou ainda, para o transporte de carga e pessoas (COUTO REIS, 1997).

No que se refere ao mercado de vendas, Campos se destaca comercializando cortes do gado e couro para o Recôncavo da Guanabara, região situada próxima da praça carioca. O comércio com o recôncavo era intenso, visto que a região destinava-se ao plantio canavieiro em larga escala e necessitava de artigos alimentícios. Além disso, havia também o comércio do gado para o transporte, que normalmente era associado ao auxílio nas plantações, entretanto, estas importações não superavam às já mencionadas (FARIA, 1998). Assim, analisar o mercado interno e externo da pecuária de Campos é importante, à medida que é possível observar as características econômicas da atividade e suas especificidades, bem como explorar os perfis dos proprietários de gado e tamanho de suas riquezas, além de identificar as relações comerciais que o distrito exercia com a praça do Rio de Janeiro.

A preferência pela economia criatória em Campos estava relacionada às instabilidades políticas pelo domínio da região entre a família Asseca e os pecuaristas, ainda no século XVII. Sheila de Castro Faria afirma que o cenário de incertezas



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

inviabilizava o estabelecimento definitivo da agricultura, à medida que o gado possuía maior mobilidade de troca de região caso houve invasão (FARIA, 1998). Com a interferência da Coroa portuguesa em 1752, houve maior segurança, consequência do fim dos conflitos decorrentes do comando irregular das terras pelo Visconde de Asseca (LARA, 1988). Surgiu a possibilidade de intensificar a agricultura, aproveitando a fertilidade das planícies que eram ideais para a plantação. O açúcar também se destacou pelas condições externas. Até a segunda metade do século XVIII, a maior zona produtora de açúcar era o Recôncavo da Guanabara, contudo, o solo não suportou novas plantações devido à alta degradação, fazendo com que os recursos agrícolas – até então destinados em sua maioria para o Recôncavo – fossem repassados para outras regiões do Rio de Janeiro (FARIA, 1998). A pecuária e, posteriormente a plantação de açúcar, contribuíam para a economia do Rio de Janeiro de forma significativa. O distrito teve papel fundamental no aumento das receitas da capital, sendo a principal área de criação do gado e depois se tornando o distrito com maior número de venda do açúcar, garantindo ampla vantagem sobre partes do Rio de Janeiro (PESAVENTO, 2013).

661

A instabilidade política, derivada dos conflitos com os Assecas, tem motivações nos interesses dos pecuaristas. Em 1748 novos conflitos começaram na região, dessa vez envolvendo a Câmara e os proprietários locais. A família Asseca, ainda de posse de maior parte dos territórios de Campos, estabelece uma série de impostos que eram cobrados aos proprietários de gado. Com isso, os pecuaristas buscaram resistir aos abusos impulsionados pelos Assecas, gerando conflitos e revoltas no distrito (LARA, 1988). Dessa forma, é notório que os proprietários de gado possuíam alguma relevância política, além da econômica, visto que foram de encontro às tentativas dos Assecas de dominarem totalmente o distrito. Sendo assim, o estudo desses conflitos torna-se importante à medida que é possível indicar as riquezas, as relações sociais e políticas desses proprietários de gado e suas motivações para protestarem contra o domínio Asseca.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

A importância da ecologia é fundamental para a prática criatória. Através dos elementos naturais que compõem a região, percebe-se que eles proporcionaram as condições ideais para a realização da pecuária, sendo indispensável o estudo da atividade sem a análise do meio natural em que o rebanho está inserido. Além disso, os extensos terrenos de Campos dos Goytacazes também contribuíram para que a pecuária se desenvolvesse na região (COUTO REIS, 1997). O gado era criado solto, onde poderia transitar livremente dentro dos limites de território. Isso favorecia a criação, uma vez que os grandes campos eram destinados quase que exclusivamente para a atividade (FARIA, 1998).

Outro fator natural que pode ter contribuído para a manutenção da pecuária foi a presença de grandes áreas salinizadas no distrito. Ao em torno da Lagoa Feia – principal lagoa do distrito de Campos – existia áreas com intensas presenças de sal. De acordo com Couto Reis, os terrenos próximos a Lagoa Feia estariam destinados a maior concentração de animais da região (COUTO REIS, 1997). O sal é elemento fundamental na alimentação do gado, principalmente o leiteiro, à medida que os minerais contidos no sal são os necessários para a sobrevivência do animal. Além disso, o consumo de sal melhora a produção de leite, – no caso do gado leiteiro – o funcionamento digestivo e a fertilidade (AZEVEDO; RODRIGUES; CASTRO, 1994). Em caso de ausência desses minerais, os animais podem sofrer com a baixa fertilidade ou ainda um risco maior de mortalidade (AZEVEDO; RODRIGUES; CASTRO, 1994). Desse modo, é notório que a presença de atividade pecuarista em zonas altamente salinizadas pode ter relação direta entre com o conhecimento dos proprietários em fazer uso da natureza local, de modo a extrair o máximo de produtividade. Portanto, conhecer a ecologia local é fundamental, pois contribui para o entendimento da forma como a criação de animais era realizada e as razões para tal atividade ter sido desenvolvida com êxito.

A família Asseca se retirou do território completamente apenas em 1848, após



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

a lei de extinção de morgadio<sup>383</sup>, vendendo seus bens para moradores locais<sup>384</sup>. Com a saída definitiva da família, Campos dos Goytacazes se tornou atrativa para homens de negócios e circulação de capitais. Sheila Faria afirma que a possibilidade da criação de novas áreas açucareiras interessava para o comércio, além de ser um fator que contribuiu para retirar a donataria dos domínios Asseca (FARIA, 1998). A expulsão dos jesuítas também foi um marco na ampliação da economia açucareira no Norte Fluminense. As terras que pertenciam aos jesuítas foram arrematadas em leilões por homens interessados no crescimento das plantações e transformaram os grandes campos em áreas de cultivo açucareiro. Com o aumento da produção do açúcar, o gado passou a representar uma atividade secundária para a exportação. Contudo, a atividade não deixou de ser praticada, visto que o consumo interno ainda era prioritariamente de gado, como aponta Sheila Faria:

No início do século XIX, quase nenhum gado era exportado. O mercado local incumbia-se de receber toda produção. Algumas áreas se mantiveram com pecuária, principalmente as de solos menos aptos à produção canavieira – o litoral e suas restingas. O resto da planície, de solo aluvional muito fértil, foi pontilhado de engenhos que, segundo alguns, impressionavam pelo pequeno porte, se comparados aos do Nordeste açucareiro. (FARIA, 1998, p.33).

663

Embora a presença da cana de açúcar tenha modificado a rotina econômica e trocado o produto de exportação da região, Campos dos Goytacazes não obteve destaque em outras plantações agrícolas (LAVRADIO, 1913). Todavia, o mesmo não aconteceu com a pecuária, uma vez que a atividade permaneceu em números positivos durante boa parte do século XVIII. Ao contrário dos problemas enfrentados para o sustento das lavouras, a criação de gado se manteve presente na economia goitacá, mesmo após os

<sup>383</sup> Lei 57, de 6 de outubro de 1835. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-57-6-outubro-1835-562581-norma-pl.html>. A respeito do morgadio e sua extinção ver SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da lei de 1850**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

<sup>384</sup> Morgados eram propriedade vinculada ou conjunto de bens vinculados que não se podiam alienar ou dividir, e que em geral, por morte do possuidor, passava para o filho mais velho



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

incentivos agrícolas e, principalmente, à alta canavieira (COUTO REIS, 1997). Houve uma queda na quantidade de gado durante as décadas de 1761 e 1780, período em que a cana de açúcar estava sendo produzida com maior veemência. Contudo, a partir de 1781 a presença de gado volta a subir, o que demonstra que os proprietários mantiveram ambas as atividades econômicas (COUTO REIS, 1997).

Com relação a agricultura, houve uma crescente nas plantações desde 1730, intensificados a partir da década de 1770 (COUTO REIS, 1997). Esses dados podem ser associados ao momento em que o distrito estava enfrentando, uma vez que a saída definitiva da família Asseca promoveu uma estabilidade política, gerando uma paz coletiva e a possibilidade de investimento na agricultura (FARIA, 1998). Apesar de a produção açucareira ter ganhado grande influência na venda do produto, os dados mostram que ela não foi a única atividade a conquistar a preferência dos proprietários. Com isso, é imprescindível o estudo da pecuária em Campos dos Goytacazes no período em questão, visto que a atividade desempenhou inúmeras funções que moldaram a economia, política e sociedade da época.

664

## Alguns dos resultados preliminares

No espaço rural a interação entre ecologia e agricultura é indissociável. A razão para isso é simples: as atividades agrícolas dependem do meio natural em que estão inseridas. Em suma, fatores climáticos como chuva e tipos específicos de relevo, influenciam diretamente na produção, rendimento e qualidade das colheitas. Atualmente, as tecnologias agrícolas permitem que as sementes sejam cultivadas em locais atípicos, desenvolvendo espécies híbridas e insumos químicos que aceleram o amadurecimento das plantações, além de ampliar as zonas aptas para a agricultura. Até meados do século XX, estas técnicas não existiam e as plantações eram realizadas nos moldes tradicionais, respeitando as especificidades das sementes e os cultivos nos solos apropriados. Em Campos dos Goytacazes do século XVIII não seria diferente. A região ganhou destaque pela alta fecundidade de seus terrenos e relevos próprios para





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins & Maria do Carmo Salazar

agricultura, resultado de um conjunto de elementos naturais que contribuíram para o êxito agrícola.

Mapa 1: Mancha de ocupação das principais atividades econômicas da região de Campos - 1785<sup>385</sup>



Fonte: Mapa Topográfico do Distrito de Campos, autoria Couto Reis, 1785. Concepção: Maria Isabel de J. Chrysostomo. Elaboração: Pascal Brunello (Universidade de La Rochelle – CTIG).

O relevo de Campos é diverso, com predomínio de planícies e regiões montanhosas e

<sup>385</sup> No mapa aparece o quilombo C. Marcelino na Lagoa Feia. A respeito dos mocambos em Campos ver GOMES, F. dos S. Uma tradição rebelde: notas sobre os quilombos na capitania do Rio de Janeiro (1625-1818). Afro-Ásia, Salvador, n. 17, 1996. DOI: 10.9771/aa.v0i17.20854. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20854>. Acesso em: 12 ago. 2022



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

grande presença de vegetação. Com base nas observações de Couto Reis, o distrito pode ser dividido em três partes de acordo com o relevo: as Terras Montanhosas, as Terras Baixas e Planas e as Terras de Matos. Cada uma representa grandes possibilidades de plantio, sendo terras específicas distintas sementes. Couto Reis faz uma crítica aos descuidos com os terrenos, argumentando que as terras são muito fecundas e comporta plantação variada de sementes nacionais (COUTO REIS, 1997). Ainda segundo o autor, Campos dos Goytacazes tinha condições naturais suficientes para iniciar uma exportação internacional e introduzir novas sementes na agricultura, mas pela falta de cuidados com as terras a região se restringe às produções internas. A facilidade dos produtores estava relacionada às condições originárias da região, uma vez que havia tantos descuidos, o ecossistema local não suportaria as mudanças e sucumbiria.

Levando em conta as diversas instabilidades climáticas de Campos, a cana era resistente e quase não sofria impactos com inundações, excesso de chuva ou falta de águas pluviais. Além das vantagens climáticas, os agricultores davam preferência para a plantação de cana pela sua colheita anual. Todo ano tem colheita, o que ampliava o comércio do açúcar e os lucros para a região. Couto Reis observa que a forma como a cana se adaptava nas planícies goitacás não eram vistas em outros locais, tornando o sucesso exclusivo para a região (COUTO REIS, 1997). A maior parte dos engenhos de açúcar foi construída neste arco de planícies e terras próximas ao rio Paraíba do Sul, aproveitando a saída fluvial para transportes e os melhores solos para a plantação da matéria prima.

A importância da ecologia é fundamental para a prática da agricultura. Através dos elementos naturais que compõem a região, percebe-se que eles proporcionaram as condições ideais para o cultivo de diferentes produtos agrícolas. É indispensável o estudo da agricultura sem a análise do meio natural em que a plantação está inserida. As mudanças climáticas podem desenhar a agricultura de forma positiva ou negativa. O excesso ou a escassez de chuvas agem diretamente na produtividade e na quantidade



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

de colheita que haverá naquele período. Conhecer a ecologia local contribui para o entendimento da plantação, melhora o conhecimento da região e possibilita o aumento da produtividade. Couto Reis destaca a importância de conhecer as naturezas dos solos e das sementes, para buscar o máximo de sucesso para cada uma. “Daqui se infere que havendo no lavrador prudente escolha, em se servir das diversas qualidades das terras, dando para cada uma, aquela planta própria, segundo sua natureza, virá de todas as conseguir sucesso”. (COUTO REIS, 1997, p.39).

## São Salvador e São Gonçado: as freguesias com maior desenvolvimento

As primeiras engenhocas em Campos foram construídas ainda sob o domínio Asseca, no século XVII. A maior parte dos engenhos estava localizada nas zonas planas, próximas ao rio Paraíba do Sul ou ao redor de suas margens. As causas para essa concentração pode ser explicada pela alta fertilidade das terras ali presente, além do fácil transporte de mercadorias pela navegação do principal rio goitacá. Junto das construções dos engenhos vieram a urbanização da região e um contingente de moradores migraram ao longo dos dois séculos seguintes. Foram criadas duas vilas e seis freguesias, mas neste capítulo analisarei as duas freguesias mais importantes para o distrito. É em São Salvador e São Gonçalo que a maioria dos engenhos estavam edificadas, assim como o elevado número na produção do açúcar e criação de gado.

A freguesia de São Salvador é a mais rica, maior em extensão territorial e em termos habitacionais do século XVIII. De todas as freguesias, era a mais fértil e desenvolvida. Também encantava com sua beleza natural por estar localizada na margem do Paraíba do Sul. O lugar também era privilegiado pela navegação direto no rio principal, contribuindo para o comércio com outras localidades do distrito, assim como o acesso ao Rio de Janeiro ou Espírito Santo. De acordo com Couto Reis, a freguesia possuía espaço para novas habitações e construção de outros engenhos de açúcar na região (COUTO REIS, 1997). A economia era baseada na agricultura,



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

principalmente no plantio da cana de açúcar, assim como seu refino e comércio. As trocas comerciais eram feitas através de navegação pelo Paraíba do Sul, pois a freguesia não dispunha de estradas viáveis para o transporte terrestres. São Gonçalo é a freguesia mais nova em termos de habitação e urbanização, entretanto, possui um espaço relativamente menor com relação à freguesia anteriormente citada. É a segunda em termos de riqueza e relações comerciais, mas com maiores estabelecimentos e construções. De acordo com Couto Reis, comportava grandes fazendas destinadas ao gado e a produção de açúcar, com elevado contingente de escravos (COUTO REIS, 1997). Parte do território da freguesia é originado da compra de terras que pertenciam aos jesuítas. A freguesia contava com enormes campos e forte criação de gado, com currais edificadas de propriedade dos moradores e proprietários de outros lugares, que buscavam na freguesia o estabelecimento de ligações comerciais. Ao final do século XVIII, o território de São Gonçalo já havia chegado ao seu limite de ocupação, não comportando novos compradores de engenhos caso desejassem construir e tampouco permitia que os próprios moradores expandissem suas propriedades. O espaço da freguesia era pequeno e conforme sua economia ia se expandindo, com a construção de três fazendas, novos engenhos, enormes pastos para criação de gado e migração, o limite chegou rapidamente em sua capacidade máxima (COUTO REIS, 1997). O comércio era realizado pela navegação do Macabu e rotas terrestres, já que suas estradas eram construídas em condições apropriadas para transporte de carroças.

668

Através dos dados levantados por Couto Reis, Tabelas 1 e 2, Gráficos 1 e 2, é possível observar que o açúcar e a pecuária estão concentrados nas duas maiores freguesias do distrito, porém havendo uma distinção nos números de produção em cada uma. Segundo Couto Reis, a localidade de São Salvador tinha a preferência pelo açúcar devido a facilidade do plantio nos solos daquela região e pela facilidade de transporte pelo rio Paraíba do Sul. Seguindo este raciocínio, São Gonçalo teria destaque na criação de gado por comportar maiores números de animais, devido aos grandes pastos presentes na região. A partir desses dados, é possível notar a presença das duas atividades no distrito em 1785, indicando que a pecuária manteve uma presença

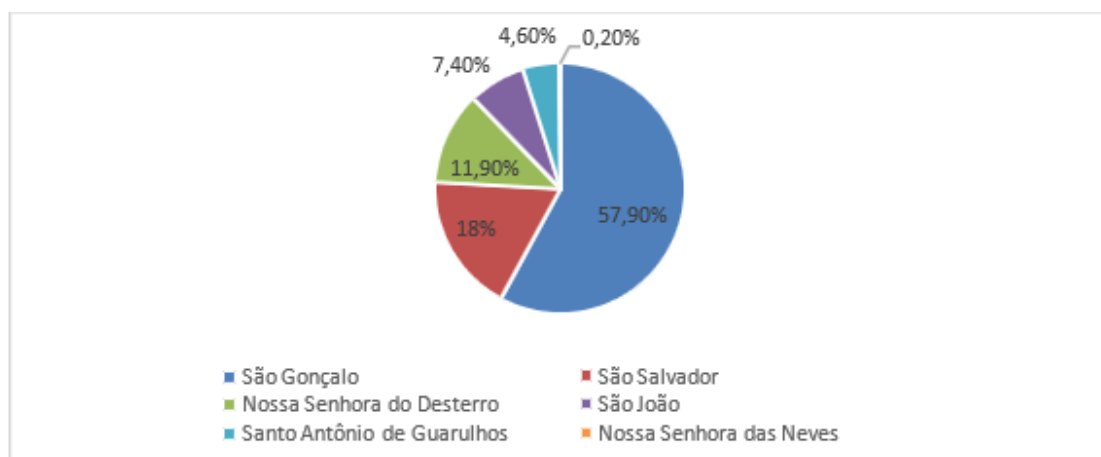


# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

significativa na economia de Campos.

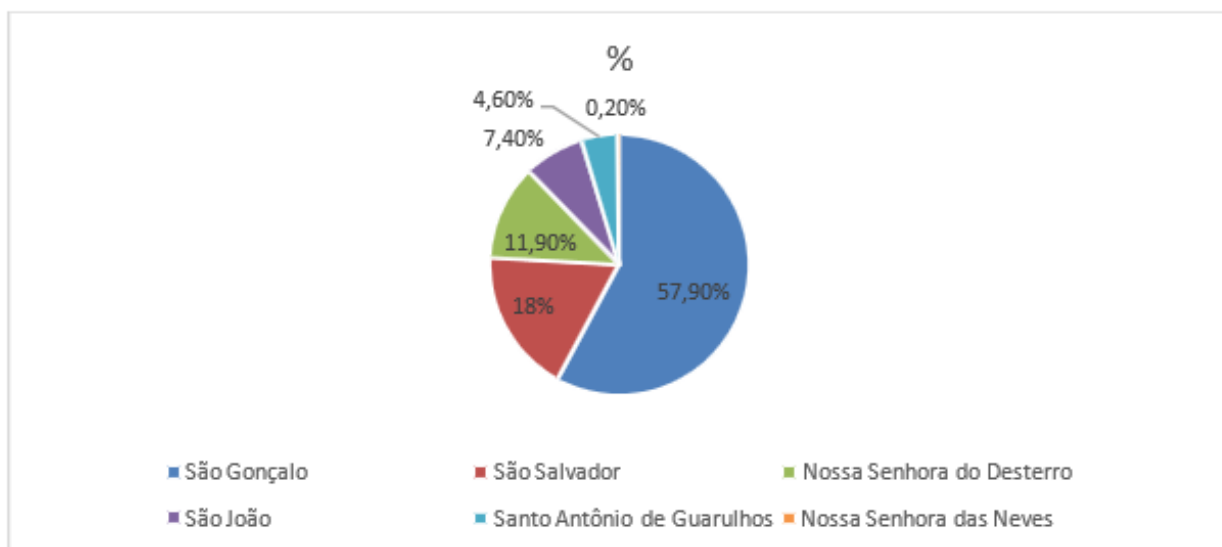
**Gráfico 1:** Produção Anual do Açúcar em Arrobas das Freguesias de Campos dos Goytacazes (1785)



Fonte: Dados retirados de COUTO REIS, 1997. Elaboração própria.

**Gráfico 2:** Criação de Gado Anual das Freguesias de Campos dos Goytacazes (1785)

669



Fonte: Dados retirados de COUTO REIS, 1997. Elaboração própria.

Além dos dados apresentados por Couto Reis, também foram analisados

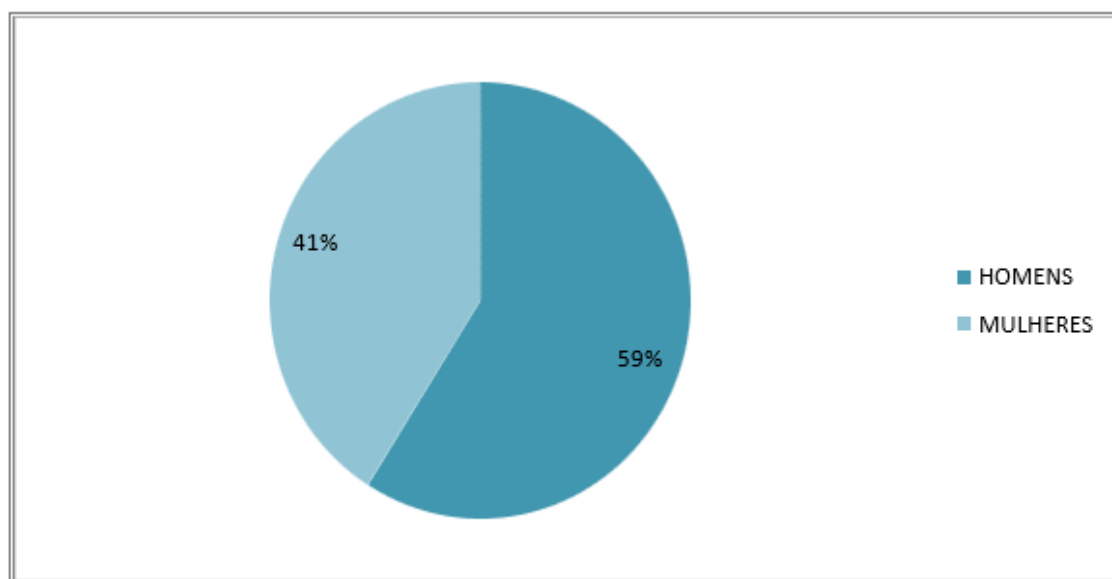


# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

283 inventários *post-mortem*, de proprietários do distrito compreendidos entre os anos de 1700 até 1800. A partir dos dados obtidos, foi possível notar a presença significativa de mulheres como proprietárias de terras em Campos. Dos 283 inventários analisados, 167 são homens, o que representa 59% do total, enquanto as mulheres somam 116, ou seja, 41% dos casos. Normalmente essas mulheres eram viúvas, o que indica que herdaram as riquezas de seus maridos e prosseguiram com as atividades da família. Esses dados chamam a atenção, à medida que é perceptível a existência de uma sociedade mais complexa, onde a propriedade não ficava restrita aos homens do núcleo familiar.

**Gráfico 3** – Distribuição das Propriedades de Campos dos Goytacazes entre Homens e Mulheres (1700-1800)



Fonte: Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho. Inventários *post-mortem*. 1705-1800.  
Elaboração própria.

No tocante ao perfil dos proprietários de Campos, o Gráfico 4, este era diverso, assim como a quantidade de suas posses, que eram medidas de acordo com a quantidade de escravos que possuíam. Felipe Alfonso propõe para Campinas do século

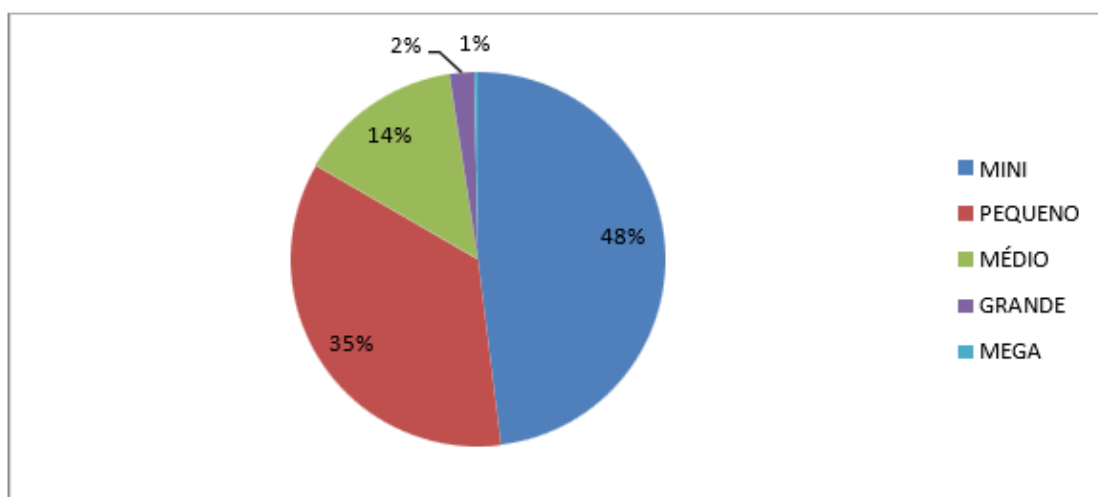


# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

XIX, uma classificação do qual utilizei para os proprietários do distrito goitacá<sup>386</sup>. De acordo com Alfonso, aqueles que tinham de 1 a 4 escravos, eram considerados mini; de 5 a 19, eram vistos como pequenos; de 20 a 49, eram julgados como médio; de 50 a 99, tidos como grandes e acima de 100 escravos considerados megaproprietários. Ao trazer esse modelo de contagem para os dados levantados, é possível inferir que em Campos dos Goytacazes, predominavam os mini e pequenos proprietários, que juntos somam mais de 80% do total.

**Gráfico 4:** Perfil de proprietários de Campos dos Goytacazes (1700-1800)



Fonte: Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho. Inventários post-mortem. 1705-1800. Elaboração própria.

Desde o início da ocupação do território goitacá por colonos, a economia da região era voltada para a pecuária. Couto Reis afirma que a partir da intensificação agrícola e do alto índice de exportação do açúcar, o artigo passou a ser a preferência dos moradores, que mais plantaram cana de açúcar do que realizaram a atividade

<sup>386</sup> ALFONSO, Felipe Rodrigues. **A fronteira escravista entre o açúcar e o café: Campinas, 1790-1850.** Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP/FFLCH, 2018.

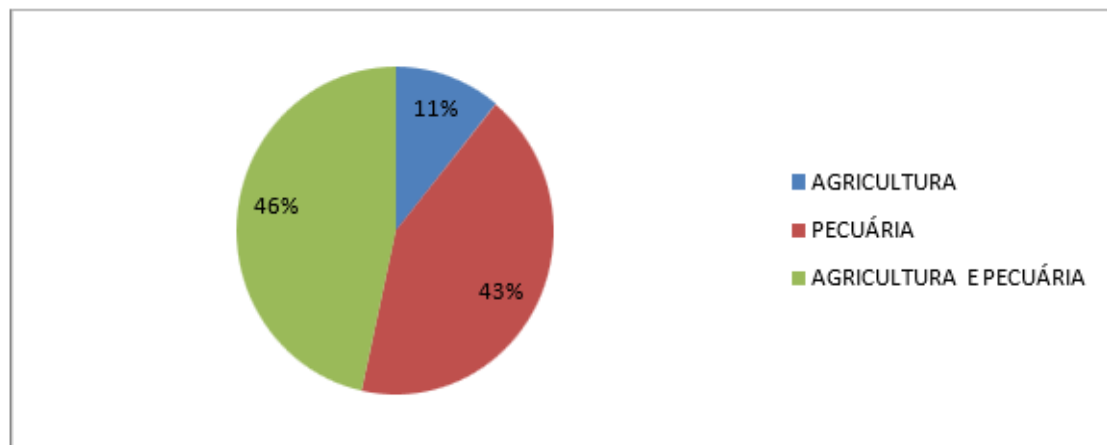


# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

criatória (COUTO REIS, 1997). Todavia, é notório o alto número de proprietários que mantiveram a pecuária juntamente com as plantações agrícolas. Da totalidade de inventários observados, 47% dos donos de terras praticavam a pecuária e a agricultura, havendo o plantio de pelo menos um artigo agrícola, normalmente a cana de açúcar e/ou a mandioca. Aqueles que praticavam apenas a pecuária como atividade econômica, representam 43% da totalidade e os proprietários que tinham apenas a agricultura em suas terras somam 11%. Com isso, é interessante reparar que os proprietários não abandonaram a pecuária com a intensificação agrícola e o advento do açúcar, mas sim tentaram praticar as duas atividades de forma simultânea em suas terras.

**Gráfico 5:** Distribuição das atividades econômicas em Campos dos Goytacazes (1700-1800)



Fonte: Tabela 5.

No relatório do Marquês do Lavradio é possível notar a quantidade de produção das novas áreas agrícolas e os números produzidos e exportados por cada região. Nesse momento, Campos aparece em destaque como a maior produtora de açúcar de todas as freguesias citadas por Lavradio. Suas arrecadações chegaram a cerca de 1.700 caixas de açúcar apenas entre 1778 e 1779<sup>387</sup>. Logo em seguida aparecem Rio do Ouro, com 551 caixas e Itaboraí, com 400 caixas<sup>388</sup>. É perceptível que a produção do açúcar em

<sup>387</sup> Dados retirados de LAVRADIO, 1913

<sup>388</sup> Idem.



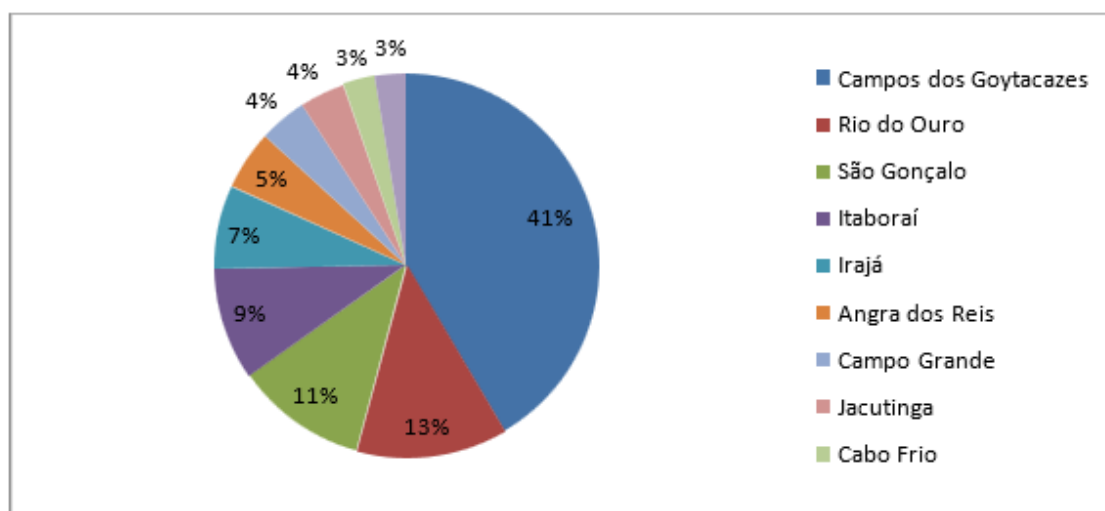


# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Campos é bem maior do que a colheita em outras regiões do Rio de Janeiro. Porém, o Relatório do Marquês do Lavradio, indica que os outros artigos agrícolas do distrito, possuíam números de exportação inexpressivos ou até mesmo inexistentes. Como mostra a Tabela 7, é possível notar que Campos dos Goytacazes só aparece a frente de outras regiões no cultivo canavieiro. Nas plantações alimentícias, como arroz, feijão e milho, o distrito ocupa uma das últimas posições no levantamento de Lavradio.

**Gráfico 6** – Quantidade de Açúcar Produzido pelos Distritos do Rio de Janeiro entre 1778 e 1779



Fonte: Dados retirados de LAVRADIO, 1913. Elaboração própria.

Embora a presença da cana de açúcar tenha modificado a rotina econômica e trocado o produto de exportação da região, Campos dos Goytacazes não obteve destaque em outras plantações agrícolas, como mostra o relatório do Marquês do Lavradio. Todavia, o mesmo não aconteceu com a pecuária, uma vez que a atividade permaneceu em números positivos durante boa parte do período analisado. Com isso, por meio dos dados obtidos nos inventários *post-mortem*, é possível inferir que, ao contrário dos problemas enfrentados para o sustento das lavouras, a criação de gado se manteve presente na economia goitacá, mesmo após os incentivos agrícolas e, principalmente, à alta canavieira. Os gráficos 7 e 8 mostram o comportamento da

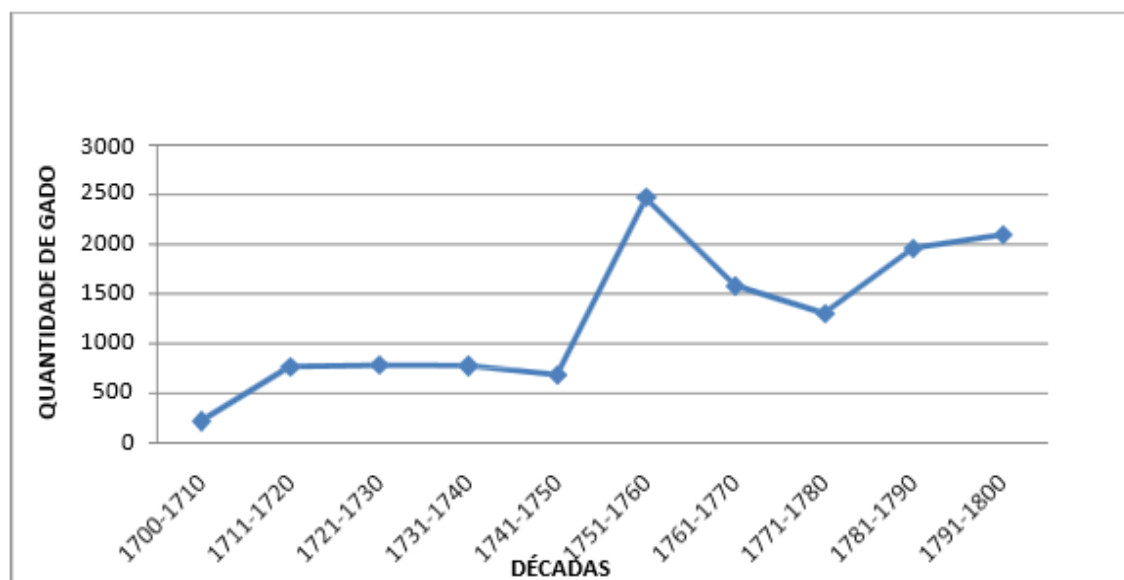


# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

quantidade de animais presentes em Campos e da quantidade de plantios, por terrenos, ao longo de todo o século XVIII. Como é perceptível, houve uma queda na quantidade de gado durante as décadas de 1761 e 1780, período em que a cana de açúcar estava sendo produzida com maior veemência. Contudo, a partir de 1781 a presença de gado volta a subir, o que demonstra que os proprietários mantiveram ambas as atividades econômicas.

Gráfico 7 – Quantidade de Gado por Década (1700-1800)



Fonte: Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho. Inventários post-mortem. 1705-1800. Elaboração própria.

Com relação a agricultura, o gráfico 8 mostra uma alta crescente das plantações desde 1730, intensificados a partir da década de 1770. Esses dados podem ser associados ao momento em que o distrito estava enfrentando, uma vez que a saída definitiva da família Asseca promoveu uma estabilidade política, gerando uma paz coletiva e a possibilidade de investimento na agricultura (FARIA, 1998). Apesar de a produção açucareira ter ganhado grande influência na venda do produto, os dados mostram que ela não foi a única atividade a conquistar a preferência dos proprietários. As tabelas a seguir trazem os números, por década, da criação de gado e da agricultura, que corroboram para deduzir que a pecuária em Campos não foi abandonada em função

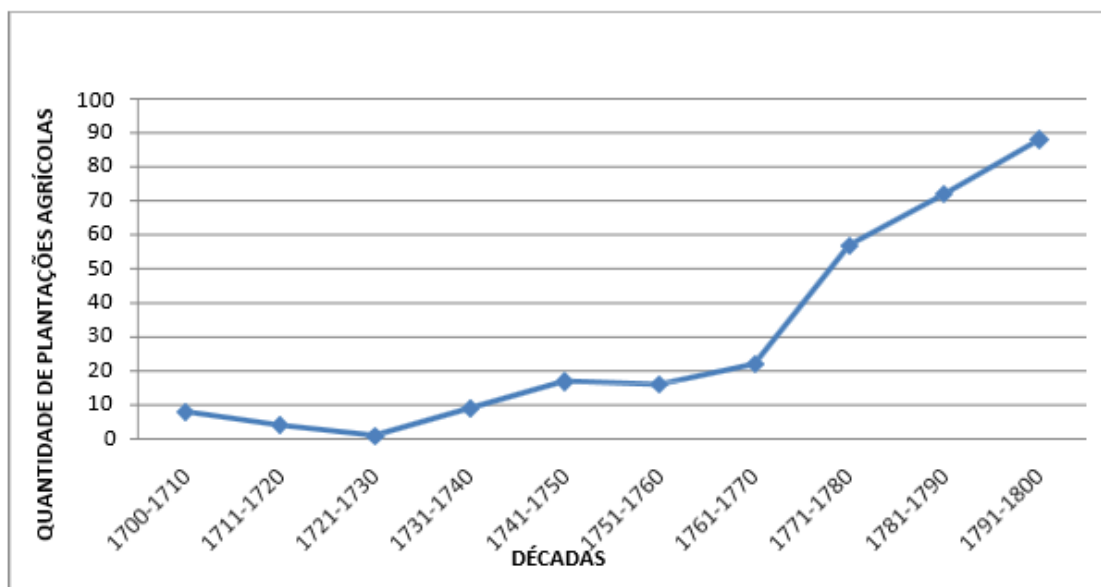


# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

do plantio canavieiro.

**Gráfico 8:** Quantidade de Plantações Agrícolas por décadas (1700-1800)



Fonte: Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho. Inventários post-mortem. 1705-1800.  
Elaboração própria.

Através de inventários *post-mortem* de proprietários do distrito, foi possível realizar um panorama de como a economia de Campos se comportava durante o século XVIII. A entrada do açúcar movimentou a economia de Campos, que ganhou grande destaque pela qualidade do produto exportado, porém fora ao açúcar, a agricultura do distrito ainda era pequena e destinada a consumo interno. Além disso, não podemos ignorar a influência que a pecuária manteve na região mesmo com o foco econômico voltado para o açúcar. Os números mostram que havia uma preferência dos proprietários em praticar as duas atividades, demonstrando que a criação de animais não foi abandonada com o advento da agricultura. Ademais, a quantidade de animais não sofreu uma queda brusca, mesmo após o período de intensificação agrícola, o que também corrobora para o entendimento de que a pecuária se manteve ativa.

## Conclusão



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Apesar da pesquisa que baseou a escrita deste artigo ainda estar em fase inicial de seu desenvolvimento, é possível estabelecer algumas conclusões, mesmo que preliminares, acerca do objeto. O século XVIII foi um período de transformações econômicas para o distrito de Campos dos Goytacazes, que presenciou preferências de suas atividades mudarem. A intensificação da agricultura, sobretudo da cana de açúcar, mexeu com a forma econômica que moradores de campos estavam habituados. Até o início do século XVIII, a criação e exportação de gado eram predominantes na região. Todavia, a partir da segunda metade do oitocentos a cana de açúcar passa a integrar os artigos de alto nível de Campos e entra para os produtos que eram exportados, sobretudo para o Rio de Janeiro.

Com isso, é possível notar novas dinâmicas econômicas sendo organizadas no distrito. Os resultados preliminares mostram que houve uma divisão territorial, provavelmente não intencional, entre as duas atividades. Enquanto o cultivo da cana de açúcar foi centralizado nas planícies, a criação de gado focou nas serras e regiões de maior altitude. Ademais, através dos inventários *post-mortem* foi possível identificar alguns dos proprietários do distrito, bem como suas moradias, posses e rendimentos. Estas informações dialogam com os dados expostos por Manoel Martim do Couto Reis, o que corrobora com a ideia de que as duas atividades coexistiram e ocuparam regiões distintas de Campos.

Esta pesquisa está longe de ser encerrada e ter as suas fontes esgotadas. A intenção primordial deste artigo é mostrar os primeiros resultados extraídos da documentação selecionada, além de apresentar um caminho pouco utilizado para os estudos de história econômica, que é a relação das produções com o meio natural. Quando o assunto é agropecuária, o estudo do meio geográfico se torna indispensável. A economia de base agrícola e criatória está sob constante influência dos meios naturais e isso impacta diretamente nos resultados finais da produção, como a qualidade do produto e os índices de exportação.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Bibliografia

ALFONSO, Felipe Rodrigues. **A fronteira escravista entre o açúcar e o café: Campinas, 1790-1850**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2018.

AZEVEDO, Sergio Luiz Nogueira de; RODRIGUES, Carla Valéria Martins; CASTRO, Antonio Carlos Jacome de. **Alguns parâmetros utilizados na avaliação hidrogeoquímica de um campo petrolífero na bacia de Campos (RJ): estudos preliminares**. Anuário do Instituto de Geociências, vol. 17, 1994.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

\_\_\_\_\_; A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português. 1790-1820. In: **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (orgs.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. P.319-338.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e o brejo**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1945.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio e Janeiro: Paz e Terra, 1988.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 5 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

PESAVENTO, Fábio. **Um Pouco Antes Da Corte: A Economia do Rio De Janeiro na Segunda Metade do Setecentos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Colonial Tardio e a Economia do Rio de Janeiro na Segunda Metade dos Setecentos: 1750-90**. Est. Econ., São Paulo, vol. 42, n.3, p. 581-614, jul.-set. 2012.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. Trad.: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOFFIATI, Arthur. **O nativo e o exótico: perspectivas para a História Ambiental na ecorregião Norte-Noroeste Fluminense entre os séculos XVII e XX**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Alimentação e economia na Província do Amazonas: o uso de dados econômicos para compreensão de aspectos culturais

Robert Alves Pinho<sup>389</sup>

**Resumo:** Este trabalho busca apresentar um percurso metodológico utilizado para compreensão de aspectos culturais, referentes à alimentação, a partir de dados econômicos, apresenta uma experiência de pesquisa aplicada a pesquisa de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, com título: Práticas alimentares e abastecimento na Manaus oitocentistas (1850-1860). Ainda apresenta como foram construídos os dados da pesquisa, com a utilização da Historiografia sobre economia e alimentação, desde clássicos à debates mais recentes, aborda o processo de escolha dos alimentos utilizados na pesquisa, e desenvolve uma discussão sobre os usos comerciais e práticas que englobavam os alimentos utilizados, e demonstra como fatores culturais estão entrelaçados com fatores da economia local.

**Palavras chaves:** Pirarucu; tartaruga; farinha; alimentação; Amazonas.

679

---

<sup>389</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão – PPGHIS – UFMA – Bolsista CAPES.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Introdução

Quando esta apresentação foi pensada, a pesquisa de mestrado, que desenvolvo na Universidade Federal do Maranhão, no PPGHIS, começava a adentrar em debates e questões relacionados à História Econômica. É bem verdade que durante muito tempo, questões de caráter econômico foram metodologicamente separadas de aspectos culturais, principalmente no que diz respeito à análise de dados e sua representação histórica, e escrevo representação porque mesmo fiéis e verossímeis, os dados de uma fonte são apenas, como diria Carlo Ginzburg, “sinais, pistas e vestígios” (1990, p. 143). Desde a graduação, esse abismo entre metodologias foi presente nas análises historiográficas que foram desenvolvidas, contudo, ao elencar a alimentação da cidade de Manaus – a partir de meados do século XIX - como objeto da pesquisa de mestrado, foi necessária a inserção da pesquisa no mundo da História Econômica, mas como fazê-lo? Somente através da construção de gráficos e tabelas? Resumia-se a História Econômica a isso? Também apareciam problemas de ordem cultural, como dimensionar a alimentação somente com relatos de viajantes? Onde estava a produção de alimentos na cidade e na província? Foram tais questões que conduziram a elaboração desta apresentação.

680

Por acaso, no segundo semestre do curso de mestrado, foi oferecida a disciplina “Técnicas e métodos em História econômica”, que foi ofertada pelo professor do PPGHIS, Luís Eduardo Simões; ao mesmo tempo debatia com a professora Patrícia Alves Melo, da Universidade Federal do Amazonas, algumas angustias sobre as dificuldades da pesquisa; durante uma troca de e-mails, a professora me deu indicações de leitura sobre a produção de alimentos, no qual indicava o livro da falecida professora Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*, neste mesmo tempo, um dia visitando a livraria da UFMA (Universidade Federal do Maranhão), adquiri o recém lançado *História econômica no Brasil Império*, organizado pelas professoras Rita de Cássia da Silva Amilco e Walter Luís Pereira; foi a partir da leitura desses dois livros que a pesquisa chegou a uma questão na principal: que seria necessário unir o elo, entre os dados culturais fornecidos pelos





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

relatos dos viajantes, e os números da produção de alimentos na província. Formou-se então, a partir daí a elaboração de um método de pesquisa que cruzasse os dados seriados e estabelecesse a partir de sua incidência, pistas de comportamentos acerca da alimentação na província. O Primeiro processo seguiu o indicado por Linhares, “ a Historia serial” (1981, p. 81), o seriamento dos dados tanto culturais como econômicos, ofereceu um cenário interessante, porque nos dava uma dimensão ampla da alimentação na cidade. Em segundo está no fato de, tomar Manaus como modelo para analisar tanto as questões de ordem somente da cidade, como questões que podem ser percebidas em toda a Província, uma vez que vários dados encontrados nas outras cidades aproximavam-se do que era percebido na capital.

Os alimentos que compõem a pesquisa, são resultado de um trabalho de análise de incidência de dados qualitativos, transformados em indicadores quantitativos retirados dos relatos de viajantes, do Jornal Estrella do Amazonas e dos Relatórios de presidente de província. Estes dados compõem, de certa maneira, o processo de preparação e escolhas que foram feitas nesta pesquisa, por isso informar como foram selecionados, nos parece válido. A cada vez que uma dessas fontes citava um alimento, este era inserido em uma tabela de metadados, exemplo: farinha/ consumo, farinha/ pagamento; ao aplicarmos filtros nesta tabela ela apontava para a incidência que, correlacionava o alimento à prática ou acontecimento, para o caso do abastecimento, esta metodologia é resultado de leituras acerca do seriamento de dados, já comentadas.

Neste processo metodológico chegou-se à resultados interessantes, não só para a escolha dos alimentos, como também para temas tangenciais ao seu consumo e produção. Em primeiro lugar, os alimentos e seu consumo, os dados, levaram à escolha de quatro principais alimentos na cidade, são eles em ordem de quantidade de dados: Tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa*) e derivados, Pirarucu (*Arapaima Gigas*), Peixe-boi (*Trichechus Inungis*) e derivados e a farinha de mandioca; esses animais e a farinha figuram os principais alimentos consumidos na cidade, e exportados pela província. O processamento de dados também revelou, o que outros trabalhos também já se ocupam (Sampaio, 2014); (Braga, 2016); (Costa, 2016), que é a massiva presença indígenas na



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

cidade, como também a presença de africanos escravizados e livres, no trabalho e nos costumes locais.

Também foram apreendidos dados quantitativos acerca da cidade, como a presença das pontes (seus reparos e necessidade), como a enchentes e vazantes impactavam na população do lugar (Cardoso, 1987) e na produção de alimentos; diante disso, os dados coletados apontaram para uma cidade de aspecto bem tacanho, desenvolvendo desde o início do século funções de uma capital. Também demonstraram, como já havia afirmado Patrícia Melo Sampaio, uma cidade que mantinha em muito práticas mercantis e comerciais do século XVIII, mas que fazia a transição para o século XIX (Sampaio, 2014). É importante salientar que a escolha dos gêneros alimentícios citados, seguiu apontamentos sobre a produção de alimentos durante o império, feitos por Elione Guimarães e Vitória Schettini, e segundo as autoras “É necessário nos aprofundarmos no estudo dos produtos tidos como secundários, mas geradores de significativas riquezas e, não raramente, produzidos em abundância, tanto para consumo das províncias, como interprovincial, e para a exportação” (2022 p. 42), ou seja os alimentos citados são parte de uma economia local, e desenvolveram uma extensa rede de relações econômicas, o que demonstra caminhos possíveis que fogem ao modelo do café e de outros produtos do sul e sudeste do Brasil.

O pirucu seco, a carne de peixe-boi, a mixíra de peixe-boi, a tartaruga e a manteiga de ovos de tartaruga, se comparados a outros produtos do comércio imperial, como o café e tabaco, não possuem grande expressão a nível nacional, se comportam como gêneros que despertam curiosidades, produtos exóticos que nem mesmo, em alguns casos foram considerados alimentos, levados às exposições nacionais e universais ocorridas na segunda metade do século (Miranda, 2022, pg.287). Mas para as Província do Amazonas e também do Pará, esses produtos são sua maior expressão, principalmente no que diz respeito ao Amazonas, antes da elevação da demanda por borracha, os produtos advindos dos animais citados eram os principais produtos exportados – a farinha de mandioca é um caso à parte – e tinham grande impacto na economia local. O objetivo deste artigo é traçar um roteiro metodológico para a utilização de dados econômicos e



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

quantitativos para a compreensão de aspectos culturais, e como foi o desenvolvimento desta metodologia.

## As fontes

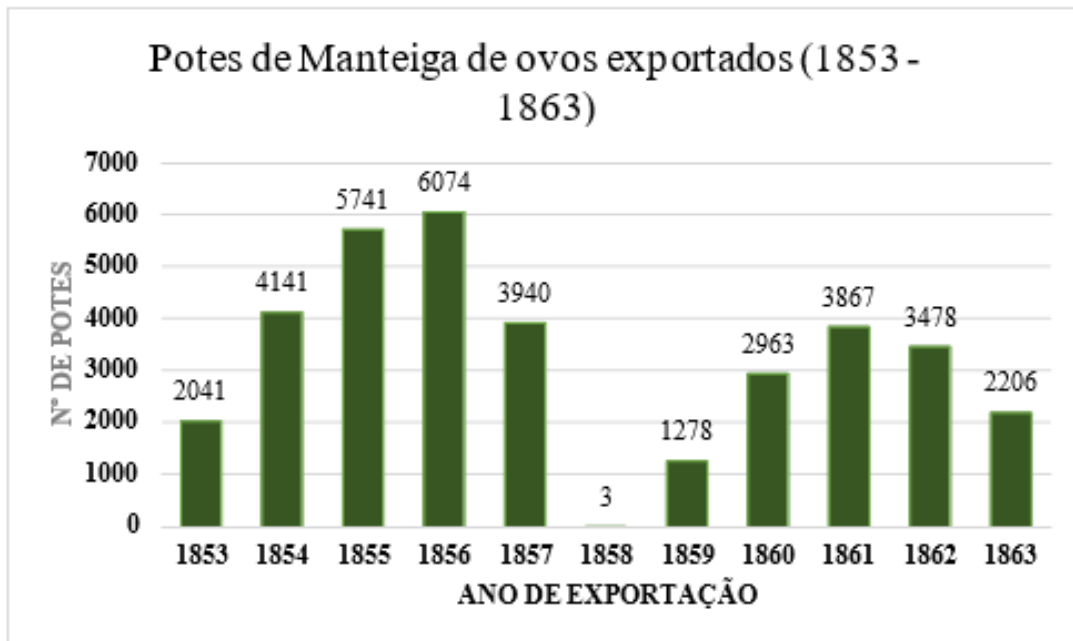
Uma das principais fontes utilizadas nesse estudo, são, as de caráter social ou como explicita Linhares e Teixeira, “Fontes para o estudo das estruturas sociais” (1981, p. 94-95), em específico os Relatórios de Presidentes de Província. Esses relatórios anuais, mandados ao império apresentavam a situação econômica da província: estado de saúde pública, demografia, produção agrícola e os números da contabilidade do erário público. São fontes de caráter oficial, e no caso dos relatórios do Amazonas, um tanto quanto tardios, se comparado a outros lugares, pois a província foi criada apenas em 1850, quando foi desmembrada definitivamente da Província do Pará. Isso fez com que o processo de computo dos dados fosse tardio, e colocava sua produção de dados no que pode-se chamar de fase proto-estatística (Cardoso, 1987.) Abaixo seguem dois gráficos que foram produzidos através de coleta de dados, retirados dos relatórios de província:



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Gráfico 1

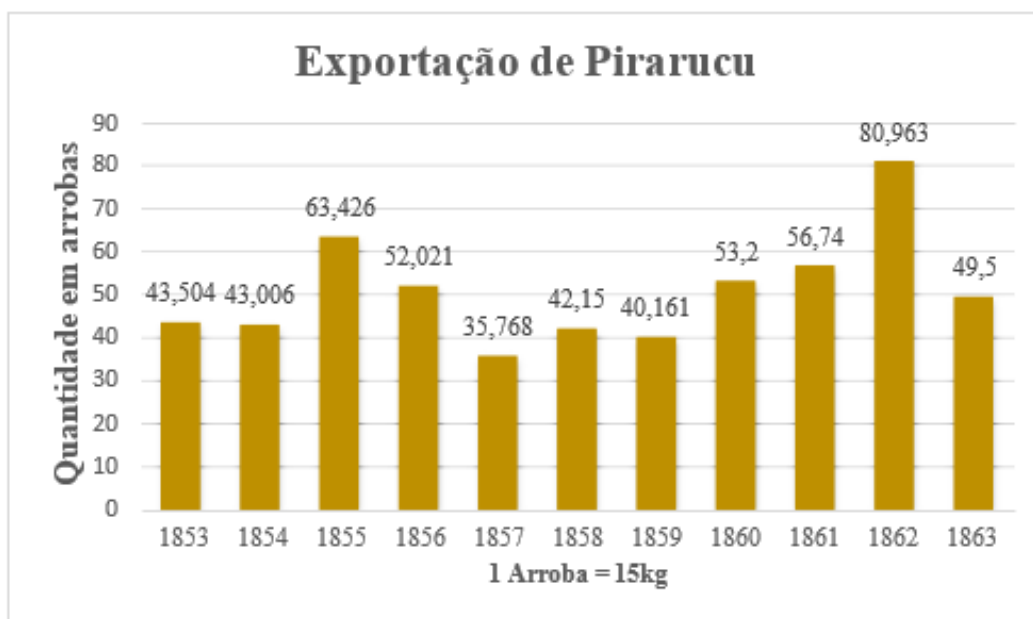




# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Gráfico 2



Ambos os gráficos dão a dimensão da produção de manteiga de ovos de tartaruga e pirarucu seco exportados da Província em 10 anos, longe de serem apenas demonstrativos os gráficos se confrontados, por exemplo, aos relatos de viajantes e comentários do jornal indicam algumas respostas para, por exemplo, flutuações de valor e taxas cobradas abaixo da média. Ainda são possíveis de estimar a partir da exportação os números de consumo na capital da província, através de um cálculo de estimativa. Os dados apresentados no gráfico 2, demonstram o quão alto eram os números da exportação para aquele período, na série o maior número é para o ano de 1862, com 80,9 arrobas, que convertidas em quilos chegam à 1.213kg, aproximadamente uma tonelada e duzentos e treze quilos. Mas o número pode e deve ser subnotificado, também é subnotificado sua taxa de consumo, todavia, se tomarmos como base os cálculos recentes, pode expor uma aproximação razoável. Se na atualidade um ribeirinho consome em média de 500g a 600g por dia (Gandra, 2010, p.4), no século XIX, este valor pode estar aproximado, por exemplo: em 1852 a população da capital foi estimada em 5081 habitantes, tomando o consumo de peixe por 300g (-100g de carne de tartaruga e -100g de outras carnes), o consumo da



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

capital, foi de aproximadamente 1.524 quilos de pescado, e não estamos falando somente de consumo de pirarucu, o que se quer demonstrar é, que o pescado era a base da alimentação da cidade, e tomando para este ano a exportação de 652,56 kg de pirarucu, pode-se dizer que do total consumido, este poderia figurar com pelo menos 50% do pescado consumido, dado que do total produzido metade ficava na capital.

Os jornais também fornecem dados quantitativos pertinentes para o período e que podem ser contabilizados, como por exemplo, é possível fazer uma série do preço dos impostos cobrados por pirarucu e manteiga de ovos – não só estes, mas outros produtos exportados na localidade – a partir da pauta semanal do dízimo, que versava sobre os gêneros que pagavam dízimo e meio dízimo. Os jornais também demonstram os leilões acerca de gêneros apreendidos em contrabando, assim como as hastas públicas para a compra de farinha e pirarucu para pagamento do corpo de trabalhadores da cidade:

EDITAL – Pela Administração da Fazenda Provincial se faz público que no dia 06 do próximo futuro mês de Março pelas 10:00 horas da manhã nesta Repartição se há de vender a quem mais oferecer, dois paneiros de arroz em casca, e um de pós de tapioca, apreendidos, este pelo 1º Escriturário José Antônio d' Andrada da Barra e aqueles por uma patrulha rodante da Polícia. Administração da Fazenda Provincial do Amazonas na Barra 25 de Fevereiro de 1854. – O administrador - Manoel de Almeida Coutinho d'Abreu. (JORNAL ESTRELLA DO AMAZONAS Nº81 ANO 1854, p. 4

686

EDITAL – Pela Administração da Fazenda Provincial se faz público que no dia 6 do próximo futuro mês de abril pelas 10:00 horas da manhã se há de vender em hasta pública um pote de manteiga, apreendido por uma patrulha rodante da Polícia. Os pretendentes se hão de comparecer nesta repartição no dia e hora marcada. Administração da Fazenda Provincial do Amazonas na Barra 24 de Março de 1854. Manoel de Almeida Coutinho d'Abreu – O administrador. (JORNAL ESTRELLA DO AMAZONAS Nº85 ANO 1854, p. 4)

Edital: De ordem do Illmº Snr. Inspector da Fazenda se faz publico, que no dia 1º de Maio vindouro tem de constructar-se com quem por menos fizer, fornecimento de 200 alqueires de farinha de mandioca, e 200 arrobas de pirarucu secco, para sustento dos trabalhadores empregados nas obras geres e provinciaes, com condiçaõ de serem os gêneros de boa qualidade[...] (JORNAL ESTRELLA DO AMAZONAS, nº 87, 1854 p. 4)

A farinha de mandioca que aparece nos recortes, é um produto que desenvolveu e desenvolve um papel fundamental na região amazônica, porém, dentre os alimentos tratados neste trabalho ela representa um caso à parte. No computo das exportações



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

raramente a farinha aparece como um produto que gerava excedente, mas pelas duas fontes já tratadas é perceptível a sua importância, foi através dos relatos dos viajantes que chegamos a resposta: a farinha não seguia uma produção para a exportação, ela era produzida para subsistência. Viajantes como Alfred Russel Wallace, François Biard, Elizabeth e Louis Agassiz, comentam sobre o consumo de farinha na região, o que demonstra a importância e o tipo de produção:

De minha parte, ainda possuía um pouco de chocolate trazido do Pará. Provi-me de uma dúzia de garrafas de aguardente para os índios; para eles também enchi um canto da canoa de cestos com *farinha de mandioca*, um *peixe seco chamado piraroco*, o qual é pesca do em geral nas lagoas. (Biard, 2004, p.183) (grifo nosso)

Como aqui não existe praia, é preciso ir pescar a uma certa distancia, do outro lado do rio; e desde que as águas sobem muito, torna-se impossível apanhar peixe. Então os índios ficam reduzidos a viver exclusivamente de *farinha-d'água*. Esse regímen mais do que frugal satisfaz, para quem está habituado, as exigências do estômago [...] (Agassiz, 2000, p. 315) (grifo nosso)

“Um deles contou que, certa feita esteve perdido por espaço de dez dias e, durante todo esse tempo nada havia comido, tão-somente porque não tinha farinha; e embora pudesse ter matado uma caça qualquer para comer-lhe a carne, ele assim não fez porque não podia comer sem farinha” (Wallace, 2004, p. 167)

São relatos da importância, uso e função da farinha na província, pode-se argumentar que a farinha de mandioca, estava para a Amazônia como o trigo está para a Europa, em muitos casos o único meio de sobrevivência era por meio do consumo de farinha, mas neste ponto é preciso cautela; uma vez que os viajantes e presidentes de província enxergam nas práticas tradicionais da região: miséria, pobreza e atraso, ou seja o consumo de certos alimentos era feito simplesmente pela falta de civilização, criando assim um discurso da fome e do desabastecimento; mas o que argumentamos é completamente o contrário.

Segundo Máximo Montanari, o gosto é um produto cultural (2013, p. 95), e as escolhas do que comer, e como comer seguem padrões regionais, específicos e muitos próprios de cada região, e ainda, podem envolver questões de caráter econômico, sazonalidades e estratégias que deem para uma sociedade em específico: tempo e controle do meio ambiente, o que leva a afirmativa de que o gosto também é um produto social (2013, p. 109), diante do exposto, é possível dizer que o abastecimento era relativo para



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

alguns indivíduos, em outras palavras, não consumia-se pirarucu ou tartaruga por falta de carne bovina, ou , não se consumia farinha de mandioca por falta de pão ou trigo, era justamente o contrário, produtos externos – nesse contexto – eram consumidos por dois motivos: pela falta dos locais ou por significarem ascendência de status na sociedade.

Para além dessa questão, tomasse também o conceito de economias variadas, ou como o cunhado por Fenand Braudel “várias economias” (2009), esses produtos tinham uma circularidade regional muito ampla, e desenvolviam em muitos casos, a função de moeda corrente, as Províncias do Amazonas e Pará tinham suas economias assentadas na produção de farinha, produtos extraídos da floresta e na produção de pescado, Belém assim como Manaus, tem um número altíssimo de consumo de peixe e de exportação pirarucu e peixe seco, como demonstra Sidiana da Consolação Macedo em *Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)*, ainda para a pesquisadora essas práticas tradicionais de produção e consumo, moldaram uma identidade na alimentação de Belém (2014, p. 209).

A partir disto cabem ainda algumas considerações quanto a economia da Província no que tange monetização; de certa forma dinheiro era artigo muito raro em diversas regiões do império, as fontes que tratam dos impostos em sua maioria dedicam-se ao fisco administrativo e não ao individual e privado dos indivíduos (Linhares, 1981), e por isso é tão difícil de mesurar como funcionava o mercado interno das cidades. Contudo no caso da região amazônica a prática do escambo era a linha de frente nas práticas de comércio, e na Província do Amazonas não fora diferente. O naturalista Alfred Russel Wallace em sua passagem pela cidade da Barra (Manaus) em 1849 descreve como eram tratados os pequenos negócios “Nos diversos sítios aonde eu aportava, algumas vezes recebia encomendas de compras, em Barra, pois quem quer que fosse, a quem eu já houvesse visto uma vez, num segundo encontro se considerava um velho amigo meu e queria gozar de privilégios como tal.”(Wallace,2004 p. 401), as práticas cotidianas eram típicas de uma pequena cidade onde alguém com certo status de confiança era escolhido para ser guardião dos pedidos e encomendas, e continua “Lá um queria que eu lhe trouxesse um





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

pote de óleo de tartaruga; outro pedia um garrafão de vinho; o delegado de polícia queria que eu lhe trouxesse um casal de gatos; o seu escrivão, dois pentes de marfim" (2004 p. 401) e por fim salienta:

Para todas essas encomendas, eu não recebia um único vintém adiantado, mas todos prometiam que o dinheiro seria certo de receber, que me pagariam, à minha volta, ou, então, dariam o seu equivalente em café, fumo ou outra mercadoria qualquer, corrente no rio Negro [...] me deram, por vezes, a entender que estavam precisando muito de tais e tais objetos, e, sem pedir diretamente, de um modo bem claro, que eu lhes adquirisse, insinuavam apenas que, se eu lhes trouxesse, ficariam elas muito contentes e de mim os comprariam e mos pagariam. (2004 p.402)

Esse tipo de relação de encomenda era comum em toda a Província, acordos feitos de maneira corriqueira, onde o dinheiro não oferecia grande segurança; a região teve uma tardia introdução da moeda o que fez com que relações comerciais não se constituíssem exclusivamente de maneira monetizada. A moeda, apesar de conhecida, nem sempre apresentava uma alternativa de riqueza; as trocas eram muito mais valiosas e seu lucro mais consistente, uma vez que a circulação de dinheiro era muito pequena “ Esta inserção relativamente tardia de moeda na região gera um conjunto de permanências de práticas mercantis não capitalistas, onde não predomina a intermediação da moeda nas relações comerciais” (Sampaio,2014, p.73), isto vai ao encontro do relato feito pelo médico Robert Avé-Lallemant em sua passagem pela província por volta de 1858

Comprei a um ticuna um arco e uma bela flecha par pescar pirarucu. Quando ia saindo com êsses objetos, êle me disse com tristeza: ‘mas você não pesca pirarucu, e eu não posso mais ir à pesca’ [...] “O que, porém, podia um estrangeiro fazer com um aparelhamento índio completo de pesca para que o queria levar, não compreendia o ticuna ( 1859, p.172-173)

Este relato corrobora o fato de que os indígenas conheciam o dinheiro e sabiam de sua importância para fazer comércio com instituições e indivíduos não indígenas, mas para o seu modo de vida talvez o dinheiro não representasse uma prioridade. A isto também estava atento Avé-Lallemant quando confrontado no diálogo, ele deve ter notado a surpresa daquele indivíduo ao negociar uma ferramenta tão preciosa; distantes do capital, a flecha e o arco representaram uma predileção maior. Essas observâncias



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

fazem-se necessárias para que ao tratar dos usos econômicos dos alimentos, fique claro que os produtos da província serviram de moeda de troca, salário, alimento de sobrevivência, e se fazem presentes até o presente.

## As crises e a produção de subsistência

Quando a escassez ou a falta de farinha chegava na capital, a tesouraria era encarregada de contratar o abastecimento de outras regiões, como a do Alto Rio Negro, conhecida pela produção de farinha de boa qualidade. Na exposição feita por Herculano Ferreira Pena, ele disse que “o fornecimento dos gêneros para sustento dos Trabalhadores tem sido contractado pela Thesouraria precedendo arrematação em hasta publica; excepto uma porção de farinha ultimamente comprada no Alto Rio Negro” (Pena, 1855, p. 24). Tanto nos relatórios dos presidentes como nos relatos dos viajantes, houve em vários momentos escassez de farinha e de diversos outros gêneros – principalmente de carnes verdes, uma vez que o gado não era criado em larga escala na província – esses momentos, sobretudo, eram resultado de combinações sociais e naturais, geradoras de crises, e ainda é muito importante, que se ressaltem os problemas causados pela falta de pei-boi e tartarugas.

690

O conceito de crise deve ser empregado com cautela na realidade amazônica, principalmente se os que relatam esses interstícios estão ligados ao poder do estado ou são naturais de uma realidade com ideais civilizatórios. Os viajantes eram muito categóricos quanto às precariedades da província e à falta de assessoria que o poder imperial dispensava para a região. Entre outras críticas estavam o não desenvolvimento e aproveitamento da região pelo seu potencial agrário, e a falta de administração encontrada na região, apesar de reconhecerem como imenso o trabalho feito pelos presidentes

Quem me acompanhou na viagem ao longo do Amazonas, se convencerá comigo sobretudo de todas as construções, desde as igrejas até a última das choças de índios. Aí tudo é miserável e triste, tão triste como não se poderia



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

facilmente encontrar em nenhum recanto do mundo, a que se dê o nome de pomposo de vila ou cidade (Avé- Lallemand, 1859, p. 203)

A observação de Robert Avé-Lallemand se deve ao fato da própria composição social e econômica da Província, pois, como já observado, muitas das práticas de produção seguiam ainda os moldes do século XVIII. Ademais, a província estava distante das transformações econômicas em curso no século XIX, sobretudo na Europa, essa foi a sua condição até o boom da produção gomífera, quando se tornou uma província com fortes características modernas e uma capital que servia centro de escoamento da produção de borracha, assim como importava comportamentos que atendessem uma lógica mais cosmopolita (Dias, 2019).

Porém tal realidade não pode ser tomada como um discurso de pobreza, pois existia um forte comércio por meio de trocas na localidade, de produtos advindos das fronteiras que desciam o Amazonas e o Negro com tamanha quantidade, advindos principalmente da Venezuela e Peru. Subsistia, portanto, um forte tráfico de produtos, uma vez que se faziam altas cobranças do dízimo sobre esses gêneros. Além disso, os indígenas de várias regiões percorriam os rios em canoas vendendo ou trocando produtos nas pequenas embarcações à remo. Esse meio de comércio não oficial era duramente combatido pelas autoridades do governo imperial – por razões lógicas é claro – não se pode mensurar de maneira segura os números desse desvio de produtos, porém deviam desfalcar em certa medida a quantidade de produtos remetidos à Fazenda Imperial.

Os fatores naturais também causavam infortúnios à produção, como as cheias dos rios relatadas por Robert Avé-Lallemand e François Biard, elas incidiram em grande impacto na produção, principalmente em locais onde as águas alcançavam a plantação “Disse já que este ano de 1859 causara grandes estragos no Amazonas e outros rios. Nas circunvizinhanças de Santarém, todo o gado fora arrebatado pelas cheias. As plantações de cacau foram arrastadas, e por toda parte se viam indícios dessas enchentes” (Biard, 2004, p. 158).

Uma forte cheia ou uma forte vazante eram fatores que, e até o tempo presente,



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

são significativos para a região amazônica, pois não só influenciavam a produção das roças, mas também na quantidade do pescado e no ciclo reprodutivo de diversas espécies que estavam dentro do ecossistema (Fraxe, 2007). E, para a província no século XIX, produzia um desequilíbrio na desova das tartarugas ou na escassez de peixe-boi, resultando em grandes problemas de abastecimento. Esse ciclo afetava antes de tudo a produção da farinha, pois a cheia ao se precipitar sobre as roças causava prejuízos nas áreas já plantadas. Esse índice sazonal do regime das águas fluviais, ainda impactava na caça do pirarucu, uma vez que, com as águas em níveis maiores a formação de lagoas se tornava mais difícil, o que tornava quase inviável a pesca do animal. Para a década de 1850 a produção de farinha para a exportação foi muito incipiente sendo ela apenas para consumo interno, durante a construção deste artigo foram seriados os dados de exportação de farinha, de 1853 à 1861:

Ano	1853/54	1855	1856/57	1858	1859	1860	1861
Quantidade em alqueires	0 alq.	20 alq.	0 alq.	50 alq.	0 alq.	0 alq.	0 alq.

692

A partir desses dados, podem ser levantadas duas principais hipóteses, a primeira sustenta o argumento de que a produção de alimentos na região amazônica se concentrou em atender uma demanda interna de produtos que lhes era muito particular, a farinha não servia como gênero de exportação mas sim, de consumo interno e para a manutenção da força de trabalho dos indígenas e escravizados, como já foi apontado; bem como atendia as necessidades gerais dos moradores das cidades e vilas, que também estima-se que a usavam como moeda de troca. Os dados também indicam como o ambiente determinava as condições de plantio, que necessitava de trabalho e controle do solo, ora uma vez que os escravizados e indígenas, ocupavam-se de outros trabalhos era bem possível que as plantações se perdessem ou não recebessem a devida



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

atenção, e dessa maneira, a produção de farinha era apenas para o consumo interno e mercado local; os anos com os menores números, serem cruzados com os relatos, apontam para os anos das maiores cheias.

As epidemias também eram um ponto significativo na vida provincial, uma vez que médicos não eram uma realidade, os próprios habitantes faziam uso de seus conhecimentos sobre ervas, cascas, emplastos, chás e remédios – conhecimento ancestral legado pelos povos da região. O próprio Avé-Lallemant destacou que “todos os habitantes eram homeopatas”. Nesse mesmo relato, ao passar por Ega (Tefê), ele escreveu:

Na miserável localidade assolava uma moléstia endêmica, uma colerina, uma espécie de cólera sem a mesma violência. Contudo, vitimava sempre algumas pessoas. A 30 de julho, tinham morrido três dos 900 habitantes. As águas subiram mais do que nunca. Quando baixam, irrompem sempre febres – com tanta maior violência quanto mais alto elas tenham subido, inconveniente de que se ressentia toda a bacia do rio (Avé-Lallemant, 1859, p. 191)

O relato do médico alemão reuniu dois fatores, as cheias e as endemias, dois acontecimentos recorrentes na região, mesma realidade também se fazia presente na cidade Manaus. Durante o ano de 1862, o governo provincial fez circular na cidade um panfleto chamado de “Medidas preventivas e Hygienicas para o *Cholera Morbus*” feito na tipografia de Francisco José da Silva Ramos. O manual indicava remédios farmacêuticos e homeopáticos para a prevenção e cuidados paliativos durante as diversas fases da doença. Somando-se estas variáveis, pode-se ter com mais clareza o quadro geral dos fatores que influenciavam diretamente nas crises de abastecimento e na produção de alimentos na província durante a segunda metade do século XIX.

As condições expostas tiveram implicação direta na produção de subsistência presente na localidade que, apesar de possuir índices de produção e exportação proeminentes, sua economia atendia demandas de caráter interprovincial. A agricultura estava dividida nos pequenos roçados nas cercanias da capital e em diversas propriedades espalhadas na Província, sua maneira pouco modernizada e com ferramentas rudimentares não desenvolveram grandes produções agrícolas. Isto pode



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

ser constatado a partir da ida dos viajantes à diversos sítios e chácaras:

Esta gente parece estar sempre muitíssimo ocupada; entretanto, muito poucos dos seus serviços é que aparecem. As mulheres vão arrancar as raízes da mandioca ou de inhame, quando não têm plantações ou colheitas a fazer. [...] Os homens estão sempre ocupados na floresta, ora derrubando mato, para fazer as suas roças, ora lavrando madeira, para fazer canoas ou remos, ora aparelhando uma tábua, para qualquer outro propósito. (Wallace, 2004, p.223)

Viajantes como Alfred Russel Wallace, François Auguste Biard e Robert Avé-Lallemant, destacaram as pequenas propriedades perto da cidade de Manaus e nos outros termos da Província. O modo de produção da região amazônica seguiu a maneira, em muitos casos, da lógica indígena onde a produção de excedentes não configurava o principal objetivo. A historiografia tem ressaltado que o modo de produção de alimentos para a região se constituiu de maneira muito específica, sendo incorreto aplicarem-se as mesmas noções de capital presentes em outras regiões do império (Cardoso, 1884). Porém, foram essas condições que serviram de base para que no decorrer do século XIX o crédito e o investimento imobiliário se desenvolvessem de maneira consistente e significativa na Província (Sampaio, 2014), o que não representou o desaparecimento das práticas de extração e agricultura de subsistência corroborando a ideia de que os ciclos econômicos são um conceito inaplicável para a região amazônica.

694

## Considerações Finais

Longe de apresentar um manual, este trabalho se concentrou em apresentar uma experiência de pesquisa, para alguém não tinha noção de como inserir uma pesquisa no âmbito econômico, e na atualidade consegue propor análises de caráter econômico sem criar nichos metodológicos ou ter apenas uma alternativa de análise dos dados. É necessário dizer, que a observância da economia é a observância das formas de controle e sobrevivência da sociedade, é o captar de nuances e comportamentos, longe de representações somente abstratas (Hobsbawn, 2000). Resistência, formas de



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

reinvenção social, pequenas táticas e descontentamentos, só aparecem quando se olha para os indivíduos da história como seres de um sistema integrado, que precisam sobreviver e viver de diversas maneiras, é necessário dizer que um modelo econômico aplicável em realidade x, pode não ser aplicável em realidades y; que um evento de caráter local pode ou não ter relações com eventos mais gerais, não há um modelo reproduzível.

A respeito das realidades amazônicas, modelos econômicos teóricos e fechados, parecem-nos carente de revisões, no que diz respeito à alguns conceitos como: grande capital, economia, trabalho e identidade; isto, porque essas questões aparecem a qualquer pesquisador que se debruce no mundo amazônico do século XIX, e tenha que lidar com questões que teoricamente parecem superadas, como as assinaladas acima. A alimentação tratada neste trabalho não, pode por exemplo ser desligada da questão de mão obra, tão complexa para o século XIX, principalmente no que diz respeito aos povos indígenas; não poderíamos passar pela alimentação sem dimensionar, ou pelo menos compreender os números da economia e sua situação, e como práticas locais desenvolveram uma rede de comércio tanto interprovincial como internacional – no caso de países próximos – como Venezuela e Peru.

695

Nesse sentido ao observar a historicidade dos alimentos pode-se adentrar as formas pelas quais os indivíduos de uma sociedade viviam em uma determinada época. A realidade social da Província do Amazonas diferia e muito de outras localidades do Império tanto por razões geográficas quanto por razões específicas de sua produção e lógica interna de comércio, trabalho e alimentação. Mais uma vez é importante de ressaltar o errôneo conceito dos ciclos econômicos para a região, à medida que a extração do látex vai ser tornando mais lucrativa e frequente vão ocorrendo mudanças na capital – muitos mais europeizada – e em toda a província, mas isso não significa o fim da produção já bem construída no período anterior.

**Fontes:**



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

AGASSIZ, Jean Louis Rodolph, 1807-1873. *Viagem ao Brasil 1865-1866* / Luís Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz ;tradução e notas de Edgar Süsskind de Mendonça. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

AVÈ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859*. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura. Instituto Nacional do Livro, 1961.

BIARD, Auguste François. *Dois anos no Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

Jornal Estrella do Amazonas, nº 81, 1854. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213420&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br&pagfis=0>

Jornal Estrella do Amazonas, nº 85, 1854. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213420&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br&pagfis=0>

Jornal Estrella do Amazonas, nº 87, 1854. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213420&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br&pagfis=0>

Relatório apresentado ao Ministério dos Negócios do Império por João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha de 30 de Abril de 1852. In: ARCHIVO DO AMAZONAS, Ano II. Vol. II – nº6.

Relatório de Productos agrícolas do Alto Amazonas, 1861. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes/169331>

Relatório do presidente da Província do Amazonas Herculano Ferreira Pena no de 1853. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes/169331>

Relatório do presidente da Província do Amazonas Herculano Ferreira Pena no de 1855.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes/169331>

Relatório do presidente da Província do Amazonas Dr. Manoel Clementino C. da Cunha no de 1862. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes/169331>

WALLACE, Alfred Rbussel. Viagens pelo Amazonas e Rio Negro. Notas de Basílio de Magalhães. - Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

## Referências

BRAGA, Miranda Bruno. *Manãos uma Aldeia que virou Paris: saberes e fazeres indígenas na Belle Époque Baré 1845-1910*. 2016. Dissertação (Mestre/PPGH). Universidade Federal do Amazonas.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, H. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. – 4. ed. – São Paulo: Global, 2011.

COSTA, Jéssyca Sâmia Ldislau Pereira. *Por todos os cantos da cidade: escravos negros nos mundos do trabalho na Manaus oitocentista (1850-1884)*/ Jéssyca Sâmia Ladislau Pereira Costa. – 2016. Orientador: Luiz Carlos Soares. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto, PEREIRA, Henrique dos Santos, WITKOSKI, Antônio Carlos. (Orgs.) *Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais*. - Manaus: EDUA, 2007.

GUIMARÃES, Elione Silva; SCHETTINI, Vitória Fernanda. *Terra e Agricultura no Império do Brasil*. In: *História Econômica do Brasil Império*/ Rita de Cássia Amilco e



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Walter Luiz Pereira (Organizadores). Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2022.

HOBBSAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LINHARES, Maria Yeda; DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. Editora: Brasiliense, 1981.

MACEDO, Sidiana da Consolação. *Do que se come: uma História do abastecimento e da alimentação em Belém (1850 – 1900)*. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2014.

MIRANDA, Leila Mourão. *Indústria no Império: entre o doce e o amargo*. In: *História Econômica do Brasil Império/ Rita de Cássia Amilco e Walter Luiz Pereira (Organizadores)*. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2022.

MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. Tradução Letícia Martins de Andrade. 2 ed. São Paulo: Editora Senac; São Paulo, 2013.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX*. 2 ed. São Paulo: editora Livraria da Física, 2014.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Ocupação e formação dos mercados no norte e noroeste fluminense

Romulo Wesley Trancoso da Silva<sup>390</sup>

**Resumo:** Nesse artigo abordaremos a ocupação agrária e urbana do norte e noroeste fluminense, osurgimento dos principais núcleos habitacionais e atividades produtivas. Nos séculos XVIII e XIX, Campos dos Goytacazes foi famoso pela expressiva produção açucareira, mas também era um importante produtor de alimentos para o mercado interno. Daremos enfoque às dinâmicas comerciais do Norte/noroeste fluminense, que abastecia a cidade do Rio de Janeiro, e exportava para outros portos do Império ou internacionais. Um elemento importante na nossa análise será a infraestrutura de transportes que conectava os municípios da região entre si e com a Corte, para a movimentação de pessoas e principalmente mercadorias. O rio Paraíba do Sul e seus afluentes foram importantes vias de comunicação no norte e noroeste fluminense, e a navegação fluvial foi naturalmente o primeiro caminho para integração regional.

**Palavras-chave:** História Econômica; História Fluminense; História Agrária; História do Transporte.

699

<sup>390</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

## Introdução

Esse artigo é resultado de uma pesquisa mais ampla para a tese de doutoramento sobre as ferrovias do Norte e Noroeste da Província do Rio de Janeiro no século XIX. Nele, trataremos das primeiras tentativas de ocupação desses territórios por colonos, durante o período colonial, até sua consolidação no século XIX. Abordaremos os conflitos por terras, características fundiárias e produtivas. Buscaremos compreender a formação econômica dessa região antes dela ser atravessada pelas vias férreas, que são o objeto da tese de doutorado. O município de Campos dos Goytacazes se destacava como entreposto comercial nessa região, além da expressiva produção agrícola, principalmente açucareira. As mercadorias circulavam no mercado local e eram comercializadas na cidade do Rio de Janeiro. Outros municípios que formam as regiões Norte e Noroeste e que veremos são: Macaé, S. João da Barra, S. Fidelis e Itaperuna.

Faremos uma discussão bibliográfica utilizando alguns dos principais dos autores que trouxeram colaborações para o tema, sem a pretensão de abarcar toda a produção, que não caberia nos limites deste trabalho. Para tratar da dinâmica comercial, abordaremos os caminhos (estradas, rios, trajetos marítimos) que conectavam os municípios da região entre si e com a cidade do Rio de Janeiro. Desde o século XVIII, o rio Paraíba do Sul e seus afluentes foram importantes vias de comunicação para o Norte e Noroeste fluminense, e a navegação fluvial foi o primeiro caminho para integração regional, apesar de oferecer muitos desafios. Em finais do século XIX, as ferrovias se tornaram protagonistas no transporte, solucionando as dificuldades para escoar as mercadorias e mantendo a centralidade comercial de Campos. Mas aqui abordaremos a história que precedeu as ferrovias.

700

## Ocupação e conflito pela terra

A história das tentativas de ocupação por colonos europeus da região



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Norte/Noroeste do atual Estado do Rio de Janeiro começa no século XVI, mas a fixação no território e implantação de atividades econômicas foi bem sucedida apenas em meados do XVII. Isso faz que Campos dos Goytacazes, que foi o centro irradiador da colonização na região, seja considerado de ocupação antiga em comparação com outras partes do Recôncavo da Guanabara, que só foram povoadas em finais do século XVIII e durante o XIX. (FARIA, 1986, p.77)

Com o estabelecimento das Capitanias Hereditárias, a região foi denominada Capitania de São Tomé, e concedida ao donatário Pero de Góis, em 1536. Ela era ocupada por diversas tribos indígenas da nação Goytacaz, que as narrativas dos contemporâneos descreviam como ferozes contra os europeus, tendo repellido duas tentativas de colonização do território. Em 1546, renomeada como Capitania da Paraíba do Sul, foi herdada por Gil de Góis, que a entregou para a coroa portuguesa em 1619 por não conseguir estabelecer povoados com segurança no local. Em 1627, a região foi concedida como Sesmaria aos “7 capitães” pelos serviços prestados no combate aos franceses e aliados indígenas.<sup>391</sup> Algumas terras foram ocupadas por esses “capitães”, outras por arrendatários com diferentes graus de riqueza. (DE SAINT-HILAIRE, 1941, 387-388; DONALD, 1973, p.7; FARIA, 1986, p.78-80)

701

O Governador da capitania do Rio de Janeiro, General Salvador Correia de Sá e Benevides, contestou a propriedade dos “7 capitães”, argumentando que elas não haviam sido doadas como sesmarias. Eles chegaram a um acordo para redistribuir as terras da Capitania em 12 quinhões, em 9 de março de 1648:

“4,5 para os capitães e seus herdeiros, 3 para o general Salvador Carreira de Sá e Benevides, 3 para os padres da companhia de Jesus, 1 para o capitão Pedro de Souza Pereira e 0,5 para os frades de São Bento. O general e as Ordens Religiosas puderam se apossar das terras, cuidando também da pecuária”. (FARIA, 1986, p.81)

A pecuária foi a primeira atividade econômica difundida em maior escala na ocupação da região. Apesar de as terras serem propícias para a cana de açúcar, a

<sup>391</sup> Os 7 capitães eram: Miguel Aires Maldonado; Gonçalo Correia; Duarte Correia; Antonio Pinto; João deCastilho; Manoel Correia e Miguel Riscado.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

agricultura só se desenvolveu no Norte fluminense em meados do século XVIII. Existe a hipótese de que os colonizadores evitavam se fixar nos locais devido a violência dos indígenas, mas alguns dos autores mais referenciados sobre a história da região elaboraram explicações diferentes.

De Saint-Hilaire (1941) foi um viajante francês que visitou o Norte fluminense na primeira metade do século XIX. Para ele, a agricultura mercantil demorou para se desenvolver na região por características morais dos ocupantes, e pelo menor esforço exigido na pecuária. De Saint-Hilaire (1941) considerava que as revoltas e turbulências que ocorriam em Campos se deviam ao caráter de malfeitores que se refugiavam na região, e a incapacidade dos donatários em os controlar. Os Campistas teriam começado a produzir cana-de-açúcar quando "descobriram" que era mais lucrativo, e o trabalho disciplinado diminuiu a propensão a revoltas. (DE SAINT-HILAIRE, 1941, p.391)

Para o historiador americano Donald (1973), a pecuária foi a principal atividade econômica do Norte fluminense até meados do século XVIII porque os grandes proprietários ausenteístas evitavam que se formasse uma aristocracia rural em Campos, por isso resistiram ao desenvolvimento do açúcar. As principais propriedades desses ausenteístas eram na Guanabara, e a pecuária no Norte fluminense uma extensão. A expansão agrícola teria ocorrido porque os campistas convenceram a coroa de que Campos era fértil para produção rural, e ela se posicionou ao lado dos Campistas para manter a posição de Portugal no mercado mundial de açúcar. (DONALD, 1973, p.17-20)

Já para Sheila de Castro Faria (1986), a agricultura comercial campista foi tardia por questões mais complexas, geográficas, econômicas e jurídicas. Um dos principais problemas para estabelecer uma produção agrícola mercantil era a falta de caminhos para escoar as mercadorias. As principais saídas eram os rios Macaé e Paraíba do Sul, por serem navegáveis e com desembocaduras no mar. No entanto, muitas partes do rio Paraíba do Sul não eram boas para navegação constante, e a foz do rio oferecia dificuldades ainda maiores devido ao assoreamento. Do outro lado, a Serra do Mar, também representava um obstáculo a ser superado para estabelecer melhores conexões. Por essas razões, para



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Sheila de Castro Faria, nos 200 primeiros anos de ocupação do Norte fluminense<sup>392</sup>, foi priorizada a criação de gado, e o melhor caminho era atravessar a restinga litorânea à cavalo, em direção a Macaé, Cabo Frio ou Niterói. A necessidade de superar as dificuldades de transporte era fundamental para a agricultura. (FARIA, 1986, p.83)

De Saint-Hilaire (1941) e Donald (1973) argumentaram que em finais do século XVIII e começo do XIX, Campos pertencia a 4 grandes proprietários que possuíam terras muito vastas e as arrendavam. O arrendatário pagava anualmente, e os contratos duravam 4 anos. De Saint-Hilaire (1941) considerava que os arrendatários possuíam certa estabilidade, e costumavam construir benfeitorias em seus arrendamentos.

"Constroem casas consideráveis e engenhos de cana em terrenos alugados por quatro anos somente e frequentemente esses terrenos são cedidos a terceiros pelo mesmo preço anterior às benfeitorias. Resulta de tudo isso as relações entre agricultores e proprietários são muito menos favoráveis a estes que a aqueles; mas está claro que essas relações, fundadas em simples costumes, não poderão durar muito tempo." (SAINT-HILAIRE, 1941, p.395)

703

Para Donald (1973), a concentração de terras era um problema no Norte fluminense. A partir de um relatório de 1779 elaborado pelo Marques de Lavradio, narra que a maioria das terras ocupadas compunham quatro latifúndios: do Visconde de Asseca; Colégio; São Bento; e Barcellos. Juntas elas produziam metade do açúcar campista e possuíam a maioria dos escravizados. Mas Donald (1973) compreende que havia maior diversidade nas propriedades, com outras fazendas grandes (com entre 11 e 83 escravos) e pequenos produtores, com um ou nenhum escravizado. (DONALD, 1973, p.23-24)

Esses autores, com suas diferentes perspectivas, consideram que a difusão de arrendamentos ocasionou frequentes tensões pela posse da terra em Campos dos Goytacazes no período colonial. Em 1652, por exemplo, como estratégia para adquirir maior autonomia em relação aos proprietários ausenteístas, os ocupantes posseiros, arrendatários e descendentes dos 7 capitães, conseguiram que o Ouvidor concedesse o título de Vila para Campos. No entanto, os proprietários de fora conseguiram indeferir

<sup>392</sup> Até então, o Noroeste fluminense não havia sido ocupado por colonos europeus.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

aelevação do povoado, despejando os ocupantes como represália. Sendo assim, durante o século XVII, o Norte fluminense era uma região de disputas por terras entre proprietários herdeiros, ocupantes (arrendatários e posseiros) e ordens religiosas. (FARIA, 1986, p.83-84)

Em 1674 o General Salvador Correia de Sá e Benevides conseguiu que seu filho, Martim Correia de Sá<sup>393</sup>, recebesse a Capitania da Paraíba do Sul como doação. Sob protestos dos outros proprietários (como os descendentes dos 7 capitães e as Ordens Religiosas), o período dos Asseca, que durou por volta de 100 anos, foi de instabilidade e luta por terra em Campos. (FARIA, 1986, p.85)

Os conflitos dos habitantes do Norte fluminense durante o período dos Assecas culminaram em lutas armadas e jurídicas contra os tributos cobrados pelos donatários e proprietários das terras. Os “amotinados” não eram apenas os pobres, mas também grandes produtores locais. Em 1748, houve um levante armado contra os Assecas, liderado por Benta Pereira, que tinha 73 anos e era da família Manhães Barreto, de grandes proprietários campistas. A revolta foi combatida pelo exército da coroa, e o conflito foi resolvido com a compra da Capitania do donatário por 12 mil cruzados, sendo parte paga pelos produtores campistas.<sup>394</sup> (FARIA, 1986, p.88-92)

Nesse momento, as terras em disputa em Campos estavam principalmente na margem direita do rio Paraíba do Sul. Na margem esquerda estava a Vila de Guarulhos, terras dadas aos padres Jesuítas para aldeamento indígena. Devido à dificuldade para aldear os índios, e por serem as terras da outra margem melhores para o pastoreio, apenas no final do século XVIII, com a expansão da agricultura, essa região foi mais povoada pelo homem branco, repelindo os indígenas definitivamente. (FARIA, 1986, p.86-87)

A expulsão dos jesuítas pelas políticas pombalinas abriu uma nova fronteira agrícola na região. A partir dos registros paroquiais, Sheila de Castro Faria (1986) percebe que as freguesias de Santo Antônio de Guarulhos e Santa Rita da Lagoa de Cima foram ocupadas mais tarde, e em 1850 estavam em expansão agrícola, havendo muitos

<sup>393</sup> Martim Correia de Sá recebeu título de I Visconde de Asseca em 1666.

<sup>394</sup> Os Asseca mantiveram propriedades em Campos após a venda da Capitania até 1848.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

“posseiros primitivos” que tentavam regularizar suas terras. Eles ocupavam grandes dimensões, sendo 36.248,43 hectares em 80 declarações em Guarulhos, e 17.502,06 hectares em 137 declarações na Lagoa de Cima. (FARIA, 1986, p.116)

Machado e Motta (2022), relacionaram o instituto enfiteutico (aforamentos) com a concentração fundiária e a perda de direitos indígenas sobre as terras em Campos no final do século XVIII. Elas utilizaram relatórios de Couto Reis<sup>395</sup> para demonstrar que terras do "*antigo aldeamento de Santo Antônio dos Guarulhos*" também foram arrendadas, e que se estabeleceram alguns engenhos. Segundo essas autoras, houve um avanço especulativo de recebimento e revenda de foros por colonos nessas terras destinadas ao aldeamento indígena. (MACHADO; MOTTA, 2022, p.4)

Chegaram a viver 600 indígenas no aldeamento. As políticas indigenistas após o Diretório Pombalino, mesmo depois de revogado, ajudam a compreender a reversão desse quadro demográfico. Alguns dos elementos apontados por elas para a diminuição do contingente indígena em Guarulhos foram os esforços para secularizar os aldeamentos, inserindo colonos; utilizando o trabalho indígena em diversas funções; e com casamentos inter-étnicos. Assim, os colonos se tornaram os ocupantes efetivos do território na margem esquerda do rio Paraíba, e as reivindicaram como posses, sem demonstrarem se estavam ou não sob contrato de enfiteuse. Em finais do século XVIII, as terras de Guarulhos estavam ocupadas foreiros que não reconheciam o senhorio dos indígenas (MACHADO; MOTTA, 2022, p.9-11)

Malheiros (2008), defende que os estabelecimentos de Guarulhos eram pequenas e médias propriedades, que produziam pouco ou nenhum açúcar. Mas Machado e Motta (2022) discordam, de acordo com elas, alguns foreiros estabeleceram grandes unidades produtivas de açúcar na "*Antiga Aldeia de Santo Antonio de Guarulhos*". Esses foreiros deviam grandes quantias a essa Aldeia, mas argumentavam que já não havia mais indígenas a serem pagos.. As autoras entendem que assim eles foram espoliados de suas

---

<sup>395</sup> Manoel Martins de Couto Reis cartografou e elaborou relatório sobre a região Norte fluminense apontando as unidades produtivas em 1785. (DA GAMA; VILLA, 2018)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

terras. (MACHADO; MOTTA, 2022, p.13)

A partir de meados do século XIX a cafeicultura também se espalhou nas freguesias ao norte do rio Paraíba do Sul, com uma média de propriedades declaradas no Almanaque Laemmert de 354,67 hectares. Mas também havia declarações de pequenos produtores, com apenas uma terra declarada, “71 possuíam menos de 50 ha [...], e, desses, 31 tinham menos de 10 ha” (FARIA, 1986, p.121). Para Sheila de Castro Faria (1986), eles possivelmente produziam alimentos para o mercado interno ou subsistência. Até a década de 1850 ainda havia terras livres nessas freguesias.

As freguesias de Campos ao sul do rio Paraíba, ou seja, São Salvador, São Gonçalo e São Sebastião, eram de ocupação mais antiga e produção majoritariamente canavieira. Nelas estavam os “mais poderosos fazendeiros” (exceto arrendatários). (FARIA, 1986, p.121) Mesmo assim, Sheila de Castro Faria (1986) defende que as regiões açucareiras da planície aluvial, em meados do XIX, eram caracterizadas por pequenas e médias unidades produtivas, apesar da existência de propriedades maiores. Em 1827 havia 700 engenhos produzindo açúcar e aguardente. As dificuldades para escoar a produção fizeram com que os grandes proprietários (sesmeiros) optassem por alugar as terras. O monopólio da produção de açúcar começou conforme foram inseridos os engenhos a vapor e usinas, principalmente em finais do XIX, mas os pequenos produtores continuaram sendo os principais fornecedores da cana para os engenhos centrais e usinas. (FARIA, 1986, p.130) “O quadro de produção em terras alugadas estendeu-se à década de 1850, com quase 40% (39,63%) [...] de declarantes, nos Registros de terras das três freguesias da planície, afirmando estar em terras de outros.” (FARIA, 1986, p.124)

Simonne Teixeira (2009) reafirma que entre os séculos XVI e XVIII, disputas pela posse das terras nessa região tornaram sua ocupação instável. Apenas em finais do XVIII essas disputas teriam arrefecido. Apesar da concentração da propriedade formal de terras em um grupo reduzido de famílias e ordens religiosas, essa autora afirma que arrendatários e foreiros eram responsáveis por parte importante da produção no mercado da região Norte fluminense. (TEIXEIRA, 2009, p.2)

Assim como Campos, Macaé fazia parte da Capitania de São Tomé (depois



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Capitania da Paraíba do Sul), e a história das suas ocupações é parecida. Durante o período da União Ibérica, em finais do século XVI e início do XVII, foram construídas fortificações em Cabo Frio e Macaé para defesa do território, colaborando para ocupação de colonos com lavouras e pastos, além do extermínio indígena. Em 1634, Macaé foi ocupada por jesuítas, que construíram um engenho, lavoura de cana, capela e colégio (Fazenda Macaé). Em 1759, as terras foram a leilão com expulsão dos jesuítas pelas políticas pombalinas. As primeiras atividades produtivas de Macaé foram semelhantes às de Campos, com criação de gado entre os séculos XVI e XVII, expansão dos canaviais no XVIII, e do café no XIX. (FERREIRA, 2001, p.22-24)

Nossa Senhora do Desterro de Quissamã foi a freguesia de Macaé com ocupação mais antiga, e se destacou durante o século XIX pela projeção política dos descendentes de José Carneiro da Silva, o I Visconde de Araruama. Ela possuía as maiores concentrações de escravizados e dimensões das lavouras açucareiras no município. (FERREIRA, 2001, p.29-30) A freguesia de Nossa Senhora das Neves, segunda mais antiga de Macaé, surgiu com o aldeamento indígena do padre Jesuíta Antônio Vaz Pereira. Ela atraiu muitos colonos no final do século XIX, assumindo o maior número absoluto de homens livres do município. S. João Batista era a sede do município, criada em 1846, não possuindo até então nenhum edifício notável além da cadeia e câmara. Nossa Senhora da Conceição de Macabú, criada em 1855, teve como primeiros ocupantes, campistas que exploravam madeira de lei, e que se estabeleceram cultivando café. (FERREIRA, 2001, p.31)

Já o Noroeste fluminense, no período colonial, era uma área de ocupação proibida pelo governo para evitar o contrabando de ouro das Minas Gerais. A ocupação do Noroeste fluminense pelos colonizadores foi marcada, a princípio, por aldeamentos de missionários capuchinhos italianos para catequizar e “civilizar” os indígenas. Foram formadas as aldeias de: São Fidélis (1781); Itaocara (ou da Pedra, 1808); Santo Antônio de Pádua (1833), além de outras menores. Esses aldeamentos foram considerados extintos pelas autoridades em 1870, sob a justificativa de que os indígenas teriam aderido ao modo de vida e se misturado com os colonos. (MALHEIROS, 2008, p.4)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Assim como o Norte, o Noroeste fluminense fazia parte da Capitania de Paraíba do Sul até início do século XIX, tendo como principal centro urbano e comercial a cidade de Campos. Apesar dos aldeamentos indígenas, a presença do homem branco era escassa no Noroeste fluminense em princípios do século XIX, e a primeira atividade econômica dos colonos na região foi a extração de madeira. Em finais do século XIX o quadro demográfico se reverteu, e a presença dos indígenas se tornou rarefeita na região. (CARVALHO, 2009, p.115-117)

Isis Marinho (2017) aborda como os indígenas da região Noroeste Fluminense, atribos Puri, Coroado e Coropó, perderam o direito às terras devido à expansão agrícola, políticas de estado e ações da Igreja. Esses indígenas estavam no meio de duas frentes de expansão agrícola: da baixada campista em direção aos rios Muriaé e Pomba; e da Zona da Mata Mineira, que passou a ocupar o rio Pomba. (MARINHO, 2017, p.80-81)

Sendo região de fronteira, o movimento das tropas de mulas em direção a Minas Gerais se tornou frequente no decorrer do século XIX. A criação de estabelecimentos para descanso e abastecimento dessas caravanas foi um dos responsáveis pela ocupação da região. O nome do município Varre-Sai, por exemplo, se deve a um rancho para tropeiros nesta região. Os caminhos dos tropeiros colaboraram para o desenvolvimento do comércio entre Rio de Janeiro e Minas Gerais. Com o declínio da mineração, muitos mineiros tomaram posse de terras no Noroeste fluminense e implementaram a cafeicultura. (CARVALHO, 2009, p.118)

Mineiros, campistas e capixabas foram atraídos para essa área de expansão cafeeira, que foi em grande medida ocupada por posseiros, formando uma estrutura fundiária de pequenos e médios proprietários, com poucas fazendas de grande porte. O Noroeste fluminense, de acordo com Alberto Lamego, foi a última fase de expansão do café na Província do Rio de Janeiro. (CARVALHO, 2009, 119-120)

## Características fundiárias, produtivas e escravistas no século XIX



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

De acordo com Donald (1973), os viajantes do século XVIII e XIX se chocavam com o isolamento de Campos. Segundo ele, quem seguia de Macaé para Campos pelo caminho terrestre encontrava um oceano de plantações de cana, cabanas de meeiros e assentamentos arrendados. Já os que chegavam em Campos através do rio Paraíba do Sul, entravam por sua foz em S. João da Barra e viam muitas embarcações guarnecidas de açúcar para exportação, além da fumaça de alguns engenhos no horizonte das margens. (DONALD, 1973, p.1)

Em 1850, Campos dos Goytacazes era subdividido em cinco grandes freguesias: São Salvador, Santo Antônio de Guarulhos, São Gonçalo, São Sebastião e Santa Rita da Lagoa de Cima. O rio Paraíba do Sul e seus afluentes atravessavam toda extensão do município, e suas enchentes e estiagens tiveram forte influência nas transformações da região. (FARIA, 1986, p.50-55) Tomando como referência Alberto Lamago, Donald (1973) cai no determinismo geográfico de considerar que as condições naturais moldaram as formações econômicas e sociais que se desenvolveram em Campos. (DONALD, 1973, p.3)

"From the mountain to the ocean, and from the Macaé to the Itabapoana, Campos constituted on gigantic delta. Yet swamps alone accounted for over half the land not under water. The diversity of the land restricted large scale latifúndia—and gave peculiar characteristics to the monocultural economy that developed later." (DONALD, 1973, p.6)

Os tipos de solo, relevo e condições climáticas nessas freguesias, entre o mar e o pé da serra, também foram uma das bases que Sheila de Castro Faria (1986) utilizou para compreender a “ocupação/apropriação/uso” fundiário em Campos. As freguesias de São Salvador, São Sebastião e São Gonçalo estavam em uma vasta planície, com solos aluviais devido às enchentes dos rios, que tornavam essas terras muito férteis. Nessa planície, se estabeleceu largamente a produção de cana-de-açúcar. (FARIA, 1986)

No século XIX, Campos possuía a maior população escravizada da província fluminense. A partir da quantidade de unidades produtoras declaradas, Sheila de Castro Faria (1986) calculou uma média de 7 escravizados por unidade, em meados do século XIX. Comparando com outros municípios, ela considera uma quantidade pequena, ainda



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

mais para o município com maior contingente de escravizados da província. (FARIA, 1986, p.148)

**Tabela 1:** População escravizada existente em vários municípios da província do Rio de Janeiro

Município	1840	1844	1850	1856	1872	1877	1878
Angra dos Reis	10.554	9.053	10.480	9.659	3.247	3.578	3.097
Barra de S. João	---	---	3.987	4.810	3.426	3.541	3.534
Barra Mansa	6.920	---	---	---	10.503	13.880	11.597
<b>Campos dos Goytacazes</b>	<b>37.318</b>	<b>35.595</b>	<b>31.966</b>	<b>36.484</b>	<b>34.621</b>	<b>34.112</b>	<b>35.668</b>
Cantagalo	3.257	9.654	9.580	19.537	16.602	20.405	17.562
Mangaratiba	3.882	4.445	4.630	4.040	1.457	1.379	1.513
Nova Friburgo	2.157	---	2.927	3.874	4.420	5.433	4.576
Paraíba do Sul	8.502	---	---	---	18.032	19.405	18.801
Parati	3.461	3.899	4.588	3.345	1.851	1.864	2.025
Piraí	11.206	13.242	19.090	23.862	13.094	13.003	13.386
Resende	8.663	10.000	9.120	10.210	8.786	10.144	9.194
S. João Príncipe	6.679	--	9.483	11.853	7.589	7.493	7.810
Valença	11.835	10.417	20.119	23.468	25.674	28.476	27.099
Vassouras	14.333	---	---	---	20.239	20.896	21.063

710

**Fonte:** MARTINS, Ismenia Lima. Os problemas de mão-de-obra da grande lavoura fluminense. O Tráfico intra-provincial (1850-1878). Niterói: UFF-FCRB, 1973, p. 11.

Sheila de Castro Faria (1986) argumenta que a pequena concentração de escravizados por unidade produtiva no maior município escravista da Província Fluminense \_ Tabela 1, pode indicar que era comum a dispersão desses trabalhadores em pequenas e médias propriedades.

**Tabela 2:** Média do número de escravizados por unidade produtiva em áreas fluminenses



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

	Escravizados	Livres	Nº de declarações	Média escravos por unidade
Freguesia N. Sra da Glória de Valença	9.681	5.324	143	68
Capivary	5.999	6.585	228	26
Araruama	9.490	8.960	492	19
<b>Campos</b>	<b>31.966</b>	<b>25.977</b>	<b>4.899</b>	<b>7</b>

**Fonte:** FARIA, Sheila de Castro. Terra e Trabalho em Campos dos Goytacazes, 1850-1920. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1986. p.149

Em 1850, as maiores unidades produtivas de Campos estavam na freguesia de São Salvador, centro do município, próximas do núcleo urbano e do principal escoadouro de mercadorias, que era o rio Paraíba do Sul. Essa freguesia também possuía a maior concentração de escravizados por unidade, com uma média de 45. (FARIA, 1986. p.152)

“Desses 233 declarantes, 42,5% inscreviam-se no Almanaque Larmer, em 1855, como produtores de açúcar e aguardente [...], proporção essa não comparável a qualquer das outras freguesias, o que caracterizou ter a sua produção um caráter eminentemente comercial escravista. Aliás, cremos ser a única freguesia a ter, majoritariamente, a grande unidade como base da produção” (FARIA, 1986, p.152)

711

As freguesias de Santa Rita da Lagoa de Cima e São Sebastião possuíam as menores médias de escravizados por unidade produtiva, respectivamente 3 e 4. Santa Rita da Lagoa de Cima produzia alimentos, café e açúcar para o mercado local. (FARIA, 1986, p.153) São Sebastião possuía a menor concentração fundiária, com diversos sítios e criação de gado. Nessas freguesias, Sheila de Castro Faria (1986, p.152) verificou a existência de produtores que não possuíam escravizados, e outros que produziam em terras arrendadas ou aforadas do mosteiro de São Bento.

A de São Gonçalo possuía a maior diversificação nos tamanhos das propriedades. Havia fazendas grandes, como a do Colégio, que tinha pelo menos 250 escravizados, e sítios menores com poucos ou nenhum escravizado. A criação de gado também era disseminada em São Gonçalo, e ela possuía as melhores terras para plantar cana, às margens da lagoa Feia, mas com os piores caminhos para escoar a produção devido aos



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

alagamentos nas estradas. (FARIA, 1986, p.158)

A freguesia de Santo Antônio de Guarulhos, antigo Aldeamento, tinha as maiores dimensões em 1850. Era tomada pelos canaviais e engenhos nos arredores do rio Muriaé. Nas áreas mais acidentadas e altas dessa freguesia se expandiu a produção de café (FARIA, 1986, p.159) A produção de café e o crescimento demográfico nessas áreas ao norte do rio Paraíba do Sul levou muitas freguesias de Campos a se desmembrarem entre 1860 e 1880, formando os municípios do Noroeste fluminense, como Itaperuna, São Fidelis, Santo Antônio de Pádua e Bom Jesus do Itabapoana. Da mesma forma, outras freguesias de Campos foram fragmentadas devido as mudanças da estrutura econômica edemográfica dessas regiões. (FARIA, 1986, p.180)

Como vimos anteriormente, a ocupação de Macaé por colonos começou em princípios do século XVII, como aldeamento indígena dos jesuítas. Os Asseca fizeram um posto de cobrança de impostos pelo gado que era exportado pelos caminhos litorâneos até o Rio, de onde surgiu a cidade de Macaé, que foi elevada à categoria de Município em 1818. (FARIA, 2003, p.6) Essa cidade teve maior desenvolvimento a partir da construção do canal, ferrovia e porto de Imbetiba, em finais do século XIX, recebendo grande parte das mercadorias que antes iam para S. João da Barra, ou seguiam por outros caminhos. (DA SILVA, 2023)

Os inventários *post mortem* avaliados por Ferreira (2001) demonstraram que em finais do século XIX o café era a produção macaense de maior volume. Mesmo assim, os canaviais da freguesia de Quissamã concentravam a maior quantidade de trabalhadores escravizados do município. 94,7% do valor estimado dos canaviais, nos 89 inventários investigados por Ferreira (2001), pertenciam a três pessoas da mesma família, a Viscondessa de Araruama e seus dois genros. (FERREIRA, 2001, p.38-40) Sobre o município de Macaé, Ferreira (2001) afirma:

“O padrão de distribuição de riqueza no município, elaborado com base nos inventários consultados, no entanto, apontou para opredomínio dos pequenos e médios lavradores cujas culturas de mandioca, café e frutas desenvolveram-se, em grande parte, com uso de mão-de-obra familiar ou auxiliadas por reduzido número de escravos.” (FERREIRA, 2001, p.43)





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

A análise de inventários fez Ferreira (2001) concluir que em Macaé, na segunda metade do século XIX, pequenas propriedades com poucos ou nenhum escravizado eram recorrentes, e que havia concentração de escravizados em poucos proprietários. “Somadas as duas últimas faixas que agrupam proprietários de 51 cativos em diante, tem-se uma concentração de 58,5% dos escravos, ou seja, 563 deles, nas mãos de apenas cinco proprietários (7,8%).” (FERREIRA, 2001, p.49)

Já o Noroeste fluminense, como vimos anteriormente, foi ocupado por colonos mais tardiamente. O território de Itaperuna foi desmembrado de Campos em 1889, se tornando município, em grande medida, devido ao desenvolvimento da cafeicultura. Sobre a população escravizada, segundo o censo de 1872, em Nossa Senhora Natividade do Carangola (atual Itaperuna) havia 3.803 livres e 1.832 escravizados. São Sebastião do Varre-Sai possuía 1.054 escravizados num total de 3.554 habitantes. Em finais do século XIX, a presença dos indígenas se tornou rarefeita na região. Uma carta do francês Alexandre Brethel, em 1882, dizia que os remanescentes dos índios Puri se tornaram inofensivos e em poucos anos desapareceriam. (CARVALHO, 2009, p.115-117)

713

A produção majoritariamente de café marcou os municípios de Cambuci, Santo Antônio de Pádua e Itaperuna, na região Noroeste fluminense. Os eixos de expansão da cultura cafeeira que chegaram a essa região irradiaram de Cantagalo e Zona da Mata Mineira, sul capixaba e Campos. De acordo com Marinho (2017), foi formada uma identidade regional entre o Noroeste fluminense e partes da zona da Mata mineira e sul do Espírito Santo. (MARINHO, 2017, p.82)

## **Circuitos comerciais, caminhos e desenvolvimento da infraestrutura de transporte**

Maria Yedda Linhares (1979) afirma que no período colonial o Rio de Janeiro era uma cidade afastada dos centros fornecedores de alimentos, e que a vinda da corte portuguesa, em 1808, gerou uma nova demanda. Minas Gerais fornecia carnes e queijos,



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

mas os caminhos eram precários devido à política colonial para combater o contrabando. Além disso, as legislações restritivas prejudicavam comerciantes. (LINHARES, 1979, p.159) Os gêneros produzidos em Campos dos Goytacazes se tornaram uma opção para solucionar os problemas de abastecimento, mas para isso, era necessário melhorar a infraestrutura que permitisse o transporte das mercadorias. (CESCO, 2021, p.75)

A diminuição da produção de açúcar no recôncavo da Guanabara também contribuiu para a interiorização dessa produção na província. Susana Cesco (2021) afirma que o crescimento vertiginoso da produção açucareira no Norte fluminense, no último quarto do século XIX, foi financiado pela praça mercantil do Rio de Janeiro a partir de comerciantes de grosso trato que reverteram o capital mercantil em produtivo, possibilitando a implementação das inovações tecnológicas nos engenhos centrais e usinas. Mas essa autora frisa que a produção de açúcar continuou sendo muito difundida por pequenos produtores. (CESCO, 2021, p.75)

Apesar de o açúcar ser o gênero mais importante em quantidade produzida em Campos, no final do século XVIII e todo o XIX, Susana Cesco (2021) aponta para a diversidade produtiva de gêneros alimentícios na região. Além de produzir alimentos para abastecer a região, eles eram exportados para a cidade do Rio de Janeiro, que os consumia e inseria nos mercados para outros portos da província e do Império. Alguns dos bens produzidos no Norte fluminense e apontados pela autora são: aguardente (outro derivado da cana de açúcar), café, milho, feijão, arroz, mandioca, madeira, entre outros. (CESCO, 2021, p.76)

De acordo com Isis Marinho (2017, p.82), na segunda metade do século XIX, os circuitos comerciais do Norte e Noroeste fluminense se articulavam com a Zona da Mata Mineira e Sul do Espírito Santo, além do Rio de Janeiro. Para ela, essa integração se estabeleceu a partir de antigos caminhos dos indígenas, que serviram para expansão agrícola da região.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Teresa Peixoto Faria (2003) aborda como se configurou a rede urbana<sup>396</sup> do Norte e Noroeste fluminense, e porque Campos assumiu centralidade na região. Para ela, a posição da cidade de Campos é privilegiada geograficamente por sua conexão com o suldo Espírito Santo e a Zona da Mata Mineira, no caminho para a cidade do Rio de Janeiro. Foi justamente a circulação de mercadorias para exportação, pelos caminhos terrestres, marítimos e, posteriormente, ferroviários, que formou a rede urbana do Norte e Noroeste fluminense. (FARIA, 2003, p.1)

“O desenvolvimento do comércio interno do Brasil dependerá primariamente dos homens e dos produtos desse sertão da pecuária e da agricultura de subsistência. Da sua associação e das exigências dos centros urbanos será orientada a atividade do abastecimento como o motor de desenvolvimento do comércio interno e da integração regional”. (LINHARES, 1979, p.115)

Os primeiros centros urbanos fundados na região foram a vila de São Salvador dos Campos (atual cidade de Campos dos Goytacazes) e em S. João da Barra, em 1676. A cidade de S. João da Barra, na foz do rio Paraíba do Sul, foi criada com função portuária, principal porta de saída e entrada das mercadorias para o Norte e Noroeste fluminense, antes da implementação das ferrovias no último quarto do século XIX. S. João da Barra também possuía estaleiros que exportavam navios para outras regiões do Brasil. (FARIA, 2003, p.5-6)

Em Campos, de acordo com Simone Teixeira (2009), o “imenso Pantanal, alimentado por inúmeras lagoas, rios, brejos e canais naturais” exigiu “dominar as águas” com drenagens e outras obras, para que fosse estabelecida a cultura de cana-de-açúcar. As narrativas de cronistas e colonizadores afirmavam que os índios Goitacá possuíam costumes e cultura adaptados à vivência na região alagadiça. Já a relação dos colonizadores com o meio ambiente não era um equilíbrio com os ritmos das águas. Inundações e estiagens marcaram as dificuldades na ocupação do Norte fluminense. Os caminhos em Campos também sofriam com os alagamentos, tornando as estradas, como

<sup>396</sup> De acordo com Teresa Peixoto Faria (2003), a rede urbana são cidades que se relacionam entre si no território, assim como os espaços nos entornos delas.



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

a de Campos a Niterói, intransitáveis. (TEIXEIRA, 2009, p. 2-4)

Em 1820, os irmãos Carneiro da Silva, poderosos fazendeiros da freguesia de Quissamã, em Macaé, propuseram a construção de uma estrada de Campos a Niterói, passando por Macaé, e utilizando uma antiga trilha que havia se tornado inutilizável pelas enchentes dos rios Ururá e Macabú. Foram feitos aterros e pontes, e a estrada foi inaugurada em 1826, mas segundo Alberto Lamego, após 10 anos sem a devida manutenção “o seu leito foi transformado em extenso Pantanal, cheio de atoleiros, tornando-se intransponível”. (LAMEGO, 1948, apud PENHA, 2012. p.6)

As vias de comunicação eram uma das maiores dificuldades a serem superadas pelo comércio do Norte e Noroeste fluminense no século XIX. O rio Paraíba do Sul, com seus afluentes, assumiu papel importante para escoar as mercadorias, principalmente açúcar e aguardente de Campos, café de localidades do Noroeste, como S. Fidelis, além de alimentos que exportava para o Rio de Janeiro e Bahia. Campos, S. João da Barra e Macaé se tornaram cidades importantes na distribuição de produtos da região. (FARIA, 2003, p.6)

Antes da implementação das ferrovias na década de 1870, a produção da planície açucareira era transportada para a cidade de Campos através da Estrada da Baixada. De Campos em diante, o açúcar e outras mercadorias seguiam por navegação fluvial pelo rio Paraíba do Sul rumo ao porto de S. João da Barra. Desse porto, os navios iam para Macaé e para a Corte, levando o açúcar e outros gêneros, como “arroz, milho, feijão, café, cachaça, melado e madeira”. (TEIXEIRA, 2009, p.6)

Na segunda metade do século XIX, transitavam vapores de pequena tonelagem de S. Fidelis para o porto de S. João da Barra, através do rio Paraíba do Sul, passando por Campos. Mas apesar da importância da navegação fluvial, havia muitas dificuldades devido aos bancos de areia em partes do trajeto. Por isso, os contemporâneos solicitavam investimentos para controlar o assoreamento e manter a navegabilidade.

O município de Cantagalo, na região serrana, também seria beneficiado com a melhoria das condições de navegação do rio Paraíba do Sul. Contemporâneos do século XIX narravam a grande produção de café de Cantagalo e as péssimas condições das



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

estradas para o transportar. Havia duas estradas de Cantagalo para Niterói, uma para Macaé e uma para S. Fidelis (para atingir o rio Paraíba do Sul), demonstrando que Campos e Macaé também eram entrepostos comerciais para mercadorias da região serrana. (PENHA, 2012, p.5)

De acordo com Maria Yedda Linhares (1979), algumas heranças que o sistema colonial deixou para o Brasil novecentista foram: um mundo agrário marcado por grandes latifúndios monocultores e trabalho escravizado; concentração de núcleos urbanos no litoral; função portuária das principais cidades; população rural; escassez de moeda; dificuldade de comunicação interna; mercado interno precário; entre outros. (LINHARES, 1979, p.53) A partir da independência, se buscou uma maior integração do território nacional, e uma relação mais equilibrada entre a cidade e o campo. A Lei Feijó, de 1831, primeira lei para regulamentar e incentivar a implementação de estradas de ferro no Brasil, representa uma tentativa de conectar capitais de províncias com a capital do império.

Em 1834, conselheiros municipais de Campos exigiram melhorias de infraestrutura na cidade de Campos ao presidente da Província do Rio de Janeiro, principalmente para proteção das inundações do rio Paraíba, mas também faziam apelos pela melhoria da integração regional. O Norte fluminense exigia a drenagem de brejos que impediam a expansão no território; construção de muro e dique para evitar os alagamentos; construção de caminhos com os territórios circunvizinhos, até Minas Gerais; desenvolvimento da navegação, preparando a foz do rio Paraíba do Sul e o leito dos rios, lagos e construção de canais. (FARIA, 2003, p.13)

O relatório do engenheiro Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, de 1837, recomendava obras para conectar a região Norte fluminense com Niterói (capital da província). Defendia melhoramentos nos portos e a necessidade de construir canais, caminhos e pontes. Ele destacava as trocas e o comércio como o caminho para a “prosperidade pública”. Bellegarde apresentou a ideia de construção de uma ferrovia de Campos a Niterói, para dinamizar as relações da capital com as regiões Norte, Noroeste



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

e serra de Nova Friburgo e Cantagalo.<sup>397</sup> Para esse engenheiro, a obra mais importante que a província do Rio precisava era de um canal de Campos a Niterói. (FARIA, 2003, p.11-12)

O canal Campos-Macaé foi planejado principalmente para superar essas dificuldades de transporte. O projeto foi elaborado por grandes fazendeiros locais e contou com o auxílio dos governos imperial e provincial. A companhia foi organizada em 1845, tendo na diretoria José Carneiro da Silva, I Barão de Araruama (tesoureiro) e João Carneiro da Silva (presidente), filho do barão. A Família Carneiro da Silva era proprietária da Fazenda de Quissamã, que em 1877 inaugurou o Engenho Central de Quissamã, o maior e mais bem equipado da América Latina. (FERREIRA, 2001, p.13)

A ideia do canal surgiu pela primeira vez no final do século XVIII, pelo campista José Joaquim da Cunha Azevedo Coutinho, mas foi executada quando retomada por José Carneiro da Silva, em 1836. A concessão foi dada ao inglês H. Freese que também construiria uma estrada para Cantagalo e uma ponte sobre o rio Paraíba do Sul. Mas a empresa do inglês não efetuou as obras, que ficaram para o governo Provincial. Em 1844 a província recebeu o empréstimo de 1.432:000\$ do governo central para fazer o canal. (PENHA, 2012, p.5)

718

A construção do canal Macaé-Campos não visava apenas escoar produtos, apesar de ser o principal objetivo, mas também drenar água de solos pântanos e lagoas, permitindo a ocupação dessas regiões por pequenos agricultores que buscavam terras de menor valor. A drenagem das águas foi fundamental para o desenvolvimento da agricultura no território entre os rios Macaé e Paraíba do sul, que possuíam solo muito pantanoso em diversos trechos. (CESCO, 2021, p.73-74)

As obras do canal começaram em 1844 e foram concluídas em 1872, com 100 quilômetros de extensão. No entanto, a construção do canal apresentou diversos problemas, e o canal exigia uma manutenção regular para manter a navegabilidade, devido ao assoreamento do leito. Para Simonne Teixeira (2009), esse processo de

<sup>397</sup> A conexão férrea entre Niterói e Campos só foi concluída pela Companhia Leopoldina, que comprou diversas companhias ferroviárias do Rio de Janeiro no último quarto do século XIX. (DA SILVA, 2023)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

assoreamento seria a “maldição” do canal Campos-Macaé. O rio Paraíba do Sul possui um processo intenso de assoreamento que foi intensificado pelo desmatamento para expansão da fronteira agrícola. A construção do canal não conseguiu evitar que esse processo também ocorresse. (TEIXEIRA, 2009, p.7-9) Apenas as estradas de ferro, a partir de 1875, conseguiram dinamizar o escoamento de mercadorias do Norte e Noroeste fluminenses. (PENHA, 2012, p.7)

## Conclusão: integração e modernização à vapor no final do século XIX

Vimos que a ocupação do Norte/Noroeste fluminense envolveu muitos conflitos, e que ela se transformou em uma importante região agroexportadora no século XIX, principalmente de açúcar e café. Alguns autores, como Donald (1973) consideravam que essa produção se devia aos grandes latifúndios escravistas, apesar de reconhecer a existência de pequenas e médias propriedades. Já Sheila de Castro Faria (1986), em sua dissertação de mestrado, demonstrou que durante o século XIX, esse município possuía características fundiárias e produtivas variadas nas diversas freguesias, apesar de as produções canvieira e açucareira serem indiscutivelmente as principais. Além disso, para essa autora, desde o período colonial, a produção agrícola de Campos era mais voltada para o mercado interno do que externo. Nem toda produção de açúcar e café era destinada ao mercado externo, assim como nem todas eram grandes latifúndios escravocratas. As pequenas e médias propriedades, seja desses gêneros ou de outros, também se inseriram nos circuitos comerciais locais e provinciais. Sheila de Castro Faria (1986), assim como Maria Yedda Linhares (1979), defendem uma historiografia que relativiza a importância dos grandes proprietários escravistas, buscando ressaltar a importância da pequena e média propriedade. (FERREIRA, 2001, p.50).

João Fragoso (1998) também defende que as *plantations* dificilmente eram autossuficientes, e que desde o período colonial existiam áreas que produziam para abastecer o mercado interno. Para ele, as relações de trabalho escravo não se resumiram às *plantations*, assim como o trabalho livre também estava inserido na sociedade. (FRAGOSO, 1998, p.119) Utilizando uma grande variedade de fontes, Sheila de Castro



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

Faria (1986) concluiu que o trabalho familiar era comum em Campos nas pequenas e médias propriedades, que possuíam poucos ou nenhum trabalhador escravizado.

“A supremacia da atividade canavieira/açucareira prevaleceu, no decorrer do século XIX, mas estava longe de deter a importância e a exclusividade que pensávamos a princípios. A cafeicultura, a criação de gado e a produção de gêneros, todas essas atividades, assim como o próprio açúcar, voltadas para o mercado local, municipal, provincial e/ou nacional, consubstanciavam o universo em questão, onde a base da produção era a utilização de mão-de-obra escrava, em determinadas situações, e, noutras, prevalecia o trabalho familiar”.

(FARIA, 1986, p. 3-4)

No entanto, vimos que para Machado e Motta (2022), a produção cafeeira do Noroeste fluminense em finais do XIX provinha principalmente de grandes latifúndios, contrariando Malheiros (2018). A partir dessas discussões, verificamos que há uma diversificação das características agrárias no tempo e no espaço da História do Brasil, e que nem todas interpretações são ponto comum.

A modernização nos engenhos de açúcar para utilizar energia à vapor ocorreu paulatinamente em Campos desde a primeira metade do século XIX. Em 1880, havia 252 engenhos à vapor nesse município. Além disso, com a aplicação de outras tecnologias, os engenhos passaram a ser denominados engenhos centrais ou usinas.<sup>398</sup> Para Sheila de Castro Faria (1986, p.162-164), mesmo com o surgimento dessas unidades modernas, muitos produtores de açúcar ainda faziam de maneira rústica.

Já para Susana Cesco (2021), com a implementação dos engenhos centrais e usinas, houve uma diminuição na quantidade de engenhos rústicos, ao mesmo tempo que o volume de açúcar produzido duplicou. Ela defende que “a modernização é uma forma de acumulação de capital, pois os pequenos donos de engenho não possuem dinheiro para se modernizarem sozinhos, levando-os a se aliar aos grandes produtores para venderem as plantações de cana.” Utilizando dados de Alberto Lamago, demonstra que em 1852 a produção de açúcar campista foi de 8.982.420 kg, e em 1877, ano que foi montada a

<sup>398</sup> Os engenhos centrais cultivavam cana e produziam açúcar, já as usinas apenas produziam o açúcar, comprando a cana de outros produtores.





# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

primeira usina, atingiu 16.029.080 kg. (CESCO, 2021, p.81-92)

João José Carneiro da Silva<sup>399</sup>, fazendeiro da freguesia de Quissamã, em Macaé, foi um dos principais entusiastas em aplicar novas tecnologias para o beneficiamento do açúcar. A influência dos Carneiro da Silva foi fundamental para a construção do canal, mas apesar da fortuna e prestígio social dos grandes produtores de açúcar macaenses (particularmente de Quissamã), Ferreira (2001) argumenta que na segunda metade do século XIX havia uma quantidade expressiva de pequenos lavradores em Macaé. Com a construção do canal e da ferrovia de Macaé a Campos<sup>400</sup>, no último quarto do século XIX, Macaé se tornou:

“porta de saída dos produtos do norte fluminense que partiam do porto de Imbetiba, o município de Macaé integrava o circuito do comércio interno que abastecia com café, açúcar, farinha, aguardente e outros alimentos o movimentado porto do Rio de Janeiro”. (FERREIRA, 2001, p.14)

721

O moderno Engenho Central de Quissamã, inaugurado em 1877, exigiu a aplicação de grandes capitais e tecnologia. Ferreira (2001) considera esse um contexto de transformações na economia brasileira atreladas a formação dos mercados capitalistas internacionais. As melhorias na produção e no transporte, com as ferrovias a partir de 1875, e navegação a vapor no porto de Imbetiba, em Macaé, fizeram o açúcar do norte fluminense se tornar mais competitivo na praça do Rio de Janeiro. (FERREIRA, 2001, p.29)

**Tabela 3:** Movimento da Estrada de Ferro Macaé e Campos (1878-1882)

Ano	Café (kg)	Açúcar (kg)	Diversos (kg)	Passageiros
1878	16.027.000	7.725.000	18.832.000	29.775
1879	24.776.535	8.675.995	18.480.512	29.386
1880	22.850.319	12.548.053	20.186.326	28.577

<sup>399</sup> Filho de José Carneiro da Silva, I Visconde de Araruama.

<sup>400</sup> A Companhia Estrada de Ferro Macaé e Campos transportava as mercadorias pela linha férrea de Campos ao porto de Imbetiba, em Macaé, onde elas embarcavam nos seus vapores para a cidade do Rio de Janeiro. (DA SILVA, 2023)



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

1881	29.923.589	9.173.357	22.376.326	29.799
1882	24.554.152	17.101.689	25.801.931	28.434
Total	118.131.595	55.224.094	105.677.095	145.971

**Fonte:** FERREIRA, Ana Lúcia Nunes. O município de Macaé: Fortunas agrárias na transição da escravidão para o trabalho livre. Dissertação de Mestrado. Programa de pós graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2001.

Ao observarmos o volume de mercadorias que confluía para o Rio de Janeiro pela Companhia Estrada de Ferro de Macaé e Campos, em finais do século XIX, observamos que o café advindo do Norte/Noroeste fluminense, (essa ferrovia também recebia mercadorias da Zona da Mata Mineira e Sul do Espírito Santo) se destacava como principal mercadoria transportada. O açúcar de Campos também era transportado em grande quantidade, mas chamamos atenção para o relevante volume de mercadorias diversas.

Apesar das diferenças entre os autores abordados, consideramos que todos trouxeram colaborações pertinentes para a História Econômica da região estudada. Podemos concluir que o Norte/noroeste fluminense se tornaram importantes produtores agrícolas na província do Rio de Janeiro no século XIX, não apenas para agroexportação, mas também alimentando o mercado interno da província. E que para isso, a região concentrou grande quantidade de trabalhadores escravizados, alguns em grandes latifúndios, outros em pequenas e médias propriedades, e havia ainda os produtores que não possuíam escravos.

722

## Bibliografia

CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. Os italianos no noroeste fluminense: estratégias familiares e mobilidade social (1897-1950). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

CESCO, Susana. Agricultura e Progresso no norte fluminense no século XIX. In: RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk; SECRETO, María Verónica.. (Org.). **O Rural em**



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

- América Latina: perspectivas.** 1.ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021. p.67-86
- DA GAMA, MYLENA PORTO; VILLA, Carlos Eduardo Valencia. Georreferenciación del mapa histórico de Couto Reis de Campos en 1785. Río de Janeiro, Brasil. **Fronteras de la Historia**, v. 23, n. 2, p. 82-116, 2018.
- DA SILVA, Romulo Wesley Trancoso. Companhia Estrada de Ferro Macaé-Campos (1870-1889). 2023. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- DE SAINT-HILAIRE, Auguste; DE AZEREDO PENA, Leonam. **Viagens pelo distritos dos diamantes e litoral do Brasil.** Ed. Nacional, 1941.
- DONALD JR, Cleveland. **Slavery and abolition in Campos, Brazil, 1830-1888.** CornellUniversity, 1973.
- FARIA, Sheila Siqueira Castro. **Terra e trabalho em Campos dos Goytacazes, 1850-1920.**1986. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- FARIA, Tereza Peixoto. Gênese da Rede Urbana das regiões Norte e Noroeste Fluminense à luz do relatório do engenheiro Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde. **Encruzilhadas do Planejamento, X ENA, Anais**, v. 1, 2003.
- FERREIRA, Ana Lúcia Nunes. O município de Macaé: fortunas agrárias na transição da escravidão para o trabalho livre. 2001. Dissertação de Mestrado . Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquiana praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830.** Editora Record, 1998.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. **História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918).** BINAGRI Edições, 1979.
- MACHADO, Marina Monteiro; MOTTA, Marcia Maria Menendes. De aldeias a engenhos: aforamentos em terras indígenas nos Campos dos Goytacazes (1770-1800).



# IV JORNADA DISCENTE DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Borges Martins  
& Maria do Carmo Salazar

**Revista de História (São Paulo)**, 2022.

MALHEIROS, Márcia. "Homens da Fronteira": Índios e Capuchinhos na ocupação dos Sertões do Leste, do Paraíba ou Goytacazes. 2008. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MARINHO, Isis. Processo de regionalização do Noroeste Fluminense. **Revista Tamoios**, v. 13, n. 2, 2017.

MARTINS, Ismenia Lima. Os problemas de mão-de-obra da grande lavoura fluminense. O Tráfico intra-provincial (1850-1878). Niterói: UFF-FCRB, 1973.

PENHA, Ana Lucia Nunes. Tortuosos caminhos: obras públicas Províncias e o difícil escoamento das mercadorias de Cantagalo, Campos dos Goytacazes e Macaé para o Rio de Janeiro (século XIX). Anais do XV encontro regional de história da ANPUH-RIO. 2012

TEIXEIRA, Simonne. La maldición del canal Campos-Macaé: disputas sociales y representaciones actualización del debate. **Agua, territorio y medioambiente. Políticas públicas y participación ciudadana**, editado por Jesús Raúl Navarro-García, p. 157-171, 2013. representaciones. In:53º Congreso Internacional de Americanistas, 2009, Mexico